

OBRAS COMPLETAS
DE
RUI BARBOSA

VOL. XXIX. 1902
TOMO II

RÉPLICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
RIO DE JANEIRO — 1953

VOLUMES APARECIDOS

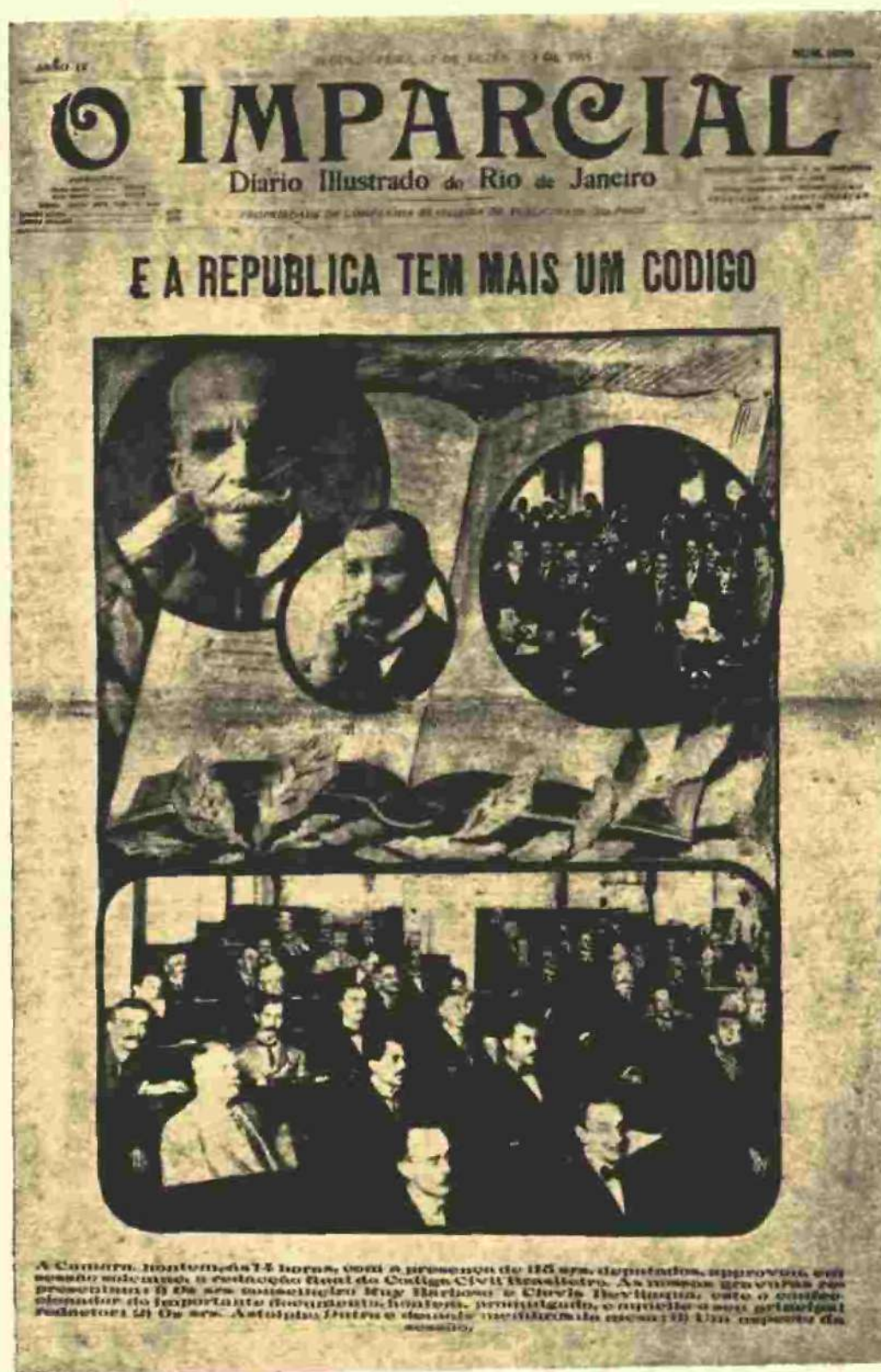
- Vol. I — 1865-1871 —
Tomo I.
Primeiros Trabalhos.
- Vol. VI — 1879 —
Tomo I.
*Discursos parlamen-
tares.*
- Vol. VII — 1880 —
Tomo I.
*Discursos parlamen-
tares.*
- Vol. IX — 1882 —
Tomo I.
*Reforma do Ensino
Sec. e Superior.*
- Vol. IX — 1882 —
Tomo II.
*Discursos e Trabalhos
Parlamentares.*
- Vol. X — 1883 —
Tomos I a IV.
*Reforma do Ensino
Primário.*
- Vol. XI — 1884 —
Tomo I.
*Disc. Parlam. Eman-
cipação dos Escravos.*
- Vol. XIII — 1886 —
Tomo I.
Lições de Coisas.
- Vol. XVI — 1889 —
Tomos I a VIII.
Queda do Império.
- Vol. XVII — 1890 —
Tomo I.
*A Constituição de
1891.*
- Vol. XVIII — 1891 —
Tomo I.
*Disc. Parlament. Jor-
nalismo.*
- Vol. XVIII — 1891 —
Tomos II a IV.
*Relatório do Min. da
Fazenda.*
- Vol. XIX — 1892 —
Tomo I.
*Discursos Parlamen-
tares.*
- Vol. XIX — 1892 —
Tomo II.
*Discursos e Traba-
lhos Parlament.*
- Vol. XX — 1893 —
Tomo I.
*Visita à Terra Natal.
Disc. Parlam.*
-

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOLUME XXIX

TOMO II

*Foram tirados dez mil exemplares em papel vergé, do presente volume das **Obras Completas de Rui Barbosa**, mandadas publicar, sob os auspícios do Govêrno Federal, pelo Ministro Gustavo Capanema dentro do plano aprovado pelo decreto-lei n.º 3.668, de 30 de setembro de 1941, baixado pelo Presidente Getúlio Vargas, e de acôrdo com o decreto n.º 182, de 27 de maio de 1946, promulgado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e referendado pelo Ministro Ernesto de Sousa Campos.*



Primeira página d'O Imparcial de 17 de dezembro de 1915, noticiando a aprovação do Código Civil.

OBRAS COMPLETAS
DE
RUI BARBOSA

VOL. XXIX. 1902
TOMO II

RÉPLICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
RIO DE JANEIRO — 1953

PREFÁCIO E REVISÃO

DO

P.^o AUGUSTO MAGNE, S. J.,

da Universidade do Brasil

e da

Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro

P R E F Á C I O

Ao apresentarmos esta nova edição da *Réplica*, não podemos furtar-nos ao oneroso dever de pedir desculpas muito sinceras aos inúmeros admiradores do incomparável estilista tanto pela demorada provação a que tivemos de submeter-lhes a paciência, como pelos senões e achaques que ainda empanam o brilho e afeiam a apresentação gráfica da monumental obra-prima, por certo merecedora de ser, afinal, oferecida à ansiosa expectativa dos estudiosos em forma irrepreensível, perfeita e definitiva. Estes senões e achaques, no entanto, poderão, ao menos parcialmente, ser expungidos nas anotações complementares que constituirão parte essencial do tomo IV, onde, outrossim, transcreveremos inéditos de Rui relativos ao idioma, bem como, a título documental, os principais dentre os escritos em que os mais notáveis adversários apresentaram críticas, que Rui galhardamente anatomiza nas páginas assombrosas da *Réplica*. Neste mesmo tomo IV, que terá, talvez, de desdobrar-se em duas partes, terão pleno cabimento notícias de toda a ordem relativas à retumbante polémica que, em princípio do século XX, tanto empolgou, entre nós, juristas e literatos. Por isso limitamo-nos, de presente, em antepor ao texto de Rui apenas uma breve nótula introdutória, que julgamos indispensável a leitores menos familiarizados com o assunto.¹

1. Pormenores mais minuciosos encontrará o leitor em duas publicações da Casa de Rui Barbosa, que muito recomendamos: Américo de Moura. *Rui e a Réplica*; folheto de 60 páginas. San Tiago Dantas. *Rui e o Código Civil*, p. 49-107 do opúsculo de 129 páginas *Dois momentos de Rui Barboza*. Ambas as publicações são de 1949.

*Profunda impressão causou em todos os meios sociais do país o Parecer de Rui Barbosa sobre o Projeto de redação do Código Civil, lido em 3 de abril de 1902 perante a respectiva Comissão do Senado. Pelo que respeita ao autor do projeto primitivo, expressou-se, a respeito, nos seguintes termos:*¹

O choque violento dessa mole ingente de saber profundo e rude crítica filológica, que, das mãos ciclópicas do senador Rui Barbosa, acaba de ruir, fragorosamente, sobre o Projeto do Código Civil, deixou-me aturdido. E esse foi o estado de espírito do grande número: o assombro.

Ao espanto seguiu-se, breve, a reação dos que o eminente senador baiano havia tomado diretamente de mira, e foi precisamente esta reação que motivou a Réplica de Rui, dirigida a rebater as objeções e reparos de cinco entre os principais antagonistas, a saber:

- o gramático,
- o parlamentar,
- o jurista,
- o crítico,
- o agressor,

cada um dos quais merece deter por alguns instantes a nossa atenção.



Até hoje, constitui enigma — recordamo-lo no proêmio do Parecer, 1949, p. XIII — o fato de, desde o início, o senador Rui Barbosa haver esmiuçado com impiedosa meticulosidade apenas os descuidos ou erros de expressão por ele colhidos no Parecer da Câmara, enquanto o aspecto jurídico do assunto, que lhe devera absorver tôda a atenção, só em 1905 veio a ser objeto de considerações, expressas em fragmento ainda inédito, que submete a exame apenas os primeiros vinte artigos da Parte Geral.

1. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, comentado por Clóvis Beviláqua, I, 1916, p. 44.

Desde logo — pondera o brilhante jurista Dr. San Tiago Dantas, — convenhamos que a existência do parecer jurídico agrava o enigma, em vez de esclarecê-lo. Se podia parecer extraordinário que o relator do Senado se contentasse com o estudo da forma, sem examinar o fundo do Projeto, mais extraordinário ainda será que tenha começado por apresentar emendas à redação de quase todos os artigos, quando ainda tinha em mente modificá-los no fundo, pleiteando a supressão ou a alteração de dispositivos que êle próprio reescrevera — dispositivos que, muitas vêzes, ao serem abandonados, já lhe teriam custado o esforço polêmico da *Réplica* ao professor Carneiro.

Como explicar que Rui Barbosa tenha começado pela linguagem para acabar pela técnica legislativa e pela doutrina do Projeto?

Para o problema assim formulado propõe o ilustre jurisconsulto a seguinte solução:

Era natural, estava na lógica das cousas, que o espírito de Rui tivesse o que reivindicar no futuro Código Civil, não por motivos pessoais, como pensaria um crítico acanhado, mas pela expansão natural da nova mentalidade que êle criara e de que os melhores juristas da geração seguinte iriam ser continuadores.

Como, porém, deter a marcha impetuosa do Projeto a caminho da aprovação? Jamais constituiria uma arma do polemista excelso, que o ia enfrentar no Senado, amortilhar o Projeto nos escaninhos de uma comissão. Pelo contrário, Rui Barbosa sabia que o futuro código fruía, naquele instante, de um renome geral, e o seu problema era alarmar a opinião, despertá-la para o risco que a codificação corria, concebida com a celeridade que, desde o primeiro dia, fôra posta em relêvo pelo seu maior fautor.

Uma crítica aos fundamentos jurídicos, ao plano da obra ou a seus dispositivos principais não teria a fôrça de comover o prestígio do Projeto a não ser perante um número limitado de entendidos. A matéria jurídica, por sua natureza, ou é de acesso difícil a quem lhe não possui a chave gramatical, ou é de tal maneira opinativa que uma opinião vale a outra aos olhos de quem não tenha sôbre o ponto em exame uma experiência pessoal.

Lavrar sôbre o projeto um parecer jurídico seria, muito provavelmente, naquele fim de govêrno, o mesmo que lavrar um voto vencido. Ora, não era a sua responsabilidade científica, era o interêsse do país, naquilo que lhe podia ser mais caro, que Rui Barbosa se propunha acautelar. Daí o parecer literário.

E foi realmente no terreno literário que se deram os primeiros encontros, provocados pela impiedosa revisão a que Rui submeteu o projeto remetido pela Câmara à sanção do Senado

As Ligeiras Observações sôbre as emendas do Dr. Rui Barbosa feitas à redação do Projeto do Código Civil pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, terminadas de redigir na Bahia a 25 de setembro de 1902, saíram no Diário do Congresso de 26 de outubro.¹ Constituem um total de 100 reparos ao Projeto, sendo:

- 68 defesas da redação parlamentar;
- 2 defesas pessoais do revisor, de emendas suas;
- 18 adesões a emendas de Rui ao texto parlamentar;
- 12 críticas gramaticais a frases de Rui estranhas ao texto de suas emendas.

Enquanto, em sua rápida revisão do texto da Câmara, o professor Carneiro se limitara a fazer 77 emendas, Rui fez recair sua crítica em 524 pontos. Na Réplica, a resposta ao ilustre professor baiano arrebatou a parte leonina; nela é que se concentra com particular insistência a arguição de Rui, que lhe consagra os 14 primeiros artigos da Parte Geral e 105 extensos parágrafos da Parte Especial, do n.º 35 ao n.º 360.

*
* *

Antes do gramático, saíra a campo o jurista, no fascículo de setembro de 1902 da Revista de Legislação. Mereceu de Rui 6 números, de 25 a 30, da Parte Geral, e 6 parágrafos na Parte Especial, do n.º 419 ao n.º 450.

*
* *

Foi mais largamente aquinhoadada a resposta ao parlamentar, que abrange 10 números da Parte Geral, de 15 a 24, e, na Parte Especial, os 20 parágrafos que correm do n.º 361 ao n.º 418.

1. Deu segunda edição em volume a Livraria Catilina de Romualdo dos Santos. Bahia, 1917, 8.º de 92 páginas.

*
* *

À crítica de José Veríssimo, publicada no Correio da Manhã de 4 de agosto de 1902 com o título Uma Lição de Português, consagra a Réplica um número, o 31.º, da Parte Geral e três longos e substanciosos parágrafos da segunda parte, do n.º 451 ao n.º 496.

*
* *

A agressão a que se refere Rui, rebatendo-a nos ns. 32-34 da Parte Geral, é constituída pelos artigos em jornais que ao assunto dedicou Medeiros e Albuquerque, nomeadamente o que, aparecido no Correio da Manhã de 5 de agosto de 1902, saiu transcrito no Diário de Pernambuco a 14 do mesmo mês.

*
* *

Outros opositores, ainda, foram surgindo, a que Rui se não refere na Réplica. Sobre o assunto, expenderam conceitos, por exemplo, Artur Orlando em artigos do Diário de Pernambuco de 12 e 15 de agosto, e Oliveira Fonceca, nos que, publicados em diversos jornais do Rio e de Pernambuco, formaram, mais tarde, reunidos, com aditamentos sobre a Réplica, o volume Observações sobre as emendas do Senador Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Imprensa Gutenberg, 1904.

*
* *

Redigido em 3 de abril de 1902, o Parecer foi apresentado à Comissão Especial do Senado, que lhe deu aprovação imediata. Sòmente a 27 de julho seguinte, no entanto, é que foi oficialmente publicado. Entre as duas datas, ferveram comentários e impugnações que, a 21 de julho, seis dias antes da publicação do Parecer, levaram o Senador baiano à tribuna da Câmara alta, para reivindicar o direito, ou antes o dever, que ao Senado assistia de sujeitar a meticoloso exame o extenso

XIV

processo. Feita em 26 de outubro pelo professor Carneiro a primeira defesa oficial da redação parlamentar do projeto, como recordamos acima, logo no dia seguinte Rui proferiu em plenário um breve discurso, publicado, sem sua revisão, nos Anais do Senado, vol. II, p. 844-845. A 7 de novembro, o Diário do Congresso trazia a público a resposta ao Parecer do Senador Rui Barbosa elaborada, em nome da Comissão da Câmara, pelo deputado Anísio de Abreu, resposta que motivou o discurso proferido pelo senador Rui a 11 daquele mês e publicado, igualmente sem revisão sua, nos Anais, vol. III, p. 57-81.

*
* *

Terminada de redigir a 31 de dezembro de 1902, a Réplica de Rui saía dos prelos da Imprensa Nacional em 1904 num denso volume de 600 páginas. Com a publicação não terminaram de todo arguições e reparos, a que teremos de nos referir no anunciado volume suplementar. Desde já, no entanto julgaríamos cometer grave injustiça se não mencionássemos com particulares encômios a tréplica¹ do professor Carneiro, sólido monumento de profundo saber, que muito honra ao ilustre antagonista de Rui.

*
* *

Foram respeitadas, na presente edição, as alterações introduzidas pelo autor na transcrição publicada pela Revista de Língua Portuguesa, n.ºs 1 a 37. Note-se que só até o n.º 6 a revisão é atribuída "ao próprio mestre".

São do revisor as notas precedidas de asterisco.

Rio, 7 de abril de 1952.

AUG. MAGNE.

1. Cf. Ernesto Carneiro Ribeiro, professor jubilado do Ginásio da Bahia. *A redação do projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Rui Barbosa*; 3.ª edição cuidadosamente revista de acôrdo com a primeira, de 1905, por Deraldo Inácio de Sousa. Bahia, Livraria Progresso Editôra, 1950; 8.º de 896 páginas.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SUPPLEMENTO AO N. 120, DE 10 DE OUTUBRO DE 1903

SENADO FEDERAL

Replica ás defesas da redacção do projecto da Camara

Senadores da Comissão do Código Civil

« Venha alguém menos occupado e mais deuto do que eu sou, para que ouzando meus defeitos, os queos bem se podem recompensar com o zelo e amor que tenho á patria. »

J. de Barros: Dec. 1, 15.

Estas palavras do antigo historiador e modelo da nossa boa linguagem, cujo nome não cairá fóra do proposito num debate onde tão solennemente se questiona dos direitos della na codificação que tem de succeder, pará o Brasil, ás velhas Ordenações do Reino, exprimiriam em toda a simplicidade e sinceridade os sentimentos, com que de vós o Senado solicitei me fizessem mereço exonerar-me dos cargos de membro e presidente desta commissão, quando vi os escarceos encapellados em volta de um trabalho, que, obrigado a costear e transpor tantos escolhos, como já eram os de sua condição natural, demandava, para a segurança e bom successo da viagem, tempo limpo, céu claro e mar bonança. Nem vós o quizestes, nem o Senado. Por tres vezes insisti. Da ultima implorei. Mas tudo em vão. Houve elle por bem negar-me unanimemente a dispensa requerida. Vós, sobre não m'a concederdes, acceitastes a este claro signal de confiança a incumbencia, que logo assumistis commetter-me, de proceder eu, no cabo da nossa tarefa, quanto á forma e á substancia, á sua revisão geral.

Permitti que, agradecendo-vos, me quixesse da vossa generosidade. No que me toca, a mereço, que me fizestes, de tamanha honra, não compensa o temor da responsabilidade, que me impondes; e, pelo que respeita aos interesses da obra, em cujo bom exito anta empolhei o Congresso, creio se teriam considerado melhor, se, rejeitando logo a minha tentativa de critica ao trabalho da Camara de Deputados, evitassis com tanto amor proprio irritação esse conflicto. Fui poeira e polvorada me soffoca e asseboria. Fazer menos do que fiz, atter-me da franqueza, que assumi, por meu mal, iras tabernhas, não m'o consentia o meu natural, disposto e affeito á verdade. O maior de todos os desabores, que, sentindo como sinto, não podia occasionar o meu papel neste cargo, era e de não a dizer lateira. Deus me livre de *quaxaxa* conti-

À minha consciencia, me pudeas eu arguir algum dia a meu mesmo da cobardia de emmudecer. *Vie nisi quis tacui*, auto posto cujos deveres ora me fallar lentamente.

Satisfeito estes, porém, segundo os dictames da minha convicção, bem feliz me sentiria, se lograsse alliviar-me dos riscos de um escargo, para o desempenho do qual ninguém duvidaria mais da minha competencia que eu mesmo. Sendo tantos os conspiradores contra o meu trabalho, « sujeitos de importancia em virtude e letras »*, mais de presumir seria fozem meus os erros que dolles. Se neste sentido se enunciará o *eredictum* do Senado, teria a dupla vantagem, para mim, de me desopprimir de onus, a cuja delicadeza não estou seguro de corresponder, e, para o commettimento enovado pelo Congresso, de esquivar a tanta tarjança, que este incidento lhe vai custar.

Rejeitadas, como foram, por vós e pelo Senado as minhas excusas, deixa de ser minha uma responsabilidade, a que eu me submetti, por me não ser licito declinar a meu livre alvodio, e me forçarem as obrigações do meu mandato no Senado a lhe obedecer, quando quer que se trate do serviço nacional em materia legislativa. Se por amor deste, não esquecendo o respeito e a gratidão, que vos devo, me refugio aos labores de tão espinhosa missão, para a qual me fallecem juntamente vigor e capacidade. Já não era pouco o ora que escolti as minhas poses a difficuldade juridica do trabalho, que me encarregastis. Cresceu ella, porém, sobremaneira, ainda, com o episodio tumultuoso, a que a esgarrou a questão philologica, envenenada pelos sentimentos pessoais, cuja interferencia desnatura quasi sempre as controversias entre o *genus irritabile* de homens de letras. Diz-se que « SCHILLER apresentara em dar de mãos as polemicas litterarias, occasionadoras que sempre são de dissabores, arrependimentos e miserabilissimo dispendio das horas de ouro. » Com serem as minhas de mais baixo metal, não as troco pelas utilidades negativas desta casta de porfias, que o sentimento da sua esterilidade sempre me induziu a fugir.

* INDIAS, VI, 5.

* FR. LUIS DE SOUSA: Vida do Arcebispo de Goa (ed. de 1890) p. 29.

* CASTILHO: Fausto, p. 410.

Suplemento do *Diário do Congresso* — n.º 120, de 10 de outubro de 1903, contendo a primeira impressão da *Réplica* (Exemplar da Casa de Rui Barbosa).

PROJECTO
DE
CODIGO CIVIL BRAZILEIRO
—
TRABALHOS

DA
COMMISSÃO ESPECIAL DO SENADO

—
VOL. II
—

REPLICA

Ruy Barbosa
DO
Senador Ruy Barbosa

AS DEFESAS

DA
REDACÇÃO DO PROJECTO DA CAMARA DOS DEPUTADOS



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1904

Fôlha de rosto da primeira impressão em livro da *Réplica* (Exemplar da Biblioteca de Rui Barbosa).

Dimensões do original

Pres. Benedito
de Commisões do Código Civil

1472

1272 e 7

" Venia alguma menor occi-
pado e não doito do que eu
sou, para q. emenda meus de-
feitos, os queas bem se podem
recompensar com o zelo e amor
que tanto d' patria "

Jo de Barros: Dec. I, 15

Estas palavras do antip historicador e modelo
da nossa boa linguagem, cujo nome nas saia fora
de proposito num debate onde era solennemente se
questionava dos direitos de uma codificação que tem
de succeder ^{para o Brasil,} às velles orações de reus, exprimindo
em toda a sua simplicidade e sinceridade os sentimentos
for, com que de nós e do mundo subleite se dignos
exponer os dos corpos de membros e presidente deita com-
mista, quando n. os encarecer encapellados em vol.
ta de um trabalho, que, obrigado a corte e tempo
tanta encoberto como ~~se~~ um a vez n. de sua condicoes
natural, demandava, ~~subleite~~ para a exigencia

Primeira página do manuscrito
da *Réplica* (Arquivo da Casa de
Rui Barbosa).

Recebendo, porém, muita contrabugias a
minha ~~tema~~ gente para a tarefa que me incumbem
be, espero, e ~~me~~ supplico ainda uma vez me dê.
penseis de continuar como o Sera', de um lado,
manifesta agridade para comois; porquanto o
meu chelo serve ^{expressa} ~~representa~~ como expressa-
ção de tribulho, que submettem os meus

forças a terra para democracia, e a marinha e aerão
está reclamando pelo seu direito. De outro lado,
será um ato, não só de boa política, mas até de
necessidade, a bem da obra que intenciona, alviseque
des a vez esqueça de um compromisso,
cujo nome, pelo meio melhores que substituir
contra a venta incidente, ficará sendo ocorrer certo
de seus memória e lutas contra o que fixar,
pois como que que o forçar.

Nas me recessos, pois, quando me lembrados lido,
a justa petição, em que abito, e anotei, a todo o meo

Родна

Table by Chittenden Jan. 20, 1903.

Reus Barbera - Penetians 12 c. 6.

Última página do manuscrito
da *Réplica*. Note-se o engano de
data: 1903 em vez de 1902. (Ar-
quivo da Casa de Rui Barbosa.

SRS. SENADORES DA COMISSÃO DO CÓDIGO CIVIL

« Venha alguém menos ocupado e mais douto do que eu sou, para que emende meus defeitos, os quais bem se podem recompensar com o zêlo e amor que tenho à pátria. »

[J. DE BARROS. Déc. I, 15.]

Estas palavras do antigo historiador e modelo da nossa boa linguagem, cujo nome não cairá fora de propósito num debate onde tão solenemente se questiona dos direitos dela na codificação que tem de suceder, para o Brasil, às velhas Ordenações do Reino, exprimiriam em tôda a simplicidade e sinceridade os sentimentos, com que de vós e do Senado solicitei me fizessem mercê exonerar-me dos cargos de membro e presidente desta comissão, quando vi os escarcéus encapelados em volta de um trabalho, que, obrigado a costear e transpor tantos escolhos, como já eram os de sua condição natural, demandava, para a segurança e bom sucesso da viagem, tempo limpo, céu claro e mar bonança. Nem vós o quisesstes, nem o Senado. Por três vêzes insisti. Da última implorei. Mas tudo em vão. Houve êle por bem negar-me unânimemente a dispensa requerida. Vós, sôbre não ma concederdes, acrescentastes a êste claro sinal de confiança a incumbência, que logo assentastes cometer-me, de proceder eu, no cabo da nossa tarefa, quanto à forma e à substância, à sua revisão geral.

Permiti que, agradecendo-vos, me queixe da vossa generosidade. No que me toca, a mercê, que me fizestes, de tamanha

honra, não compensa o temor da responsabilidade, que me impondes; e, pelo que respeita aos interesses da obra, em cujo bom êxito anda empenhado o Congresso, creio se teriam considerado melhor, se, rejeitada logo a minha tentativa de crítica ao trabalho da Câmara dos Deputados, evitásseis com tantos excessos de amor-próprio irritado êsse conflito, cuja poeira e polvorada me sufoca e assoberba. Fazer menos do que fiz, abster-me da franqueza, que suscitou, por meu mal, iras tamanhas, não mo consentia o meu natural, disposto e afeito à verdade. O maior de todos os dissabores, que, sentindo como sinto, me podia ocasionar o meu papel neste cargo, era o de não a dizer inteira. Deus me livre de que, na conta à minha consciência, me pudesse eu argüir algum dia a mim mesmo da cobardia de emudecer — *Vae mihi quia tacui*¹ — num pôsto cujos deveres eram de falar isentamente.

Satisfeitos êstes, porém, segundo os ditames da minha convicção, bem feliz me sentiria, se lograsse aliviar-me dos riscos de um encargo, para o desempenho do qual ninguém duvidaria mais da minha competência que eu mesmo. Sendo tantos os conspiradores contra o meu trabalho, «sujeitos de importância em virtude e letras»², mais de presumir seria fôssem meus os erros que dêles. Se neste sentido se enunciara o *verdictum* do Senado, teria a dupla vantagem, para mim, de me desoprimir do ônus, a cuja delicadeza não estou seguro de corresponder, e, para o cometimento encetado pelo Congresso, de esquivar a larga tardança, que êste incidente lhe vai custar.

Rejeitadas, como foram, por vós e pelo Senado as minhas escusas, deixa de ser minha uma responsabilidade, a que só me submeti, por me não ser lícito decliná-la a meu livre alvedrio, e me forçarem as obrigações do meu mandato no Senado a lhe obedecer, quando quer que se trate do serviço nacional

1. ISAÍAS. VI, 5.

2. FR. LUÍS DE SOUSA. *Vida do Arcebispo*, vol. II [ed. de 1890], p. 29.

em matéria legislativa. Só por amor dêste, não esquecendo o respeito e a gratidão, que vos devo, me resigno aos labôres de tão espinhosa missão, para a qual me falecem juntamente vigor e capacidade. Já não era pouco o em que excedia as minhas posses a dificuldade jurídica do trabalho, que me encarregastes. Cresceu ela, porém, sobremaneira, ainda, com o episódio tumultuoso, a que a esgarrou a questão filológica, envenenada pelos sentimentos pessoais, cuja interferência desnatura quase sempre as controvérsias entre o *genus irritabile* dos homens de letras. Diz-se que «SCHILLER assentara em dar de mão às polêmicas literárias, ocasionadoras que sempre são de dissabores, arrependimentos e miserabilíssimo dispêndio das horas de ouro»¹. Com serem as minhas de mais baixo metal, não as troco pelas utilidades negativas desta casta de porfias, que o sentimento da sua esterilidade sempre me induziu a fugir.

Mas, dada a posição que me designastes, a pendência nesse terreno escabroso e esmarrido era inevitável. Não a determinaria somente a minha maneira de ver sobre² as relações íntimas entre a ciência e a arte, entre a essência e a forma nas obras do espírito e da palavra, em cujo número não se poderão deixar de incluir as grandes codificações, antigas, ou modernas. A essa necessidade fatalmente me teria de levar o imperioso exemplo dado, já pela Câmara, já pela sua comissão especial. A primeira votara e consignara nos seus *Anais* emendas, cujo objeto era corrigir acidentes gramaticais, por assim dizer indiferentes. A segunda adotara, e registara,

1. CASTILHO. *Fausto*, p. 410.

2. Um eminente filólogo, de quem algumas ocasiões me tenho atrevido a discordar, concordando aliás com êle as mais das vezes, considera somenos aos do *acêrca* os créditos filológicos do *sobre*. [C. DE FIGUEIREDO. *Liç. Prát.*, v. I, p. 246.]

Não é, entretanto, menos habitual no uso clássico o *sobre* que o *acêrca*. Creio que em frequência entre si porfiam os dois. Veja-se :

D. DUARTE. *Leal Conselheiro*, p. 93, 105, 125, 305, 461, 464, 261, 324, 348, 405, 420, 435, 228, 237, 242, 244, 251, 255, 445, 403, 364, 226'

nas suas atas impressas, retificações, cuja extrema severidade, baixando à própria ortografia, mandava derriscar até letras, escusadas talvez, mas inofensivas, nos vocábulos do texto, revisto e aprovado.

Entre a revisão ultragramatical, porém, por que passara na comissão, e a revisão gramatical, por que passou na Câmara, sujeitou-se, por deliberação daquela, o projeto a terceira prova, da mesma natureza, mas em que, pelas circunstâncias, se acentuou ainda mais ao vivo, com traços novos e inauditos, a preocupação de esmêro literário, aparente nos primeiros elaboradores parlamentares do projeto. Depois de adotado pela comissão especial da Câmara e como tal estampado no *Diário do Congresso*, remeteram-no a um gramático extraparlamentar, o Dr. CARNEIRO, professor na Bahia, para cuja ciência da língua se apelava, e cuja errata, alinha-

215, 200, 203, 210, 212, 214, 208, 209, 197, 198, 199, 296, 298, 43, 45, 46 334, 368.

GIL VICENTE. *Obr.*, I, 144, 205.

BERNARDIM. *Menin.*, p. 89.

GÓIS. *Crôn. del-rei D. Eman.*, fol. 93, 93 v., 94 v., 105, 107 v., 260.

BARROS. *Déc.*, ed. de 1777, v. VI, p. 9, 14, 26, 59, 71, 72, 74, 113, 116, 120, 122, etc.

DUARTE NUNES. *Crônicas*, v. I, p. 30, 362, 373, 380.

CAMÕES. *Lus.*, I, 20, IV, 39, VII, 63, VIII, 60.

D. FRANCISCO MANUEL. *Epanáforas*,* p. 114, 123, 124.

COUTO. *Décad.*, v. I, p. 4, 22, 23, 32, 38, 41.

SOUSA. *História de São Domingos*, p. I, l. VI, c. 37, p. 339 [da ed. de 1866, cinco vezes]. *Vida do Arceb.*, v. I, p. 380 [duas vezes].

VIEIRA. *Serm.*, v. VI, p. 245, 259.

BERNARDES. *Luz e Calor*, p. 93, 94, 96. *Nova Floresta*, v. IV, p. 288, v. II, p. 99.

BLUTEAU, *Vocabul.*, v. VII, p. 673, 1.^a col.

CAVALEIRO DE OLIVEIRA. *Cartas*, v. III, p. 334 [três vezes].

CASTILHO. *Amor e Melanc.*, p. 353, 378, 386. *Metrificação*, p. VIII. *Felicidade pela Instruç.*, p. 15, 22, 25, 35, 38, 41, 48, 49. *Colóquios*, IX, 171, 181, 299, 327, 368.

A. HERCULANO. *Opúsculos*, v. V, p. 31, VI, p. 53 [duas vezes], 153.

E poderia citar ao infinito, de todos os mestres, antigos e modernos, se valera a pena.

* [Metáforas, traz por equívoco o original de Rui.]

vada em alguns dias, foi subscrita, sem debate, nem exame, *nemine discrepante*, pela comissão especial. Era a primeira vez que se descontinuava a lucubração parlamentar de uma lei, para se entregar, fora da assembléia onde se estivesse fazendo, ao arbitramento literário de estranhos. Era, ainda, a primeira vez que se confiava a redação de um código civil, seara até aqui exclusiva de jurisperitos, ao tribunal singular de um lingüista. Tão soberanamente atuava nos codificadores da outra casa do Congresso a obsessão artística de que o projeto lhes saísse das mãos sem a menor mácula de linguagem.

A que êle nos trazia da outra Câmara, era, portanto, o primeiro objeto que ela recomendava à nossa atenção. Dando-lha, pois, antes de tudo, conformávamos com o rumo, que aquela assembléia mesma imprimira ao curso do projeto. Nós não colaboramos nos trabalhos dela, nem nos da sua comissão, ou nos do seu gramático. Nesse tríplice convergir de esforços por que a forma do projeto saísse extremada no aspecto vernáculo se nos oferecia, porém, a expressão de que realmente a Câmara lhe tinha a vernaculidade em ponto de honra parlamentar. Ora, dividindo-se o parlamento, neste regímen, em dois ramos eqüiponderantes, era de crer que o seguirmos os membros do segundo a lição firmada pelo outro, a êste se afigurasse testemunho de harmonia com os seus intuitos e preito aos seus ditames.

Como, entretanto, os tomássemos a sério, e, de conformidade com êles, buscássemos, com o rigor de que exprimiam o desejo, a demão literária ali começada, para logo se viu negrejar a mais estranha procela, que nunca escurecera por êsses horizontes. Estávamos fora da regra, e da ordem, e da decência, e de tudo. «A revisão literária, a forma, o estilo» haviam sido, para os membros da comissão especial naquela casa, mera «preocupação *acessória*».¹ Naturalmente por isso,

1. *Diário do Congresso*. Supl. ao n.º 211, de 7 de nov. de 1902. *Câm. dos Dep. Comissão do Cód. Civ. Resposta ao parecer do senador Rui Barbosa*. P. 5, col. 3.ª.

apesar de chegarem ao número, sem exemplo entre as nossas comissões parlamentares, de vinte e um, reunindo a flor dos especialistas em cada uma das vinte e uma deputações estaduais, não contentes do próprio escrever, nem do que lhes dispunham à mão os filólogos da capital republicana, transpuseram mares, e foram buscar na Atenas do Norte a essência do saber gramatical, dobrando-se ao *jube domine* do professor baiano. Sem embargo dessa peregrinação filológica e dessa extraordinária intervenção, era de coisa bem diversa que ali se cogitara. «Só depois de ultimado pelo Congresso, Câmara e Senado, o trabalho de joeiramento e seleção dos princípios e doutrinas, de apurado o direito a codificar-se, tinha-se de curar da forma, do estilo, da redação definitiva do trabalho legislativo.»¹

Isso, que «ao bom senso mais vulgar se impunha»,² não o enxergamos os de comissão do Senado. Havíamos de ter percebido, se tivéssemos siso, que, se a Câmara fizera substituir, no art. 372, a expressão «a *uma* mulher casada», por «a mulher casada», e, no art. 763, suprimir a expressão *nêle*, apesar de estritamente gramaticais uma e outra, não era porque levasse o zelo da forma ainda além da correção dos filólogos, até ao capricho dos elegantes. Havíamos de ter entendido, se nos não minguassem o tino comum, que, se a comissão especial da Câmara se ocupara em decotar ao projeto os *agás* inúteis,³ não era porque requintasse o apuro da gramática até às mais ligeiras minúcias da ortografia. Havíamos de ter sentido, enfim, se de todo não garrássemos do *bom senso*, que só depois de «joeirada» juridicamente, numa e noutra câmara, a codificação projetada, é que relevaria joeirá-la gramaticalmente, a saber que, para esta lei *sui generis*, teríamos,

1. *Ibid.*

2. *Ibid.*

3. Emenda CLÓVIS, sobre a palavra *teor*, ao art. 133, mandando-lhe tirar o *h*. *Trabalhos da Comissão Espec. da Câm. dos Dep.*, v. VII, p. 277.

em ambas as casas do Congresso, duas operações sucessivas, cada qual com as suas três discussões, a primeira consagrada à matéria, a segunda à linguagem do projeto.

Desprovidos, nesse extremo grau, de senso comum, perpetrámos o mesmo atentado, que na Câmara se perpetrara, de expungir os erros de forma, desde que se nos deparassem visivelmente no correr da revisão encetada. Tanto bastou para que se dessem as mãos contra nós, e nomeadamente contra mim, todos os co-autores e revisores do projeto. Deu o alarma a comissão da Câmara, convocando-se, com pregão de ordem do dia extraordinária, para uma sessão especial, que se veio a celebrar em 5 de agôsto.

Não sei se chegaria a meia dúzia o número dos presentes à assentada. Mas um só valia por todos; porquanto a sua iracúndia *stridebat dentibus*¹, e me crivava o nome de ofensas, acolitadas, entre o silêncio dos mais, pelo espírito hilariante de outro, engenho superior, que se gabava de ter dado «boas gargalhadas» à leitura do meu ridículo trabalho. Do congresso dessa hilaridade com aquêlê frenesi nasceu, daí a três meses, o parecer anunciado para dentro em vinte dias. Dizia-se «da Comissão Especial em nome da Comissão dos Vinte e Um», que, apesar de tôdas as maiúsculas e cabídotas sobreviventes ao seu cargo, expirara com a votação do seu projeto pela Câmara dos Deputados, e má cópia nos daria da sua jurisprudência, delegando funções e constituindo procuradores *post mortem*.

Ao mesmo tempo faziam assoalhar que o revisor baiano do projeto, convidado a escachar-me, tinha na frágua, a grandes baterias de martinete, uma resposta de Titão agastado. Como se não bastasse, para me reduzirem a pó, constava também de outra desforra mais setentrional e não menos desmesurada à minha pequenez e ao meu abandono, ameaçados assim, além de tôda aquela tormenta, com os raios do ilustre professor do Recife, o primeiro autor do projeto. O Dr. CLÓ-

1. Act. Apostol., 7.

VIS BEVILÁQUA e a Comissão dos Vinte e Um, que haviam curvado ambos as cabeças à férula do Dr. CARNEIRO, implorada pela comissão parlamentar e nem sequer murmurada pelo emérito lente pernambucano, davam-se as mãos contra mim, tendo-me a mal o que a êle agradeciam. Já era pavorosa a minha situação. Mas, «por mais dobradas mágoas», acabaram surdindo-me à proa, do jornalismo periódico, duas bombardeiras grossas, uma, ainda bem! com pavilhão de gente polida, a outra sem mais bandeira que a do seu apetite à prêsa inimiga, a vomitar-me feros e afrontas.

Ora, já o nosso CAMÕES, homem de prol na pena e no ferro, se não corria de confessar que

«o ânimo valente

Perde a virtude contra tanta gente».¹

Era um dêsses casos, em que se podia renovar a assombrada exclamação de VIEIRA: «Pois tanto empenho, tanto aparato, tanto estrondo, tanta máquina para reduzir a um homem?»² Dizia a antiguidade que *nem Hércules contra dois*. O gigante que saiu a desafio contra o exército de Saul, com ter seis côvados e palmo de altura³, não se atreveu a entrar em certame senão com um homem só por só. «Pois se era tamanho como três homens», interroga o orador sagrado, «por que não desafiava a sua arrogância ou a três, ou quando menos dois, senão a um só: *ad singulare certamen*?⁴ Porque sabia, como soldado que era, que um homem contra mais que um homem, por mais gigante e por mais valente que seja, não tem partido».⁵ De bom partido, pois, nesta luta não me deve quase restar esperança, a mim, que, entre tantos, de tão desmarcado valor, *positus in medio, quo me vertam*

1. *Lusíad.*, IV, 35.

2. *Sermões*, v. II, p. 21.

3. *1 Reg.*, XVII, 4.

4. *Eligite ex vobis virum, ut descendat ad singulare certamen*. *1 Reg.*, XVII, 8.

5. VIEIRA. *Serm.*, v. II, p. 6.

nescio. Se a conjuntura, pois, fôra de ordem particular, e se tratara apenas da minha reputação literária, eu não me mexera, e, deixando-a derivar à mercê do seu merecimento, ou do seu fado, talvez chegasse até a subscrever, contra mim próprio, as diatribes dos políticos, dos gramáticos, dos causídicos, dos críticos, dos histéricos, todos metidos a mestres da língua e do estilo, e a fazer a confissão de que VIEIRA não corou: agora «conheci que não sei falar português». ¹

Desde que, porém, esposastes sem reservas o meu trabalho, abraçando-o por vosso, não seria decente furtar-me ao dever de justificá-lo contra os seus impugnadores, mostrando que nem eu induzi a comissão do Senado a um passo em falso, nem ela a tal se expôs.

Mas, antes de refutar por menor, uns após outros, os meus contraditores, direi por maior o que me acode, a respeito de cada um, quanto à sua intervenção, o caráter da sua crítica e a situação em que ela enterreirou o debate.

1. *Cartas*, v. III, p. 141.

PARTE I

GENERALIDADES

I

O GRAMÁTICO

«Com tôda a alma na pena.»

[VIEIRA. *Cartas*, v. III, p. 167.]

1. — Saíra a lume o meu trabalho, no *Diário do Congresso*, aos 27 de julho. O do professor CARNEIRO veio a público, no mesmo jornal, em 26 de outubro, trazendo a data de 25 de setembro. Dois meses, pois, lhe absorveu a sua réplica, ao passo que para a sua revisão total do projeto lhe tinham chegado quatro dias e poucas horas.

Merece relida e meditada a parte inicial da réplica, onde o seu ilustre autor dá conta das circunstâncias, em que lhe tinham pôsto aos ombros tamanha cruz, e dos motivos que com ela o conformaram:

«Aos trinta e um dias do mês de janeiro do corrente ano, procurou-me o meu distinto amigo e antigo discípulo Dr. José Joaquim Seabra, presidente da Comissão Especial do Código Civil, e apelando para a nossa antiga amizade, invocando o meu amor à Pátria, pediu-me fizesse a leitura do Projeto do Código Civil, que me trazia, e lhe corrigisse as faltas que poderia haver relativamente à linguagem.

«Achava-me então em um dos arrabaldes da Bahia, passando a temporada calmosa, devendo ao outro dia voltar para a cidade, *como de fato fiz, para recommençar os trabalhos do colégio de que sou diretor.*

«Mostrei ao presidente da Comissão a *quase impossibilidade de ler atentamente o importante trabalho, de cerca de dous mil artigos cheios de divisões e subdivisões, atento o escasso tempo dentro do qual lho devia apresentar, e de que seria êle mesmo o portador.*

«Insistiu, porém, o meu amigo; falou-me do dever que tínhamos todos de, em sua esfera, cooperar cada um em bem da pátria.

«Não lhe ofereci mais resistência: disse-lhe, depois de lhe agradecer o encargo sobremodo honroso, com que *em nome da comissão* me distinguia, que faria as correções de linguagem *que mo permitisse a brevidade do tempo.*

«Não me poupei a sacrifícios; e já crescido em anos, trabalhado pelos árduos labôres da educação da mocidade, só Deus e eu sabemos quanto de tenaz esforço, de porfiado trabalho, foi mister para desobrigar-me da honrosa incumbência, que se me havia deposto nas mãos!..

«Para satisfazer êsse empenho, que se me afigurava superior às minhas fôrças, *tive apenas quatro dias e algumas horas!*

«Já se vê que não era possível a ninguém, em tão curto prazo e tão de afogadilho, ler atentamente, corrigir com todo o cuidado e apuro, limar, polir, esmerilhar um trabalho de tanto fôlego, sem ficar aqui e ali uma ou outra falha, que naturalmente escaparia aos olhos fatigados de perlustrar tantos artigos.

«Li todo o Projeto do Código; corriji-lhe as faltas de linguagem que mais me pareciam destacar-se e relevar-se.»

2. — Estas explicações accusam e defendem, ao mesmo passo, o meu respeitável mestre. Defendem-lhe a competência das imperfeições da sua obra. Acusam-lhe a fraqueza do mal da sua condescendência. Vê-se que para a revisão cabal lhe não deram vagar. Mas igualmente se chega a saber que o professor CARNEIRO aceitou as responsabilidades do encargo, na prévia certeza de que o não podia vencer. Isto suposto, o que lhe cumpria, era, custasse o que custasse aos seus sentimentos particulares, rejeitá-lo desenganadamente. Dessarte, magoando, talvez, a amizade, serviria, sem dúvida, ao país.

Delicadíssima era a situação do mestre, na estreitura em que o seu ilustre discípulo o entalava. Nunca, até então, se cometera a um professor de línguas, profano em coisas jurídicas, a redação de um código civil. Antes que déssemos a futuros codificadores este exemplo, em cuja imitabilidade não creio, sempre se encarregara exclusivamente essa tarefa a sabedores insignes na ciência das leis. Ora, tão alheio delas é o provector filólogo baiano, que nem sequer lera jamais o *Código Filipino*. Aliás não se daria o fato de não citar uma só vez as *Ordenações*, com serem de autoridade clássica entre os clássicos, de cujos excertos lhe transbordam os escritos gramaticais. Apenas de uma feita, agora, na réplica, invoca as *Ordenações Afonsinas*, mas isso de segunda mão, por confessado empréstimo do vocabulista MORAIS.¹

Era, logo, por terreno desconhecido que o convidavam a entrar. Faleciam-lhe os conhecimentos peculiares do frasea-

1. *Ligeiras observações sobre as emendas do Dr. Rui Barbosa, feitas à redação do projeto do Cód. Civ., pelo DR. ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO. Diário do Congresso. Sup. ao n.º 201, de 26 de out. de 1902. P. 13, col. 3.ª.*

Quando aludir a esse trabalho, de ora avante o designarei, abreviadamente, pelo simples título de *Ligeiras Observações*.

do jurídico, para dar ao do projeto a devida propriedade. Escasseavam-lhe, com o saber jurídico, as luzes indispensáveis, para entender a linguagem empregada, retificá-la, alterá-la, melhorá-la, substituí-la. Já dêsse lado, pois, era «quase impossibilidade» o que se lhe requeria.

Mas a esta se sobrepunha outra: a que êle mesmo confessava. Pretendiam que em «quatro dias e algumas horas» se familiarizasse com uma codificação de 1.832 artigos, «cheios», no seu dizer, «de divisões e subdivisões». Só o ler atentamente um trabalho tal fôra, ao que declara o mesmo Dr. CARNEIRO, «quase impossibilidade». Só o lê-lo. Notem bem. Fôrça era concluir, portanto, que o aprofundá-lo e apreendê-lo, o relê-lo e repesá-lo, o confrontá-lo e miudeá-lo, tudo necessário para lhe conhecer com segurança as faltas, e emendá-las com acêrto, que, em suma, todo êsse trabalho de empenho sério e tão detençosa consulta seria, naquele espaço de tempo, uma impossibilidade *total*. Não lhe restava, sequer, a fútil atenuante do *quase*, insinuado por dissimulá-la.

Ora, para tarefa em que só mui de assento e sôbre mão se poderiam sair bem os mais versados mestres, obra de cem horas era tudo o de que disporia o revisor. Tantas eram, pouco mais ou menos, as em que deviam montar os «quatro dias e algumas horas», cuja estreiteza alega. Admitindo que, durante êles, não comesse, não dormisse, não desabrisse mão do trabalho, ainda assim não teria, para cada artigo, mais que *três minutos e dezesseis segundos*, espaço miserável, se atentarmos na dificuldade múltipla de tão largo estudo.

Mas, evidentemente, lhe concederíamos demais, figurando que lidasse continuamente, sem respirar, *vinte e quatro horas* diárias, em quatro dias sucessivos. O ilustre professor há de pagar o seu tributo às necessidades humanas; assaz entrado em anos, já transpôs a casa dos sessenta; e tem graves

obrigações profissionais, de assiduidade forçada.¹ E' «diretor de um colégio», êle próprio o adverte, e ia reabrir-lhe, como diz lhe reabriu, os cursos, quando se teve de embrenhar na revisão do projeto. Muito darei, pois, dando que lhe consagrasse diàriamente dez horas. Seriam, por tôdas, quarenta e quatro, ou *um minuto e vinte e seis segundos* para cada artigo do projeto. Ora, dêles haverá que nem de carreira se possam ler nessa fração mínima de tempo. Haja vista o art. 182, que abrange quatro páginas de largo formato, no volume onde está.

3. — Reduzido a essa irrisória razão, a essa fome de tempo, devia o ilustre professor aceitar a missão, que lhe impunham? Desculpa-se êle que objetara; mas, porque lhe falaram no amor da pátria e no dever, que todos temos, cada qual em sua esfera, de lhe ser úteis, «não ofereceu mais resistência». Por amor dêsse dever, porém, é que, ao contrário, havia de persistir em oferecê-la. À pátria não se logra servir útilmente senão com a consciência; e esta, ainda supondo juntos no indivíduo o mais hábil dos escritores e o mais sábio dos juristas, não lhe toleraria o compromisso de rever um código civil à celeridade elétrica de minuto e meio por artigo.

4. — Eu não ignorava que, se o douto filólogo baiano se não achasse constrangido a essa improvisação absurda, condescendendo em se meter a repentista, como os poetas de outeiro, em matéria de imenso tomo, outros seriam os frutos do seu concurso. Essa justiça lhe rendi amplamente no

1. Dando o motivo, por que à sua *Nova Gramática Portuguesa* pusera por sobretítulo o nome de *Serões Gramaticais*, escrevia, prologando-a, o Dr. CARNEIRO: «*Serões* lhe chamamos nós, porque, na vida trabalhada afanosa que levamos, só em horas difícil e penosamente subtraídas ao repouso é que os traçamos e escrevemos.» P. III.

meu parecer; e se nela pudesse estar a justificação do professor CARNEIRO, escusava êste de articulá-la contra mim, quando eu mesmo, de moto próprio e antecipadamente, lha rendera.

«Bem sei, dissera eu, que, em rápido excursão ao Norte, o digno presidente daquela comissão, portador solícito do trabalho por ela adotado, o submeteu ao esmeril de um gramático ilustre. Conheço e acato essa autoridade, que tenho a fortuna de considerar entre os meus primeiros e melhores mestres, contando-me, inda hoje, entre os seus discípulos mais reverentes. *Mas para a empreitada apenas lhe deram alguns dias; e, em tão acanhado lapso de tempo, não seria possível, a quem quer que fôsse, reduzir a vernáculo sofrível, desbastar, cepilhar, brunir uma estrutura legislativa de quase dois mil artigos, onde a violência da rapidez na produção intelectual obrigara o legislador a descuidar o labor literário, não menos essencial à duração das leis que à das demais obras do entendimento. De quanto melhorou, transitando pelas mãos do sábio e laborioso filólogo, a linguagem do projeto, bem se poderá julgar pelos vestígios, que ainda lhe restam, de incorreção e desalinho. Em tais casos muito deixa sempre por fazer a emenda inicial. Ao primeiro passar do retocador, caem apenas as rebarbas mais grossas. O labor artístico demanda mais pausa, não se obtendo senão a poder de tempo, estudo e mimo.*»

Um dos grandes mestres da nossa língua, ANTÔNIO DE CASTILHO, percorrendo, uma vez, do traduzir e seus tropeços, acentuava os embaraços, que amiúde obrigam o escritor a suspender e espaçar a lida para ensejo de mais folga, ânimo mais disposto e entendimento mais claro. «Quando Deus quer», dizia êle, «transfere-se para hora melhorada, ou para

outro dia, a solução da dúvida, com que o atual momento se não atreve, até que afinal, atinada a verdadeira, ou a mais plausível, ou a menos ruim saída da dificuldade, diligencio expor a coisa ao nosso modo, que todos a entendam sem esforço e a possam escutar sem desagrado, nem estranheza.»¹ Mas essa experiência não é só dos bons tradutores. Todos os que escrevem trabalhos de arte, sentirão mil vezes a mesma necessidade. Ora, dentre êles, não conheço nenhum mais árduo que a codificação das leis civis de uma nacionalidade; e as codificações não devem menos à forma, que se lhes imprime, do que ao espírito, que se lhes sopra. Obrigar-se uma pessoa a revestir de linguagem correta, em menos de um quinquídio, um dêsses trabalhos monumentais seria ousar uma empresa de semideuses, ou concertar, relativamente a uma das mais delicadas e grandiosas edificações do espírito humano, um ajuste de fanqueria.

Os termos da nota oficial, que remata o sétimo volume dos *Trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados*, levavam a inferir que o Dr. CARNEIRO não receara as pontas dêsse dilema, e ou aquiescera à debilidade, ou não duvidara atrever-se ao arrôjo. Ali se declara feito pelo Dr. CARNEIRO «o estudo filológico» do projeto; e as palavras «estudo filológico» envolvem necessariamente a noção de que o trabalho do mestre se consumara com o mais cabal conhecimento do assunto. Só agora, contestada essa notícia, cuja infidelidade se não podia suspeitar, fica inteirado o público de que o douto professor se limitara a prometer «as correções, que lhe permitisse a brevidade do tempo».

5. — Posta expressamente esta cláusula, só por essas correções teria que responder o filólogo baiano.

Quais foram elas?

1. *Fausto*, p. XII.

É o que me dei ao trabalho de apurar, dando uma cata às versões sucessivas do projeto, isto é, cotejando a redação definitiva da comissão especial, trazida a público na fôlha oficial de 26 de janeiro, com o texto submetido pela comissão especial à Câmara dos Deputados após a revisão do ilustre professor. Não tendo celebrado a comissão, entre os dois fatos, assentada alguma, devemos concluir que as discrepâncias entre a última redação e a anterior constituem o contingente do revisor extraparlamentar, em cujas mãos naquele comenos estivera o projeto.

Dessa verificação eis o quadro, que, com algum esforço de paciência, tracei :

EMENDAS DO PROFESSOR CARNEIRO

TEXTO DO PROJ. DA COMISSÃO ¹	TEXTO DO PROJ. REVISTO PELO PROF. CARNEIRO ²	ARTS. DO PROJ. DA COMISSÃO ³	ARTS. DO PROJ. REVISTO PELO PROFESSOR CARNEIRO ⁴
«Em que ela estabelece.»	«Em que <i>estabelece</i> ela.»	36	34
«Nos casos e pela forma que forem legalmente decretados.»	«Nos casos e pela forma <i>por que</i> fôr isso legalmente decretado.»	70	70
«Pelo preamar»	«Pela preamar.»	72, III	72, III
«Os rios navegáveis e os <i>de que se fazem</i> os navegáveis.»	«Os rios navegáveis e os <i>que se fizerem</i> navegáveis.»	72, IX	72, IX
»	»	73, V	73, V

1. *Diário do Congresso* de 26 jan. 1902.

2. *Trabalhos da Comis. Espec. da Câmara dos Dep.*, v. VIII.

3. *Diário do Congresso*, de 26 janeiro, 1902.

4. *Trabalhos da Comissão*, v. VIII.

«Na apreciação da coação se terá em conta.»	«No apreciar a coação se terá em mira.»	107	107
«Certificará as partes.»	«Certificará às partes.»	185, § 1.º	185, § 1.º
«Os nomes, pronomes...»	«Os nomes, pronomes...»	199, I	199, I
»	»	199, II	199, II
»	»	199, III	199, III
»	»	199, VI	199, VI
«Presidir o ato.»	«Presidir ao ato.»	202, § ún.	202, § ún.
«Imputada a meação.»	«Imputada à meação.»	272, § ún.	271, § ún.
«Ainda que.»	«Embora.»	279, II	278, II
«O desquite não altera as relações entre pais e filhos, senão quanto ao direito de tê-los em sua companhia.»	«..... entre pais e filhos, senão quanto ao direito que cabe àqueles de ter êstes em sua companhia.»	389	388
«Quando o alimentário não tem bens.»	«Quando o que os recebe» [os alimentos] «não tem bens.»	407, I	406, I
«Ouvido os interessados.»	«Ouvidos os interessados.»	443, § ún.	442, § ún.
«Se durante a posse provisória provar-se...»	«Se durante a posse provisória se provar...»	486	485
«Lhe é garantido.»	«Lhes é garantido.»	493	492
«Ã aviventar.»	«A aviventar.»	575	574
«Ou se o adjudicará a algum dêles.»	«Ou será adjudicado a algum dêles.»	576	575

«Tapamento.»	«Fechamento.»	582	581
«Instalação.»	«Construção.»	588	587
«Sob pretexto de a anotar, comentar ou melhorar.»	«Sob pretexto de anotá-la, comentar ou melhorar.»	669	668
«Induzem a propriedade.»	«Induzem à propriedade.»	679	678
«Só pode ter lugar.»	«Só pode <i>efetuar-se</i> .»	726	725
«Incumbem ao usufrutuário às despesas.»	«Incumbem ao usufrutuário as despesas.»	739	738
«O mesmo terá lugar.»	«O mesmo <i>ocorrerá</i> .»	755	754
«Esta substituição <i>se presume</i> .»	«Esta substituição <i>presume-se</i> .»	794, § ún.	792, § ún.
«Se esta <i>houver</i> lugar.»	«Se esta <i>se fizer</i> .»	823, § 2.º III	821, § 2.º III
«Que <i>pagá-la</i> .»	«Que <i>a pagar</i> .»	823, § 4.º	821, § 4.º
«Salvo o detalhe.»	« <i>Salvas as</i> <i>individações</i> .»	831	829
«Para <i>promoverem</i> .»	«Para <i>a promoverem</i> .»	849	847
«Sem <i>intimar-se</i> ao representante.»	«Sem <i>ser intimado</i> o representante.»	858	856
«Terá lugar o disposto.»	« <i>Observar-se-á</i> o disposto.»	874	872
«Aos <i>remetidos</i> da solidariedade.»	«Aos <i>remitidos</i> da solidariedade»	915, § ún.	913, § ún.
«Sob o fundamento de que é excessiva.»	«A pretexto de ser ela excessiva.»	930	928
«Quando <i>abrir-se</i> concurso.»	«Quando <i>se abrir</i> concurso.»	957, § 1.º	955, § 1.º
«Ou não <i>impugná-lo</i> .»	«Ou não <i>o impugnar</i> .»	980	978

«A compensação <i>tem</i> lugar.»	«A compensação <i>efeutua-se.</i> »	1013	1011
«Não pode <i>ter</i> lugar.»	«Não pode <i>realizar-se.</i> »	1019	1017
«A confusão pode <i>ter</i> lugar.»	«A confusão pode <i>dar-se.</i> »	1053	1051
«Sem dedução da parte remetida.»	«Sem dedução da parte <i>remittida.</i> »	1058	1056
«Se, antes da tradição, o comprador <i>tornar-se.</i> »	«Se, antes da tradição, o comprador <i>se tornar.</i> »	1135	1133
«Este pacto não pode <i>ter</i> lugar.»	«Este pacto não pode <i>existir.</i> »	1163	1161
«O locação.»	«A locação.»	1206	1204
«Por tempo que exceda de quatro anos.»	«Por tempo que exceda quatro anos.»	1223	1221
«São justas causas...»	«São justas causas.»		
«I, necessidade de exercer...»	«I. Necessidade de exercer...»		
«II, <i>tornando-se</i> »	«II. <i>Tornar-se</i> ...»		
«III, exigindo...»	«III. <i>Exigir</i> ...»		
«IV, se é tratado...»	«IV. <i>Ser tratado</i> ...»		
«V, no caso de perigo...»	«V. <i>No caso de perigo</i> ...»		
«VI, se o locatário não cumprir...»	«VI. <i>Não cumprir</i> o locatário...»		
«VII, se o locatário exige...»	«VII. <i>Exigir</i> o locatário...»		
«VIII, se o locatário ofender...»	«VIII. <i>Ofender</i> o locatário...»	1230	1228
«Os hoteleiros.»	«Os <i>hospedeiros.</i> »	1286	1284
«Tem lugar o mandato.»	« <i>Efeutua-se</i> o mandato.»	1290	1288

«Mesmo se não tivesse havido.»	«Ainda que não tivesse havido.»	1302, § 1.º	1300, § 1.º
«Não terá ação contra êle, não havendo de sua parte promessa de não ratificação do mandante ou se obrigado pessoalmente pelo contrato; também não a terá contra o mandante, se houver ratificado o ato.»	«Não terá ação: nem contra o mandatário, a não ser que tenha êste prometido ratificação do mandante, ou assumido pessoalmente a responsabilidade do contrato; nem contra o mandante, senão quando tiver êste ratificado o ato.»	1308	1306
«Salvo provando êste.»	«Salvo se provar êste.»	1322	1320
«E responde.»	«E será responsável.»	1334	1331
«Tivesse o costume de as fazer.»	«Tivesse o costume de fazê-las»	1341	1338
«Forem de tal forma conexos...que...»	«Forem conexos...de feição que...»	1348	1345
«A gestão de uns ser separada da dos outros...»	«A gestão de uns separar-se da dos outros.»	1348	1345
«Obrigar-se a executar uma obra.»	«Obrigar-se à feitura de uma obra.»	1350	1347
«Reduzir a tiragem.»	«Reduzir o número de exemplares.»	1358	1355

«Ou se, mesmo guardadas, deteriorarem-se.»	«Ou se, ainda guardadas, se deteriorarem.»	1393, § 1.º	1390, § 1.º
«Mesmo.»	«Ainda.»	1410	1407
«Antes dêle findar.»	«Antes da expiração do mesmo prazo.»	1411	1408
«Mas poder-se-á também levar em conta riscos diferentes.»	«Mas poder-se-ão também levar em conta riscos diferentes.»	1473	1470
«Não tem lugar êste benefício.»	«Não ocorre êste benefício.»	1497	1494
«O prazo dentro do qual o devedor comprometeu-se a desonerá-lo.»	«O prazo dentro do qual o devedor se obrigou a desonerá-lo.»	1504	1501
«Não terão lugar as penas.»	«Não se aplicarão as penas.»	1537	1534
«Instalação da sucessão.»	«Estabelecimento da sucessão.»	1578	1575
«A sucessão tem lugar.»	«A sucessão dá-se.»	1579	1576
«O mesmo terá lugar.»	«Correrá outro tanto.»	1580	1577
«A declaração não poderá ter lugar.»	«A declaração não poderá fazer-se.»	1605, § ún.	1597, § ún.
«Aquêles que, por violência ou fraude, impediram-na.»	«Aquêles que, por violência ou fraude, a impediram.»	1607, III	1599, III
«Aquêle que tenha sido excluído da herança.»	«Aquêle que tiver praticado atos que determinam a exclusão da herança.»	1609	1601

«À arbítrio do testador.»	«A arbítrio do testador.»	1682, II	1675, II
«Deixada à arbítrio de terceiro.»	«Deixada a arbítrio de terceiro.»	1710	1703
«Tem lugar o direito de crescer.»	«Efeitua-se o direito de crescer.»	1722	1715
«Dão lugar a deserdção.»	«Dão lugar à deserdção.»	1759	1752
«Para darem cumprimento to as suas disposições.»	«Para darem cumprimento às suas disposições.»	1767	1760

6. — Quantas, agora, das correções alvitadas pelo Dr. CARNEIRO, incorreram na minha censura? Também a essa averiguação me entreguei atentamente, e dela darei conta por miúdo.

Das incorreções por mim apontadas,

TOCAM À COMISSÃO DA CÂMARA

INCORREÇÕES	ARTIGOS DO PROJETO DA COMISSÃO ¹	ARTIGOS DO PROJETO REVISTO PELO PROFESSOR CARNEIRO ²
«Posterior».....	4.º [lei prel.]	4.º
«Em contrário».....	4.º	4.º
«Rege o regímen».....	8.º princ.	8.º pr.
Pontuação.....	8.º pr.	8.º pr.
».....	9.º, I	9.º, I.
«Pátria» em vez de «nacionalidade».....	9.º, II	9.º, II.
«Serão» três vezes em seis linhas.....	11 e 12	12 e 13

1. Trabalho da Comis. Espec. da Câmara, vol. VII, p. 1-233.

2. Trabalho da Comis., v. VIII.

« <i>Cavallidade</i> » [intrínseca validade.]	14	14
« <i>Neste código.</i> »	14	14
« <i>Privadas</i> »	17	17
«Pessoas, quer naturais, quer jurídicas.»	1.º [do código]	1.º
«Entre si e em relação aos bens.»	<i>Ibid.</i>	<i>Ib.</i>
«Ser humano.»	2.º	2.º
»	4.º	4.º
«Os ausentes declarados tais em juízo»	5.º, IV	5.º, IV.
«Enquanto subsistir a sociedade conjugal.»	6.º, II	6.º, II.
«Se o menor estiver sob tutela.»	9.º, I	9.º, I.
«Parte especial.»	10	10
«Federação dos Estados do Brasil. Federação Brasileira.»	14, I, II	14, I, II.
«No território brasileiro.»		
«Constitucionalmente.» . . .	14, III	14, III.
«As pessoas jurídicas estrangeiras de direito público.»	17	18
«Carecem.»	[Emenda da comissão ao seu proj. <i>Trab.</i> v. VII, p. 271].	18
«Nem funcionar.»	23, § 1.º	23, § 1.º
Ecos em ão	28, 29, 30, 31, 32, 33	28, 29, 30, 31, 32, 33
«Obscuridade.»	38, IV	38, IV.
«Os estabelecimentos serão havidos por domicílios» . . .	38, § 2.º	38, § 2.º
«Respectivo»	42	42
«No qual se compreende o espaço aéreo»	46, I	46, I.
«Tudo quanto . . . tais como»	46, II	46, II.
« <i>Propositalmente</i> »	46, III	46, III.
« <i>Delas</i> »	55	55
« <i>Coisas universais</i> »	60	60
«Ainda que <i>de maior valor</i> »	65	65
Enumeração incompleta . . .	65, III	65, III.

«Ou», cinco vêzes dispensavelmente repetido em três linhas.....	72, II	72, II.
Definição defeituosa de « <i>marinhas</i> ».....	72, III	72, III.
«Legal».....	74, I	74, I.
Supérflua enumeração.....	74, III	74, III.
«Que lhe garante o exercício».....	77	77
«Coisa».....	80	80
«Obrigações de indenizar»..	82	82
«De quem as faz».....	87	87
« <i>Proposital</i> ».....	96	96
«Viciar a vontade».....	100	100
«Disfarçado».....	105, II	105, II.
«Competentes».....	110	110
Vício de pontuação.....	122	122
«Voltar ao seu antigo estado».....	124	124
Ecos e repetições.....	125	125
«Sôbre a mesma».....	127	127
«Início».....	130	130
Má redação.....	136, § único	136, § único.
Redação infiel ao pensamento.....	140	140
Palavras supérfluas.....	141	141
«Alguma».....	142	142
«Que <i>forem</i> ... para <i>produzirem</i> ».....	145	145
«A prova de testemunha»..	146	146
«Ascendente».....	147, IV	147, IV.
Colocação inconveniente das palavras.....	154	154
Vício semelhante.....	159	159
«Presume-se com».....	165	165
Crase descabida.....	168	168
Redundância.....	173, III	173, III.
Cinco <i>ãos</i> em duas linhas...	179	179
«Interrupção feita» « <i>Co-réus</i> ».....	180	180
«Valor» em vez de « <i>preço</i> ».	182, § 2.º	182, § 2.º
«Ele», sem referência clara.	182, § 3.º	182, § 3.º

«Dessa data em diante»...	182, § 6.º, IV	182, § 6.º, IV
«Donos de pensão permanente».....	182, § 6.º, VII	182, § 6.º, VII.
«O salário».....	182, § 6.º, IX	182, § 6.º, VIII
«Da decisão do processo»...	182, § 6.º, XI	182, § 6.º, X.
Circunlóquio e omissão.....	182, § 6.º, XIV	182, § 6.º, XI.
«Contado» por «contados»..	182, § 8.º	182, § 8.º
«Fianças feitas».....	182, § 9.º, b	182, § 9.º, b.
Inexatidão jurídica.....	182, § 9.º, I, c	182, § 9.º, I, c.
«Sem o fazer».....	182, § 9.º, II	182, § 9.º, II..
«A causa respectiva».....	182, § 9.º, V, c	182, § 9.º, V, c.
«Direito autoral».....	182, § 10, VII	182, § 10, V.
«Ligados por outro casamento».....	187, VI	187, VI.
«O seu consentimento».....	187, IX	187, IX.
«Do poder <i>dêle</i> ».....	187, X	187, X.
Redação contrafeita.....	187, XI	187, XI.
«As mulheres menores. Os homens menores».....	187, XII	187, XII.
«A mulher viúva». Incongruência entre a primeira e a segunda parte do texto	187, XIV	187, XIV.
«Afinidade ilícita».....	188	188
«Separação de corpos».....	190	190
« <i>Ento... ento... ento</i> ».....	191	191
«Até segundo grau».....	194, II	194, II.
«Impediente».....	195	195
«Requisição». «Habilitados e com a certidão».....	196	196
«Se um <i>ou ambos</i> ».....	197, § único	197, § único.
«Inscrição».....	199	199
«Esposos».....	199, I	199, I.
«Peças».....	199, V	199, V.
Superfluidade.....	199, VIII	199, VIII.
«... <i>ento... ento... ento</i> »..	200	200
Redação obscura.....	202, § único	202, § único.
«Nesta até o segundo grau»	203, § único	203, § único.
« <i>Fará retrotrair</i> ».....	204, § 4.º	204, § 4.º
Desarmonia na redação....	208, § único	208, § único.
« <i>Existência... subsistente</i> ».	210	210
«Casamento <i>feito</i> ».....	211	211
Redação juridicamente viciosa.....	212	212

«Retrotrairá os seus efeitos»	216	216
«Nubentes».....	219, § único	219, § único.
Três palavras por uma.....	222	222
«Afeta». «Honorabilidade»...	223, I	223, I.
«Desvirginamento».....	223, IV	223, IV.
«Incide».....	232	232
Perissologia.....	232, II	232, II.
«Oferecidos».....	233, II	233, II.
«Incidam».....	239, II	239, II.
«O nome de família».....	246	246
Construção obscura.....	247	247
«Domicílio».....	[Emenda da Câmara]	249, § único.
Palavra supérflua.....	251, II	251, II.
«Disfarce».....	255, IV, § único	255, IV, § único.
Redação inconveniente.....	255, VI	255, VI.
«Dissolução do casamento»...	260	259
Referência indeterminada....	261	260
«Importa a dívida do pro- veito».....	263	262
Superfluidade jurídica.....	265, I	264, I.
«Disposição rigorosamente obrigatória».....	265, II	264, II.
«Da», por «de».....	271, II	270, II.
«No art. 271», em vez de art. 270.....	273	272
«Noiva».....	286, I	285, I.
«E por terceiros».....	286, III	285, III.
Frase redundante.....	288	287
«Por terceiros».....	289	288
«E vice-versa».....		289, II.
Equívoco de «aquê» por «êste».....	299	298
«Dissolução do matrimônio»	308	307
«Recear que não basta.» Pa- lavras supérfluas.....	316	315
«Cassar o mandato».....	319, II	318, II.
«Pela nulidade do casamento»	323, II	322, II.
Redação contraditória.....	323, § único	322, § único.
«Se forem casados há mais de dois anos».....	325, V	324, V.
«Coabitar.» Erro na coloca- ção do pronome.....	326, § único	325, § único.

«Desquite <i>litigioso</i> ».....	327	326
«Da <i>posse dos filhos</i> ».....	Inscrição do cap. II	[<i>Ibidem</i>]
Omissão.....	332	331
«Desquite <i>litigioso</i> ».....	333	332
Defeito de concordância....	338	337
Classificação incompleta....	339	338
Qualificativo supérfluo.....	341	340
Disposição supérflua.....	344	343
«Coabitação dos cônjuges»...	345, I	344, I.
«Coabitar».....	347, I	346, I.
«Coabitado sob o mesmo teto».....	348	347
«Coabitava».....	350	349
«Já concebido.» Redundân- cia.....	364, § único	363, § único.
«Estupro».....	371, II	370, II.
Palavras dispensáveis.....	371, III	370, III.
«Interesse <i>para</i> ».....	373	372
«Incidir».....	391	390
«Progenitor».....	392, pr.	391, pr.
».....	392, IV	391, IV.
».....	403	402
«Carecer.» Crase descabida.	407, II	406, II.
Concordância errada.....	415	414
Perífrase evitável.....	416, III	415, III.
«Destituídos».....	417, III	416, III.
«Um» supérfluo.....	418, § único	417, § único.
Cláusula ociosa.....	420, pr.	419, pr.
«Fazer valer.».....	420, II	419, II.
Frase pleonástica.....	421, IV	420, IV.
Redação obscura.....	423	422
Ambigüidade.....	424	423
«Garantia da administração»	425	424
«Insolvabilidade».....	427	426
«Custeio».....	433, III	432, III.
Crise descabida.....	433, IV	432, IV.
Ordem inconveniente das pa- lavras.....	434, VI	433, VI.
Cláusula inútil.....	434, VIII	433, VIII.
«Custeio».....	439	438
Má pontuação.....	440	439, I.
«Um» por «o».....	442	441

«Incidir sob».....	449, II	448, II.
«Ou», em vez de «e».....	451, § único	450, § único.
«Destituído».....	452	451
«Denunciado», em vez de «argüido».....	457	456
Construção obscura.....	458	457
«Incapacidade», em vez de «interdição».....	467	466
«Marido» e «mulher», em vez de «pai» e «mãe»....	469	468
Expressão insuficiente.....	472	471
«Prive», em vez de «iniba».	474	473
«Separado judicialmente»...	477, I	476
«Interessados à sucessão»...	478, § 1.º	477, § 1.º
«Devem».....	480	479
Obscuridade.....	493	492
«Caracteres e qualidades»...	502	501
«Logo».....	509	508
«Ações para a manutenção»	529	528
«Inscrição», por «transcri- ção».....	535, I	534, I.
«Retrotrair», como intr. «Deve».....	540	539
«Ilhas e ilhotas».....	541, I	540, I.
«No leito». «De um rio par- ticular».....	542, pr.	541, pr.
Reparo jurídico.....	543	542
Expressão incompleta.....	553	552
Cacófaton evitável.....	554	553
Adjetivo nocivo ao pensa- mento jurídico.....	564	563
«Poderá pedir».....	567	566
«Ribeirinho».....	572	571
Incongruência e confusão...	573	572
Redação incompleta.....	579, pr.	578, pr.
Redação incompleta.....	582	581
«Parede meeira.» «Condô- mino.».....	587	586
«Corrosivas que produzam in- filtração nociva».....	589	588
Colocação inconveniente....	594, pr.	593, pr.

«Em distância.» De onde?	594, § 1.º	593, § 1.º
«Valado.» «A terra necessá- ria.» «Corrida para den- tro».....	594, § 3.º	593, § 3.º
Discordância entre o verbo e o sujeito.....	594, § 5.º	593, § 5.º
Referência obscura.....	596, § 2.º, III	595, § 2.º, III.
«Para o emprêgo do bem pú- blico.».....	597	596
«Antiga», por «anterior»....	618	617
«Que retrotrai».....	628	627
Cinco ecos em <i>ão</i>	632	631
«Os outros», em vez de «ou- trem».....	640	639
«Extremidade», por <i>estrema</i> . «Valos».....	649	648
«Ambos». Quem?.....	650	649
«Obra», aplicado à revista, periódico e jornal.....	656	655
«Direito <i>autoral</i> ».....	658	657
Oito vêzes <i>ão</i>	659	658
Quatro vêzes <i>ão</i> , em linha e meia.....	663	662
Redação confusíssima.....	664	663
«Paródia», por <i>paráfrase</i>	671	670
«Inscrição», por transcrição.	682	681
Transposição disparatada...	695	694
«As servidões <i>não aparentes</i> .» «Inscrição».....	704	703
«Consentir». Má redação..	715	714
«Inscrição».....	721	720
«Nu proprietário».....	723	722
«Coisas que se consomem pelo uso».....	732	731
«Que gravar o usufruto»....	742	741
«Abuso».....	745, VII	744, VII.
Letra que falseia o espírito do texto.....	754	753
«Dívida», em vez de « <i>paga- mento</i> ».....	768, III	767, III.
Redação ininteligível e anti- gramatical.....	768, IV	767, IV.
«Duplicata.» «Inscrição.»...	778	776

«Deverá».....	785	783
«Credor dos títulos».....	799, III	797, III.
«Credor da caução».....	800	798
«Credor».....	802	800
«Da companhia.» Qual?....	804	802
Correspondência indistinta do pronome.....	809, IV	807, IV.
«O dono do imóvel».....	819	817
«Inscrita».....	822, § 1.º	820, § 1.º
«Autor ou cúmplice».....	833, VI	831, VI.
Cláusula supérflua.....	834	832
Frase supérflua.....	841	839
«Respectiva escritura».....	842	840
Ambigüidade. Omissão.....	848, I	846, I.
Incongruência por má reda- ção.....	850	848
Inscrição.....		
«Art. 537», por «art. 536»..	859, I	857, I.
«O valor da deterioração»..	869	867
«Regerá».....	879	877
«Por culpa do», em vez de «pelo».....	886	884
Ordem gramatical avêssa ao pensamento.....	889	887
Redundância.....	892	890
«Co-credores».....	900	898
Discordância entre sujeito e verbo.....	902	900
«Um só ou algum».....	907	905
«Os outros».....	911	909
«Insolvável».....	917	915
Referência obscura.....	922	920
Referência despropositada..	924	922
«Esta», por «aquela».....	928, pr.	926, pr.
«Pagamento da pena».....	928, § único	926, § único.
«Verter», em vez de «reverter»	937	935
«Solváveis».....	957, § 4.º	955, § 4.º
«Mais baixa», em vez de «mais alta».....	961	959
Sentido alterado pela pon- tuação e ordem das pa- lavras.....	963	961
«Aberta», por «aberto».....	976, VI	974, VI.

Redação inconveniente.....	1000	998
«Credor» por «devedor».....	1002, II	1000, II.
«Insolável».....	1005	1003
Redação enigmática.....	1025	1023
«Privada».....	1038	1036
«Acessórios e garantias».....	1055	1053
Culpa a parte.....	1060	1058
«A culpa consiste na negligência».....	1060, § único	1058, § único.
«Lucros cessantes... decorrentes».....	1063	1061
«E garantias».....	1069	1067
Crise inoportuna.....	1085, III	1083, III.
«Comunicá-la».....	1086	1084
«Impossibilidade . . . possível».....	1095	1093
Erro jurídico.....	1110	1108
«O assumiu», por «o não assumiu».....	1112	1110
«A cessação do risco».....	1125	1123
«As coisas que comumente receberem».....	1131, § 1.º	1129, § 1.º.
«Insolável».....	1135	1133
«Os condôminos».....	1142	1140
«Resgate».....	1144, § único	1142, § único.
«Provar».....	1147	1145
[Matéria jurídica].....	1155	1153
Inversão do pensamento....	1171	1169
«Dissolvido o matrimônio».	1180	1178
«Onerada com encargo»....	1184, § único	1182, § único.
«Preço».....	1193	1191
«Salvas deteriorações».....	1195, IV	1193
«Novo adquirente».....	1200, § único	1198, § único.
«As partes, ou uma delas»..	1220	1218, § único.
Redação obscura.....	1221	1219
«A retribuição... feita»....	1222	1220
Embolho gramatical.....	1230	1228, V.
«Despedida».....	1232	1230
«Vícios e mau procedimento»	1233, II	1231, II.
«Por algumas».....	1234, § 2.º	1232, § 2.º
«Por parte».....	1243	1241
«Prefaz-se».....	1250	1248
Redação invertida.....	1253	1251

«Obrigado moroso».....	1254	1252
«Repetidas».....	1256	1254
«Cousas comuns do uso e gôzo».....	1266, I	1264, I.
«Sementeira».....	1266, II	1264, II.
«Retribuição».....	1267	1265
«Acréscimos».....	1268	1266
«Culpa.» De quem?.....	1269	1267
Pensamento comprometido pela redação.....	1286	1284
Texto obscuro e jurídica- mente omisso.....	1291	1289, § 3.º.
«Comprometer».....	1297	1295
«Agir».....	1299	1297
Ambigüidade.....	1302	1300
Redação incongruente.....	1302, § 1.º	1300, § 1.º
«Insolvável».....	1302, § 2.º	1300, § 2.º
«Em outro ato.» «Obtido»..	1304	1302
«Respectivo instrumento.» «De responder.» A quem?.	1307	1305
«Agir».....	1309	1307
Ausência de pontuação.....	»	»
«Dêste.» Mal aplicado.....	1314	1312
Virgulação extravagante....	1320	1318
«Comunicada.» A quem?..	1321	1319
«A procuração para o fôro, em geral, não se enten- de...».....	1328	1326
Redundância.....	1339	1336
«Repetir».....	1344	1341
Redação confusa. «Repeti- das».....	1345	1342
Referência errada.....	1345, § único	1342, § único.
«Espalhar pelo público»....	1349	1346
Superfluidade.....	1354	1351
Inutilidade.....	1359	1356
Lacuna tipográfica.....		1384 ¹
Cláusula insuficiente e ex- pressão inadequada.....	1369	1366

1. Não existe no projeto anterior à revisão CARNEIRO, (*Diár. do Congr.*, 26 janeiro, 1902). Mas evidentemente é omissão tipográfica.

«Lucros e ganhos».....	1372	1369
Palavras supérfluas.....	1379	1376
Inversão do pensamento pela sua redação.....	1388	1385
«Carecer».....	1391	1388
«Constituiu», por « <i>constitui</i> ».	1393	1390
«Direito às perdas futuras»..	1405	1402
Cláusula inconveniente.....	1407	1404
«N.º I a V», em vez de « <i>ns. I a IV</i> ».....	1411	1408
«Direito de crescer».....	1432	1429
«Segurado», em lugar de « <i>se- guro</i> ».....	1437	1434
«Desta seção», por « <i>dêste ca- pítulo</i> ».....	1438	1435
«Insolvabilidade».....	1440	1437
Omissão do artigo indispen- sável.....	1444	1441
Alteração do sentido pela má colocação do pronome....	1448	1445
Equívoco pela má colocação das palavras.....	1452	1449
Outra frase infiel, por mal redigida.....	1454	1451
«Algum», em vez de « <i>todo</i> ».	1458	1455
Crase indevida.....	1476	1473
Redundância.....	1489	1486
«Acessíveis de fiança».....	1493	1490
«Insolvável».....	1495	1492
«Solidário», quê?.....	1497, II	1494, II.
«Insolvável».....	1500	1497, § único.
Circunlóquio e improprieda- de.....	1508, I	1505, I.
«Insolvável».....	1509	1506
Menção incompleta.....	1512	1509
Omissão.....	1513	1510
«Congresso Nacional», em vez de « <i>poder legislativo</i> »..	1515	1512
«Prestação feita».....	1516	1513
Perissologia.....	1523	1520
Referência omissa.....	1528	1525
«Repetir», « <i>Descendente</i> »...	1529	1526

«Tentativa de cura».....	1543, I	1540, I.
«Restituição da própria coisa».....	1547	1544
Discordância numeral do no- me com o adjetivo.....	1548	1545
«A pessoa do sexo feminino»	1554	1551
Redação confusíssima.....	1564, I	1561, I.
«Rateio proporcional».....	1568	1565
«Salários ou ordenados»....	1575, VII	1572, VII.
Contradição com o art. 482.	1578	1575
Artigo supérfluo.....	1580	1577
» » 	1581	1578
» » 	1582	1579
Omissão.....	1586	1583
Texto infiel à sua intenção.	1599	1593
Omissão.....	1607, I	1599, I.
Discordância entre verbos...	1607, III	1599, III.
«Filhos e descendentes»....	1611	1603
Palavras de mais.....	1614	1606
«Ascedentes naturais».....	1621, § único	1613, § único.
Redação equívoca.....	1622	1614
«Coabitar».....	1623	1615
Omissão.....	1627	1619
Redação enganosa.....	1628	1620
Expletiva inútil. Lacuna....	1629, § 3.º	1621, § 3.º
Supérfluo.....	1635	1627
Superfluidade.....	1638	1630
«Anterior».....	1641	1633
«Ou» por «e». Auto e instru- mento de aprovação.....	1652, IX	1644, IX.
«Dorso».....	1656	1648
«Escritor» do testamento...	1660, II	1652, II.
«Testamento» por «testa- mento cerrado».....	1670	1662
Duas expressões impróprias.	1677	1669
Duas impropriedades.....	[Emenda da Câ- mara]	1670
«Última moléstia».....	1682, III	1675, III.
Superfluidade. Eco.....	1685	1678
Obscuridade por concisão ex- cessiva.....	1692	1685
Texto contrário ao pensa- mento.....	1693	1686

Omissão.....	1694	1687
Falta da crase.....	1695	1688
Texto ao avêso da idéia...	1703	1696
Redação infiel.....	1703, § único	1696, § único.
Redação melhorável.....	1707	1700
» »	1709	1702
«Êstes» por «aquêles».....	1715	1708
Duas omissões.....	1716	1709
Redundâncias.....	1720	1713, I.
Cláusula eliminanda.....	1724	1717
Suprimível.....	1729	1722
«O escritor do testamento»..	1732, I	1725, I.
Sentido alterado pela pon- tuação.....	1743	1736
«Afetado».....	1759, IV	1752, IV.
Pensamento deturpado na redação.....	1762	1755
Expressão imprecisa da in- tenção legislativa.....	1766	1759
«Agir».....	1779	1772
«Serão procedidos.» Refe- rência indecifrável. Pon- tuação desleixada.....	1784	1777
Advérbio impertinente. La- cuna.....	1797, § único	1790, § único.
Palavras ociosas.....	1799	1792
Palavras supérfluas. Eco...	1801, § único	1794, § único.
Esquecimento.....	1804	1797
Omissão. Pontuação inver- siva da idéia concebida..	1805	1798
Lacuna.....	1807	1800
Omissão.....	1807, § 1.º	1800, § 1.º
Má redação e pontuação....	1810	1803
«Insolvável».....	1814	1807
»	1819	1812.

Contém esta lista 439 itens. Muitos dêles, porém, englobam duas e três notas; de modo que o número total destas monta a 531.

Pois bem, dentre elas apenas as seguintes

CABEM AO PROFESSOR CARNEIRO

INCORREÇÕES	ARTS. DO PROJ. DA COMISSÃO	ARTS. DO PROJ. REVISTO PELO PROFESSOR CARNEIRO
«Em que estabelece ela».....	34	34.
«Terá em mira».....	101	101.
«Embora».....	279, II	278, II
«De anotá-la, comentar, ou melhorar.».....	669	668
«Induzem à propriedade»...	679	678
Pronome supérfluo.....	930	928
«Salvo se provar êste».....	1322	1320

Assim que mal foram objeto de censura minha *sete* retoques do ilustre professor baiano. Tudo o mais, a saber, não menos de *quinhentos e vinte e quatro* tópicos por mim criticados, pertence ao trabalho da comissão.

Acresce, circunstância ainda mais para notar, que, em duas dessas sete emendas, o que eu propus, foi que se restabelecesse o texto da comissão, corrigido pelo professor CARNEIRO. No art. 34, onde o professor CARNEIRO corrigira «*em que estabelece ela*», mandei eu repor, de acôrdo com a comissão, «*ela estabelece*». No art. 678, em que o professor CARNEIRO fizera uma crase descabida, fui de aviso, conformando-me com o escrever da comissão, que se eliminasse.

7. — Só em *sete* pontos, logo, teria o DR. CARNEIRO que defender a sua revisão contra a minha; porquanto apenas sete vêzes argüira eu de incorretas as correções por êle operadas no texto da comissão.

Dessas sete emendas suas, porém, acoimadas por mim de errôneas, apenas *duas* lhe mereceram defesa: as que dizem respeito às expressões «*em que estabelece ela*» e «*salvo se provar êste*», nos arts. 34 e 1.320.¹ No tocante às cinco

1. *Ligeiras Observações*, do Dr. CARNEIRO, p. 4, col. 1.^a, e p. 13, col. 1.^a.

emudeceu; de onde, pela regra do *quem cala, consente*, presumo, creio que sem temeridade, haver aquiescido à minha censura.

Ora, se por dezoito vêzes, na sua réplica, subscreve o DR. CARNEIRO as minhas correções [quanto aos arts. 46, 142, 182, §§ 8.º e 9.º, n.º II, 219, parágrafo único, 223, 426, 593, 1.084, 1.129, § 1.º, 1.164, 1.248, 1.455, 1.545, 1.652, 1.664, 1752, 1.777], não menos de oitenta tópicos há em que me contradiz.

Em sessenta e oito, dêsses oitenta, me contradiz o professor CARNEIRO, *advogando o texto redigido pela comissão dos vinte e um*.

Em doze me impugna, criticando a linguagem *da minha exposição preliminar e das minhas notas*.

Não foi, portanto, em defesa própria que acudiu o filólogo baiano. Seu propósito, seu programa, seu trabalho foram outros: defender a *comissão*, no que era tão somente de sua lavra, e acusar-me, no que eu escrevera *fora do substitutivo*. Paladino gratuito e espontâneo da comissão na primeira dessas atitudes, espontânea, escusada e gratuitamente se constituía meu adversário pessoal na segunda.

Cada uma delas quer-se especialmente considerada.

8. — Nada mais curioso que a incoerência fundamental do professor CARNEIRO no seu trabalho. Definindo, no prelúdio, a sua responsabilidade, circunscreve-a formalmente às «correções de linguagem, que o tempo lhe permitisse». Mas, em seguida, escrevendo o seu comento, assume a solidariedade mais dedicada com o trabalho da comissão parlamentar.

Óbvio é que lhe esta não pedira dispêndio tamanho de abnegação; pois, enquanto êle se consumia devotamente, ao longe, em tecer a apologia filológica da obra dos vinte e um, êstes, aqui, pregoavam, de sua parte, uma justificação gloriosa e uma retaliação arrasadora.

Pena é se não tivessem adivinhado, ou confrontado, para se não dar a inconveniência, a que assistimos, de se contrariarem nalguns pontos, flagrantemente, as duas apologias.¹

9. — Poucos, porém, como são, não lhes destroem o acôrdo geral, que mais se acentua com a manobra, comum a ambas, de abandonarem freqüentes vêzes o exame da linguagem do substitutivo, para se entregar ao da minha exposição preliminar e ao das minhas notas, como se foram partes daquele, e houveram de sofrer, nesse caráter, a mesma prova.

Nesse exorbitar injustificável se engolfou o advogado extraparlamentar, como os advogados parlamentares do projeto, em um desabafo pessoal contra mim, que só se desculparia, se eu, no meu primeiro trabalho, me houvesse ocupado com o escrever da comissão no seu relatório geral, com o do Dr. CLÓVIS nas suas *Observações* preambulares ao primitivo projeto, ou com as lucubrações gramaticais do professor CARNEIRO.

Havendo-me, porém, cingido rigorosamente à crítica do *texto* no projeto da comissão, a resposta desta, como a dos seus colaboradores, tinha de necessidade que se restringir à crítica do *texto* no meu substitutivo. O mais, o que se fêz, era, não só exceder a tarefa, mas ainda falseá-la, e comprometê-la, deslocando, ampliando, complicando, envenenando, tumultuando e atrasando o debate, com envolvê-lo em rugas de amor-próprio individual, estranhas e nocivas aos interêsses do projeto, aos do acêrto na sua redação, aos da presteza no seu têrmo.

10. — Mas as vaidades irritadas na pendência haviam de mister êsse desagravo. Aliás era fútil e imbele. A provarem, de feito, que eu houvesse resvalado em alguns erros de vernaculidade, que é o que se teria provado contra mim,

1. Como no tocante ao *propositalmente*, ao *afetar* e ao *escritor do testamento*.

senão essa eterna falibilidade humana, cujos estigmas ninguém evita neste mundo, sendo comuns aos mais insignes mestres do escrever?

Sem chegar ao paradoxo de EÇA no *Fradique Mendes*¹ «Ninguém sabe escrever», uma verdade há, que me não assusta, porque é universal e de universal consenso: não há escritor sem erros. Dos clássicos mais antigos aos mais modernos, todos os perpetraram. «Os próprios mestres têm extravagâncias», confessa a peito aberto um dêles.² Não há CAMÕES, SOUSA, BERNARDES, HERCULANO, VIEIRA, ou CASTILHO, de quem não hajam apontado muitas os melhores aquilatadores. As do professor CARNEIRO, particularmente na sua primeira gramática, não são poucas. Terei alhures ocasião de mostrá-lo. CASTILHO, em certa época de sua vida, chegou a fazer a mais lhana confissão pública de haver «desastradamente naufragado» no dizer e linguagem de alguns dos seus escritos anteriores.³ «Somos três em Paris», gaba-se BALZAC, «os que sabemos a nossa língua: Hugo, Gautier e eu.»⁴ Mas já os contemporâneos lhe respondiam, exprobrando-lhe «enormes erronias, solecismos, formas bárbaras, torneios inauditos ou formalmente irregulares», e a crítica atual lhe assinala «faltas imperdoáveis de ignorância gramatical» e lexicologia.⁵ HUGO, possuindo o gênio lingüístico em um grau incomparável, afirmando, para com a correção, o mais profundo respeito, sabendo o seu idioma como ninguém, tendo um sentimento «quase impecável»⁶ da vernaculidade, e ufanando-se altamente dêsses dotes, incorreu em falhas, como RACINE incorrera, como têm incorrido «todos

1. P. 114.

2. C. DE FIGUEIREDO. *Dicionário, Convers. prelim.*, p. VIII.

3. *A Primavera*, p. 32.

4. F. BRUNOT. *La langue française au XIX siècle*. Na *Hist. de la Lang. et de la Littérat. Franç. des origines à 1900*. Vol. VIII, p. 721.

5. *Ib.*, p. 757.

6. *Ib.*, p. 722.

os grandes escritores de primeira ordem». ¹ HERBERT SPENCER, o chamado «Aristóteles moderno», associa singularmente à elevação da filosofia a pureza da linguagem, que não se humilha em esmerar. Mas «indubitavelmente», diz êle no seu «derradeiro» livro, ² «de onde em onde se hão de achar, nas minhas obras, erros de construção». «Não conheço», acrescenta, «obra nenhuma, onde tais defeitos se não encontrem. Será simples questão de mais ou menos freqüência.» ³

Em tão excelsa companhia me não podiam cair as faces de estar. Mas não era a minha individualidade nem os meus escritos que se achavam em lide. Increpando-me de erros, quando reais fôsem, não se defendiam os meus contraditores das faltas, em que eu os tachara de incursos.

Nesse artifício, porém, de enredar o exame do substitutivo ao das suas notas, de substituir o meu substitutivo pela minha pessoa, de personalizar assim um debate impessoal, por me disgraciarem e infamarem o nome, ninguém pecou tão gravemente como o mais douto e o mais velho, como aquêle de quem se devia esperar mais equanimidade e madureza. Os demais poderiam ter-se por ofendidos. Sobre erros seus recaíam as minhas emendas na sua quase totalidade. Bem se concebe, pois, que não soubessem guardar cordura e lhaneza. Mas a contribuição do professor CARNEIRO saíra quase intacta dos meus reparos, e do não ter êle enxergado os erros da comissão por mim discernidos eu mesmo o exculpara, de todo em todo, com a mesquinha curteza do prazo em que o haviam encerrado. Que agravos teria, portanto, a sua pessoa contra a minha? E, se os não podia ter, como explicar-lhe o encançado empenho de arrastar-me à picota dos escrevedores reles?

1. *Ib.*, p. 721

2. *Facts and Comments*. [Lond., 1902], p. III.

3. «Doubtless in my works errors of construction are here and there to be found; but then I have met with no works in which errors of construction are *not* to be found. It is a question of frequency.» *Ib.*, p. 203

11. — Poderia queixar-me de que fui ingratamente retribuído. Ao passo que na minha crítica empregara o máximo cuidado em abrigar de qualquer responsabilidade o filólogo baiano, averbando tôdas as deficiências da revisão extra-parlamentar à insignificância do tempo, que lhe mediram, e a que o constrangeram, êle, que, na sua última obra gramatical, adotava o meu nome como exemplo clássico de «*exímio e esclarecido escritor*», agora envida quanto em si cabe, por me despir das qualidades mais comuns no comum dos escritores. Nega-me os dotes mais ordinários do estilo: a clareza, a atualidade, a gramática, a ortografia. Tenho a frase «*entravada e arrevesada*». Cometo «*erros manifestos de sintaxe*». Nota-se-me um fraco lastimável pelas «*palavras já de muito caídas em desuso*». Dou-me até a «*trocadilhos e joguetes de palavras*», que me «*empeçam o contexto do discurso*», e me «*ensombram o estilo*». A pontuação, de que uso, tão destemperada é, que nunca se lhe deparou a êle «*em escritor nenhum*».

Para comprovar essas amenidades, que eu estava bem fora de imaginar provocasse, quando lhe preiteava as mais sinceras expressões de reverência, não lhe basta esgarabulhar a cada passo, como um pião, do substitutivo para a exposição preliminar, da exposição preliminar para as notas, e esquadrinhá-las, e varejá-las, e vasculhá-las, e enxovalhá-las, como se tudo isso fôra matéria do projeto. Muito mais longe vai. Chega ao ponto, como tirarei ao claro na apostila ao art. 199, de me alterar o texto ao substitutivo, de truncá-lo, despontuá-lo, repontuá-lo, para me envergonhar com a insimulação de uma tolice quase boçal.

12. — Eu, entretanto, ao contrário, longe de exercer a severidade que me estranham, passara em claro, até, particularmente no que toca às responsabilidades do professor CARNEIRO, muitas e muitas passagens acusadoras.

No art. 577, por exemplo, do seu primeiro projeto, a comissão errara o complemento do verbo *proceder*, escreven-

do: «O proprietário pode obrigar o confinante a *proceder* com êle a demarcação.»¹

O Dr. CARNEIRO não deu tento do êrro, que o projeto por êle revisto mantém no art. 575.²

Também não deu tino da crase descabida, no art. 849, § 2.º, daquele projeto³, às expressões «imóvel sujeito à anti-crese», que ficou, tal qual no art. 812, § 2.º, do outro.⁴

No art. 671 do primeiro projeto⁵ se dizia «sob pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la». O art. 669 do projeto revisto pelo Dr. CARNEIRO⁶ estrofia essa frase, dizendo «sob pretexto de anotá-la, comentar ou melhorar».

Certas expressões ora se somem sob a sua lima, ora lhe passam ilesas. Assim o *mesmo*, na acepção de *ainda*, até, que, notando-se nos arts. 1.417, § 1.º, do primeiro projeto⁷, desapareceu no lugar correspondente do projeto revisto [1.393, § 1.º],⁸ e, existindo com o mesmo sentido no art. 1.413, I, daquele,⁹ se conservou incólume no art. 1.380, I, do outro.¹⁰

Dizia, no art. 1.628, o projeto da subcomissão dos cinco, apresentado à comissão dos vinte e um: «Serão declarados vacantes os bens da herança jacente, se, praticadas tôdas as diligências legais, os *herdeiros não aparecerem*»¹¹ A revisão do professor CARNEIRO emendou, invertendo a última

1. *Trabalhos da Com. Esp. da Câm.*, vol. VII, p. 80.

2. *Ib.*, v. VIII, p. 121.

3. *Ib.*, v. VII, p. 115.

4. *Ib.*, v. VIII, p. 150.

5. *Ib.*, v. VII, p. 92.

6. *Ib.*, v. VIII, p. 133.

7. *Ib.*, v. VII, p. 176.

8. *Ib.*, v. VIII, p. 212.

9. *Ib.*, v. VII, p. 176.

10. *Ib.*, v. VIII, p. 211.

11. *Ib.*, v. VII, p. 193.

oração, o que era indiferente, e conservando o artigo *os*,¹ o que não é correto, visto como não é certo haver, na hipótese, herdeiros: havê-los-á, ou não.

«Se o fideicomissário aceitar a herança ou legado», dispunha, no art. 1.775, o projeto dos cinco, «terá direito a parte que acrescer em qualquer tempo ao fiduciário.»² O Dr. CARNEIRO, revendo, não deu pela falta da crase, que subsiste no art. 1.750 do projeto submetido à Câmara dos Deputados.³

No projeto da subcomissão parlamentar dos cinco rezava o art. 1.367: «A disposição do artigo antecedente também se aplica ao caso... assim como ao de *verter* a gestão em proveito do dono.»⁴ Esse artigo trasladou-se ao projeto dos vinte e um com a enumeração de 1.343. E aí a comissão trocou o vocábulo *verter*, erradamente empregado no caso, em *redundar*,⁵ que o projeto definitivo da Câmara conservou no mesmo texto, sob o n.º 1.340. Igual emenda fizeram os vinte e um ao art. 1.425 da redação dos cinco⁶, convertido no art. 1.401 do projeto que se ofereceu à Câmara,⁷ e por esta mantido no art. 1.398 do seu. Mas o mesmo êrro lexicográfico de *verter* em vez de *reverter*, ou *redundar*, se continha nos arts. 976 e 978 do projeto redigido pela subcomissão dos cinco⁸; e, como dêle não dessem fé os vinte e um no debate anterior à revisão do professor CARNEIRO, também êste o não viu. Em consequência, persistiu o defeito nos arts. 937 e 939 da redação apresentada à Câmara,⁹ ficando, nos

1. «não aparecerem os herdeiros» Art. 1605. *Ib.*, v. VIII, p. 235.

2. *Ib.*, v. VII, p. 215-16.

3. *Ib.*, v. VIII, p. 251.

4. *Ib.*, v. VII, p. 171.

5. *Ib.*, v. VII, p. 207.

6. *Ib.*, v. VII, p. 177.

7. *Ib.*, v. VIII, p. 213.

8. *Ib.*, v. VII, p. 130.

9. *Ib.*, v. VIII, p. 165.

arts. 935 e 937 do projeto por ela remetido ao Senado, êsse desacêrto crasso, que sinonimiza *verter* com *reverter*.¹

A expressão *ter lugar* é francesia, quando empregada por *ocorrer*, *sucedêr*, *verificar-se*, *efetuar-se*. Na acepção, porém, de *caber*, *ser admissível*, *ser aplicável*, *legítimo*, *oportuno*, *regular*, é indisputavelmente vernácula e sancionada por todos os mestres. Ora, foi justamente neste significado que a redação dos cinco adotara essa locução nos arts. 1.052 e 1.058 do seu projeto,² o primeiro dos quais estatuiu: «A compensação *tem lugar* entre dívidas líquidas, exigíveis e de coisas fungíveis»; determinando o segundo: «Não pode *ter lugar* a compensação, havendo renúncia prévia de um dos devedores». Era como se houvessem dito, no primeiro caso: «A compensação *cabe*, é *legítima*, *admite-se*, ou *procede*», e, no segundo: «*Não se aplica*, *não é oportuna*, *não se pode invocar* a compensação.» Logo em ambos os textos, corretíssimo português, vernáculo de lei. Não obstante, em ambos o Dr. CARNEIRO emendou, substituindo, no primeiro, o *tem lugar* por *efetua-se*, e trocando-o, no segundo, em *realizar-se*³; com o que, sôbre dar, num e noutro, um errado quinau de linguagem, viciou, no primeiro, o texto com uma erronia jurídica, azando, pela dubiedade da frase, ensejo a supor-se que a compensação se efetuará sempre, em havendo dívidas dessa natureza, quando o pensamento do legislador seria meramente autorizar os interessados a invocá-la em tais casos. Emenda igualmente infundada praticou no art. 1.537. AJ

1. Citam-me em abono do *verter* neste sentido o uso que dêle faz LAFAYETTE, *Dir. de Fam.*, p. 123. Mas êste preclaro escritor se refere a BORGES CARNEIRO, l. 1, § 136, n.º 3, e êste ali não se serve de tal verbo. Nem há, que me conste, bom autor português, que nunca o empregasse em vez de *reverter* e *redundar*. Ver SOUSA. *V. do Arceb.*, v. I, p. 343; e CASTILHO. *Colóquios*, p. 180, 392.

2. *Ib.*, v. VII, p. 137 e 138.

3. Arts. 1.013 e 1.019 do projeto por êle revisto. *Ib.*, v. VIII, p. 172 e 173.

escrevera muito bem a comissão : «Não *terão lugar* as penas dos dois artigos antecedentes.» E o Dr. CARNEIRO corrigiu: «Não *se aplicarão*», quando é certo que, na acepção de *caber*, *aplicar-se*, a expressão *ter lugar* é irrepreensível.

O art. 1.497 do projeto anterior à revisão CARNEIRO encerrava esta cláusula: «Mas poder-se-á também levar em conta riscos diferentes.»¹ No posterior a essa revisão esta cláusula aparece *corrigida* assim: «Mas poder-se-ão também levar em conta riscos diferentes.»² Ora, a emenda é que, supondo errônea a redação dos cinco, incorria em erro. O verbo *poder*, ali, tanto caberia no singular, como no plural, sendo-lhe sujeito, no último caso, a expressão *lucros diferentes*, e, no outro, a oração do verbo *levar*.

No primeiro dêsses projetos, o art. 1.632 rezava assim: «Aquêles que *tenha* sido excluído da herança, pode ser a ela admitido, *se* a pessoa ofendida e de cuja sucessão se tratar, assim o *tenha* resolvido.»³ No segundo, alterado pelo Dr. CARNEIRO, êsse artigo, sob o n.º 1.609,⁴ passou a rezar: «Aquêles que *tiver* sido excluído da herança, poderá ser a ela admitido, *se* a pessoa ofendida e de cuja sucessão se tratar, assim o *tenha* resolvido». Caberá porventura melhor o *tenha*, no derradeiro membro do período, onde o conservou, que no primeiro, onde o substituiu? A mim se me antolha evidente que na segunda oração caberia melhor o *tiver*, podendo conservar-se o *tenha* na primeira.

Onde o projeto da comissão [art. 1.365]⁵ dizia: «ainda que o dono tivesse o costume *de as fazer*», o Dr. CARNEIRO emendou: «ainda que o dono tivesse o costume *de fazê-las*». [Art. 1.341.]⁶ Onde rezava: «esta substituição *se presume*»

1. *Ib.*, v. VII, p. 184.

2. Art. 1.473, *Ib.*, v. VIII, p. 220.

3. *Ib.*, v. VII, p. 200.

4. *Ib.*, v. VIII, p. 235.

5. *Ib.*, v. VII, p. 171.

6. *Ib.*, v. VIII, p. 207.

[art. 831, parágrafo único]¹, corrigiu o professor CARNEIRO: «Esta substituição presume-se». [Art. 794, parágrafo único]². Como se, num e noutro, isto é, após o demonstrativo *êste* e a preposição *de*, não fôsse tão correntia, nos melhores clássicos, a anteposição do pronome quanto a sua posposição, e talvez mais aquela que esta.³

De outros exemplos dêste gênero me poderia munir contra a revisão do professor CARNEIRO, se estivesse disposto a rebuscá-los, e desmiuçá-los. Mas, não havendo utilidade em lhes dar cata, êstes bastarão, para evidenciar quão benigno foi o meu primeiro exame, que messe de negligências e faltas esperdicei, quão incompleto me deixei ser nos meus reparos, justamente por me cingir aos erros mais grados, além de não querer estabelecer confronto entre o trabalho do mestre e o da comissão parlamentar.

Bem se vê agora que esta mais de uma vez teria levado manifesta vantagem, resistindo ao seu revisor. «Não me atrevera a dizer tanto, se não fôra maior a prova que o dito.»⁴ E ainda com todo o pêso da prova que aí fica, me não arro-jaria eu a dizê-lo, se as bravias injustiças do mestre me não forçassem a exceder, talvez, na defesa, involuntariamente, o *moderamen inculpatae tutelae*.

13. — Não me seria desairoso receber, em português, quinaus do meu antigo professor de francês e inglês, mestre consumado em qualquer dêsses três idiomas. Ainda os grandes, os fortes, os heróis, quanto mais os da minha pequenez e fraqueza, estenderam a mão aberta à voz dos preceptores:

*Qui toties socios, toties exterruit hostes,
Creditur annosum pertimuisse senem.
Quas Hector sensurus erat, poscente magistro,
Verberibus jussas prae-buit ille manus.*⁵

1. *Ib.*, v. VII, p. 113.

2. *Ib.*, v. VIII, p. 148.

3. É o que poderia aqui provar, se valesse a pena, com imensa co-lheita de exemplos, que tenho reunidos.

4. VIEIRA. *Serm.*, v. III, p. 324.

5. Ovídio. *Ars Am.*, I, 13-16.

Não sei se Aquiles, depois de ter empunhado a lança, ainda sujeitaria a destra à férula do Centauro. Mas os do meu breve tomo bem podem continuar, até velhos, a escola, enquanto o mestre com êles pratique razão, justiça e eqüidade.

Nesses limites não se manteve, porém, o meu venerando preceptor. Não usou, abusou da sua autoridade. É o que demonstrarei. A resposta será, quanto em mim caiba, tal sôbre tal e tal por tal, não deixando por considerar nem um só dos seus reparos, a três ou quatro dos quais apenas me foi possível aquiescer.

14. — Em um ponto, sobretudo, que me parece capital, timbrarei de rigor : a indicação das fontes onde beber. «Não sou muito amigo de autoridades», dizia VIEIRA, «porque raramente se podem ajustar com quem disser o que não está dito.»¹ Mas nas questões de linguagem tudo é o uso, e o uso se documenta com a escrita dos autores, que o estabeleceram, ou registaram. Ora a credibilidade, para os documentos, não se pode obter, senão mediante os caracteres externos de autenticidade, que apresentarem. O costume, que o professor CARNEIRO seguiu, de citar unicamente o nome do clássico, sem a obra e o lugar onde se ache a passagem transcrita, não satisfaz, nem se explica. Admite-se nos manuais escolares, por não os carregar de notas e lhes avultar o porte. Mas em trabalhos de crítica, maiormente nas polémicas, é injustificável. Ou o escritor cita de primeira mão, e nada lhe custará declarar de onde o faz ; ou de segunda e terceira, e então, se o livro, de onde tirou, fôr igualmente omissos, os seus documentos não estão verificados, nem são verificáveis ; o que os priva inteiramente de valor.

Tivemos disso, com o Dr. CARNEIRO, memorável exemplo na discussão, que ao diante se lerá, sôbre o uso do *o* anteposto ao *que* interrogativo. Os melhores clássicos nunca

1. *Serm.*, v. III, p. 263.

admitiram semelhante atentado à sintaxe e ao bom senso. BERNARDES, confessa o professor CARNEIRO que nem uma vez o praticou. Em CAMÕES, quem lhe ler, como eu lhe reli, as obras tôdas, não apurará um só exemplo de semelhante anomalia. Tampouco o encontrei jamais em BARROS, ou em DUARTE NUNES, em A. FERREIRA, ou JACINTO FREIRE. Seria VIEIRA dos que nela cincassem? Para o meter entre êsses, atribuiu-lhe o ilustre filólogo baiano a frase: «O QUE dirão a isso os todo-poderosos do mundo?»¹ Ora só os sermões dêsse clássico, na edição de 1855, a mais moderna das duas que constituem autoridade, ocupam dezesseis tomos, afora os quatro das cartas, os três das *Obras Inéditas* e as *Obras Várias*. Como desencantar, nesses vinte e tantos largos volumes, a linha citada pelo Dr. CARNEIRO? Era impossível; porque só a leitura da coleção exigiria meses. De modo e maneira que estava eu condenado ou a refugar pura e simplesmente a citação, não conseguindo aliás anular-lhe de todo o prestígio, ou a convir em que se alistasse o grande clássico entre os padrinhos do êrro. Felizmente o acaso, por uma das suas, nos descobriu a verdade, e então se liquidou que o exemplo de VIEIRA é, ao contrário, uma condenação daquele êrro, um documento do meu acêrto; porquanto a citação do Dr. CARNEIRO é falsa, e o trecho de VIEIRA, qual lhe saiu da pena, é êste: «QUE dirão agora a isto os todo-poderosos do mundo?»²

Assim que a versão do meu respeitável mestre, grosseiramente espúria, sôbre inverter a sintaxe do escritor, caluniando-o, lhe desfigurara ainda, a outros respeitos, o texto, acrescentando um vocábulo e suprimindo outro a uma sentença de cinco.

Não haverá, dentre as autoridades invocadas pelo Dr. CARNEIRO, outras, que se ressintam da mesma eiva, que se

1. Dr. CARNEIRO. *Ligeir. Observações*, p. 6, col. 2.ª.

2. Ver a comprovação adiante, p. II, § 26, n.º 146.

achem igualmente adulteradas, que testemunhem falso dos autores, em cujo nome se apresentam? Era meu direito supô-lo, depois daquele flagrante, e articular contra elas tôdas suspeição geral.

Não o farei, porém, limitando-me a contrapor ao seu uso o meu de não apelar para autoridade alguma, sem lhe juntar aos excertos reproduzidos a menção precisa da obra, capítulo, página, canto e estrofe, de onde os houver extraído.

O PARLAMENTAR

«Mas tal escrever foi bulha composta para enganar os que não sabem.»

[FERNÃO LOPES. *D. João I*, parte II, c. 35.]

15. — A realidade ama as antífrases. *Parlamentar*, na significação natural das palavras, equivaleria a moderado, reflexivo, cortês. Aqui, mui ao contrário, por um desses fenômenos cada vez mais vulgares na decadência dos parlamentos, aquêle adjetivo rotula, englobados num escândalo escrito, a série inteira das qualidades hostis à calma, ao critério, à polidez, à seriedade das grandes assembléias.

16. — Quando na minha exposição preliminar tive de me pronunciar acêrca da comissão especial da Câmara dos Deputados, seu trabalho, seu papel, seus serviços na obra agora submetida ao nosso exame, fi-lo com todo o respeito, equidade e delicadeza.

Lamentando a celeridade, indefensável e desastrosa, a que o govêrno passado associara os destinos desta codificação, e indicando os motivos, que, até certo ponto, com essa urgência me forçavam a transigir, bem como os que me tinham inspirado o meu estudo preliminar de crítica à redação do projeto: «Já se vê», dizia eu, «que nesta iniciativa não tenho em mira desfazer nos serviços da comissão legislativa

que nos precedeu. Não participo da indignação, ou do desprezo, com que muitos os têm fulminado. Antes me parece que, como base à revisão, por que vai passar nesta casa do Congresso, nos merecem tôda a estima e respeito.»¹ Dêle e dela dava eu ali mesmo a prova, defendendo a comissão e o projeto das rajadas radicais, e das rajadas reacionárias, que contra uma e outra se haviam desencadeado, borrasca de correntes opostas, incontentáveis, irreconciliáveis, entre as quais se devia manter, como fiel da balança equilibrada, a sistematização legislativa do nosso direito civil. «Buscou a comissão da outra câmara», ponderava eu, justificando-a e absolvendo-a, absolutamente sem reservas, das imperfeições do seu trabalho, «buscou a comissão da outra câmara solver o conflito, até onde lhe era possível nos estreitos limites de tempo que se traçara. Mas nêles não podia caber tudo. A celeridade, com que ali se ultimou uma faina sem exemplo em nossos Anais parlamentares, votando, quase sem debate, centenas de emendas, não dava grande espaço à maturação das idéias. Onde, portanto, o vagar para o trabalho de lima, para a severa moldagem das fórmulas, numa língua adequada, elegante e segura?»²

Se o projeto saíra incorreto e maculado no feicio da expressão, é que, trabalhado à carreira, «a violência da rapidez na produção intelectual obrigara o legislador a descurar o labor literário».³ Nêle não se poderia contestar que avultassem graves quebras da syntaxe e do bom falar. Mas dessa responsabilidade escusava eu *explicitamente* a comissão redatora: «Ninguém supõe que os redatores do código sejam alheios à gramática, ou a ela avessos. Desatenções não são ignorâncias.»⁴ Essas *desatenções* explicavam os erros. Tudo

1. *Diár. do Congress. Nacion.* Sup. ao n.º 128, de 27 jul. 1902, p. 1.

2. *Ibid.*

3. *Ibid.*, p. 2.

4. *Ibid.*

eram pecados unicamente da «negligência, a que a preocupação dos grandes problemas resolvidos naquele trabalho abandonara a sua forma». ¹

17. — Com a Câmara dos Deputados não fui ali menos urbano e indulgente que com a sua comissão especial.

Eis, de feito, como em relação a ela me exprimi :

«A mesma câmara nos acaba de ensinar, pelo exemplo, o zelo nas miudezas do apuro literário e da eufonia. Notória é a economia de tempo, com que procedeu aquela assembléia na discussão do projeto. Delegou [não lho censuro] à sua comissão especial poderes arbitrais sôbre as emendas formuladas. Destas abraçou a comissão apenas cinqüenta e oito, recusando cento e quarenta e três. A câmara subscreveu-lhe, sem uma só discrepância, a sumária sentença. Pois bem : das emendas que tiveram prestígio bastante, para sobrenadar ao dilúvio daquela severidade, impondo-se à comissão e à câmara, uma é a que suprimiu ao art. 763 [hoje 762] a contração *nêle*, outra a que do art. 372 [agora 371] riscou o adjetivo *uma*, que antes da palavra *mulher* não toava bem aos nobres deputados. Ambos êsses levíssimos senões tinham escapado à revisão extraparlamentar, destinada a pôr termo à questão literária, fechando-lhe a porta com o sêlo de uma grande autoridade. A minha própria revisão, mais paciente, não dera pelo primeiro. Mas, graças à iniciativa de um membro daquela casa, a comissão dos vinte e um e a câmara fizeram decotar ao projeto, mediante duas emendas, as quatro sílabas malsoantes. Mercê dêste precedente, descerrou-se a

1. *Ib.*, p. 1.

porta aferrolhada, mostrou-se que as questões de elegância e ouvido literário não são indignas do parlamento, nem subalternas no feitio de um código civil, e *deu-se a ver quanto neste sentido não teria feito aquela assembléia, se lhe deixassem lazer à competência e ao gosto*. No trabalho, a que a este respeito me dei, pois, outra coisa não se faz que trilhar o caminho pela câmara solenemente aberto e implicitamente recomendado.»¹

18. — Livres assim, pelo modo mais completo, mais absoluto, comissão e câmara, de tóda a responsabilidade pelas nódoas e erros do projeto, podiam recair sobre a câmara, ou sobre a comissão, as liberdades da minha linguagem no apreciá-los? tinha a câmara, ou a comissão, o direito de mas haver a mal, de recebê-las como ofensas?

Não: nenhum espírito limpo de fel, nenhum coração estreme de malícia, nenhuma consciência isenta de paixão o dirá. O pretexto, entretanto, da inqualificável *Resposta* foi «o tom áspero e agressivo, de que se revestira»² a minha crítica respeito à câmara e à comissão especial; foi que eu apontara «os erros do projeto da câmara» como «*de responsabilidade direta e intransferível da ignorante e descuidosa comissão especial*».³ Dá-se maior aprumo em faltar à verdade?

Eu, ao revés, reconhecera à comissão o mérito de haver chegado «até onde lhe era possível, nos estreitos limites do tempo», declarara «não ter em mente desfazer nos seus serviços», qualificara-lhe o trabalho como digno de «*tôda a estima e respeito*», atribuíra todos os defeitos criticados só e uni-

1. *Ib.*, p. 3-4.

2. *Resposta ao parecer do Senador Rui Barbosa*. Diár. do Congr. Supl. ao n.º 211, de 7 nov. 1902. P. 1, col. 2.ª

Esse documento parlamentar será de ora em diante aqui designado simplesmente pelo nome de *Resposta*.

3. *Ib.*, p. 9, col. 1.ª.

camente à «celeridade, com que ali se ultimou *uma faina sem exemplo em nossos Anais parlamentares*», dissera que, se o legislador «havia descurado o labor literário», fôra porque a isso «o obrigara a violência da rapidez na produção intelectual», proclamara, em suma, a *irresponsabilidade* mais ampla da comissão e da câmara nos senões dessa tentativa, para dêles culpar exclusivamente a senha de açodamento, o programa de afôgo, o compromisso de precipitação, adotados pelo govêrno e por êle impostos aos seus amigos.

Era mister, porém, que a calúnia achanasse o terreno às afrontas premeditadas. Como autorizar represálias, não esboçando uma figura de agressão anterior? Daí os aleives que preludiam, nesse monumento da época, a exibição dos sentimentos pessoais, que êle concretiza. «Não se violaram na cerebrina peça», diz o autor da *Resposta*, aludindo ao meu parecer, «não se violaram na cerebrina peça sòmente os moldes regimentais da colaboração dos dous ramos do Congresso na fatura das leis, mas também as *normas comuns de mútuo respeito e deferência, as tradições e os hábitos mais elementares de cortesia e delicadeza* entre ambos invariavelmente seguidos, e que são condições indispensáveis ao prestígio e à autoridade do Poder Legislativo.»¹ Ora, com que consciência se levanta, em face dos textos que ficam transcritos, um testemunho dêstes?

19. — Na mesma contravenção manifesta da verdade incorre o Dr. CLÓVIS. «Não por mim, que nada sou», diz êle com louvável modéstia, «mas por alguns homens distintíssimos que tomaram parte na elaboração do projeto de código civil brasileiro, lastimo sinceramente deparar no parecer senatorial certos adjetivos deprimentes, vocábulos depreciativos e um tom geral de mordacidade e menosprêzo que avultam ainda mais por virem do senado, e se referirem à câmara»²

1. *Ib.*, p. 1, col. 2.^a.

2. *Revista de Legislaç.* Fasc. de 30 set. 1902, p. 32.

O eminente jurisconsulto, que, *por não ser nada*, se incumbira de amañhar em seis meses o que TEIXEIRA DE FREITAS não pudera acabar em sete anos, rufa a chamada aos «homens distintíssimos», que não tinham atentado nos meus despezos e nas minhas mordeduras. O deprimente dos meus adjetivos, o mordaz e menosprezativo do meu tom geral, tudo isso é à *câmara que se refere*. Di-lo o Dr. CLÓVIS.

Em vão declarara eu que, no prazo deixado à câmara, seria humanamente impossível obter mais, que ela fôra «*até onde era possível nos estreitos limites do tempo*». Ainda assim, é à câmara que eu deprimia, menosprezava e causticava. De maneira que, se eu disser a um artista: «Tua obra está cheia de imperfeições; mas, nos poucos dias em que havias de concluí-la, ninguém faria mais», estou a mordicá-lo, a rebaixá-lo, a menosprezá-lo. E é destarte que me ensina o Dr. BEVILÁQUA a não ser mordaz.

Notòriamente dado a letras e ao uso quase quotidiano da pena, desde que soube meneá-la, nunca escrevi crítica desfavorável a trabalho literário nenhum. E sou um mordaz. Parlamentar experimentado em vinte e tantos anos de parlamento entre as mais veementes lutas da palavra, não encontrei jamais quem me recusasse os foros de urbanidade. E um belo dia, já velho nesse hábito e nessa reputação, eis que falta grosseiramente, membro de uma câmara, aos mais comezinhos deveres de cortesia para com a outra. Por quê? Por ter qualificado com liberdade e energia, num trabalho dela, manchas, de que positivamente sustentei *que não era culpada*, e cuja origem atribuí à indigência de tempo. Acusar, só assim.

Se, porém, a câmara se não embeber de veras na convicção de que eu a insultei, não será que o ilustre lente não fizesse por isso com o afinco dos grandes estudos. Beditino feito na escola da paciência alemã, honrou-lhe êle, desta vez, os melhores modelos, pondo-se ao rabusco das minhas *impurezas de expressão*. Esquadrinhando então pelas colunas do

meu in-fólio, que montam a perto de quatrocentas, apurou e compôs um ramilhete de oito, não mais, de oito expressões, a seu juízo escandalosas,¹ com que, por minha conta e em meu nome, regala aquela assembléia, embora eu, nas minhas censuras, a tivesse pôsto *hors cause*.

De algumas para que se ela molestasse, ainda quando eu realmente lhas houvesse dirigido, era mister que a sensibilidade lhe orçasse por hiperestesia. No ápice do molho, encimando o tope, sobressaem as palavras «disposição *mal-amanhada*». Bem se vê que o restolhador vive fora do idioma, em que se exprime. Aliás aquêles vocábulos não lhe fariam estranheza. A locução é de origem agrícola, e nada tem de impolida. *Amanho* é o preparo dos campos. Chama-se *amanhar* ao cultivar, lavrar, adubar, semear e tratar das terras, das hortas, das vinhas, das searas, dos pomares, dos jardins. Translatamente *amanhar* significa *arranjar*, *consertar*, *compor*, *ataviar*. *Mal-amanhado* chamamos ao indivíduo ou objeto «*mal arranjado, mal vestido, desajeitado*».² Não me dirão onde a descortesia em averbar de *sem jeito* e *mal arranjada* ou *mal entrajada* a redação de um texto?

Outra grosseria perpetrara eu, qualificando um dos artigos do projeto como «*embrulhadamente* redigido». Mas que vem a ser *embrulhado*, em português? Respondam os dicionaristas: «metido em invólucro, *intrincado, confuso, enevoado*». [C. DE FIGUEIREDO]. Diz-se *embrulhado* o tempo, o negócio, o pleito, o estilo. Haverá quem de verdade vislumbre nalgum dêstes sentidos laivo de *ofensa*? Faltar-se-á, sèriamente, à delicadeza com o escritor, cujo escrito se averba de *obsuro*?

Depois é o meu «*balburdiar*» que vem engrossar o feixe. Mas *balburdiar* está no mesmo caso do *embrulhar*. *Balbúrdia* outra coisa não é que *desordem, confusão*, e *balburdiar*, no

1. *Ib.*, p. 31 e p. 32, not. 10.

2. C. DE FIGUEIREDO. *Dicion.*, voc. *Mal-amanhado*.

creio que único dicionário onde se menciona, o de FIGUEIREDO, está definido simplesmente como «*tornar confuso*».¹ Ora quem, neste mundo, se sentiria melindrado, por lhe tacharem de *confusa* uma expressão? Contra as boas maneiras parlamentares pequei também, com empregar a palavra *extravagância*, no mesmo lugar. Mas êsse nome, na maioria das suas acepções, nada tem de agressivo. *Extravagância*, segundo a definição de MORAIS, vem a ser «*irregularidade contra o costume, ou razão, no falar, no obrar, no vestir, a singularidade, ou excentricidade*». E, quando um vocábulo tem acepções inofensivas, não será de boa-fé tomá-lo, sem motivo especial, no mau sentido.

É o de que se não embaraça o autor do enredo, cuja sem-cerimônia, a tal respeito, ali mesmo descompostamente se assoalha. Opinara eu que falar em «*restituição da própria coisa*», quando evidentemente ninguém pode ser restituído *no alheio*, era «o cúmulo da simplicidade no pleonismo». Estas palavras, comenta-as o Dr. CLÓVIS, declarando redondamente que «*simplicidade* aqui vale por *tolice*». Por quê? Será esta, porventura, a significação exclusiva do vocábulo *simplicidade*? Não: é, pelo contrário, a *mais translata*, a *menos comum*, a *derradeira*. Os dicionários atribuem-lhe uma longa série de significados: «*naturalidade, singeleza, ingenuidade, candura, sinceridade, franqueza, extrema ingenuidade*», e só no cabo da enumeração lhe inscrevem o de «*parvoíce*».² O Dr. BEVILÁQUA inverte: do *menos natural* faz o *mais certo*, do *menos usual* o *mais presumível*, do *último* o *primeiro*. Tanta sensibilidade à cortesia, e tão pouca à verdade.

Afirmara eu que certo dizer do projeto «*não tem gramática, nem senso*». *Senso* aqui, evidentemente, quer dizer *sentido*. É um dos significados, que os dicionários consignam a essa palavra; tratando-se da inteligência de textos,

1. *Ibid.*, Suplemento, p. 752.

2. C. DE FIGUEIREDO. *In* v.º *simplicidade*.

é o mais natural; e, sendo o não odioso, é o que, em boa-fé, antes de prova em contrário, se deveria supor. Quando uma frase não exprime coisa nenhuma, que meio tenho eu de o significar, se não fôr averbando-a de *sem sentido*, ou *sem senso*? A língua não me oferece outros vocábulos, para enunciar um pensamento, que de injúria ou desprimor nada encerra. E, para exprimir, na crítica de um escrito, que êle não tem concordância, não tem regência, não tem, numa palavra, *sintaxe*, como é que me hei de haver, senão dizendo que «não tem gramática»? Pois haverá ofensa possível na simples enunciação de um fato literário, pelos únicos termos que a língua nos ministra para o exprimirmos? O texto por mim tachado como *sem gramática*, nem *sentido*, era, de feito, ininteligível e irregível. Ei-lo aqui: «A dívida considera-se vencida pelo perecimento do objeto da garantia que estiver seguro, ou pelo qual responder terceiro pela indenização.»¹ Note-se êste «ou pelo qual responder terceiro pela indenização.» Haverá como decifrá-lo? Haverá como regê-lo? Se o não há, por que modo havia eu de lhe significar a *irregibilidade* e a *indecifrabilidade*, se não fôsse desconhecendo-lhe *gramática* e *senso*?

Despojada, assim, a ramalhoça de tôdas essas flores, mal nos resta uma, da colheita que pompeava nas mãos do professor CLÓVIS. Acontecera-me usar da frase «expressão original e ridícula», a respeito de uma das do projeto. Que expressão era essa? A do art. 1.225, quando sujeita o «comodatário constituído em mora» a «responder como *obrigado moroso*». *Obrigado moroso*! Houve tal locução jamais em língua ou imitação de língua portuguesa? Conceber-se-á, em nosso idioma, associação de palavras mais informe, desastrosa e esdrúxula? São *dois adjetivos*, a um dos quais se força a expressão própria e se fantasia o papel de substantivo, para os juntar num composto, que o uso desconhece,

1. Projeto, art. 767, n.º IV. Meu parecer, p. 107.

que a orelha repele, que a fraseologia jurídica nunca ouviu, e que fica no texto a provocar a estranheza, o riso, a mofa. *Obrigado moroso!* Extraíam do período, que o moldura, êste não sei como lhe chame, e experimentem se aparece aí quem lhe deslinde a garbulha. Reponham-lho, e verão se clareia ou melhora da excentricidade, com a luz ou o dissímulo do fraseado circunstante. Tachando-o de «original e ridículo», disse eu o menos, que de tal deformidade lógica e vernácula poderia dizer. Acaso, porém, teria destarte ferido a câmara, ou a comissão parlamentar? Não; que de ambas escrevera eu mesmo a defesa, lançando-lhes à conta do açodamento forçado quantos erros se não conciliassem com a idoneidade a uma e outra por mim altamente confessada.

A quem eu ferira, mas involuntariamente, vejo agora, ao procurar as origens da exótica invenção. Tem-lhe as honras da paternidade o projeto CLÓVIS, cujo art. 1.407 rezava: «O comodatário, constituído em mora, além de responder como *obrigado moroso*, deve o aluguel da cousa, desde que se retarda em restituí-la.»¹ A comissão extraparlamentar dos cinco² varreu dêsse quebra-cabeças o texto do projeto, dizendo, no correspondente artigo do seu: «O *comodatário constituído em mora* responde por perdas e danos.» Infelizmente, houve quem alvitrasse, na comissão parlamentar, restabelecer-se o texto do projeto primitivo.⁴ Os vinte e um, não tendo quem lhes espertasse a atenção para êste pormenor, nêle não tiveram sentido, votando inadvertidamente que se restaurasse a singularidade⁵ eliminada com excelente critério pela primeira comissão revisora.

1. *Trabalhos da Comis. Espec. da Câm.*, v. I, p. 129.

2. Composta dos Srs. AQUINO E CASTRO, ANFILÓFIO, BARRADAS, LACERDA DE ALMEIDA e BULHÕES CARVALHO.

3. Art. 1.468. *Trabalhos da Comis. Espec.*, v. I, p. 252.

4. *Ib.*, vol. III, p. 146, e v. VI, p. 451.

5. Art. 1.277. [*Trab. da Comis. Espec.*, v. VIII, p. 162]. Art. 1.254. [*Ib.*, v. VIII, p. 197.]

20. — Em trabalho de largo fôlego, alinhavado a correr, não há nódoa, lacuna, despropósito, de que se vigiem com segurança os mais capazes, ainda que especialistas sejam, e se trate da sua especialidade. A experiência universal todos os dias nos confirma a velha parêmia de que *a pressa é inimiga da perfeição*. Pudera eu acrescentar que é mãe do tumulto, da incongruência, da irreflexão e do êrro. Obra atropelada é obra manca, desastrada, infiel ao pensamento do artista, vilipendiosa ao seu nome. Improvisar, em matéria d'arte, equivale a achamboar, a achavascar, a atabalhoar. A lei da precipitação é a lei do atropêlo e do ataranto, a lei do descuido e do desazo, a lei da fancaria e da aventura, a lei da inconsciência e da mediocridade. Sob a pressão da urgência ninguém produziu nunca, nem produzirá jamais coisa, que resista à prova do saber, do gôsto, do tempo.

A câmara e a comissão parlamentar laboraram na tarefa do projeto sob o aguilhão dessa tirania. Fôssem quais fôssem os tesoiros de ciência, talento e zêlo, que reunissem, não podiam esquivar a condição humana, que subordina a excelência à ponderação, e associa a presteza à inferioridade. Uma vez encetadas as suas deliberações, a comissão da câmara quase que não resfolgou, até não terminar. Do 1.º aos 31 de outubro do ano passado celebrou quinze sessões. De 5 de novembro a 10 de dezembro, isto é, em trinta e seis dias, teve não menos de vinte e cinco assentadas. Dos 11 de dezembro daquele aos 4 de janeiro dêste ano [*vinte e cinco dias*] contou *vinte e duas sessões*.

Funcionou, pois, quase quotidianamente no mais aceso do verão, sob o calor canicular desta quadra, a discutir de rota batida todo o direito civil, cujos problemas entendem com os de todos os outros ramos do direito, com tôda a administração pública, a economia política e a organização social. Uma tal áfrica, uma proeza tal não tem símile na crônica das façanhas intelectuais. Nos demais países, debaixo de céus muito mais favoráveis, pela amenidade do clima, à assiduidade

nos grandes trabalhos mentais, comissões desta natureza, ali constituídas por celebridades universais, sempre trabalharam a tento e devagar, em reuniões mais ou menos largamente intervaladas.

Perlustrar dia a dia, de enfiada, em sessões sucessivas, o mundo imenso das relações civis, até circungirá-lo¹ todo, excederia às fôrças dos mais notáveis civilistas. Em disciplinas científicas desta complexidade, ainda os mais afamados professores raro podem fazer preleções quotidianas; porque o zêlo da sua reputação, a honra do seu magistério os obrigam a renovar diàriamente os estudos. Considere-se agora na tarefa, cem vêzes mais árdua, mais vasta, mais melindrosa, mais responsável, do codificador, e diga-se quem, sèriamente, a poderia arrostar, deliberando meses a fio sôbre a organização de um código, desde os seus grandes fundamentos até às suas subdivisões extremas, desde o complicadíssimo trama das suas intrincadas idéias até à epigrafia sutil das suas fórmulas transparentes e precisas.

21. — Estando nesta convicção, eu não tinha que dissimular com a minha consciência e me valer de rodeios parlamentares, para desfechar em soslaio à comissão, ou à câmara, ironias, remoques e apodos. E não o fiz. Antes, bem ao contrário, as declarei irresponsáveis pelos defeitos naturais da precipitação no projeto do código civil; porque reputava inevitáveis, dada a sofreguidão que houve, êsses defeitos e, em consequência, inculpáveis dêles a câmara e a comissão.

Pondo-as, destarte, uma e outra fora de tais responsabilidades, a ação de revisor, daí avante, me ficava inteiramente desvencilhada, para sentir e escrever livremente. O crítico podia ser franco, rijo, áspero, até, se a ocasião lho pedisse, desde que não havia indivíduos, ou coletividades, sôbre quem

1. Por que havia de ser unicamente intransitivo o verbo *circungirar* quando o verbo *girar* é intransitivo e transitivo?

lhe resvassem os golpes, e pelos senões advertidos respondia, não uma incompetência de pessoas, mas um vício de processo. Reduzidas a essa condição impessoal, obras tais, por mais eminente que seja a sua procedência, não podem reclamar privilégios de consideração e imunidades convencionais contra a verdade. Mais alta coisa do que um código em elaboração legislativa é um código já em uso; e, todavia, contra um dos de sua pátria, não hesitou A. HERCULANO em se exprimir com a mais ríspida crueza de linguagem, desde que se convenceu de não merecer outra. Propugnava êle, como revisor do código civil, a sua obra, quando lhe opuseram o código penal. «Código contra código», disse êle. «Coneheço. É um livro em língua bunda, que reza da penalidade usada em Portugal.»¹

22. — O que seria, na essência e na forma, a tristíssima das sentenças contra a comissão parlamentar, se lha pudessemos atribuir, é a «Resposta», indevidamente formulada em seu nome. Requerera o seu autor vinte dias, para a concluir, e só a deu feita ao cabo de três meses. Escrita, pois, mui de sobremão, essa meditada apologia dos senões, impuridades e cincas do projeto, fazendo refletidamente do sambenito gala, é a imagem da competência literária de quem a lavrou, e fôra a do valor da comissão parlamentar, se esta a houvera adotado.

Respeito ao idioma, saiu escrita no que êle mesmo desvanecidamente chama «o dialeto brasileiro»², surrão amplo, onde cabem à larga, desde que o inventaram para sossêgo dos que não sabem a sua língua, tôdas as escórias da preguiça, da ignorância e do mau gôsto, rótulo americano daquilo que o grande escritor lusitano tratara por um nome angolês. Lá encontrará o ouvido vernáculo todos os estigmas dessa dege-

1. *Casamento Civil. Quarta carta do Sr. A. Herculano ao Jornal do Comércio*. Lisboa, 1866, p. 11.

2. *Resposta*, p. 21, col. 3.^a Supl. ao *Diár. do Congr.* 7 nov., 1902.

neração, em estado coliquativo, do idioma em que escreveram no Brasil, GONÇALVES DIAS,¹ FRANCISCO LISBOA e MACHADO DE ASSIS. O escritor *detalha*² admiravelmente a sintaxe do ingranzéu, em que se honra de exprimir-se. Do modo como pratica a do nosso falar, bastariam para nos dar mostra as suas belezas de arte, ao colocar dos pronomes, «na história do trabalho *a que* a comissão *dedicou-se*».³ De tal feitio e com desembaraço tal maneja o nosso vocabulário, como quem dispusesse da sua fazenda, que elegantemente equivoca os particípios em *ado* com os adjetivos em *ável*,⁴ em imprevistos efeitos de graça e exatidão para o discurso. Que maior autoridade para vingar e glorificar a redação do projeto?

A vida parlamentar, a administração e o jornalismo têm sido, em tôda a parte, [quanto mais entre nós!] os mais poderosos corruptores da língua e do bom gosto. BALZAC, FLAUBERT e ZOLA falaram com desprezo do estilo da tribuna política. «O que mais floresce», diz o último historiador literário da França, «entre

*L'ennuyeuse séquelle
De nos représentants à la flasque loquelle,*

é um estilo empanado e convencional, um amálgama de fórmulas gastas, polvilhado, sob a côr de neologismos úteis, com algumas expressões, cujos vocábulos andam entre si às testi-

1. Apontado como clássico por C. CASTELO BRANCO, *Noites de Insônia*, n.º 6, p. 81.

2. *Resposta*, p. 8, col. 1.ª.

3. *Ibid.*

4. «Examine-se e coteje-se o projeto revisto com o enviado à outra câmara, e ver-se-á a exatidão do nosso asserto. Em metade, talvez, das 1.814 disposições do último mantivemos íntegras e *inalteráveis* as disposições do primeiro.» *Resposta*, p. 7, col. 3.ª.

Não distingue, pois, entre *invicto* e *invencível*, *intacto* e *intangível*, *inacabado* e *inacabável*, *injustificado* e *injustificável*, *indomado* e *indomável*, *adorado* e *adorável*, *comprado* e *comprável*, *derrotado* e *derrotável*, etc. Ornamentos do «dialeto brasileiro».

lhas». ¹ Um número da fôlha oficial, que se leia, acrescenta êsse escritor, «basta a nos enjoar da eloquência política». «Sempre», observa êle, «o mesmo assestar de formas postiças», sempre «o incoerente das expressões», sempre «os solecismos e barbarismos a monte.» É do que dão exemplo, afirma ainda, «os maiores oradores». ² GAMBETTA, um dos mais famosos dentre êstes, passa, no juízo dos críticos, por se exprimir «em um vasconço absolutamente insuportável». ³ Apreciando os discursos de FLOQUET, escrevia EMÍLIO ZOLA: «Através dessa trucidação da nossa língua, entendei, se pudesdes. Aliás que nada obriga um deputado a falar francês, sei-o eu. Onde estaríamos, se dos nossos homens políticos se exigisse tintura de boas letras? Os mais fortes, aquêles mesmos cuja possança é inegável, professam o desprezo da retórica e, até, o da sintaxe.» ⁴ Eis o a que reduz a eloquência e a arte da palavra, ainda nos merecimentos mais bem dotados pela natureza, o exclusivismo absorvente dos negócios, o quotidiano exercício da improvisação, o meio vulgar das grandes assembléias, o desábito das letras.

Figure-se agora transferido para o seio dessas influências, numa ordem inferior, o arbítrio do gosto, a lição do estilo, o magistério da sintaxe, a escola da língua, e ter-se-ão, em compêndio, na sua originalidade, o intuito e o valor daquele papel, a que as circunstâncias asseguram, antes do pronto esquecimento que o aguarda, alguns momentos da menos invejável celebridade.

23. — Êsse documento, porém, felizmente, não tem a representação parlamentar que inculca. O que êle traduz, é tão sòmente o ânimo e os dotes da pena que o escreveu.

1. F. BRUNOT. *La Lang. Franç. au XIX sièc.*, p. 824.

2. *Ib.*, p. 824-6.

3. «Gambetta, le dernier en date des grands orateurs de ce temps, est tout à fait intolérable à cause du charabia.» CH. MORICE. *La littérature de tout à l'heure* [1889], p. 32.

4. *Une Campagne*, p. 70.

Da comissão, cuja autoridade assume, não se pode ter como instrumento. Isso por várias considerações, cada qual mais conclusiva. Primeiro, porque já era extinta de fato e direito a comissão parlamentar, estando a sua missão desempenhada, e, pois, já não podia ter voz, exercer atos, delegar poderes, constituir representantes. Segundo, porque acêrca dêsse papel não deliberou, não lhe ouviu, ao menos, a leitura, nem sequer para uma ou outra coisa foi convocada, e, portanto, não o perfilhou, não o autorizou, nem, ainda, o conheceu. Terceiro, porque, atenta a natureza de tal escrito, o seu personalismo, o tom da sua agressão contínua, a sua desenvoltura, a sua aberração do respeito a si mesmo, sem receio de êrro se poderia assegurar que a comissão da câmara o não adotaria, se o escutasse. Dêsses mesmos dois membros, que além do autor, o firmaram, estou habilitado a declarar que nem todos o leram, e nem todos o subscreveriam, se o houveram lido.

Já o caracterizei, ocupando-me dêle por algumas horas, com aplauso geral dos ouvintes, no meu discurso ao senado. Não passa de um longo tresvario palavreante, sofisticante, injuriante. Onde faz de científico e letrado, é com o superficial, o ôco e o indigesto da ciência de ocasião, enfeitada com os estudos da véspera e tresandante à candeia da noite passada. Onde aspira à ironia, cai de roldão no insulto. Onde pretende gracejar, mergulha até ao¹ topête

1. Até ao. Não é só «o autorizado uso de escritores *modernos* como Latino Coelho» [C. DE FIGUEIREDO, *Lições*, p. 69] que abona esta forma vernácula. Dos modernos, com efeito, creio não haverá um, por quem não seja freqüentemente usada. Veja-se, por exemplo, CASTILHO, nos lugares seguintes:

Escavações Poéticas, p. 21, 101.

Fausto: 101, 107, 125, 220, 257, 335.

Amor e Melancol.: 199, 208, 212, 239, 240, 244, 250, 254, 271 [três vezes], 287, 288, 291, 292, 293 [duas vezes], 294, 308 [duas vezes], 343, 353, 377, 378 [duas vezes], 404, 407.

Tosquia de um Camelo, p. 4, 18, 19, 46.

Colóquios: IX, XV, 44, 142, 145, 165, 285, 307, 367, 80.

Geórgicas: 23, 263, 281.

Fastos: v. II, 65, v. III, 117.

na chocarrería insulsa e grossa. Tem pedaços como este : « Escute-se o art. 46, III do substitutivo: «É bem imóvel tudo quanto, no imóvel, o *proprietário* mantiver intencionalmente empregado em sua exploração, indústria, aformoseamento e comodidade.» Pela regra, *sua* se refere a *proprietário*, que é o substantivo mais próximo. E assim tudo quanto o proprietário emprega em seu aformoseamento, é

Amores: v. I, 46, v. II, 35, 89, v. III, 11.

Veja-se LATINO COELHO :

Humboldt: 268, 361, 364, 365, 366 [duas vezes], 371.

Como êsses, CAMILO: *A Morgada de Romariz*, p. 45. [Ed. de 1876. *Novelas do Minho*, IV.]

ROQUETE, n. ao *Leal Conselheiro*, p. 105.

Mas dos antigos também era empregada, e não raro :

« Entra cá, e remarás

Até às portas do inferno». [GIL VIC., I, p. 241.]

FERNÃO LOPES. «Dês aquêlê mosteiro até aos seus paços.» [*D. Pedro I*, c. 14.] «Dês fevereiro meado seguinte até ao primeiro dia de março que vinha.» [*Ibid.*] «A tivera sempre por sua mulher até ao tempo de sua morte.» [*Ib.*, c. 27.] «Aquêles que levassem presos os castelhanos até ao extremo do reino, recebessem os portugueses que trouxessem de Castela.» [*Ib.*, c. 20, *in fine.*] «Assim chegaram até ao dito mosteiro.» [*Ib.*, c. 44.] «Correram até às portas do lugar.» [*D. João I*, parte I, c. 105.] «Esta torre estava mui açalmada de muitos tocinhos e lenha até ao primeiro sobrado.» [*Ib.*, parte II, c. 18.]

D. FRANCISCO MANUEL. *Feira de Anexins*. «Da cabeça até aos pés.» [P. 4.] «Sena a faca há de entrar até ao cabo.» [P. 160.]

COUTO. *Déc.* IV, l. I, c. 2 [v. I, p. 17]: «Fizessem os soldados seguir os mouros até à cidade.»

VIEIRA. «Levantou a estátua de Isabel até às estrêlas.» [*Obras*, ed. de 1854, v. I, p. 100.] «Chegaram com a luz do Evangelho até aos fins da Ásia.» [V. II, p. 256.] «Se os pés passam a ser cabeça, até ao mesmo Deus põem em cuidado.» [*Obr. Inéd.*, v. II, p. 153.]

SOUSA. *D. Fr. Bartolomeu*: «E nêlê estava em oração até às quatro diante do Santíssimo Sacramento.» [L. I, c. 5, p. 36.] «No qual se deixara ficar até às quatro.» [L. II, c. 2, p. 195.] «Os de melhor voto afirmavam que até àquele dia se não ouvira.» [*Ib.*, c. 10, p. 243.] «Fizeram vela pelo rio abaixo até à cidade de Verona.» [*Ib.*, c. 31, p. 392.] «Do lugar de baixo donde se começa a subir até ao mosteiro.» [*Ib.*, c. 33, p. 405.]

CAVALEIRO D'OLIVEIRA. *Cartas*, v. I, p. 454. «Até ao tempo do *digitis morientibus* saberei dizer que sou vosso.»

FILINTO ELÍSIO. *Obras* [ed. de 1836-40]: «Co'o bico até ao fundo.» [V. XII, p. 36.] «E até ao fim do mundo seguir-me-ia.» [V. XIII, p. 161.]

Poderia citar outros exemplos sem conto. Donde se vê que a associação das duas preposições *até* e *a* não é de uso moderno. Os mais antigos clássicos a empregavam quase tão amiúde como os mestres do nosso tempo.

imóvel. *O creme Simon, por exemplo, é imóvel.*¹ Em suma, na frase do VIEIRA, «graças, chistes, motes, facécias, bufonérias»², mas bufonérias sem cômico, facécias sem sabor, motes sem senso, chistes sem tino, graças sem jeito.

No gênero galhofa, de que fêz ponto de honra, empenhando-se em divertir os leitores à minha custa, desceu até à invenção obscena, e raiou pela chalaça deslavada. A questão dos cacófatons largo ensejo lhe azou ao retoicar mais extravagante dessa fantasia. Desconhecendo a própria significação das palavras, transforma o autor a *cacofonia*, resultante, como se sabe, *dos sons*, em efeito *das letras*, e então obra maravilhas, particularmente na especialidade fescenina. Aí desfecha em rasgos de gênio. De «*interêsse econômico*», por exemplo, destaca as sílabas «*êsse econo*» para obter a martelo uma combinação torpe.³ Nas palavras do substitutivo «o oficial público no testamento», grifa a sílaba terminal do adjetivo e a partícula subsequente, para, deturpando ousadamente a pronúncia da língua, manipular o que chama cacófaton *indecoroso*.⁴ Encontrando no art. 115 do substitutivo as expressões *repor à massa*, faz imprimir em itálico o final de *repor*, e grifar a preposição imediata, para, carregando na pronúncia da consoante média, ajeitar uma palavrada monstruosa.⁵ Dos vocábulos *sem menção*, no artigo 1.759, estampa em itálico as duas primeiras sílabas, que, aos seus ouvidos, por uma alucinação de preocupado, compõem lascivamente «o *nec plus ultra* do cacófaton». ⁶ Por último, até, para casar o obsceno ao infecto, chega a aventar *fezes* na limpíssima frase do artigo 1.342, § único: «o gestor fêz essas despesas». ⁷ Dissera-se a psicopatia sexual

1. *Resposta*, p. 13, col. 2.^a.

2. *Sermões*, v. III, p. 154.

3. *Resposta*, p. 12, col. 2.^a.

4. *Ib.*, p. 17, col. 2.^a, *in fine*.

5. *Ib.*, p. 12 col. 2.^a, *in princ.*

6. *Ibid.*

7. *Ibid.*

e a mais estranha coprolalia encantoadas na literatura parlamentar, e atarefadas ali em inverter, para satisfação de seus apetites, a prosódia portuguesa.

24. — Que mais será de mister, para definir êsse artefato da incompetência e da ira? Não há meios, que lhe repugnem, por destoantes do lugar e das pessoas, da ocasião e do assunto, da verdade e da justiça, da lógica e do bom senso, da conveniência ou da polidez. Tôda a minha entidade passa pelos dentes daquela entrosa lambuzada: meu caráter, minhas intenções, meus atos mais estranhos à matéria, até o Governo Provisório com as suas finanças, que, apesar dos seus então inúmeros aduladores, convertidos hoje em infamadores seus, triplicaram em dez anos a produção do país, e alimentam dos restos da sua obra as finanças atuais, salvas pelo impôsto em oiro. Mas eu das iniquidades, e dos aleives, e dos ultrajes me não queixo: «cada um é suas ações, e não é mais, nem menos.»¹ Minha divisa na vida pública tem sido aquilo do evangelista: *Per infamiam et bonam famam.*² Triste do homem de imprensa e do homem de tribuna, do homem de ação e do homem de estado, que não souber juntar na mesma paveia lisonjeiros e detratores: «Zombemos nós tanto das suas zombarias, como dos seus aplausos.»³

Como, porém, afora a minha pessoa, alguma coisa mais ali se toque, pôsto que mal e inscientemente, determinei reconsiderar o protesto, que da tribuna fizera, e responder a êsse papel, quanto aos pontos onde já se não achasse rebatido na minha réplica ao Dr. CARNEIRO, porque alguém me não lançasse o silêncio à conta de fraqueza. Hoje não há ma-

1. VIEIRA, *Serm.*, v. V, p. 138.

2. *Corinth.*, XIV, 27.

3. VIEIRA, *Serm.*, v. I, p. 277.

térias, que se preservem, como ao tempo de JOÃO DE BARROS,¹ «debaixo do temor da palmatória e da sua disciplina». Tôdas «estão» como êle dizia, «em juízo e saber natural»; e «assim nunca se as coisas dão a quem bem milita nelas, mas a quem as blasona por suas».² O *ne sutor ultra crepidam* passou de moda. Um remendão julga dos poemas de Homero. Um analfabeto sentenceia em finanças. Um pasteleiro disserta de letras. Um apedeuta ensina línguas. Conhece uma pessoa os mestres do nosso idioma pelo CARDOSO DE FIGUEIREDO, *Lugares seletos dos clássicos portugueses*?³ Trata VIEIRA por intermédio de JORGE PARANHOS?⁴ Sabe de FR. LUÍS DE SOUSA por AULETE? Pois é quanto lhe basta, para discretear da boa linguagem antiga e moderna. Com êsses doutos será tanto mais embaraçoso discutir a sério, quanto, de todo alheios aos estudos em que se metem a legislar, arriscam inocentemente as maiores enormidades, então mais bradando, quando mais erram, não escolhem subsídios, nem recursos, assoalham por triunfos os seus desatinos, e «qualquer autoridade que lhes parece fazer por êles, bem entendida, mal entendida, logo sai à praça em desculpa do seu defeito».⁵ Consolemo-nos, porém, de que assim vamos logrando, quando menos, a democracia no mundo intelectual: todos sabem tudo, e ninguém sabe nada.

1. *Diálogo da Viciosa Vergonha*.

2. *Ibid.*

3. *Resposta*, p. 12, col. 1.^a.

4. *Ibid.*

5. JOÃO DE BARROS. *Loc. cit.*

O JURISTA

« Nas escolas de ensino superior há lentes que fazem as preleções em caçanje. »

[BATISTA CAETANO. *Rascunhos*, p. 163.]¹

25. — Quando o Governo passado incumbiu do Código Civil o Dr. CLÓVIS BEVILÁQUA, e êste, *audax juvenis*², se pôs à empreita de o dar feito em seis meses, eu, que, redator então de uma fôlha diária, tinha por ofício comentar dia a dia os sucessos mais relevantes, animei-me a alguns reparos, já quanto à escolha do codificador, já quanto à sua temeridade em ajustar para empenho tão difícil termo tão escasso. O segundo fundamento da minha censura não há mister justificação: é de evidência palpável. O primeiro, objetando à eleição, não desmerecia o valor do eleito. A minha crítica era apenas relativa. Sem fazer pouco nas qua-

1. Estas palavras, que aqui transcrevo sem o menor intuito de alusão pessoal ao ilustre professor do Recife, cujo valor sei honrar, levam apenas em propósito dar a ver há quanto tempo se sente, entre nós, nas mais altas esferas da nossa educação pátria, êsse desprezo do nosso idioma, transparente nas idéias do eminente jurisperito quanto à relevância da forma e da gramática no legislar.

2. VIRGÍLIO. *Geórgic.*, IV.

lidades do escolhido, no qual, enquanto jurista, admirava a capacidade notável, a louvável atividade, a fecundidade múltipla, dado que talvez apressada em demasia, quisesa, entretanto, no jurisconsulto, a quem se cometesse aquêlê trabalho, além das qualidades profissionais, as do homem de letras, com as do homem de estado, e um saber mais feito de experiência, mais largo no descortino, mais amadurecido nos anos e [isto indispensavelmente] o hábito, o gôsto, a segurança da correção no idioma nacional. Tais condições me parecia reunirem-se, até, numa pessoa, cujo nome declinei, e cujas provas em todos êsses dotes são cabais: o conselheiro LAFAYETTE.

26. — Mais tarde, concluída pelo Dr. CLÓVIS a sua tarefa e ultimada a revisão dela, quer pela comissão dos cinco, sob a presidência do ministro da Justiça, quer pela dos vinte e um na Câmara dos Deputados, as palavras, em que me exprimi acêrca daquele jurista, sua obra inicial e sua colaboração posterior, foram de homenagem sem reservas à importância dos seus serviços. «Entre vários outros colaboradores de alto merecimento», disse eu, no meu parecer,¹ referindo-me aos autores do projeto, «*duas culminantes sumidades jurídicas*, representando aliás tendências opostas, o Sr. CLÓVIS BEVILÁQUA e o Sr. ANDRADE FIGUEIRA, impuseram o cunho do seu saber ao projeto; e, bem que ambos saíssem malcontentes de uma solução, que não podia satisfazer cabalmente a um e outro, fôrça é que de tal cooperação resultassem valiosos frutos.»

Êsse foi, em tôda a minha longa crítica, o quinhão do ilustre professor, a respeito de quem não disse mais nada. Ora, se, ainda com o alçá-lo ao espigão das «*culminantes sumidades jurídicas*» lhe não satisfiz o sentimento do próprio valor, ignoro onde estará o meio de contentar o amor-pró-

1. P. 1

prio a êsses humildes tão conscientes do seu *nada*, como de si usa dizer o douto jurisperito,¹ enquanto nos não «invente a gramática outros termos maiores, porque os superlativos já são curtos».²

Mas, ao passo que o Dr. CLÓVIS tinha por insuficientes os termos da minha apreciação, ao autor da famosa *Resposta* metia zelos que eu *tanto exalçasse* a colaboração dêle no trabalho parlamentar.³ Como atravessar, sem espinhâ-las, por entre essas vaidades em conflito?

27. — No ilustre professor do Recife mal se disfarça a ulceração de um melindre enfermigo. «Um preclaro diretor da mentalidade brasileira», diz êle,⁴ «o Sr. José Veríssimo, e devo crer que a sua opinião seja a da maioria dos nossos concidadãos, já fêz, pela imprensa, a peremptória intimativa da minha exclusão do número dos colaboradores do futuro código civil brasileiro. E não sou o único excluído. Afastados são também todos quantos se afadigaram por trazer o seu contingente de reflexão e experiência à grandiosa lei em preparo. *Pelo fundo e pela forma*, diz S. S. que o senador Rui Barbosa virá *a ser o verdadeiro autor do nosso futuro código civil*. Que mais tenho eu com o que se disser a respeito do malsinado *Projeto*, se a esponja de autoridade tão conspícua já obliterou o que, nesse trabalho, pudesse recordar o meu estéril ainda que bem intencionado esforço? Nada, sem dúvida.»

Linguagem maviosamente resignada, para a vítima de tão iníquo esbulho. Mas a resignação, em vez de levar o esbulhado ao silêncio, abrigo natural das almas conformadas, o acende para uma luta, em que as cargas de arma branca

1. *Revista de Legislação*, fascíc. de 30 set., p. 32: «Não por mim, que nada sou...»

2. VIEIRA. *Sermões*, v. XI, p. 20.

3. *Resposta*, p. 7, col. 1.^a, *in fine*.

4. *Revista de Legislação*, fascíc. de 30 set., p. 22-3.

se chamam *notas à margem*, e as chuçadas no adversário são epítetos superlativos de glorificação. O autor da espoliação clamorosa, o Sr. JOSÉ VERÍSSIMO, recebe os foros de «conspícuo». Ganho os de «íncrito» eu,¹ que a desfruto.

Uma declaração, porém, tenho que fazer. Nem o Sr. JOSÉ VERÍSSIMO comigo mancomunou o atentado, nem eu lhe aceito os despojos. Na injusta sentença do autorizado crítico há um dêsses erros inevitáveis nos repentistas, como êle é, quando escreve para os jornais matutinos, e é o Dr. CLÓVIS, quando improvisa códigos civis. O meu contingente nesta codificação nem de longe poderia eclipsar jamais o do professor BEVILÁQUA. A missão, que, apesar de uns e a prazer de outros, se me impôs neste grande trabalho, aceitei-a muito a meu mau grado. Ainda a ela me não afiz. Tenho notôriamente envidado os mais instantes meios, por deixá-la. Não perdi ainda a esperança de lograr essa fortuna, em que hei de insistir a todo o poder que eu possa. Isso porque, seja qual fôr a eminência dos seus cooperadores, não acredito, ao menos entre nós, no bom êxito de obras desta natureza, executadas pelo sistema de comissões e revisões sucessivas. Um país como o nosso não poderia chegar à posse de um bom código civil, senão encontrando uma superioridade nacional, em quem confiasse como os chilenos no seu ANDRÉS BELLO, e entregando-lhe inteira, como êles entregaram a êste, essa missão.

Mas, se eu houvesse de levar até ao fim o desempenho dêste encargo, simples membro de uma comissão de dezessete, após uma de cinco e outra de vinte e um revisores, meu papel, subalterno e pouco menos de anônimo, limitado a corrigir, suprimir e aditar em obra alheia, não seria suscetível de comparação nenhuma com o do professor CLÓVIS, a quem incumbiu delinear a traça, cavar os alicerces, erigir até o fastígio a estrutura, construir de cabo a cabo a grande edificação,

1. *Ib.*, p. 23.

modificada, mas não substituída, pelas emendas de seus sucessores. Disso ninguém lhe tira a honra e a responsabilidade. Ambas são grandes. Inveja-as, porém, quem não nutrir as dúvidas, que eu nutro, sobre os resultados do empreendimento levado a efeito nas condições em que êste se executa.

28. — As grandes edificações, a que presidem a austeridade e a fôrça, não recebem de seus autores os esmeros da arte. Pelasgos e Ciclopes construíram em tôsko, amontoando o granito e o cimento. Assim neste caso. Arquitetando às pressas e em grande, com a preocupação exclusiva das idéias e êsse desprezo da forma, que a meio confessa o Dr. CLÓVIS no seu «quase horror às disputas de gramática»,¹ não admira que o braço rápido e vigoroso do ilustre codificador nos deixasse insôssa a alvenaria. O que eu não concebera, é que êle descesse da sua superioridade, para me alterar miudezas, que a glória dos grandes criadores costuma deixar à obscuridade dos pequenos artistas.

Antes, porém, de as considerar, articula preliminarmente contra elas o Dr. CLÓVIS uma exceção geral. Parece-lhe destemperadamente prepósteros e temporões o meu trabalho. «Na minha ingenuidade», reflete o exímio censor, «acreditava que sòmente depois de assentados definitivamente quais os preceitos, cuja sistematização deveria constituir o nosso código civil, é que caberia cuidar da forma gramatical das proposições, do boleio retórico da frase. E, ainda hoje, não atino com a explicação dêsse desvio da ordem natural das coisas, que faz exigir apuros requintados de estilo, para revestir idéias ainda em elaboração. Que razão justifica o dispêndio de tanto tempo, de tão grande esforço na escolha das palavras com que se hão de exprimir regras jurídicas, que afinal, podem ser rejeitadas pela discussão? Confesso que não compreendo.»²

1. *Ibidem.*

2. *Ibid.*, p. 21-22.

O Dr. CLÓVIS *compreenderia*, se não fôsse nìmiamente esquecediço. O que eu me propus fazer, quando me veio às mãos o projeto da câmara, é mesmìssimamente o mesmo que com êsse projeto, antes de mim, fizera o Dr. BEVILÁQUA. Sem embargo de que não estavam «definitivamente assentados os preceitos» do futuro código civil, de que ainda se tratava de «idéias em elaboração», não poupou o ilustre professor, diante a comissão parlamentar, «dispêndios de tempo e esforço» em «cuidar da forma gramatical», empregando quanto sabia e podia «na escolha das palavras destinadas a exprimir regras jurídicas» sujeitas a ser «rejeitadas pela discussão». É o que atestam, no seu sétimo volume, os *Trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados*.¹ O mais impertinente fiscal da gramática, o cultor mais zeloso da forma não se desentranharia, por amor de uma e outra, em mais «requintados apuros» do que os em que se esmerou o Dr. CLÓVIS na longa série das suas emendas, tão miúdas como as que por mínimas me estranha, e algumas de uma microscopia a que a minha severidade se não compara.

Onde, por exemplo, o projeto da comissão parlamentar, rubricando o liv. III da Parte Geral, dizia *Fatos Jurídicos*, alvitrou o Dr. BEVILÁQUA se corrigisse *Dos Fatos Jurídicos*. Onde, no art. 118, aquela redação, consoante uma sintaxe reiterada no artigo subsequente, usava de um «*Presume-se fraudulentárias as garantias*», propôs o Dr. CLÓVIS [muito bem] se levasse o verbo ao plural. Onde, no art. 186, se falava em «*habilitação a casamento*», sugeriu se trocasse em «*habilitação para casamento*». Onde o art. 198 redigia «*presidir o ato*», indicou [e com acêrto] se dissesse «*presidir ao ato*». Onde o art. 205 empregara de feição adverbial o adjetivo «*independente*», aconselhou substituí-lo pelo advérbio «*inde-*

1. P. 277-9.

*pendentemente.*¹ Onde, no art. 259, se escrevia [e bem] «à administração *daquele*», opinou se emendasse [para pior] «à administração *do mesmo*». Onde, no art. 351, I, se errara quanto à colocação do pronome «Provando *que* o marido achava-se», acudiu, obtendo que o restituíssem ao devido lugar. Onde, no art. 858, se lhe antolhou descabida a adversativa *porém*, não se desdenhou de formular, para eliminação dela, emenda especial. Onde, no art. 1.079, ocorrera o descuido minúsculo da conjuntiva *e*, aconteceu a exará-la. Onde, no art. 133, se inserira, superabundante, mas não errôneo, e ainda hoje usual, um *h* no vocábulo *teor*,² deu-se pressa, em nome da boa ortografia, a pugnar pela supressão.

Qual será, das minhas correções, a que a essas exceda em capricho gramatical, em zêlo da forma literária? Na devoção a esta exagerou o Dr. BEVILÁQUA o seu esmiuçar até o mais rebuscado extremo das sutilezas de ortografia. Concebe-se que, numa revisão de provas, se expunja um *h* supérfluo. Mas dar a essa bagatela ortográfica as honras de emenda solene, é o que só explicaria a superstição absoluta da língua, a idolatria da correção no escrever. Eu não fui tão longe,

1. Aliás sem razão; porquanto é muito da nossa língua evitar os largos advérbios em *mente*, substituindo-os pelos adjetivos adverbialmente empregados. Exemplos: «*Folgado* dançariam nelas quatrocentas pessoas.» [FILINTO ELÍSIO. *Obr.*, v. I, p. 287.] «Comem *fino*, bebem *largo*.» [*Ib.*, p. 288.] «*Longo* se discutiu.» [*Ib.*, v. VI, p. 88.] «Não *diverso* daqui, de lá derrubam.» [*Ib.*, p. 312.] «Me pediu que mui *breve* lha traduzisse.» [*Ib.*, v. XI, p. 215.] «*Fácil* se vê.» [*Ib.*, v. XII, p. 107.] «*Suspirando contínuo*.» [*Ib.*, p. 299.] «*Direito* se encaminha.» [*Ib.*, v. XIII, p. 118.] «*Medra sobejo*.» [*Ib.*, p. 142.] «*Péssimo* arrazoou.» [*Ib.*, p. 145.] «*Promeu largo*.» [*Ib.*, p. 147.] «Sem pranto um avarento *raro* acaba.» [*Ib.*, p. 154.] «*Viviam junto* em branda sociedade.» [*Ib.*, p. 295.] «*Brando* o atalha.» [*Ib.*, v. XIV, p. 64.] «*Fácil* me aceitam.» [*Ib.*, p. 279.]

E, se não bastam os exemplos, é lerem as reflexões em que o consumado mestre do nosso idioma encarece a superioridade e elegância da forma rejeitada pelo Dr. CLÓVIS. [FILINTO. *Obr.*, v. III, p. 275, v. VI, p. 260, v. XII, p. 299, n., v. XIV, p. 64.]

Pudera citar facilmente de todos os outros clássicos. Bastará, porém, apontar de BERNARDES, que tenho à mão, *Nova Floresta*, tomo II: «procedia mais *discreto*» [p. 8]; «pouco *nacional* procede» [p. 184]; «portando-se *impertinente*» [p. 203]; «quis portar-se *fiel*» [p. 251.]

2. Com *h* o escreve CASTILHO. *Metamorfoses*, p. 88.

não apostilei erros ortográficos, senão quando importavam em erros gramaticais, como na questão das crases. E é *êle*, o Dr. CLÓVIS, quem, tendo usurpado, até, de meticoloso em escrúpulos de forma, o ofício do proto, me vem increpar, a *mim*, de prematuridade na revisão literária e gramatical.

Se, ao menos, deixados à parte o exemplo e a inconseqüência do professor CLÓVIS, alguma coisa valesse, ponderado ante a razão, o seu argumento. Mas «há coisas que avultam muito, e pesam pouco».¹ Como é que só depois de votado o código civil definitivamente se havia de cogitar em redigi-lo? Vejamos, praticamente, em que pararia semelhante alvitre. Votar-se um projeto *definitivamente* quer dizer votar-se em última discussão, na última câmara que o discutir. Ora, quando a tal fase atinge um projeto, só essa câmara lhe procede à redação, correndo esta, de mais a mais, em operação acelerada, superficial, sumaríssima, quase mecânica, a que os hábitos parlamentares nenhuma atenção fazem. Mas, pela compostura literária em que chegou do outro ramo ao senado, ajuízem a em que, após idas e vindas, debates e contradebates, de uma a outra câmara, iria ter o projeto àquela onde se êles houvessem de encerrar, caso, através de tantas peripécias, nunca se curasse da redação, espaçada, em cada um dêsses estádios, para depois de fixado, com o derradeiro voto, o pensamento legislativo.

Nem compreendo que outra maneira exista de *fixar* o pensamento vazado num texto, a não ser a de lhe darmos a transparência, a nitidez, a precisão de uma forma correta e intemerata. Sem isso, nas fases que o projeto vencer, cada uma das transformações, por que fôr passando, carregará consigo novas manchas de linguagem, novos defeitos de enunciado, e, com êles, novos problemas de hermenêutica legislativa, novos germens de perplexidade, incongruência e escuridão. Se, ao menos, verificada a oportunidade, para que nos

1. VIEIRA. *Serm.*, v. IV, p. 249.

remete o Dr. CLÓVIS, a solução dêsses embaraços competisse em comum aos dois ramos do congresso, ainda pode ser que o desfecho, liquidando as questões mediante o concurso de ambas as câmaras, se acercasse de um resultado tolerável. Longe disso, porém, era exclusivamente naquela das duas casas onde acertasse de findar a elaboração da obra em sua substância jurídica, era aí que ela havia de revestir a sua forma de expressão definitiva. Os regimentos parlamentares não estabelecem critério, para discernir entre esta e aquela. Tôda alteração feita por uma câmara a um projeto adotado na outra, o obriga a retroceder àquela de onde veio. Logo por derradeiro, ou uma das duas casas do congresso teria de renunciar à sua participação legítima e indispensável na redação do código civil; ou as controvérsias de redação, adiadas para o último lanço por amor do método e da brevidade, acabariam, em última análise, renovando a questão de essência já vencida, atenta a dependência natural entre a significação dos preceitos legislativos e a expressão que os molda.

29. — Não há, portanto, para a gestação normal de trabalhos parlamentares desta natureza, outro caminho que o encetado pela outra câmara, *com o concurso do professor CLÓVIS*, e nesta por mim continuado, *com a censura do mesmo professor*. Passe o projeto, em cada um dos seus estados sucessivos, pela redação [correspondente, e, quando tocar o extremo do período final, terá que receber apenas a correção literária, no que êsse lhe houver inovado.

30. — Basta, por maior, o que leve dito quanto à intervenção do erudito jurista. Lamento que a sua contracrítica se esteja a dar aos prelos fracionariamente numa revista, quando, se fôra dirigida à comissão da câmara, ou à do senado, teria vindo a lume de uma vez, como convinha à importância de sua contribuição, no *Diário do Congresso*. Até à hora em que aqui escrevo, apenas nos deu a ler aquêpe pe-

riódico, no fascículo de setembro, o primeiro fragmento da série. Quando me tocar a vez de lhe redargüir, segundo o plano dêste meu escrito, creio que apenas se conhecerá, no fascículo do mês vindouro, o fragmento imediato. De um e outro considerarei o que me parecer mais relevante, até onde as proporções, a que houver então chegado esta réplica, mo consentirem.

O CRÍTICO

«Em literatura não há qualidades, que supram a língua.»

[J. VERÍSSIMO. *Estud. de Liter.*, 3.^a sér., p. 275.]

«A linguagem portugêsa há muito poucos que a tratem. Porque há muito poucos que a entendam.»

[JORGE FERREIRA. *Eufrosina*, a. III, c. 2.]

31. — Com particular atenção discutirei o artigo, em que o Sr. JOSÉ VERÍSSIMO se occupou com o meu estudo acêrca da redação do projeto da câmara.¹ Tinha êle direito a essa consideração pela sua autoridade, cortesia e boa-fé, além de que suscitara questões muito para estudar, como a do papel literário dos neologismos e arcaísmos nas línguas, com aplicação especial ao uso clássico e aos galicismos no português.

Na argüição, que me faz, de purismo e tendência ao gôsto arcaico, há injustiça, que, suposto rebatida pelo simples aspecto de todos os meus escritos, demandava aqui exame, atenta a ocasião da censura, que me irroga a propósito da forma por mim dada ao substitutivo. Não sou dos que

1. No *Correio da Manhã*, n.º de 4 de agosto, sob o título *Uma lição de português*.

precisem de ser catequizados à verdade científica da evolução dos idiomas. Meu trato dos antigos escritores portugueses não me levou ao fetichismo da antiguidade vernácula, não me converteu em amouco dos vícios do classicismo, não me divorciou dos estudos hodiernos sôbre as leis da vida orgânica nas línguas. Conheço, graças a Deus, tão bem, a êste respeito, os escritos dos LITTRÉS, dos RENANS, dos BRÉALS, dos BRACHETS, dos HOVELACQUES, dos DIEZ, dos BOPPS, dos MAX MÜLLERS, dos WHITNEYS, como os dos BLUTEAUS, os dos SOUSAS, os dos BERNARDES, os dos VIEIRAS, os dos CASTILHOS, os dos HERCULANOS. Usado a buscar nas fontes antigas os veios preciosos do oiro fino, que elas escondem ao modernismo pretensioso e ignaro, amo e uso também a linguagem de meu tempo, esforçando-me, entretanto, por lhe evitar os defeitos.

*Laudamus veteres, sed nostris utimur annis :
Mos tamen est aequè dignus uterque coli.¹*

Tampouco me cabe a nota de haver, por excesso de severidade no tocante a certos senões inevitáveis à melhor escrita, como as cacofonias, as assonâncias, os ecos, requintado a um ponto quase inacessível o tipo da correção no uso do nosso idioma. Assaz disse eu já dêste particular no meu discurso ao senado. Um código civil há de ser obra excepcional, monumento da cultura de sua época. Com êle, pois, o rigor da mão-d'obra importaria que fôsse absoluto. No lavrá-lo, todo defeito evitável, por mínimo que seja, cumpre estritamente que se evite. O *Platão* de JOWETT é um dos tesoiros clássicos do inglês moderno. No prefácio a essa versão admirável o célebre professor de Oxford nos familiariza com as regras do critério, a que submeteu o seu trabalho. Não houve minúcia, a que se furtasse o gôsto do insigne escritor, por conservar a essa imagem contemporânea das obras do grande

1. OVÍDIO, *Fast.*, I.

filósofo antigo a pureza irrepreensível do original. Descendo até aos pronomes e às partículas, tão incômodas às vezes, pela sua freqüente ocorrência, ao escrever elegante, estabelece a norma de que só as mais comuns, como a preposição *a*, o artigo e outras semelhantes se poderão admitir duas vezes na mesma sentença.¹

Parecia-me, ao formular o meu substitutivo, que uma codificação geral das leis civis, sôbre ser um cometimento científico, é uma grande expressão da literatura nacional; e, se me não enganava, relevaria, creio eu, avizinhar-mos o mais possível, no fundi-la e trabalhá-la, dêsse escrúpulo inexorável, que não condescende com as imperfeições a pretexto de ligeiras e veniais. Destas enxameava um sem-conto, entre muitas mais ou menos graves, no projeto. Tôdas, máximas ou mínimas, quanto sensíveis fôsem à nossa visão, haviam de se expurgar. Tal a minha idéia. E por que não as expurgar, desde que fôsem perceptíveis?

Aliás não me limitei a emendar: expus quase sempre os motivos da emenda. Daí o avultado número das minhas notas. Não é, porém, o meu trabalho sômente retificação das falhas esparsas no contexto do projeto, senão também revisão geral de sua linguagem. A esta não importa unicamente a exação da syntaxe. Um livro pode ser gramaticalmente irrepreensível, e não ter o kunho idiomático da língua em que se escreve. *Aliud est grammaticè, aliud latine loqui*, dizia QUINTILIANO. O que JOWETT escreveu das traduções exemplares, cabe igualmente a tôdas as produções da literatura de um idioma. A excelência delas «não dependerá meramente da propriedade nos vocábulos, na composição das sentenças, na estrutura dos períodos, mas, outrossim, da côr e estilo geral da obra».² O projeto, a meu ver, era, por êste

1. B. JOWETT. *The Dialogues of Plato. Translat. into English*, Vol. I [Oxford, 1892], p. XXI.

2. *Ibid.*

lado, tão incorreto quanto do outro. Havia-lhe na fisionomia muito mais do tal *dialeto* que da língua portugêsa. Tentei aproximá-lo da língua. Conto que mo não perdoem os apaixonados do dialeto. Mas as boas letras do Sr. JOSÉ VERÍSSIMO e o seu bom gosto me autorizam a não confundi-lo com êstes.

O AGRESSOR

«*Imago animi sermo est : qualis vir, talis oratio.*»
[SÊNECA].

«*Saturabitur opprobriis.*»

[*Thren.*, III, 30.]

32. — Aqui há tempo, quando, após o ódio e o sangue da guerra civil, chegado o ensejo da clemência e da reconciliação, apelei para o bom senso dos vencedores, levantando o pensamento da anistia, houve um fanático da reação, que se precipitou na luta como o espírito do mal, opugnando-me essa iniciativa, desnobrecendo-lhe os intuitos, amesquinhando-lhe o autor, para cúmulo de cujo enxovalho inventou que êle desvirtuara as opiniões de um constitucionalista americano. A essa aleivosia redargüi, pulverizando-a com os próprios textos do escritor, a que aludia o meu inimigo. Os documentos do caso estão no meu opúsculo da *Anistia Inversa*.¹ Passados por sôbre essa maldade bons sete anos, ei-la que volve, trazendo, porque ninguém a desconheça, no rosto do papel onde se renova, a expressão da mesma calúnia, agora insigneiramente agravada. Daquela vez me increpava de infidelidade na citação de textos. Hoje me acoima de arvorar a deso-

1. RUI BARBOSA. *Anistia Inversa*, Rio de Janeiro, 1896, p. v-XIII.

nestidade em teoria, e legitimá-la em direito. «Pode-se», afirma o denegridor, «censurar-lhe a improbidade nas citações, que *êle já defendeu como uma doutrina aceitável.*»

Que me importa a mim a opinião de um escritor, cuja pena exsuda êsse desprêzo da verdade? Haverá, neste país, alma tão cretina, que me julgasse por capaz de embandeirar a improbidade em princípio, e ostentá-la como norma de moral?

*Conscia mens recti famae mendacia risit.*¹

Cada um como é, assim imagina, diziam os nossos maiores² numa frase que ficou em provérbio. O caluniador, que me argúi de fazer e legitimar citações incompletas, adultera, materialmente, ali mesmo, para se gozar do efeito, um texto meu. «É o grande escritor», diz êle, «quem desce a tais *borracheiras*, em vários pontos, chegando até à chalaça, fazendo joguinhos de palavras, num lugar em que para suprimir a expressão: «*direitos... de ordem privada*», êle escreve: «Passemos sem *ESTA privada.*»

Eis aí o que me êle assaca. Ora, no vocábulo que eu aqui relevo com a impressão em versalete, o que está na minha nota,³ é o demonstrativo *masculino* ÊSTE: «Passemos sem ÊSTE *privada*»; a saber: «Passemos sem *êste* vocábulo», ou «Passemos sem *êste* adjetivo *privada.*» A referência, dada esta redação, era à *palavra*, que, com razão, ou sem ela, eu qualificava de malsoante. Nestes têrmos seria impossível mostrar a chalaça, ou, no adequado vocabulário do censor, a *borracheira* por mim cometida. Que faz então êle? Onde eu escrevera «ÊSTE *privada*», que lhe não servia, substitui-o por «ESTA *privada*», trocando o adjetivo em substantivo, o

1. Ovídio, *Fast.*, III.

2. VIEIRA, *Serm.*, v. VI, p. 98-9.

3. Ao art. 1.036 do projeto. *Diário do Congresso*, supl. ao n.º 126 de 27 de jul. 1902, p. 128, 1.ª col.

masculino em feminino, como lhe convinha, por me atribuir «um gracejo de duvidoso asseio». Aí têm o homem. Não vale a pena de ter escrúpulos: *quand on se permet tout, on peut faire quelque chose*.

Nem será essa, naquele repuxo de atrabílis, a só amostra da veracidade e lisura, em que se assinala aquêlê singular preletor de moralidade literária. Alguns períodos abaixo, para me pôr em antagonismo com a redação do meu próprio substitutivo, afirma que eu, «na introdução, protestei contra o uso dos possessivos». Pois seria possível conceber que uma criatura em seu acôrdo e no uso da razão tentasse excluir da sua língua o uso dos possessivos? Êsse disparate sesquipedal exigiria, em quem o cometesse, um par de orelhas asininas. O que eu notei como deselegância evitável, foi o uso reiterado, foi «A REPETIÇÃO»¹ dêsses vocábulos, onde quer que se pudesse variar, recorrendo ao dativo do pronome pessoal. Lá está *expressamente* na minha introdução, designada pelo autor da crítica fantasista.

Quando a má vontade e o rancor levam um homem de letras, com a bôca cheia de «probidade», a desmandar-se assim nos costumes do ofício, para nodoar o nome alheio, nada será para admirar de sua parte, seja o que fôr. Senão, vejam. Carregando as tintas numa gradação crescente, imagina êle ter pôsto o cúmulo na pintura das minhas enormidades, quando mostra que a cláusula «*sem a indispensável formalidade*», tachada, em minhas notas, de «palavreado» escusável no artigo 832 do projeto, se encontra no decreto hipotecário de 1890, por mim expedido. «Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior», ensina o *Brás Cubas*,² com a sabedoria do *Eclesiastes*. Mas muito antes dêle já LITTRÉ nos dava o conselho de nos retermos, para averiguar as mudanças, por que insensivelmente passamos. «Ici on

1. *Ib.*, p. 6, col. 1.ª: «A REPETIÇÃO do meu, teu, seu, etc. . . »

2. P. 91.

voudrait ajouter, *là retrancher*; ici on approuve, *là on desaprouve*; ici on s'étonne qu'on ait suivi tel développement, *là qu'on n'ait pas aperçu la voie qui s'ouvrait pour d'amples considérations. En un mot, l'on se trouve tout changé.*¹

A reescrevermos daquilo sôbre que outrora escrevemos, já não escreveríamos, anos depois, como tínhamos escrito. É o que nos assegura êsse mestre de escritores. Eu, porém, hei de ser imutável até nas frases. Palavra que uma vez pus em papel, ou assinei, nunca mais me assistirá direito de emendá-la em mim, ou de a estranhar a outrem. Tal qual se redigiu o decreto de 1890, uma vez que o referendei, assim, ainda nos pontos, como êsse, em que fôr mera cópia de leis anteriores, tenho eu de me exprimir hoje, amanhã, daqui a cinquenta anos, quando quer, em suma, que haja, outra vez, de legislar sôbre hipotecas.

Aí está como essa palmatória dos «*censores censuráveis*» pratica a lealdade e a justiça. Porque eu averbei de supérflua uma locução evidentemente tal, emprestada *pela legislação de 1864* a um ato firmado com o meu nome *há treze anos*, quando ministro da fazenda, em meio aos cuidados assoberbadores de uma situação ainda oscilante entre o antigo e o novo regímen, dá-me as honras de me apontar como um animal que «foi danando, danando», e «acabou, furioso, por morder-se a si próprio».

Consciência de tal fôrça, não me espanta que êsse crítico não encontrasse, em um trabalho desinteressado e escrupuloso como o meu parecer, mais que «*futriquinhas pedantescas*» e «violento despeito». «Do princípio a fim», escrevera êle, «sente-se a queixa, o azedume, o fel», que me vai n'alma. Mas por quê? «Por não ter sido o escolhido para fazer o trabalho.» Realmente? Pois se, a crê-lo, sou eu mesmo que o confesso. Deveras? «Êle o diz», assegura de mim o crítico, «êle o *clama e proclama*.» Onde? «A cada passo.» Mas que nos aponte um só. Vão ver.

1. LITTRÉ. *Médecine et médecins* [Paris, 1875], p. 489.

«Lá está», diz o incensurável censor, «na página 6, 2.^a coluna, a *declaração* de que tôdas as suas emendas conseguiram apenas metade do que lhe seria dado fazer, se lhe tivesse cabido a honra da primeira redação.» Logo, se eu censuro, é de «danado», por me não terem cometido a elaboração do projeto. De modo que acentuar um homem a inferioridade considerável de um trabalho de remendaria a uma composição original, equivale a confessar-se picado, ressentido, cioso de não ser quem o fizesse e contra os que a fizeram.

Assim, de alucinação em alucinação, imagina estar-se batendo pelas minhas vítimas, aqui «os deputados que levaram os *xingamentos*» meus, ali «o grande e ilustre jurisconsulto» autor do projeto primitivo, acometido pela minha «linguagem de *agressão*»; quando o que é certo, é não haver eu tido, no parecer, a respeito dêsse jurisconsulto, senão gabos talvez excessivos, porque dignos das maiores celebriedades, e haver exculpado câmara e comissão de tôda a responsabilidade nos erros do projeto.

Perdeu-se naquela alma um juiz de enchemão e encomenda para os tribunais de perseguição e tortura, onde os magistrados, em não encontrando a culpa nas entranhas da prova aduzida, a vão extorquir aos lábios do inocente, desfigurando-lhe o teor e torcendo-lhe o sentido às palavras.

Nada mais fácil, observava, em relação a um dêsses doctores professos, um sábio filólogo moderno¹, nada mais fácil do «que entornar todo um dicionário de baldões, sem o mínimo efeito. Uma página de labéus, porém, outra coisa não mostra que a bÍlis de um espírito amargo e a consciência de uma causa fraca.» Estou habituado à poeira do meu caminho. Essas criaturas malignas já me não inspiram mais que indiferença, ou curiosidade. Quando me investem, deixo-as descarregar-me à vontade no rastro ou na sombra o veneno. Quando me gabam, muitas vêzes me lembra a célebre per-

1. MAX MÜLLER. *Chips from a German workshop*, vol. IV, p. 449.

gunta de FÓCION—οὐ δὴ ποῦ τι κακὸν λέγων ἑμαυτὸν λέληθα;— e na sua filosofia me envolvo*.

33. — Varridas as ofensas, as chufas, os testemunhos que me assaca, escassamente restam, dessa acometida, além de um pretenso quinau de syntaxe, três ou quatro cacofonias simplacheironas, ou sujas, fabricadas a martelo, um «*de dote*», um «*por tal*», um «*mas não*», um «*jurídico não*». De tudo isso terei tratado na resposta ao professor baiano e ao deputado piauiense. Com o meu antigo invectivador, pois, ficam aqui encerradas as contas.

34. — Eram-me indispensáveis essas observações gerais, *ne seriem rerum scindere cogar*, antes de encetar a *análise* dos trabalhos que vou discutir, na segunda parte.

Esta dividir-se-á naturalmente em quatro seções, por serem êles quatro.

A primeira terá por objeto e desfiará miudamente as «*Ligeiras Observações*» do professor CARNEIRO.

A segunda considerará, no que ainda não estiver e merecer considerada, a «*Resposta*» formulada por um membro da comissão parlamentar.

A terceira discutirá, nos tópicos principais, os fragmentos, que a êsse tempo se acharem impressos, da defesa CLÓVIS BEVILÁQUA.

A quarta responderá à «*Lição de português*» do Sr. JOSÉ VERÍSSIMO.

* [“Acaso terei dito uma tolice?” Com esta inesperada pergunta dirigida a amigos que lhe ficavam perto, acolheu Fócion, em certa ocasião, os aplausos e demonstrações de agrado que sua palavra ardente e incisiva acabava de arrancar aos Atenienses. Relata o fato Plutarco em suas *Vidas Paralelas*. *Fócion*, c. VIII. O texto grego está no original de Rui, mas foi omitido na impressão de 1904. — A. M.]

PARTE II

ANÁLISE DAS CRÍTICAS

«Está dito em comum o que basta: agora, para maior distinção e clareza, desçamos ao particular.»

[VIEIRA. *Serm.*, v. III, p. 282.]

SEÇÃO I

AS «LIGEIRAS OBSERVAÇÕES»
DO PROF. CARNEIRO

«Tanto é fácil aos discípulos sobrepujar algumas vêzes os mestres que os precederam.»

[CASTILHO. *Metamorj.*, p. 314.]

§ 1.º

ART. 1.º (LEI PRELIMINAR)

«ÊSTE CÓDIGO.»

35. — Divergindo logo aí da redação adotada na câmara, sustentara eu que, em vez de *êste código*, no art. 1.º da *Lei Preliminar*, se devia emendar «*O Código Civil*». Revida o ilustre professor à minha censura, insistindo pela redação do projeto. Mas as suas considerações nenhum valor têm.

A questão estava resolvida pelos próprios termos do projeto. Que nome recebera de seus autores aquela seção do texto adotado? O de *Lei Preliminar*. Foram eles mesmos, portanto, que nela designaram *uma lei distinta*, e dividiram o seu trabalho *em duas leis*, intimamente relacionadas, mas diversas: a *Lei Preliminar* e o *Código Civil*. Logo, em tendo a primeira dessas leis que aludir à segunda, nesta não podia falar como se dela fôsse parte, mas nos termos em que uma lei se refere a outra.

Dizer-se, na lei preliminar, «*Este código*», seria figurar na *lei preliminar* uma parte do *código civil*; o que era pormo-nos em contradição com o próprio qualificativo de *lei preliminar*. Como tal a discriminaram nitidamente os seus autores da que se lhe seguia: *do código civil*. Sendo, pois, duas leis sucessivas, estavam ambas obrigadas, no referirem-se uma à outra, a se tratarem como reciprocamente se tratam duas leis independentes. Disso mesmo nos deram exemplo os redatores do projeto, quando, no código civil, mencionaram *a lei preliminar*. Se, quando êle com esta se ocupa, lhe chama sempre *a lei preliminar*, de ver está que, em se ocupando esta daquele, há-de chamar-lhe *o código civil*.

36. — Mas para que é perder tempo em uma controvérsia já solenemente dirimida primeiro que trouxéssemos êste pleito a juízo? Temos na espécie aresto decisivo, que vou mostrar.

Essa invenção de *lei preliminar*, de onde a houvemos? Do código civil germânico, onde se denomina *Einführungsgesetz*, *lei de introdução*, ou *lei preliminar*.

Ora bem. Como procede ali *a lei preliminar*, ao fazer menção do código, a que se ajunta? Como diz? Dirá *êste código*? Ou diz *o código civil*?

A *Einführungsgesetz*, ou lei preliminar, reporta-se ao código civil nos arts. 1, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 16, 32, 33, 34, 36, 40, 44, 53, 55, 56, 57, 58, 61, 69, 71, 75, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 99, 100, 102, 103, 105, 109, 116, 118, 119, 120, 122, 124, 131, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217 e 218. E, sendo assim que, em muitos dêsses artigos, se reitera a referência duas, três, quatro e cinco vêzes, temos que, lançadas as contas, não menos de *cento e setenta e oito vêzes* alude a *Einführungsgesetz* ao código civil.

Pois bem : nem uma só vez adota ela a fórmula do nosso projeto: *este código*. Tôdas, sem exceção, diz sempre: *o código civil*.

Logo no primeiro artigo a expressão alemã é *das Bürgerliche Gesetzbuch*, o código civil, e não *dieses Gesetzbuch*, *este código*. E daí não varia.

Verdade seja [cumpre já daqui preveni-lo] que nas versões francesas de MEULENAERE, LA GRASSERIE e GRUBER, os arts. 69, 162, 169, 173, 174, 175, 176, 183, 198, 199, 203, 205, 208, 210, 214 e 215 nos deparam a locução *ce code*. Mas ninguém se vá com isso iludir. *Traduttore, traditore*. Em todos êsses tópicos, um por um, a preocupação da elegância induziu a trasladação francesa a discrepar do texto original, que não se desvia jamais da enunciação adotada: *o código civil*. Aliás nos cento e sessenta e dois lanços restantes o tradutor suíço, o belga e o francês lhe catam fidelidade, escrevendo constantemente *le code civil*.

Ora, eu parece-me¹ que desta sentença não há, sensatamente, recurso. Ou, transplantando a idéia alemã, querem ter os nossos clássicos a honra de saber entrajá-la melhor? Nesse caso ficaria eu com a erronia germânica, de acôrdo com a qual, evidentemente, a meu juízo, está o senso comum.

37. — Contra êle não fazem argumento as ponderações, ia dizendo fúteis, que se me opõem.

Três são elas, no arrazoado gramatical a que respondo.

A primeira, a que se êle abordoa, é a de que à rubrica *Lei Preliminar* sobreestá, no projeto, o dístico de *Código Civil*. Ora, eis aí uma petição de princípio, que a férula da escola não perdoaria. Pois o ponto que se discute, não será precisamente o de saber se o título geral de *Código Civil* há de preceder, ou seguir, ao da *Lei Preliminar*? Se a *Lei Preliminar* constitui uma divisão do *Código Civil*, óbvio é que êste cabeçalho se deverá sobrepor àquele. Se não constitui, é claro que só após a *Lei Preliminar*, cabe a vez ao título do *Código Civil*.

1. *Eu parece-me*. SILVA TÚLIO [*Estudinhos da LÍng. Mat.*], SILVESTRE RIBEIRO, *Ensaio de Estudos Prát. de Literatura* [Lisb., 1884], p. 539, e CARNEIRO RIBEIRO, *Gram. Filos.*, p. 414, 435, condenam como «solecismo repreensível», que «barbariza e deturpa a nossa língua, essas expressões» e suas congêneres: *Eu convém-me*. *Eu admira-me*. *Eu aborrecem-me*.

Mas LATINO COELHO [*Elogios Acad.*, v. I, p. 59-60] enxerga nesse dizer um dos semitismos da nossa língua, havido por correto no idioma de onde se origina. FIGUEIREDO [*Lic. Prát.*, n.º I, p. 124-5] reivindica-lhe a legitimidade em o nosso. «Em vez de ser êrro», diz JÚLIO RIBEIRO, «é uma figura cheia de naturalidade e bellissima.» [*Gram.*, n.º 457, p. 257-8.]

Ora com êstes se acha o uso popular e o uso clássico. Do popular somos a cada passo testemunhas. Não o há mais freqüente. Do clássico, igualmente comezinho, se encontram bastantes exemplos na *Gramática* de JOÃO RIBEIRO, a quem essa construção parece «não raras vêzes elegantíssima», [P. 212-17.] Outros nos depara, nos *Serões* [p. 310-11], o próprio Dr. CARNEIRO, que, por singular incongruência, considerando «não para imitar» essa construção, quando praticada com o pronome eu, de «elegância» a qualifica nos outros casos. Ora, não há, nem êle tentou mostrar que houvesse, [e não poderia fazê-lo], não há, digo eu, diversidade gramatical nenhuma dêsses para aqueloutro. Em todos os casos, seja qual fôr o sujeito, pronome, ou não, é a mesma interrupção da ordem gramatical pela anacolúta, variando na sentença o nexo da construção encetada.

Mas que o *Código Civil* e a *Lei Preliminar* formam duas leis diferentes, embora associadas, ponto é de tal clareza que, na Alemanha, foram matéria a dois decretos independentes. E embora ambos se promulgassem na mesma data [18 de agosto de 1896], o do *Código Civil* teve, na ordem oficial dos atos imperiais, precedência à *Lei Preliminar*, que, desta sorte, a despeito de tal nome, *sucede, em vez de anteceder*, ao *Código Civil*, figurando, apesar das rubricas, antes de suplemento a êle que de introdução.

38. — Já se vê que nada colhe o segundo argumento do ilustre filólogo, arrimado à comparação, que eu acidentalmente estabelecera, entre as relações da *Lei Preliminar* com o *Código Civil* e as do *proêmio*, ou *introdução*, com a obra que anuncia, preambula, e explica. Na introdução, no prefácio, no prólogo de um livro, não há mais que uma parte a êle adicional. Daí o falar de seu livro o escritor na introdução, como no curso dêle mesmo falaria, tratando-o por *êste livro*. Não o poderia fazer, se o livro e a introdução fôsem obras diversas, como são duas leis, pôsto que germanas, se não gêmeas, o *Código Civil* e a *Lei Preliminar*.

Aos textos que se poderão ver nesses dois gramáticos, aqui juntarei diversos, por mim colhidos nas fontes.

«Cada sacerdote *lhe* cumpre estudar
Para boticaireo.»

[Gil Vic., v. I, p. 353.]

«Que *quem* vive sem ventura
Em grã tristura,
Ver prazeres *lhe* é mais morte.»

[Id., II, 358.]

«Vós outros mancebos a quem é meu intento caçar, nenhum pasto *vos* é mais deleitoso que lêteras humanas.» [BARROS. *Diál. da Viciosa Vergon.*, p. 281.]

«Mas *tu*, em quem mui certo confiamos
Achar-se mais verdade, ó rei benino,
E aquela certa ajuda em ti esperamos,
Que teve o perdido Ítaco em Alcino,
A teu pôrto seguro navegamos.»

[CAMÕES. *Lus.*, II, 82.]

39. — A última consideração do meu censor, essa então vem apenas roborar com uma prova mais a minha tese de que leis não podem ser redigidas senão por legistas. Afigura-se ao douto professor que a minha emenda «o código civil», não se lhe juntando «pelo menos o adjetivo *brasileiro*», deixaria por decidir, no espírito do leitor, se era dêsse que se cogitava, ou de algum dos códigos civis estrangeiros, «do português, do francês ou do alemão».

Soubesse da arte o meu digno mestre, e não exporia a sua alta autoridade a bagatelas dêste jaez. Mais perto da França e de Portugal demora a Alemanha, e não se arreceou, empregando cento e setenta e oito vêzes, na *Lei Preliminar*.

«Me respondeu com voz pesada e amara,
Como *quem* da pergunta *lhe* pesara.»

[*Ib.*, 49.]

«Eu que cair não pude neste engano,
(Que é grande dos amantes a cegueira)
Encheram-me com grandes abundanças
O peito de desejos, e esperanças.»

[*Ib.*, 54.]

«*Quem* valerosas obras exercita,
Louvor alheio muito *o* esperta e incita.»

[*Ib.*, 92.]

«A *alma*, que está ofrecida
A tudo, nada *lhe* é forte.»

[*Obr.*, ed. crít. de 1874, v. V, p. 871.]

«Quem havia de cuidar
Que *dama* formosa e bela,
Saltasse o demônio *nela*.»

[*Ib.*, v. VI, p. 22.]

«*Quem* arde em tamanho fogo
Tira-lhe a virtude a côr
De subtil e sabedor.»

[*Ib.*, p. 105.]

«Que *o mal* de que estou doente,
Sua mais curta mezinha
É desgosto.»

[*Ib.*, p. 214.]

a dição «o Código Civil», de que os povos do império ficassem a supor que a referência tinha em mira o código português, ou o francês. É que de tal confusão nunca houve quem se lembrasse, debaixo do céu. Quando as nossas leis, os nossos julgados, os nossos papéis forenses, os nossos documentos oficiais citam o *código do processo criminal*, o *código comercial*, o *código penal*, é sempre sem o epíteto de *brasileiro*. A alusão, em tais casos, não há mister de se arrear com a faixa auriverde, para estar claro que diz respeito aos códigos nacionais. O mesmo passa em tôdas as nações do mundo, nos vários continentes, sem exceção nenhuma.

Assim que, em suma, logicamente, juridicamente e tradicionalmente, não há outra maneira legítima de nos exprimirmos na *Lei Preliminar*, a não ser a que apontei: *O Código Civil*. As sem-razões do preclaro professor CARNEIRO não dizem nem com o exemplo do modelo, nem com a realidade do fato, nem com a jurisprudência do uso.

«Quem tanto vê um só olho *lhe* basta.» [D. FRANC. MANUEL, *Epanáforas*, p. 11.]

«Vocês *deu-lhes* em criar sangue comigo.» [*Ib.*, p. 48.]

«Quem *dorme dorme-lhe* a fazenda.» [*Ib.*, p. 99.]

«Os *portuguêses* por linhagem *lhes* vem serem cambraias em pontos d'honra.» [*Ib.*, p. 106.]

«Quem com Deus anda, Deus o *ajuda*.» [*Ib.*, p. 124.]

«Você *meteu-se-lhe* o diabo no corpo.» [*Ib.*, p. 134.]

«Pedro pôs-*lhe* os olhos Cristo.» [VIEIRA, *Serm.*, v. II, p. 352.]

«Quem conhece que tem ofendido a Deus, nenhuma coisa o *ofende*.» [*Ib.*, v. VI, p. 269.]

«Quem viu seus pecados, não *lhe ficam* olhos para ver outra coisa.» [*Ib.*, p. 270.]

«Oh que grande remédio são os pés de um Cristo, para um homem não se *lhe dar* dos juízos dos homens!» [*Ib.*, p. 271.]

«A [mulher] de Moro *parecia-lhe* a sua fidelidade com Deus, crueldade consigo, e com seus filhos.» [M. BERNARDES, *Nova Floresta*, v. II, p. 68.]

«Porém Carlos, prefeito da biblioteca Alexandrina, *parece-lhe* que...» [*Ib.*, p. 91.]

«Mas ainda assim nós, do modo que pode ser, nem um nem outro lugar nos *escapou* para tirar d'êles ônus.» [*Ib.*, p. 22.]

«Um não *lhe faltava* indústria, mas *faltou-lhe* fidelidade.» [*Ib.*, p. 251.]

«Quem pois *lhe agrada* êste porte de vida, que o escolha.» [*Ib.*, p. 254.]

§ 2.º

[FORA DO SUBSTITUTIVO]

« QUE PRECEDE »

40. — Dão princípio aqui as palmatoadas cegas do meu velho mestre naquele «exímio escritor», que êle há doze anos afamava. Convocado, com os outros justicadores do meu atrevimento, a defender a redação do seu projeto contra a do meu *substitutivo*, não lhe sofre a paciência que, de onde em onde, não salte a pés juntos as raías da sua tarefa, para dar consigo entre as minhas *notas*, e fazer na minha reputação literária uma chacina vingadora.

«A primeira cousa em que entendeu, foi em dar ordem a que *tôdas as naus e navios* que haviam mister corregimento, *se trabalhasse nêles.*» «E *assi êstes como os outros* que os nossos acharam per as ruas da cidade, *todo o seu intento* dêles era recolher-se a um monte.» «*E os passos* per que entram e saem da ilha de Goa, *rendiam as suas entradas e saídas* dous mil e quinhentos pardaus.» [JOÃO DE BARROS, *ap.* ANT. PER. DE FIGUEIREDO. *Espírito da Língua Portuguesa*. Nas *Memórias de Literatura Portuguesa*, tom. III. [1792], p. 187.]

«Eu de ãa parte *parece-me* graça a sua opinião.» [Eufrósina, a. IV, c. 1.]

«*Nós*, o restante do mundo, *ê-nos* lícito não o reconhecer.» [CASTILHO. *Colôq.*, p. XI.]

«*Mulher* que toma um filtro, *apagam-se-lhe* as côres.» [CASTILHO. *Arte de Am.*, v. I, p. 58.]

«O *deputado*, sem embargo de ir habitar o quarto andar de uma casa lavada de ares e muito desafogada na rua da Procissão, *quis-lhe* parecer que a atmosfera da capital não cheirava bem.» [C. CASTELO BRANCO. *A Queda dum Anjo*, p. 28.]

«*As apalpadelas* quanto aos períodos, *eu parece-me...*» [GARRETT, *ap.* BARATA, *op. cit.*, p. 75.]

Nos provérbios, cujo classicismo é do mais puro, são inúmeros os exemplos de tal syntaxe. Tais, *verbi gratia*, êstes, que nos fornece o velho BLUTEAU:

«A quem» [isto é, *aquêle a quem*] «a quem o demo toma uma vez, sempre *lhe* fica um mês.»

«*Aquêle* a quem Deus quer bem, o vento *lhe* apanha a lenha.»

«*Quem* a porcos há medo, as moitas *lhe* roncam.»

«*Quem* não tem calças em inverno, não *fies dêle* teu dinheiro.»

«*Quem* cabritos vende, e cabras não tem, *donde lhe vêm?*»

«Cão, que não ladra, *guarda dêle.*»

«A *mulher* e a vinha, o homem *lhe* dá alegria.»

«*Quem* te matar teu pai, não *lhe* cries o filho.»

«O homem ande com tento, e a *mulher* não *lhe* toque o vento.»

«*Quem* pouco tem, pouco *lhe* basta.»

Neste lugar lhe deram na vista estas duas inocentes linhas do meu comento: «Não está, portanto, ligada ao código a lei preliminar, senão como o proêmio, o preâmbulo, a introdução à obra, *que precede*.» Cai o reparo em haver eu escrito «*que precede*», e não «*a que precede*».

Ambas as formas são gramaticais? São-no ambas as duas.¹ Não mo puderam negar. O verbo *preceder* tem uma e outra forma: a transitiva e a intransitiva. É pegar de qualquer léxicon, e vê-lo. Tanto me seria lícito dizer: «A introdução precede *ao* livro», como «A introdução precede *o* livro.» Logo, tão bem me punha eu com a sintaxe, escrevendo «A introdução está ligada à obra, *a* que precede», quanto «A introdução está ligada à obra, *que* precede.»

41. — Não é, por conseguinte, a sintaxe que, neste relanço, me exigia a preposição.

De onde vem, logo, o tê-la o meu censor por «necessária»? Parece-lhe que, redigindo como eu o fiz, o substantivo *obra* fará de sujeito à oração do verbo *precede*, cujo complemento, pelo contrário, deve ser, na intenção do escritor.

1. Dá o professor CARNEIRO [*Gram. Filos.*, p. 240] como «hoje proscritas do bom falar português» as expressões pleonásticas *ambos e dois, ambos os dois, ambos de dois*, «bem que tenham em seu favor a autoridade de CAMÕES, BERNARDIM RIBEIRO, LUCENA e outros escritores antigos.» CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, ao contrário, classificando-a como «expressão popularíssima» e «locução que ouvimos todos os dias», remata, depois de aludir aos clássicos, em cujos livros se encontra, dizendo: «Não é preciso mais, para que nunca hesitemos em dizer e escrever *ambos de dois*.»

E esta é a verdade.

Nos clássicos antigos não são nada raras essas formas, de obscura e intrincada sintaxe, mas de vernaculidade indubitável, atenta a dupla tradição, popular e literária, que as legitima. Bastarão alguns exemplos:

«Começaram assi também *ambos de dois*.» [BERNARDIM. *Menin.*, c. 21, p. 170.]

«Lágrimas causadas dantre contentamento e muita dor, — que de *ambas as duas* soem elas às vêzes vir.» [*Ib.*, c. 27, p. 200.]

«D'*ambos de dois* a fronte coroada.» [CAMÕES. *Lus.*, IV, 78.]

Bem se diz que, morrendo, e aprendendo. Certamente, para o fazer complemento *indireto*, preferida a forma intransitiva do verbo *preceder*, me era mister a preposição. Mas, se o verbo *preceder* goza também da outra forma¹ [e isto é inquestionável], que é o que me inibia de adotá-la, forrando-me à escusada preposição? Pois o relativo *que*, em construções como essa, não exerce notoriamente a função gramatical de indicar, no vocábulo a que sucede, conforme o sentido da oração, ora o agente, ora o objeto da ação verbal?

Tomemos, por elucidar o caso, esta frase: «Cada um se acompanha com o sócio, *que* prefere.» Então, neste período, não representa o *que* o complemento objetivo da última oração? Quem prefere, é o sócio? Ou o sócio é que é o preferido? Componhamos estoutra: «O artista põe por

«*Ambos de dois* foram vencidos. *Ambos de dois* reciprocamente se amam. Desprezaram-se *ambos de dois*.» [BLUTEAU. *Vocab.*, v. I, p. 328.]

«Morreram *ambos de dois*.» [CAVAL. D'OLIVEIRA. *Cart.*, v. I, p. 330.]

«Rijo o combate entre *ambos os dois* galos.» [FILINTO. *Obr.*, v. XII, p. 302.]

Mas entre os mestres contemporâneos muita vez também se têm usado. Eis alguns espécimens:

«O certo é que *ambos os dois* monges, tão amigos, ... caminhavam juntos.» [A. HERCUL., *O Monge de Cist.*, v. I, p. 99.]

«Progénie grega
Não são *ambos os dois*?»

[CASTILHO. *Fast.*, v. II, p. 111.]

«Não quero mais doidice. As mãos *ambos os dois*.»

[CASTIL. *O Tartufo*, p. 74.]

«Mas porque êmulos também
No aviltar-me *ambos os dois*.»

[CASTIL. *Noite de S. João*, p. 117.]

«Quebradas tivesse eu as pernas *ambas de duas*, quando casei com este moicante.» [C. CASTELO BRANCO. *Hist. e Sentimentalismo*, p. 173.]

1. «*Preceder alguém*.» Certos sinais *precedem certas coisas*.» [BLUTEAU, vol. VI, p. 680.] «Que *precedido* vai por débeis canas.» [GARRETT. *Camões*, VII, 5.] «Uma nota que *precede a carta*.» [CAMILO, ap. AULETE.] «*Precediam a carruagem real*.» «*Preceder alguém*.» [AULETE.]

A voz transitiva é, até, segundo todos os lexicógrafos, a primordial e preponderante nesse verbo. Ver MORAIS, D. VIEIRA, AULETE, FIGUEIREDO, v.º *preceder*.

obra a concepção, *que* elegeu.» É a concepção que elege? Não: quem elegeu, foi o artista. Logo, o *que* não faz, nesses casos, as vêzes de sujeito: fá-las de complemento.

Vamos, em refôrço de prova, a um livro clássico. Abra-mo-lo à sorte. É o volume das *Metamorfoses*, tiradas em linguagem por CASTILHO. Sai-nos o prólogo, na pág. XXVI: «Por isto quero eu mal àquele honrado velho, A. Ribeiro dos Santos, *que* tanto se deixou cegar da amizade, *que* lhe professav...»¹ Este último *que*, admitido o critério do meu antagonista, seria o agente na sentença final. A amizade é que professaria não se sabe o quê, em vez de ser ela, como queria o autor, a professada por Antônio Ribeiro. Temos, na página imediata, outra frase, que nos cai ao lanço: «É possível que naquele mesmo prólogo, *que* tão suavemente escrevia, ... dissesse, perante o mundo, as mais flagrantes injúrias contra Ovídio!» Quem é que tão suavemente escrevia? O prólogo? De ver está que não. O prólogo era o escrito. O relativo, portanto, não servia, na oração, de sujeito: servia-lhe de complemento direto.

No trecho criticado, por igual, absurdo fôra imaginar que o livro *preceda* a introdução. E', por conseguinte, manifestíssimo o sentido. A introdução *precede* o livro. O pronome, pois, está desempenhando ali o ofício de complemento, não o de sujeito. E se, para êsse efeito, não se lhe fazia mister, gramaticalmente, a *preposição*, tampouco a demandava a clareza do pensamento, cuja transparência, naquele trecho, é absoluta.

O meu venerando professor, já se vê, deixara-se transportar em imaginação aos tempos, em que me tinha sentado às classes do Ginásio Baiano, e se propôs experimentar, numa espécie de sabatina, a memória do estudante quanto aos rudimentos iniciais do seu curso. Mas o estudante envelheceu estudando, e tem direito a não ver humilhada hoje a madureza dos seus anos com essas ninharias de arguição escolar.

1. A. F. DE CASTILHO. *As Metamorfoses de Ovídio*. Tom. I. Lisboa, 1841.

§ 3.º

ART. 4.º

« SÓ PODE »

42. — «A versão por mim alvitrada», comentei aqui eu, «evita o *só pó*, tão malsoante e, contudo, tão reiterado no projeto.» Nada mais. E isso entre várias observações de uma extensa nota, com respeito a não menos de três pontos, em que, filológica e juridicamente, contraditei o projeto. De ver é, portanto, que não fiz daquele reparo, ali incidentemente inserido, grande cabedal.

Não agradou ao eminente professor a minha apostila. E não são de quem estivesse de bom humor os termos, em que ma repulsa. «Por que *levar tão longe a finura do ouvido*, quando a lição dos melhores exemplares de nossa língua nos está a trazer contínuo essa combinação de sons, por *vêzes inevitável*?»

Ora, antes de mais nada, se essa dissonância fosse *inevitável*, eu não a teria notado. Quando *inevitáveis*, as piores cacofonias se toleram. Fêz-se o ouvido a elas: habituou-se; já não as sente. Não logrou o melodioso LAMARTINE evitar o *la mer de Sorrente*. Nem com êle se enxovalhou a sua Graziela. Tampouco faz escândalo a ouvidos franceses *la mer d'Irlande*, ou *la mer d'Islande*. Aí a lei da necessidade obriga as exigências da eufonia à condição fatal de transigir. Mas escrever «*le dernier chant du child-Harold*», isso podia não ter escrito o mais harmonioso dos poetas franceses; e a crítica não lho releva, como não releva a ROUSSEAU, o poeta, o «*la vierge non encor née*». Não houvesse meio, pois, de atalhar ali, o *só pode*, e eu não lhe teria objetado. Esquivando-o, porém, no meu substitutivo, bem demonstrei que era fácil de esquivar.

43. — Demonstrou porventura o contrário o meu douto mestre? Não. Com alegar dois excertos de LATINO COELHO, «o grande mestre», cuidou que tudo estava dito. Mas nem tudo nos grandes mestres é de imitar. Mestre dos mestres, primeiro de todos êles é CAMÕES, e não se escoima, a tal respeito, de falhas memoráveis. Foi êle quem, nos *Lusíadas*, escreveu: «formosíssima Maria» [III, 102]; «extrema meta» [IV, 49]; «humílima miséria» [IV, 59]; «de fama amigos» [V, 95]; «ao Gama manda» [VIII, 77]; «com novo» [II, 64]; «com nações» [III, 18]; «nunca gosta» [V, 6]; «busca guerra» [VIII, 92]. Não falo no *alma minha*, que antes de ser pecado seu, um cento de vêzes repetido, tinha foros de expressão corrente entre os poetas lusitanos, como nos atestam repetidas vêzes as obras de GIL VICENTE. [Vol. I, págs. 164 e 179. Vol. III, págs. 110 e 224.]¹ Nos demais escritos de CAMÕES se nos oferecem, a cada passo, um «com nada» [*Obras*, v. I, p. 22], um «por razão» [*ib.*, 28], um «com nova» [II, 118], um «busca a casta» [*ib.*, 119], um «com nuvens» [III, 13], um «santíssima Maria» [*ib.*, 34], um «formosíssima Maria» [*ib.*, 48], um «beatifica gozando» [*ib.*, 51], um «co'o curso» [*ib.*, 88], um «chama amorosa» [*ib.*, 112], um «com nosso» [*ib.*, 155], um «com Natércia» [*ib.*, 156], um «fica agora» [V, 99], um «por rigorosa» [*ib.*, 142], um «descobre a touca a garganta» [*ib.*, 173], um «fraca guerra» [*ib.*, 219], um «fica a casa» [VI, 31], um «nunca cá» [*ib.*, 191], um «com novas» [*ib.*, 207.]

Os outros mestres não lhe ficaram aquém.

FERREIRA perpetrou: «cá ganhastes» [*Obras*, ed. de 1865, v. I, p. 98], «por riqueza» [*ib.*, 128], «se m'amas» [*ib.*, 177], «com mais vitórias de triunfo dignas» [*ib.*, 179], «cá agora» [*ib.*, 269], «qu'a quem» [*ib.*, 214], «que os qu'os viam» [*ib.*, 221], «um quem água acha» [*ib.*, 231], «ou ave voe» [*ib.*, 273.]

1. *Obras de Gil Vicente*. Ed. de BARRETO FEIO e MONTEIRO. Hamburgo, 1834.

VIEIRA escreveu: «confirma mais» [*Serm.*, v. V, p. 51]; «afirma a mesma» e «sua mesma melancolia» [*ib.*, 60]; «alma muda» [*ib.*, 79]; «com nenhum» [*ib.*, 81]; «cá costum» [*ib.*, 87]; «por remate» [*ib.*, 88]; «alma minha» [*ib.*, 64]; «toma meia» [*ib.*, 208]; «por rodas de navalhas» [*ib.*, 287]; «ficou não só» [*ib.*, 299]; «com nova» [*ib.*, 303]; «nunca dela» [v. VI, 251]; «por rei» [*ib.*, 307]; «chama mandamentos» [*ib.*, 313]; «com novidade» [*ib.*, 361]; «com novos» [*ib.*, 368]. Deixo de mencionar outros, por ainda mais ásperos, como os que se lhe encontrarão no tomo V, p. 52, 303 e 304.

FILINTO, com ser dos menos antigos, ainda resvalou a dissonâncias amiudadas, muitas delas atrozes ao ouvido: «ficou como» [*Obr.*, v. I, p. 94]; «com nobreza» [*ib.*, 254]; «com nome» [*ib.*, 297]; «castíssima Maria» [*ib.*, p. 18]; «alma a monarquia» [*ib.*, 24]; «alma melhor» [V, 110]; «emboca a gaita» [*ib.*, 165]; «África guerreira» [VI, p. 4]; «nem bafo deita» [*ib.*, 323]; «por roubá-lo» [XI, 18]; «com nova» [XII, 42]; «com nossos». [*ib.*, 154.]

Ainda em nossa época, de audição tão afinada, escritores como ALEXANDRE HERCULANO, incomensuravelmente superior a LATINO COELHO, não se mostram estremes dêsse deslize. No *Eurico*, por exemplo, encontrareis: «antiga Gália» [p. 4], «poeta tornou» [p. 19], «já tão» [p. 26], e na *História da Inquisição* [v. I, p. 17], «fraquíssima ameaça».

Que muito, pois, que também LATINO COELHO tal qual vez se descuidasse?

Estou que, nem por ser de LATINO COELHO, será das mais bem soantes a locução «nunca pôde», dêste «limado e elegante» exemplar vernáculo.¹

É, ou não, desaprazível e rude a conjunção das sílabas naquele *só pode*? Não há negá-lo. Argúem-me de nimiedade neste reparo. Redargüirei, estranhando a orelhas tais

1. LATINO COELHO. *Luís de Camões*, p. 149.

o que tem de grosseira, se não de amoucada, a sua sensibilidade. O encontro dessas duas sílabas duras, ambas acentuadas numa vogal sêca e áspera como o *ó* forte, gera um composto infenso e odioso à boa audição. *Só pó* estruge como o popocar de um foguete em meio à frase.

44. — Fôsse êle, entretanto, inevitável, e não haveria que lhe dizer. Mas é quase sempre fácilimo de obviar, mediante sucedâneos cabais. Como descuido, perdoável nos escritos mais ou menos passageiros de um autor que não conte com a posteridade, seria menos desculpável na obra longa de uma codificação. E desde que os podemos fugir, não há como relevar êsses abusos do feio, apenas admissível quando utilizado, como segrêdo d'arte, para obter onomatopaicamente reproduções imitativas do malsoante, do lúgubre, do pavoroso, do horrendo. Oçam, por exemplo, na *Carne*, de JÚLIO RIBEIRO, «o tutucar dos atabaques». Não há maravilha maior de onomatopéia. Longe, pois, de ser, uma nódoa é um toque magistral do escritor. Nessas quatro palavras ulula, ao concêrto dos instrumentos selvagens, a música do cativo negro. É o noturno batucar da melopéia africana entre as palhoças, nas tristes senzalas da escravidão.

Dêsses rasgos, em que se assinala a mestria dos privilegiados no escrever, têm o segrêdo os que sabem a língua, e receberam da natureza o dom artístico do ouvido, não menos necessário aos prosadores que aos poetas. Só os que o não possuem, ou a não sabem, não se sentirão azoinados com o rebentar daquele *só pode*, que estribilha mais de cem vezes por tôda a extensão do projeto, como se fôra o seu *leit-motiv*, e lhe rabeia, e lhe estoira por entre os artigos, desastradamente, como bichas da China atiradas por um gracejo de mau gôsto em salão de boa sociedade. Eu não condeno em absoluto a expressão. Uma ou outra vez se lhe relevaria o defeito, e bem pode ser que nem se advertisse. Mas essa estranha

reiteração azoa, importuna, enoja, e só não revoltaria aos que, pela semi-surdez literária, caminhassem, nas coisas do escrever, para a completa hipocofose.

45. — Se acaso no meu substitutivo para aí escorreguei também, é emendarem-mo. Outra coisa não peço. Mas onde o teria eu feito? O professor CARNEIRO, que disse me acusa, enumera êstes dois exemplos: «Mas só *poderá* demandar...» [Art. 1.497.] «Só *poderá* subsistir o contrato...» [Art. 822.]

Êsses, tão-sòmente.

Aí, porém, falta à exatidão, ou erra a prosódia o meu honrado mestre. Como é que êle pronuncia então essas frases? Carregando no *o* de *poderá*? Seria crível que um mestre de língua portugêsa dissesse *póderá*? Não pode ser.

No futuro do verbo *poder* o *o* se pronuncia como no infinitivo. Diz-se *puderá*, como se diz *puder*.¹ Não há, portanto, a colisão entre os dois *ós* fortes, cujo choque determina a cacofonia. «Só *puderá*» não é «só *pode*». Nada tem que soe mal a sucessão do *u* ao *ó*, nem a articulação do *só* ao *pú* ocasiona atentado à eufonia, ridículo, ou torpeza, que a leve ao rol dos *cacófatos*.

Mas, não contente de cometer essa inexactidão contra as normas da boa prosódia, para me encambulhar à *cacofatomania* do projeto, dá um passo adiante a crítica do substitutivo, no intento de mostrar que eu, nesse achaque, sobre-excedi aos que acusara. Êles alastraram de *só* o código civil. Eu a essa aditei outra «messe», para me servir do termo em que se exprime o magistral censor. E querem saber como? Escrevendo muitas vêzes *se pode*.

Mas onde, neste outro dizer, a mazela inculcada? Onde?

1. JOÃO DE DEUS. *Dicion. prosódico*, ed. de 1895.

Entrevê-se que a malícia dêsses censores pretende meter no encontro silábico do *se pode* o fonema de um *sipó*. Quando assim fôsse, não há neste vocábulo nem o indecente, nem o ridículo, nem sequer o desagradável das cacofonias.

Não é verdade, porém, que as duas primeiras sílabas de *se pode* componham a entidade prosódica de *sipó*. O ouvido vernáculo não confunde o soar do acusativo *se* com o do dativo *si*. No *se*, flexão do acusativo no pronome pessoal, bem como no *se* conjunção, a pronúncia portuguesa não é a do *i*, mas a do *e* grave, como na primeira de *pedi* ou na última de *ame*.¹ E é por isso que o CAMÕES pôde metrificá-la elidindo essa vogal :

« S'a dor que manifesta e mostra a gente. »²

Quem não disser *pidi* e *âmi*, não dirá *si pode*, e, consequentemente, em *se pode* não descobrirá *sipó*.

46. — Demais, aqui a expressão, que aliás nenhuma dissonância encerra, é necessária, é inevitável, é insubstituível. Todos os dias, nos casos mais mezinhos e nos mais graves da vida, a uma notícia, a uma explicação, a uma teoria, a um absurdo, a uma dificuldade, a um problema, a um obséquio, a uma proposta, a uma aspiração, a um requerimento, a um pedido, a uma exigência, a uma imposição, a uma tirania, a uma calúnia, a um ultraje, a uma provocação, a um ameaço, a um perigo, a um dissabor, a um dano, a uma falta, a um crime, a um serviço, a uma agonia, a uma vergonha, a um triunfo, a infinitas outras oportunidades, nos acode, espontâneo e irreprimível, um : « Não *se pode* crer. » « Não *se pode* admitir. » « Não *se pode* adotar. » « Não *se pode* comentar. » « Não *se pode* transpor. » « Não *se pode* aceitar. » « Não

1. JOÃO DE DEUS. *Op. cit.*, p. VII e 812.

2. CAMÕES. *Eleg. XXV. Obr.*, v. III, p. 92.

A mesma elisão temos frequentemente nos versos de A. FERREIRA. V. as suas *Obr. compl.*, ed. bras. de 1865, v. II, p. 24, 27, 60, 70, 94, 95, 99, 104, 129, 155, 179, 225, 247.

se pode anuir. » « *Não se pode transigir.* » « *Não se pode reconhecer.* » « *Não se pode deferir.* » « *Não se pode atender.* » « *Não se pode condescender.* » « *Não se pode subscrever.* » « *Não se pode obedecer.* » « *Não se pode cumprir.* » « *Não se pode tolerar.* » « *Não se pode sofrer.* » « *Não se pode obrigar.* » « *Não se pode temer.* » « *Não se pode evitar.* » « *Não se pode ocultar.* » « *Não se pode ressarcir.* » « *Não se pode relevar.* » « *Não se pode indultar.* » « *Não se pode esquecer.* » « *Não se pode aliviar.* » « *Não se pode apagar.* » « *Não se pode escurecer.* »

E como supriríamos, a querer aboli-lo, o *não se pode* em cada uma dessas negativas, ainda indefinidamente multiplicáveis? Com a forma pessoal *não podemos*? Com a expressão *não é lícito*? Com as locuções *não há que*, *não há como*, ou *não é possível*? Claro está que não. Nenhuma tem, com aquela brevidade, a mesma expressão, a mesma firmeza, o mesmo alcance e, na maioria dos casos, applicabilidade igual.

47. — A cada passo a enunciação do pensamento nos assume êsse jeito. *Não se pode, mal se pode, bem se pode, muito se pode, pouco se pode, nada se pode, raro se pode, tudo se pode, logo se pode, já se pode, nunca se pode, hoje se pode, inda se pode, quando se pode, se se pode* são locuções portugêsas, tão indispensavelmente essenciais à boa linguagem, quanto absolutamente irrepreensíveis ante a mais requintada eufonia. Nunca houve quem lhes desentranhasse o *sipó*, que agora esta crítica de ocasião deu em lhes enxertar. E os ouvidos mais rústicos discernem facilmente do *i*, que se acentua em *si*, o *e* quase mudo, levemente vocalizado em *se*.

48. — No uso jurídico então ainda mais defendido está pela necessidade êsse feitiço gramatical. Estudando a redacção do código civil francês, o autor da mais notável monografia sobre o assunto, para lhe mostrar a origem das obscuridades, e chegar a certas regras gerais quanto à lingua-

gem nessa espécie de leis, apura que, naquele monumento legislativo, as disposições cuja intelligência a menos litígios e dificuldades reais têm dado ensejo, vêm a ser as que se enunciam sob a forma proibitiva *não pode, ninguém pode, ou não se pode*. Dessas conta êle 162, entre as quais o *não se pode* sobressai nos arts. 6, 147, 626, 678, 744, 791, 893, 912, 1.119, 1.130, § 2.º, 1.600, 1.780, 1.811, 1.828, 1.894, 2.015, 2.220, 2.226 e 2.240. E daí acaba por inferir que essas três maneiras de vazar os textos proibitivos, no frasear de um código civil, constituem «verdadeira *fórmula de redação*, breve, singela, flexível», que a outras quaisquer se há de preferir.¹

49. — Agora as minhas testemunhas. Com sós duas frases de LATINO COELHO supôs o meu insigne mestre haver absolvido triunfalmente da nota desfavorável o díssono *só pode*. Pois veremos agora como o *se pode* nunca ofendeu o ouvido a ninguém, desde que o português é português até hoje.

«Mas vê bem o que te pede
Se *se pode* conceder.»

[GIL VICENTE. *Obras*, I, 369.]

«Não *se pode* hi al fazer.»

[*Ib.*, II, 462.]

«E não sei conjecturar
Como *se pode* assentar.»

[*Ib.*, 516.]

«Polas palavras que êle responde *se pode* conjecturar o que ê'e diz.»

[*Ib.*, III, 14.]

1. GUSTAVE ROUSSET. *Des formules de rédaction des lois civiles*. Na *Rev. Critiq. de Législat. et Jurisprud.* 1891. Tom. XX, p. 353-367 e 423-456.

«Também as criaturas que não participam dos sentidos, nem da razão, *se podem* maldizer.»

[AMADOR ARRAIS. *Diálogos*, p. 45.]¹

«O reino, onde muitas sortes de homens e muitas casas particulares estão como sentidas e feridas, não *se pode* ter por seguro de enfermar.»

[*Ib.*, p. 362.]

«Mas porque *se podem* oferecer contudo algumas, em que seja forçoso negar.»

[VIEIRA. *Serm.*, II, p. 57.]

Outrossim: *Sermões*, II, p. 150, 218, 231, e *Obras Inéditas*, 122, 128.

«De balde e sem fruto é o feitio que se faz por muitas mãos, quando por uma só *se pode* fazer.»

[FR. LUÍS DE SOUSA. *Anais*, p. 164.]²

«Não *se pode* passar em silêncio.»

[*Ib.*, p. 266.]

«Não *se pode* deixar de observar.»

[CAVALEIRO DE OLIVEIRA. *Cart.*, I, 226.]³

Outrossim: *I.*, p. 235, 237, Vol. II, p. 468. Vol. III, p. 329 [duas vezes] e 330 [também duas vezes].

«Não menos das filhas *se podem* fazer criadas, do que *se podem* as criadas fazer de filhas.»

[D. FRANCISCO MANUEL. *Cart.*, p. 88.]⁴

1. Ed. Rolandiana, de 1846. Lisboa.

2. *Anais de El-rei Dom João Terceiro*, publicados por ALEX. HERCULANO. Lisboa, 1844.

3. FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA. *Cartas*. Ed. de Lisboa, 1855.

4. D. FRANC. MANUEL DE MELO. *Carta de Guia de Casados*. Ed. de C. CASTELO BRANCO. Pôrto, 1873.

«Bem sabe êle que em semelhantes questões *se pode* contar com os nossos votos.»

[GARRETT. *Obr.*, v. XXIII, p. 89.]¹

Outrossim : p. 98, 152, 319 e 435.

«Mas, sem crime, *se pode* assentar.»

[A. HERCUL. *Eur.*, p. 79.]

«Se tal nome *se pode* aplicar.»

[A. HERCUL. *O Bôbo*, p. 3.]

«Sôbre a origem da fábula de Ourique não *se podem* produzir fatos decisivos.»

[A. HERCUL. *Solemnia Verba*, p. 57.]²

«...pelas quais *se possam* avaliar os diplomas antigos.»

[A. HERCUL. *Observaç. Diplom.*, p. 3.]³

«São das mais graves que *se podem* fazer a homens honrados.»

[A. HERCUL. *Casam. Civil*, p. 6.]⁴

«Todos os casamentos *se podem* fazer por aquellas palavras.»

[*Ib.*, p. 27.]

«Não *se pode* conceber.»

[LATINO. *Vasco*, I, p. 99.]⁵

1. Ed. de Lisboa, 1871.

2. Lisboa, 1850.

3. *Observações diplomáticas sôbre o falso documento da aparição de Ourique*. Lisboa, 1850.

4. *Estudos sôbre o casamento civil*. Lisboa, 1866.

5. LATINO COELHO. *Vasco da Gama*, Lisboa.

«Nada se pode figurar.»

[LATINO. *Camões*, p. 72.]¹

«Não se pode contestar.»

[*Ib.*, p. 101.]

«Não se pode dizer.»

[CASTILHO. *Fastos*, I, p. 211.]²

«...do que em tais horas... se padece, se pode, se faz.»

[*Ib.*, p. 278.]

«E aqui se pode ver.»

[CASTILHO. *Tartufo*, p. 66.]

Outrossim: *Fastos*, I, p. 270, 280, 319; *Amôres*,³ II, 31; *Metamorfoses*, prólog., p. xxiv, 293, 298.

«É que se pode responder.»

[CAMILO. *A Queda*, p. 99.]⁴

«Não se pode calcular.»

[CAMILO. *Camões*, p. 68.]⁵

«Não se pode ser perfeito.»

[CAMILO. *Maria Moisés*, I, p. 35.]⁶

Como não é da pureza vernácula que se trata, senão da eufonia no escrever, podemos ir bater à porta dos estilistas mais recentes : dos RAMALHOS e EÇAS. É o primeiro quem escreveu :

1. LATINO COELHO. *Luís de Camões*, Lisboa.

2. ANTÔNIO F. DE CASTILHO. *Os Fastos de Ovídio*. Lisboa, 1862.

3. CASTILHO ANTÔNIO. *Os Amôres de Ovídio*. Rio de Janeiro, 1858.

4. C. CASTELO BRANCO. *A Queda dum Anjo*. Ed. de 1887. Lisboa.

5. C. CASTELO BRANCO. *Luís de Camões*. Pôrto, 1880.

6. C. CASTELO BRANCO. *Maria Moisés* [*Novelas do Minho*]. Lisboa, 1876.

«Não *se pode* levar mais longe o efeito do claro-escuro.»

[RAMALHO. *A Holanda*, p. 55.]¹

Análogos exemplos, a págs. 82, 152, 313, 356.

Não são menos freqüentes no segundo :

«Mesmo em Lisboa, não *se pode* chamar ao que eu tenho uma coleção.»

[*Os Maias*, I, 207.]²

E, como êste: *Maias*, vol. I, p. 263, e II, 364; *Ramires*, p. 140, 234, 313;³ *Fradique*, p. 115, 142, 240.⁴

Também o nosso JÚLIO RIBEIRO não se expressava diversamente :

«O algodoeiro não *se pode* comparar com o de Sorocaba.»

[*A Carne*, p. 110]⁵

MACHADO DE ASSIS, verdadeiro mestre êsse, assim na elegância, como na vernaculidade, não se desdenha de falar ao mesmo jeito :

«Ainda hoje (creio eu) *se podem* ver no bairro de S. Cristóvão.»

[*Brás Cubas*, p. 238.]⁶

«Falava, como *se pode* supor, lentamente.»

[*Ibid*]

1. Pôrto, 1885.

2. EÇA DE QUEIRÓS. *Os Maias*, Pôrto, 1888.

3. *A ilustre casa de Ramires*. Pôrto, 1900.

4. *A correspondência de Fradique Mendes*. Pôrto, 1900.

5. Ed. de S. Paulo, 1902.

6. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 3.^a ed.

Ainda na poesia, onde a correção desse autor pede meças aos mais esmerados de ultramar, nos depara êle, sem desaire do metro :

«Vê se *podes* fundir meu triste coração.»

[*Poesias*, p. 99.]¹

«Mal *se pode* já suster.»

[*Ib.*, p. 210.]

50. — Não cumularia bem esta braçada com algumas flores do meu ilustre mestre? Êle não mas negaceará. Temo-las aos racimos na sua *Gramática Portuguesa*. Em sós duas páginas sobejariam, para lhe enastrar uma grinalda :

«Há muitas preposições seguidas de complementos, que não *se podem* reduzir a advérbios.»

[*Op. cit.*, p. 340.]

«Não *se podem* resolver em advérbios.»

[*Ib.*, p. 341.]

«Há demais muitos vocábulos, que *se podem* decompor.»

[*Ibidem.*]

«Não *se podem* por sua vez reduzir a uma preposição.»

[*Ibid.*]

«...tôda a palavra que *se pode* exprimir por uma preposição...»

[*Ibid.*]

1. *Poesias Completas*, 1901.

§ 4.º

ART. 8.º [LEI PRELIMINAR]

«REGE O REGÍMEN-
PLEONASMOS

51. — Prescreve êsse artigo, no projeto, que «a lei nacional da pessoa *rege o regímen* dos bens do casamento». A êsse dizer pus simplesmente esta ligeira nota: «Não é tão indigente a nossa língua», e, emendando no substitutivo, diligencieei melhorar a expressão.

Toma, porém, a voz por ela o Dr. CARNEIRO RIBEIRO, ponderando-me que «essas redundâncias *nem sempre se devem lançar à conta de indigência da parte dos que falam, ou escrevem*», e fazendo-se forte com seis exemplos de CÍCERO, TERÊNCIO, PLAUTO, FERNÃO LOPES, DUARTE NUNES e A. HERCULANO: *Vivere vitam. Amavi amorem tuum. Servitutum servire. Guerra guerreada. Peleja pelejada. Pelejar-se-ão pelejas.*

Bem estaria ao ilustre filólogo não se esquecer dessas noções, onde cabiam, a saber, ao propósito do art. 605, ante o qual as põe de lado errônea e iniquamente, por vingar em mim as taras da sua prole adotiva. Mas porventura disse eu coisa, que o autorizasse a me julgar baldo em idéias tão elementares? Onde afirmei que o pleonismo denuncie *sempre* indigência do escritor, ou do idioma?

Mas é por partes que devemos ir.

52. — Dos exemplos do meu sábio mestre há um, que está errado. Labora em equívoco a sua autoridade, ao incluir no rol dos pleonismos a *guerra guerreada* de FERNÃO LOPES.

Conheço de trato bem antigo o FERNÃO LOPES, «o primeiro», diz A. HERCULANO, «que, na moderna Europa, dignamente escreveu a história». Não me foi, pois, novidade a sua *guerra guerreada*. O trecho alegado pelo meu erudito

censo sem indicação do lugar é na *Crônica de el-rei D. João I*, 2.^a parte, cap. 30, que se nos oferece. Bem vê que lhe sei os recantos. A êste exemplo seria fácil aditar muitos outros. Mas já o aduzido pelo meu contraditor bastava, para lhe evidenciar o engano. Pelo fazer mais claro, porém, lhe adicionarei novos excertos do grande cronista :

«Era melhor que, naquele tempo que ficava dêste ano, ordenasse pelas fronteiras *guerra guerreada*.»

[*Crôn. de D. João I*, 2.^a parte, c. 28.]

«Poer-se em boa ordenança, assim em *guerra guerreada* como em batalha.»

[*Ib.*, c. 35.]

«El-rei de Aragão, com todo seu poder, estava disposto para pelejar com el-rei de Castela, ca» [porque] «via que por *guerra guerreada* não podia igualar com êle.»

[FERNÃO LOPES, *Crôn. del-rei D. Pedro I*, c. 32.]

Recordemos que a citação do professor baiano reza :

«Se poeria batalha aos inimigos, ou usaria de *guerra guerreada*.»

Bem se está a ver, pois, que em *guerra guerreada* não havia então pleonismo. A guerra guerreada contrapunha-se à *peleja*, à *batalha*. Os a quem faleciam meios de *pôr batalha*, ou *entrar em peleja*, isto é, de *sair a campo*, ou *pôr o campo*, como então se dizia, buscavam na *guerra guerreada* o desfôrço ou a defesa. É o que bem claro se faz neste lanço de DUARTE NUNES, *Crônica del-rei D. João o I*, c. 55 :

«El-rei de Portugal... propôs se viria a batalha *em campo*, ou usaria da *guerra* (como êles então chamavam) *guerreada*.»

Não era, portanto, uma locução pleonástica, mas uma *frase técnica* da linguagem militar. Mais tarde se veio a dizer, com o mesmo sentido, *guerra de guerrilhas*.

Não invento, dessumindo o que está manifesto nos textos citados. Mas, a haver quem entre em dúvida, abra o dicionário de MORAIS, o de FREI DOMINGOS VIEIRA, ou o de AULETE. No primeiro se lhe deparará :

«*Guerra guerreada*: guerra que se faz por entradas, correrias, choques, sem batalha campal e ordenada.»

No segundo se reproduz essa definição. No terceiro se diz :

«*Guerra guerreada* [ant.]: guerra por escaramuças, investidas ou combates parciais, sem batalha campal.»

53. — Retificado êsse cochilo nos quinaus do mestre, peço vênia, ainda, para lhe advertir que, dos outros exemplos, também se não pode tachar de pleonismo o *amavi amorem tuum*. Aqui o êrro é ainda pior.

Pena é não exarasse o mestre a frase inteira, qual a escreveu CÍCERO, nem indicasse de onde, nas obras dêste, a extraiu. Mas não me custou muito achar-lhe o sítio, e recompô-la. É das cartas *Ad Familiares*, IX, 16, e reza assim: «*Delectarunt me tuae litterae: in quibus primum amavi amorem tuum, qui te ad scribendum incitavit.*»¹ O que vem a dizer: «Deleitaram-me tuas letras, nas quais sobretudo *apreciei o amor que me tens*, e te moveu a escrever-mas.»² Ou, vertendo à *letra* unicamente as palavras indicadas pelo mestre: «Amei o teu amor.»

1. M. TULLII CICERONIS *Opera*. Ed. de Veneza [1772], vol. VII, p. 521.

2. «I was delighted with your affection for me.» Assim o trasladam na grande edição crítica de TYRRELL E PURSER: *The correspondence of M. Tull. Cicero*, v. IV [Dublin, 1894], p. 311.

Onde aí a redundância, que havia de constituir o pleonismo? É o pleonismo, segundo QUINTILIANO, a *supervacua oratio*, ou a *abundans supra necessitatem oratio*.¹ SOCIPATER, ilustre antecessor do meu eminente mestre, definindo quase nos mesmos termos o *pleonasmus*, «sententia verbo *plus quam necesse abundans*», acrescenta: «velut *Sic ore locuta est, cum sufficeret dici, sic locuta est.*» Ou, em vulgar: «Dá-se o pleonismo nas sentenças redundantes como esta: *Assim com a boca falou*; pois bastava dizer: *Falou assim.*»² Se o grande epistológrafo latino houvesse escrito: *Amei-te com amor*, ou *com o meu amor te amei*, seria pleonástica a expressão; visto como no *amei-te* já estaria a idéia do *amor*, que êste substantivo inútilmente vinha repetir. Mas, escrevendo *Amei o teu amor*, isto é, *O teu amor me foi grato*, *No teu amor me deleitei*, o *amei* exprime a impressão de quem faz a carta e o *teu amor* a ação de quem a recebe. São dois afetos diversos, residindo em duas pessoas distintas: o do amor, *que me tens*, e o do aprêço, *em que eu tenho* êsse amor. Duas idéias, portanto, correspondendo a dois fatos inconfundíveis, a primeira das quais, o *teu amor*, se exprime com o *amorem tuum*, e a segunda, o meu aprêço dêsse amor, com o *amavi*. Não há, pois, duplicação verbal no *amorem tuum* após o *amavi*.

54. — Deploro ver-me obrigado a dissertar de coisas tão elementares. Minha não é, porém, a culpa, senão do meu egrégio mestre, cuja lição no assunto me recorda a daquele sujeito nas *Epanáforas* de D. FRANCISCO MANUEL: «Por razão de certo verso, que parecia ocioso naquele breve poema, percorreu, ensinando-me o que era pleonismo.»³ Os discí-

1. «Et in eundem alio libro, *Abiit, excessit, erupit, evasit*: hoc Caecilio *pleonasmus* videtur, id est *abundans super necessitatem oratio*: sicut illa: *Vidi oculos ante ipse meos*; in illo enim *vidi* inest *ipse*; verum id, ut alio quoque loco dixi, cum *supervacua* oneratur *adjectione*, *vitium est.*» QUINTILIANO. *Inst.* IX, 3.

2. SOCIPATER CHARISIUS. *Institutionum Grammaticarum, libri quinque. Grammaticae Latinae Auctores Antiqui.* Hanoviae, 1605, p. 242.

3. *Epanáf.* 2, p. 249.

pulos de bons mestres aprenderam, certo, a venerá-los, mas por igual a lhes raciocinar sobre as lições. Os lugares-comuns acêrca do pleonasma não me scandalizariam. Mas o êrro prático na aplicação do nome à coisa, não o podia eu subcrever, subcrevendo o desacêrto, com que me pretendiam corrigir.

55. — Vejamos agora o *vivere vitam*. Cabe aqui melhor a doutrina do mestre? Nada menos. Dêste exemplo também apenas indica o autor. É de PLAUTO. Qual das suas obras, porém, lho forneceu? Tive de ir eu mesmo dar-lhe, a não pouco esforço, com o paradeiro, no *Persa*, 3, 1, 18; e quem ali o fôr buscar, verificará que a citação veio a lume decotada em excesso. Restitua-se na sua inteireza original, e também êste pleonasma se foi. «*Modice et modeste melius est vitam vivere*», é o que reza o texto latino. Como se disséssemos. «O melhor é viver vida meã e modesta.»

Ora, na locução *viver vida modesta*, a característica do pleonasma desaparece; visto como o qualificativo de *modesta* adiciona ao verbo, cujo complemento cognato compõe com o nome *vida*, uma noção, que no mesmo verbo se não continua. É o que ôtimamente nos ensina o professor CARNEIRO, nos seus *Serões Gramaticais*.¹ Semelhantemente escreveu TERENCE: «*Ego vitam duram quam vixi usque adhuc... omitto.*»²

O caso é parecido ao de outra epístola ciceroniana, que remata assim: «*Cura ut valeas, ut meque ames amore tuo illo singulari.*»³ Pede a Trebônio o orador romano que o ame com aquêlê afeto, que êle Trebônio sabe, com aquêlê afeto, de que êle tem o segredo, com aquêlê afeto que lhe é peculiar. Onde a redundância? Havê-la-ia em *meque ames amore*; mas no «*meque ames amore tuo illo singulari*» não há.

1. Bahia, 1890, p. 320.

2. *Adelph.*, V, 4, 5. PLAUTO no *Miles Gloriosus*, II, 1, v. 95: «*Nam ego haud diu apud hunc servitutem servio.*»

3. *Ad Familiares*, XV, 20.

56. — Na mesma categoria cai o exemplo de ALEX. HERCULANO. «*Pelejar-se-ão pelepas como de gladiadores.*» Vêde bem. Não diz: «*Pelejar-se-ão pelepas*»; o que seria incorrer em pleonasma, renovando no substantivo a idéia já expressa no verbo. O que diz, é que se pelejarão «*pelepas como de gladiadores*», acrescentando à idéia geral de peleja uma restritiva, que a circunscreve às *pelepas de gladiadores*. Explica-se, define-se, completa-se, não se retrilha o pensamento do verbo. Bem longe, pois, estamos do pleonasma.¹

Tampouco me parece cabível semelhante nota no extracto de DUARTE NUNES. «*A peleja começou, e foi muito travada e pelejada.*» Evidentemente a sinonímia estabelecida entre *pelejada* e *travada* faz daquele adjetivo um novo traço de pincel, um toque de relêvo e de vida no quadro da *peleja*. Sob o prestígio dêsse epíteto vigoroso a imagem cresce do papel, colorida, animada, pinturesca, imponente. Não esqueça o Dr. CARNEIRO a lição do mestre QUINTILIANO: «Quando a redundância é vã, será defeito; mas, se alguma coisa acrescenta ao pensamento, é beleza, como aqui, onde cada palavra tem a sua expressão: *Eu mesmo vi com os meus olhos*. Não atino porque se havia notar de *pleonasma* esta sentença. A ser assim, qualquer duplicação ou repetição teria o nome de pleonasma.»²

57. — De sorte que só nos resta o *servitutum servire*. No tocante à sua proveniência, tão-sòmente se nos revela o nome de PLAUTO. Fui achar o tópico nos *Cativos*, 2, 3, 31. A frase latina reza dêste modo: «*Me hic valere et servitutum servire huic homini optimo.*» Temos aqui realmente um pleonasma na sua caracterização mais direta. O complemento objetivo outra coisa aí não é que a substância da ação verbal,

1. Aliás «*bellum bellare*» escreveu Tito Lívio, VIII, 38.

2. *Instit.*, IX, 3: «Cum supervacua oneratur adjectione, vitium est; cum *augel* manifestam sententiam, sicut hic, *virtus*: *Vidi, ipse, ante oculos, totidem sunt affectus*. Cur tamen haec proprie nomine tali notavit non video; nam et geminatio, et repetitio, et qualiscumque adjectio, *pleonasmos* videri potest.»

reiterada cruamente no substantivo, sem a menor qualificação que o modifique. Mas neste caso a intenção literária do escritor, deixou-a êle assaz acentuada. Trata-se de uma criatura que se rende à excelência de outra; e, para traduzir o extremo da submissão, com que se lhe vota, carrega-se a mão na frase, juntando a *servire* o *servitutum*. Como se dissesse: *servi-lo cativamente*.¹

Dessas redundâncias intencionais, quase sempre ditadas pelo intuito de colorir ou avigorar um sentimento, um pensamento, um movimento, há vestígios tão remotos quanto os primeiros monumentos das letras humanas. Falando em *aves de pena*, mais não fazia o padre VIEIRA² que tirar em português o *volatilia pennata* de DAVI.³ Haverá quem não sinta, nas mais remotas cenas de Bíblia, a energia do *morte morieris* no primeiro mandamento do SENHOR ao homem recém-criado?⁴

Nos autos de GIL VICENTE pululam essas expressões ora de inspiração literária, ora de mero sainete popular: «Dor dolorosa.» [Obras, I, 314.] «Remo meu remo.» [Ib., 316.] «Sei muito certo sabido.» [Ib., 328.] «Tão enganados enganados.» [II, 54.] «Sou fidalgo afidalgado.» [III, 116.] «Gozar o gozo.» [III, 111.] «Triste tristura.» [III, 282.] «Todo inteiro.» [Ib., 289.] «Prazer alegre.» [Ib., 337.] «Sorretício engano.» [Ib., 390.]

Poderia folhear qualquer outro clássico. Folhearei de todos aquêles, onde mais exuberava a riqueza da nossa linguagem: o padre VIEIRA. É a cada passo: «Legítimo direito.» [Serm., I, 325.] «Universal para todos. Universal de todos.» [Obr. Inéd., 161.; Serm., I, 337; VI, 45. Cart., II, 98.] «Segurança segura.» [Serm., vol. I, 352.] «Ignorante ignorância.» [Ib.,

1. Essa *geminatio* reitera PLAUTO no *Miles Gloriosus*, II, 1, v. 95 «Nam ego haud diu apud hunc *servitutum servio*.»

2. *Sermões*, v. I. [Ed. de 1854], pg. 240.

3. *Salm.* LXXVII, 27.

4. *Genesis*, II, 17: «In quocumque enim die comederis ex eo *morte morieris*.»

166.] «Subir para cima.» [*Ib.*, 362. V, 253.] «Novidade nova.» [*Ib.*, v. II, 194.] «*Sempre há perpétua* noite.» [*Ib.*, 205.] «Obedientíssima obediência.» [*Ib.*, 259.] «Sair o demônio fora.» [*Ib.*, 347.] «Se repete duas vezes.» [*Ib.*, 381.] «Cegueira mais cega.» [*Ib.*, 347.] «Vagares de tempo.» [*Ib.*, v. III, 163.] «Forte força.» [*Ib.*, 192.] «Recolheu-se para dentro.» [*Ib.*, 192. V, 48. VI, 11.] «Que assombro de maravilha.» [*Ib.*, v. III, 197.] «Instante de tempo.» [*Ib.*, 251.] «Momento de tempo.» [*Cartas*, v. IV, 132.] «Ver com os olhos.» [*Serm.*, v. III, 308 ; v. IV, 24 ; v. V, 38, 134. *Cartas*, v. II, 69.] «Amargura tão amarga.» [*Serm.*, v. III, 372.] «Descer para baixo.» [*Ib.*, v. V, 183, 253.] «Glória gloriosa.» [*Ib.*, v. VI, 105.]¹

58. — Já vê o meu respeitável mestre que me não assustam, nem me repugnam de todo os pleonasmos. Mas porque os bons autores os perpetraram à larga, obedecendo ao tino do seu gênio, à inspiração do seu gosto, ao conselho da sua experiência, concluiremos que à sombra dêsses se legitimem todos os pleonasmos? que os não haja ridículos, enxacocos, desazados, indefensáveis?

No vulgo dêsses não estará o que marcia o projeto no art. 8.º da *Lei Preliminar*? Quer-me parecer que sim. Justificou-o o professor CARNEIRO? Não. Pôs-lhe ao lado os que supôs ter descoberto em CÍCERO, em PLAUTO, em TERÊNCIO, em FERNÃO LOPES, em A. HERCULANO. Isso, porém, não basta. Mil recursos literários há, de que só os bons escritores sabem fazer uso acertado.

«A lei nacional», diz-se no projeto, «*regerá o regímen* dos bens.» Qual a *necessidade*, a que esta redação corresponde?

1. São de FILINTO: uso usado [*Obras*, v. I, p. 228] e *prosíssimas* *prosas*. [*Ib.*, v. V, p. 249.] CAMÕES disse: «A vista o vê.» [Ode VI. *Obr.*, v. II, p. 105.] «Exit foras», escreveu TERÊNCIO [*Phorm.*, V, 1, 20], «foras quempiam *excludere*» [*Eun.*, I, 2, 18], «*extrudere foras*» [*ib.*, IV, 5, 11]; «*evo-mere forasque projicere*» [CÍCERO. 2. *Catil.*, 1]; «*mulierem excludam foras*», PLAUTO. *Miles Gloriosus*, VI, 1.]

Nenhuma. Qual a intenção, que a ditou? Nenhuma. Qual a vantagem, com que beneficia o texto, em clareza, elegância, ou energia? Nenhuma. Logo, não tem lugar. Deve sumir-se.

§ 5.º

ART. 105

TAUTOLOGIA

59. — Pretende o Dr. CARNEIRO haver eu escrito esta coisa: «Haverá *simulação* nos atos, quando as partes os tiverem *simulado*.»

Se tal baboseira me saísse advertidamente da penz, devia o meu ilustre mestre, por caridade para comigo e as letras pátrias, exigir a minha aposentadoria literária, com inscrição entre os inválidos incuráveis da arte de escrever.

Felizmente a assacadilha outra coisa não é que um recurso de mau jôgo, uma chança de mau gosto.

Postos lado a lado o art. 105 e a minha emenda, ficará de manifesto o que se deu.

Projeto :

Substitutivo :

«Art. 105. Haverá *simulação* nos atos entre vivos :

«Art. 105.

«I. Absoluta, quando as partes os tiverem celebrado sem intenção de realizar o ato aparente, ou qualquer outro.

.....

«II. Relativa, quando as partes os tiverem disfarçado, na intenção de realizar outro ato de diversa natureza.»

«II. Relativa, quando as partes os tiverem *simulado*, para encobrir ato diverso.»

O membro capital do período, que o iníquo censor articulou ao n. II, isto é, a sentença onde se diz que «Haverá simulação nos atos entre vivos», está nas palavras preambulares do artigo. Êste depois se forqueia em três parágrafos, sendo que, dentre êles, no segundo é que se achava a palavra *disfarçado*, cuja alteração me pareceu conveniente. Rejeitando-a, pois, substitui-a pelo vocábulo «*simulado*», sem dar tento a que a oração, onde ficara, tinha de encontrar com aquela onde se enceta a definição legal de *simulação*.

Aqui entra pelos olhos o lapso da atenção, o resvalo da pena, a que deu lugar a bifurcação do período. Todo o juiz de mediana consciência reconheceria para logo no fato um descuido, tanto mais natural quanto êsse imenso trabalho de fundir novo projeto, e apostilar em mais de quinhentas notas o antigo, ocupando, no *Diário do Congresso*, 196 páginas infólio, com 392 colunas, se encetou e concluiu, por obra exclusiva de um homem, em menos de quarenta dias.

Essa justiça vulgar, porém, não me soube fazer o meu velho mestre. Também lho não tenho a mal. A musa da gramática não conhece entranhas.

§ 6.º

ART. 107

COLOCAÇÃO DE PRONOMES

60. — Não é revide a mim esta nota do professor CARNEIRO, senão resposta dêle a si próprio.

Estava o artigo redigido assim :

« Se a simulação fôr absoluta, sem que tenha havido intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposição de lei, e fôr assim provado a requerimento de algum dos contraentes, — *se julgará o ato inexistente.* »

A essa construção opus eu esta lição categórica do professor CARNEIRO :

«NÃO SE COMEÇA FRASE ALGUMA em português pelas variações pronominais oblíquas *me, te, se, lhe, lhes, nos, vos, o, a, os, as*¹.»

Acareada assim com o texto parlamentar a regra filológica, a ilação era irresistível. Em «*se* julgará o ato inexistente» se me antolhava uma frase principiada por uma das variações pronominais oblíquas enumeradas pelo Dr. CARNEIRO nesse tópico do seu tratado. Logo, estava errada a frase.

Por quê ? Porque eu devia de supor certo o cânon formulado pelo mestre.

Acode, porém, êle agora a dizer que a gramática da comissão é que é correta.

Logo, a regra do mestre estava errada.

Numa ou noutra alternativa, não foi a mim que êle sentenciou: sentenciou-se a si mesmo: *De ore tuo te judico*².

Onde eu teria claudicado então, na hipótese de estar a razão com a gramática atual do professor CARNEIRO, contra a anterior gramática dêsse mesmo professor CARNEIRO, seria em haver pôsto nímia confiança no meu diretor gramatical. Supunha haver-me fiado num gramático, e de uma ventoinha é que eu fizera confiança. Ainda mal.

1. *Serões Gramaticais*, p. 339. E de acôrdo com esta norma, qualifica de *brasileirismos* [*Serões Gram.*, p. 355] as expressões *me parece, me perdoe, me deixe*.

Ora o êrro que aí se aponta, se êrro é, não será peculiar ao Brasil. CASTILHO ANTÔNIO escreveu:

«Este símile da física, tão sabido de tôda a gente, explica, *me parece*, com assaz de propriedade, o como...» [*Fausto* p. xv.]

«Faz-me tudo isto
Confusão tal, que sinto, *me parece*,
Galgas de azenha a andar-me no miolo.»

[*Ib.*, p. 135.]

Ver, adiante, nota ao n.º 65, neste mesmo parágrafo.

2. LUCAS, XIX, 22.

61. — Estou a ver, enfim, que as suas idéias, neste assunto, continuam em evolução. Em 1881, quando estampou a sua *Gramática Portuguesa Filosófica*, não tinha o eminente professor rumo nenhum quanto às regras de inserção dos pronomes na frase. Nove anos depois, época em que deu a prelo os *Serões Gramaticais*, com o subtítulo de *Nova Gramática Portuguesa*, parecia traçada em definitiva a sua carta de marear entre êsses escolhos do nosso idioma. Expungira o seu escrever das nódoas que, nesta matéria, o inquinavam, e uma série de regras precisas indicava aos estudiosos da vernaculidade a maneira de o seguirem. Doze anos mais tarde, porém, entra o legislador a repudiar a sua segunda legislação, e a promulgar terceira. Muda assim de clave segunda vez. Durar-nos-á mais tempo a sua última versão da verdade?

62. — Mas não antecipemos. Neste particular teremos ao diante oportunidade melhor de lhe estudar as variações.

Basta por agora relevar um ponto. Confessa o Dr. CARNEIRO ser «a *construção mais comum*» a por mim preconizada. Em que seja «a *única verdadeira*» é que êle não concede.

E por quê? Porque em RODRIGUES LÔBO, VIEIRA, BERNARDES e FERNÃO MENDES PINTO catou cinco exemplos favoráveis à variante do projeto.

Nesse caso, porém, é levar o alvião ao seu regimento gramatical dos pronomes; visto como, dos preceitos que estabelece, não haverá três, que resistam a semelhante prova, três contra os quais se não pudesse fazer alardo mais numeroso de textos autorizados. É o que, há muito, demonstrou, pôsto nem sempre com justiça e critério, BATISTA CAETANO.¹

1. *Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa* [Rio de Janeiro, 1881], p. 7-121.

63. — Aliás, dessas normas gramaticais, uma das mais seguras vem a ser a renegada hoje pelo Dr. CARNEIRO; a tal ponto que, depois de longas pesquisas com respeito ao assunto, nestes termos se resume o Sr. JOÃO RIBEIRO :

«As únicas regras que parecem não excetuadas são: a que impede de principiar a frase com a variação pronominal e a que ordena a anteposição com a negativa.»¹

BATISTA CAETANO, com ser o mais indômito rebelde à tirania gramatical, e consagrar cento e quinze páginas à demonstração de que as regras sobre o colocar dos pronomes quase tôdas claudicam ante o bom senso e o uso clássico, apenas excetua quatro, uma das quais é essa. Diz êle :

«NUNCA se deve começar oração por pronome proclítico : «Me parece impossível; o digo com franqueza; te faz mal; ou te fará mal; a farias assim mesmo?; lhe cabe a vez agora; se tem dito por aí; vos embaraceis debalde; me querendo mal; me maltratara sem motivo; me deixaste ou me deixarias assim?; nos tirar o que é nosso é mau; me perdoar a ofensa; se passaram muitas coisas; se arranjam por lá; o quisesse Deus! o acharemos em casa.» Dêstes castelhanismos com efeito não há exemplo nos clássicos.»²

Todos os nossos gramáticos, ainda os mais modernos, reputam fundamental êsse cânon. JÚLIO RIBEIRO, por alguns preconizado neste debate como o maior dos nossos, é peremptório :

«O pronome objeto, o pronome em relação objetiva adverbial e a partícula apassivadora SE nunca devem começar a sentença. Seria incorreto dizer: Me querem lá. — Te vejo sempre. — Nos parece. — Vos ofereço. — Lhe digo. — Lhes peço. — Se contam coisas feias. — Se diz que êle vai. Deve-se dizer: Querem-me lá. Vejo-te sempre, etc.»³

1. *Estudos Filológicos*. Nova edição. Rio de Janeiro, 1902, p. 230.

2. *Rascunhos*, p. 122.

3. *Gramát. Portug.*, ed. de 1900, p. 255.

Já PACHECO JÚNIOR e LAMEIRA DE ANDRADE ensinavam: «Não se deve começar uma oração pelo pronome em relação objetiva (*me parece, te disse, lhe falei*).»¹ PAULINO DE SOUSA, na sua *Grammaire Portugaise*, § 62, do mesmo modo estabeleceu que «nunca deve uma frase começar pelo pronome regimen». Na gramática de LAMEIRA DE ANDRADE a proibição é terminante: «Não se deve começar uma oração ou sentença pelo pronome em relação objetiva, adverbial (*me parece, te disse, lhe falei*) e nem também com a partícula apassivadora *se* (*se contam coisas horríveis*).»² E, por derradeiro, a mais recente de todas, a de JOÃO RIBEIRO, assim se exprime: «Nunca se começa frase ou membro de frase com o pronome oblíquo: *Me dê, me faça*, etc. São brasileirismos, que devem ser evitados.»³ O veto é, portanto, digamos assim, universal.

64. — Verdade seja que, a muito catar, deu o professor CARNEIRO com cinco gemas clássicas, em que estriba os seus embargos. Mas, se êsses raros casos bastassem, para invalidar a regra, não sei se, neste assunto, haveria preceito, que sobrevivesse a pesquisas aturadas e cuidadosas.

Temos exemplos. «Uma das regras mais rigorosas da syntaxe», reconhece-o BATISTA CAETANO, «é a que exige pronome anteposto aos verbos em todas as orações do *que* relativo ou conjuntivo.»⁴ O professor CARNEIRO está por isso.⁵ Pois bem: querem ver quantos lances da literatura clássica o contestam?

Aí os têm:

«Que essas cãs
Tornaram-se canas vãs»

[GIL VICENTE, v. II, p. 162.]

-
1. *Noções de gramát. portug.* [Rio de Janeiro, 1887], p. 493.
 2. LAMEIRA DE ANDRADE. *Gramát. da Líng. Portug.* [1894], p. 619.
 3. *Gramát. Portug. Curso Superior* [Rio, 1901], p. 203.
 4. *Op. cit.*, p. 36.
 5. *Serões*, p. 359.

«De sorte *que* Cristo *defendeu-se* do diabo com a escritura.»

[VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 272.]

«De sorte que a principal diferença que então houve, e hoje há, entre Miguel e Lúcifer, é *que* Miguel *chama-se* S. Miguel.»

[*Ib.*, v. III, p. 229.]

«O certo é *que* em Lisboa *ouvem-se* os repiques e no exército *sentem-se* as feridas e *experimentam-se* as faltas.»

[VIEIRA. *Cart.*, v. II, p. 37.]

«Acrescento *que* mandou-me sua alteza falar.»

[*Ib.*, v. VI, p. 23.]

«Notou S. Pascásio *que* este mesmo rei da nossa parábola, quando se diz que fêz as vodas a seu filho, *chama-se* rei homem.»

[VIEIRA. *Serm.*, v. V, p. 314.]

«A bula de 12 de outubro chegara tão tarde a Lisboa *que*, estando de partida, o tempo *ter-lhe-ia* faltado para a fazer executar.»

[A. HERCUL. *Hist. da Inquis.*, v. II, p. 294.]

Também sempre se acreditou entre os vernaculistas que o *porque* obrigasse à anteposição do pronome. E sempre se teve por tão sólida essa lei gramatical, que uma das nossas mais eminentes autoridades, o Sr. JOÃO RIBEIRO, na derradeira edição da sua gramática, se pronuncia nestes termos: «Só há três regras, *em que a anteposição é obrigatória*: 1.º Nas negativas. 2.º Nas subordinadas *de QUE e suas variações, qual, cujo, PORQUE, contanto que...*»¹

1. *Gramát.*, p. 205.

Muitos exemplos em contrário se poderão, contudo, achar nas mais altas autoridades. Vê-los aí :

« *Porque* hoje *pregam-se* palavras e pensamentos. »

[VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 259.]

« *Porque* os vícios *acham-se* também nos católicos. »

[*Ib.*, v. II, p. 257.]

« *Porque*, se verdadeiramente o foram, *tiveram-nos* sem dúvida em suas casas e aldeias. »

[VIEIRA. *Ap. B. CAETANO*, p. 35.]

« Nunca pôde saber novas dêle, *porque*, inda que alguns foram onde pousava, *encobria-se* de feição, que creram que era outro. »

[F. DE MORAIS. *Palmeirim. Ap. B. CAETANO*, p. 34.]

« *Porque* os paços de Larnentor *acabaram-se*. »

[BERNARDIM. *Men. e Moça*, c. 28.]

« *Porque* a decisão da maioria que estabeleceu a nova disciplina *estribava-se* naturalmente nessa distinção. »

[A. HERCULANO. *Casam. Civ. Estudos*, p. 73.]

« Não. . . *que* eu *escrevi-o*, pensando já em ti. »

[CASTILHO. *Colóq.*,¹ p. 232].

Outra. O advérbio *ali*, segundo o Dr. CARNEIRO e toda a gente que escreve português, impõe a próclise do pronome.²

1. *Colóquios Aldeões*. Pôrto, 1879. O *que*, neste excerto, faz de *porque*.

2. CARNEIRO. *Serões*, p. 338.

Todavia LATINO COELHO, que êle me opõe¹ como «*limado sempre*», lá escreveu nos seus *Elogios Acadêmicos*:

«*Dali encaminhou-se Humboldt à pequena fortaleza.*»²

E tinha exemplo em autor não menor que M. BERNARDES:

«*Ali São Pedro teve-se com Malco.*»

[*N. Floresta*, v. IV, p. 207.]

Mais. Também o *aí*, segundo o professor CARNEIRO [*Serões*, p. 338], obriga à anteposição do pronome. Entretanto, ALEX. HERCULANO redigiu :

«*Daí a pouco sentiu-se o galopar de um cavalo.*»

[*Eurico*, XVII, p. 264.]

«*Daí a pouco a sua voz esganiçada ouvia-se.*»

[*O Bôbo*, IV, p. 68.]

Ainda. O *agora*, pela regra do professor CARNEIRO [*loc. cit.*], determina a mesma construção. Ora, não faltam exemplos magistrais em sentido oposto :

«*Agora dá-se quando está imortal e glorioso.*»

[VIEIRA. *Serm.*, v. VI, p. 366.]

«*Agora dá-se quando está no céu.*»

[*Ibid.*]

«*Agora trata-se de outra coisa.*»

[A. HERCUL. *O Monásticon*, tom. II, p. 189.]

Não é tudo. O advérbio *como*, na lição do professor CARNEIRO [*loc. cit.*] tem o mesmo efeito. Sem embargo, A. HERCULANO escreveu :

«*Mas como vingar-se ?*»

[*O Bôbo*, XI, p. 194.]

1. V. supra, nota ao art. 4.º [§ 3.º]

2. *Alexandre de Humboldt* [Lisb., 1876], p. 341.

Ainda mais. Ao advérbio *assim* atribui o Dr. CARNEIRO [*loc. cit.*] a mesma influência antepositiva em relação ao pronome. Ora não me custou muito achar em contrário autoridades como estas :

«E *assim* devemos-lhe retôrno.»

[M. BERNARDES. *Nova Flor.*, v. II, p. 167.]

«*Assim* durante muito tempo *conservou-se* em silêncio.»

[A. HERCUL. *O Bôbo*, IX, p. 156.]

Não acabei. *Aqui* e *lá* ensina igualmente o Dr. CARNEIRO [*ibid.*] exigirem a próclise. Mas da ênclise, ao revés, usaram, com êsses advérbios, três dos maiores clássicos portugueses :

«*Lá* *come-se* Deus exposto e descoberto, *aqui* *come-se* coberto e encerrado.»

[VIEIRA. *Serm.*, v. V, p. 311.]

«*Aqui* *trabalha-se*.»

[CASTILHO. *Camões*, ed. de 1849, p. 213.]

«*Aqui* S. Antônio *teve-se* com S. Pedro.»

[BERNARD. *N. Flor.*, v. IV, p. 207.]

«De os hábitos *lá* se meterem, *pode-se* seguir *lá* tirarem *se*.»

[*Ib.*, p. 325.]

Por último, a mesma regra põe o Dr. CARNEIRO quanto à ação gramatical do vocábulo *cada* [*Serões*, p. 337], ao passo que ANTÔNIO DE CASTILHO pensava contrariamente :

«Todavia, *cada* uma daquelas diversíssimas encarnações *conhecia-se*.»

[*Camões*, p. 195.]

65. — Resumamos. A tôdas as regras, pois, concernentes à inserção dos pronomes oblíquos haverá sempre meio de contrapor alguns exemplos autorizados por bons escritores. Dentre essas regras há três ou quatro, que passam com fundamento como absolutas. Uma delas é a que veda abrir jamais frase, ou membro de frase, com o pronome régimen. A respeito desta não há gramático dissidente. Todos [inclusive o Dr. CARNEIRO no seu tratado gramatical] a qualificam de inviolável. Foi em nome dela que censurei a redação do art. 107. A essa mesma, porém, sem confessar que se estava emendando a si mesmo, quando me vinha emendar, opõe agora o professor CARNEIRO meia dúzia de trechos clássicos. Eu poderia aditar-lhe a colheita com vários outros.¹ *Quid inde*, porém? Seguir-se-á que êsse cânon seja falso? Não. Nenhum existe, na syntaxe, inclusive até os mesmos que estabelecem a concordância inevitável do verbo com o sujeito, a que não contradigam, na literatura dos mestres da língua, anomalias, mais ou menos raras, mais ou menos frequentes, devidas umas a incorreções de oficina, outras a negligências dos próprios escritores. É sem dúvida, contudo, que essas leis nem por isso se combalem, quando bem assentes na tradição geral do idioma e formuladas segundo as boas normas científicas da indução extensivas à linguagem humana.

1. Aqui têm :

«Este é um caso (*me parece*) dos em que se deve advertir.»

[M. BERNARDES. *Nova Flor.*, II, p. 7.]

«Sendo êste ilustríssimo varão convertido e batizado pelo papa S. Alexandre, *lhe* perguntou o tribuno Quirino.»

[*Ib.*, p. 89.]

«Tu irmão (*lhe disse*) não te turbes pelo que viste.»

[*Ib.*, p. 129.]

«E ditas estas palavras, *se tornou* ao estado natural.»

[*Ib.*, p. 130.]

«Antes que vós me afogueis, *vos* afogo.»

[*Ib.*, p. 211.]

Vai ainda uma prova. Deixe-se um momento o sinclismo pronominal, para a êle volver logo depois. Não há verdade mais absoluta em nosso idioma que a estabelecida como inabalável em relação ao pronome *se* na voz média passiva. Exercendo aí aquela partícula a função de apassivar o verbo, fôrça é levá-lo ao plural, quando neste se acha o sujeito. Dêste assunto discorreu o professor CARNEIRO eruditamente cêrca de vinte páginas no seu primeiro tratado gramatical, esteando em considerações luminosas a conclusão de que ao presente ninguém discrepa¹, e que êle substancia nesta nota, realmente decisiva: «*Em nenhum caso se encontram em bons escritores antigos ou modernos exemplos, como os seguintes: Nomeou-se comissões; vendeu-se muitas flores.*»²

Só um, de feito, creio eu, se havia sacado à luz contra aquella tese: o de JOÃO DE BARROS, que, na *Década III*, escreveu: «*Nas terras novamente descobertas primeiro se nota pelos mareantes que as descobrem os perigos do mar.*» Dêle, porém, se descarta o professor CARNEIRO, e cuido que com razão, lançando-o à conta das negligências de tipografia.

Mas as minhas leituras me foram deparando muitos outros. Aí os têm:

«Nom he razom que *se tenha ceúmes.*»

[D. Duarte. *Leal Conselheiro*³, p. 253.]

«Informado o emperador mais da nobreza que da virtude do pregador^{*} *lhe ofereceu...*»

[*Ib.*, p. 215.]

«Estando neste conflito, *lhe* appareceu o mesmo anjo.»

[*Ib.*, p. 201.]

«O que feito *se fêz* à vela.»

[Góis. *D. Emanuel*, fol. 94.]

Outros exemplos semelhantes em BERNARDIM, *Menina e Moça*, p. 59, 107, 163, 164.

1. *Gram. port. filos.*, p. 181 e segs.

2. *Ibid.*, p. 182.

3. Ed. de ROQUETE, Paris, 1842.

«De quem tão grandes *cousas se esperava.*»

[CAMÕES. *Eleg. X. Obr.*, v. III, p. 46.]

«Por quem o mar e a terra se governa.»

[CAMÕES. *Égl. I. Obr.*, v. IV, p. 8.]

«E já que são tão incertos
Teus ditos para se *crer.*»

[CAMÕES. *Auto dos Anfitri.*, III, 2. *Obr.*, v. VI, p. 134.]

«Para que se veja os poderes que tinha no peito
de Cristo.»

[VIEIRA. *Serm.*, v. IV, p. 167.]

«Se nessa terra se permitisse alguns destes falsos
evangelistas, ajuntariam muitos discípulos.»

[FR. LUÍS DE SOUSA. *Vida do Arceb.*¹, II, c. 7.]

«Era necessário *ter-se primeiro alguns cumprimentos*
com o capitão d'El-Rei de Bisnagá.»

[COUTO. *Déc.*, IV, l. I, c. 2.]²

«Ao compasso de uma mão se ajunta muitos
coros.»

[VIEIRA. *Obr. Inéd.*, p. 143.]

«Ver como ela para atrair emprega o de que
mais se *namora os sentidos.*»

[CASTILHO. *Felicidade pela Instrução*³, p. 14.]

1. Ed. de Braga, 1890, V. I, p. 224.

2. Ed. de Lisboa, 1778, V. I, p. 11.

3. Lisboa, 1854. Note-se que êsse voluminho finaliza com uma errata minuciosa, e, todavia, aí não se contempla êsse êrro.

Aí estão, pois, não menos de nove exemplos, que, com o de BARROS, somam dez. É cópia maior que a dos alegados pelo Dr. CARNEIRO em defesa da redação dada ao projeto neste artigo.¹ E ainda outros se encontrarão adiante, nesta réplica, em o n. 279.

Concluem os seus exemplos? Então concluem igualmente os meus, e vai ficar desde hoje promulgada aos solecistas a franquia, em cuja posse os turbavam, de anunciar: *Aluga-se cavalos, vende-se casas*.

§ 7.º

ART. 9.º [LEI PRELIMINAR]

PÁTRIA,

NACIONALIDADE

66. — Do art. 8.º da *Lei Preliminar* saltara o Dr. CARNEIRO ao art. 105 do cód. civil. Ocupou-se em seguida com o art. 107. Agora de outro salto regressa à *Lei Preliminar*, em cujo art. 9.º se vai deter.

Estranha desordem a destas idas e venidas, a dêstes avanços e recuadas, que mal se saberiam explicar, não figurando alguma transposição de originais ou provas na imprensa. Tenho experiência do que são tipografias; porque nelas e com elas hei vivido. Conheço-lhes as baldas, os logros, as surpresas; e por isso a ninguém recusaria o benefício dessa escusa, ainda, como neste caso, antes que ma ofereçam.

Mas, isso de parte, a Deus graças que, já neste artigo, me dá o Dr. CARNEIRO a vez primeira o gôsto de achar-me bem avisado, aderindo à redação por mim proposta, que antepõe à outra, aliás favorecida, ao mesmo passo, com os foros de «correta».

1. Ver outros exemplos, do mesmo êrro, neste meu trabalho, adiante, parte I, § 75.

§ 8.º

ART. 10

ECOS EM ão

67. — Lança-me aqui em rosto o emérito professor que, apesar de hostil às assonâncias, não me livro de cair «no mesmo vício de harmonia» por mim argüido aos redatores do código. Fôsse exato o reparo, e o de que devia tratar o distinto professor, era de fazer à minha redação o que eu àquela fizera: emendá-la. A seu juízo, porém, o que importa ao bem do código civil e ao crédito das nossas letras, é vindicar as desarmonias do projeto, dando comigo também na filarmônica da zanguizarra.

Vejamos se o logrou.

68. — Ninguém, estando em si, podia atribuir-me a veleidade insensata de banir da língua portugüesa as desinências em ão. Entre os redatores do código civil não vejo a quem coubesse endereçarmos a petição do CAVALEIRO DE OLIVEIRA a certo ortografista de grandes arrojios: «Cuide muito no remédio que há de dar para extinguir os vocábulos portugüeses em ão, como *ingratidão*, *traição*, *cavilação*, *negação*, *oposição*, *destruição* e outros semelhantes, que se praticam com grosseria, com fealdade e com descrédito da graça, da autoridade e da fineza da nossa língua.»¹ Tão longe não há de pôr a mira quem não houver perdido o juízo; nem me parece que tamanho mal venha dêsses vocábulos, quando por tal arte empregados, que evitem retumbâncias malsoantes. Contento-me, pois, naquilo que me corre por casa, em fugir ao descrédito, à fealdade e à grosseria, de que falava o velho portugüês.

1. *Cartas*, v. I, p. 92.

Sempre se teve êsse gênero de ecos pelos mais desairosos à harmonia do escrever. Há mais de século e meio que ANTÔNIO DE MELO DA FONSECA os levara à chalaça no seu *Antídoto da Língua Portuguesa*, e entre nós, durante o último quartel da monarquia, certo deputado lhes deveu risível celebridade.

MELO DA FONSECA exemplificava essas diabruras do ão na prosa nacional em um relanço típico: «O nosso capitão, fulano Galvão, encontrou um Rumecão, e, dando-lhe um empurrão, o botou logo no chão; e os seus, vendo caído o seu capitão, fugiram para a povoação.»

Lendo em voz alta o trecho, quem quer que o faça inteligentemente, no mesmo ponto advertirá em que as pausas naturais da voz o dividem assim:

O nosso capitão
fulano Galvão
encontrou um Rumecão,
e, dando-lhe um empurrão,
o botou logo no chão;
e os seus,
vendo caído o seu capitão,
fugiram para a povoação.

Vai por aí aos trambolhões o metro; mas o ritmo é bem sensível, e as marteladas periódicas do ão fazem daquilo mau verso, verso que se desbocou do freio, mas verso trovejantemente rimado no tropel do seu chouto.

Já se está, pois, a ver que o em que se faz reparo, não é no uso de palavras terminadas nesse final, mas na sua distribuição em rima através da prosa. Aqui bate o ponto.

Nem a outra coisa deu jamais alguém o nome de *assonância*, ou *eco*.

Eco, escreve AUGUSTO FREIRE, «é a concorrência próxima de sílabas fortes *rimando* ou *produzindo* consonâncias». Exemplifica: «Posta a proposição à votação, foi aprovada por aclamação.»¹ «É conveniente evitar o eco e as palavras homófonas», diz FRANCISCO BARATA, «*por darem a lembrar prosa rimada.*»²

Não tem a mesma clareza a definição, que nos dá o professor CARNEIRO dêsse achaque da linguagem, classificando-o como «o concurso dos mesmos sons». Certo é, porém, que o inclui entre os *vícios da linguagem*,³ e, nas amostras que expõe, assaz o caracteriza. Ei-las: «Coração são de paixões. De longe *venho* porque *tenho empenho* de te ver. *Clemente sente* constantemente dores de *dente.*»⁴

Não pode, logo, haver dúvida que, se a redação do projeto do código civil tivesse precedido à dos *Serões* do ilustre filólogo, com aquêles exemplos emparelharia, no seu tratado, o artigo 200 do trabalho parlamentar agora por êle defendido, onde se manda transcrever na escritura antenupcial

«o instrumento do consentimento do casamento integralmente.»

Dir-se-ia terem sido lançados ao papel sob a mesma inspiração musical êsse trecho e o mais interessante dos exemplos reunidos no livro do professor baiano:

«*Clemente sente* constantemente dores de *dente.*»

Pena é que por êsse artigo varasse calado o meu eminente mestre, em vez de utilizar a oportunidade, para abjurar as suas lições gramaticais de 1890, como faz no tocante à mazela, ainda mais feia, das consonâncias em *ão*.

1. *Gramát. portuguesa* [S. Paulo, 1894], p. 416.

2. *Estudos da língua portuguesa* [Lisboa, 1872], p. 50.

3. *Serões Gramaticais*, p. 346.

4. *Ib.*, p. 348-9.

Exemplificara-as, de feito, o Dr. CARNEIRO, nos seus *Serões*, com êste passo de um escritor obscuro, tomado ao opúsculo de FRANCISCO BARATA: «Lançar habilidosamente mão, entre um sem-número de *razões* que resolvam a condenação, da que com o auxílio de uma interpretação vem a favorecer o réu, e o faz merecedor de perdão, talento é superior e sempre digno de condenação.»

Eis a fealdade apresentada pelo gramático aos seus alunos, porque a não imitem, ficando certos de que, até em poesia, o eco apenas «é tolerado» mas, ainda assim, «quando empregado com gosto.»¹

Discípulo costumado a acatar o meu velho mestre, devia eu dêle prometer-me nota ótima pela diligência com que, observando-lhe o ditame, expurguei do projeto os ecos em *ão*. Engano. A menção honrosa, que lucrei, foi ver o mestre carregar-me o sobrecenho, absolvendo o projeto da tacha, que lhe impunham os *Serões*, amarrando-me ao peloirinho dos rimadores de prosa em *ão*, e expondo os manes de LATINO COELHO à profanação lamentável de ombrearem, na apologia do projeto, com os heróis de JOÃO ROSADO DE VILLALOBOS e ANTÔNIO DE MELO DA FONSECA.

Pois não lhe dou as mãos. A outras a palmatoada. Realmente o caso era de perguntar ao mestre se, quando, nos seus escritos, estatuiu leis gramaticais, foi para induzir em erro os que as observassem, e ter então o gáudio singular de os esmagar, esmagando-se a si mesmo.

69. — Pegue-se do projeto, que se discute, num dos artigos onde tipicamente se desenvolve a versegadura da prosa rimada em *ão*, e à primeira vista logo se reconhecerá que parecem do feitio do mesmo JOÃO ROSADO DE VILLALOBOS, cujo excerto o Dr. CARNEIRO, no seu livro, encomenda à memória de seus alunos como exemplo do vício reprovado.

1. Dr. CARNEIRO. *Ibid.*, p. 349.

Eis o art. 179 :

«Não importa interrupção
da prescrição
a citação
nula por vício de forma
por circundução
ou por perempção
da instância ou da ação.»

E o art. 1.678 :

«E' válida a disposição
para a criação
de uma fundação...»

Colocado como aí está o *ão* no fraseado, coincide, pelo ritmo natural da frase, com os pontos onde a voz se acentua, e em cada um dêles faz rima.

Dar-se-á o mesmo com os tópicos de VIEIRA e LATINO COELHO trazidos para exculpar os redatores do projeto ? Nada menos.

Vêde como se decompõe, no dizer, o primeiro dêles :

«*Não* há velha
tão carregada de anos,
nem velho
de *tão* podres membros,
que *não* tenham
coração *são*.»

Nenhum dos *nãos* e dos *tãos* consoa aí com os seus antecedentes ou subsequêntes; porque todos se incorporam no comêço ou no meio das sentenças, ou dos membros de sentenças, a que pertencem.

Resta apenas «o coração são». Êste sim. E quem poderia absolvê-lo, viesse de que escritor viesse? Aí não há só o eco, isto é, a rima entre as vogais terminais, nas pausas do discurso, mas ainda a reiteração da mesma consoante no começo das duas sílabas sucessivas, produzindo um efeito risível, um *çãõ são*: «coração são.»

Mas quem não sabe que o ouvido clássico era mui pouco sensível a essas desarmonias? Não há dissonância, em matéria de cacofonias, que se não pudesse autorizar com antecedenças de CAMÕES, VIEIRA, FR. LUÍS DE SOUSA, FERREIRA e os demais exemplares do nosso escrever. As provas dêste aserto são tais e tão repugnantes ao ouvido hodierno, que seria impossível transcrevê-las; porque muitas e muitíssimas *bravent l'honnêteté* com uma simplicidade pasmosa.

FERREIRA poetou:

«Com que a morte de longe *m'ameaçava*»¹,

tendo a cachimônia de assinalar êle mesmo a sinalefa, de que presentemente recuariam os menos cuidadosos versejadores.

Com a mesma facilidade nas elisões opera êle noutro soneto seu esta beleza:

«Já qu'o desejo a mais se não estende»²

E ainda noutro lugar soneteia assim:

«Dos louros imortais que cá ganhastes.»³

FR. LUÍS DE SOUSA escrevia: *nunca delas* [*Vida do Arceb.*, l. I, 10]; com nome [l. I, 26]; por rol [l. I, 18]; por rainha [l. I, c. 19]; por reinos [l. II, 3]; *nunca gastou*. [l. II, 7.]

1. *Sonetos*, l. II, 7.

2. *Son.*, l. I, 33.

3. *Son.*, l. II, 29.

Não percebeu CAMÕES que desafinava, escrevendo : com novo [*Lusíadas*, II, 64]; por roubar-lhe [II, 80]; com nações [III, 18]; por rei [III, 86, 94, IV, 2]; nunca com [III, 100]; formosíssima Maria [III, 102]; por ruas [IV, 5]; com nós [V, 69]; por rostos. [VI, 96.]

Em VIEIRA, abrindo ao acaso, encontro logo: por raro [*Obr. Inéd.*, p. 132]; estima mais [*ib.*, 174]; com novas [*ib.*, 180]; por regra [*Serm.*, v. I, p. 262.]

Pois ouvidos tão duros às asperezas da *cacofonia* podiam lá sentir as inarmonias muito menos graves do *eco*?

70. — Mas isso ainda não é o melhor do caso. Onde está o seu sal, é numa dessas circunstâncias, com que o acaso de vez em quando confunde os que se desviam do caminho reto, para o dos estratagemas e sofismas. Verificou-se, pouco há, que no tópico de VIEIRA apenas havia um *eco*: o que ressoa nas duas palavras contíguas *coração são*. O mestre, como se viu, estranha-me a presunção de querer avantajá-lo em ouvido ao grande pregador, a quem aquilo «*não soou tão desagradavelmente*». Destarte se conforma êle aí, sem reservas, com a audição complacente do padre VIEIRA.

Ora, na mais nova das suas gramáticas, ensinando os seus alunos a se absterem do *eco*, elegeu o Dr. CARNEIRO, já o vimos, para os ilustrar, alguns exemplos típicos desse defeito. Pois bem: o primeiro dêles é justamente a locução agora por êle absolvida ao padre VIEIRA:

«*Coração são.*»¹

Que concluir daqui? Ou que o mestre vai perdendo a memória. Ou que lhe vai falseando o ouvido. Destas duas alternativas não há fugir. Na gramática censura de ouvido perro a VIEIRA. Na crítica de agora me leva a mal sentir essa dureza, e fazer por evitá-la.

1. *Serões Gramat.*, p. 348.

71. — De LATINO COELHO dá-se o mestre ao afã de copiar largo trecho, que deita a treze linhas; e isso em vão; porquanto nesse absolutamente se não verifica o achaque apon-tado. Dez vêzes ali se reproduz o final em *ão*, mas sem con-soar; visto como se acha quase sempre encravado entre outras palavras, com que se amalgama, evitando a rima.

Senão, vejamos. O texto é este:

«A *reformação* da universidade, a que o marquês, nomeado lugar-tenente do monarca, deu a *feição* de uma grande e pomposa festa nacional: a *criação* das escolas menores e a *difusão* do ensino das huma-nidades por numerosas *povações*, órfãs até êsse tempo de escola e de *lição*; a *fundação* regular, pôsto que ainda embrionária, do ensino primário, como uma *instituição* oficial; a *instituição* do Colégio dos Nobres na própria casa, que fôra pouco antes um dos novi-ciados principais da Companhia, lançavam os cimen-tos de uma nova *civilização*.» [LATINO COELHO. *Hist. Pol. e Milit. de Port.*]

Ora, as terminações aí indicadas se distribuem destarte:

«A *reformação* da universidade»
«deu a *feição* de uma grande»
«a *criação* das escolas menores»
«a *difusão* do ensino»
«a *fundação* regular»
«como uma *instituição* oficial»
«a *instituição* do colégio.»

Nunca as sentenças se dividem com o *ão*, ou nêle re-caem as pausas. Não há consonância, portanto, nem uma só vez nesses sete casos. O oitavo, que se dá com o vocábulo *civilização*, no qual o período remata, está *quatro linhas* distante do *ão* anterior, com que aliás, ainda quando perto ou contíguo estivesse, *não poderia consonar*, visto como êsse *ão*, o penúl-timo do trecho transcrito, se funde com as palavras do seu complemento: «a *instituição* do colégio dos nobres.» De

modo que só em um ponto se poderia argüir de eco aquêlê tópico: «numerosas povoações, órfãs até êsse tempo de escola e de lição.» Mas aí mesmo é imperfeita a assonância; porquanto *lição* não faz consoante com *povoações*.

72. — Varrida assim a testada a LATINO COELHO da mazela que lhe irrogou o mestre, ainda menos me custará tirar da minha a assacadilha, que me pôs. Caí eu na mesma desarmonia, de que me queixava, afirma êle, por ter redigido assim, no art. 10, o meu substitutivo :

«Os móveis, cuja *situação* se mudar na pendência de *ação* real a seu respeito, continuam sujeitos à lei da *situação*, que tinham no começo da lide.»

Onde aqui o eco ? Onde ?

Temos três vêzes o *ão* final. Mas da primeira o seu som se perde no meio da sentença que o absorve : «cuja *situação* se mudar». É no verbo *mudar*, não no substantivo *situação*, que aí cai a pausa. Da segunda vez sucede o mesmo; por isso que o vocábulo *ação*, na frase «na pendência da *ação* real a seu respeito», faz corpo com o adjetivo *real*, a êle subsequente, e com as três palavras posteriores, indo a voz descansar em *respeito*. De sorte que o último *ão*, em «lei da *situação*», não tem, antes ou depois de si, final semelhante, com o qual consoe : está sòzinho.

E' o que gràficamente se manifesta, distribuindo o período segundo as pausas da leitura :

«Os móveis,
cuja *situação* se mudar
na pendência da *ação* real a seu respeito,
continuam sujeitos à lei da *situação*,
que tinham no momento da lide.»

Errou, pois, o mestre, errou palpavelmente, fazendo-me injustiça a mim, como fêz a LATINO e a VIEIRA, quando ao cambo das assonâncias do projeto quer juntar, com os dois clássicos a que recorreu, o meu substitutivo. O sábio censor não tem o direito de não saber o que é *assonância*, ou de o esquecer, para se emaranhar em confusões desta marca.

Assonância não há, se as palavras, que a devem formar, não estão de tal jeito postas na frase, que mutuamente se respondam, como se, pela identidade da terminação, fôsem umas repercussão das outras. *Assonar*¹ [temos *assonância*, o substantivo; temos o adjetivo *assonante*; por que não teríamos o verbo ?] *assonar* [se me permitem o neologismo]² ou *consonar*, é soar ou ressoar juntamente, devolver num som análogo, ou igual, o som que se recebe, como, no fenómeno natural da reflexão dos sons, se opera o *eco*, reproduzindo as sílabas extremas da voz, que o acordou. Tão antiga é por isso, quanto as duas palavras, a sinonímia entre *assonância* e *eco*. Já em PLAUTO se encontrava :

«Evion ingeminat, reparabilis *assonat Echo*.»³

OVÍDIO, mais tarde, a exprimia melodiosamente naquele verso das *Metamorfoses*⁴: «Planxerunt Dryades, plangentibus *assonat Echo*.»⁵

Notando que o *eco* apenas «repete as últimas sílabas», acrescentava o velho BLUTEAU: «Não pronuncia o *eco* mais que as últimas palavras, porque como as da voz se proferem sucessivamente, as últimas são de impedimento de não tor-

1. Lat. *assono*, *as*, *are*, ou *adsono*, *as*, *are*.

2. Se temos *consonar*, por que não *assonar*?

3. *Pers.* I, 102.

4. III, 507.

5. Que CASTILHO ANTÔNIO verteu:

«Choraram Drias;
E Eco seu chôro repetiu chorando.»

narem atrás as primeiras.» Como no mundo físico, assim no das letras. Necessário é que a voz se detenha, que sofra ao menos uma pausa no cair da frase, para que se ofereça aberta à ressonância, a qual, na prosa escrita ou falada, constitui o *eco*.

Em vez de quatro *nãos* e *tãos*, como no lance de VIEIRA, podiam ser quarenta. Dispostos como ali se vêem, não consoariam nunca. Dezenas e centenas de vocábulos em *ão* se multiplicariam num escrito, sem produzir uma assonância, contanto que o escritor, no construir o período, os furtasse às cadências do fraseado, envolvendo-os entre outros, predominantes no falar.

Demos que eu escrevesse: «Calmaria ainda *não* vi igual. *Não* sopra o vento; *não* gemem as vagas; *não* murmuram os rios; *não* cantam as fontes; *não* ramalham as árvores; *não* ondeiam as messes; *não* acenam as flores; *não* bolem as fôlhas; *não* trinam as aves; *não* zumbem os insetos; *não* avoejam as borboletas; *não* se move o ar; a luz *não* oscila; *não* se mexem as sombras; a vela *não* se enfuna; o lago *não* se encrespa; o homem *não* respira; como que *não* vive a natureza.»

Dezenove vezes *não* aí teríamos. E, contudo, nem um *eco*. Poderia multiplicar os exemplos ao infinito. Bastará, porém, mais um. Suponhamos que eu descrevesse os males da guerra nestes termos: «Com a guerra, *maldição* do céu e *subversão* do mundo, veio a *exterminação* das vidas, a *assolação* dos campos, a *destruição* das cidades, a *multiplicação* dos crimes, a *barbarização* dos costumes, a *dissipação* da riqueza, a *extinção* do trabalho, a *abolição* das leis, a *perdição* da liberdade e a *glorificação* da fôrça.»

Doze palavras acabam aí em *ão*. E quantas fazem assonância? Nenhuma.

Não se balburdiem, pois, coisas tão distintas. A difamação de um homem de letras, e mais sendo tão mínima¹ criatura como eu, não vale a pena de tamanhas torturas à gramática e ao bom senso.

§ 9.º

ART. 14

«INTRÍNSECA VALIDADE»
CACOFONIAS.

73. — A propósito da minha opposição à «*intrínseca validade*» exarada neste lugar do projeto, o Dr. CARNEIRO, em vez de reconhecer, como lhe cumpria, a procedência irrecusável, incontrovertível do meu reparo, volve ao artifício diversivo de escavar, fora do substitutivo, a minha exposição preliminar, em busca de enxovalhos semelhantes, com que me desautore.

Poderia eu [estava no meu direito] poderia lembrar ao meu inexorável censor que o único objeto legítimo da questão é o meu substitutivo, e que, levantando mão dêle, para esquadrinhar outros escritos meus, o velho mestre exorbita da

1. Antes que me ponham embargos de atentado à syntaxe, atalharei aos críticos o trabalho, por, se acaso os tentar a maldade, não me acharem indefeso. Bem conheço o sentir dos gramáticos eminentes, como JÚLIO RIBEIRO [p. 250, n.º. 438] e outros, que não admitem essa forma de linguagem. Mas em que pese a tais autoridades, sempre a praticaram os nossos melhores escritores.

São de GIL VICENTE: *tão supremos* [Obr., I, p. 192]; *mais derradeiro* [ib., 322]; *mais principais* [ib., 330]; *menos cristianíssimo* [II, 105]; *tão altíssimas* [ib., 412]; *mais impossíveis* [ib., 416]; *tão profundíssima* [III, 388.]

Em CAMÕES se nos deparam: *mais superna* [Obras, v. III, p. 94]; *tão supernos* [ib., p. 99.]

BERNARDES escreveu: *mais imediato* [Luz e Calor, ed. de Lisboa, 1871, 52]; *tão perigosíssimo* [Nov. Flor., II, 326]; *mais universal* [ib., 271.] BARROS: *menos principal* [Déc., v. I, p. 31]; *tão cristianíssimo* [ib., p. 25]; *mui antiquíssima* [I, I, 3; I, IX, 3; III, IV, 1]; *mui altíssimos* [III, II, 5]; DIOGO DO COUTO: *tão fraquíssimas* [Décad., v. I, p. 45.]

esfera literária do assunto, do seu terreno circunscrito, pondo em controvérsia a minha pessoa, e convertendo em luta de amor-próprio um debate limitado ao campo de simples verificação gramatical. Não me quero, porém, evadir aos golpes do sábio magoado. Parar-lhe-ei uma a uma as estocadas.

Também eu, diz êle, escorreguei em cacofonias. Pois sim. Dou-lhe que as houvesse perpetrado. Seguir-se-á daí que devesse ficar no código a *intrínseca validade*? Poder-se-á negar que o meu substitutivo bem merecesse, perlavando o projeto de tão pasmosa desarmonia?

Não. O que se seguia, era cortar sem piedade pelos meus cacófatos, *se êles estivessem no meu substitutivo*, mas cortar por êles, reconhecendo lealmente os do projeto e agradecendo-me o serviço prestado.

Que é, porém, o que fazem os meus antagonistas? Abafam a confissão da falta; e, abandonando o substitutivo, põem-se a varejar-me a exposição preliminar, as notas e até as subnotas, para ter o gosto de ver irmanado nos defeitos o meu ao seu trabalho.

Em VIEIRA pululam: *menos onipotente* [Serm., v. I, 254]; *mais universal* [v. III, 215, duas vezes; v. XI, p. 50; Cartas, v. II, p. 51, e v. III, 151]; *tão universal* [Serm., v. V, 248; Cart., II, 39]; *tão único* [Serm., v. IX, 79]; *tão últimos* [Cart., II, 39]; *mais extrema* [ib., v. III, p. 3]; *tão extrema* [Cart., v. IV, p. 144]; *tão alegres e felicíssimas festas* [Cart., v. III, p. 171]; *tão inumeráveis* [Serm., v. I, p. 61]; *tão universais e tão últimos* [Cart., v. II, p. 39]; *mais extrema* [ib., III, 171]; *tão extrema* [v. IV, 144]; *tão alta e altíssima* [Serm., v. IV, 243]; *tão soberano e supremo* [ib., 260]; *tão impossivelmente maior* [ibid.]; *supremíssimo* [Serm., v. V, 225]; *diviníssimo* [ib., p. 229, 343]; *quão imenso* [ib., p. 278]; *último fim* [Serm., v. VI, p. 321, 324]; *extremo último* [ib., p. 325]; *mais universal* [ib., p. 289, 343]; *tão universal* [ib., p. 252]; *tão imortal* [ib., p. 242]; *tão infinito* [ib., p. 252; v. V, p. 276, 301]; *tão nunca ouvidas*. [v. V, p. 336.]

«*Mais derradeiras*» é de ANTÔNIO FERREIRA. [Obr., v. I, p. 179.]

Nos escritos de FILINTO ELÍSIO não são difíceis de encontrar. Assim: «*o mais burríssimo*» [Obras, v. XII, p. 246]; «*o mais mínimo*» [v. XIII, p. 38]; «*quão misérrimos*» [v. XIV, p. 173]

«*Mais infimo*», escreveu, dentre os modernos, CAMILO, nas *Memórias do Cárcere* [v. I, p. 148] e «*tão universal*», no prefácio à *Carta de Guia de Casados*. [p. 3.]

Todo êsse labutar, entretanto, nem reabilita o medonho cacófaton denunciado por mim, nem desvalia o preço do meu ato.

Em «*intrínseca validade*» a cacofonia soa furiosamente. Fôsse eu mouco, e, ainda assim, a perceberia. Ora, percebendo-a, que menos poderia a seu respeito dizer?

Havia ali um carrilhão de ridículo. Por êle não puxei. Tão-sòmente refleti que era quase o *nec plus ultra* do cacófaton.

Quase, disse eu, medindo o que dizia: por isso que o *nec plus ultra*, no assunto, está no cacófaton clássico. Êsse, ultrapassando às vêzes o grotesco, raia na obscenidade e mergulha na sordidez. Quem duvidar, recorde algumas amostras já por mim citadas; e, se quiser conhecer das não citáveis, pode chegar, por exemplo, até GIL VICENTE, *Obras*, v. I, pág. 178, linha 24.^a a 25.^a, e pág. 253, lin. 26.^a, ou, se não se apraz de ir tão longe, pare na elegia VI.^a, duodécimo terceto, verso final, de ANTÔNIO FERREIRA.

Deparam-nos os livros de CASTILHO: *tão principal* [*Fastos*, v. II, p. 143]; *tão sem-conto* [*ib.*, v. III, p. 65]; *mais que popularíssimo* [*Fausto*, p. 405]; *mais que averiguadíssimo* [*Felicidade pela Instrução*, p. 110]; *em muito maior auge* [*Amor e Melancol.*, p. 270]; *mais ínfimas* [*Camões*, p. 17.]

LATINO COELHO, enfim, «o sempre limado», no dizer do professor CARNEIRO, não se envergonhou de escrever: Humboldt não desmerecia no *mais mínimo* o conceito, que... havia conquistado.» [*Al. de Humb.*, p. 340.]

Condenem embora os gramáticos essas e outras anomalias, às vêzes úteis, do nosso idioma, os bons escritores hão de usá-las, quando necessário, com a discrição que se deve ter na escolha, refugando as já hoje inadmissíveis, e utilizando adequadamente as outras.

Depois não é só em nosso falar que essas locuções se costumam. Também no francês não raro se topam. No LAROUSSE, v.^o *extrême*, encontro esta frase: «*Il y a toujours quelque rapport entre les choses les plus extrêmes.*» E na *Rassegna di Scienze Sociali e Politiche*, ano VI [1888], v. I, p. 638 a 648, há um artigo de AURÉLIO GOTTI, com o título: *Pessimì, più pessimì, meno pessimì*.

Seria fácil, havendo tempo, trazer à colação muitíssimos outros exemplos, vernáculos, ou peregrinos. GIACOMO LEOPARDI, por exemplo, com a sua autoridade quase incontestável em questões de filologia e gosto literário, fez de *nessuno* [*nenhum*], adjetivo de negação absoluta, o superlativo *nessunissimo*, *nessunissima*; [*Epistolario di GIAC. LEOPARDI*, v. I, p. 112. *Pensieri di G. LEOP.*, v. I, p. 146, v. VII, p. 7.]

Nem era só a delicadeza auditiva o que ainda se não desenvolvera entre os nossos antigos escritores. Mal sensíveis à cacofonia, muitas vezes também nada o eram à decência na linguagem. Haja vista a espécie de juras, a que alude FERNÃO LOPES na *Crônica de D. Fernando*, capítulo 53, o diálogo entre o infante e D. Maria no capítulo 103 dessa mesma crônica, e, na *Crônica de D. João I*, os apuros da sede entre os sitiados no cerco de Almada [c.136 pr.], o regalo de João Duque ao Mestre na vila de Gaia [c. 174] e [parte I.^a, c. 44] os palavrões, com que, em Sevilha, os escudeiros del-rei de Castela espiavam aos «coices» os prisioneiros portugueses, ocupados em varrer os paços ao fugitivo monarca de Castela. Mas quem não se quiser dar ao trabalho de tão longo rebuscar, bastará que percorra, no *Vocabulário* de BLUTEAU, o rápido artigo do venerando sacerdote acêrca de Belzebu e seu infernal principado.

Relidas pelos meus criticadores essas velharias oportunas, tomara então me dissessem se, no tocante a indelicadezas do escrever, pode *sempre* a autoridade clássica servir de abrigo a modernos escritores.

De mim direi, pois, ao meu velho mestre que recuso, no assunto, êsses padrinhos, quando incursos em pecado manifesto contra as leis da harmonia na linguagem. Onde, no meu escrever, se verificarem as condições do cacófatón, ofensa ao ouvido, à moral, ou ao bom gosto, não desejo me relevem; porque a mim mesmo, em o sentindo, me não perdoarei.

74. — Mas está nesse caso algum dos pretensos *cacófatons*, que me assacam?

Os que, ao propósito dêste artigo, me enumera o Dr. CARNEIRO vêm a ser :

Veículo claro.

Se interpunha ela.

Ganho é lucro, lucro é ganho.

Frouxo eco.

As não.

A não.

Dadas as proporções do meu trabalho, ainda sem desconto à escassez das cinco semanas em que o executei, poderia desvanecer-me de que não haverá, entre os mais escrupulosos autores vernáculos, algum, cujo escrever mais raros espécimens dêse defeito nos depare.

Ao acaso, e a correr, nas obras de CAMILO CASTELO BRANCO, se me oferecem todos êstes: já *Camões* [*Camões*, p. 16]; cuja cabeça [*Maria da Fonte*¹, p. 51]; galantíssima menina [*Cavar em Ruínas*², p. 24]; má medra [*Ib.*, p. 46]; última missão [*Mistérios de Fafe*, p. 133]; ferrou dela [*A Caveira da Mártir*³, p. 408]; pouca para [*Queda de um Anjo*, p. 199]; ficou na casa [*Queda de um Anjo*⁴, p. 82]; excelentíssima mana [*Ib.*, p. 149]; por Rousseau [*Memór. do Cárcere*⁵, p. 161]; com novelas [*Ib.*, p. 171]; com notícias [*Pombal*⁶, p. 96]; com noventa [*Ib.*, p. 138]; com nojo [*Noit. de Insôn.*⁷, n.º 7, p. 92]; com não vulgar [*Mosaico*, p. 173].

Subamos, porém, ainda. Vamos, dentre os mestres da língua, ao maior: a CASTILHO ANTÔNIO.

Tome-se-lhe o *Fausto*.⁸ Aí temos: a porta dela [p. 303]; em honra dela [pág. 309]; já dela [pág. 366]; por gozos [p. 273]; não é já cão [p. 89].

No *Amor e Melancolia*⁹: escuta tudo [p. 349]; um só grão [p. 382]; espertar ecos [p. 303]; o ouvirem me já ler. [p. 204].

Nos *Fastos*¹⁰: lá te vejo [v. I, p. 57]; em víveres se abunda [v. III, p. 135]; rústica grinalda [v. I, p. 37].

1. Pôrto, 1885.
2. 2.ª edição. Lisboa [Sem data.]
3. Lisboa, 1902.
4. Lisboa, 1887.
5. Lisboa, 1871.
6. *Perfil do Marquês de Pombal*. Pôrto, 1882.
7. Pôrto, 1874.
8. Pôrto, 1872.
9. Lisboa, 1861.
10. Lisboa, 1862.

Nos *Colóquios Aldeões*¹: *cá para* [p. 166, 293, 357]; *fica pouco* [p. 262]; *cá nada* [p. 320]; *já pão* [p. 75]; *política cardumes* [p. 154]; *toca acudir* [p. 206]; *tacha chamada* [p. 164]; *muitíssima mina* [p. 196]; *arruma metralha* [p. 294].

Na *Primavera*²: *muitíssima mais* [p. 35].

Nas *Geórgicas*³: *incensos suem* [p. 83]; *a nação soçobra*, [p. 255].

Na *Arte de Amar*⁴: *com moles* [p. 104]; *caça abunda* [p. 19].

No *Médico à Fôrça*: «*Já que escapei do oratório*».

No *Tartufo*⁵: «*Sai-me já daqui*» [p. 76]; «*saia-me já dela*», [p. 139].

No *Avarento*⁶: «*Muda-te-me já*, [p. 171]; e *põe-te-me já fora*, [p. 266].

Em GARRETT não são infreqüentes êsses lastimáveis descuidos. Abrindo à sorte um só volume das suas obras, o vol. XXIII, logo se me antolha, à p. 76, êste longuíssimo hiato: «*Naqueles só há já a reminiscência*», e, à p. 318, o cacófaton «*com novos*».

Na mesma negligência caem e recaem, dentre os mais modernos, os mais primorosos.

A *Holanda*⁷, onde ressaem tôdas as elegâncias de RAMALHO ORTIGÃO, tem muitas e muitas jaças desta qualidade: *com ninguém* [p. 42]; *fisionômica com* [*ibid.*]; *nunca com* [p. 64]; *bôca cortada* [p. 66]; *bôca como* [p. 74]; *música*

1. Pôrto, 1879.

2. Lisboa, 1837.

3. Paris, 1867.

4. Rio de Janeiro, 1862.

5. Lisboa, 1870.

6. Lisboa, 1871.

7. Pôrto. [Não traz data. A do prólogo é de 1885.]

com [p. 82]; cassa branca a cada postigo [p. 85]; comunica a comporta [p. 89]; alma mais [p. 248]; sistema moral [p. 253]; santifica cada [p. 326]; «vimos na Europa países» [p. 235]; histórica contendo [p. 118]; simbólica como [p. 320]; da crítica com [p. 344]; única coisa [p. 239]; cá há a gazeta [p. 282]; cá nós [p. 431]; o monarca cachimbava [p. 156]; já Taveira [p. 286].

E EÇA DE QUEIRÓS? Também êle amiúde incorre no mesmo deslize. Folheiem os *Maias*,¹ e toparão: lógica cá da terra [v. I, p. 283]; a chama morria [p. 149]; uma chama mais [p. 152]; com nuvenzinhas [p. 209]; com nobreza [p. 238]; com nojo [p. 167, 316]; com nomes [p. 317]; cá agora [p. 236]; mas ela [p. 47, 216, 276, 378]; república governada [p. 222]; fica agora [v. II, p. 185]; nalma mais [p. 410]; com nódoas [p. 185]; mas ela [p. 449]; nunca dela [p. 529]; fusco ninho [pág. 124]. Discorram a *Casa de Ramires*, e verão: prima Maria [p. 132, 292, 383]; mas ela [p. 122]; não ficou nada [p. 136]; com nojo [p. 161]. Na *Correspondência de Fradique* não faltam: trama mole [p. 194]; turba baça [p. 154]. Esquecera-me de compulsar *A Cidade e as Serras*.² Abro agora o folheto ao acaso, e logo me fere os olhos: Terminamos *por remexer*³ [p. 161].

A êsses posso ainda juntar, do mesmo insigne estilista: fazer música a casa [*Maias*, I, p. 169]; sêca caíram [*ib.*, p. 212]; faísca candente [*ib.*, p. 148]; nunca Carlos [v. II, p. 182]; nunca para [*ib.*, p. 401]; com marcas [*ib.*, p. 407]; tampa tinha [*ib.*, p. 407]; já cá [*Ramires*, p. 144]; com porta [p. 423]; fica cá [p. 239]; patriarca carregado [p. 292]; magnífica coragem [p. 463]; destacou com [*Fradiq.*, p. 174]; Pacheco come-

1. Pôrto, 1888.

2. Pôrto, 1901.

3. Notem que êsse tópico se encontra na parte do livro, a cuja escrita o notável estilista dera, na frase do seu carinhoso editor, «aquela última demão, em que habitualmente êle punha a diligência mais perseverante e mais admiravelmente lúcida».

çou [p. 177]; fica consolado [p. 191]; idêntica àquela [p. 183]; significa cumprir [p. 147]; nunca alma melhor [p. 241]; cabem bem.

Entre nós, GONÇALVES DIAS¹ escreveu: «com novo»; JOÃO LISBOA: «do papa para»²; JÚLIO RIBEIRO: «honestíssima manipulação.»³ De quantos em Portugal e no Brasil, sob este aspecto, me foi dado examinar, o mais estreme de tal senão, é MACHADO DE ASSIS, verdadeiro modelo da boa linguagem, assim na correção, como no gosto. A êle mesmo contudo, e nas suas *Poesias*, cujo esmêro desafia a mais exigente crítica, escapou, a págs. 347, «aroma melhor» e, a págs. 263, «ela ama».

75. — Outros, irrefletida ou interessadamente, daí concluirão a inevitabilidade absoluta e a inculpabilidade mais ou menos geral dessas imperfeições literárias. Eu, ao revés, não infiro senão o dever, para os bons escritores, de contra elas se precaverem.

Há, não se nega, entre as palavras, encontros desarmônicos, a que seria impossível obviar. Nesses casos a sugestão da necessidade afaz o ouvido à aspereza, e a habitualidade estabelecida pela força da precisão acaba diluindo a cacofonia, a poder de repetida. É o de que alguma coisa já eu disse, e mais terei que dizer ainda, noutro lugar. Tirante isso, porém, as mais das vêzes está na desatenção a origem dêsse pecado. De ordinário o escritor não limou, quanto devia, o seu escrito: *perfectum decies non castigavit ad unguem*.^{*} Ocasões há, em que teria sido facílmo evitar a conjunção dissonante. No *Amor e Melancolia*, *verbi gratia*, à p. 277, a frase «prostrada em oração sôbre as lájeas», trocado apenas o advérbio *sôbre*, teria esquivado o ção sô, lucrando, até, em

1. *Poesias*, Ed. de 1896.

2. *Obras*. S. Luís, 1865, v. IV, p. 140.

3. *A Carne*, p. 71.

* [Horácio, *Arte poética*, 294; *revocavit*, traz a redação de Rui].

pureza e brevidade: «prostrada em oração nas lájeas.» Nos *Colóquios Aldeões* [p. 71] se evitaria o *dadá*, bem sensível em «na mal aventurada da plebe», simplesmente com *lhe* eliminar a preposição, de todo em todo inútil. Ficaria: «na mal aventurada plebe.» Ainda no *Amor e Melancolia*, o mesmo escritor, pouco adiante [p. 336], nos depara esta frase, cuja longa malsonância dificilmente se transpõe: «Mas tu não és só mãe às torrentes caudais.» Haveria mister grande esforço a incomparável ductilidade e o aprimorado tato daquela pena magistral, para fugir dêsse escolho?

Sucede às vêzes que o autor cai em si, ou tem a fortuna de que alguém o advirta, e, em vindo a lanço, nada *lhe* custa a emenda. Não notávamos, ainda há pouco, no *Tartufo* e no *Avarento*, quatro vêzes repetida, uma cacofonia tão desagradável? Pouco depois, vertendo CASTILHO o *Fausto*, *lhe* acudiu à pena o mesmo torneio de linguagem: e, só com inverter a situação ao advérbio e ao pronome, atalhou a reincidência na cacofonia, escrevendo [p. 132, 315 e 399]: «Quem já *me* dera», em vez de «quem *me* já dera».

Nesse caso estão as dissonâncias e cacófatons que sobressaem no escrever do professor CARNEIRO. Não se faria mister grande apuro de lima, por evitar descuidos como êstes, ocorrentes na sua *Gramática Filosófica*: «circum conserva-se» [p. 85]; «modificam consideravelmente» [p. 16]; «afirmação senão» [p. 268]; «explica com» [p. 445]; «com nobreza» [p. 425].

Quando os autores do projeto escreveram «abatido do preço desta» [art. 867] e «reclamada do credor» [art. 934], uma simples mudança de preposição teria obviado a essas duplicações *do do*, *da do*, substituindo-se o *de* por *a*: «abatido ao preço», «reclamada ao credor.»

Tanto assim pensava o Dr. CARNEIRO, que, onde estava, no projeto da comissão dos vinte e um, art. 1.372, a cláusula «separada da dos outros», emendou «separar-se da dos outros». [Art. 1.348].

Nem eu levei tão longe, quanto se pretende, a severidade com essas negligências daquele texto. Muitas deixei de sublinhar, como estas : «*aceita a tutela*» [art. 422]; «*com cominação*» [art. 507]; «*hipoteca a cousa*» [art. 761]; «*hipoteca as cousas*» [art. 760]; «*a posse passa*» [art. 501], «*fica constituído*» [art. 962]; «*público como*» [art. 1.090]; «*com cousa*» [art. 1.193, I.] Em todos êsses casos alterei a frase, esquivando o áspero do original; mas absteve-me de censurar, ou anotar.

76. — Caberá, porém, de verdade, às locuções que aqui me exprobra o Dr. CARNEIRO o tisne de cacófaton ?

Sustento eu que não.

Em «*veículo claro*» [a primeira do rol] tenho apurado em vão tôdas as minhas faculdades auditivas, por atinar com a desarmonia; e não consigo. De quantas pessoas consulto, e reconsulto, esperançado em me auxiliarem, não obtenho melhor resultado.

Que mistério haverá então na cacofonia dêsse encontro, por onde a mim e a tôdas elas se oculte, só se revelando ao seu inventor ? Escuto-lhe o conjunto; e não acho. Ponho-me a silabá-lo; e não descubro. Entro a deletreá-lo; e não percebo. Dou-me a escandi-lo, a recitá-lo, a declamá-lo, a entoá-lo; e acho-me na mesma. Vario-lhe a prosódia, o acento, o ritmo; nada colho. Tenho, portanto, de supor uma idiosincrasia entre a frase e os ouvidos do mestre. Outra explicação não há. A audição também se ressen-te, como o estômago, de caprichos. Mas que tem com êles a eufonia do idioma ?

Segue-se o «*se interpunha ela*». Novo enleio do meu tímpano. Onde se me ocultará, nesses três vocábulos, a desarmonia, que indispõe o censor ? Orelhas finas, também as eu possuo. Deu-me a natureza de sobra neste sentido o que de minguia me aquinhoou na vista. Pois há semanas que o envído, em busca dessa incógnita musical, e cada vez estou pior. Naquele «*se interpunha ela*», onde a aresta odiosa ao meu ilustre mestre ? Debalde separo, junto e torno a decom-

por a sentença. Não me diz nada. Será nas duas sílabas iniciais, *sinter*? Parecem-me de todo inocentes. Será o *terpunha*, ou o *unha*? Mas ambas pertencem ao verbo *interpunha*, que não é obra minha. Será o *punha ela*? Mas, nesse caso, já não poderemos utilizar, sem ofensa da harmonia, com aquê pronome, o imperfeito de *pôr* e seus compostos?

Punha ela, dispunha ela, repunha ela, compunha ela, opunha ela, interpunha ela, expunha ela, impunha ela, seriam então frases condenadas? E ainda não fôra tudo. A outros verbos, além dêsse, como *empunhar, cunhar, alcunhar, testemunhar, estremunhar*, no presente do indicativo, igualmente seria defeso o contato com o *ela* na construção inversa. *Testemunha ela, alcunha ela, empunha ela* seriam outras tantas desafinações intoleráveis.

É sério êsse criticar?

Dissera eu, em uma das apostilas ao projeto, «*ganho é lucro, lucro é ganho*.» Bárbara coisa devo ter escrito; porque o sábio mestre, aludindo às minhas palavras sôbre a «*intrínseca validade*», equipara a êste cacófatón sesquipedal o meu «*lucro é ganho, ganho é lucro*», desfechando-me esta esmechada: «Mas ninguém ousará por isso dizer: ah! chegaste quase ao *nec plus ultra* do cacófatón.»

Ninguém, de certo, o ousará. Mas por quê? Justamente porque ninguém, falando sério, acharia paridade entre os dois casos. Quando um redator de leis, ou qualquer outra coisa de siso, resvala a uma expressão como a de *intrínseca validade*, tôda a gente desata a cascalhar de riso, ante o contraste entre a gravidade do assunto e o ridículo do desastrado *cavalidade*, que por ali barafustou. Porque, em «*intrínseca validade*», o que ressoa em tropel, é *cavalidade* e *cavalidade*. Se o negarem, pior para os interessados. O estrépito abafado crescerá, como se rompesse das calçadas por entre a hilaridade geral.

Agora em «*lucro é ganho*», ou «*ganho é lucro*», não haveria oitiva capaz de apanhar uma combinação de sons destoante, ou indecorosa. Submetam-nas, se quiserem, a todos os processos, com que se tem engenhado isolar, concentrar e intensar os sons. Encostem a aurícula ao estetoscópio, e procedam como numa auscultação formal. Recorram depois ao microfono mais poderoso. Sutilizem, até onde fôr possível, a acuidade sensitiva. Não extrairão dali coisa, que suscite escândalo, promova riso, ou magoe a orelha.

E vejamos.

Na primeira sentença, «*lucro é ganho*», temos dois grupos dominantes de sons : o *anho* final e o *lucrué*, resultante da junção operada entre as duas primeiras palavras. O *anho* não corre por conta minha. Pertence à palavra *ganho*, de cuja existência não sou responsável. Se *crué* repugna ao ouvido, é abolirem o vocábulo *cruel*, bem assim todos os mais [não poucos], onde se reúne a mesma articulação com as mesmas vozes, e, por último, tôdas as construções nas quais a um termo desinente em *cro* suceda o verbo *ser* no presente do indicativo, terceira pessoa do singular: *Teucro é*; *pulcro é*; *fulcro é*; *chucro é*. Até hoje ninguém vacilaria em dizer: «O *lucro* é maior. O *lucro* é menor. O *lucro* é pouco. O *lucro* é grande. O *lucro* é insignificante». São frases corriqueiras. Era preciso a hiperestesia auditiva do meu douto mestre, para as banir da língua portuguesa.

Na segunda frase, «*ganho é lucro*», duas são as resultantes da conjunção entre as palavras: *anhué* e *élucro*. Onde o que se poderia censurar na primeira, não sei. Ouçam : «*Tamanho é o meu amor. Tamanho é o meu sofrer. Tamanho é o meu horror. Tamanho é o meu poder.*» Padece nestas expressões a harmonia alguma coisa? Alguém haverá, que se dedigne de escrevê-las?

Resta a combinação *élucro*. Mas tôda a gente diz, sem idéia de haver cacofoneado : «Isso não é *lucro*, de que se fale. Aquilo não é *lucro*, em que se pense.»

Basta de fátigar a evidência, e passemos adiante, lembrando por derradeiro que FILINTO ELÍSIO poetou :

«E que *lucros ganho*
Em me esfalfar gritando ?»¹

CHU É.

77. — Esta história é uma das bagatelas, em que mais se tem chocalhado contra mim na apologia do projeto. Liqui-demo-la.

«Embora frouxo *eco* possam ter estas idéias atualmente», é o tópico onde ressaí o meu *corpus delicti*. Estampado o meu trabalho no *Diário do Congresso*, recebia, no dia seguinte, graças à invenção curiosa, depois honrada com o beneplácito do professor CARNEIRO, a patente de *chué*. Deram-lha as mofinas entrelinhadas, que o Tesoiro pagava. Êsses derivativos do azedume oficial, porém, cessaram logo depois, como doença recolhida, para irromperem mais tarde, economizado, e recozido o vírus, em ataques mais solenes e mais altos. Nunca mais esqueceu o *chué*. Sendo, porém, a coisa desprezível, que era, e não mostrando senão a ignorância rasa de uns, de outros a má fé e a inadvertência da maior parte, de tal avelório crítico eu me não ocuparia, se o meu venerando mestre, acolhendo-o também, não fôsse ajudar com a sua autoridade, acatada e acatável, o tráfego de insulsarias contra mim desenvolvido na feira literária das miçangas e matamingos.

Ensina o Dr. CARNEIRO, na sua *Gramática Portuguesa*, p. 20, que o *o* final, nas palavras em que não fôr acentuado, como *mêdo*, é *mudo*; e, nos seus *Serões Gramaticais* [p. 9], repetindo a mesma noção, a exemplifica em *livro*.

1. *Obras*, v. XIII, p. 193.

Creio que o douto professor, neste ponto, ainda não variou de sentir. Ora, como em *frouxo* não é acentuado o *o* terminal, deduzo eu que êsse vocábulo está no mesmo caso de *livro* e *mêdo*, os dois que o gramático baiano pôs de exemplo. Logo [fecho eu o silogismo], o *o*, em que remata o adjetivo *frouxo*, é, na escola do professor CARNEIRO, um *o mudo*.

Fique êste ponto assentado.

Como, porém, não me pago de argumentos *ad hominem*, não deixarei sòzinho o meu ilustrado mestre.

Representa-se por *u* foneticamente esta função do *o*, por ser essa, das expressões vocálicas, a que mais se aproxima ao *o mudo*. Mas, para averiguar a diferença entre as duas, basta comparar o efeito sônico nas palavras terminadas em *o* não acentuado com o das terminadas em *u*. Nestas o *u* não se funde, nem se altera ao encontro da vogal diversa, que der comêço à palavra seguinte. *Urutu*, suponhamos, *canguru*, *bambu*. Fraseando «O urutu acomete.» «O canguru e a cutia.» «O bambu é uma gráínea», leremos: *uá*, no primeiro exemplo, *ui* no segundo e no terceiro *ué*.

Com os finais em *o mudo*, porém, já não é isso, já não é a simples justaposição, ou aderência, o que se dá: é a fusão. «U+e», diz JOÃO RIBEIRO, «*u+e fundem-se*.» E exemplifica: «*Tud'* é possível.» [*Gramát.*, p. 274, n.º 5.]

Logo, do mesmo modo, em *frouxo eco* a enunciação oral não é a que ora se finge: não pode ser *chué*.

Mas, ainda quando não se fundisse ali o *o* final, e admitido que mantivesse o som de *u*, não soaria como o *u* de *chué*. Nesta palavra ambas as vogais são acentuadas. Ora, o *u* varia em duas espécies de vozes inconfundíveis, cuja discriminação mui claramente estabelece JÚLIO RIBEIRO [*Gramát.*, p. 32-3]: a voz *tônica* e a voz *atônica*. Quando, inserido no meio das palavras, como em *entrudo*, *tuba*, é *tônica* essa voz, tal qual se rematasse o vocábulo, como em *tatu*, ou *urubu*. Mas, conclui aquêlê filólogo eminente, na expressão do *o*

final, não acentuado, como em *livro*, *macho*, o *u* é *atônico*. Logo, é *atônico* em *frouxo*, e *tônico* em *chué*. Mas, sendo assim, do encontro entre o *u* atônico de *frouxo*, com o *é*, que naquela frase lhe sucede, não pode resultar o *u* tônico, ou forte de *chué*. Expressão meramente aproximativa do *o* mudo, êsse *u* descai, e expira, absorvendo-se no *é* acentuado, que lhe vem após.

Por mais que arranje, torça, desfigure essas noções, a malignidade não vingará, portanto, a extrair dali o composto, que pretende. Para de *frouxo eco* [*frouxeco*] obter *chué*, necessário seria esquecer o caráter de *mudo*, inerente àquele *o*, converter o *o* silente em *u* acentuado, e ler, não *froux*, mas *frouxu*.

78. — Daí, porém, a consequência viria a ser uma revolução na prosódia nacional. Estaria de fato abolido o *o* mudo. Todos os *os* finais teriam de pronunciar-se como os *us* acentuados. Diríamos de ora avante os *machús*, os *livrús*, os *carrús*: e, em homenagem ao decôro, melhor seria que extinguissemos os vocábulos como *disco*, *sulco*, *único* e todos os de terminação igual, a principiar por *eco*.

Tomem da melhor poesia, a de MACHADO DE ASSIS, por exemplo, recitem-na a êsse jeito, e vejam onde vai dar a leitura de trechos como êstes: «único em meio» [*Poes.*, p. 43]; «sulco de um fundo» [p. 173]; «único o vento» [p. 283]; «eco de saudade» [p. 43]; «eco dos sagrados ermos» [p. 52]; «ecos tímidos» [p. 60]; «eco chega» [p. 244]; «eco melancólico» [p. 256].

CASTILHO escreveu: «franco falar» [*Arte de Amar*, v. I, p. 18]; «descôco tal» [*Tartufo*, p. 75]; «ecos da infância» [*Fausto*, p. 113]; «eu fico de vigia» [*ib.*, p. 383]; «ecos da voz» [*Am. e Melanc.*, p. 286]; «eco dos aplausos» [*ib.*, p. 291]; «eco tardio» [*ib.*, p. 297]; «ecos aumentativos» [*ib.*, p. 230]; «ecos sedutores» [*ib.*, p. 328]; «ecos daquelles» [*ib.*, p. 338]; «ecos dos remotos» [*ib.*, p. 365]; «poético

no meio» [*ib.*, p. 365]; «rústicos pastios» [*Fastos*, v. II, p. 13; *Amôres*, v. III, p. 59]; «cômicos tais» [*Noite de S. João*, p. 178].

Em GARRETT [*Obr.*, v. XXIII, p. 230] vai-se achar «fraco soldado»; em RAMALHO [*Holanda*, p. 5], «eco novo»; nos *Maias*, de EÇA [v. I, p. 187], «sulco cavado» e «rico novo»; na *Carne*, de JÚLIO RIBEIRO [p. 10], «médico já velho».

São locuções de uma decência perfeita e de uma eufonia normal. Mas alongai-lhes a desinência, convertendo-lhes o o mudo em u acentuado, segundo a prosódia aplicada a *frouxo eco*, e as tereis convertido em dissonâncias insuportáveis à decência e ao ouvido.

Admitido aquêl sistema prosódico, vêde ainda o que se daria com a elisão poética do *m* final ao *com* seguido pelo artigo definido masculino.

São do Visconde de CASTILHO todos êstes exemplos : «co'útil» [*Arte de Am.*, v. I, p. 69]; «co'o verão» [*Fausto*, p. 267]; «co'o temporal» [*ib.*, p. 271]; «co'os seus» [*ib.*, p. 352]; «co'o que quero» [*Am. e Mel.*, p. 320]; «co'o largo» [*Fastos*, v. I, p. 63]; «co'o próprio» [*ib.*, p. 65]; «co'o desatado» [*ib.*, p. 99]; «co'os navalhados» [*ib.*, p. 101]; «co'os ladrões» [*ib.*, p. 117]; «co'o ferro» [*ib. Fast.*, v. II, p. 9]; «co'o celeste» [*ibid.*]; «co'os avós» [*ib.*, p. 15]; «co'os rebentados» [*ib.*, p. 29]; «co'os seus» [*ib.*, p. 35]; «co'os aborígenes» [*ib.*, p. 69]; «co'o fido» [*ib.*, p. 69]; «co'os brancos» [*ib.*, p. 81, 147]; «co'o tremendo» [*ib.*, p. 135]; «co'o ígneo» [*ib.*, p. 159]; «co'o grande» [*ib.*, p. 169]; «co'os flexíveis» [*ib.*, p. 202]; «co'o sacro» [*Geórgicas*, p. 277]; «co'o teu» [*ib.*, p. 285]; «co'o terreno» [*ib.*, p. 119]; «co'os vários» [*ib.*, p. 121]; «co'os escarlates» [*ib.*, p. 143]; «co'o mor» [*ib.*, p. 149]; «co'o máximo» [*ib.*, p. 185]; «co'o sereno» [*ib.*, p. 55]; «co'os pilos» [*ib.*, pág. 63]; «co'o sentido» [*ib.*, p. 247]; «co'o vivo» [*Amôres*, v. I, p. 69]; «co'o teu» [*ib.*, p. 94]; «co'o gasto» [*ib.*, p. 104];

«co'o seu» [v. II, p. 17]; «co'os nossos» [*ib.*, p. 22]; «co'os melancólicos» [*ib.*, p. 35]; «co'os delas» [*ib.*, p. 54]; «co'o sábio» [*ib.*, p. 65] E êstes são de CAMÕES: «co'os seus amados» [*Lusíad.*, IX, 84]; «co'os seus amantes» [*ib.*, X, 2]; «co'o que quero» [X, 9]; «co'o largo» [X, 87].

Cada uma dessas expressões dará em palavrada improferível, se, deturpando a sonância natural do idioma, transformarmos os dois *oo* consecutivos em *u* acentuado. Mas êsse foi o processo, mercê do qual vingaram amolgar de *frouxo eco* um *chué*.

Entre *frouxo eco* e *cujo eco* a diferença de som nas três sílabas finais apenas levemente se percebe: *xoeco*, *joeco*. E, contudo, lá está na *Holanda*, de ORTIGÃO, à p. 124: «CUJO ECO».

Escritor ainda mais cuidadoso, e isso no apurado lavor de versos exemplares, MACHADO DE ASSIS não se desprezou de escrever: «frouxo ia o sol» [*Poesias*, p. 236], *frouxa e manca* [*ib.*, p. 330], e, ao cabo, até «frouxo o povo» [*ib.*, p. 235], de que os forjadores de *us* tônicos facilmente extrairiam um *chuía*, um *chimanca* e um *chupou*.

Nesta invenção da malícia, engendrada em panegírico do projeto, o menos lesado seria eu. No idioma português é que o desfalque recairia, largo e irremediável, com a condenação de um sem-conto de expressões utilíssimas e cotidianas ao desuso e à risota.

Já não seria lícito dizer, ou escrever, sem que se caísse no domínio da *laracha*: «O *luxo* é pernicioso. O *lixo* é infecto. O *nicho* é estreito. O *trecho* é eloqüente. O *entrecho* é complicado. O *desfecho* é trágico. O *roxo* é triste. O *coxo* é lento. O *frouxo* é mal seguro. *Ancho* é largo. *Muxôxo* é brasileiro. Teu *rabicho* é curto. O *macho* é robusto. O *populacho* é inculto. Um *pinguicho* é quase nada. *Carocho* é inseto. O *pintarroxo* é pequenito. O *freixo* é frondoso. O *teixo* é conífero. Êste *rabicho* é de chim. Aquêles *guincho* é de coruja. O *mocho* é agoireiro. Êsse *facho* é fumarento. O *cacho* é de uvas. O *capacho* é de côco. O *cartaxo* é dentirrosto. *Diacho* é praga. O *baixo* é

solene. Seu despacho é injusto. O marracho é voraz. O riacho é corrente. O empuxo é grosseiro. Esse espicho é impressionável. O deleixo é indecente. O queixo é duro. O repuxo é abundante. O esguicho é tênue. Este empacho é difícil. O troncho é feio. O garrancho é torto. O gancho é curvo. O rancho é numeroso. O arrocho é opressivo. O cartuxo é monge. Meu cartucho é de doces. Aiacucho é no Peru. Cachucho é peixe. Vosso debuxo é lindo. O escalracho é tenaz. O buxo é arbusto. Seu bucho é de ema. O graxo é indigesto. O sacho é de ferro. Este pechincho é travêso. O teu fruncho é maligno. O zar-guncho era ervado. Zoncho é alavanca. Borracho é pombo. O farrancho é de fadistas. Fogacho é labareda. Agacho é humilhação. Caspacho é comida. O bicho é medonho. Barbicacho é cabresto. Fecho é ferrêlho. Cochicho é pássaro. Governicho é sinecura. Releixo é gume. Picho é vasilha. Lobacho é lobo. Seixo é pedra. Bombacho é bomba. Patacho é barco. Pequerrucho é criança. Capucho é franciscano. Trôcho é bordão. Velacho é vela. Verdacho é verde. Vulgacho é plebe. Pincho é salto. Penacho é de chefe. Rabucho é rabricurto. Recacho é aprumo. Relaxo é relaxado. Murcho é desverdecido. Chocho é seco. Machucho eras tu. O bruxo era velho. O desmancho era total. O gaúcho era audaz. O rebaixo era excessivo. O cincho é do queijo. O micho é de massa. Tal capricho é insensato. Esse carrapicho é indecente. O caruncho é roaz. Gabicho é rede. Garrucho é pau. Marimacho é virago. Gorducho é gordo. Petrecho é nome, e apetrecho é verbo. O vulgacho é rude. Um chicho é migalha. Escoxo é limpo. Esse papelucho é imundo. Portucho é de ourives. Perluxo era o patarata. O trincho é de loiça.»

Cada uma dessas palavras, quase todas vulgaríssimas, traz na cauda o arpêu de um cacófaton. Em topando com o verbo *ser* naquelas formas do indicativo, temos fiska e desgraça: a palestra, a recitação, ou a leitura desfechará em risada. Não haverá então créditos de artista, nem primores

de linguagem, que forrem escrito e escritor à nota de *chués*, desde que um dêsses efeitos da nova prosódia, escorregando-lhe da bôca, ou da pena, o entregue às casquinadas da crítica de chalaça. Mas, a ser assim, por que não mondarmos logo o nosso idioma dessas esparrelas verbais, dêsses vocábulos de caçoadá? Enjeitá-los por todo o sempre do léxicon é o que estava a pedir a decência da língua e a pureza da escrita. Enquanto se não chegue a essa providência radical, e exista no falar de nossa raça o verbo substantivo, o verbo *ser*, com a sua importunidade inevitável, com a sua freqüência incessante, há de coser os beiços e quebrar o tinteiro todo aquêle, que não queira oferecer-se à gargalhada reles da turra literária, ao grosso espírito dos chibantes da troça, às chularias de alho e graxa dos cozinheiros de patuscada.

MAS NÃO

79. — Aqui temos outra bugiganga crítica, de que o sábio professor baiano se dignou fazer cabedal.

Eu me poderia abster de mais nada, redargüindo a tão respeitável ciente com a sua própria autoridade; porque o *asnão*, albardado por êle dentre as linhas do meu substitutivo, não seria animal de outra espécie que o *asno* tresmalhado na *Gramática Portuguesa* [p. 148] do meu velho mestre, cujo alto saber, sem advertir nos inconvenientes filológicos do aurito solípede, ali escreveu confiadamente: «*Mas no primeiro dêstes dois últimos idiomas.*»

O argumento *ad hominem*, porém, apenas me serviria de mostrar a fraqueza da memória humana e os riscos da perversidade, ainda quando se insinue no coração dos bons. Não se me faz mister o subsídio pessoal do professor CARNEIRO, ainda que valedio quanto os que mais o forem, para mostrar que a posposição da negativa ao advérbio *mas* não constitui cacófatón.

Bem sei que mais de um gramático ensina o contrário. Mas a êsses esqueceu um critério essencial na verificação dessas anomalias gramaticais. Cacófaton é o som desusado, ou a combinação insólita de sons, que, pela extravagância, desafinada, indecorosa, ou risível, escandaliza ou desgosta o ouvido. Quando o costume correntio, tradicional, unânime, universal de um idioma consagra uma associação de palavras, seja qual fôr a combinação que delas resulte, não pode contrariar as leis da harmonia, que é, em boa parte, mero efeito da acomodação entre o sentido humano e os sons a que se afez. Se, acertando uma vez de se encontrarem, dois vocábulos, que se não fazem boa companhia, suscitarem, pelo seu contato, imagens desonestas, inconvenientes, ou esdrúxulas, surpreendida pela novidade, a audição imediatamente a perceberá, sentindo-se, e reagindo por um fenômeno instintivo. Mas, se já nos costumamos a presenciar êsse encontro, se de cotio o praticamos, nossos passados o praticaram, e terão de o praticar os nossos descendentes, como recurso comezinho da linguagem, tôda a gente de siso encolherá os ombros à caturrice do excogitador, que, contra o uso geral de uns poucos de séculos e de todos os lugares, der um dia o grito de cacófaton.

Pois eis aí o caso do *mas não*. E' um falar português de tôdas as idades, tôdas as regiões e todos os escritores.

Vai a prova.

Assim se disse, entre os clássicos, desde os mais antigos tempos.

«*Mas não* sei a quem ouvi», escrevia GIL VICENTE [*Obras*, v. I, p. 114]. E do mesmo modo, a págs. 128, 135, 165, 360. No v. II, a págs. 360, 430, 487, 488, 517. No v. III, págs. 120, 256, 257, 258, 373.

«*Mas não* de vontade» encontramos em FERNÃO LOPES, *Crôn. de D. João I*, parte I, c. 69; e, como êsse, inúmeros outros lugares se poderiam enumerar.

Na *Menina e Moça* de BERNARDIM RIBEIRO,¹ p. 22, se nos depara igual expressão: «*Mas não estêve ela muito.*» E, como aí, a págs. 86, 95, 124, 171, 172 [duas vezes], 187, 189 [vêzes duas], 205, 214, 216, 225, 226.

CAMÕES poetou :

«*Mas não lhe succedeu como cuidava.*»
[*Lus.*, II, 70.]

«... *mas não consente o peito.*»
[III, 36.]

«... *Mas não se espanta.*»
[IV, 32.]

«*Mas não lhe dá contudo aquêles dões.*»
[V, 95.]

E assim por diante: V, 80; VI, 51, 86; VIII, 26, 30, 99; X, 131.

«*Mas não foi el-rei menos cuidadoso*», narra FR. LUÍS DE SOUSA nos *Anais de D. João III*, p. 6. E vai repetindo o *mas não* a págs. 10, 18, 25, 26, 27, 31, 35, 61, 83, 93, 98, 103, 107, 109, 112, 174, 192 [duas vezes], 215, 216, 219, 241, 256, 265, 267, 292, 295, 299, 309, 323, 325 e 441.

«*Mas não nos constou*», diz o mesmo escritor, na *Vida do Arceb.*, v. I, pág. 31; reproduzindo essa locução a págs. 32, 40, 46, 118, 129, 199, 205, 250, 259, 304, 305, 338, 369, 373, 422. Escusa prosseguir.

Compulsem-lhe a *História de S. Domingos*, e encontrarão a flux a mesma forma gramatical. Bastará indicar, por mostra, o vol. II, págs. 320, 325, 327, 338, 339.

1. Ed. crítica de D. JOSÉ PESSANHA, Pôrto, 1891.

«*Mas não* queria que o soubesse» encontrareis em ANTÔNIO FERREIRA,¹ v. II, p. 343. Folheai-o ainda, e tornareis a encontrar a págs. 13, 347 e 419, assim como no v. I, p. 41, 207, 212.

Na *Crônica d'El-Rei D. Manuel*, por DAMIÃO DE GÓIS, ed. de Lisboa, 1619, fl. 92 v, se diz: «Os bons têm glória e os maus pena, *mas não* para sempre.»

«*Mas não* foi assim em Castela», relata DUARTE NUNES, na *Crôn. del-Rei D. João I, D. Duarte e D. Afonso*,² v. I, p. 353. «*Mas não* lhes valeu nada», conta ainda, à p. 361. E assim, no mesmo vol., p. 67, 124, 129, 150, 151, 216, 233, 297, 315, 405, 428, 438, 442, 445, 449, e, no vol. II, p. 53, 101, 126, 136, 179, 184, 211.

Na *Eufrosina*, diz JORGE FERREIRA³: «*Mas não* deixo de entender quanto puder.» E assim a págs. 193, 206, 227, 231, 243, 245.

«*Mas não* deixou a sua natureza» e «*Mas não* quis que escrevesse mal» é de BERNARDES, *Luz e Calor*.⁴ [P. 55 e 72.] Semelhantemente, em a *Nova Floresta* [ed. de 1760]: v. II, p. 204; v. IV, p. 68, 113, 120, 151.

«Assaz famosa, *mas não* tal como a primeira», diz FR. BERNARDO DE BRITO. [*Monarquia Lusitana*,⁵ v. I, p. 44.]

«*Mas não* se recreiam com êle», «*Mas não* muito tempo», «*Mas não* é possível», «*Mas não* as que cometessem com as línguas», são tudo frases de AMADOR ARRAIS. [*Diálogos*,⁶ p. 28, 29, 44, 57].

1. Ed. de Lisboa, 1866.

2. Ed. de FERNANDES PINHEIRO. Rio de Jan., 1865.

3. Lisboa, 1780.

4. Ed. de Lisboa, 1871.

5. Ed. de 1806, Lisboa.

6. Ed. de Lisboa, 1846.

Em VIEIRA se nos depara a monte êsse encontro do *mas* com o *não*. Assim: *Sermões*, v. IV, p. 169, 170, 209, 211, 212, 214, 223; v. V, p. 67, 71, 76, 166, 174 [duas vezes], 209, 213, 227, 276, 284, 288, 301, 308, 311, 322, 323 [três vezes], 334, 339; v. VI, p. 241, 283, 290, 298, 303, 307, 308, 317, 330, 332, 333, 359, 364, 374; v. XI, p. 15, 19, 38.

Mas, porque me não objetem com a indelicadeza do ouvido clássico, desçamos aos modernos. Não teria fim reproduzir as passagens de CASTILHO, HERCULANO, GARRETT, CAMILO, RAMALHO, EÇA, LATINO e tantos, tantos outros, onde se nos deparam o *as não* e o *mas não*, a mim agora censurados. Tão a frouxo em todos os autores conhecidos enxameiam essas legítimas formas portuguesas.

Indicarei, pois, somente os livros e as páginas, onde ocorrem algumas.

De GARRETT bastará um volume. Tomando o XXIII das suas obras completas, ali topo as duas combinações ora malsinadas, às págs. 24, 26, 32, 39, 34, 40, 54, 60, 62, 63, 75, 90, 93, 112, 117, 132, 133, 137, 144, 157, 171, 216, 234, 238, 250, 265, 299, 314, 328, 378, 379, 385, 392, 397, 420 e 425.

De CASTILHO temo-las, entre um sem-número de outros exemplos, nos seguintes lugares: *Geórgic.*, págs. 17, 111, 127. *Escavações Poéticas*,¹ págs. 9, 88. *Fastos*, v. I, págs. 31, 105, 278, 307; v. II, págs. 23, 117; v. III, págs. 97, 113. *Fausto*, págs. 5, 333, 395, 400. *Amor e Melancol.*, p. 401. *Arte de Am.*, v. I, págs. 24, 43, 110, 119, 129. *Amôres*, v. I, 85 [duas vezes], 86, 88, 101; v. II, 30 [duas vezes], 74, 86; v. III, 33, 74. *Sabichonas*,² págs. 25, 26, 77, 200, 236. *Tartufo*, p. 25, 74 [duas vezes], 86, 90, 118, 161. *Tosquia de um Camelo*,³ págs. 7, 20, 32 [duas vezes] e 45. *Colóquios*, págs. 26, 31, 68, 70, 86, 181, 185, 355.

1. Rio de Jan., 1846.

2. Lisboa, 1872.

3. Lisboa, 1853.

De ALEX. HERCULANO, folheando ao acaso os *Opúsculos*, v. VIII,¹ dou com o *mas não* às págs. 73, 194, 210. Abro os *Estudos sobre o Casam. Civil*, e o vejo a págs. 17 e 39. Encontro-o ainda no *Monge de Cister*, v. II, págs. 235 e 323, assim como nas *Lendas e Narrativas*, v. I, págs. 135, 142, 148, 255, e v. II, págs. 16 e 32.

«*Mas não podiam*» é de LATINO COELHO, no seu *Camões*, p. 198; «*Mas não deve ser literato*», de CAMILO, no seu *Otelo*,² «*Mas não se atreveu*» e «*Mas não podendo tomar*», de OLIVEIRA MARTINS, no seu *Nun'Álvares*³ [págs. 382 e 387]; «*Mas não foi*» e «*Mas não podemos*» de JOÃO LISBOA. [*Obras*, v. IV, págs. 12 e 50].

EÇA DE QUEIRÓS. *Maias*: v. I, p. 13, 15, 22, 34, 49, 75, 87, 89, 109, 137, 171, 213, 224, 231, 230, 242, 244 [duas vezes], 268, 271 [duas vezes], 279, 331, 376, 377, 397, 450, 452, 458; v. II, 54, 89, 95, 142, 180, 219, 241, 266, 268, 305, 349, 392, 397, 405, 420, 468, 477, 484, 485, 501, 506. *Casa de Ramires*: págs. 13, 80, 92, 96, 116, 366, 118, 398, 247, 469, 533, 540. *Fradique Mendes*, págs. 194, 223.

RAMALHO. *Holanda*: págs. 22, 56, 233, 250, 273 [duas vezes], 238, 288.

Em GONÇALVES DIAS não escasseiam exemplos. Vêde-lhe as *Poesias*, v. I, 311, e v. II, 75, 77, 96, 97, 181.

Em MACHADO DE ASSIS são frequentes: *Poesias*, páginas 114, 116, 248, 319, 341; *Brás Cubas*,⁴ 16, 39, 42, 62, 67, 68, 76 [duas vezes], 95, 98, 107, 114, 161, 175, 255, 281, 283, 293, 294, 368.

Não faltam em JÚLIO RIBEIRO. *A Carne*, 49, 75, 76, 101, 104, 159.

1. Ed. de Lisboa, 1901.

2. Porto, 1886.

3. Lisboa, 1893.

4. Terc. edição.

80. — Essa continuidade e universalidade bem estão a evidenciar que não se trata de negligência ou vêzo reprovável, senão de um elemento de linguagem, a ela imprescindível e nela invencivelmente arraigado.

Considerem nestas frases: «Corre, *mas não* cansa. Luz, *mas não* é oiro. Canta, *mas não* entoa. Fala, *mas não* convence. Busca, *mas não* acerta. Vem, *mas não* chega. Dá, *mas não* ensina. Ora, *mas não* comove. Pede, *mas não* logra. Come, *mas não* engorda. Brada, *mas não* assusta. Melhora, *mas não* sara. Vasqueja, *mas não* morre. Agrada, *mas não* presta. Ri, *mas não* tem graça. Lê, *mas não* percebe. Estuda, *mas não* aprende. Discorre, *mas não* conclui. Promete, *mas não* cumpre. Amedronta, *mas não* mata. Lida, *mas não* vence. Arde, *mas não* queima. Escuta, *mas não* ouve. Sente, *mas não* mexe. Ingere, *mas não* digere. Receita, *mas não* cura. Gasta, *mas não* goza. Sofre, *mas não* geme. Apanha, *mas não* grita. Bebe, *mas não* tonteia. Vacila, *mas não* cai. Chora, *mas não* sente. Medra, *mas não* produz. Mói, *mas não* mata. Venta, *mas não* chove. Sabe, *mas não* mostra. Traduz, *mas não* compõe. Tem, *mas não* desfruta. Vegeta, *mas não* vive. Emprasta, *mas não* dá. Prega, *mas não* crê. Erra, *mas não* mente. Cochila, *mas não* dorme. Ralha, *mas não* pune. Quebra, *mas não* torce. » Como se substituiria todo esse frasear, se houvéssemos de aboli-lo?

81. — Às vêzes, até, em vez de *mas não*, é precisamente *as não* o composto, que se produz. «*As não* comem.» [DAMIÃO DE GÓIS, f. 105 v.] «*Mas não* tais, que *as não* pudesse dizer.» [*Ib.*, p. 179.] «*Que as não* aceitasse.» [*Ib.*, p. 389.] «*As não* desamparassem.» [DUARTE NUNES, *Crôn.*, v. I, p. 361.] «*As não* encontre.» [FR. LUÍS DE SOUSA, *Vida do Arc.*, v. I, p. 167.] «*As não* diziam.» «*As não* conhecem.» [D. FRANCISCO MANUEL, *Feira de Anexins*,¹ p. 5

1. Ed. de INOCÊNCIO F. DA SILVA, Lisboa, 1875.

c 95.] «Que *as* não veja.» [M. BERNARDES. *N. Floresta*, v. IV, p. 21.] «Que *as* não deixe.» [JORGE FERREIRA. *Eufrosina*, v. II, p. 7.] «Que *as* não podeis salvar.» [*Ib.*] «Logo *as* não poderá entristecer.» [VIEIRA. *Serm.*, V, 79.] «Pois porque *as* não atribuíis.» [*Ib.*, p. 272.] «Porque *as* não conservaram.» [*Ib.*, 329.] «Quem *as* não conhecia.» [*Ib.*, VI, 369.] «*As* não posso desencantar.» [CAV. DE OLIVEIRA, v. I, p. 101.] «Eu *as* não digo.» [*Ib.*, p. 340.] «Que *as* não entendam.» [GARRETT, v. XXIII, p. 133.] «É certo que *as* não desprezava.» [*Ib.*, p. 358.] «Que *as* não posso mexer.» «Ai de quem *as* não vinga.» [CASTILHO. *Fausto*, p. 177, 343.] «Hoje *as* não há.» «Que *as* não trocava.» [CASTILHO. *Colóquios*, p. 26, 190.] «Ganhá-las, para *as* não lograr.» [LISBOA. *Obras*, v. IV, p. 19.]

Nessas frases o *as* não sobressai escoimado até do *m* inicial, que nas anteriores, de «*mas* não», pareceria modificá-lo o soar. Sem embargo, ninguém poderia atribuí-lo a erros da pena, ou negligências de estilo. É óbvio que todos êsses escritores assim escreveram de propósito deliberado. E porquê? Porque dêsse jeito se reveste a expressão de outra energia. Em «não *as* diz, porque *as* não sabe», a negativa assume vigor e incisão maiores que se invertermos, dizendo: «Não *as* diz, porque *não as* sabe.» É naturalmente; visto como, no segundo caso, o pronome complemento sucede à negativa, atenuando-a, ao passo que, no primeiro, a partícula adverbial, antecedendo imediatamente o verbo, lhe comunica tôda a sua intensidade negativa.

82. — Nem há que recear a suposta risibilidade do composto, desde que, além do mais, *asnão* nunca foi vocábulo usado em português. Quando o asno passa da marca, chama-se *asneirão*. É êsse aumentativo o que se contrapõe ao *asquinho* de que nos fala GIL VICENTE [I, 172; III, 233] e CASTILHO [*Fastos*, I, p. 43, III, p. 127.]

Cacofônico então seria dar na combinação de *asno* ou *asna*. É o que faz, como já se viu, o professor CARNEIRO, à p. 148 de sua *Gramática Portuguesa*, escrevendo «*mas no primeiro*», quando, à p. 438, aponta como tipo de cacofonia «*hás no dizer*». Isso presumo que o não encontrará o mestre no meu substitutivo, suposto não seja difícil apadrinhar êsse feitiço vernáculo com as mais altas autoridades. Sem falar em GIL VICENTE, que escreveu «*Mas no certo é refalsada*» [*Obr.*, v. III, p. 118], ou FR. LUÍS DE SOUSA, que disse: «*Mas no mesmo tempo que os chorava*» [*Hist. de S. Doming.*, l. VI, c. 31], em VIEIRA, que usou: «*Mas no milagre*» [*Serm.*, VI, p. 248] e «*Mas nas do Brasil*» [V, p. 331], ou em DUARTE NUNES, que redigiu: «*Mas nas côrtes*» [*Crôn.*, v. II, p. 148] e «*Mas na partida del rei*» [p. 251], — é de CASTILHO: «*raras no mundo*» [*Art. de Am.*, v. I, p. 23], «*mas no amor*» [*Fastos*, v. I, p. 45], «*mas no aplicá-lo*» [*ib.*, p. 274], «*mas no sutil listão*» [*ib.*, p. 111], «*mas no passado*» [*ib.*, v. III, p. 137], «*mas no lauto festim*» [*Geórgic.*, p. 183], «*mas no seu sistema*» [*Am. e Melancol.*, p. 185]; é de GONÇALVES DIAS «*mas nos rancos da procela*» [*Poes.*, v. II, p. 69]; é de EÇA DE QUEIRÓS «*mas no meio*» [*Os Maias*, I, p. 62 e II, p. 295]; é de MACHADO DE ASSIS «*lágrimas noturnas*». E bastará êste último exemplo, onde o encontro dos dois vocábulos se opera tão suavemente, a mostrar quão factícia é, na maioria dos casos, a escabrosidade ali descoberta pela gramatiquice de alguns autores.

Ninguém notara ainda que LUÍS DE CAMÕES, ao escrever

«*Mas na ponta da terra Cingapura*»,

metesse entre as estrofes dos *Lusíadas* as quatro patas daquele animal, a que alude o anexim: «*Asna velha, cinta amarela*» [*Eufrosina*, p. 55].

Será talvez à conta dessa negligência da censura, que ANTÔNIO DE CASTILHO também não deu pela onagra, ao dizer «*Mas na água*», [*Fastos*, v. II, p. 193] ou «*Mas na erva*

acamada» [*Arte de Amar*, I, p. 137], que GONÇALVES DIAS se aventurou à mesma liberdade «Mas na acesa fantasia» [*Poes.*, v. II, p. 200], e EÇA DE QUEIRÓS não emendou aos seus romances frases como estas: «Mas na família. Mas narrou.» [*Maias*, I, p. 273, 243].

«Tudo promete, mas não faz nada», «Não faz nada, mas de tudo se gaba» são construções que ninguém se correria de escrever no mais limado estilo. «Cuida muito e não faz nada», poetou GIL VICENTE [*Obr.*, v. III, p. 383]. «Mas nada aproveitou», escreve DUARTE NUNES [*Crôn.*, v. I, p. 408]. «Mas nada basta», «Mas nada lhe valera», «Mas nada lhe valeu», são expressões de FR. LUÍS DE SOUSA [*Anais de D. João III*, p. 158, 277, 299]. «Mas nada lhes valia» é dêle, ainda, na *Vida de Fr. Bartolomeu* [L. II, c. 26]. Mas nada disto», é de CASTILHO [*Tartufo*, p. XII]. «Mas nada mais difícil» é de RAMALHO [*Hol.*, p. 281]. «Mas nada lhe ofendia» e «Nunca se faz nada» são de EÇA [*Maias*, I, p. 168, 412]. «Mas nada me pode fazer» é de JÚLIO RIBEIRO. [*A Carne*, p. 190]. «Mas nada disse», é de MACHADO DE ASSIS [*Poes.*, p. 338]. E nenhum dêsses prosadores, dêsses poetas, dêsses estilistas, qual a qual mais notável, deu fé jamais de que houvesse metido em casa, não um asno só, mas a manada inteira, tôda uma *asnada*.

Maior caso ainda. JOÃO DE BARROS, como acintemente, na sua *Gramática*¹, ousa acentuar o *o* final à combinação, escrevendo: «Como as dos latinos, de quem *as nós* recebemos.» Mas, dir-me-ão, a antiguidade ouvia mal. Sim. Com os modernos, porém, como o explicariam? Entretanto, acabamos de vê-los incorrer, sem constrangimento, no mesmo jeito de linguagem; e CASTILHO, cuja afinação de ouvido só tem competidor em BOCAGE; CASTILHO, a quem outro mestre da vernaculidade chamou «o pontífice da prosa», CASTILHO poetou de «púrpuras nativas» [*Amôres*, v. I, p. 36], escreveu

1. Ed. de Lisboa, 1785, pág. 74.

«que as *negue*» [*Arte de Am.*, v. I, p. 23], e teceu êste verso: «Mas note sobretudo ofertas de outrem» [*Amôr.*, I, p. 87], sem cair em que perpetrava um *asnegue*, um *asnativas* e um *asnote*.

Dir-se-á que aí o artista poderia carregar a mão na brunição, e a obra não perderia com um pouco mais de lima. Mas o certo é que as frases, de que certos escalpelos gramaticais comigo fariam escândalo, correm nativas da mais genuína linguagem portugueza. Tôda a gente diria e escreveria: «Não há quem as conteste, ou *as negue*.» Tôda a gente escreve, ou diz: «Mas observe. Mas *note*. Mas nomeie. Mas *navegue*. Mas *nada* faça.»

83. — Alimentemos, pois, a esperança de que desta feita ainda não perderemos o direito de escrever, ou dizer confiadamente: «As notícias. Más notícias. As *novações*. As *novelas*. As *nomeações*. As *notificações*. As *noções*. As *notações*. As *nobrezas*. As *noviças*. As *novidades*. As *novenas*. As *noviciárias*. As *nômadas*. As *novilhas*. As *novilhadas*. As *nugas*. As *nubianas*. As *nubentes*. As *núbeis*. As *núculas*. As *nudezes*. As *númidas*. As *nulidades*.»

A NÃO

84. — Nos mais clássicos, nos mais puros, nos mais cuidados espécimens da escrita vernácula o pronome regímen amiúde se antepõe à negativa. Em vez de «Quem *não* o viu?» «Como *não* o achou?» «Por que *não* o sentiu?», se costuma, e sempre se costumou dizer freqüentemente: «Como *o não* achou? Por que *o não* sentiu? Quem *o não* viu?» Em tal hipótese, estando no feminino o pronome complemento, em lugar de *o não*, teríamos, nas três frases, *a não*.

E aí está o *anão*, com que me querem enxovalhar os brios de escritor.

Venham, pois, as testemunhas da defesa.

Não me quero deter com os antigos mestres, cuja audição é suspeita. Apenas, quanto a êles, me cingirei à indicação de alguns exemplos. Pode verificá-los quem entender: GIL VICENTE, *Obr.*, I, p. 127 [«E diz que a não quer por nora.»]; II, 504; III, 76, 88, 279. CAMÕES, *Obras*, v. IV, p. 147; v. V, p. 58; v. VI, p. 46, 131, 207. JORGE FERREIRA, *Eufrosina* [ed. de 1786], p. 158, 180, 194, 210, 233, 295. BERNARDIM, p. 29, 116. VIEIRA, *Serm.*, v. V, p. 165, 167, 195, 196, 198 [duas vezes], 226, 319 [duas vezes], 277 [duas vezes]; v. V, 280, 311, 327, 359, 375; v. IV, p. 216, 229. *Obr. Inéd.*, p. 126, 135. AMADOR ARRAIS, p. 51. DUARTE NUNES, *Crôn.*, v. I, p. 50, 76, 82, 85, 151, 207, 360; v. II, 55, 85, 114, 277, 459. FR. LUÍS DE SOUSA, *Vida do Arceb.*, v. I, p. 14, 32, 61, 136, 148, 259, 309, 409, e *Anais de D. João III*, 25, 162, 192, 227, 256. BERNARDES, *Luz e Calor*, p. 53, 56, 61. FERREIRA, *Obras*, I, p. 351. CAV. DE OLIVEIRA, *Cart.*, I, 230, 334; II, 469.

Nos escritores modernos e contemporâneos, porém, o *a não* é tão correntio como nos antigos.

GARRETT: v. XXIII, p. 29 [esta não], 42 [a não vemos], 63 [a não quiseram; já não existia], 77 [a não siga], 81 [a não patenteiem], 131 [a não conduziram], 137 [a câmara não deve], 150 [ainda não], 154 [ainda não; tática não, ela não], 157 [já não serve], 201 [para não cair], 227 [para não verem], 235 [ainda não], 236 [já não há], 251 [a sua não fôsse], 265 [a não fazer], 308 [já a não tinha], 320 [ainda não], 345 [para não perturbar], 354 [já não restava], 374 [já não era], 419 [quando a não].

CASTILHO: *Geórgicas*, p. 13 [terra não], 25 [porque a não], 31 [a não rejeita], 53 [já não], 171 [já não], 215 [já não], 298, 203, 111 [já não]. *Fastos*, v. I, p. 266 [a não chamar], 275 [a não experimentaram]; v. II, p. 149 [a não no haver], 109 [a não quietara]; v. III, p. 47 [já não pode].

7 [a não ser], 157 [a não atino], 69 [a não valer-nos], 153 [sua não]. *Arte de Amar*, v. I, p. 26 [a não ser], 32 [a não persigas], 64 [para não], 87 [já não], 98 [a não sabe], 99 [a não vir], 101 [se a não quereis]; 126 [a não lhes ver], 136 [a não tragamos], 48 [outra não], 64 [para não]. *Amôres*, v. I, p. 43 [já não posso], 68 [já não me aterra], 78 [a não ser], 94 [já não], 96 [para não]; v. II, p. 47 [já não], 71 [bela não], 73 [inda não], 87 [venturosa não; bela não], 99 [vaca não; a não tornasse]; v. III, p. 88 [se a não tens]. *Anacreonte*, od. 1.^a [a minha, não], od. 8.^a [lua não], od. 14.^a [já não quero], od. 12.^a [inda não]. *Amor e Melancol.*, p. 286 [a não concebemos], 352 [a não lhe deixar], 404 [a não ser], 407 [a não me perder]. *Sabichonas*, p. 17 [a não ser], 41 [a não declara], 42 [a não diz], 123 [inda a não]. *Tartufo*, p. 39 [a não posso], 46 [que a não zela], 87 [a não viu], 145 [inda a não há]. *Fausto*, p. 10 [a não trague], 73 [a não ser], 201 [que a não procura], 383 [confesso que a não tenho]. *Colóquios Aldeões*, p. 53 [a não refusem], 70 [esta não], 137 [a não talhara], 39, 165, 189, 219 [já não], 304 [a não andar]; 329 [a não fazemos], 371 [a não querer], 381 [a não embaçarem], 385 [só para mim a não houve]. *Camões*, p. 35, 49 [esta não]; 68, 75, 105, 147, 221 [para não], 110 [já não].

HERCULANO: *Opúscul.*, v. VIII, p. 64 [todavia não], 71 [já não], 201 [a matéria não era]. *Casamento Civ.*, p. 33 [ela não], 42 [para não], 43 [para não], 61 [a não recepção]. *Solemnia Verba*, p. 30 [para não ignorar]. *Monge de Cister*, v. I, p. 125. *O Bôbo*, p. 21.

CAMILO: *Queda de um Anjo*, p. 105 [a não traía], 107 [a não quisesse]. *Memór. do Cárc.*, v. I, p. 85 [a não amasse].

RAMALHO: *Holanda*, p. 65 [para não], 69 [para não], 268 [eu a não], 324 [já não], 547 [como a não há].

EÇA DE QUEIRÓS: *Os Maias*, v. I, p. 99 [a não ser], 128 [a não ser], 213 [a não ser], 285 [a não meter; a não ser], 359 [já não], 388 [já não], 393 [já não], 403 [já não], 436 [para não], 457 [ela não]; v. II, p. 78 [a não deixar], 84 [já não], 106 [Ega

não], 109 [*a não vira*], 130 [*ela não*], 143 [*ela não*], 173 [*já não*], 195 [*a não mereço; a não posso*], 202 [*já não*], 215 [*a não; ela não; agora não*], 221 [*era não*], 243 [*já não; para não*], 288, 296, 316, 373, 380 [*já não*], 392 [*para não*], 407 [*a criada não; ainda não*], 408 [*Vilaça não*], 409 [*ainda não*], 410, 431 [*já não*], 433 [*ainda não*], 456 [*para a não*], 457 [*para não*], 461 [*já não*], 482 [*ela não*], 493 [*a não ser*], 503 [*já não*], 509 [*já não*], 518 [*já não*], 526 [*já não*]. *Casa de Ramires*, p. 62 [*a não visitar*], 93 [*a não vejo*], 224 [*a não ser*], 305 [*Quem a não deitaria*]. *Fradique*, p. 115 [*ainda a não há*], 167 [*a não ser*], 203 [*a não ser*].

OLIVEIRA MARTINS : *Nun'Álvares*, p. 369 [*a não cria*].

LISBOA : *Obr.*, IV, 72 [*a não ser*], 100 [*a não temia*].

G. DIAS : *Poes.*, v. I, p. 73 [*ela não*], 200 [*já não*].

JÚLIO RIBEIRO : *A Carne*, p. 4, 9 [*já não*], 15 [*Lenita não*], 66 [*lá não*], 68 [*já não*], 69 [*a não ser*], 75 [*ela não*], 76 [*Lenita não*], 92 [*para não*], 94 [*ela não*], 101 [*para não*], 124 [*ainda não*], 128 [*para não*], 155 [*já não*], 160 [*a moça não*], 161 [*Lenita não*], 167 [*a não poderia*], 181 [*a moça não*], 209 [*para não*], 210 [*Ele a não veria*], 212 [*ainda não*], 227 [*já não*].

MACHADO DE ASSIS : *Brás Cubas*, p. 31 [*a não ser*], 81 [*a não estender*], 84 [*ma não dessem*], 163 [*a não ser*], 318 [*a não ser*]. *Poesias*, p. 41, 130, 166, 320, 337 [*já não*], 19 [*inda não*], 220 [*pátria não*], 255 [*a vida não*], 258 [*Coema não*], 273 [*alma não*], 304 [*agora não*], 311 [*alguma não*], 330 [*a pena não*].

E por cumular este respeitável acervo, que facilmente se decuplicaria, ou centuplicaria, se valesse a pena, virá o próprio DR. CARNEIRO, que na sua *Gramática*, p. 107, não se desdenha de escrever com tôdas as suas letras um *já não*.

85. — Já se vê que nessa combinação de sons não pode existir cacófon. Como havê-lo, se essa construção é inseparável do bom fraseado português? Banida, teriam que desaparecer com ela [já o eu disse] tôdas as formas, em que o pronome *a* precede o advérbio *não*. Nem é tudo. Teríamos, outrossim, nesse caso, que desvalijar o nosso idioma de todos os dizeres, em número inumerável e de variabilidade infinita, nos quais o *não*, sucedendo à preposição *a*, antecede aos verbos no infinito: «*A não ser. A não ter. A não dar. A não tomar. A não vir. A não pedir. A não deixar. A não ir. A não crer. A não ver. A não rir. A não viver. A não bastar. A não chegar. A não nascer. A não morrer. A não valer. A não partir.*»

Mais longe ainda, porém, havia de ir a assolação. Ela espoliaria a nossa língua de tôdas as construções, onde a um nome ou a um adjetivo feminino se segue a negativa: «*Maria não ama. A feia não agrada. A bonita não aborrece. A casa não presta. A lua não brilha. A falua não voga. A data não se sabe.*» Ora, essas construções não têm número no falar vernáculo. Já é muito? Pois ainda assim não fôra tudo.

Com essas iriam também de escantilhão para o limbo as frases, sem fim, sem conta, em que precede à negativa uma destas expressões: *porventura, todavia, ainda, agora, lá, cá, já, para, ela, sua, minha, tua, nossa, vossa, dela, outra, alguma, essa, esta, aquela*: «*Se porventura não vier. Todavia não vejo. Ainda não vale. Agora não convém. Lá não há. Cá não chega. Para não morrer. Ela não fala. A sua não serve. A minha não ganha. A tua não corre. A nossa não circula. A vossa não aproveita. A dela não melhora. A outra não cede. Se alguma não acode. Essa não adianta. Esta não pesa. Aquela não brilha.*»

Que tal lhes parece ficaria a nossa vernaculidade, passando por tamanha devastação? Não creio que o meu velho mestre a admitisse. Aliás nos reduziria à contingência de

não termos possibilidade absolutamente nenhuma de falar, sem que nos atascássemos até à barba no cacófaton. Não é assim? Assim é. Mas, se tal consequência lhe repugna, se *a não* admite, há de reconhecer que a sua estranheza *não* cabe, que a sua censura *não* colhe, que a sua emenda *não* quadra, há de confessar que *a não* devia ter feito, há de convir em que *a não* pode sustentar.

§ 10

AINDA «CACÓFATONS»

86. — Sobre algumas outras combinações fônicas, desentranhadas, a muito custar, do meu substitutivo e seus trabalhos acessórios, caiu, da parte de outros críticos, a nota de cacofonia. Entre elas merecem particular relêvo, numa das primeiras censuras, como características do meu achaque, estas realmente curiosas enormidades :

Por cada;

Por tal;

De dote;

Desde logo, pois, se me afigura de bom conselho dizer o que a tal propósito me ocorre.¹

POR CADA

87. — Nos melhores exemplares de nossa língua, velhos e novos, sempre achei reunidas assim essas duas palavras, e não me constou jamais que alguém o levasse a mal.

«Daria prêmio certo em panos da feitoria», escreve FR. LUÍS DE SOUSA, «*por cada* cabeça que se lhe presentasse.» [Anais, p. 106.]

1. A este particular volto na seção II, §§ 16-20.

«Mandou-os carregar de ferros», diz noutro lugar o mesmo autor, «a duas bragas mui grossas *por cada um*.» [*Histór. de S. Domingos*, I, VI, c. 29.]

«Pagasse mil dobras cruzadas», fala agora DUARTE NUNES, «*por cada prisioneiro*.» [*Crôn. Del-Rei D. João I*, p. 352.]

«*Por cada oficial*» é frase de GARRETT [*Obr.*, v. XXIII, p. 47], cujo finíssimo ouvido não sentiu meter-se-lhe ali pelo discurso dentro a suinaria, com que agora me querem dar em casa.

«*Por cada uma das suas três gargantas*», aventura noutro discurso êsse primoroso artista [*Ib.*, p. 143.]

RAMALHO ORTIGÃO, a quem não conheço estilista que se avante em matérias de colorido e harmonia, perpetró esta sentença na sua *Holanda* [p. 20]: «Dir-se-ia que o escritor e o soldado haviam repartido o seu coração e o seu espírito *por cada um* dos sitiados.»

«*Por coisa*» também é expressão dêle [*Hol.*, p. 279], como «*por coroa*» é de GARRETT [*Ob.*, v. XXIII, p. 143], «*por cartas*» de CASTILHO [*Fastos*, v. I, p. 111], e «*por caçar*» de JÚLIO RIBEIRO [*A Carne*, p. 60]. Cada um dêsses encontros de sons renderia aos meus críticos um *porco* ou uma *porca*. Quem a êles anda, afirma o adágio, que em tôda a parte lhe roncam.

Por honra da nossa geração, porém, não esqueçamos que só agora se percebeu êsse grunhir em expressão tão antiga, tão vernácula, tão geral, tão imprescindível. Na palestra, no fôro, na tribuna, ou na imprensa, a cada momento, nos dão na vista, ou nos ressoam ao ouvido sentenças como estas: «*Por cada benefício uma ingratidão. Por cada prazer uma pena. Por cada sacrifício uma amargura. Por cada soberbia uma humilhação. Por cada aspiração um desengano. Por cada promessa um lôgro. Por cada jura uma traição. Perguntei por cada um. Quanto pagaste por cada lugar? Distribua a ração por cada praça. Interessei-me por cada um. Por cada vez uma pessoa.*» E' um dos feitios vernáculos

mais portugueses, tãda a vez que se oferece ocasião de particularizar, ou distribuir. Nem mesmo orelhas de porcarico ali sentiriam, provàvelmente, êsse cuinchar, de que ora me argüem a prosa os críticos do substitutivo.

Quando, porém, a suinofobia requintada a tal extremo anatematizar definitivamente da nossa linguagem êstes velhos moldes pátrios, tem de ir adiante, e vasculhar o idioma de muitas outras formas portuguesas, onde êsse atino auditivo desemboscaria *porcos*, *porcas*, *porcalhas*, *porquinhos*, *porquias* e *porcarias*. Assim: *por* costume, *por* casa, *por* camisa, *por* caça, *por* calha, *por* quinhoeiro, *por* quitação, *por* cariar.

CAMÕES escreveu «*porqu'antes*», «*por'caso*» e «*por caso*». [Obras, v. I, p. 150, v. II, p. 43 e 79.]

POR TAL

88. — Deveras será necessário não fazer o menor caso do senso comum, para neste composto fônico ir afuroar cacofonia.

Vejamos. Que vem a ser *cacófaton*?

Abro o velho JOÃO DE BARROS. «*Cacófaton*», ensina êle «quer dizer *mau som*, e é vício *que a orelha recebe mal*: e comete-se, quando do fim de uma palavra e do princípio doutra *se faz alguma fealdade, ou significa alguma torpeza*.» [Gramática, p. 168¹.]

CASTILHO, no seu *Tratado de Metrificação*² [p. 56] miudeia as variedades possíveis do *cacófaton*: «De três sortes pode ser a cacofonia: de *torpeza*, de *imundície* e de simples *desagrado*. *Torpeza*, quando as extremidades de palavras

1. Abstenho-me de transcrever o exemplo dado por JOÃO DE BARROS porque, atualmente, o papel impresso o não sofreria.

2. Porto, 1867.

comezinhas produzem um vocábulo indecente. *Imundície*, quando de igual reunião provém um termo repugnante em conversação de pessoas delicadas. E será ainda vício dêste gênero o só fazer lembrar palavra indecorosa. O *desagrado* cacofônico pode ser ainda de dois modos : ou quando da continuidade de dois termos se forma um terceiro e bem perceptível, sobretudo se a significação é *desagradável e baixa*, ou mesmo quando, sem formar vocábulo algum, dá uma combinação pouco bela.»

São êstes os exemplos, em que êle sucessivamente caracteriza estas diferentes espécies uma a uma :

«*Alma minha gentil que te partiste.*»

«*Em Meca cada qual se apresentava.*»

«*Tens-me já dado, amor, bastantes penas.*»

«*Mas morra enfim às mãos da bruta gente.*»

«*Vendo a sua ré linda, el-rei perdoa.*»

Segundo JÚLIO RIBEIRO [*Gram.*, p. 328, n.º 638], consiste a cacofonia no «encontro de duas palavras, que produza uma terceira, de significação *baixa* ou *torpe*: *Alma minha. Essa fada. Ela trina.*»

A definição do professor CARNEIRO discerne quatro gêneros de cacofonia : o desonesto, o torpe, o ridículo e o que se limita ao encontro de consoantes ásperas da mesma natureza.

E', como se vê, o mais severo de todos os aquilatadores do cacófatón; porque o próprio CASTILHO, particularizando tanto, e legislando para a harmonia métrica, não individua a última das variedades enumeradas pelo gramático baiano.

89. — Fôsse qual fôsse, porém, dessas definições a que se adotasse, abrangeria a contigüidade entre as duas sílabas *por e tal*?

Formam elas, justapondo-se, o vocábulo *portal*, que os lexicógrafos definem *portada*, ou *porta principal*. Não há nêle, é de ver, associação de idéias torpe, desonesta, ou ridícula. Tampouco se lhe nota encontro de consoantes ásperas e da mesma natureza. Nem o *t* é consoante áspera, nem da mesma espécie que o *r*.

Não se poderia, ademais, sem ofensa do senso comum, classificar entre as cacofonias um concurso, como êsse, de partículas, que o uso vernáculo associa normalmente em frases de ocorrência cotidiana e indispensável. Tais são :

«*Por tal modo. Por tal maneira. Por tal forma. Por tal jeito. Por tal arte. Por tal preço. Por tal caminho. Por tal sacrifício não valia a pena. Por tal desfecho ninguém esperava. Por tal crime se famigerou. Por tal desgraça lhe acabou a vida. Por tal sentença lhe tiraram a fortuna. Por tal princípio tal fim. Por tal martírio o fizeram passar. Por tal provação o experimentou Deus. Por tal benefício tal gratidão. Por tal vida tal morte. Por tal amigo não era de mais tal excesso. Por tal medida o não deviam medir. Por tal heroísmo tal vitória. Por tal serviço tal galardão. Por tal afronta só a morte. Por tal miséria só o desprezo. Por tal maneira só a fôrça. Por tal virtude só o céu.*» Como excluir da boa linguagem e suprir, quando excluídas, tais expressões e sentenças ?

Se a idéia de *porta*, suscitada em *por tal*, irrita a cacofatomania dêsses críticos, em fazendo lei o seu capricho, outras locuções vernáculas têm de ser, com essa, refugadas. Pela mesma associação de idéias, já nos não poderíamos servir das construções gramaticais, em que a preposição *por* antecede o verbo *ter* no infinito e a esta se segue o pronome demonstrativo *o, a, os, as*. Exemp. : «*Por tê-lo visto, Por tê-los encontrado. Por tê-los estragados [os órgãos]. Por tê-lo aberto [o caminho]. Por tê-lo fechado [o negócio]. Por tê-la requestado. Por tê-las namorado.*» E, desta lavra, inú-

meras outras frases, em tôdas as quais se introduz um *portelo*, ou mais *portelos*, uma *portela* ou várias *portelas*, a saber, uma ou mais *cancelas*, ou *portinhas*.

90. — Já eu parece que me pudera contentar do que em relação ao *por tal* levo dito. Mas não será por demais acrescentar às razões as autoridades. Virei até às mais próximas, desde as mais remotas.

Os mais antigos monumentos do nosso idioma nos atestam a tendência constante dessa preposição e êsse advérbio à mútua contigüidade. Basta manusear o *Leal Conselheiro* del-rei D. DUARTE para ver como semelhante convizinhaça é ingênita ao nosso falar. Vejamo-lo, na bela edição de ROQUETE [Paris, 1842]: p. 2, 51, 72, 132, 294, 179, 180, 186, 285, 290, 298, 351, 365, 395, 404, 412, 415, 414, 416, 303, 411, 365 ["*por tal* que"]; 81 ["nom se tem *por tal*"]; 41 ["*por tal* amor"]; 46 ["*por tais* mostranças"]; 118 ["*por tal* temor"]; 127 ["*por tais* avisamentos"]; 130 ["*por tal* lembrança"]; 154 ["*por tais* feitos"]; 169 ["*por tal* ciência"]; 178 ["*por tais* nos promete"]; 260 ["se *por tais* os nom conhecer"]; 311 ["*por tal* o conhecer"].

«*Por tal* vendei de maneira
Que não ofendais a Deus»,

dizia Maria Dias, no *Auto da Feira* [GIL VICENTE, *Obr.*, v. I, p. 176], e o anjo no *Auto da Alma* [*ib.*, p. 189]:

«E *por tal*
Me manda a vos ajudar,
E defender.»

Semelhantemente CAMÕES, nos *Lusíadas* [II, 5]:

«Cumprirá sem receio seu mandado,
Que a mais *por tal* senhor está obrigado.»

FERNÃO LOPES. *Crôn. del-rei D. Fernando*, c. 66 [«Dava a entender *por tal* obra»]; *Crôn. del-rei D. João I*, c. 29 [«*Por tal* que sua fama crescesse»]; *ib.*, c. 48 [«*Por tal* que vista sua resposta»]; c. 139 [«*Por tal* que sùbitamente e improviso as pudesse tomar»]; c. 149 [«*Por tal* que morressem»]; *ib.*, II parte, pról. [«*Por tal* que aquêles que os houvessem»]; *ib.*, c. 183 [«*Por tal* que Deus e o mundo visse»]; *ib.*, c. 196 [«*Por tal* ajuda»].

DAMIÃO DE GÓIS. *Crôn. del-rei D. Man.*, fol. 98: «*Por tal* o manda el-rei castigar.»

DUARTE NUNES. *Crôn. del-rei D. João I*, v. I, p. 340: «Nunca me conhecestes *por tal*.»

FR. LUÍS DE SOUSA. *Vida do Arceb.*, v. I, p. 15 [«ouvindo-se julgar *por tal*»]; p. 34 [«*por tal* foi depois mandado à India»]; p. 42 [«*por tal* lho propôs»]; p. 88 [«*por tal* merecia»]; p. 120 [«*por tais* meios»]; p. 152 [«*por tal* o tenho»]; p. 166 [«e deixada *por tal*»]; p. 175 [«conhecer *por tais*»]; p. 219 [«*por tal* ordem»]; p. 234 [«*por tal* fôra a primeira»]; p. 312 [«*por tal* lhe deram aquêlê lugar»]; p. 313 [«*por tais* estão venerados»]; p. 349 [«*por tal* se tem»]; p. 363 [«conhecendo-me *por tal*»]; p. 369 [«e *por tal*»]; p. 387 [«para a terem *por tal*»]; p. 397 [«*por tal* está venerada»]; p. 399 [«festejando aos que tinham *por tais*»]; p. 415 [«*por tal* traça»]; p. 420 [«*por tal* cronista»]; vol. II, p. 33 [«*por tal* terra como esta»]; vol. III, p. 46 [«e *por tais* os guardaram»]. *Histór. de S. Domingos*, p. I, l. VI, c. 33 [«Desta maravilha, que *por tal* foi havida»]. *Anais de D. João III*, p. 100 [«*por tal* maneira»]; p. 255 [«*por tal* fôra escolhido»]; p. 313 [«*por tal* sabemos que foi depois imitado»]; p. 340 [«*por tal* o foi acompanhando»]; p. 343 [«*por tal* trabalho»].

JORGE FERREIRA. *Eufrosina*, a. II, c. 2: «*Por tal* não te conhece»; a. II, c. 7: «*Por tal* a formou Deus»; a. III, c. 2: «*por tal* razão»; a. V, c. 2: «Se nos víssemos tal *por tal*.»

BRITO. *Monarq. Lusit.*, v. I, p. 59: «E *por tal* a cano-
nizam.»

VIEIRA. *Serm.*, v. III, p. 206 [*«por tal arte»*]; p. 299
[*«e se vendiam por tais»*]; v. VI, p. 305 [*«a que eu tenho
por tal»*]; *ib.*, p. 308 [*«e por tal a qualifica o texto sagrado»*].

M. BERNARDES. *N. Flor.*, v. IV, p. 209: «quem o dei-
xará de respeitar *por tal*?»; p. 221: um parálítico, que conhe-
ciam *por tal*»; v. II, p. 87: «que *por tais* reputavam».

ANT. PEREIRA DE FIGUEIREDO. *Memórias de Liter. Por-
tuguêsa*, v. III, p. 208: «E *por tal* o teve também.»

FILINTO ELÍSIO. *Obras*, v. VII, p. 11: «Não o teve
por tal»; v. XVII, p. 11: «enfraquecido *por tal* modo»
p. 82: «e *por tal* o mais fanático»; v. XVIII, p. 8: «*por ta*,
o *julgaria*.»

ROQUETE, n. 1 ao *Leal Conselh.*, p. 481: «Apesar de
que a Igreja não o tenha declarado *por tal*.»

GARRETT, *Obr.*, v. XXIII, p. 89: «E *por tal* o apoiou o
centro.»

CASTILHO. *Geórgic.*, p. 205: «e *pôr tal* peste fora». *Fas-
tos*, v. II, p. 125: «*por tal* arte a afligiu»; p. 179: «*po^r*
tal arte lhe ingenha». *Fausto*, p. 119: «chegares *por ta*
arte.» *O Avarento*, p. 143: «*por tal* sinal». *Anacreonte*, l
od. 28.^a: «Mas dispor-lha *por tal* arte». *Felicidade pela Instr.*,
p. 64: «encaminhar as coisas *por tal* arte».

LATINO COELHO. *Oraç. da Coroa*, p. 6: «*Por tal* mo-
tivo.»

CASTILHO JOSÉ. *Grin. da Arte de Am.*, p. 127: «*Por
tal* guias.»

CAMILO. *Narcótico*, v. II, p. 157 : «Balburdiaram *por tal* feição o antigo com o moderno».

GONÇALVES DIAS. *Poes.*, v. II, 203 :

«Virgem! virgem! que o amor recompensas
Por tal arte, tão dura e cruel.»

Obras Póstumas [S. Luís, 1868], v. IV, p. 201 : «*Por tal* feito caiu de tal modo em graça.»

RAMALHO. *Hol.*, p. 277 : «*Por tal* motivo êle prevenia de antemão»; p. 279: «*Por tal* motivo».

M. DE ASSIS. *Poes.*, p. 11 :

«Que *por tais* gozos não vale
Deixar os braços de Deus.»

Agora estejam no caso, e, se continuarem a recusar a essa expressão os foros de irrepreensível, é que se obcecaram no propósito de negar a verdade conhecida *por tal*.

DE DOTE

91. — Também esta ridicularia chibou nas primeiras críticas opostas ao substitutivo. O inventor do achado riu-se muito do chiste, e, como os pintores de retratos e paisagens que ninguém reconheceria sem a legenda explicativa, advertiu os amigos da troça que *de dote* vem a ser *dedote*, e *dedote* o dedo meminho.

Não sei se os papalvos se puseram a rir. E daí ririam talvez justamente da sensaboria; porque às vezes acontece darem os néscios para ter senso.

Mas o que sei, é que não distinguir sons tão diversos quanto o do *e* mudo da preposição *de* e o do *e* acentuado em *dedo*, é querer destrinçar uma língua culta com a audição

africana. O ouvido português não confunde, não confundiria jamais «*de* muito» com «*dê* muito», «*de* pouco» com «*dê* pouco», «*de* tudo» com «*dê* tudo», «*de* todo» com «*dê* todo», «*de* pasto» com «*dê* pasto», «*de* tréguas» com «*dê* tréguas», «*de* manso» com «*dê* manso», «*de* fé» com «*dê* fé», «*de* ordem» com «*dê* ordem», «*de* cabo» com «*dê* cabo». Há frases, até, em que os dois vocábulos se encontram juntos um ao outro, sem risco de confusão possível: «*Dê de* leve. *Dê de* manso. *Dê de* barato. *Dê de* vagar.»

92. — Se a critique conhecesse a língua, de que discorre, não me levaria a desacêrto e a riso uma construção como essa, tão rigorosamente correta e notòriamente vulgar. Não há quem não fraseie: «*Haver de dote. Ter de dote. Receber de dote. Alcançar de dote. Reclamar de dote. Falar de dote. Deixar de dote. Dar de dote. Tratar de dote. Prescindir de dote. Contrato de dote. Escritura de dote.*»

A preposição *de*, como é freqüente em nosso idioma, faz aí vêzes de *em*, ou *como*, correspondendo o «*dar de dote*» a inúmeras outras sentenças de análoga feitura: «*Dar de aluguel. Dar de aforamento. Dar de empréstimo. Dar de parceria. Dar de juro. Dar de festas. Dar de espórtula. Dar de esmola. Dar de renda. Dar de trôco. Dar de resto. Dar de quebra. Dar de saldo. Dar de lucro. Dar de arras. Dar de benefício. Dar de luvas. Dar de prêmio. Dar de estréia. Dar de gratificação. Dar de garantia. Dar de graça. Dar de barato. Dar de tornas.*»

Agora, se ainda exigem autoridades, e não basta a do uso, a maior de tôdas, aí vão:

DUARTE NUNES. *Crôn.*, v. II, p. 385: «Em lugar *de dote* e legítima»; p. 465: «Que em lugar *de dote* tomou.»

FR. LUÍS DE SOUSA. *An. de D. João III*, p. 361: «Devia el-rei considerar que o que desse de sua fazenda, com nome *de dote*, ficava sendo um gênero *de donativo*.» Aqui *de dote* e *de do*.

RAFAEL BLUTEAU. *Vocabulário*, v. III, p. 296: «Magalia, por casar com cinco mil escudos *de dote*, foi chamada por alcunha *A bem dotada*.»

Ibid., p. 297: «Casou com grande *dote*.»

HERCULANO. *Est. sôb. o Casam. Civ.*, p. 18: «Precedendo a convenção preliminar *de dote*.»

E, se, por se aproximar do vocábulo *dedo*, houvesse de incorrer em nota desfavorável a locução *de dote*, outras, como imitações ou arremedilhos da mesma palavra, haviam de merecer igual estigma.

Não seria lícito, por exemplo, dizer *de dó*, isto é, *de pesar*, *de mágoa*, conquanto BERNARDIM RIBEIRO [*Men. e Moça*, p. 21] houvesse escrito «*de dó* de mim», e GARRETT, no *Camões*, poetado:

«Dá com os olhos
No cortejo *de dó* que hóspede novo
Traz à morada eterna.»

CASTILHO teria claudicado naquele verso da *Arte de Amar* [p. 30]:

«Dar, nunca, mas fingir sempre tenção *de dar*.»

Mau seria ainda o exemplo dado 'pelo dr. CARNEIRO, quando, na sua *Gramática* [p. 134], disse aos seus alunos que «cedo devia o homem sentir a necessidade *de dar* nomes aos vários objetos.»

Enfim, da versão do *Fausto*, num dos seus trechos mais primorosos, o canto de Margarida ao fiar na roca, devíamos expungir o verso onde se fala em «caudais *de doçura*.»

Mas baste de razões. Essas já me parece que sobejam.

§ 11

ART. 17

PRIVADA¹

93. — Não está o sábio filólogo baiano pelas minhas objeções a esta palavra. A seu ver, é um vocábulo maior de toda a exceção. Deploro não ter por mim a aquiescência de tão respeitável autoridade. Mas o seu desapoio não abala as minhas reservas, que mantenho, e mantereí.

Em questões, como esta, de gosto e, digamos assim, de olfato, nem sempre será o melhor aviso o que puder abundar em razões mais ponderosas. Aí o que decide com acêrto, é o tato do entendido, a experiência do conhecedor, não logrando, muita vez, estribar o seu laudo noutro motivo que o seu próprio sentir, critério pessoal, íntimo, instintivo e, não raro, indemonstrável.

Não contestei a legitimidade vernácula do termo. «Pessoa *privada*» é expressão de DIOGO DO COUTO. [*Déc.* IV, 1. I, c. 2.] VIEIRA fala «na capela *privada*» [*Cart.*, I, p. 229] e em «pessoa *privada*». [*Inéd.*, v. II, p. 139.] GARRETT [v. XXIII, p. 114 e 115] diz «afeições *privadas*» e «vida *privada*». ALEXANDRE HERCULANO [*Opúsc.*, v. VIII, p. 47] escreve «virtudes *privadas*». E «vida *privada*» escreveu LATINO COELHO. [*Humboldt*, p. 280; *Oraç. da Cor.*, p. 16.]

Êsses exemplos, que ofereço aos amigos do precioso adjetivo, fazem mais ao intento do ilustre professor que o seu excerto de LATINO COELHO, o qual se refere a «famílias *privadas de seus chefes*». Sendo, com efeito, de mera sensibilidade auditiva o melindre aqui ofendido, não trazem a mesma impressão desagradável que o adjetivo em locuções como

1. Ver adiante, seq. III, § 2º.

«vida *privada*», «pessoa *privada*», «virtude *privada*», onde o último dos dois vocábulos remata a expressão da idéia, comunicando-lhe o seu tom, as frases, como aquela de LATINO COELHO, onde o particípio aoristo do verbo *privar* seguido de um complemento, atrás dêle se dissimula ao ouvido. Aí não teria eu repugnância, que sinto no outro caso, do mesmo modo como não repugnaria ao uso do advérbio *privadamente*, que me depara JOÃO DE BARROS no *Diálogo da Viciosa Vergonha*.¹

Nas locuções adjetivadas, o epíteto, que as ultima, tem uma predominância, que recorda à orelha o substantivo *privada*, com as suas acepções necessárias e atuais, de «secreta, comua, latrina, sentina, cloaca, retrete.» [MORAIS. *Dicion.*]

Não deslizou até hoje a palavra da significação, com que a escrevia GIL VICENTE, na *Comédia de Rubena*.

«Que não saiam da *privada*
A enganar as coitadas.»

[*Obr.*, v. II, p. 13.]

«E' ãa torta defumada,
Tapadeiro da *privada*.»

[*Ib.*, p. 16.]

Fazendo suas as palavras do meu parecer, com que supôs responder-me, não me refuta o dr. CARNEIRO; porquanto não é à brejeirice do calão que toa mal o vocábulo. Mais de uma vez lhe acentua CAMILO CASTELO BRANCO essa paronomásia aborrecível. «Entrava-lhe na vida *privada*», escreve êle, grifando a expressão, «e dizia que o substantivo era tão limpo como o adjetivo.» [*História e Sentimentalismo*², p. 143.] Noutro livro seu [*Noites de Insônia*³, n.º 7, p. 92] ainda mais expressivamente se pronuncia: «Diz que não me ameaçara na minha vida *privada*. O *privada* é êle e dêle. Eu es-

1. Ed. de 1785, p. 287.

2. Pôrto e Braga, 1880.

3. Pôrto, 1874.

crevi vida particular. Não lhe quero maior castigo que a vergonha ante si mesmo de substituir cavilosamente palavras, para amañhar um gracejo sujo.»

94. — Não era de estranhar que a acepção fescenina dêsse vocábulo acabasse por destingir sôbre os seus outros usos, e conspurcá-los, quando palavras estremes dessa grosseira sinonímia, outrora correntes, vieram a cair em incompatibilidade com a linguagem delicada, ou a ser proscritas da circulação, por terem assumido ambigüidade acessível a equívocos maliciosos.

Ninguém atualmente diria, por exemplo, como os nossos clássicos diziam, «sujeito de boas partes», «homem de grandes partes», não se podendo já recorrer a êsse têrmo, na acepção de prendas ou dotes pessoais, senão com sutileza e tento, por não dar azo à malignidade. Outro espécimen temos nas locuções *bom sucesso* e *mau sucesso*, que, vulgarmente, hoje, no singular, indicam um fato fisiológico especial ao outro sexo. *Têtas* diziam dos seios da mulher os nossos melhores poetas¹, entretanto que presentemente só se aplica às fêmeas dos animais. Ainda não há receio de significar o delivramento pelo nome comum e específico de *parto*. Mas o verbo correspondente, que tantas vêzes figurou em belas estrofes de CAMÕES², e FERREIRA³, que tantas se ouviu nos sermões de VIEIRA, com relação a Maria Santíssima, que sem desaire ainda se repete nas incomparáveis traduções latinas de CASTILHO⁴, desapareceu da linguagem delicada, e, hoje, suscitaria escândalo numa poesia, num discurso, ou numa sala. Ainda agora se fala no *aprisco da igreja*. Mas quanto não faria rir quem dissesse como JACINTO FREIRE⁵ o *curral de Cristo*?

1. CAMÕES, ode XI. [Obr., v. II, p. 117.] FERREIRA, Obr., v. II, p. 266. [Castro, a. IV.]

2. *Lusíadas*, III, 1, e em vários outros pontos.

3. *Obras*, v, II, p. 163. [Cart. X, liv. II.]

4. *Metamorfozes*, p. 300 e em muitos outros lugares.

5. *D. João de Castro*, II, 112.

Bem razão tinha LAMARTINE, quando, opondo-se à glori-ficação do *mot de Cambronne* por VÍTOR HUGO, lhe advertia que «*les mots ont leur odeur*». Se os meus opositores o não sentem à palavra, de que ora tratamos, paciência. Será su-perexcitação dos meus sentidos literários. Mas que lhes hei de fazer? Vejo que o *Brás Cubas* de MACHADO DE ASSIS não era menos delicado: duas vezes, nas suas *Memórias* [c. 100, p. 262 e 263], refugou aquêlo adjetivo, escrevendo e reescrevendo: «vida particular».

Eu estou com o *Brás Cubas*, e opino que a linguagem do código civil não deve ser mais complacente com os cheiros suspeitos.

§ 12

PREFERÊNCIA POR

95. — Esta apostila do cmérito professor é uma das tais, em que, não contente de me chacinar o substitutivo, se diverte em me andar pulverizando as notas.

Parece-lhe a êle que o seu desaproveitado aluno, dizendo «a *preferência pela* outra expressão», não «lhe tateou bem a vernaculidade». A seu ver, o substantivo *preferência* não com- porta a preposição *por*, senão sòmente *a, para, de e sôbre*; para demonstrar o quê invoca A. 'DE CASTILHO e LATINO COELHO, nestes dois passos: «A preferência de Maria *para* as leituras.» «E' então que a preferência *da* antiguidade apa- rece claramente, definitivamente.»

A última dessas duas passagens não se recomenda senão à censura, pela sua anfibologia. Não se sabe, de feito, ali, se «a *antiguidade*» é sujeito, ou objeto da *preferência*, se a anti- guidade *prefere*, ou *é preferida*.

Do outro tópico o que se segue apenas, é que com o nome *preferência* cabe a preposição *para*, sem que daí resulte não lhe caber também a preposição *por*.

O douto professor labora numa confusão, que buscarei desvanecer.

Os complementos indiretos do verbo *preferir*, êsses excluem, não há dúvida nenhuma, a preposição *por*, exigindo a preposição *a*. Mas esta *não rege então o objeto preferido*, senão aquêlê que lhe pospomos. «Entregaram-se», diz BLUTEAU, «e foram despojados de tudo, exceto daquela liberdade, que êles *preferiam a tudo*.» [Vocabulár., v. VI, p. 691.] «*Preferiu a conservação da República à sua própria vida*.» [Ibidem.] «Sem nunca se *preferir aos* mais.» [Ib.] «A maioria do povo *preferia a infâmia* que a lei impunha aos que recusavam defender a terra natal aos riscos gloriosos dos combates.» [A. HERCULANO. *Eurico*¹, p. 8.]

Com a palavra *preferência*, porém, a preposição *variará*, sendo, consoante à espécie, *a*, *para*, *de*, *sôbre*, ou *por*.

Quando se cogita na pessoa, *que exerce a preferência*, será *de* a preposição conveniente. Diremos, v. g.: «Quais são as preferências *dêste* escritor? Em coisas de arte consulte o leigo as preferências *do* entendido. Preferências *de* ignorante não têm autoridade.» HERCULANO disse: «Era êle quem no meio das festas obtinha tôdas as *preferências da* filha adotiva da infanta.» [O Bôbo,² p. 47.]

Com os verbos *pedir*, *solicitar*, *requerer*, *promover*, *obter* e outros semelhantes, a sentença *reger-se-á* com a preposição *para*: «*Peço preferência para*³ o meu projeto. Requeiro prefe-

1. Ed. de 1900, p. 8.

2. Ed. de 1899.

3. Será lícita em português a construção *pedir para ir*, *pedir para ver*, *pedir para ler*? Sustentam as nossas melhores autoridades que não. [FIGUEIREDO. *Liç. Prát.*, v. I, p. 43.] Entretanto AL. HERCULANO escreveu: «*pede para falar*» [*Eurico*, p. 144]; «*pede para te falar*» [*ib.*, p. 171]; «*supliquei para ser mandado aqui*» [*ib.*, p. 138]; «*pedir a sua reverência para ir ver*» [O *Monásticon*, v. II, p. 69.] E CASTILHO ANTÔNIO: «*Peça a algum lojista honrado para ter na sua loja*.» [Cológ. *Ald.*, p. 116.]

rência *para* o meu invento. Obtive preferência *para* o meu livro. Hei de granjear preferência *para* o meu traçado.»

Se o que se quer, é significar a ação de *atribuir, dar, conferir, estabelecer* a preferência, a preposição acertada é *a*, que, em tais hipóteses, rege a pessoa ou coisa preferida, reservando-se à preposição *sobre* o reger a coisa ou pessoa desfavorecida na seleção do preferente. E' o que se verificará nestes *excertos* de BLUTEAU [*loc. cit.*]: «Darei a preferência *a* quem primeiro der dinheiro. Ainda que dêem *a* um e outro a preferência... também de boa vontade *a* dão *a* este *sobre* aquele.»¹

Mas quem me deu a preferência *a* mim, *ao* meu plano, *ao* meu livro, *à* minha idéia, *ao* meu projeto, mostrado tem a sua preferência *para com* ou *pelo* meu projeto, *pela* minha idéia, *pelo* meu livro, *pelo* meu plano.

A preferência que se concede *a* um indivíduo, ou *a* um objeto, a preferência que êsse objeto ou indivíduo assim logrou, é a primazia no lugar, a distinção exterior, a precedência nas vantagens. A preferência *pela* entidade que as obteve é a disposição de ânimo, o afeto, a estimação daquele que as distribuí.

De modo que tôdas essas preposições têm sua cabida, mas discriminada, pôsto que às vêzes concomitantemente, na mesma sentença. Anela-se a preferência *dos* juízes compe-

Nem é moderna esta maneira de escrever; porque JACINTO FREIRE já dissera: «*Pedia para se vir ao reino.*» [*D. João de Castro*, IV, n.º 94.]

A meu ver, o uso desta sintaxe, tão generalizada na linguagem popular, tem legítimas raízes numa elipse bem natural. *Pedir para fazer* equivale a «*pedir licença para fazer*», ou «*pedir vênja, permissão, para fazer*». Assim escreveu BERNARDES: «*Pediu ela licença para responder*» [*N. Flor.*, v. II, p. 258], e JACINTO FREIRE: «*Como amigos do Estado lhe pediam licença para desembarcar.*» [IV, p. 28.]

1. Fora dessas construções, longe de ser à pessoa ou coisa *a* que beneficia a preferência, é àquela, contra a qual a preferência se estabelece, que rege a preposição *a*: «*O seu apêgo à liberdade e aos direitos individuais com preferência a tudo.*» A. HERCUL. *Opúsc.*, v. I, pág 28. «*A vós se concede isto com preferência a todos os mais.*» BLUTEAU. *Vocabul.*, v. VI, p. 691.

tentes, e requesta-se a preferência *da* mulher amada. Conquista-se a preferência popular *para* as idéias benfazejas, ou *para* os livros úteis. Outorga-se a preferência *para* os cargos aos capazes, aos justos, aos doutos e aos fortes. Mas a preferência que se *tem*, se *exprime* ou se *sente*, é *pela* coisa ou *pela* pessoa que a inspira. Se eu disser: «Tenho preferência *a* João», «Tenho a preferência *de* João», «Tenho preferência *sobre* João», não terei significado que o anteponho a outrem, mas que eu *sou preferido a* João, ou *por* *êle* *preferido*. Desde que o meu intento seja preferi-lo a outro indivíduo, direi que «a minha preferência é *por* João». Da mesma sorte, *por* João há de ser a preferência, que eu sinto, e *por* *êle* a que eu exprima.

Substitua-se agora essa preposição pelas que indica o dr. CARNEIRO: *a*, *de*, *para* e veja-se o resultado.

1.º «Exprimirei a minha preferência *a* João.» Mas não é o que se pretendia significar. O que aí se diz é que da minha preferência João ficará ciente, será por mim inteirado. Mas essa preferência a quem favorece? em quem recai? Não se disse.

2.º «Exprimirei a minha preferência *para* João.» Ninguém ao certo me atinará com o pensamento. A frase não tem sentido nitidamente penetrável.

3.º «Exprimirei a minha preferência *sobre* João.» Outra redação, que não tem senso claro.

4.º «Exprimirei a minha preferência *de* João.» Desconchavo rematado. Enigma lógico e estultícia gramatical. Se a preferência é *minha*, não pode ser *de* João. Se fôr *de* João, como será *minha*?

96. — *Preferência* é sinónimo de *predileção*, a tal ponto que os lexicólogos definem as duas palavras uma pela outra. AULETE: «*Predileção*. Preferência de gosto *por* alguma coisa, ou de amizade *por* alguém.» E exemplifica: «Tenho predi-

leção pela música.» ADOLFO COELHO: «*Predileção. Preferência de gosto por alguém ou alguma coisa.*» JOÃO DE DEUS: «*Predileção. Preferência, gosto especial.*» MORAIS: «*Predileção. Preferência por alguma coisa.*»

Ora não há quem não diga, e sempre se disse: *predileção por alguém, predileção por alguma coisa.*

Nesses mesmo textos, de mais a mais, já se nos depara o substantivo *preferência* com a preposição *por*. ADOLFO COELHO ali diz: «*Preferência por alguém*»; AULETE: «*Preferência por alguém, ou por alguma coisa*»; MORAIS: «*Preferência por alguma coisa.*»

Mas aí vão mais autoridades.

«No século XIV é manifesta a preferência *pelas* formas proclíticas.» [PACHECO E LAMEIRA, *Gramát.*, p. 493; LAMEIRA, *Gramát.*, p. 649.]

«No latim bárbaro a preferência é *pela* posposição do pronome oblíquo.» [*Ibid.*]

«Na inata *predileção pela França.*» [LATINO COELHO, *Humboldt*, p. 294.]

Analogamente dizem os italianos: «*Avere preferenza per uno studio, per un amico. Ha delle preferenze per quella musica.*» [*Dic. Ital.* de PETROCCHI, v. I, p. 581.]

Já se vê que não sou eu que erro no tocante às preposições de que o substantivo *preferência* se deve acompanhar.

§ 13

ARTS. 18 E 1.388 [CÓD. CIV.]

CARECER

97. — Fui eu o primeiro a registrar que da sinonímia entre *carecer e necessitar* havia exemplos. Dêles não me assusto. Aos dois que vingou reunir o meu douto mestre facilmente se poderiam adicionar outros.

Assim :

«Estas palavras não *carecem* de comentário.» [A. HERC. *Casam. Civ.*, p. 82.] «Já tem brios de seu, já do homem não *carecem*.» [CASTILHO. *Geórg.*, p. 119.] «E' tempo de os soltar; *carecem* de repouso.» [*Ib.*, p. 135.] «A Inquisição não *carecia* de os absolver, para os espoliar.» [CAMILO. *A Cav. da Márt.*, p. 16.] «Se Francisco Xavier *carecesse* de expatriar-se para ser feliz.» [*Ib.*, p. 43.] «A menina *carecia* de alguma educação em companhia de família hábil.» [*Ib.*, p. 105.]

98. — Mas são casos ainda mal abonados pelo uso geral da língua desde os seus primeiros tempos até hoje.

Mostrá-lo-ei por excertos, que a acompanhem desde os seus mais antigos clássicos até aos nossos dias, guardando sempre a êsse verbo a acepção de *não ter*.

GIL VICENTE. *Obr.*, v. III, p. 388: «Esta *carece* de tōda a realidade.»

BERNARDIM RIBEIRO. *Men. e Moça*, p. 138: «Aquêlê contentamento que vista dos olhos dá a aquêles que do mais *carecem*.»

JOÃO DE BARROS. *Gramát.*: «Por êle suprimos o particípio futuro que os latinos têm, de que *carecemos*.» [P. 120.] «Ao derradeiro e quinto modo chamam infinitivo, que quer dizer não acabado, porque, além de *carecer* de números e pessoas, não determina nem por si acaba coisa alguma.» [P. 124.] «Alguns» [tempos] «que os latinos têm, de que nós *carecemos*.» [P. 136.] «E apraz, jaço *carecem* de particípio.» [*Ib.*, p. 139.]

DUARTE NUNES. *Crôn. de D. João I*: «Mas porque *carecia* de bons capitães e de gente de armas, por as perdas passadas, deixou de vir.» [V. I, p. 347.] «Até o tempo dos romanos *careceram* os espanhóis do uso das letras.» [*Origem*

da língua portug., c. III.] «Como também os romanos *careciam* daquela arte, assi *careciam* dos vocábulos dela.» [*Ib.*, c. 5.]

CAMÕES. *Obr.*, v. III, p. 34 [el. VII]:

«O falsíssimo herege, que *carece*
Da graça.»

Ib., p. 43 [eleg. IX]:

«Bem conheço que o corpo assi perdido,
Como de ilustre túmulo *carece*,
Será de brutas feras consumido.»

FR. LUÍS DE SOUSA. *Vida do Arceb.*: «Foi coisa mais que ordinária, e não *carecente* de mistério.» [V. I, p. 10.] «Na Síria havia gente inumerável, que *carecia* do lume da fé.» [*Ib.*, pág. 51.] «A de frei Volando *carecia* de tanta perfeição.» [V. III, pág. 37.]

FR. AMADOR ARRAIS. *Diálogos*: «A gente que mora junto do Rio Ganges, porque *carece* de todo gênero de mantimentos, só do odor das maçãs silvestres se cria.» [P. 29.] «Quando são ausentes, não os busco, quando presentes, não os enjeito, aparelhado para sempre *carecer* dêles.» [*Ib.*, p. 30.]

VIEIRA: «Experimento hoje muito maior gôsto em deixar e *carecer* dos mesmos gozos que experimentava antigamente em os gozar.» [*Sermões*, v. IV, p. 254.] «Veremos a sepultura, e *careceremos* do sepultado» [refere-se ao túmulo vazio do Cristo] «é o rigor mais lastimoso de todos.» [*Ib.*, v. VI, p. 85.] «O sacramento, que contém todo o mesmo corpo e sangue, e foi instituído para dar vida eterna aos homens, por que *carecerá* da mesma eternidade?» [*Ib.*, p. 236.]

BERNARDES. *Luz e Calor*: «Destas» [paixões] «que vão adiante desejará alguém saber se, pelo exercício da caridade, podemos vir a *carecer* totalmente.» [P. 21.] «Vida que *carece* de curiosidade.» [*Ib.*, p. 53.]

CASTILHO: «Carecer desta inefável faculdade» [a vista], «gozando-se embora da luz para desfrutar e amar a vida, é vagar surdo-mudo pelo crepúsculo numa região verde e florida, sem tratar com os moradores.» [Am. e Melanc., p. 402.] «Carecer de vícios já então era grande virtude.» [Primavera,¹ p. 137.] «... Se quem tal fundia não *carecesse* do necessário labor e gôsto, para o limar e brunir à horaciana.» [Fausto, p. XII.]

CAMILO. *Queda de um Anjo*, p. 80: «Carecem de cunho nacional êstes homens.»

RAMALHO. *Holanda*, p. 223: «Muitas das referências dos críticos e dos amadores, que têm escrito sôbre êste assunto, *carecem* de coerência e de exatidão.»

Acabarei, apelando para o próprio dr. CARNEIRO, que nos seus *Serões* [p. 312] atribui ao vocábulo a sua lídima expressão portuguesa, dizendo: «Tôdas essas relações exprimidas pelas preposições as enunciaram os latinos, já pelas preposições, de que também usavam, já principalmente pelas flexões casuais, de que *carecemos*.»²

99. — Assim que a palavra não descaiu jamais da sua acepção ingênita e tradicional. A outra, que parasiticamente se lhe enxertou, nasce de uma equivocação facílma de explicar. Natural é que se *necessite* daquilo que se não tem, isto é, daquilo que se *carece*. Daí a tendência a confundir a *falta*, ou *carência*, com a *necessidade*, ou *precisão*.

Quando CASTILHO, por exemplo, escreve:

«Aquêles anos frios
Carecem de calor, e as vinhas dão-lho»;³

quando pergunta:

«Carecer d'eloquência poderia
Quem do seu coração tratava os pleitos?»⁴

1. Ed. de Lisboa, 1837.

2. O mesmo na sua *Gramática Filosófica*, onde o Dr. CARNEIRO emprega sempre com êste sentido o verbo *carecer*. [P. 70, 130, 223, 263, 309.]

3. *Fastos*, v. II, p. 19.

4. *Ib.*, p. 117.

alude à *falta* de eloquência no orador e à *falta* de calor no ano. Mas, num e noutro caso, o jeito da frase igualmente se adaptaria à *necessidade*, que se tem, da eloquência, para advogar os pleitos do coração, ou do calor, para fecundar a terra, e se poderia tomar neste sentido a intenção do verbo *carecer*, empregado aliás em diversa. Lugares há, em que essa confusão, relativamente moderna, se causa de caberem no mesmo passo os dois sentidos, ficando-se por saber ao certo se o escritor cogitou de um só, ou com ambos se ocupa : «Ainda que se não inventara senão metade, senão o têrço, senão o dízimo dos sinais» [ortográficos] «de que se *carece*, já êsse ficava sendo, no cabedal artístico de quem escreve, um bom aumento.» [CASTILHO. *Camões*, ed. de 1849, p. 184.] Destarte se abriu caminho a uma variação do significado original, na qual nem todos os competentes colaboram.

O padre VIEIRA circunscrevia precisamente a função do verbo *carecer*, discernindo-o de *necessitar*, quando escreveu : «Os que cuidam que tudo sabem *necessitam* de mais advertências, porque erram mais torpemente; por isso *necessitam* de mais conselhos, porque presumem que de nada *carecem*, cegueira em que os mais advertidos tropeçam. Os mesmos céus *necessitam* de uma inteligência, que os mova. O sol, príncipe dos astros, *necessita* de menores planêtas, que modorem sua intensão de raios. As estrêlas *necessitam* dos raios do sol.» [Obr. *Inéditas*, v. II, p. 109.]

100. — E tão certo é opor-se a essa ampliação de sentido, propugnada pelo gramático baiano, a índole do verbo *carecer*, que, embora o troquem por *necessitar*, ou *precisar*, ao seu substantivo *carência*, ainda lhe não lograram imprimir outra acepção que a de *falta* ainda lhe não conseguiram dar foros de sucedâneo a *precisão*, ou *necessidade*. Desde CASTILHO até EÇA DE QUEIRÓS não torceu ainda o vocábulo da sua expressão original. «A ruindade da maioria dos colégios» escrevia, há quarenta e oito anos, o primeiro dêsses escritores, «não provém tôda só da incapacidade intelectual

e moral de quem os dirige, mas também de sua *carência* de haveres.» [*Felic. pela Instruç.*, p. 50.] E vai por dois anos apenas que o segundo, cingindo-se às tradições do vocábulo, falava, na *Casa de Ramires* [p. 293], em «*carência* de belezas e graças». Assim que de *carência*, com a aplicação correspondente à de que se pretende opulentar agora o verbo *carecer*, não me parece haver exemplo. E' o substantivo resistindo à bastardia da adaptação, a que amolgaram o verbo.

101. — Não se põe em dúvida que os vocábulos possam variar, em seu idioma adotivo, da acepção que tinham na sua língua de origem. De fenômenos tão vulgares não há quem não saiba. Trezentos anos antes do professor CARNEIRO já DUARTE NUNES DE LEÃO, na sua *Origem e Ortografia da Língua Portuguesa* [c. VII], estudava copiosamente essas transformações, essas obliterações, essas multiplicações do sentido original, nas palavras que do latim naturalizamos. Mas tôda aquela erudição não colhe para o caso; visto como ainda há mestres da língua, entre os quais passa por inadmissível a sinonímia entre *carecer* e *precisar*.

A ela opõe tenazes embargos o sr. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, sustentando que não é portuguesa; que «tomar o verbo *carecer* na acepção de *precisar* é êrro»; que «*carecer* de só se pode empregar», em suma, «quando pode ser substituído por *não ter*». Às suas *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, v. I, p. 75-6, e v. III, p. 177-8, remeto os que sentirem interêsse em escoimar a linguagem desta insinuativa corruptela.

Percorrendo-as, verão que a equivalência entre os dois verbos é, pelo menos, duvidosa. Ora, a um código civil, entendo eu, só devem ter ingresso as formas de linguagem cuja vernaculidade não fôr controversa. Havendo, pois, ainda quem recuse a semelhante aplicação de *carecer* os foros de correta, como preferi-la, na redação de uma lei que importa ser corretíssima, a vocábulo, de cuja legitimidade se não questiona?

§ 14

ART. 46

PROPOSITALMENTE

102. — Dá-me razão aqui o dr. CARNEIRO. Reconhece que *propositalmente* não tem carta de palavra portuguesa. Por me não sair de graça, porém, a vantagem, confessando que se descuidara de trocar o *propositalmente* em *intencionalmente*, põe o dr. CARNEIRO esta ressalva: «*Não por ser aquêle vocábulo de formação nova, senão por não abonada a sua analogia.*»

Destarte quem me não houvera lido, imaginaria que eu o refugava, não por ser desabonada a sua analogia, mas por ter o vocábulo formação nova. Ora, o que reza a minha nota, é precisamente o contrário. Diz ela exatamente o que agora vem dizer o professor CARNEIRO com ar de novidade e emendação aos fundamentos do meu voto. A minha apostila a êste artigo, de feito, resume-se nestas palavras, por onde começa: «*Propositalmente não é português. As regras da analogia não autorizam a formação de semelhante neologismo.*»

Pois não está por êste modo expressamente dito que *não era o neologismo o que eu reprovava, mas a violação das regras da analogia no feitio da palavra?*

Demais, onde, neste lugar, ou alhures, onde rejeitei eu nunca um só vocábulo meramente pela tacha de neologismo? Mas era mister, a poder destas e outras, aparelharem-me a reputação de neofobia em matéria de linguagem, para abrir praça à dissertação final do professor CARNEIRO sôbre a evolução e o progresso dos idiomas. Se não foram os moinhos de vento, não se imaginariam certos exércitos inimigos, de que a gente vai triunfando sem risco de acabar malferida.

103. — Entretanto, confessando a ilegitimidade vernácula do *propositalmente* [no que aliás não dizem com essa outras apologias do projeto¹], devia supor-se que, neste ponto, não houvesse que acrescentar, e se passasse adiante. O mestre não fôra convidado a ler-me um curso público da nossa língua, mas a dizer do meu substitutivo; e, desde que o achava certo, dera conta da tarefa: não tinha que ir além. As minhas notas não estavam na mesa da autópsia. Com o projeto e o substitutivo é que era a anatomia. Pareceu-lhe, porém, dar-me o trôco da vantagem, que me não pudera subtrair, e meteu a saco outra vez o meu comentário, como se fôsse parte do texto submetido à sua revisão. E aí teve azo de me pontificar duas lições memorandas, aproveitando uma negligência manifesta de redação e a evidente omissão tipográfica de uma letra no impresso.

Vejam só o que é a ignorância, onde chega a ser extrema como nos analfabetos da minha fôrça. Leva até à cegueira e à surdez. Anda por aí o ouvido e a vista a meter-nos pelos olhos e pelas orelhas um *alta* e um *altamente*, um *baixa* e um *baixamente*, um *pronta* e um *prontamente*, um *limpa* e um *limpamente*, um *douta* e um *doutamente*, um *digna* e um *dignamente*, um *larga* e um *largamente*, um *bela* e um *belamente*, um *rija* e um *rijamente*, um *doida* e um *doidamente*, um *torpe* e um *torpemente*, um *vil* e um *vilmente*, a par, em suma, de cada adjetivo o seu derivado adverbial, sempre em *mente*, sempre com um *m* entre o *ente* final e o adjetivo, de que o advérbio se forma. E, todavia, só eu não dera tino, até hoje, dêsse infalível *m*, não percebera que êsses advérbios, de número inumerável na língua, terminam todos em *mente*. Era mister que alevantasse a voz a gramática em tôda a sua magistralidade, para me caírem as escamas dos olhos, e varar-me pela retina a dentro essa revelação. De ora avante ficarei inteirado, enfim, de que o *mente* dos nossos advérbios é *mente*, e não *ente*.

1. Ver adiante, seq. II, § 12, ns. 379-380.

104. — A outra desanda gramatical não me deixou menos maldoente¹. Não é de *propósito*, senão de *propositado*, ou *apropositado*, que se forma *propositadamente* e *apropositadamente*. E dissera eu o contrário? Sim, dissera; porque disse que de *propósito* fizemos *propositadamente*, esquecendo o *propositado*, que entre êles medeia. De modo que, se eu dissesse nascer o português do latim, *ipso facto* negaria haver, na descendência do português, entre êle e o latim, as formas de transição que medeiam entre êsse idioma e o nosso. Se eu afirmar que somos latinos, negarei que somos portugueses, espanhóis, franceses, ou italianos. Se eu me disser descendente de meu avô, terei negado meu pai.

1. É muito da nossa boa linguagem, entre os que a têm sabido falar com elegância, o emprêgo do advérbio *mal* na acepção de *mãmente*, *de modo mau*, *muito*, *iniquamente*, *gravemente*, *duramente*, *àsperamente*, *severamente*.

«Vejo-te *mal* castigada.» [GIL VICENTE. *Obr.*, II, p. 485.] Isto é, *severamente* castigada.

«Fareis bem de vos tornar,
Porque estou mui *mal* sentido.»

Isto é, mui *profundamente* sentido.

«Não sòmente dá vida aos *mal* feridos.»

[CAMÕES. *Lus.*, IX, p. 32.]

«El-rei, com prazer da sua vinda, porém *mal* magoado» [a saber, *mui magoado*], «porque Diogo Lopes fugira.» [FERNÃO LOPES. *D. Pedro I*, c. 31.]

«O almirante, por esta razão, foi muito culpado e *mal* desdito», isto é, e *gravemente* desacreditado. [*Id.*, *D. Fern.*, c. 34.]

«Magoaram mui *mal* essas poucas gentes e galeotes que nelas estavam.» [*Id.*, *D. João I*, parte I, c. 138.]

«Os inglêses, defendendo-se fortemente, *magoaram mui mal* às frechas os das galés». [*Id.*, *ib.*, parte II, c. 4.]

«Dês aí os de dentro saíam amiúde a escaramuçar, e com boa e forte bestaria que tinham *magoaram mui mal* os da hoste.» [*Id.*, *ib.*, c. 170.]

«E começaram de a talhar», isto é, de contraminar a cava aberta pelos portugueses, «de guisa que se viram uns aos outros, e cada um por cumprir suas vontades eram postos em grande afã, de jeito que *se feriam mui mal*.» [*Id.*, *ib.*, parte I, c. 174.]

«A primeira era que el-rei às vêzes adoecia de suas dores, que havia

Nem tanto escabichar é lícito, ainda aos mestres mais eminentes, nem fazer tão pouco, ainda nos discípulos ignaros. Entre o *propósito* e o *propositadamente* só a amaurose consumada não vê o *propositado*. Quando se diz, pois, que *propositadamente* se origina de *propósito*, é que, deixando a fonte mais próxima, se vai buscar ao derivado a linhagem remota na palavra *matriz*, origem comum das suas derivações sucessivas.

§ 15

ART. 34

«EM QUE ESTABELECE ELA»

ATRAÇÃO

105. — Rezava, neste artigo, o projeto da comissão dos vinte e um, antes de submetido ao professor CARNEIRO: «O domicílio civil da pessoa natural é o lugar *onde ela estabelece* de modo definitivo a sua residência.»

mui a miúde, e que pouco havia que fôra mui *mal doente* de uma de que não era ainda bem são.» [*Id.*, *ib.*, parte II, c. 28.]

«Saiu *mal ferido*.» [DUARTE NUNES. *Crôn.*, v. II, p. 412.] «Não lha podendo arrancar das mãos» [a bandeira] «lhe deceparam uma delas, e, cortada aquela, a sustentou com a outra, e, ainda *ferido mal* naquela outra, com os cotos e com os dentes a defendeu.» [*Ib.*, p. 413.]

«Livro, se luz desejas, *mal t'enganas*.»

[A. FERREIRA. *Obr.*, v. I, p. 39.]

«Não pera a *mal perdida*
Cabeça do Oriente
Nos ser restituída.»

[*Ib.* p. 124.]

«Rústico Mévio, ah por que *mal profanas*
O som devido às musas?»

[*Ib.*, p. 254.]

«Seu santo fim todo é desviar o dano,
Que *mal nos ameaça*.»

[*Id.*, v. II, p. 15.]

O revisor, desenganadamente, corrigiu: «O domicílio civil da pessoa natural é o lugar *em que estabelece ela* de modo definitivo a sua residência.»

«Quem *mal nega*
Lugar honesto e espirito assi excelente?»

[*Id.*, p. 113.]

«O tempo escuro, e triste, e tempestoso
Mal ameaça.»

[*Id.*, p. 153.]

«Quantos mortos vamente às suas mãos contas
Mal pródigos das vidas!»

[*Id.*, p. 169.]

«Ali dos *mal roubados*, justos prantos
.....
A juizes cruéis farão espantos.»

[*Id.*, p. 178.]

«De tanto sangue, e vidas
Por um vão apetite *mal vendidos.*»

[*Id.*, p. 229.]

«Nós, que a teu parecer *mal te matamos*
Não viveremos muito.»

[*Ib.*, p. 264.]

«Já o tirano ia embainhando sem sangue a *mal temida* espada.» [VIEIRA *Serm.*, v. IV, p. 105.] Isto é, a *mui temida*.

«Quer em jôgo quer em sanha, sempre o gato *mal arranha.*» [JORGE FERREIRA. *Eufros.*, a. II, c. 4.]

«De vergonhosas lágrimas o banha,
Quando as devera ao tempo *mal perdido.*»

[FILINTO ELÍSIO. *Obr.*, v. II, p. 166.]

«Esta Márcia de tí tão *mal perdida.*»

[*Ib.*, v. III, p. 134.]

«Tu lhe serás testemunha
De noite tão *mal perdida*,
Que aí passei a chorar.»

[CASTILHO. *Os Amôres*, v. I, p. 74.]

A saber: da noite perdida tão *áspera*, *desgraçada* ou *cruelmente*.

«Um adágiozinho, que a mandriões, como eu, regala o papo: «Mais val bem folgar, que *mal trabalhar.*» [CASTILHO. *Colôq.*, p. 328.] Quer dizer: mais val folgar bem, que trabalhar *muito* ou *àsperamente*.

«Muitas vêzes saía *malferido* daquele combate desigual.» [A. HERCUL. *O Bôbo*, p. 35.]

Substituiu, pois, *onde* por *em que e ela estabelece* por *estabelece ela*.

Duas correções, que, uma e outra, visivelmente, não melhoraram, antes pioraram o texto.

Senão, digam-me: qual a vantagem do *em que* sobre o *onde*? a vantagem do *estabelece ela* sobre o *ela estabelece*?

106. — *Onde* é advérbio especialmente destinado a significar o *lugar em que*:

«Entre o remoto Istro e o claro *estreito*,
Aonde Hele deixou co o nome a vida.»
[*Lusíad.*, III, 12.]

«E já no pôrto da ínclita Ulisséia
.....
Onde o licor mistura a branca areia
Co'o salgado Netuno o doce Tejo.»
[*Ib.*, IV, 84.]

«...pelas ondas do oceano,
Onde não se atreveu passar Trajano.»
[*Ib.*, 64.]

Esse é o maior dos antigos, LUÍS DE CAMÕES. Tomando agora, dos modernos, um dos maiores, abro um volume de HERCULANO¹, o *Eurico*, uma de suas obras mais primas; e vejo: «*Na campina onde se deviam resolver os destinos da Espanha*». [P. 90.] «*Chegou ao lugar onde já o duque de Córduba só procurava amparar-se contra Mugueiz*». [P. 105.] «*O terror que incutia o cavaleiro negro no lugar onde pelejava*». [P. 115.] «*Volveu os olhos para o lugar onde soara o bramido*». [*Ibid.*] «*Naquele vasto campo onde só descortinava os cadáveres dos vencidos*». [P. 122.] «A

1. Quarta ediç. Lisboa, 1899.

pouca distância *do vale onde* se viam as ruínas de Augustóbriga.» E assim por diante, indefinidamente.

Exprimindo, pois, ambas as locuções com a mesma propriedade e a mesma vernaculidade a mesma idéia, ao *onde* cabe, relativamente ao *em que*, inegável e absoluta superioridade. Além de mais sonora, termina em vogal muda, e oferece maior brevidade. Com a emenda, logo, não lucrou a frase : desmereceu.

107. — Trocando, porém, o *onde* no *em que*, podia ficar inalterado o passo, dizendo-se, guardada a ordem gramatical do projeto : *em que ela estabelece*. Mas a revisão do mestre, invertendo, pôs : *em que estabelece ela*.

Inevitável era, portanto, o cotejo entre as duas construções; e foi êle que me induziu a criticar a do professor baiano como inferior à da câmara.

Essa inferioridade é palpável.

No «*em que ela estabelece*» a eufonia é perfeita. Mas o «*em que estabelece ela*» sensivelmente a ofende. Apontando-o, disse eu que ouvidos portugueses não levariam a bem essa posposição do pronome pessoal, e, reconhecendo estar «salvo no lance o trivial da gramática», afirmei ser a frase «dissonante e inadmissível».

Dissonante e inadmissível, depois da cláusula anterior, onde se declara ileso a sintaxe, queria evidentemente dizer : *inadmissível, porque dissonante*.

Entretanto, o dr. CARNEIRO tripudia, interrogando : «E' aqui, admissível, para não ser ali ? Não é isso o *simul esse ac non esse* ?»

Evidentemente não é tal. *Admissível* é a frase, bem claro o disse eu, ante a gramática rudimentar. A saber : não transgride as leis elementares da construção gramatical. Mas ante a eufonia é *inadmissível*. O *non esse* é com o ouvido. O *esse*, com a sintaxe. Logo, não há *simul esse ac non esse*.

O quadro pode estar conforme às regras usuais assim do colorido como da perspectiva, e, não obstante, carecer de harmonia. A partitura pode observar todos os preceitos do contraponto, e, contudo, minguar-lhe a melodia e o gosto. O poema pode guardar todos os cânones do metro, do ritmo e da rima, e não agradar, todavia, pelas malsonâncias, à audição educada. Era o caso.

108. — E como se defende o mestre?

Com alguns excertos clássicos, a que darei revista.

Os de FREI LUÍS DE SOUSA e REBÊLO DA SILVA não lhe aproveitam; visto como não se ressentem da sonância desagradável, que deslustra o do professor CARNEIRO. Nas frases «rogara ao Senhor que *se servisse* *êle* de abençoar» e «a trôco da graça *lhe promettesse* *êle* não se sair», a expressão não incorre em desarmonia, que eu perceba. Acareiem-se as duas com «o lugar *em que estabelece* *ela*» do filólogo baiano, e a diferença ressurtirá claramente ao ouvido.

A construção «Pelo que toca ao estilo, *sai* *êle* ao nosso autor sempre discretamente apropriado» é de todo o ponto diversa. Para assemelhá-la à criticada, foi preciso eliminar a vírgula imediata a *estilo*. Reposta ela, para logo se vê que o *sai* *êle* principia a segunda sentença, e não se articula à anterior mediante o *em que* do tópico censurado. Faço ressoar aos meus ouvidos uma e muitas vêzes a frase de CASTILHO «ao estilo, *sai* *êle*», e não lhe sinto a mínima aspereza; quando no «*em que estabelece* *ela*» a dição parece levar dois trancos, no comêço e no fim da sentença.

Dos outros exemplos o primeiro apenas deixa ver a colisão do *se* [*artífice se*] escapada ao exímio escritor português; o que nada faz ao nosso caso.

Escreveu *êle* também [lembra o dr. CARNEIRO]: «E eu tomei a criança, que *me* *ela* oferecia.» São o *me* *ela* e o *me* *êle* duas formas vernáculas, que não indispõem o ouvido senão àqueles, que, não sabendo ler, encontram na variação enclítica do pronome um *i*, dizendo, *miadamente*, *mi* em vez de

me, como em qualquer dicionário prosódico se ensina. E', demais disso, inteiramente diverso o jeito de frasear, que, no exemplo de CASTILHO, remata com o verbo *oferecia*, e, no de CARNEIRO, com o pronome *ela*, posposto ao verbo *estabelece*.

Restam apenas dois : «*Lembrasse-se êle de o não ser*» e «*Sei que me hão de ler êles*.» Êsses não há dúvida que apadrinhariam o *que estabelece ela*, se os defeitos de um bom escritor constituíssem para os menos bons exemplar e escusa.

Modificando àquele jeito a redação do projeto parlamentar, cederia o dr. CARNEIRO a um como vêzo, não direi cacoete, do seu escrever, que já em sua *Gramática Filosófica* me chamara a atenção. Vejam como êle, nesse livro, se multiplica : «*Ainda que falam êstes*.» [P. 60.] «*De que não distinguem êles*.» [P. 206.] «*Aos indivíduos, a que pode ela*.» [Ibid.] «*Quando são êstes compostos de dois adjetivos*.» [P. 210.] «*Se termina o adjetivo em vogal*.» [P. 216.] «*Põe-se antes dos substantivos, quando são êstes tomados*.» [P. 224.] «*Antes dos apelativos, quando são êstes precedidos*.» [P. 230.] «*Se não fôr ela indicada*.» [P. 246.] «*As várias formas que devem êstes tomar*.» [P. 369.] «*Faz-se geralmente elipse do sujeito da oração, quando é êste indicado*.» [P. 419.] «*Que não pode ela existir*.» [P. 315.] «*Em referência ao lugar, que podem êles ocupar*.» [P. 321.] «*Dá tal construção à frase, que apresenta esta dois sentidos*.» [P. 437.]

Em todos êsses lances eu, ao revés do mestre, preferiria a construção direta à inversa, que, além de toar menos bem, diminui, nesses casos, a energia à frase. A êstes dois aspectos ganharia ela muito naqueles exemplos, dizendo : «*Ainda que êstes falam. De que êles não distinguem. A que ela pode. Quando êstes são compostos. Se o adjetivo termina. Quando êstes são tomados. Quando êstes são precedidos. Se ela não fôr indicada. Que êstes devem tomar. Quando êste é indicado. Que ela não pode. Que êles podem. Que esta apresenta dois sentidos*.»

Muitas vezes, noutros lugares, por evitar *êsse* inconveniente, bastaria suprimir o pronome, visivelmente desnecessário. Mas o douto gramático se vai deixando arrastar pelo teor do hábito a construções como estas, em que o bom gosto vernáculo aconselharia a eliminação do *êste*, *êle* ou *ela*: «Na língua portuguesa não há palavra, que não tenha acento, quer seja *êste* próprio, quer emprestado.» [P. 43.] «Pelo uso e pela constante leitura das abreviações é que se podem *elas* conhecer bem.» [P. 95.] «No fim das frases de um período, quando são *elas* independentes.» [P. 110.]

Outras vezes a construção direta furtaria a escrita ao quase cacófono, como em: «Se não *fôr ela*» [p. 246], ou ao eco: «Afirmam que podem as *proposições* indicar muitas *relações*» [p. 322]. Dissesse: «Se *ela não fôr*» e «As *proposições* podem indicar muitas *relações*» e nem eco, nem vislumbre de cacofonia houvera.

109. — Se por vezes na linguagem dos bons autores assomam exemplos da mesma construção, fato incontestável, de que o dr. CARNEIRO poderia ter respigado melhores documentos, quase sempre os desvalia um dos senões, que venho de apontar: ou redunda o pronome, ou afrouxa desnervada a frase. «Das tristezas» [diz o escritor da *Menina e Moça*, p. 11], «não se pode contar nada ordenadamente, porque desordenadamente acontecem *elas*.» Pois aqui não sobeja o pronome? Risque-se, e a sentença adquiriu outra elegância: «Das tristezas, não se pode contar nada ordenadamente, porque desordenadamente acontecem.» Na *Vida de D. Bartolomeu* [l. I, c. 28], pergunta o santo arcebispo: «Quem não vê que *são isto* preceitos gentílicos?» Mas duvido que hoje nenhum escritor de ouvido exercitado não preferisse dizer: «Quem não vê que *isto são* preceitos gentílicos?» E teria dito com outro vigor.

Acontece outras vezes recorrerem os mestres da língua a essa inversão, unicamente por atalhar contigüidades inconvenientes de sons, como nesta passagem daquela obra de

FR. LUÍS DE SOUSA : «Mostre-me alguém na vida dêstes padres, ou em escritos seus, *que posso eu*, sendo mero dispenheiro, e não dono do patrimônio do Cristo, que é a renda eclesiástica, competir à conta dela com os príncipes seculares.» [l. I, c. 28, p. 148.] Aí, se, em lugar de *posso eu*, escrevesse *eu posso*, teríamos a colisão desagradável [*so sen*] dêste indicativo com o gerúndio subsequente; o que a transposição obviou.

Mas, por via de regra, neste gênero de subordinadas predomina a construção direta : «Não porque *êle tinha* mais amor.» [*Eufrosina*, a. I, c. 6, p. 81]. «Contiveram forçados e sobejos ócios *para eu pensar* em alguma coisa.» [CASTILHO. *Am. e Melanc.*, p. 337.] «Se é que *ela não escreveu.*» [A. HERCULANO. *Eurico*, p. 69.] «Sem que *êstes tenham.*» [*Ib.*, pág. 70.] «Não podias crer, por certo, que *eu me houvesse* esquecido de ti.» [*Ib.*, p. 72.] «O espetáculo *que elas* ofereciam.» [*Ib.*, p. 90.] O professor CARNEIRO teria emendado : «Não porque *tinha êle*. Para *pensar eu*. Se é que não *escreveu ela*. Sem que *tenham êstes*. Que *me houvesse eu* esquecido. O espetáculo *que oferecem elas*.» E basta acarear cada uma destas construções com a sua correspondente nos tópicos citados, para sentir quanto, neste caso, a ordem natural sobreleva em nervo e eufonia à invertida.

110. — Para exprimir debaixo de uma forma sensível essa tendência de aproximação, que chama o pronome sujeito à vizinhança do relativo, disse eu que o *que*, naquela frase, «*atrai* o pronome pessoal».

Êsse *atrai* exagitou contra mim a cólera gramatical do venerando mestre, que me objurga em asperíssima invectiva : «Que *desconhecida, impertinente e descabida atração* é essa ? Não é certamente êsse o sentido, que ligam os modernos gramáticos ao que se apelida *atração*.» E desfere-me à carga cerrada trinta e duas citações, entre portugêsas, latinas, francesas e inglêsas, para me edificar por uma vez quanto

ao sentido técnico do nome, violado por mim, segundo êle, com a mais flagrante impropriedade.

Bem podia o douto professor ter reservado êsses tesouros de erudição para onde coubessem. *Non erat hic locus*.

Não se me faziam mister autoridades, para demonstrar o acêrto do uso, que eu dera ao verbo *atrair*. Era de senso comum a propriedade do têrmo, e transparente, manifesta. Sendo o meu intento significar, de um modo que a sensibilizasse, que a palpabilizasse, a tendência aproximativa, que eu, bem ou mal, penso existir, em hipóteses tais, entre o *que* e o pronome pessoal da oração subordinada, o verbo *atrair* era o que se me oferecia e impunha. «*Atração*», ensina o velho MORAIS, é a «ação ou propriedade de *atrair*.» E *atrair* que vem a ser? «*Tirar para si*, fazer aproximar-se um corpo de outro.» Logo, se, no meu pressuposto, o relativo *tira a si* o pronome, outra coisa não faz que o *atrair*. E, se *atração* é a propriedade ou o fato de *atrair*, claro está que andei rigorosamente na trilha, apelidando *atração* a êsse fenômeno gramatical.

Nem a aplicação é nova. Mais de um gramático a autoriza. Já MADUREIRA, na sua *Gramática*, dizia, aludindo a êste fato da linguagem: «Palavras breves *atraem* palavras breves.» E ninguém o exprimiu tão bem como o velho autor nessa frase, de cuja exatidão pinturesca uma vez conversamos eu e o meu saudoso amigo FRANCISCO DE CASTRO, filólogo de rara intuição e grandes letras.

Da mesma locução têm usado os modernos. «Em conclusão», dizia BATISTA CAETANO, na última parte dos seus *Rascunhos*¹, «aceito a sua lei de *atração*, e formulemos em geral: Os relativos (pronomes ou advérbios), os subordinativos e conjuntivos (conjunções ou advérbios), que de uma forma qualquer geram as orações complementares, *chamam*

1. N.º 3, p. 117.

a si o pronome e em seguida o verbo.» Ao diante, na mesma página, ainda escreve: «Vê-se que o vocábulo não tem *fôrça de atração* para o pronome.» Desenvolvendo sempre essa idéia, volve, algumas páginas mais longe [p. 121], à mesma expressão: «Das oito conjunções primordiais vimos que três são as que têm a *fôrça de atração* sôbre o pronome.» Do mesmo vocábulo se vale também JOÃO RIBEIRO, quando, ao concluir a sua exposição do assunto, no tocante ao lugar dos pronomes pessoais na frase vernácula, substancia as suas regras nesta sentença: «Em resumo, há uma certa *atração* do sujeito ou do advérbio de negação, quantidade e tempo, para com o pronome oblíquo.»

Não é, portanto, exato achar-se reservado, na fraseologia gramatical, o nome de *atração* tão-sòmente à influência peculiar ao vocábulo *que*, de reduzir o verbo da oração, cujo sujeito fôr, à pessoa do pronome com que, na sentença anterior, é correlato, em frases como estas: «És tu quem tens. Vós sois os que esmolais. Hás de ser tu o que me acusas.» Não: aquêlê designativo igualmente se aplica às relações de convizinhaça obrigada entre o pronome e certas outras partes da oração. Com as boas tradições gramaticais estava eu, portanto, denominando por aquêlê apelido a aproximação, cuja necessidade natural afirmava, entre o pronome e o vocábulo de que se trata. Lei de sintaxe, ou simples relação de eufonia, não importa. O pendor normal, que os chama um ao outro, é materialmente um fenômeno de *atração*, que se não poderia indicar adequadamente por outro nome.

III. — Foi, por conseguinte, um dispêndio inútil de erudição, e erudição fácil, êsse, a que se deu o ilustre professor, nos vinte e dois excertos portugueses em que exemplifica uma espécie de *atração* totalmente alheia à matéria de que se cogita.

Fôsse, ao menos, coisa desconhecida, ou rara, e ainda se lhe poderiam agradecer. Mas tão vulgar é o caso entre os nossos modelos de vernaculidade, que não há folhear clás-

sicos, sem o topar a cada momento. Em prova aí vai refôrço considerável ao rol do professor CARNEIRO :

«*Tu és a que abriste a porta à morte... Tu és a primeira que desprezaste e quebraste a lei divina... Tu és a que te atreveste a persuadir o homem... Tu a que tão facilmente não só apagaste, mas deformaste e afeaste a imagem soberana, que Deus nêle tinha impressa.*» [VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 198.]

«*Não éreis vós os que tanto vos prezáveis das galas, os que gastáveis as telas, os que inventáveis os bordados, os que empregáveis em uma jóia quanto tínheis, e talvez o que não tínheis!*» [Ib., p. 91.]

«*Nós somos os que lhe fazemos a maior guerra.*» [Ib., p. 330.]

«*Não sou eu o que hei de comentar o texto.*» [Ib., v. II, p. 86.]

«*Nós que os imos buscar, somos os que lhes havemos de estudar e saber a língua.*» [Ib., p. 105.]

«*Nós somos os que os imos servir a êles.*» [Ib., p. 118.]

«*Mas somos os que... os arrancamos das suas terras.*» [Ib., p. 120.]

«*Somos os que, sujeitando-os ao jugo espiritual da igreja, os obrigamos também ao temporal da coroa.*» [Ib., p. 121.]

«*Somos os que lhe falamos e lhe tardamos.*» [Ib., p. 213.]

«*Não sou eu o que hei de deixar as minhas raízes.*» [Ib., p. 232.]

«*E que será, quando vós sois o que vos pusestes nêles, o que os pretendestes, o que os buscastes, o que os subornastes e o que porventura os tirastes a outrem, para os pôr em vós?*» [Ib., p. 303.]

«*Vós sois, diz Cristo a seu Eterno Padre, o que me tirastes por fôrça das entranhas de minha Mãe.*» [Ib., p. 375.]

«*E bem, Davi, não éreis vós o que dizíeis a Deus... ?*» [V. III, p. 75.]

«Não sou eu o que hei de pregar o nascimento de Cristo.»
[*Ib.*, pág. 366.]

«Eu só sou o que zelo a honra de Deus.» [*Ib.*, v. V, página 126.]

«Eu sou o que domei os leões.» [*Ib.*, v. VI, pág. 263.]

«Eu sou o que me tenho por honrado... Eu sou o que me tenho por valoroso... Eu sou o que me prezo de entendido... Eu sou o que me prezo sisudo.» [*Ib.*, pág. 264.]

«Não sou eu o que a publiquei?» [*Ib.*, pág. 276.]

«Eu sou aquêlê que tantas vêzes arrisquei a vida pela sua coroa.» [VIEIRA. *Cartas*, v. II, pág. 74.]

«Ela foi a enganada, e eu a que hei de pagar agora o engano.» [BERNARDIM. *Men. e Moça*, c. IX.]

«Sêde vós o que fazeis aquilo que é bem que nós obremos.» [FR. LUÍS DE SOUSA. *Vida do Arceb.*, II, c. 8.]

«Pois sou o que ganhei.» [*Ib.*, II, c. 14.]

«Não sou eu o que turbo a Israel.» [BERNARDES. *Luz e Calor*, p. 57.]

«Eu sou o que ensinei.» [N. Floresta, IV, p. 222.]

«Vós outros sois os que estorvais.» [FERREIRA. *Obr.*, v. II, pág. 307.]

«Eu sou o que mando.» [*Ib.*, pág. 324.]

«Vós outros sois os que desconsertais os estômagos. Vós outros sois os que os tornais a consertar.» [*Ib.*, pág. 424.]

«Nós fomos quem no berço o embalamos.»

[FILINTO ELÍSIO. *Obr.*, v. I, pág. 274.]

«E eu sou
O que lhe aponto a aurora.»

[*Ib.*, v. II, pág. 81.]

«Que eu sou quem pus traveses nesse passo.»

[V. XI, pág. 209.]

«Ou sou eu quem, por vivo estudo,
Sei concluir prodígios tais?»

[CASTILHO. *Amôres*, v. III, pág. 11.]

«Sois vós *quem* lha *deveis*.» [CASTILHO. *Colóquios*, p. 5.]

«Sou eu, sem no querer, *quem* lhe *sirvo* de obstáculo.»
[CASTILHO. *Tartufo*, p. 106.]

«E em nome tal *és tu quem* *falas*!» [GARRETT. *Lírica*,
XI, v. 119.]

«Dize que sou *quem* te *mando*.» [GONZAGA. *Lira* XXXVI,
v. 38.]

«Na inocência do infante *és tu quem* *falas*;
.....
És tu quem *dás* rumor à quieta noite,
És tu quem *dás* frescor à mansa brisa,
Quem *dás* fulgor ao raio, asas ao vento,
Quem na voz do trovão longe *rouquejas*
.....*és tu*.....
.....*quem* dos astros
Governas a harmonia.»

[G. DIAS. *Poesias*, p. 160-61.]

112. — Designa a gramática esta maneira de construir pelo nome de *atração*. Não faz, porém, dêste nome privilégio reservado exclusivamente a tais casos. Antes o estende a todos aquêles, em que essa espécie de simpatia ou *imanização* verbal impele a se buscarem umas as outras certas partes do discurso; de sorte que entre os gramáticos latinos e gregos se fala na *atração* do sujeito para o caso do relativo, na *atração* do pronome para o gênero e número do predicado, na *atração* do gerúndio, na *atração* do verbo infinito para o finito, na *atração* de *quisque* para o caso de *suus*, na *atração* entre o verbo e o atributo, na *atração* do demonstrativo e do relativo com o atributo, na *atração* entre êste e o superlativo, na *atração* inversa do relativo, na *atração* modal, enfim, por cujo efeito, no latim, certas proposições subordinadas tendem ao subjuntivo, e, no grego, certas proposições temporais demandam ora o optativo, ora o pretérito do indicativo. [ROBY.

A Grammar of the Latin Language from Plautus to Suetonius, ns. 1.067, 1.068, 1.374, 1.784, 1.351, 2.288, 1.649, 1.269, 1.435, 1.677, 1.059, 1.357. — RIEMANN ET GOELZER. *Grammaire Compar. du Grec et du Latin*, §§ 26, 27, 28, 31, 32, 693, 694, 424, 566, 617, etc.]

Longe, portanto, de ser, como tem para si o dr. CARNEIRO, designação específica à modalidade gramatical em que o douto filólogo a circunscreve, é o nome comum a tôdas aquelas, onde se note êsse mútuo pendor entre dois elementos da oração.

Ora o caso, em que a empreguei, era um dêstes.

§ 16

ART. 182, § 8.º

113. — Concorda aqui o professor CARNEIRO com o meu reparo.

§ 17

ART. 182, § 9.º, II

114. — Aqui também opina o ilustre professor em que o texto se deve redigir conforme a minha proposta.

§ 18

ART. 187

DATAR EM

115. — Neste lanço perde o dr. CARNEIRO outra vez de vista o substitutivo, para ir restolhar erros nas minhas notas.

Mas, ainda aqui, não se saiu bem do intento.

Averbando-me de errônea a expressão *datar em*, é o mestre quem erra. *Datar de* é o que, a seu ver, estaria conforme regra. De que se diz «*datar de*» não haverá, creio eu, quem não saiba. Para trivialidade tão cediça escusava lição de tamanha autoridade. Entretanto, não será igualmente correta a expressão *datar em*?

Não sofre dúvida que sim. Das duas, até seria a preferível, se houvésssemos de consultar antes a exação que o uso.

De onde nos vem *data*? Da palavra latina, exatamente igual, *data*, plural neutro de *datus*, particípio passado de *dare*, dar¹. [LITTRÉ, v. II, v.º *date*.] «*Data*», ensina WHITNEY, «é a menção do tempo e lugar, chamada assim do latim *datum*, *dado*, por ser a primeira palavra da nota costumada, nas cartas e documentos, para indicar o sítio e a época, em que se fazem, ou expedem, como, por exemplo, *datum Romae*, *dado em Roma* [em tal dia].»

Assim, FORCELLINI: «*Datum*, adscriptum in fine epistolarum, significat tempus et locum, quo epistola data, seu scripta est : *la data*.» [Totius Latinitatis Lexicon. Ed. DE-VIT, 1861, v. II, p. 571.] E' o que se pode ver, por exemplo, em CÍCERO, *Ad. Fam.*, l. XIV, 1, 7, 8, 12 e 23. Tôdas essas cartas fecham com a fórmula *Data*: «*D. VI Kalendas Decembres.*» «*D. III Idus Junii.*» «*D. IV Nonas Junias.*» «*D. prid. Nonas Novembr.*» «*D. pridie Idus Sext.*» Noutro lugar [2. Q. Fr., 16] se encontrará: «*Accepi tuas litteras datas Placentiae.*» No Cód. Teod., I, 21, 1, temos: «*Datum pridie id. Febr. Constantinopoli Theodosio A. III.*»

LITTRÉ e WHITNEY não adiantaram, pois, ao que já dissera o nosso MORAIS: «*Data* [do lat. *data*, desin. fem. de *datus*, *dado*]. O dia do mês e ano que se põe no princípio, ou no fim de uma carta, contrato, lei, etc., para mostrar a época, *em que* foram escritos e assinados.»

A *data* de uma carta, de uma escritura, de uma obra outra coisa não é, pois, que a ocasião e a localidade *em que* são *dadas*, isto é, *em que* se consumam, entregando-se ao seu destino. Não é, portanto, a preposição *de*, mas a preposição *em*, a que naturalmente lhe conviria.

1. «*Dada*, substantivo, que hoje, mudado o *d* em *t*, dizemos *data*, por seguirmos a origem latina mais que a portuguesa.» [BARROS, II, III, 10.] «Acréscimento de ordenados, e *dada* de ofícios.» [A. PEREIRA DE FIGUEIREDO. *Espírito da Líng. Port. Memór. de Lit. Portug.*, v. III, p. 153.]

Logo, se *datada* quer dizer *dada*, assim como se diz *dada* em tal lugar e em tal era, *datada* em tal era e tal lugar é como se diria mais conformemente à origem e significação da palavra.

Deixemos-lhe porém, a acepção *etimológica* e consideremos no seu sentido *atual*. Que entendemos nós por *datar*? Pôr a data. E por *data*? A menção da época e do lugar, em que se obra uma ação, ou se faz um escrito. Logo, se *datar* é *inscrever a data*; se *data* é a especificação do tempo em que e lugar onde se pratica um ato, ou se lavra um escrito; se, por outro lado, a preposição *em* é a que, de sua natureza, cumula em si as funções de indicar o tempo em que e o lugar onde, lógica e gramaticalmente essa era a preposição adequada à regência do verbo *datar*. De quando é a data neste papel? De maio, ano 1900. De onde? De Londres. Logo, foi *datado em*, isto é, *recebeu a data em* Londres, no ano de mil e novecentos.

Entre os bons escritores não faltam exemplos a isto consoantes. «*Dante na Ribeira X dias de maio*», «*Dada em Santarém XIII dias etc.*» são duas fórmulas clássicas do datar, colhidas por JOÃO RIBEIRO entre antigos documentos portugueses. [*Estudos Filológicos*, p. 85.]¹ Em BLUTEAU, já com a palavra na sua forma atual, se nos depara: «*Era a data EM Vila Viçosa, etc., a tantos de outubro.*» [*Vocabulário*, v. III, p. 15.] E ainda: «O dia undécimo antes das calendas recebi duas cartas vossas, que eram resposta a duas minhas, uma, de que a *data* era aos quinze antes das calendas, e da outra aos doze.» [*Ib.*, p. 15.] Aos aqui, bem se sabe, equivale a *nos*.

O dr. CARNEIRO teria corrigido: «*Data de Vila Viçosa. A data de uma era de quinze dias antes; a da outra, de doze.*»

1. Nova edição, Rio de Jan., 1902.

Mas já se vê que não tinha fundamento, para corrigir. O que faria apenas, era trocar a frase mais clássica e mais justa na mais vulgar.

116. — Querer da habitualidade no uso de uma forma gramatical, no emprêgo de uma preposição, inferir a inaplicabilidade gramatical de outras, é meter-se em risco de frequentíssimos erros. Tôda a gente, por exemplo, usa o verbo *descrever* com a preposição *de* e, não obstante, CASTILHO ANTÔNIO escreveu: «*Descrendo em* Baco, ainda não bem cano-nizado, não *descriam*, contudo, *em* outras divindades.» [*Meta-morfoses*, pág. 301.] Por quê? Porque esta forma convém igualmente aos elementos concorrentes na gênese do vocábulo. No «*descrever de*» se atende à função privativa do prefixo *des*. No «*descrever em*» se olha ao régimen natural do verbo *crer*, predominante na formação do seu derivado.

Poderia trazer várias outras amostras. Baste-nos, porém, uma. Nas orações do verbo *batizar* é a preposição *com* a que sói antepor-se ao nome dado pelo batismo. Contudo, VIEIRA disse: «Êste tal pecador batize-se *no* nome de MARIA.» [*Sermões*, v. XI, p. 39.] «Os cristãos no tempo da primitiva igreja se batizavam *no* nome de CRISTO.» [*Ib.*, pág. 40.] «Concedeu que nos pudéssemos batizar *no* nome de MARIA.» [*Ibidem.*]

Já se vê quão precipitado foi o dr. CARNEIRO em concluir do emprêgo usual da preposição *de* contra a vernaculidade, aliás manifesta, da preposição *em* nas construções do verbo *datar*. BRANDÃO, *Monarquia Lusitana* [ed. de 1806], v. I, disse: «E' a *data* desta escritura *em* novembro.» [p. 285], e: «E' a *data* desta escritura *no* ano de 1031.» [P. 287.] Noutros lugares substitui a preposição *em* pela sua equivalente *a*: «Cuja *data* é *a* 11 das calendas.» [P. 53.] Do mesmo modo a p. 59, 70, 72, 73, 290. Nunca *data de*: sempre *data a*, ou *data em*.

§ 19

ART. 204, § 4.º

RETROTRAIR
INTRANSITIVOS
TRANSITIVOS

117. — «Em todos os dicionários portugueses a significação transitiva direta é a apontada para *êsse verbo*.»

Isto rasgadamente confessa o dr. CARNEIRO.

Dado êste fato, o concurso de todos os nossos lexicógrafos em desconhecer ao verbo *retrotrair* a significação *intransitiva*, só não estaria justificada a minha inferência, caso o douto professor me pudesse autorizar o emprêgo dêsse verbo na forma *intransitiva* com o uso, quando menos, de um escritor respeitável. Não o fazendo, ficaremos reduzidos a uma autoridade tão contestável como a dos redatores parlamentares do projeto; e dessa peço vênia, para declinar.

Não ignoro que o recenseamento lexicográfico é incompleto nos melhores vocabulários do nosso idioma. No de CÂNDIDO DE FIGUEIREDO mesmo, que sobreexcede, sem confronto possível, quanto à cópia de palavras, aos seus mais próximos antecessores, ufanando-se, com razão, de haver acrescentado ao cabedal existente uma colheita de trinta mil vocábulos, muito ainda haverá que aditar. Das minhas notas, lançadas ao correr da leitura, poderia indicar, sem deslustre dos inestimáveis serviços dêsse filólogo à língua portuguesa, e meramente como exemplo dos incalculáveis tesouros de vernaculidade por apurar ainda agora no uso literário e popular, algumas omissões curiosas, a que não junto, por não caberem nos limites de trabalho como êste, os documentos, onde estribo o meu reparo.

Faltam ali, entre muitas outras, estas palavras :

*Abanão. Abrasador. Abundante. Abundantemente. Abuso. Acambaiar. Acarminado. Acareador. Acearia. Acerbar. Aciprestal. Acolhença. Aquisitivo. Adjazer. Adurência. Advenidiço. Afo-
gar. Agradável. Agorantes. Águas-furtadas. Alambrador. Al-
deana. Aledar. Almondegado. Alongo. Alude. Altiencoante. Alvi-
trista. Alvitrajado. Amangado. Ampliação. Amplimarnoso.
Amurar [murar]. Amarar-se. Anemático. Antropopiteco. Anti-
flatulento. Antiguidade. Apalermar. Apalpação. À porfia. Apreá.
Aquistar. Aramar. Aracupa. Argenticérulo. Aristarquia. Arpen-
tagem. Artejano. Às ocultas. Ascumada. Assumado. Asmático.
Atemperar-se. Atuchado. Atipia. Aulicismo. Auritrêmullo. Au-
runcos. Aurifúlgido. Auripurpúreo. Aurigemante. Autogoverno.
Auto-infecção. Autobiografar. Avergar. Avestruz. Avultante. Aza-
ranger. Azinhavrar. Azinheiral. Antilatino. Adortar. Alquando.
Arquipérbole. Adedentro.*

Bacintêa, Bangalé. Bastantíssimo. Bebedolas. Bem-parado.
Berçajote. Betarda. Bigarnizar. Bissultor. Blaterar. Bonecraze. Bor-
da-d'água. Brutaz. Buçar. Burrama. Burilador. Boaventurança.*

*Cabra-cega. Cachado. Cacoete. Cajadela. Cambaico. Car-
diaca. Careteiro. Carrança. Catambruera. Caudalosamente. Cau-
telar. Cavoucar. Cavouqueiro. Celga. Charutar. Crisonomia. Chu-
fear. Cinetógrafo. Circunjazer. Clarejar. Clavígero. Cocinela. Co-
chilo. Codesso. Comentação. Compadria. Contemptor. Contraposto
[subst.] Convite [banquete]. Coobrigado. Covardice. Couve-flor.
Couve galega. Cram. Crinal [subst.] Cupidinário. Cupuláceas.
Curva. Curvar. Cinamomo. Cantarino. Centípede. Cerada.*

*Dapôndio. Decemplicar. Degelador. Dengoso. Dentuço. De-
sauxiliar. Desbambar. Descriada. Descravizar. Desentediado. Des-
goelado. Desábito. Desmazelado. Desmedular. Desnudação. Des-
nutrição. Desrelvado. Destorpecer. Dessubstanciar. Des vaidade.
Devisar [planejar]. Dicionarizar. Dígrafo. Dirandela. Disso-
nante. Doctilóquio. Doxógrafo. Desconsoloso. Desgraciar. Dui-
dade. Degastador.*

*[Simple lapso gráfico por *Bacintêa*, ou seja *Bacineta*. Cf. a revista *Verbum*, II, 1945, p. 240.]

Ebrirridente. Elidível. Emendação. Emolhar. Emparar. Empreitar. Encafugar-se. Encachoador. Encharque. Endoidar. Enfelpar. Enladeirar. Ensoberbar-se. Entanguir-se. Entretante. Entrebater [v. i.]. Entrefechar. Entremarrar-se. Entremisturar-se. Entressonho. Enxarcada [s. f.]. Esbanjamento. Esbrasear. Escalvação. Escoante. Escoriação. Escorrêgo. Escôva. Escriturístico. Escurejar. Esfatachar. Esfazer-se. Esfloramento. Esfugir. Esfírema. Eslavismo. Espojeiro. Estatista. Estelígero. Estragação. Estreitoado. Estudantito. Eterizar. Evolucionar. Evolver. Exsudado. Entresseguir. Estrambelho. Entremanhã. Estadista [adj.]. Entrededos. Epistolar [v.].

Fantasia-sita. Fantasmagorizar. Feitiçamente. Femealmente. Feminilmente. Ferro-velho. Floricroado. Folheação. Foliona. Formiguejar. Forniziar. Fugazmente. Flente. Franjões.

Galanduchas. Galicanismo. Gastrófilo. Gazofilar. Gordalhufo. Grão-de-bico. Grão-vizir. Gravidar. Gravura. Guiboa. Guis-sanga. Gatal. Gravunhar.

Hastilhaço. Herpetólogo. Historiúncula. Honorar. Honradez. Horômalá. Horritroante. Horrissonante.

Iconista. Igualismo. Ignifremente. Imortificação. Imunista. Impontar. Impugnância. Incivismo. Indesenvolvido. Indústre. Inhanha. Insatisfeito. Insensibilizar. Insulamento. Intangendo. Intentado [não tentado]. Intercorrer. Intersilhado. Intimorato. Inventriz. Invingado. Invito. Inviolár. Irradiante. Irritadiço. Isentar. Ingremidez.

Jactanciar-se. Jamundazes. Juboso. Junonal.

Lacerável. Ladrante. Largesas. Leigarraço. Leveiro. Livreto. Livrito. Lembramento.

Magalanico. Mal-agradecido. Mangista. Mãozinha. Márcio [marcial]. Matrais. Melro-das-rochas. Mensa. Menineiro. Meruí. Miradoira [s. f.]. Misoneísmo. Montanismo. Mordedela. Morbígeno. Muitíssimo. Murrião. Miocárdio. Martelaço. Me-minho.

Namorista. Neurostenia. Nigromante. Noctígeno. Nortear. Noveloriar. Numos.

Obscureza. Ocupante. Octípede. Operagem. Oxítono. Oraculizar.

Paxalizar. Paleantropologia. Pantomimeiro. Pára-fogo. Parateleira. Peraltear. Peralvilhar. Perdoar. Perduzir. Pêto-da-chuva. Piretro. Polônio. Polono. Policultura. Polifarmácia. Pomarejo. Pospuerperal. Potestativo. Pré-antepenúltimo. Preenchimento. Primeiríssimo. Primogenitor. Prominente. Pusilânimemente. Purpurífero. Putrefeito. Preceptista. Pitecto. Possuimento.

Quadrimembre. Quebradeiro.

Racemífero. Rapão. Reflorente. Residenteza. Resserenar. Reteimar. Retido. Retorteiro. Retrato. Romanescado. Rugar-se. Rudimenta. Revirar.

Sabacuim. Sacrífero. Semecracia. Semicilindro. Semicivilizado. Semigasto. Semífero. Semivivo. Senadora. Sigisbéu. Sirena. Sobreirritar. Sobreir. Sobreprovar. Sobreetroar. Subscrito. Sociólogo. Sociologista. Solteirona. Subdominante. Subequóreo. Sublocatário. Subsídioso. Suedez. Sultanear. Superatributo. Superadjetivo. Super-requintado. Sindesmólogo. Semicolosso. Semifavor. Soberboso. Soltamento.

Tacitíflo. Tamanqueiro. Tardeira. Tautossilabismo. Torneante. Torric'roado. Tramega. Tranguenho. Tribadia. Tributando. Trívio. Tucaio. Tuchado. Tunar. Tumultuador. Tumulário. Trenel.

Udo [udo nem miúdo]. Ultor. Undevicésimo. Uranólito. Úrico. Ússar. Ultimogênito.

Validio. Vaqueame. Venida [vinda: idas e venidas]. Verdíssimo. Vico, Vinhita. Vis. Vagatura. Vice-gerente.

Xenofobia. Xenófobo.

Zuniada.

Outras vezes é quanto às formas dos verbos que falha a enumeração.

Muitos, de ordinário usados na significação transitiva e intransitiva, têm-se empregado entre os clássicos pronominalmente. Tais são : *avisar-se*; *descer-se*; *rir-se*; *correr-se* [correr, circular]; *sofrer-se*; *acontecer-se*; *passar-se*; *trabalhar-se*; *acordar-se* [ajustar-se]; *concordar-se*; *combater-se*; *desanimar-se*; *guarecer-se*; *adormecer-se*; *bulir-se*; *acertar-se*; *estranhar-se*; *desembarcar-se*; *recrescer-se*¹. Nos escritores de autoridade mais recentes não raro se encontram com essa forma ora alguns dêsses, ora outros verbos, não menos alheios, pelo comum, a esta feição gramatical : *partir-se* [CASTILHO. *Fausto*, p. 303; *Fastos*, v. I, 27, 61, 121, v. II, 63, v. III, 155]; *jazer-se* [CASTILHO. *Fausto*, 396; *Am. e Melanc.*, 254; *Metamorf.*, 303; *Geórgic.*, 63]; *andar-se* [Fausto, 18, 38; *Fastos*, III, 23, 91; *Geórgic.*, 215]; *morrer-se* [CASTILHO. *Geórgic.*, 207; VASCONCELOS. *Gram. Histór.*, VI e VII classes, p. 213]; *vagar-se* [CASTILHO. *Fast.*, I, 89]; *baquear-se* [Fast., II, 81, III, 101]; *escorregar-se* [*ib.*, II, 123]; *subir-se* [*ib.*, 87]. Teve-se por êrro a CAMILO haver pronominado² o verbo *esvoaçar*. Não havia razão : várias vêzes lhe dera CASTILHO ANTÔNIO essa categoria [Fausto, p. 285, 386; *Am. e Melanc.*, p. 252, 296; *Metamorf.*, p. 103], e VIEIRA usara de *voar-se*. [Obr. *Inéd.*, v. II, p. 148.] Com o próprio verbo *estar*, seguindo os vestígios dos antigos, assim escreveu CASTILHO [Fausto, 29; *Am. e Melanc.*, 303, 309, 350; *Colóq.*, 138, 241; *Arte de Am.*, I, 60, 72] e CASTELO BRANCO. [Queda dum Anjo, p. 164; *Fafe*, 30, 41, 143.] Até o verbo *ser*, por derradeiro, tem recebido essa feição. [CASTILHO. *Tartufo*, p. 65; *Colóq.*, p. 213. CAMILO. *Mem. do Cárc.*, p. 82; *A Brasil. de Prazins*³, 84; *Cancion.*,⁴ 456; *O Carrasco*⁵, p. 143.]

Pois tudo isso em vão ali se buscaria.

1. GIL VICENTE, FERNÃO LOPES, DAMIÃO DE GÓIS, BARROS, BERNARDIM RIBEIRO, FERREIRA, Fr. LUÍS DE SOUSA, CAMÕES, VIEIRA e outros.

2. Relevem-me o neologismo. Também eu os perpetro, quando convenientes.

3. Pôrto, 1882.

4. *Cancioneiro Alegre*. Pôrto, 1879.

5. *O Carrasco de Vitor Hugo*, José Alves. Pôrto, 1872.

118. — Com a passagem, que muitos verbos fazem, da classe dos intransitivos para a dos transitivos, terei ocasião de me ocupar dentro em breve, a propósito de outra questão.

Não tem menos freqüência que essa a variação dos transitivos em intransitivos. [VASCONCELOS. *Gram.*, *loc. cit.*] Opulento, como é, não dá, todavia, o dicionário de FIGUEIREDO senão como transitivos, ou como reflexos, os verbos *encaminhar*, *deter*, *endereço*, *endemostrar*, *socorrer*, *aguardar*, *rebelar*, *finar*, *outorgar*, *congratular*, *acompanhar*, *arrepender*, *eclipsar*, *livrar*, *desarmar*, *desgostar*, *sarar*, *abster*, *aperfeiçoar*, *arruinar*, *espreguiçar*, *alojar*, *espantar*, *zelar*, *idolatrar*, *esbanjar*. Dêles, entretanto, não há um, que eu não pudesse inscrever também, com a fiança de clássicos, antigos, ou contemporâneos, na categoria dos intransitivos.

119. — Qualquer que seja, porém, a habitualidade dessa transição, como indubitavelmente há verbos, que nunca se empregaram, ou no uso clássico, ou no uso vulgar, intransitivamente, por evidente se deve ter que o arbítrio de operá-la não é ilimitado. Só aos competentes, inspirando-se em bons exemplos, será permitido.

De minha parte não topei jamais com a caracterização de intransitivo o verbo *retrotrair*. A comissão nos não mostra que o houvesse encontrado com essa feição em parte nenhuma. Apenas lhe pudera valer a analogia com o verbo *retrair*, invocada pelo meu venerando mestre. Esse argumento dissiparia, talvez, os meus escrúpulos, se se tratasse da minha responsabilidade particular em obra individual minha. Na linguagem de uma codificação, porém, manifesto é que não devem entrar vocábulos de legitimidade controversa. Ao codificador não seriam toleráveis as liberdades, a que por sua conta e risco se aventura o prosador, ou o poeta, no lavrar de seus escritos.

Não se me apontando, logo, antecedência alguma, que esteie a variação intransitiva do verbo *retrotrair*, continuarei a votar contra o seu emprêgo, sob essa forma, no texto do futuro código civil.

§ 20

DESAGRADAR

120. — Do meu comentário ao art. 204 torna atrás, de um surto, o eminente professor à minha exposição preliminar, onde cai, com tôda a aspereza da sua severidade, sôbre estas palavras minhas: «Perdoem-me, portanto, aquêles, cujo amor-próprio as necessidades desta situação me constroem a *desagradar*.»

Sustenta o dr. CARNEIRO que êste verbo não tolera complemento direto. Errei, a seu juízo, evocando assim uma sintaxe *de todo em todo antiquada*, «uma sintaxe do século XVI e XVII», hoje «totalmente caída em desuso».

Bem fácil me fôra esquivar a controvérsia, repudiando a redação incursa nesta censura. Levíssimo deslize tipográfico elidiu-me ali, com efeito, a preposição *a*, uma simples letra, em seqüência ao pronome *aquêle*. O que eu escrevi, e está no meu autógrafo, ainda conservado, foi isto: «Perdoem-me aquêles, *a* cujo amor-próprio as necessidades desta situação me constroem a *desagradar*.»

Não me quero, porém, utilizar de semelhante defesa. Aceito a supressão tipográfica do *a*; e, aceitando-a, mostrarei, sem dificuldade, a sem-razão e sem-justiça da crítica adversa ao meu escrito.

121. — Antes de mais nada, o que nela sobressai logo, é a incongruência entre esta censura e os fundamentos da justificação, com que o ilustre professor acaba de legitimar o emprêgo do verbo *retrotrair* na forma intransitiva. Não encontrando um só léxicon, onde a êsse verbo se desse esta voz, refugiou-se o dr. CARNEIRO na consideração de que, em nosso idioma, «grande cópia de verbos há» aos quais, bem que «essencialmente transitivos ou intransitivos, lhes dá o uso dos bons escritores ora um, ora outro sentido, conforme as circunstâncias.»

Realmente o fato é inegável. «Enquanto ao dar acusativo aos verbos, que o não têm», já dizia FILINTO ELÍSIO, «bizarria tem sido essa, que muitos clássicos exerceram, e nos deram a faculdade, com o seu exemplo, de sermos bizzarros com os verbos neutros.» [*Obras*, v. V, p. 106.]¹ Por falar agora tão-sòmente dos intransitivos, que, pelo abono de grandes autoridades, receberam igualmente o cunho de transitivos, aqui apontarei alguns.

Escapar. «Não prestou seu arrazoadó para o *escapar* de morte.» [FERNÃO LOPES. *D. Fernando*, c. 46.] «Hei-de *escapar* todos os pelotões.» [*Eufrosina*, pról.]

Incorrer. «...as penas... também os peixes por seu modo as *incorrem*.» [VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 59.] «Os homens *incorrem* a morte eterna.» [*Ibid.*] «*Incorremos* a desaprovação e riso.» [*Ib.*, v. IV, p. 273.] «Por não *incorrer* nota de ingrato, quero antes viver afrontado na pátria.» [VIEIRA. *Cartas*, v. II, 65.] O mesmo emprêgo, em M. BERNARDES. *N. Floresta*, v. II, p. 124, 178, 326, e no *Leal Conselheiro*, p. 432.

Brilhar. «Vemos sair da bôca daquele homem, assim naqueles trajos, uma voz muito afetada e muito polida, e logo começar com muito desgarró, a quê? A motivar desvelos, a acreditar empenhos, a requintar finezas, a lisonjear precipícios, a *brilhar auroras*...» [VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 276.]

Voar. «Oito mil homens eram os que sitiaram tão poucos, e depois de não admitirem embaixadas, depois de se não renderem a baterias, depois de rebaterem duplicados assaltos, tendo-lhes levado um caso grande parte de tão pequeno número, primeiro desprezaram a morte, querendo *ser voados*, do que consentiram a vida aceitando partidos.» [*Ib.*, p. 313.] «E, *voando* a cortina do muro, a lançou sôbre os mouros.» [JAC. FREIRE, II, 128. E assim II, 145.]

1. Ver ainda o mesmo autor, *Obr.*, v. I, p. 37.

Resistir. «Podem-se resistir, mas não se podem vencer.» [Ib., v. II, p. 20.] «Resistimos esta injustiça.» [Ib., p. 111.] «Em todos os armazéns de Deus se não acharam armas, com que as resistir.» [Ib., p. 271-2.] «Hoje, porém, vê-se o dedo de Deus resistido.» [Ib., p. 275.] «Assim resistido Cristo...» [Ib., p. 276.] «...que a não puderam resistir as mesmas pedras.» [Ib., v. III, p. 316.] «Não poder seu coração resistir o sentimento.» [Ib., p. 327.] «Nunca tão resistida e tão vencida se viu a fortuna má.» [Ib., v. VI, p. 114.] «Resistir contradições.» [Ib., p. 152.] «Por isso o devemos resistir com tôdas as fôrças.» [Ib., p. 254.] «Tão valerosamente resistidos.» [JACINTO FREIRE, II, 148 e 170.]

«Crês tu que já não foram levantados
Contra seu capitão, se os resistira.»

[Lusíad., V, 72.]

«Enquanto é fraca a fôrça desta gente,
Ordena como em tudo se resista.»

[Ib., VIII, 50.]

Suced. «Rui de Pina o sucedeu no ofício.» [BARROS. Déc. II, III, 1.] Igual emprêgo amiúde: Déc. II, II, 2; III, II, 6.

Obedecer. «Venerá-lo e obedecê-lo como a senhor.» [DUARTE NUNES. Crôn., v. I, p. 191.] «Mais que todos o obedeceu.» [Ib., v. II, p. 119.] «Aquêles homens, tendo a Sua Alteza, que era seu rei presente, o não obedeciam.» [Ib., p. 264.]

«Aquêlê poder alto, que forçados
Os deuses obedecem.»

[CAMÕES. Obr., v. IV, p. 88.]

Rir. «Quanto mundo ali riu!» [FERREIRA. Obr., v. II, p. 67.] O mesmo à p. 26, 67, 138.

Altercar. «O mais célebre e mais *altercado* problema que nunca houve.» [VIEIRA. *Serm.*, v. V, p. 42.] «Era ela... a mais sábia, pelas questões que *altercou* com o mesmo Cristo.» [*Ib.*, v. VI, p. 212.]

Corresponder. «O amor de Jônatas obrigou a alma de Davi a que o *correspondesse*.» [VIEIRA. *Serm.*, v. VI, p. 197.] Outrossim, *Cartas*, v. III, p. 75.

Abusar. «Ponhamos o exemplo nas amizades, afeições e correspondências, que no mundo se usam, e também nas que se *abusam* fora do mundo.» [VIEIRA. *Serm.*, v. VI, p. 204.]

Morrer. «*Morrer uma morte ordinária*.» [*Ib.*, p. 281.]

Contribuir. «Suponho que dificultosamente virá o parlamento de Inglaterra em *contribuir dinheiro* para a armada dêste ano.» [VIEIRA. *Cartas*, v. III, pág. 186.]

Comprazer. «Parecendo-lhes que o *compraziam*.» [BARROS. *Déc.* I, l. I, c. 2.]

Palrar. «O amor nasce da vista, e os olhos o *palram*.» [JORGE FERREIRA. *Eufros.*, I]

Vagamundear. «Vai *vagamundeando* a sua vida escoteiramente.» [C. CASTELO BRANCO. *O General Carlos Ribeiro*, p. 31.]¹

Dessuar. «A mona-mãe lhe abana e lhe *dessua* a fronte.» [CASTILHO. *Escavações Poéticas*, p. 37.]²

Indicarei ainda: *Atuar*. [HERCULANO. *Monge de Cist.*, v. II, p. 72.] *Crescer*. [GIL VIC., III, 283.] *Delirar*. [*Fastos*, v. I, 33.] *Dissertar*. [FRANCISCO DE CASTRO. *Propedêutica*, v. II, prefác.] *Lampejar*. [CASTIL., *Fast.*, I, 153.] *Naufragar*. [CASTILHO. *Colóquios*, p. 354.] *Remoquear*. [CAVALEIRO D'OLIVEIRA, II, 273.] *Zombar*. [JOÃO DE BARROS. *Diálog.*, p. 269.]

1. Pôrto, 1884.

2. Rio de Janeiro, 1846.

122. — Não são mais correntes que êstes na voz ativa os verbos *desfalecer*, *doidejar*, *imperar*, *ladrar*, que, entretanto, o professor CARNEIRO no seu rol inscreve como empregáveis indiferentemente na forma intransitiva, ou transitiva.

À acomodação transitiva do verbo *desagradar* é que reserva, não sei por que ojeriza, ou grima, a nota de repulsa, como sintaxe do século XVII.

Mas será mais novo RUI DE PINA, que já em 1497 sucedia a VASCO FERNANDES no cargo de cronista-mor, e cujos trabalhos históricos estavam concluídos em 1504?

Todavia, é com o seu nome, com o nome dêsse *quinhenista*, que o dr. CARNEIRO atribui ao verbo *ladrar* a forma transitiva, estribando-a neste exemplo do velhíssimo cronista: «Atrás dêles vinham os outros mouros, que os vinham *ladrando*.»¹

Será, pela ventura, JACINTO FREIRE posterior ao século XVII? Não: o autor da *Vida de João de Castro* nasceu em 1595, e faleceu em 1654.

Com êle, não obstante, é que o dr. CARNEIRO moderniza a forma transitiva de *voar*: «A mina com tremendo estampido *voou* pelos ares tôda a face do muro.»

Eu de mim não rejeito nem um nem outro dizer; porque vejo na ressurreição das formas antigas, imerecidamente abandonadas pelo esquecimento, um dos meios mais legítimos de renovar a língua, e lhe promover a riqueza. Certo é, porém, que nada está em maior distância do uso atual que o servirmo-nos transitivamente dos verbos *ladrar* e *voar*.

Mas o meu velho mestre bateria as palmas se eu escrevesse: «Os explosivos americanos *voaram* pelos ares a es-

1. Neste exemplo fica em complemento objetivo a pessoa, *a quem*, ou *contra quem* se ladra. Doutras vêzes *a coisa*, ou *o fato*, que se ladra, é o que faz de complemento direto. Assim escreveu BARROS, I, III, 11: «Andou *ladrando este requerimento*.» Nesta segunda forma caberia ainda hoje naturalmente a voz transitiva do verbo *ladrar*: *ladrando insultos*, ou *ameaças*.

quadra espanhola», se eu redigisse: «Os invejosos *ladram* o gênio dos homens superiores.» Estas sim, que são, a seu juízo, locuções do século XX, pôsto o seu ressurgidor não vingasse abonar-lhes a modernidade senão com escritores dos séculos XV e XVI. Em verdade não se pode aberrar mais despropositadamente da evidência e da justiça. Desdenham-se, por arcaicas, expressões do século XVII, para se recomendarem, como novas, locuções do século XVI e do século XV.

Ainda bem que uma coisa, ao menos, não poderá escurecer o ilustre filólogo baiano: não conseguirá escurecer que os escritos de VIEIRA, MANUEL BERNARDES, LUCENA e FR. LUÍS DE SOUSA são menos antigos do que as obras de JACINTO FREIRE e RUI DE PINA. Ora VIEIRA disse:

«As aves por mais nobres namoram-se da luz; as feras como mais brutas a luz *as desagrada*.» [*Obras Inéditas*, v. II, p. 110.]

BERNARDES escreveu:

«Deve com diligente e generoso cuidado procurar *agradá-lo* em tudo.» [*Nova Floresta*, v. IV, p. 358.]

LUCENA redigiu:

«Mais *os agradava* a inocência daqueles meninos que tôdas as riquezas do mundo.» [*Vida de S. Fr. Xavier*, IV, 10.]

SOUSA construiu:

«Só porque vos parece que *o agradais* nisso.» [*Hist. de S. Domingos*, II, 5, 5.]

E aqui temos outro exemplo de aplicação igual:

«A vontade em pureza de tenção de *agradá-lo* em tudo.» [CHAGAS. *Obras Espirit.*, tom. II, p. 276.]

E' do século XVIII, e não do século dezessete, o Vocabulário de BLUTEAU, que, entretanto, ali ensina:

«Agradar, também algumas vêzes se constrói com acusativo.» [Vol. I, p. 101.]

Não diz *se construiu*, mas *se constrói*. Logo, não expirou com o século XVII o uso do verbo *agradar*, ou *desagradar*, como transitivo.

Muito menos ainda se poderá inscrever no século XVII o *Dicionário Português* de FR. DOMINGOS VIEIRA, composto e publicado no terceiro quartel do século XIX. Ora, nesse moderno repositório da nossa língua, o autor, depois de inscrever, em artigo especial, entre os vocábulos antiquados, o verbo *agradar* na acepção de *gradar*, «passar a grade à terra, lavrada e semeada», diz, no artigo subsequente :

«*Agradar*, v. a. Aprazer, contentar, satisfazer, deleitar, encantar, adivinhar vontades, bem parecer.»

«Conhece el-rei, que d'esperança cheio
Com longínquo amor sabe *agradá-lo*.»

[MAN. TOMÁS. *Insulânia*, c. VI, est. 61.]»

Traz no rosto da obra o título de *Contemporâneo* o *Dicionário de AULETE*, declarando, ademais, na exposição de seu *Plano*, ter sido o intuito do autor coordenar «um vocabulário, que represente a língua portuguesa, como ela é *hodiernamente*.» [P. II.] Se recenseia os vocábulos arcaicos, é notando-os sempre, cuidadosamente, com a menção de *antiquados*. Pois bem : tal menção não precede ali à forma transitiva do verbo *agradar*, por êle, não só especialmente consignada, senão recomendada também com êste exemplo :

«Mais os *agradava* a inocência daqueles.»

Por que não será, pois, de imitar essa maneira essencialmente vernácula, abonada por autores como VIEIRA, BERNARDES, LUCENA e FREI LUÍS DE SOUSA ? Por que refugaria o uso do verbo *agradar* como transitivo quem admite como transitivos os verbos *ladrar* e *voar* ?

§ 21

QUERER A

123. — Outra vez entra aqui o meu velho mestre pela minha exposição preliminar ao substitutivo, por se deleitar no prazer das obras de caridade, castigando os erros de um ignorante. Mas era mais natural ao espírito cristão, como ao amor da verdade, não se dar pressa em figurar ignorâncias, quando, para lhes evitar a hipótese, bastasse à crítica uma pouca de eqüidade.

A estampa tipográfica apresenta assim uma frase minha: «*Querendo* com amor o idioma que falamos, meu carinho habitual por êle naturalmente me levava a encarar com cuidado esta face do assunto.» E' o mesmo caso do reparo antecedente: a inadvertida elisão do *a*. Imprimiu-se «o idioma», onde havia de ser «ao idioma». Quem quer que haja experimentado o rever provas, saberá com que facilidade escapam essas diferenças de letra aos olhos mais adestrados, sobretudo aos do próprio autor, que, lendo no seu pensamento, cuida amiúde ter visto no impresso o que apenas lhe estava na idéia. A imagem mental, em sua forma correta, oculta e substitui aos olhos do escritor a incorreta reprodução no trabalho da oficina.

Não há, com efeito, vozes mais corriqueiras na língua portugüesa que as do verbo *querer* no sentido vulgaríssimo de ter afeto, amor, amizade, ou aversão: *querer bem*, *querer mal*, ou simplesmente *querer*. O bem, ou o mal, que se quer, é, nesses casos, o complemento direto do verbo; de sorte que a pessoa, ou coisa, a que se quer o mal, ou o bem, representará, necessariamente, um complemento indireto. Em faltando, portanto, o complemento direto, nas frases cujo torneio elíptico o subentende, a situação gramatical da coisa, ou pessoa, a cujo respeito se cogita em exprimir a disposição de

ânimo do agente, não mudará de natureza. Assim que diremos : «Quero bem *a* Pedro», «Quero muito *a* Pedro», ou, supresso o complemento direto : «Quero *a* Pedro». Mas tão correntia é, de trivialidade tal esta syntaxe, que a puerícia, mal adquire as primeiras noções do fraseado pátrio, já não a ignora, e com ela se familiariza. E é de não saber nem isso em vernáculo que me supõe capaz o meu bom mestre.

Mas quando eu, para não dessaber a êsse ponto o que meus pais me ensinaram ao balbuciar os rudimentos da nossa língua, não guardasse um resto de memória, devia ter a audição cotidiana dos nossos naturais e a cotidiana lição dos nossos escritores. Tão longe está dêsse enfraquecimento aliás a minha retentiva, que ainda me não esqueci das palavras em que o eminente mestre me oferecia, há doze anos, os seus *Serões Gramaticais* : «Ao sr. dr. RUI BARBOSA, em testemunho do muito que *lhe quer* e do muito em que tem o seu elevado merecimento, oferece o autor.»

A fineza, em que se ela envolvia, devia gravar-me indelêvelmente na reminiscência a lição gramatical. Depois o comércio dos bons escritores, que sempre me cativou desde menino, sob o influxo do modelo paterno, estava diàriamente a me trazer aos olhos a syntaxe habitual do verbo *querer*. Ouvira eu dizer ao CAMÕES :

«Que assaz de mal *lhe* quero, pois que o amo.»

[*Lusíad.*, II, 40.]

Ouvia ao CASTILHO as duas acepções do verbo *querer* nitidamente discriminadas pelos seus dois estilos gramaticais : «Querem-*lhe* todos, e querem-*no* todos.» [*Tosquia*, p. 6.] Ouvira-*lhe* o versejar nas traduções de OVÍDIO :

«Pasífae mesma, a bela, a senhora, a real,
Suspirava por êle, e *lhes* queria mal.»

[*Art. de Am.*, v. I, p. 22]

Anos depois lhe ouvia, no *Fausto*: «Hoje *me* quero mal.» [P. 240.] «É tôda o sujeitinho; e *quer-lhe!* *quer-lhe!*» [P. 277.]

«Mulher *quer* sempre *ao* mais novo;
Plebe *ao* da última hora.»

[P. 348.]

Ainda mais tarde lhe escutava, nos *Colóquios Aldeões*: «Não falta por lá quem *lhe queira* mal.» [P. XI.] «Convencei-vos bem do quanto êles *vos* querem, para *lhes* quererdes igualmente.» [P. 24.] «Oh! *querei-lhe, querei-lhe* muito!» [P. 26.] «Não tens tu entendimento que abranja a França, coração que baste para *lhe querer?*» [P. 55.]

124. — Mas, quando a êsse contínuo repetir de locuções tão usuais me fôra insensível o ouvido, ou de todo infiel a lembrança, e eu houvera adotado voluntariamente a forma sintáctica, de que me increpam, não teria caído em êrro. Dos mais antigos tempos da nossa língua aos mais recentes, vários exemplos testemunham que, conquanto muito menos usado, não era, nem é totalmente defeso o empregar-se transitivamente, na acepção de que se trata, o verbo *querer*.

Tome-se, de GIL VICENTE, uma das suas últimas farsas, o *Auto da Lusitânia*. Pretende a heroína exprimir sua afeição a Portugal. Poderia, pois, dizer que *lhe quer*. Quer a Portugal, e, todavia, diz:

«Portugal, senhoras, *quero*.»

[Obr., III, p. 298.]

Na *Comédia do Cioso*, em ANTÔNIO FERREIRA, a criada e a cortesã conversam do seu fraco pelo outro sexo. Embora lhe conheçam os males, malícias e maldade, não cessam de *lhe querer*. Aos homens querem sempre, a despeito de tudo; mas não falam em *lhes* querer, senão em *os* querer:

«— Tais são os homens. — Ai Faustina, que te dizia eu? Aprenderás às tuas custas, pois não quiseste as alheias. — Somos tão coitadas e tão párvooas, que *os queremos*, e desejamos.» [A. III, c. 8; *Obr.*, v. II, p. 465.]

Até aqui o falar do povo. Agora o escrever literário e erudito, o fraseado austero dos historiadores e a língua harmoniosa dos poetas.

No excerto seguinte do *Leal Conselheiro*, nos depara a régia prosa del-rei D. DUARTE, em duas linhas, as duas formas dêsse verbo :

«Benquerença é tão geral nome que a tôdas *pessoas* que mal nom queremos, podemos bem dizer que *lhe* queremos bem.» [P. 247.]

São das redondilhas de CAMÕES êstes versos :

«Menina, tende maneira
Que ainda não venha a ser,
Pois não *quereis* quem vos quer,
Que *queirais* quem vos não *queira*.»

[*Obr.*, v. V, p. 67.]

Já antes dêles escrevera JOÃO DE BARROS, nas suas *Décadas* :

«Ver ante si D. Garcia de Noronha seu sobrinho, *que* êle muito *queria* por suas calidades.» [II, VII, 2.]

ANTÔNIO FERREIRA, com a mesma syntaxe, versejou :

«Negue-me louro Apolo, Palas nega
Teu bom fervor e sprito, se eu *mal quero*
*Aquê*le engenho bom, que bem se emprega.»

[*Cart.*, I, 8, *Obr.*, v. II, p. 53.]

Na *Monarquia Lusitana*, de FR. BERNARDO DE BRITO, se me oferece êste lance :

«Dêste lugar onde foi o primeiro homem criado o levou Deus a um deleitoso jardim, que plantara, fazendo-o pomareiro da melhor coisa da terra, para que a vista de tão grandes benefícios lhe atraísse o coração a *querer quem* o criara.» [V. I, p. 5.]

Em todos êsses exemplos se emprega transitivamente o *querer* como sucedâneo de *amar*, uso que ANTÔNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO, no seu *Espírito da Língua Portuguesa*, regista entre os padrões clássicos da nossa vernaculidade. [*Memórias de Literatura Portuguesa*, v. III, p. 214.] E ANTÔNIO PEREIRA escrevia aos fins do século dezoito [1781].

JOÃO FRANCO BARRETO observava a mesma gramática, neste passo :

«Era desta Siqueu espôso, que era
O mais rico dos campos de Fenícia,
A quem o pai com bom agouro a dera
Intacta e a triste o quis com grã carícia.»

[*Eneida*, I, 80.]

CASTILHO ANTÔNIO, na *Primavera* [p. 197], a descrever o encanto da música, nas festas campestres de maio, escutada por entre o arvoredor, maviosamente exprime a impressão dessa poesia rústica e cismativa, «tão grata», diz êle, «que ainda não vi coisa *que mais quisesse*.»

O dr. CARNEIRO emendaria: *a que mais quisesse*.

De outra feita, na *Arte de Amar* [v. I, p. 40], discorrendo, com o seu poeta, da vaidade feminil:

«E' vã tôda a mulher;

Té a horrenda se quer, se mais ninguém *na quer*.»

Segundo a dição usual, devia de ser *lhe quer*. E preferiu a outra, bem que nem o metro *lhe vedasse* aquela. Poderia ter escrito, sem dano do verso :

«Té a horrenda se quer, se mais ninguém *lhe quer*.»

Nos *Amôres* [v. II, pág. 97] temos o mesmo caso :

«Ao menos guarda-a
Pelo interêsse meu, que a amo, e a quero.
E preciso de a amar »

Anàlogamente, CASTILHO JOSÉ :

«Há já tantos homenzinhos novos, fiadores do futuro, a quererem-lhe, a *quererem-na*, e a aprenderem-na com cedo, que bem se lhe pode augurar nova era, e muito mais próspera, para dentro em alguns anos.» [*Iris Clássico*, p. 11.]

E quanto mais se não poderiam colhêr, se a urgência do tempo mo consentisse? Mas essas autoridades já não são poucas. Sobram, pelo menos, para tirar a limpo que o dr. CARNEIRO jurou falso contra a verdade gramatical, assegurando que o nosso idioma não tolera a forma «*quero-o muito*», em vez de *quero-lhe muito*, e que «*sempre assim foi que disseram os nossos escritores antigos e modernos.*»¹

A realidade, bem ao contrário, como se acaba de provar, é que as duas construções do verbo *querer*, suposto muito mais corrente uma do que a outra, andaram sempre de par em tôdas as épocas de nossa língua, e desde o seu alvorecer ambas no seu uso criaram posse. Quem der revista ao *Cancioneiro da Vaticana*, logo entre os seus primeiros versos dará com êstes :

«Et tôdolos que me veem preguntar
qual esta dona que eu quero ben.»²

Noutro lugar [p. 213, n.º 1.113]:

«Veieron-m'agora dizer
d'ũa molher que quero bem.»

1. *Ligeiras Observações*, p. 5, col. 2.^a.

2. *Cancioneiro Português da Vaticana*, Ediç. crít. de T. BRAGA. Lisboa, 1878, p. 1, v. 1.

Ali, ainda, nas trovas del-rei D. DINIS, se nos oferece o *querer* equiparado a amar, um e outro como transitivos:

E essa que vos vai dizer
que trobo, porque me pagu'en
e non por vós *que quero ben*,
mente, ca non veja prazer,
se eu trobo por m'en pagar,
mais faz me voss'amor trobar.
E pero quem vos diz que non
trobo por vós *que sempre amei.*»¹

Assim que, de D. DINIS a CASTILHO, do século XIII ao século XIX, não cessou jamais de ser vernáculo êsse frasear que o dr. CARNEIRO supõe nunca o ter sido.²

§ 22

ART. 223

AFETAR

125. — Anui o professor CARNEIRO à minha crítica no tocante ao uso dêsse verbo, a cujo emprêgo invernáculo ali torno mais longe, no meu comento ao art. 1.752, n.º IV.

Temos, pois, ainda uma vez, aprovada a minha emenda pelo mestre: Graças.

§ 23

HONORABILIDADE

126. — Deve o projeto êste neologismo à redação parlamentar. Mas o eminente professor leva em gôsto ser-lhe paraninfo.

1. A outra forma também ali se encontra:

«Ca pero lhi quero tal ben.» [N.º 88.]

2. *Ib.*, n. 92, p. 19.

Não me convenceu, porém, o seu arrazoado, que às longas e várias considerações do meu não opõe nada, salvo quanto às afinidades romanas da palavra. Em seu desabono refletira eu que os latinos, com possuírem *honorabilis* e *honorabiliter*, ainda assim não haviam admitido *honorabilitas*. Acode o dr. CARNEIRO que não, que também *honorabilitas* era voz latina, havendo os franceses dela colhido o seu *honorabilité*.

127. — Bons padrinhos teria a minha ignorância, para que eu me não envergonhasse de confessá-la.

Bastava-me, para consôlo, o apoio de LITTRÉ. Leia-se o seu artigo acêrca daquele vocábulo no segundo volume, pág. 2.043, do seu dicionário monumental. O grande lexicólogo não deixa de mencionar jamais a etimologia latina dos termos, que a têm. Quando se ocupa com o adjetivo *honorable*, vai filiá-lo ao latim *honorabilis*. Mas as origens de *honorabilité*, põe-nas exclusivamente no antigo francês. Era, pois, LITTRÉ de todo em todo alheio à existência do latino *honorabilitas*.

Da mesma sorte que o maior e o mais sábio dos dicionários franceses, o mais autorizado e vasto dos mais modernos léxicos latinos desconhecia aquela entidade verbal. Adnumera FREUND¹ a família inteira dos derivados de *honor*, ou *honos*: nada menos que vinte e cinco vocábulos. Dos que mais de perto dizem com o de que se trata, menciona *honorabilis*, *honoralis* e *honorabiliter* [além de *honorarium*, *honorarius* e *honoratio*]. Quanto a advérbios, só regista *honorate*, honradamente.

Claro está, portanto, que da ocorrência latina do *honorabilitas* também FREUND e THEIL, seu tradutor e revisor, não sabiam parte. Assim que nem o lexicólogo dos lexicó-

1. *Grand Dictionnaire de la Langue Latine sur un nouveau plan par le dr. G. FREUND, trad., revu et considérablement augmenté par N. THEIL.* Paris, 1883, v. II, p. 112.

logos franceses, nem o lexicógrafo dos modernos lexicógrafos latinos tinham notícia de se haver conhecido entre os romanos aquêlê substantivo.

Eu estava com LITTRÉ e FREUND, êstes dois atrasados. Não conhecia, de uma parte, HATZFELD e DARMESTETER, da outra QUICHERAT, DAVELUY e CHATELAIN. Os dois primeiros, no seu dicionário da língua francesa, divergem de LITTRÉ, entroncando o *honorabilité*, francês, no latino *honorabilitas*; os três últimos, no seu dicionário latino-francês, adiantam-se a FREUND, afirmando e estribando em um nome de antigo escritor a existência do latim *honorabilitas*.

Notório é que o meu trabalho sôbre a redação do código civil se elucubrou fora de minha casa e da minha biblioteca, estando eu em Petrópolis, durante as férias, numa pequena vivenda campestre, onde escassamente dispunha de alguns livros, os mais elementares e de uso cotidiano. Em matéria de léxicons latinos tinha comigo o de SARAIVA, que, ajudado da minha memória e dos meus estudos anteriores, era tudo o que me estava à mão. Ainda quando, porém, me achasse entre o meu gabinete e a minha livraria, para mim tenho por certo que, depois de compulsar LITTRÉ e FREUND, não iria escavar em DARMESTETER e QUICHERAT. Nem me parece que êles hajam adiantado grande coisa à questão.

No dicionário de QUICHERAT, edição CHATELAIN [1899], invocada pelo dr. CARNEIRO, o tópico relativo à palavra de que disputamos, não passa disto :

«HONORABILITAS, ATIS, f.: *honorabilité*: — tua.
Facund. votre Honneur.»

Nada mais.

Não se transcreve o texto aludido sob o nome de FACUNDUS, nem se indica a obra de onde procede. Apenas se vê que escavações recentes, das quais se ocupa êsse vocabulário, tão-sòmente lograram dar com um texto de certo escritor, que houve nome FACUNDO. Para lhe avaliar a mediocri-

dade, porém, bastará notar que ao seu nome nem alusão fazem tratados magistrais da história da literatura latina como o de DER TEUFFEL¹, onde aliás se consagra extenso e minudencioso estudo aos escritores da centúria, em que viveu aquêle autor². Quem dêle quizer notícia, há de ir às grandes enciclopédias, às histórias da Igreja, ou aos repositórios da antiga literatura religiosa. Bispo de uma diocese de África, viveu êle quando JUSTINIANO florescia, meado o século VI da era cristã, escrevendo três livros em defesa do catolicismo e apologia do concílio calcedoniano.

Onde o dr. CARNEIRO teria encontrado o latim de FACUNDUS, que o QUICHERAT indica, sem transcrever, é no FORCELLINI, obra incomparável no seu gênero, desconhecida, creio eu, entre nós, que abrange em repositório imenso tôda a latinidade. Dois [por êle vejo] são os tópicos, em que FACUNDUS saiu a lume com o HONORABILITAS: «Legi libros a tua *honorabilitate* transmissos» e «Sic et tua *honorabilitas* nostram exiguitatem petens.»³ Ambos da sua *Defensio trium Capitulorum* [IV, 2], livro de controvérsia religiosa, cujo eco era necessariamente destinado a expirar nas altas regiões da igreja, onde a teologia guardava a metafísica dos seus dogmas.

Dêsses recessos obscuros da literatura eclesiástica é que as investigações da erudição moderna vieram a desentranhar o exemplo solitário de FACUNDUS. Fora daí não se descobre em tôda a latinidade vestígio nenhum de *honorabilitas*. Onde se vê que o vocábulo afeiçoado pelo bispo de Hermianum fenecera enquistado nas dissertações teológicas, em cujo texto surdira à luz. Êsse espécimen, se considerarmos a sua unicidade, junta à natureza dos escritos onde se depara, longe

1. *History of Latin literature*, translat. by W. WAPER.

2. V, II, p. 523-576.

3. FORCELLINI. *Totius Latinitatis Lexicon*, Ed. DE-VIT., Prati, 1865. V. III, p. 308.

de mostrar a latinidade original do termo por mim censurado, o que faz, é incluí-lo no catálogo extravagante dessas palavras, cuja formação apresenta exclusivamente o cunho pessoal do erudito, que as lavra, sem obter introduzi-lo na circulação do idioma, a que se destinam.

Não se divulgou, não se generalizou, não se popularizou a expressão do prelado africano. Não entrou nem no uso literário, nem na massa dêsse latim vulgar, cuja decomposição tanto concorreu no elaborar dos idiomas novilatinos. Nada nos autoriza, pois, a concluir que o francês *honorabilité* nascesse dessa expressão. Antes me parece ficar subsistindo a hipótese, em que estava LITTRÉ, de ter êsse vocábulo a sua origem, pelo adjetivo *honorable*, no próprio francês. E, se não proveio do latino *honorabilitas* o francês *honorabilité*, já em circulação no século XIII, como admitir que de *honorabilitas* haja derivado o nosso *honorabilidade*, introduzido no português primeiro que as escavações da filologia contemporânea revelassem aos especialistas o exemplo de FACUNDUS?

Assim, os esforços em contrário do erudito mestre, o que logram, é corroborar a certeza de que os nossos neologistas não foram buscar esta palavra nas fontes latinas; visto como do FORCELLINI aqui nunca se falou, a edição CHATELAIN do QUICHERAT e o dicionário francês de DARMESTER são mui posteriores à entrada em circulação dêste vocábulo no Brasil, e antes dêles ninguém entre nós aventara a existência do bispo de Hermianum com o seu insignificante exemplo.

Vindo-nos, portanto, do francês, com a suspeição natural desta procedência, relevaria, antes de lhe outorgarmos foros vernáculos, inquirir da sua necessidade e da sua harmonia com as antecedências do idioma neste particular.

Façamo-lo, pois, agora, mas que seja rapidamente.

128. — Consultando os nossos antigos vocabulários, verificar-se-á que BLUTEAU regista *honor*, *honorífico* [vol. IV, p. 50 e 51, letra H] e no *Suplemento* [vol. I, p. 497], além do substantivo *honorário*, o verbo *honorar*, que não escapou a DOMINGOS VIEIRA, nem a MORAIS, mas esqueceu aos nossos dicionários mais modernos, os de AULETE e FIGUEIREDO.

Ora, de *honor*, vulgado até no adágio *Por amor não percas honor*, bem como de *honorar*, fácilima era ao uso a transição para *honorável* e *honorabilidade*. Mas nem um nem outro vocábulo calou ao ouvido português, entretanto que ao seu correspondente em França a história da língua apura sete séculos de ancianidade.

Tampouco, de *honra*, apesar de lhe derivarem *honrar*, *honrado*, *honradamente*, *honroso*, *honrador*, admitiram os nossos maiores *honrável* ou *honrabilidade*.

Mas não se está vendo neste fato, como no de se excluírem igualmente as derivações *honorável*, *honorabilidade*, enquanto se adotaram *honor*, *honorar* e *honorário*, a indicação de uma peculiaridade vernácula, oposta à admissão daquelas duas palavras?

129. — Observara eu que, a proceder o motivo para a voga do substantivo *honorabilidade*, na significação que lhe atribui CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, «devíamos começar por admitir o adjetivo *honorável*». A isto sobrevém o professor CARNEIRO: «Não; isto negamos nós: não basta haver em nossa língua o adjetivo terminado em *vel* [ou *bil*], para se formar o substantivo em *dade*.»

Não, não basta. Nem eu tal dissera. O que eu havia escrito, é que naturalmente a criação de *honorável* devia anteceder a de *honorabilidade*, como natural é que a da raiz anteceda à palavra dela resultante.

«Temos por exemplo», continua o meu contraditor, «o vocábulo português *crível*; e dêste adjetivo foi que se formou o substantivo *credibilidade*, ou do latim *credibilitas*? *Crível* só daria *cribilidade* e não *credibilidade*.»

Realmente «*crível* só daria *cribilidade*.» Mas, além de *crível*, já BLUTEAU consignava *creível* [v. II, p. 605], e CÂNDIDO DE FIGUEIREDO registra *credível* [v. I, p. 360], de onde naturalmente promanaria *credibilidade*, sem o concurso do latim *credibilis*.

El-rei D. DUARTE usava de *incredível*: «Se mantém em soo beber d'água símprez, que é *incredível*.» [Leal Conselh., p. 211], forma primitiva que descobre a existência, já então, de *credível*.

Dêste adjetivo pelos tempos adiante se poderiam rebuscar exemplos entre os clássicos. Bastará, porém, o que nos fornece AMADOR ARRAIS: «Pôsto que o anjo não faça expressa menção da perpétua virgindade da Madre de Deus, depois do parto, contudo pelo que era menos *credível*, deixou por entendido o que era mais fácil de crer.» [Diál. X, 32. Ed. de 1846, p. 695.] Do português *credível*, portanto, é que nos saiu o português *credibilidade*. Êste substantivo, não o tomamos ao latim.

O que mais curioso ainda se me figura, porém, é que, ao lado de *credibilidade*, inscreva o dr. CARNEIRO *suscetibilidade*, como formado por analogia do latim *susceptibilis*, quando tão notório e vulgar é o adjetivo português *suscetível*.

Onde, portanto, se estribará o meu velho mestre, para asseverar que *credibilidade* emana do latim *credibilis*, não do vernáculo *credível*, e *suscetibilidade*, não do português *suscetível*, mas do latim *susceptibilis*?

130. — Não é só o nosso idioma que se tem mostrado avêso à adaptação do latino *honorabilitas*.

Os espanhóis, acolhendo *honor*, *honorario*, *honorífico*, *honorificar*, *honoríficamente*, *honorificencia*, *honoroso*, *honorosíssimo*, *honoración*, *honorable*, *honorablemente*, *honorabilísimamente*, — não conhecem, todavia, o *honorabilidad*¹, que seria a equivalência castelhana do nosso neologismo.

O inglês, por igual, onde tão freqüentemente vai buscar ajuda às suas conclusões de filologia vernácula o dr. CARNEIRO, o inglês, possuindo *honor*, *honour*, *honorance*, *honourance*, *honorarium*, *honorary*, *honored*, *honor*, *honorer*, *honourer*, *honorific*, *honorify*, *honorless*, *honourless*, *honorous*, e, particularmente, *honorable*, *honourable*, *honorableness*, *honorably*, *honourably*, rejeita a modificação anglo-latina de *honorabilitas*, que teria de ser *honorability*, ou *honourability*².

131. — Em suma que, bem lançadas as contas, nada justifica a implantação dêsse neologismo. O fiador latino de *honorabilitas* é um texto insulado na baixa latinidade entre as páginas de uma apologia teológica, texto que, portanto, não demonstra o uso do termo naquele idioma. O que se liquida, pois, é a extravagância da palavra no próprio latim. O que se apura, outrossim, é que o português, o espanhol e o inglês, tendo, todos êles, os adjetivos e verbos correspondentes ao latino *honorabilis*, enjeitaram sempre o substantivo filiado em *honorabilitas*. Sem êle continuam a passar o inglês e o castelhano. Onde a necessidade nossa de o perfilharmos?

E' um vocábulo de acepção indefinida e, talvez, indefinível. Se equivale a *benemerência* [como ensina FIGUEIREDO], não há precisão da neologia: *benemerência* escusa *honorabilidade*. A meu sentir, *honorabilidade*, quando o consagrássemos, teria de significar a estimação, com que o juízo público, isso a que hoje em dia chamamos por excelência a *opinião*,

1. *Novísimo Diccionario de la Lengua Castellana, que comprende la última edición íntegra del publicado por la Academia Española*. Paris, 1866.

2. WHITNEY. *The Century Dictionary*, v. III, p. 2874-2876. CASSEL'S *Encyclopaedic Diction.*, v. IV, p. 212-13.

recompensa os homens de bem. Mas, nesse caso, *honorabilidade* se confundiria com *honra*, que [leia-se a definição de MORAIS] também tem essa acepção.

Depois não vejo abonada a novidade, entre os escritores vernáculos, com o nome de bons fiadores. Dos portugueses, nem mesmo entre os mais acessíveis à neologia me recordo houvesse encontrado essa importação francesa, e ainda no Brasil autores há, que nunca a perpetraram.

§ 24

DESVIRGINAMENTO

132. — Por êste neologismo quebra lanças o douto filólogo, endossando com ardor a invenção jurídica dos comissários parlamentares.

Vai até à tribuna sagrada na Grã-Bretanha o esforçado paladino das aventuras literárias do projeto, à cata de consagrações profanas e religiosas para o uso legislativo do verbo *desvirginar*. Ousaria eu perguntar reverentemente ao mestre se admite à redação do código civil o verbo *parir*, abonado no púlpito português com todos os esplendores da eloquência sacra pelo grande VIEIRA?

133. — Tiveram os latinos *devirginatio* e *devirginare*. Dêste verbo, acrescenta o sábio professor, usou PETRÔNIO, VARRÃO, HIGINO, NÔNIO, JUVENAL, a *Vulgata* e JUSTINIANO.

Do copioso elenco, devido pelo mestre ao dicionário de FREUND [v. I, p. 808], escapou S. JERÔNIMO, nome que, junto ao de PETRÔNIO, viria a reunir em apologia dêste feliz vocábulo o côro das coisas divinas e humanas.

Antes de mais nada, há, porém, duas retificações, que lhe fazer. VARRÃO e NÔNIO não representam no caso duas entidades; porquanto o exemplo indigitado é de VARRÃO, que NÔNIO preservou, e transcreveu. Depois não é a *devirginare*,

que alude êsse exemplo : é à forma passiva, a *devirginari*, cujo sentido, ali bem diverso, exprime, não o deixar de ser virgem, mas o transcender a puberdade: *Puer devirginatus*. O tópico latino de NÔNIO, 458, 25, que FREUND apontou, mas não trasladou, reza : «Virgines non solum feminae dicuntur, verum etiam pueri investes: nam quicumque ex ephebis excrescerant *devirginari* dicebantur.»

PETRÔNIO e JUVENAL, agora. Citar JUVENAL, ou PETRÔNIO, a fim de comprovar a decência de um termo, que se argúi de indecoro, não se concebe da parte de um mestre, a não ser quando metido a zombar da credulidade, ou inocência dos alunos.

Verificou o dr. CARNEIRO o excerto de PETRÔNIO, indicado por FREUND? É uma das cenas do *Satyricon*, em que a fantasia licenciosa do autor requintou os extremos da crápula na Roma dos Césares. Trata-se de iniciar Paniquis na prostituição: quer-se aliviar a inexperta moça do pêso da virgindade. Aí é que vem à balha em tôda a sua inocência o *devirginare*: «*Ita, ita, inquit Quartilla, bene admo-nuisti: cur non, quia bellissima occasio est, DEVIRGINETUR Pan-nychis nostra?*» [Satyric., XXV.]

Do quadro ali debuxado nada se poderia tirar em linguagem. A pureza e transparência do estilo apenas envolvem num ambiente d'arte os excessos da lascívia sob as suas mais desmarcadas formas. A virgindade, apontada como o vexame de um fardo, gaba-se aquela heroína de não na ter conhecido nunca. Não se lembrava Quartila de que jamais a houvesse possuído. Nascera perdida: «*Junonem meam iratam habeam, si unquam me meminero virginem fuisse. Nam et infans cum paribus inquinata sum, et subinde, prodeuntibus annis, majoribus me pueris applicui, donec ad hanc aetatem perveni. Hinc etiam puto proverbium natum illud, ut dicatur:*

Quae tulerit vitulum, illa potest et tollere taurum.»

Dêsse quadro meretrício é que se foi sacar, pela mão de PETRÔNIO, o honestíssimo *devirginare*.

Passemos a JUVENAL. E' JUVENAL o terrível poeta, de quem «com justiça se disse que, pregando a moral, espavorira o pudor.»¹ As coisas, que êle representa, com uma linguagem nelas mesmas bebida, «inspiram muita vez horror e náusea». Sua musa não cora. Seu estilo não desponha as palavras mais repulsivas. Seu pincel não se assusta dos quadros mais torpes. Quando flagela os vícios da Roma imperial, não há expressão, por obscena, ou cloacina, de que se lhe não ourice o látego vingador. Contemporâneo de sete Césares, desde Nero até Domiciano, o poeta saturara a sua inspiração das côres daquela era, que reflete com horrenda vividez. A sátira *Das mulheres* escancara de par em par os áditos da alcova e do lupanar, e despe aos olhos da praça o adultério, o lenocínio, o incesto, a prostituição, a pederastia, a bestialidade. Vê-lo, quando nos descreve as fugas noturnas de Messalina, a sua promiscuidade na vida prostibular com a mais vil escória da cidade, a entrega à brutalidade pública do seio onde se concebera o generoso Britânico:

Et resupina jacens multorum absorbuít ictus.

Vê-lo colorindo a embriaguez da Vênus vaga e delirante:

Quid enim Venus ebria curat?

Inguinis et capitis quae sint discrimina, nescit.

Vê-lo a enumerar as imundícies em que a matrona tresnoitada, caminho do alcoice, deixa, ao passar, o seu culto de irrisão aos velhos altares do Pudor :

Noctibus hic ponunt lecticas, micturiunt hic.

Effigiemque Deae longis siphonibus implent;

Inque vices equitant, et, luna teste, moventur.

Inde domus abeunt; tu calcas, luce reversa,

Conjugis urinam, magnos visurus amicos.

1. MARTHA. *Les moralistes sous l'empire romain* [Paris, 1900], p. 256.

Vê-lo nos mistérios da Boa Deusa, quando a orgia sacode os cabelos esparsos da embriaguez, e as ménadas furiosas :

*cornu pariter vinoque feruntur
Attonitae, crinemque rotant, ullulantque Priapi,
Menades. O quantus tunc illis mentibus ardor
Concubitus!.....
.....
Illa jubet sumpto juvenem properare cucullo.
Si nihil est, servis incurritur : abstuleris spem
Servorum, veniet conductus aquarius : hic si
Quaeritur, et desunt homines, mora nulla per ipsam,
Quo minus imposito clunem submittat asello.
Atque utinam ritus veteres et publica saltem
His intacta malis agerentur sacra! sed omnes
Noverunt Mauri atque Indi, quae psaltria penem,
Majorem quam sunt duo Caesaris Anticatores
Illuc, testiculi sibi conscius unde fugit mus,
Intulerit, ubi velari pictura jubetur.¹*

A inspiração do satirista não trepida. Não se conturba a austeridade do estóico. Da sentina ao bordel segue passo e passo a lascívia infrene, que, arrastando pelas fezes a honra das mães de famílias e o manto das imperatrizes, passa tôdas as noites dos braços da plebe rescendendo o cheiro das orgias vulgares, ao tálamo dos senhores do mundo :

*Et lassata viris, sed non satiata recessit,
Obscurisque genis turpis, fumoque lucernae
Faeda, lupanaris tulit ad pulvinar odorem.²*

Versos tais não se poderiam traduzir para aqui, senão afogados em circunlóquios e eufemismos. Apenas se transcrevem, e ainda assim a hesitar, velados nas obscuridades do latim, hoje entre nós tão densas, para exhibir ligeira amostra

1. JUVENAL. Sát. VI, 126, 300-301, 309-313, 316-17, 328-39.

2. *Ib.*, 130-132.

da incontinência fescenina de JUVENAL, cujos episódios escurecem na crueza da lubricidade as cenas mais eróticas dos amôres ovidianos. Da sua indignação, habituada a designar as coisas pelos próprios nomes, fizera o poeta um refletor amplificativo, onde a salácia dos costumes imperiais se reproduziu, para a imortalidade, na mais violenta rudeza dos seus traços. E é nesse repertório de cinismo que as palavras suspeitas vão agora buscar títulos de compostura e nobreza. Foi daí que se quis extrair para o *devirginare* do professor CARNEIRO outra recomendação clássica, igual à que o PETRÔNIO lhe fornecera.

Será certo, porém, que JUVENAL autorize com o seu uso êsse verbo? Quer-me parecer que o mestre lhe levantou um testemunho. Na leitura que fiz dêsse poeta, não houve como dar-lhe entre os versos com o *devirginare*. E, depois, nem QUICHERAT, nem FREUND, nem FORCELLINI o enumeram entre os autores, que de tal verbo se serviram.

HIGINO era um gramático, sob essa qualidade mesma apresentado pelo meu douto mestre; e, para os gramáticos, a língua é como o corpo humano para os anatomistas. O escalpêlo não distingue, na mesa da autópsia, partes nobres ou pudendas: tudo são órgãos, células e tecidos. JERÔNIMO, o solitário, o asceta, o fustigador implacável dos vícios de seu tempo, falava, por sua vez, a desnuda linguagem dos livros sagrados, cuja fraseologia não recua dos vocábulos mais duros, para castigar as fraquezas da carne.

134. — Até bíblico é o *devirginare*, observa o mestre. Mas também não é da *Bíblia* o pão de EZEQUIEL com o seu estranho conduto, com o seu fétido presigo?¹ Lá está, outrossim, em tôdas as suas letras o *fornicare*, o *fornicator*, o *fornicarius*, o *fornicatio*, sob quantas variedades se lhe conhecem, quando *in opere externo*, quando *in effectum*, quando *spi-*

1. C. IV, 12.

ritualis. Lá está no *Deuteronômio* [XXI, 22]; no *Eclesiastes*, [IX, 6; XIX, 3; XLI, 21]; em OSÉIAS [I, 2; II, 4; IV, 15]; em JEREMIAS [III, 1]; em EZEQUIEL [VI, 9]; em S. PAULO [I Cor., VI, 9; Col., III, 5; Hebr., XIII, 6]; em S. JOÃO [Apocal., XVIII, 3.]

Terão por isso essas palavras fôro de admissíveis nas codificações modernas? Verdade seja que a *redação final do projeto do código civil brasileiro*, submetida pela comissão dos cinco à dos vinte e um [*Trabal. da com. espec.*, v. VII, p. 53, art. 345]¹ metia na letra do projeto um realismo quase dêsse gênero. Mãos caridosas, porém, o escoimaram de tamanha aspereza, mal consentânea com os estilos de legislar em nossos dias.

135. — Depois da *Vulgata*, busca o dr. CARNEIRO aferrar ao *Corpus Juris*. A indicação era de FREUND, e não saiu correta no texto do ilustre professor, onde se troca de 18 em 8 a numeração do título apontado. Com efeito, ali está no F. 21, D. *de officio praesidis* [I, 18] o verbo *devirginare*. Ante êle triunfa o mestre, perguntando: «Que maior, mais notável, mais venerável chancela?»

A dos livros sagrados era mais notável, mais venerável, maior, e já vimos que não aproveita. Vejamos se esta lhe surtirá bem.

Não toava mal o vocábulo ao legislador romano. Segue-se que hoje soe bem? Não. Basta advertir que, não obstante a suprema ascendência exercida pelo direito romano sobre os códigos modernos, para nenhum se transplantou aquela palavra.

136. — As próprias *Ordenações do Reino*, com a sua velhice de três séculos, não adotaram o *devirginare* dos jurisconsultos latinos, cujas obras aliás eram naquele tempo a matriz de toda a ciência no direito civil. Tem ali o defloramento regras

1. «É ilícita a afinidade resultante da cópula ilegítima.»

civis e penais, que se acham reunidas no l. V, t. 23. Cogita o legislador na reparação e no castigo, referindo-se ao «homem que *dormir* com mulher virgem», naquele que «por força *corrompeu* mulher de sua virgindade», no prazo fixado à vítima para «demandar sua virgindade.» Mas vestígio do verbo *desvirginar*, isso não há.

No *Repertório das Ordenações* a expressão é a mesma: «*Corrompendo* algum homem alguma mulher virgem por sua vontade...» «*Corrompendo* algum homem fidalgo alguma mulher virgem...» «*Corrompendo* alguém alguma mulher virgem...» [Ed. de 1857. Vol. I, p. 403-5] «Mulher virgem, quem a *corromper*...» «Mulher virgem, se alguém a *corromper*...» [V. III, p. 310-11.] Nem era outra a linguagem dos expositores. Podem vê-la em MELO FREIRE, *Ensaio do Cód. Crimin.*, t. XII, § 19: «O que *dormir* com mulher virgem.»

Nos índices postos às *Ordenações* pelos editores da Universidade de Coimbra já o *corromper* cede o passo ao *desflorar*: «Mulher *desflorada* até quando pode pedir satisfação da sua honra.» [V. III, p. 558. Ed. de 1847.]

137. — As leis francesas e belgas não falam senão em *atentados contra o pudor e estupro* [viol.]. É sob essas designações que se abrange a sedução e desonra das menores. [GARRAUD. *Dr. Pén. Fr.*, v. IV, p. 430 e seg.]

Outra locução utilizada com intento análogo é a de «*comércio carnal*», que se encontra, entre outros, no código holandês, art. 244. [SWINDEREN. *Esq. du Dr. Pén. Actuel*, v. III, p. 48.]

O código italiano foi ainda mais cauteloso, incluindo o fato, de que se trata, sob a indicação de *atos libidinosos* para *corromper* menores: «*Chiunque, mediante atti di libidine, corrompe una persona minore dei sedeci anni.*» [Art. 335.]

O cód. pen. espanhol [art. 363] não guarda menor reserva, exprimindo o *defloramento* por *violación*.

No cód. civil português, enfim, êsses delitos se designam sob a expressão de «*violações da honra e virgindade.*» [Art. 2.391.]

138. — Dois códigos penais temos nós possuído: o de 1830 e o de 1890. Nenhum conhece o vocábulo *desvirginamento*, ou *desvirginar*.

No primeiro [art. 219] se dispõe:

«*Deflorar* mulher virgem, menor de dezessete anos.»

O segundo reza, no art. 267:

«*Deflorar* mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude.»

139. — Do vocábulo *defloramento*, portanto, que tem o apoio da nossa tradição antiga, inalterada, constante, que motivo nos induziria a variar para *desvirginamento*, em abono do qual não há o texto de um só código, a letra de uma só lei, a preferência de um só autor? Que motivo?

O *Corpus Juris*? Mas nenhuma das nações que lhe adotaram a jurisprudência, o admitiu nesta particularidade. O *devirginare* mirrou e fenceceu improprio no fragmento latino de PAULO, recolhido pelos codificadores de JUSTINIANO. Nas próprias versões neolatinas do *Digesto* êsse vocábulo não vingou. Foi substituído. E por qual? Exatamente por *deflorar*: «Quando el presidente conozca del servo corrupto, esclava *desflorada*...» [FONSECA Y ORTEGA. *Cuerpo del Derecho Civil*, Barcelona, 1874, v. I, p. 104.]

Aí está: «esclava *desflorada*.» É como os modernos idiomas traduziram a *ancilla devirginata*. A mesma coisa em francês, cujos expositores sempre disseram *défloration*. [CHAVEAU ET HELIE. *Théor. du Code Pén.* Ed. belg. 1863, v. II, ns. 2.805-6.] *Dévirgination* ali não se conhece, e nem uma vez se topa *dévirginer*.

Depois, suposto se encontre o vocábulo *devirginata* no texto solitário das *Pandectas* indicado por FREUND e aproveitado pelo dr. CARNEIRO, êsse termo, ali usado incidentemente a propósito da violação de uma escrava, não era o com que os textos, no corpo do direito romano, significavam o defloramento. Pelo particípio *violata* é que ali se designa a *deflorada*; pelos verbos *violare* e *corrumpere* é que se exprime o *deflorar*. Encerra o Código de JUSTINIANO dois títulos especiais ao adultério e à violação da virgindade: os títs. IX e X do livro IX. No primeiro [*Ad legem Jul. de adult. et de stupro*] dispõe a l. 7: «*Propter VIOLATAM virginem adultam qui postea maritus esse coepit accusator justus non est, et ideo jure mariti crimen exercere non potest, nisi puella VIOLATA sponsa ejus fuerit.*» Isto é: «Do crime de violação perpetrada na virgem adulta não pode querelar aquêles que depois fôr seu marido, salvo se já contraíra com êle sponsais, quando foi *violada*.» O tí. X diz na rubrica: «*Si quis eam, cujus tutor fuerit, CORRUMPERIT*», e no texto reza: «*Si tutor pupillam quondam suam VIOLATA castitate stupraverit...*»

140. — Mais. Nos dicionários franceses o verbo *dévirginer* traz a nota de *latinismo*. «*Dévirginer: latinisme.*» [LITTRÉ. *Dict.*, v. II, p. 1.137.] Ali mesmo, pois, se lhe avanta a o *deflorar*, *déflorer*, que dos melhores escritores vernáculos, como VOLTAIRE¹, recebeu carta de naturalidade. [LITTRÉ, *ibid.*, p. 1.016.]

Mais, ainda. Os dicionários latino-franceses não traduzem por *dévirginer* o verbo *devirginare*. «*Devirginare, déshonorer, ravir l'honneur*», diz QUICHERAT. «*Devirginare, enlever*

1. «En attendant que le conquérant barbare *déflore* la fille du bon homme.» Apud LITTRÉ, *ibid.*

De sorte que o *deflorar* desce naturalmente do latim *deflorare* através de todas as línguas novilatinas, provençal *deflorar*, espanh. *desflorar*, ital. *deflorare*, fr. *déflorer*, ao passo que o *devirginar*, estranho ao provençal, ao italiano, ao espanhol, indigitado no francês como *latinismo*, desconhecido aos nossos clássicos e ao uso das nossas leis, entraria agora no código civil brasileiro por obra e graça unicamente de uma frase de RAMALHO.

la virginité, déshonorer, séduire, DÉFLORER», ensina FREUND. [Ed. THEIL.] Aí estão quatro equivalências francesas para o latim *devirginare*, a última das quais é justamente o nosso *deflorar*.

Mas de *devirginer* ninguém se lembra, ao dar o equípolente lexicográfico do latim *devirginare*.

Ainda mais. Haverá porventura dicionário latino-português, onde, por *devirginare*, *devirginatio*, figure como tradução *desvirginar*, *desvirginamento*? Não há. Tomemos, por exemplo, o mais moderno, o de SANTOS SARAIVA. Eis como os dois vocábulos ali se vertem:

«*Devirginatio*. Ação de tirar a virgindade, desonrar, *deflorar*, seduzir uma donzela.»

«*Devirginare*. Tirar a honra, desonrar, *deflorar*.»

141. — Nem ao meu douto mestre, versado como é nos clássicos, se poderia desluzir da memória como entre êles êsse tem sido, há séculos, o termo reservado ao perdimento da virgindade. Abra a *Feira de Anexins*, e lá verá: «Tratasse de meter o cravo no Limoeiro pelo crime de *desfloração*.» [T. III, p. 188.]

Disse igualmente M. BERNARDES: «Entraram pela sabida traição do conde d. Juliano, em vingança da *defloração* de sua filha Florinda.» [N. *Floresta*, v. II, p. 232.]

E', com efeito, a expressão mais natural e menos áspera do infortúnio, ou do crime, por onde a mulher «perde a flor da sua pureza». [JOÃO DE BARROS. *Diál. da Viciosa Vergonha*, p. 306.] Além de que não traz menos legítimas credenciais latinas que *devirginare*. Já nas matrizes romanas do nosso idioma vamos achar *deflorare*, *deflorator*, *defloratus* e, até, *defloratio* na acepção translata, que a fraseologia jurídica adotou, de perdição da virgindade. S. AMBRÓSIO, ep. 5, n.º 11: «Quid enim est quod magis publicum sit, quam offensa pudoris et *defloratio* virginitatis?» E FORCELLINI, registrando-lhe

êste significado, ensina: «Sumitur et in malam partem, pro corruptione, sive floris privatione: deflorazione.» [Totius Latinitatis Lex., v. II, p. 609.]

142. — Tem o *desvirginar* a mesma delicadeza? Está o mestre que sim. A seu sentir, é o *desvirgar*, não o *desvirginar*, a expressão, a que se objetaria com fundamento.

Mas só por uma dessas refinadas sutilezas de filólogo, ininteligíveis aos leigos, poderia o dr. CARNEIRO fazer uma tal diferença entre aquêles dois têrmos, cujos foros de vernaculidade são, mais ou menos, os mesmos.

Se um nasce de *virgo*, expressão plebéia da virgindade, o outro de *virgem*, ou do *virgo*, *virginis*, latino, expressão literária do mesmo estado, ambos, tendo essa origem equípólente, soam de modo quase igual, se não idêntico, ao nosso ouvido, e evocam da imaginação, com a mesma nitidez e a mesma violência, a mesma cena.

Mas não usou CASTILHO do particípio *virginizado*? É objeção do mestre. Usou. Não me disse onde o ilustre professor. Mas achei-o eu, no *Amor e Melancolia*. [P. 306.] E saberá o meu contraditor que ainda outrem se utilizou dessa e outras palavras semelhantes. Do verbo *virginizar* temos também amostra nos livros de CASTELO BRANCO. [*Cancioneiro*, p. 7.] Com êle se irmana o *virginalizar-se*, que nos deparam os *Narcóticos*, dêsse autor. [P. 204.] A essas formas acresce *virginismo*. [CAMILO. *Marq. de Pombal*, p. 248. *O Vinho do Pôrto*¹, p. 83.] Depois [vai alegrar-se o mestre], se RAMALHO fabricou o verbo *desvirginar*, C. CASTELO BRANCO engenhou *desvirginizar*: «Dizia que uma esvelta D. Joana de Castro o havia *desvirginizado*.» [*Serões de S. Miguel de Seide*,² VI, p. 68].

1. Pôrto, 1884.

2. Pôrto, 1886.

Se me fôsse lícito, porém, transcrever o lanço, que remata com esta frase, veria o público inverter-se a impressão dos leitores. O trecho por ela ultimado é um rasgo de brejeirice clássica, onde as idéias mais dignas da fôlha de vinha sem ela se ostentam. Não posso transcrevê-lo, que mo não permite a decência dêste papel. Mas fique a declaração, para aviso de que o neologismo ali floreia num ramalhete obsceno, digno de emparelhar com a desbocada licença de PETRÔNIO e JUVENAL.

O que eu não compreendo, porém, no exemplo invocado pelo Dr. CARNEIRO, é o argumento que daí extrai. Pois, se CASTILHO [raciocina êle] usou de *virginizar*, que muito é escrevermos nós *desvirginizar*, ou *desvirginar*? Mas, Deus meu, são precisamente coisas opostas. Em *virginizar* é a imagem da *virgindade* que se suscita, da virgindade, isto é, da pureza na sua expressão mais acabada e formosa. Em *desvirginar*, mui ao contrário, o que surge, é a evocação do estupro, materializado, na mais odiosa das suas formas, por um vocábulo de pinturesca energia.

143. — Ao ponto essencial, portanto, agora. A questão é da escolha entre o velho termo *deflorar*, a cuja lado milita a consagração ininterrupta do uso profissional, e a inovação cunhada no *desvirginar*, entre escritos profanos, de literatura amena, por um estilista famoso. Por que banir a velha expressão jurídica, preferindo-lhe a nova? Temos êsse direito? Não. A tecnologia jurídica é, de sua natureza, eminentemente estável, essencialmente conservadora. Seu vocabulário não se pode alterar, senão quando *novas necessidades* exigirem *palavras novas*.

Aqui a idéia é tão velha quanto o mundo, sua expressão tem, nas leis do país, uma forma tão anciã como elas. Não há que inovar. Seria ridícula veleidade. O fato de que se ocupa o art. 223 do projeto de código civil, é o mesmo, a que se consagra o art. 267 do nosso código penal. Chama-se ali *defloramento*. *Defloramento* aqui se há de chamar.

§ 25

RAMALHO ORTIGÃO

144. — Não era justo que o respeitável mestre viesse, a propósito dêste nome, testilhar comigo. Eu não desfizera nas qualidades literárias de tão laureado escritor. Nenhum contemporâneo se lhe vantaja na elegância peregrina do estilo. Na fina originalidade do espírito não sei, dentre portugueses, se alguém o iguala. Seu vocabulário é de uma opulência às vêzes deslumbrante, de um colorido raro, de uma plasticidade maravilhosa.

Mas como exemplar de vernaculidade não o considero sempre seguro, nem creio que nessa conta o hajam os competentes em sua mesma terra natal. Para êste juízo, porém, não seria eu tão leve, que me bastasse uma só incorreção daquele prosador, a que ali indiquei: o emprêgo do artigo masculino antes do *que* interrogativo. O que fiz tão-sòmente, foi apontar, do escritor que me opunham como oráculo, o desacêrto gramatical, que mais vizinho estava. Como o *desvirginamento* se achava à p. 73, apontei logo ali, à esquerda, sem voltar a fôlha, lado a lado, na página anterior, aquela frase, a meu ver avariada.

Muitas, porém, muitas outras, são as locuções pelo menos duvidosas, que naquele mesmo livro se nos deparam. Aceita o dr. CARNEIRO o *reviewir*? E' um barbarismo quase inarticulável. Pois lá o tem. [P. 265.] Admite *assassinato*¹,

1. «Êste miserável tinha começado a carreira dos seus crimes pelo *assassínio* do genro de um mercador honrado de Lisboa, *assassínio* perpetrado públicamente no meio da Rua Nova.» A. HERCULANO. *Hist. da Origem e Estabelec. da Inquisição* [ed. de 1897], v. III, p. 128. Ainda *assassínio*, no *Monge de Cister*, v. I, p. 47, 235, 296, e v. II, p. 149. Igualmente, no *Bôbo*, p. 133, 300.

em vez de *assassínio*, *soirée*, *boudoir*, *toilette*,¹ e até *confiseur*, em lugar do vulgaríssimo *confeiteiro*? Todos êsses galicismos inúteis perpetrou êle. [P. 117, 140, 104, 139.] Conhece maior francesia, e mais escusada, que o *detalhe*? Acolá o encontra. [P. 204, 338.] E, todavia, exatamente à p. 338 usa aquêlê escritor de *pormenor*, o sucedâneo correto dêsse grosseiro contrabando. Serve-lhe *ménage*? Está disposto a significar por essa expressão estrangeira o *trato doméstico*, o *meneio do lar*², o *governo da casa*? Ali amiúde o topará. [P. 62, 102, 326, 327.] Dizem franceses *tourbe*, *tourbière*. Nós, *turfa turfeira*. E RAMALHO? Cobre o francês, escrevendo *turba*, *turbeira*. [P. 20, 54, 59, 82, 95, 101, 161, 172.] Está por isso o mestre? Está por êsse destempêro filológico?³ Temos *poltrona*, de que o próprio ORTIGÃO se utiliza à p. 104. Mas de outras vêzes [p. 99, 164] lhe chama *fauteuil*. Subscrive o douto filólogo baiano esta carta de naturalização? Aprova o francês *embalagem*, perpetrado à p. 295? o francês *pés de nariz*, esdrúxula acomodação literal de *pied-de-nez*, ousada à p. 127? o francês *etiquetar*, lançado à p. 300, em vez do nosso *rotular*? o *igualitário* [p. 75 e 92], de tipo sensivelmente francês, por *igualista*?

Onde os franceses dizem *blanc d'Espagne*, diríamos nós [com todos os dicionários] *cré*. RAMALHO, cobrindo a palavra, traduz *branco de Espanha*. [Hol., p. 63]. Converter *orphelinat* em *orfanato*, em vez de *orphanato* ou *orfanato*, como se

1. «A *toilette* usual de uma mulher.» Entretanto, à p. 96 emprega, na mesma acepção, o vocábulo *trajo*. Por que não ficar neste?

2. «O *meneio da casa* e provimento dela estava à conta do Padre Fr. João de Leiria.» FR. LUÍZ DE SOUSA. *D. Fr. Bartolomeu*, I, c. 13.

3. Aliás FILINTO ELÍSIO [Obras, v. I, p. 307] escreveu: «Mal haja a *turba* e enxôfre negro e duro», anotando a palavra *turba* com estas: «Fog de terra em adôbes e de carvão de forja.» Mas é o grande escritor mesmo quem, a cada passo, nos precata contra os lapsos da sua memória, que a longa residência em França e a indigência de livros portugueses condenavam inevitavelmente, algumas vêzes, a êstes desvios.

em português se dissesse *orfelino*, à francesa, e não *orphan*, ou *órfão*¹, só de galiciparlas desabusados. Pois com êles vai o autor da *Holanda*. [P. 115, 133.] E constatar? «Dos mais escandalosos galicismos», embarga FIGUEIREDO.² «Repugnantíssimo», qualifica o nosso CASTRO LOPES. Sôbre desnecessário, tendo em português uns poucos de sucedâneos vantajosos, crassamente francês e dissonante, contra êle reclamam juntas a vernaculidade e a eufonia. Mas RAMALHO o não enjeita. [P. 105.] Legítimo português é *reclamo*, do gênero masculino, que responde cabalmente ao francês *une réclame*.³ Mas RAMALHO vota com os francelhos, dizendo *uma reclame*. [P. 289.] Ao ar livre, dizemos nós; os franceses *au grand air*. RAMALHO manipula, mistura e manda: «ao grande ar livre». [P. 72.] VASCONCELOS classifica de «galicismos vergonhosos» as locuções *móvel em castanho, imagem em barro, salva em prata, vestido em sêda*.⁴ RAMALHO, entretanto, diz e rediz: «vestido às listas azuis», «azul às riscas pretas», «chapéu em tortulho às listas de escarlata» [p. 63, 67, 303], onde tôda a gente redigiria «chapéu de listas», «azul de riscas», «vestido de listas».

Já se vê que sobrados motivos me assistiam, para afirmar, como afirmei, aliás nos mais delicados têrmos, que «o admirável colorista do estilo, o caprichoso rendilhador da palavra *nem sempre curava da sua pureza com tanto esmêro como da sua formosura e da sua graça*».

Ganhou êle alguma coisa com a reclamação do professor CARNEIRO? Há de ir-se convencendo o mestre de que o seu antigo aluno não adianta passo, em terreno que não conheça.

1. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO. *Lições de lingua portuguesa*, v. III, Lisboa, 1900, p. 11-12.

2. *Op. cit.*, v. I [3.^a ed., Lisb., 1900], p. 249.

3. *Ib.*, págs. 37, 144, 200. V. II. [Lisb., 1901], p. 143, 167, 209, 338.

4. *Gramát. Portuguesa [Para uso dos Liceus]*, p. 224.

§ 26

«QUE?», OU «O QUE?»

145. — Esta é uma das turras, tantas e tantas, que me arma o amor-próprio do mestre, metendo-se a cada passo, desnecessariamente, só pelo gosto de exercer a função magistral, e mostrar a distância do professor ao aluno, em assuntos alheios da sua tarefa. Limitava-se esta ao exame das minhas emendas à sua redação do projeto. Sair delas para as minhas notas, para escritos meus, que não tinham de fazer parte do código civil, era despique de ânimo apaixonado. Nada mais.

Mas não valem queixas. Ao que importa.

146. — Nos clássicos antigos o professor CARNEIRO mal encontrou um excerto, *unicamente um só*, com que se abonasse. E' êste de VIEIRA:

«O que dirão a isso os todo-poderosos do mundo?»

Eis tôda a sua colheita.

Ora bem: êsse exemplo é falso. VIEIRA escreveu exatamente *do modo contrário*, exatamente como eu sustento que sempre se deve escrever:

«Que dirão agora a isto os todo-poderosos do mundo?»

«Que dirão?» notem bem, e não: «O que dirão?»

Essa a verdadeira frase de VIEIRA, tal qual se acha em ambas as edições existentes das suas obras completas.

Trá-la a edição antiga, no vol. VI [sexta parte], *Sermão da terceira domingo Post Epiphaniam*, p. 309, n.º 278.

Reprodu-la a segunda edição, a moderna, de 1855, no vol. IV, p. 279.

Assim que três vêzes estropiou o mestre ao indefenso VIEIRA em menos de uma linha.

Estropiou-o, eliminando-lhe o *agora*.

Tornou a estropiá-lo, convertendo-lhe o *isto* em *isso*.

Não contente, enfim, de o estropiar no vocabulário, acabou estropiando-o na syntaxe, com *lhe* antepor o artigo *o* ao *que* interrogativo.

Que fé nos podem merecer de ora avante as citações do professor CARNEIRO, baldas sempre das indicações necessárias ao exame de sua sinceridade? Uma casualidade feliz desvendou a inexactidão palmar desta. Como nos certificarmos da fidelidade das outras?

147. — Continuemos, todavia, em segui-lo.

Exculpa o dr. CARNEIRO o emprêgo do *o* antes do *que* interrogativo, qualificando naquela adição prepositiva um arbítrio «de eufonia, que não exerce em tais casos função alguma gramatical».

Discordo. A sua proposição é indemonstrável. Não há justificação vernácula, que se enxergue, para a anteposição dêsse *o* ao *que* nas interrogações.

Quase nenhum exemplo dela se encontra nas mais antigas fontes. Nas obras de D. DUARTE não os há.¹ A forma ali é sempre *que*? Assim: «Nom queiraaes pore[m] seer conty-nuadamente cuydosos, dizendo *que* comeremos, ou *que* beberemos, ou de *que* nos cobriremos?» [*Leal Cons.*, p. 203.] Doutra vez: «*Que* valleremos?» [P. 249.] E: «*Que* aproveita ao homem, se...?» [P. 428.] Ainda aqui: «Em a qual cousa *que* avemos al de consiirar...?» [P. 51.] E nunca de outro modo.

1. O mesmo nos textos, ainda mais remotos, do *Cancioneiro da Vaticana*: «E *que* farei?» [N.º 865, p. 163.]

GIL VICENTE apenas um em contrário nos depara em tôdas as suas obras.¹

Fora daí, às dezenas, pulula aquêlê interrogativo, sempre só: «*Que diz êsse arrais? que diz?*» [V. I, p. 238.]

«*Que dolor há hi? que foi? que quereis?*

— Vimos pasmados. — De quê? *que* achastes?

— Vimos... — *Que* vistes? de que vos pasmastes?

Que é? que foi? dizei, *que* dizeis? [I, 345.]

«*Que* dizes, tolo? *que* dizes?» [II, 474.]

«O' Fernão Vaz, *que* faremos?...

Fernão Vaz, não sei *que* faça...

Fernão Vaz, *que* será aqui?» [*Ib.*, p. 475.]

Que te fêz? *Que* te querelas?

— Faz-me com *que*² desespero.

Quê?» [*Ib.*, 498.]

«Oh, *que* vos faço eu aqui?

Que é, senhor?...

Que são? *que* são?...

1. «Quando era, o que seria?» [*Obr.* III, p. 347.]

2. *Fazer com que*. Rejeita FIGUEIREDO [*Lições Prát.*, v. I, p. 212] esta construção. Mas o uso clássico a recomenda.

«Faz-me com *que* desespero.» [GIL VICENTE. *Obr.*, II, p. 498.]

«Mais quero eu quem m'adore

Que quem *faça com que* chore.»

[*Ib.*, v. III, p. 130.]

DUARTE NUNES. «Fêz com *que* os povos da Castela... lhe ouvissem.» [*Crôn.*, v. II, p. 151.] O mesmo a p. 258, 276; v. I, p. 75, 115, 283.

«Que o faz com *que* desespere.»

[CAMÕES. *Auto de El-rei Seleuco. Obras Compl.*, ed. de 1874. Vol. VI, p. 188.]

«Fazer com *que* me salte o fogo nas barbas.» [D. FRANCISCO MANUEL. *Feira de Anex.*, p. 135.]

«Se lhe faltar o papa, bem lhe podemos *fazer com que* se entregue aos clérigos.» [*Ib.*, p. 165.]

«O ruído que faz a grande fama, também *faz com que* o grande seja de todos ruído.» [VIEIRA. *Inédit.*, v. II, p. 111.]

«Teodósio de Itália fêz com *que* se experimentasse a ruína da sua monarquia.» [*Ib.*, p. 139.]

Agora, dos escritores modernos, indicarei:

Não sabeis *que* me digais?
 Sabeis *quê?*» [V. III, 14.]
 «Fernandiames, *que é* isto?...
Que vos metedes agora
 Em musiquias?» [Ib., p. 75.]
 «*Que* escreverei?...
Quê?...
Que mais buscas?...
Que me mandas assentar?» [Ib., p. 291.]
 «Oulá, *que é* isto? *que é* isto?...
 Pois *que* foi?...
 Oulá *que é* isto? dormis?...
 Ouvi-lo? ouvis *que* vos digo?» [Ib., p. 311.]

Dos mais [e não são todos] tão só apontarei os lugares:
 V. I, p. 123, 165, 170, 171, 174, 240, 234, 235, 236, 340,
 344, 152, 364. V. II, p. 144, 145, 159, 163, 171, 298, 341,
 355, 357, 359, 362, 366, 367, 397, 400, 409, 413, 414, 432, 433,
 434, 438, 467, 516, 523, 527. V. III, p. 21, 25, 27, 32, 33,

FILINTO ELÍSIO. *Obras*, v. XII, p. 291; v. XVII, p. 107, 135.

GARRETT. *Obras*, v. XXIII, p. 44, 266, 314.

A. HERCULANO. *Advertência preliminar aos Anais de D. João III*, pág. XX.
Monge de Cist., v. I, p. 213, 271; v. II, 338. *O Bôbo*, p. 11, 130. *Lendas*,
 v. I, 33. *Hist. da Inquisição*, v. I, pág. 9; v. III, p. 297.

ROQUETE. *Leal Conselh. del-rei D. Duarte*, p. 141.

CASTILHO. *Felicidade pela Instrução*, p. 33, 42, 77. *Fastos*, v. II, p. 193.
Primavera, p. 285. *Camões* [1.^a ed.], p. 199, 233.

«Fazendo com *que* a linfa e com *que* a flama
 Dos homens sôbre o físico atuaassem.»

Colóquios Aldeões [1879], p. 93, 154, 199, 251, 275, 365. *Arte de Am.*,
 v. I, p. 53:

«Fiz com *que* a tua amada achasses, e a possuas.»

Amôres, v. I, pág. 100:

«Entrega-lha logo... mas *faze com que* hoje,
 E já, se é possível, me leia o meu bem.»

C. CASTELO BRANCO. *Teatro Cômico*, p. 45: «Cosme, casando nesta
 casa, há de *fazer com que* seu pai não pague nada.»

AD. COELHO. *A Líng. Port.*, p. 28: «A moda *faz com que* muitas
 palavras sejam olhadas como ridículas e baixas.»

34, 42, 49, 67, 72, 78, 90, 92, 96, 99, 124, 133, 136, 139, 141, 142, 149, 151, 155, 158, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 180, 190, 209, 215, 216, 218, 219, 222, 235, 237, 238, 239, 240, 250, 258, 261, 265, 267, 272, 289, 290, 303, 305, 306, 309, 312, 318, 328, 360, 366, 367, 369, 389, 390.

FERNÃO LOPES. *Crôn. de D. João I*: «Que temos de fazer com enviar recado à rainha?» [C. 27.] «Quero de ti saber *que* é o que te dêle parece.» [C. 35.] «Que era o que lhes delo parecia?» [C. 58.] «Perguntou a Fernão Sanches *que* era o que haviam acordado?» [C. 130.] «*Que* é que vos parece?» [*Ib.*] «Que fazemos, estando?» [C. 15.] «O mestre lhe perguntou *que* lhe parecia dêstes feitos?» [C. 126.] «Perguntou *que* era aquilo?» [Parte II, c. 12.] «E pois *que* faz lá êsse vosso Mestre?» [*Ib.*, c. 66.]

BERNARDIM. *Men. e Moça*: «Que fazeis aqui, ou *que* viestes a fazer?» [P. 24.] «Qu'ê isto, senhor e cavaleiro?»

Esta locução rege-se, a meu ver, por uma elipse. *Fazer com que*, isto é, *fazer de modo com que*, ou *de maneira com que*. A expressão *modo com que* é uma variante vernácula de *modo como*: «Muito maior injúria fêz no que disse pelo *modo com que* o disse.» [VIEIRA. *Serm.*, v. II, p. 299; v. V, p. 63, 315, 334, 335; v. VI, p. 230, 232. BARROS. *Déc.* III, VII, 2, p. 16. FILINTO. *Obr.*, v. V, p. 281, v. VI, 80, v. XXII, 21. DUARTE NUNES. *Crôn.*, v. I, p. 33.] Em vez de «fazer *de modo como*», se teria dito «fazer *de modo com que*»; e de «fazer *de modo com que*» se teria passado, elípticamente, a «fazer *com que*». É o que se dá claramente neste exemplo: «Êle *faria de maneira com que* el-rei houvesse por bem empregada a confiança.» [DUARTE NUNES. *Crôn.*, v. I, p. 403.] Suprimido o «*de maneira*», teríamos o elíptico *faria com que*.

Coisa igual ocorre nestas formas análogas: *ordenar com que* [BARROS. III, VI, 6, pág. 57; DUARTE NUNES, *op. cit.*, v. I, pág. 401]; *suceder com que* [BARROS. III, VI, 10, p. 93]; *trabalhar com que*. [D. NUNES, *op. cit.*, v. I, p. 268.]

Outras vêzes, com as mesmas partículas *com* e *que*, diversifica, no exprimir a mesma idéia, a syntaxe do verbo *fazer*: em lugar de «fazer *com que* êle ceda», será «fazer *com êle que* ceda». Assim BARROS, III, VII, 2, p. 117: «Fêz *com* el-rei de Baarem *que* pagasse o que devia.» E DUARTE NUNES: «Fêz *com* a rainha *que* lhe escrevesse.» [*Crôn.*, v. I, p. 71.] «Fizera *com* os de Santarém *que* dessem a vila a el-rei.» [*Ib.*, p. 158.] «Fêz *com* el-rei *que* saísse logo.» [*Ib.*, p. 416.] O mesmo no vol. II, p. 158, 173, 175, 217. «Faziam *com* el-rei *que* pagasse os cavalos.» [GÓIS. *Crôn. de D. Emanuel*, fol. 91.]

[P. 61.] «*Que é isto, senhor... ?*» [P. 80.] Outrossim, págs. 114, 145, 166, 175, 179, 222.

GARCIA DE RESENDE. *Cancioneiro*, p. 64 :

«*Que te presta padecer,
Que te aproveita chorar ?*»

JOÃO DE BARROS : «*Que lhe falece ?*» [Gramát., p. 124.]
«*Que quer, senhor, dizer de causas ?*» [Diálog., p. 241.] «*Que
acharemos senão exemplos de condenação... ?*» [Ib., p. 263.]
Mais : págs. 324, 336.

CAMÕES :

«*Que esperais ? porque a pondeis em tardança ?*»
[*Lusíad.*, VI, 31.]

«*Quem eram ? de que terra ? que buscavam ?*»
[I, 50.]

«*Pois de ti, Galo indigno, que direi ?*»
[VII, 6.]

«*Pois que direi daqueles... ?*»
[Ib., 8.]

«*Mas eu que falo humilde, baixo e rudo,
De vós não conhecido, nem sonhado ?*»
[X, 154.]

Nos demais escritos do cantor dos *Lusíadas* nem uma só vez se acha o artigo anteposto ao *que* nas frases interrogativas. Exemplos :

«*Que levas, cruel Morte ?...*
Lusitânia que diz ?...
Que diz ?...

Que discorre o amor?...
Na côrte que ficou?...
Que fica lá que ver?...

[Sonêto 86. *Obras Compl.*, v. I, p. 52]

«Que estila a árvore sacra?...
«Que faz dêle?...
«E que obra?...
«Que foi?...
«Que quis da terra?...

[Sonêto 276, *Ib.*, p. 149]

«Que quero eu mais que ser vossa a vitória?...
«Que quero eu mais que ter-vos por senhora?...
«Que quero eu mais, senhora, que querer-vos?...
«Que quero eu mais ganhar que ser perdido?...
«Que quero eu mais, que o mais não seja o menos?»

[Eleg. XXIV. V. III, p. 90.]

«E por isso que releva?
Que se perde nisso agora?
Que se perde!»

[*Auto de Filodemo*, a. II, c. 3. Vol. VI, p. 32.]

Tomando a edição crítica do Pôrto [*Imprensa Portuguesa*, 1874 a 1877], percorri atentamente todos os seus escritos em verso e prosa [tirante o grande poema], em busca de um lugar, onde se empregasse interrogativamente a locução *o que*. Debalde. O interrogativo *que* está sempre sòzinho. Veja-se:

Vol. I, p. 11, 28, 30, 53 [duas vêzes], 61, 72, 81, 104, 112, 119, 121 [três vêzes], 129, 174 [duas vêzes], 178, 187.

Vol. II, 41 [duas vêzes], 57, 68 [duas vêzes], 70 [quatro vêzes], 79, 92, 98, 138, 166, 168, 169.

Vol. III, p. 24 [quatro vêzes], 25, 33, 35, 36, 41, 57, 69, 85, 99.

Vol. IV, p. 21, 39, 42, 57, 74, 92, 95, 96, 97, 98, 111 [duas vêzes], 128, 132, 152.

Vol. V, p. 13, 21, 22, 30, 33, 40, 44, 79, 117, 118 [duas vêzes], 122, 126, 132 [três vêzes], 139, 195 [três vêzes], 199.

Vol. VI, p. 17, 27, 30, 41 [três vêzes], 42, 44 [três], 47, 58, 62, 68, 71 [duas], 85 [três], 90 [três], 96, 100, 104, 107, 118 [três], 146, 148, 152, 161 [três], 163, 164, 169 [duas], 179 [duas], 182, 221.

Apenas em dois tópicos se *parece* abrir exceção a esta sintaxe: no soneto 86.º a frase «E entendes o *que* levás?» [Vol. I, p. 52], e, no *Auto de el-rei Seleuco* [vol. VI, p. 202], a pergunta «Ora sabeis o *que* vai?» Mas nesses casos a exceção não passa de aparente. O *o que*, precedido daqueles dois verbos, equivale a *aquilo que*: Sabeis *aquilo que* vai? Sabeis o *fato que* vai? Entendes o *objeto*, o *sujeito*, ou o *valor*, *que* levás? O artigo concorda, pois, determinadamente com um substantivo oculto e fácil de subentender.

Vamos agora aos outros clássicos principais.

DUARTE NUNES. *Crôn. del-rei D. João I, D. Duarte e D. Af.*: «E perguntando-lhe *que* era aquilo?» [V. I, p. 331.] O mesmo à p. 18, 28, 37, 36 [duas vêzes], 241; v. II, p. 175. E sempre dêste modo.

FR. LUÍS DE SOUSA. *Vida do Arcebispo*: «*Que* não alcançaria?» [V. I, p. 14.] «E *que* vai nisso?» [P. 98.] «*Que* faria o zeloso prelado...?» [P. 105.] «*Que* seria nesses outros sítios mais remotos?» [P. 119.] «Pois *que* vos parece destas minhas obras?» [P. 335.] «Pois *que* há de ser?» [P. 336.] «*Que* será, sendo tão bem acompanhada?» [P. 352.]

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. *Feira de Anexins*: «*Que* tem?» [P. 7.] «*Que* falta nesta metáfora?» [P. 9.] Mais, à p. 23, 25, 29, 70, 89, 96, 98, 103, 167, 172, 192, 193.

De JORGE FERREIRA, na *Eufrosina* [ed. de 1786], apontarei : «*Que vai nisso agora ? ... que quer ela agora ?*» [P. 160.] «*Que viu em mi... ? que lhe havia de fazer ?*» [*Ib.*, p. 161.] «*Que vai cá, Andrade ? que faz nosso amo ?*» [P. 166.] E assim a p. 153, 157, 159, 167, 174, 176, 194, 197, 203, 211, 217 [duas vezes], 225, 238, 239, 241, 243, 246, 250, 251, 254, 255, 272, 280, 299, 302, 311, 331, 338.

ANTÔNIO FERREIRA abre um dos seus tercetos, na 11.^a carta [l. I], depois de ponto final, com êste verso :

«E *que* sem bom amor a Deus apraz ?»
[*Obr.*, v. II, p. 80.]

Onde manifesto é que o interrogativo equivale a : *que* coisa ? *que* sentimentos ? *que* ações ? Aliás seria irregível. E com essa interpretação é inconciliável a anteposição do o.

Ainda mais clara se faz essa equivalência entre *que ?* e *que coisas ?* na ode 2.^a, l. II, cuja sexta estrofe assim começa

«*Que ficam*, senão prantos,
E saudades tristes
Daquelas cousas grandes, que acabaram ?»
[*Obr.*, v. I, p. 139.]

Se o *que* não subentendesse *coisas*, como regeríamos o plural *ficam*, de que aquêlê relativo representa o sujeito ?

Nesse clássico nem uma só vez se acha a anomalia do o antes do interrogativo. Vejam, no v. I, as p. 40, 85, 98, 115, 174, 207 [duas vezes], 268, e, no vol. II, as p. 15, 24 [duas vezes], 30, 33 [duas], 60, 75, 85, 99, 103, 131, 139, 145, 159, 194, 206, 214, 215 [duas], 217 [duas], 222, 235, 237, 246, 249, 265 [duas], 267, 272, 278 [duas], 279 [três], 280. Sempre como à p. 19 do vol. I :

«*Que* dizes, meu Lancastro, dêstes sábios ?
«*Que* dizes dêstes graves... ?
«*Que* julgas doutro louro Menelau... ?
«*Que* da carranca dêste... ?»

JACINTO FREIRE não desliza jamais desta sintaxe : «Mas *que* será se virem... ?» [II, n.º 7.] «*Que* falta a esta facção para vitória ? E *que* para castigo ?» [II, 181.] «*Que* é isto, Portuguezes ?» [III, 19.] «E *que* muito façamos nós agora... ?» [IV, 11.] «*Que* faria, quando ofendido... ?» [IV, 17.] «*Que* fazem os Arábios ?» [IV, 86.]

M. BERNARDES não poucas vêzes, numa pergunta e numa resposta, ou até numa só pergunta, discerne precisamente a função do *que* e a do *o que* : «*Que* tem de valente ? disseram êles; e re-pondeu : *O que* lhe falta de galinha.» [*N. Floresta*, II, p. 274.] «*Que* importa o saber, se não soubermos *o que* importa ?» [*Ib.*, v. IV, p. 134.] Fora dêsses casos, onde «*o que*» acertadamente representa *aquilo que*, nunca o emprega BERNARDES : sempre o simples *que*. Verifiquem : v. II, p. 20 [três vêzes], 33, 258, 264 [duas], 266, 325 [duas], 49, 77, 93, 103 [duas], 104, 119, 122 [três], 123 [duas], 126 [duas], 125, 145, 195, 218, 238, 297, 325, 356 [quatro], 357; v. IV, 9, 31 [duas], 34, 35, 81 [três], 115, 116, 131, 138, 142, 145, 150, 152, 174, 188, 220, 238, 244, 271, 272, 306, 339, 341, 354, 369, 403, 423.

O professor CARNEIRO mesmo reconhece que êsse autor nunca escreveu de outro modo.

A igual testemunho tem direito FR. TOMÉ DE JESUS. Seus *Trabalhos de Jesus* guardam a mesma sintaxe : «*Que* é isto, Deus meu ?... *Que* achastes, Senhor ?» [V. I, p. 50.] E assim à p. 23, 38, 39, 55, etc.

VIEIRA :

«*Que* seria, se se mudassem palavras ? *Que* seria, se se diminuíssem palavras ? *Que* seria, se se acrescentassem palavras ?... *Que* seria, se se calassem regras ? *Que* seria, se se sepultassem papéis e informações ? E *que* seria, se... ?» [*Serm.*, v. II, p. 316.]

«E *que* é das exéquias? *Que* é das lágrimas e prantos? *Que* é da solenidade do entêrro? *Que* é dos aparatos fúnebres? *Que* é dos mausoléus e pirâmides egipcíacas? *Que* é do concurso da côrte? *Que* é do acompanhamento...?» [Serm., v. III, p. 268.]

«Se o demônio tenta com as pedras, *que* fará com condições menos duras? Se tenta com o deserto, *que* será com o povoado e com a côrte? Se tenta com o jejum, *que* será com o regalo? Se tenta com a obra de misericórdia, *que* será com a injustiça? Se tenta com a onipotência, *que* será com a fraqueza? E, se até com a divindade tenta, com a humanidade e com a desumanidade, *que* será?» [Serm., v. V, p. 183.]

«Se o demônio tenta com a cidade santa, *que* será com a cidade escandalosa? Se tenta com o templo de Deus, *que* será com as casas dos ídolos? Se tenta com as sagradas escrituras, *que* será com os livros profanos? Se tenta com os mandamentos de Deus, *que* será com as leis do mundo? Se tenta com os anjos da guarda, *que* será com os anjos da perdição? Se tenta finalmente com o descer, *que* será com o subir?» [Ib., p. 183-4.]

Note-se especialmente êste exemplo:

«Com o amor, com o cuidado e com as ações, lhe disses-tes por última despedida...¹ *quê*? Ainda tremo de o pronunciar.» [Ib., v. IV, p. 169.]

Aí está o *que* significando palpavelmente «*que coisa?*», e excluindo, portanto, o determinativo.

«*Que* tendes, *que* possuíis, *que* lavrais, *que* trabalhais, *que* não houvesse de ser necessário para serviço del-rei?» [Ib., p. 243.]

1. A reticência é de VIEIRA. Transcrevo-lhe, tal qual é, o texto.

De VIEIRA, ainda :

Sermões. Vol. I, p. 49, 56, 57, 91, 99, 110, 135, 147, 149, 103, 168, 217, 231, 291, 71, 78, 79, 84, 190 [quatro vezes], 194, 198 [duas vezes], 203, 204, 206, 208, 209, 213, 216 [três vezes], 224, 227, 276, 294, 295, 296, 299, 301 [três vezes], 317, 320, 331, 338, 341, 342, 343, 346, 348, 351. Vol. II, p. 231, 274, 278, 156, 226, 342. Vol. III, p. 12, 81, 181, 190, 244, 316, 319, 339, 369, 97, 153. Vol. IV, p. 49, 53, 54, 58, 91, 176, 253, 262, 110, 178, 254, 168, 171, 207, 210, 211, 216, 217, 223, 227, 228. Vol. V, p. 15, 46, 374. Vol. VI, págs. 159, 219, 247, 259 [três vezes], 269, 270, 281 [duas], 282 [três], 283 [duas], 295, 298, 303, 322, 323 [duas], 326 [duas], 328, 334, 335, 337, 344, 346, 348, 349 [duas], 359, 362, 371, 271 [duas], 273, 274 [três], 275, 276 [três]. E assim por diante nos mais volumes.

Cartas. Vol. III, p. 33, 41, 154. Vol. IV, p. 38, 98, 113, 114.

Obr. Inéditas. V. II, p. 139, 163, 171, 172.

São colhidas a êsmo estas citações. Poderia decuplá-las muitas vezes, caso houvesse de consignar todos os tópicos, onde se nota êsse interrogativo sem precedência de artigo.

Passemos aos modernos.

De FILINTO ELÍSIO não acertei com exemplo divergente. Indicarei, dentre inúmeros outros, os lugares, que me feriram na vista : v. I, p. 179, 269, 274; v. II, p. 83, 89, 100, 132, 210; v. III, 14, 43, 73, 90, 103, 116, 132, 259; v. IV, p. 8, 26, 85, 93, 124, 126, 149, 229, 232, 273; v. V, p. 17, 28, 92, 104, 108, 114, 151, 248, 308; v. VI, p. 94, 139, 243, 289; v. XI, p. 5, 24, 29, 42, 48, 49, 54 [duas vezes], 59, 61, 62 [duas], 64, 72, 78, 79, 82, 86, 89 [duas], 90 [duas], 91, 95, 96, 97, 99, 121, 122, 134, 141, 142, 144, 152, 156, 162, 170, 181, 203, 213; v. XII, p. 12, 30, 32, 46, 63, 102, 110, 147,

148, 149, 162, 171, 197, 205, 220, 231, 234, 254, 267, 268, 276, 296, 299; v. XIII, p. 10, 23, 36, 37, 39, 50, 60, 71, 74, 100, 112, 114, 128, 136, 154, 172, 177, 178, 189, 195, 200, 216, 218, 242, 279, 300, 320, 322, 324. Assim por diante.

Vejamos A. HERCULANO :

«Com efeito, *que* significará no século atual ocupar uma câmara legislativa com questões de beatas? *Que* tem o sublime evangelho do crucificado com o denominar-se...? *Que* tem com isso a moral pública?» [A. HERCULANO. *Opúsculos*, v. VIII, p. 47.]

A mesma sintaxe encontraremos em tôdas as obras dêsse grande escritor. Indicarei :

Eurico. P. 27, 33, 50, 56, 75 [duas vêzes], 77 [duas vêzes], 79, 120, 126, 129, 169, 171, 186 [duas vêzes], 254, 273, 280, 283 [cinco vêzes]. Nem uma só vez o *que*.

O Monge de Cister. V. I, 3, 10, 12 [duas vêzes], 36, 46, 57, 68, 75, 92 [duas vêzes], 101, 102, 103 [três vêzes], 119, 120, 134, 135 [duas vêzes], 149, 156, 178, 180, 188, 190, 195, 228, 229, 230, 231 [duas vêzes], 232 [duas vêzes], 237, 262, 268, 274 [duas vêzes], 275, 278, 283, 287, 288, 290 [três vêzes], 292, 298. V. II, 17, 22 [duas vêzes], 25, 32, 34, 37, 40, 41, 58, 60, 89, 95, 97, 101, 115 [duas vêzes], 123, 157, 160, 163 [duas vêzes], 177, 178, 180 [duas vêzes], 181, 206 [duas vêzes], 214, 237, 263 [duas vêzes], 265, 266, 267, 268, 305, 306, 309, 316, 319, 323, 324, 326, 337, 361.

O Bôbo. P. 13, 60, 84, 97, 98, 115, 118, 131, 137, 174, 178 [duas vêzes], 185, 187, 188, 189, 208, 223, 232, 247, 249, 259, 268, 270, 272, 274, 275, 287.

Lendas e Narrativas. V. I, p. 19 [três vêzes], 39, 77, 78, 80, 102, 107, 134, 135, 182, 199, 243, 245, 263, 276, 278, 290, 294, V. II, 17, 33, 36, 44, 47, 49, 58 [três vêzes], 60, 66.

Poesias. P. 37, 76, 78, 79, 88, 105, 107, 109 [oito vêzes], 113, 130, 131, 132, 172, 173 [duas vêzes], 203, 212, 234, 246, 247, 251, 291.

História da Orig. da Inquisição, v. III, p. 316.

No mesmo volume dos *Opúsculos*, por onde comecei, o mesmo escrever acharemos às p. 10, 22, 68, 75, 188, 191, 207, 210, 220, 233, 235, 236, 238, 246, 252, 268, 269, 270, 272, 287 e 288. Avulta, entre êles, porém, êste lance, onde se exemplifica, a um tempo, a ausência do artigo antes do *que* na pergunta e a sua presença na resposta :

«*Que* nos diz em resumo a história dos monumentos ?
O que nos dizem tôdas as coisas.» [P. 217.]

Dessa discriminação temos outro caso no seguinte excerto de CASTILHO :

«*Que* lhe importa a êle
O que se faz no baile?»

[*Fausto*, p. 354.]

Da mesma obra é êste passo :

«Vocês, velhotes,
Que fazem por aqui ?
; mas isto, acantoados
 como ermitães, *que* faz, ou *que* lhes presta ?»

[P. 348.]

Nesse livro ainda : págs. 41, 58, 64, 82, 116, 117, 118, 120, 121, 125, 139, 140, 144, 176, 184, 186, 192, 193, 216, 219, 222, 223, 226, 230, 232, 237, 244, 247, 254, 262, 263, 264, 270, 273, 279, 292, 298, 300, 301, 302, 312, 313, 320, 322, 332, 357, 359, 369, 373, 385, 386, 390, 395.

Folheemos outros escritos do tradutor do *Fausto*.

Amor e Melancolia. P. 245 : «*Que* havemos de comer, *que* havemos de beber, *que* havemos de vestir ?» Mais, p. 214, 234, 264, 269, 294, 326.

No seu *Camões*, 1.^a ed., o mesmo : p. 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 41, 46, 56, 60, 63 [duas vêzes], 64 [três] 65, 69, 73, 76, 82 [quatro], 85, 89 [duas], 95, 98 [quatro], 102, 103, 104, 106 [três], 108, 109, 110, 111, 112 [duas], 113, 117 [três], 119, 120, 121, 123, 126 [duas], 129, 131, 132, 134, 138, 142, 149 [duas], 153, 159, 165, 166, 169 [três], 171, 194.

Fastos. V. I, p. VII: «*Que é o que nos fica para o rabusco?*»
 Mais: V. I, p. 29, 139, 105, 107. V. II, p. 17, 55, 69, 73, 129,
 163. V. III, p. 5, 39, 123.

Amôres. V. I, p. 48, 84, 86, 92. V. II, p. 36, 51. V. III,
 p. 9, 25, 46, 74, 78.

Anacreonte, ode 29.

Arte de Amar, v. I, p. 35:

«*Que será de mim? brada. O pérfido me deixa!*
Ai! que será de mim?»

Outono, p. XIII, XVI, XXV, 42.

Escavações Poéticas, p. 41, 95, 101.

Tosquia de um Camelo, p. 7, 33.

Colóquios Aldeões: p. 142: «*Que é o amor materno?*
que é o amor da pátria? todos os amôres santos, que são?»
 P. 189: «*Que há de ser da minha companheira? e as crian-*
cinhas, coitadinhas, que hão de fazer?» P. 288: «*Mas que*
é da prova? — Ora essa! — Sim. Que fêz? — Que fêz?» Mais:
 p. 69, 70, 88, 107, 111, 113, 141, 162, 167, 251, 252, 255,
 262, 271, 284, 286, 299, 301, 305, 313, 320, 331, 340, 341,
 357, 379.

C. CASTELO BRANCO. *Teatro Cômico*. P. 22: «*Que é aquilo,*
que é aquilo, que é aquilo?» P. 50: «*Fidalgo! Que é fidalgo?...*
Que é fidalgo?... Que é fidalgo?» Mais: p. 34, 39, 43, 45,
 83 e 87. *Doida do Candal*, p. 61, 86. E o mesmo em tôdas
 as suas obras.

Tão imperiosa é, a êste respeito, a necessidade verná-
 cula, que até os menos escrupulosos na sua pureza, dentre
 os escritores portugueses, quase invariavelmente a respeitam.

Compulsem-se, por exemplo, *Os Maias*. No vol. II, à p. 529, leio : «E *que* somos nós ? exclamou Ega. *Que* temos nós sido... ?» E assim, às p. 61, 64, 65, 85, 91, 94, 95, 117, 124, 130, 141, 144, 150, 155, 188, 199, 201, 213, 219, 221, 222, 237, 242, 248, 271, 272, 294, 300, 310, 317, 320, 321, 326, 352, 367, 368, 398, 407, 417, 414, 424, 428, 429, 441, 445, 451, 453, 455, 456, 461, 509, 512, 514, 522, 527, 529.

JÚLIO RIBEIRO, na *Carne*, nem uma só vez discrepa. Veja-se às p. 29, 30, 57, 69, 76, 102, 123, 128, 131, 140, 146, 161, 165, 167, 180, 182.

GONÇALVES DIAS versejava :

«Chorando — e *que* choráveis ? — a jurar-me. . .

— *Que* juráveis então ?»

[*Poesias*, vol. II, p. 73.]

«*Que* te hei feito, *que* punes-me assim ?»

[*Ib.*, p. 79.]

MACHADO DE ASSIS observa constantemente essa regra. No seu volume de *Poesias Completas* só uma vez se me depara um desvio, a que, penso eu, o levou a sedução do metro. É à p. 278, neste verso, onde a supressão do artigo erraria a metrificação :

«De esperanças tamanhas o *que* resta ?»

Tirando essa, tôdas as outras vêzes se encontra ali sem a excrescência do o o *que* interrogativo. Ver p. 3, 31, 39, 40, 61, 75, 79, 107, 143, 147, 187, 194, 240, 275, 321 [três vêzes], 359.

Rematarei, apelando para o próprio dr. CARNEIRO, em cuja *Gramática* [p. 244] se nos ensina :

«Ao adjetivo *que*, quando interrogativo, *não se apõe o artigo* indicativo. Assim é *que* se diz : *que*

é o mundo ? *que* é o nosso corpo ? *que* é a nossa alma ?
que é o homem ? *que* é a morte ? *que* é a vida ? *que*
 pensais daquele procedimento ? *que* coisa é a feli-
 cidade ? *que* coisa é Deus ? e não : o *que* é o mundo ?
 o *que* é o nosso corpo ? o *que* é a nossa alma ? etc.»

Outra coisa não fiz eu que aplicar êste cânon peremptório do mestre ao trecho de RAMALHO, que apôs essa particula ao *que* interrogativo. E êsse gramático é exatamente quem mo vem exprobrar !

148. — Verdade seja que uma ou outra vez, raríssimamente, como que a descuido, se nos oferece, em bons autores, a aposição do artigo indicativo ao adjetivo *que*, interrogativamente empregado.

Assim : «E isso o *que* é ?» [MANUEL DE MELO. *Feira de Anexins*, p. 10.] «Pois o *que* vêm vocês a dizer nisto ?» [*Ib.*, p. 49.] «Ora o lobo, o *que* faz quando é matreiro ?» [CASTILHO. *Amôres*, I, p. 85.] «Se perdes meu abrigo, o *que* te resta ?» [*Ib.*, II, p. 47.] «O *que* foi isto ?» [*Fausto*, p. 177.] «O *que* é, menina ? *que* tens tu ?» [*Ib.*, p. 230.] «Agora o *quê*, Luisinha ?» [*Ib.*, p. 300.] «O *que* são os ventos ?» [CAMILO. *Cavar em Ruínas*, p. 211.] «O *que* pode haver providencial nisto ?» [CAMILO. *Caveira da Mártir*, p. 157.] «O *que* é a propriedade ?» [A. HERCULANO. *A Propriedade Literária*, p. 7.] «O *que* indica essa completa confusão de idéias do cronista ?» [A. HERCULANO. *Solemnia Verba*, p. 65.]

De ordinário, porém, nos raríssimos casos dessa ocorrência gramatical, o o *que* responde a uma construção elíptica, na qual o artigo faz de complemento direto a um verbo anteriormente empregado em oração afirmativa e subentendido na interrogativa. E' o que se verifica nestes exemplos :

«Senão quando vêm sair... grande quantia de mouros... tudo a bradar : *Ly, Ly, yy...*

«— O *quê* ?

«Perguntai-lho lá.» [CASTILHO. *Camões*, p. 129.]

Subentende-se, evidentemente: *A bradar o quê?*

Outro:

«— Agora por mouraria... já me passava o dizer-vo-lo...» exclamou o moço de monte.

«— *O quê?* interrompeu o besteiro.

«— *O quê?* Uma vergonha para tavolageiros goliardos.» [Monge de Cist., I, p. 152.]

Tal qual se dissera: «Dizer *o quê...*? Que é *o que* vos passava dizer-me?»

Semelhantemente:

«Ouvireis alguma coisa que há de interessar-vos.»

«*O quê? O quê?* perguntaram várias vozes.» [Ib., 216.]

Isto é: *ouviremos o quê? que é o que ouviremos?*

Outro:

«E *que* pensas tu, vilão, de tanta insolência?... *Que* pensas? *que* pensas? Fala, homem...

«*O que* parece ao vilão?... Parece-lhe...» [Ib., p. 230-232.]

E' como se dissesse: «Quereis saber *o que* parece ao vilão?» Tanto assim é que, linhas antes, onde se não dera essa elipse justificativa do artigo, *três* vêzes se empregou sem êle o interrogativo, e *duas* logo depois se torna a empregar do mesmo feitio: «Mas, se eu fui culpado e fraco, pergunto: *que* serão aquêles que, sem respeitarem o bom nome...? *Que* serão aquêles que, semelhantes...?» [P. 232.]

Outro:

«Descanse, tia Domingas, descanse», acudiu o taberneiro, «enquanto eu lhe vou buscar...»

«Buscar o quê? [Monge de Cist., II, p. 96.]

Subentendendo: «Vai buscar o quê...?» «Que é o que vai buscar?»

Mais:

«Juras? perguntou de novo Beatriz.»

«Juro. Mas o que juro eu?» [Ib., p. 183.]

Correspondendo a: «Juro. Mas sei o que juro eu?» «Sei eu o que juro?» «Dir-me-ás o que juro eu?»

Ainda:

«Repara bem! Aquê! cadáver que ali jaz, o que é?» [Ib., p. 210.]

Exatamente como se escrevesse: «Repara o que é aquê! cadáver que ali jaz», ou «Sabes o que é aquê! cadáver, que ali jaz?»

E', elípticamente, a mesma redacção não elíptica noutras frases:

«Não sabe ela o que é o amor de uma donzela louquinha?» [O Bôbo, p. 246.]

«Sabeis o que lhe dá?» [Eufrós., v. 1, p. 274.]

Homem néscio, tu sabes para onde vás, ou o que levas?» [VIEIRA. Serm., v. V, p. 86.] «Homem precipitado, sabes o que fazes? Sabes o que firmas?» [Ib., v. II, p. 186.]

«Quereis ver o que é uma alma?» [Ib., p. 197.]

«Tu sabes o que vai?» [FILINTO. Obr., v. V, p. 303.]

«Não sabe o que sucede?» [Ib., v. XIII, p. 40.]

«Sabes tu o que são mil e mil noites consumidas...? Sabes o que é caminhar sôbre silvados...? Sabes o que é isto?» [Eurico, p. 281.]

149. — Quando a anteposição do *o* ao interrogativo *que* não se possa justificar dêste modo, o solecismo é palpável. Se quisermos tirar a prova real, é usarmos do mesmo interrogativo, anteposta a êle alguma das preposições *a*, *em*, *de*, *para*, ou *por*.

Como diríamos? *Ao que vens?* Não. O vernáculo é: «*A que vens?*» «*A que vens aqui?*» [HERC. *O Monástico*, III, 324.] «*Beguino, a que voltaste aqui?*» [*Id.*, *Lendas*, I, 111.] «*Sabeis a que vem aqui o infante de Portugal?*» [*Id.*, *ib.*, II, 61.] «*A que desce? A subir a criatura.*» [CAMÕES, son. 276. *Obras*, v. I, p. 149.] «*A que vieste?*» [FERREIRA, *Obr.*, v. II, p. 268.] «*A que vem?*» [CASTILHO. *Cam.*, p. 169.]

Como diremos? «*No que pensas?*» Tampouco. Não se diz senão: «*Em que pensas?*» «*Mas em que consistiam essas instâncias diversas, de que faziam tanto aparato?*» [HERCULANO. *Histór. da Inquis.*, v. II, p. 306.]

«*Em que podeis parar? Nisto em que estou.*

E em que estais vós?»

[CAMÕES, son. 221. *Ob.*, v. I, p. 121.]

«*Em que cuidas senhora?*» [*Id.*, v. II, p. 169.] «*Em que posso, ou que devo hoje esperar?*» [*Id.*, v. III, p. 57.] «*Em que te mereci tantas cruezas?*» [*Id.*, v. IV, p. 133.] «*Em que mereces a ofensa...?*» [*Ib.*, v. VI, p. 141.]

«*Em que assi descansais o pensamento?*» [FERREIRA, II, p. 70.]

«*Em que espera?*» [*Ib.*, p. 72.]

«*Em que a mereço?*» [*Ib.*, p. 263.]

«*Em que vos determinais?*» [CASTILHO. *Cam.*, p. 52.]

Como se dirá? «*Do que* tratas?» Nunca. Diremos sempre: «*De que* tratas?» Eis um excerto de CAMÕES, onde se encontram discriminadas, par a par, a expressão indeterminada com o *de que* e a determinada com o *do que*:

«*De que* serve às pessoas o lembrar-se
Do que se passou já.....?»
 [Eleg. I. Vol. III, p. 10.]

Outros, com o *de que* unicamente:

«Mas eu *de que* me queixo?»
 [Egl., II, V. IV., p. 25.]

«Saberemos que mal tem,
 Se é doença de tristeza,
De que nasce, ou *de que* vem.»
 [Vol. VI, p. 178.]

«Sabes *de que* vem
 Amores beirame?»
 [Vol. V, p. 124.]

«*De que* serviam as reformas do concílio...?» [A. HERCUL. *Obr. cit.*, v. III, p. 313.]

«E tu grã Tibre, *de que* estás honrado?...»
 [FERR., v. II, p. 18.]

«S'esta minh'alma triste perguntasses,
 Sampaio, *de que* vive.....?»
 [*Ib.*, p. 72.]

«Espantado! eu... *de quê*, senhor?» [CASTILHO. *Camões*, p. 59.] «E *de que* te havias de arreçar, estando eu contigo?» [*Ib.*, p. 111.]

Só caberia o *do que*, assim como o *no que*, se a expressão fôsse *determinativa*, podendo-se trocar em *daquilo que*, ou *naquilo que*, como nestes exemplos de FILINTO :

«*Do que os pássaros comem fazer queixas ?*»

[*Ob.*, v. V, p. 116.]

«*Senhor, stais no que digo ?*»

[V. XIII, p. 235.]

Poderíamos escrever : «*Com o que contas ?*» Não. A construção gramatical é : «*Com que contas ?*» Assim, em VIEIRA : «*Mas o senhor com que se escusará ?*» [*Serm.*, v. V, pág. 351.] Assim em FERREIRA :

«*Roma, a grã Roma Imperatriz das gentes*

Com que a soberba Grécia escureceu ?

Com que tornou suas terras obedientes ?»

[*Obr.*, v. II, p. 69.]

Assim, ainda, em CASTILHO : «*Com que te consolarias ?*» [*Camões*, p. 35.]

Diríamos acaso : «*Para o que foges ?*» Não. Diríamos, sim : «*Para que foges ?*» Exemplos clássicos : «*Para quê ? Para a culpa e triste pranto.*» [*Camões*, v. I, p. 149.] «*Para que choro, enfim ?*» [*Ib.*, v. II, p. 79.] «*Para que é viver ?*» [*Ib.*, v. V, p. 106.] «*Para que nomeais ?...*» [*Ib.*, v. VI, p. 146.] «*Para que é mais auto, que vemos a êste ?*» [*Ib.*, p. 172.] «*Para que sou eu rei, senão... ?*» [*HERC. Monástico.*, v. III, p. 265.] «*E para que o fiz eu ?*» [*Ibid.*, p. 268.]

Semelhantemente ninguém diria : «*Pelo que tardas ? Pelo que roubas ? Pelo que te matas ?*» A construção portuguesa é : «*Por que te matas ? Por que roubas ? Por que tardas ?*»

Em nenhuma dessas hipóteses o interrogativo admite o artigo, pela razão de que em nenhuma delas há particularização de um substantivo masculino, a que o artigo se entenda

aludir. Ora mudaria a situação gramatical, quando eliminássemos as preposições, e deixássemos sòzinho o interrogativo? Evidentemente não. Se não podemos dizer «Ao quê?», «No quê?», «Do quê?», «Para o quê?», «Com o quê?», «Pelo quê?», como poderíamos dizer: «o quê?».

150. — Não importa que, na vasta literatura dos clássicos, um ou outro deslize pareça favorecer esta regência. Nem sempre alguns exemplos de boa procedência bastam a autorizar uma sintaxe. Se ela é palpavelmente incorreta ante o próprio uso clássico e a índole da língua, cumpre ver naquelas anomalias simples nódoas, dessas a que os melhores escritores não são imunes. De tais casos nos depara muitos exemplos o dr. CARNEIRO mesmo, na sua *Gramática Filosófica*. «Erro é muito vulgar» [diz êle, por exemplo] «empregar a expressão *donde* por *onde*¹, e dessa incorreção não se isentaram alguns dos nossos clássicos como fêz LUCENA, dizendo: «Fortaleza *donde* deixassem navios», em lugar de «*onde* deixassem.» [P. 352.] E êle próprio, a respeito do artigo anteposto ao *que* interrogativo, depois de transcrever excertos de A. HERCULANO e REBÊLO DA SILVA com essa redação,

1. Não sei se poderemos haver essa confusão como peculiar a «alguns» dos nossos clássicos. Antes me parece comum a todos, ou quase todos os antigos.

Em CAMÕES é freqüentíssima. Deparam-nos as suas obras ora o *onde* por *aonde* [v. IV, p. 27], ora o *aonde* por *onde* [v. I, p. 100; v. II, p. 22, 23; v. III, p. 11; v. IV, p. 52; v. VI, p. 156], ora o *donde* por *onde* [v. I, p. 49, 68 [três vezes]; v. II, p. 67, 149 [onze vezes], 150 [quatro vezes]; v. III, p. 81, 92; v. IV, p. 29, 37, 66, 123; v. V, p. 37, 63, 34 [duas vezes], 201; v. VI, p. 9], ora, enfim, *adonde* significando igualmente *onde*. [V. I, p. 24, 36, 88, 154. V. II, p. 149, 166. V. III, p. 12, 17, 20, 22, 92. V. IV, p. 35, 148.]

A origem dessa confusão, ainda hoje popular, não estaria exatamente na simultânea consemelhança do *adonde* com o *donde* e o *aonde*?

Advirta-se, entretanto, que aqui o Dr. CARNEIRO não trepida em qualificar de «erro» um fato gramatical autorizado geralmente pelos antigos mestres do nosso idioma, por *quase todos* senão todos, e em que alguns modernos inda caíram. Assim, LATINO COELHO. *Oraç. da Cor.*, p. 27: «*Aonde* e quando o aprendeste?»

nota : «Êsses exemplos, porém, não são para imitar.» [*Serões Gramaticais*, p. 297.] Ora, se não são para imitar, certamente não é porque sejam puros.

Que é, com efeito, êsse *o*, anteposto ao *que*? Lembra-se agora o mestre de *o* considerar como partícula «de eufonia», inominada e carecente de função gramatical.

Mas ali mesmo, nos dois períodos anteriores, duas vezes *o* qualificara de *artigo*, e de *artigo indicativo* lhe chama, já na sua *Gramática Filosófica* [p. 244], já nos seus *Serões Gramaticais*. [p. 297.] Ora, tendo êsse *artigo*, de sua natureza, o mister específico de *indicar*, e *determinar*, evidentemente lhe repugna à essência gramatical o antepor-se a uma partícula interrogativa. O «*quê*?» pergunta, duvida, ignora. *O* mostra, aponta, revela, individua. Não podem estar associados.

A tal ponto assim é que, ainda nas frases não interrogativas, nem exclamativas, quando, todavia, a sua expressão traduz implicitamente dúvida, ignorância, pergunta, ou indeterminação, quanto ao objeto, a que diz respeito o *que*, o estilo elegante usa empregá-lo tal qual nas orações exclamativas ou interrogativas. Exemplos: D. DUARTE: «E se nom tões *que* partas com o pobre.» [*Leal Cons.*, p. 236.] «Ca 'scrito é, nom guardes *que* faças.» [*Ib.*, p. 158.] «E veremos *que* ela diz.» [GIL VICENTE. *Obr.*, v. III, p. 167.] «Eu não sei *que* isso quer ser.» [*Ib.*, p. 237.] «Canção não mais; *que* já não sei *que* diga.» [CAMÕES. *Obr.*, v. II, p. 15.] «Oh *que* não sei *que* escrevo nem *que* falo.» [*Ib.*, p. 80.] «Não sei *que* creia.» [*Ib.*, v. IV, p. 106.] «Não sei, Lília formosa, *que* mais diga.» [*Ib.*, p. 108.] «Eu não tenho *que* vos dar.» [*Ib.*, v. V, p. 44.] «Eu não sei *que* viste.» [*Ib.*, p. 123.] «Vejamos *que* me há de dar.» [*Ib.*, v. VI, p. 24.] «Não lhe faltará *que* conte.» [*Ib.*, p. 168.] «Sem saber êste mal *que* possa ser.» [*Ib.*, p. 181.]

«Ponderemos e vejamos
Que ganhamos em nascer.»

[*Ib.*, p. 219.]

«Quero de ti saber *que* é o *que*¹ te delo parece.» [FERNÃO LOPES. *D. João I*, c. 35.] «Não sabiam *que* dizer. . . Nenhum de nós sabe *que* vos responda.» [*Ib.*, c. 38.] «Não sabiam *que* cuidar em tais feitos.» [*Ib.*, c. 62.] «Daquela guisa não soube *que* cuidar.» [*Ib.*, p. 190.] «Amigos, eu não sei mais *que* diga.» [*Ib.*, c. 94.] «E mandou essa noite duas inculcas sôbre *que* fazia Pêro Rodrigues.» [*Ib.*, p. 97.] «Para melhor vermos todos *que* se fêz depois *que* aí chegaram.» [*Ib.*, c. 98.] «Preguntou *que* lhe parecia dêstes feitos.» [*Ib.*, c. 126.] «Vamos saber *que* fêz Nuno Álvares.» [*Ib.*, c. 142.] «Ali comera Nuno Álvares, se tivera *quê*.» [*Ib.*, c. 146.] «Não sabendo *que* cuidar, disse *que* vissem *que* era aquêlo.» [FERN. LOPES. *D. João I*, parte I, c. 11.] «Se lançaram fora das camas, por saberem *que* era.» [C. 147.] «Não sabiam *que* fazer.» [C. 148.] «Enquanto nós fomos ver *que* fêz o Mestre.» [C. 150.] «Não sabendo *que* era aquêlo.» [C. 152.] «Ante *que* contemos *que* os moveu a êsto.» [C. 175.] «Não soube *que* fazer.» [Parte II, c. 57.] «Não sei *que* faz, disse êle.» [C. 66.] «Sabeis *que* farei?» [*Eufrósina*, a. I, c. 3.] «Não sei *que* cuide.» [*Ib.*, a. I, c. 5.] «Não sei *que* faça.» [*Ib.*, a. II, c. 5.] «Não sei *que* há de ser isto.» [*Menina e Moça*, c. 8.] «Mas, como sabia *que* era. . .» [*Ibid.*] «Não sabia *que* respondesse o porteiro.» [FR. LUÍS DE SOUSA. *D. Fr. Bartolomeu*, l. II, c. 3.] «Não sei *que* daqui resultará.» [*Ib.*, c. 7.] «Ensinai-nos *que* façamos.» [*Ib.*, c. 8.] «E não havendo mais *que* dizer.» [*Ib.*, c. 14.] «Dando-lhes, enquanto houve *quê*, alguma coisa pouca.» [COUTO. *Déc.* IV, l. I, c. IV, p. 33.] «Não sei *que* lhe faça.» FERREIRA. *Obr.*, v. II, p. 291.] «Direi *que* significa essa *que* avulta.» [CASTILHO. *Fastos*, v. III p. 121.]

Ainda outros exemplos: «Não soube mais *que* fazer.» [D. NUNES. *Crôn.*, v. I, p. 80.] «Não sabia *que* dissesse.»

1. «Quero saber *que* é o *que* te parece.» Temos aqui vizinhas as duas syntaxes corretas: o simples *que*, interrogando, e, em seguida, o *que*, determinando. E' como se FERN. LOPES houvesse escrito: «Quero saber *que* coisa é aquilo *que* te parece.»

[*Ib.*, p. 172.] «Não sabiam *que* dissessem.» [*Ib.*, p. 286.] «Não sei *que* seja.» [*Eufros.*, p. 168.] «Não sei *que* vos diga.» [*Ib.*, p. 201.] «Vêde *que* aproveitam a Zelótipo seus cuidados heróicos.» [*Ib.*, p. 283.]

«Olhai *que* fazem
Êsses doudos amôres.»

[FERREIRA, v. I, p. 203.]

«Corri trás êle a ver *que* nos queria.»

[FILINTO, v. II, p. 71.]

151. — No antepor do artigo ao *que* interrogativo, portanto, quando encontrado em mestres da boa linguagem, sofre ela uma derrogação manifesta, que só à conta das negligências ocorrentes nos melhores exemplares se poderá lançar. Como nas construções afirmativas o artigo preceda o adjetivo *que*, determinando o objeto, ou indivíduo, por êle representado, dessas frases passou facilmente esta sintaxe, em corruptelas do uso vulgar, para as interrogativas. Daí provavelmente o contágio, que, por inadvertência, leva, uma ou outra vez, os seus efeitos até à prática dos bons escritores. Porque de outro modo não seria possível explicar a enxertia do artigo nessa espécie de sentenças, nas quais a própria natureza dêle está em antagonismo com aquela função.

152. — Nem há idioma, onde o *que* interrogativo admita semelhante companhia.

Vamos ao maior dos clássicos espanhóis. É CERVANTES. Folheemos o *D. Quixote*, a sua obra-prima. Lá está: «*Que es lo que hace?*» [C. 18.] «*Que aprovechará estar en campo abierto ó no?*» [C. 19.] «*Que quiere este monstrenco en esta casa?*» [Parte II, c. 2.] «*Y que son ínsulas?*» [*Ibid.*]

Do italiano tomo o DANTE. E eis o que êle me exemplifica:

«Disse: «Tu guardi sì, padre: *che* hai?»

[*Inferno*, XXXIII, 51.]

«Dimmi *che* è cagion per che dimostri
Nel dire e nel guardare avermi caro?»
[*Purgat.*, XXVI, 110.]

«Tanto, ch'io possa intender *che* tu canti.»
[*Ib.*, XXVIII, 48.]

Não se exprimem de outro modo os franceses.

«O' dieux hospitaliers! *que* vois-je ici paraître?»
[LA FONTAINE. *Fabl.*, VII, 16.]

«*Que* serait-ce à mes yeux que l'oeil de la nature?»
[*Ib.*, 18.]

«Mais *que* dire du troc que la Fortune fit?»
[*Ib.*, l. IX, 16.]

«*Que* pourrait-on faire?»
[LITTRÉ. *Études et Glanures*,¹ p. 430.]

«Qu'est-ce en soi une telle crise?» [LITTRÉ. *Histoire de la langue française*, vol. I, p. LII.]

Entre inglêses e alemães é idêntica a sintaxe.

Vêde, quanto aos primeiros, SHAKESPEARE:

«*What* is aught, but as'tis valued?»
[*Troil. and Cress.*, II, 2, 52.]

«*What* says she there? Words, words, mere words.»
[*Ib.*, V, 3, 107.]

«*What* must I do?... Well, *what* then? *what* then?»
[*Coriolanus*, III, 2, 35.]

«*What* shall I need to draw my sword?»
[*Cymbeline*, III, 4, 104.]

«*What* is to do?»
[*J. Caesar*, II, I, 326.]

1. Paris, 1880.

O mesmo, quanto aos segundos, os alemães, entre os quais o *was*, análogo ao inglês *what*, corresponde ao nosso interrogativo *que*. «*Was thun Sie? Was thun? Was setzt Sie in Verzweiflung? Was geschah? Was scheint Ihnen davon? Was ist das Leben? Was ist das?*» [SACHS-VILLATE. *Deutsch-französisches Wörterbuch*, p. 1.979.] Isto é: «*Que fazeis? Que fazer? Que é que te desespera? Que sucedeu? Que pensais disso? Que é a vida? Que é isso?*»

Não se conceberia o *der* antes do *was*, no alemão, o *the* antes do *what* no inglês, o *il* antes do *che* no italiano, e no francês, ou no castelhano, antes do *que*, o *le* ou o *el*. Por quê? Porque êsse interrogativo equivale sempre a *que coisa*, é, de seu natural, a fórmula da inquirição, e, por conseguinte, repele o artigo, de sua natureza determinativo. Na associação vulgar entre os dois, há, portanto, íntima antilogia, que algumas inadvertências de bons autores não valem a justificar.

153. — Concluo eu, portanto, com JÚLIO RIBEIRO [*Gramát.*, p. 240], com JOÃO RIBEIRO [*Gram.*, p. 146], com C. DE FIGUEIREDO [*Liç. de Portug.*, v. II, p. 313, e III, p. 17, e, até, com o professor CARNEIRO na sua *Gramática* [*loc. cit.*], que a expressão *o que*, interrogativamente usada, é *incorreta*. «*Erro de gramática*», é o qualificativo do penúltimo dêsses autores. E *que* lhe havemos de chamar senão isso?

§ 27

ART. 238

INCIDIR

154. — «*Acérrima censura*» fiz, segundo a versão do professor CARNEIRO, ao emprêgo dêste verbo. Mas o epíteto não se ajusta com a realidade. Contra êsse verbo aleguei

apenas a exceção de novidade no vocabulário das nossas leis, dos nossos arestos, dos nossos jurisconsultos. *Incorrer em*, ou *cair em*, é como diziam, como até hoje dizem os nossos códigos, os nossos julgados, os nossos mestres de direito.

Essa a arguição capital, que lhe irroguei. Opugnou-a o mestre? Nem com uma palavra.

Subsidiariamente adverti no tom pedantesco do vocábulo, fora do círculo restrito que a sua invenção erudita lhe reserva, mostrando com frisantes exemplos a segurança de meu asserto. Combateu-o de qualquer modo o mestre? Também não.

Ponderei, outrossim, a superioridade, em vigor e clareza, ainda na fraseologia literária, do *incorrer* sobre o *incidir*. Que opôs a isto o dr. CARNEIRO? Nada.

Disserta apenas da etimologia latina, *incidere*, do verbo *incidir*, da sinonímia entre o *incidere* e o *incurrere* no latim, para concluir pela sua sinonímia no português. Quem lha negou? Não eu. Antes outra coisa não fiz que, admitida ela, mostrar a vantagem do antigo verbo em relação ao novo.

Novo é êle, confessa o mestre, qualificando-o de *neologismo*. Mas [raciocina] desde que é de boa fonte, e conforma com a boa analogia, razão não há de o *proscrever*. Proscrevê-lo? Mas onde tal feito cometi eu? Não, não o proscrevi. Disse que, na redação dos nossos códigos, nos não desviássemos do outro vocábulo, consagrado pela tradição das nossas leis, da nossa jurisprudência, de todos os nossos modelos, e mais cheio, mais sonoro, mais forte, mais inteligível ao comum da gente.

Disse, e repito sem *incorrer* em afronta ao mestre, enquanto êle de algum modo não embargar essas considerações, que deixou intactas.

§ 28

ART. 239

INCIDIR SOB

155. — Escrevera eu que *incidir* equivale a *cair sôbre*, concluindo não parecer consentâneo à significação da palavra o *incidir sob* do projeto.

Quem me subministrou essa definição de *incidir* foi CÂNDIDO DE FIGUEIREDO. [*Dic.*, v. I, p. 740.]

Tenta corrigi-lo o mestre, alegando que *incidere* igualmente exprime *cair em*. Mas, de fato, não corrige; porquanto *cair em* e *cair sôbre* dizem ambos a mesma coisa. Caindo *sôbre* alguma coisa, *nela* caímos. Caindo *em* alguma coisa, caímos *sôbre* ela. Nos dicionários de FREUND e THEIL, QUICHERAT e DAVELUY, invocados pelo mestre, tôdas as orações do verbo *incidere* se regem com as preposições *in*, *super* ou *ad*, e quase tôdas as de *in* [em] se traduzem no francês por *sur* [sôbre], o que está indicando a equivalência entre uma e outra. O *super* latino diz igualmente *sôbre*, em vulgar. Com a preposição *ad* ali figura unicamente a sentença «*incidit ad terram*», vertido por «*tomba contre terre*.» Mas aí, em português, se tiraria: «*deu em terra*». [Assim em A. HERCULANO: «*Deu em terra, como se fôra morta*.» *Eurico*, p. 244.] Quem *dá* ou *cai em terra*, porém, cai ou dá *sôbre* a terra.

Resta por notar sòmente, nos léxicos citados, uma frase construída com o dativo: *Precipites lymphis putealibus inciderunt*. Quer dizer: «*Precipitaram-se nas águas do poço*.» Mas quem se precipita *em* águas, antes de mergulhar *nelas*, *sôbre* elas cai.

Temos, pois, sempre o *incidere*, ou *incidir*, expressão da queda, indicando a relação de movimento do alto para baixo entre a coisa caída e a *sôbre* que ela cai.

Só com um excerto alega o mestre. E qual? Êste, de SÊNECA: *incidere in oculos*. Mas, prova êle que o *incidere* latino se regesse com a preposição *sub*? Não: mostra que se usava com a preposição *in*. E *sub* é que corresponde a *sob*. *In* responde a *em*, ou *sobre*.

Verdade seja que o francês verteu *tomber sous les yeux*, e o dr. CARNEIRO traduz: *cair sob os olhos*. Mas no francês o verbo empregado é *tomber*, e, no português, é *cair*. Ora, nem *cair*, nem *tomber* são *incidere*, ou *incidir*. Com o *incidir*, ou o *incidere*, é que relevava mostrar associada a preposição *sob* nalgum exemplo. O *sob*, de *cair*, nada prova; visto como em *cair* não há nenhum elemento verbal, que exclua a idéia de *sotoposição*. Poder-se-á *cair sobre* ou *sob* alguma coisa. Mas *incidere* se compõe de *cadere* e *in*. *Cadere* diz *cair*. *In* exprime *em*, ou *sobre*. Logo *cadere in*, *incidere*, ou *incidir*, é *cair sobre*, ou *cair em*. *Cair sob* não pode ser.

Em suma:

Apontou o mestre, entre os latinos, algum exemplo de *incidere sub*?

Não. Nem podia. O intransitivo latino *incidere*, de onde nos veio o *incidir*, nunca se regeu com a preposição *sub*: as preposições, com que se construía, eram *in*, *supra*, *ad* e *per*. «Constructio verbi», diz FORCELLINI, «est cum accusativo, et praepos. *in*, pro qua aliquando est *ad* vel *supra* et fortasse *per*; vel cum accusat. sine praepositione *in*, quae inest in ipso verbo; vel cum dativo rei aut personae.»¹

Indicou, entre os portugueses, caso algum de *incidir sob*?

Também não.

Logo, subsiste a minha tese: o *in* de *incidere* [*incidir*] exclui o *sub* de *cair sob*.

Nem para traduzir *incidere in oculos* se há mister dessa preposição. Mantendo a syntaxe latina de SÊNECA, diríamos vernaculamente «dar na vista, dar nos olhos.»

1. *Totius Latinitatis Lexicon*, v. III, p. 432.

§ 29

ART. 315

SUBJUNTIVO E INDICATIVO
CLAREZA

156. — Não pôde encobrir aqui o dr. CARNEIRO o benefício da minha emenda, a qual, reconhece o mestre, mudou em subjuntivo, como cumpria, um indicativo, que estava errado.

Mas agora, o desconto. Parece-lhe menos claro que o projeto o meu substitutivo. Isto de clareza, como não se tateia à mão, não se determina por conta, pêso ou medida, nem se afere a regras de syntaxe, deixa em opinião entre os apreciadores o fazerem, cada qual segundo o seu paladar, ou interêsse, da opacidade transparência e da transparência opacidade.

Assim de hoc non est disputandum.

Arrevesada, obscura, labiríntica é o que ao mestre se afigura sempre a minha redação. Pois que remédio? Lucidez, a do projeto: lucidez solar, meridiana, a que o ilustre filólogo deveu o lograr-lhe digerir e refundir os mil e oitocentos artigos em quatro dias. Quando um homem nasceu charadista, os enigmas são o seu elemento. Mais enxerga o peixe no fundo que à tona.

Da sua travessia gramatical saiu o douto revisor com a visão a ela costumada. Depressa os olhos se afazem ao escuro, e já não toleram o dia.

§ 30

ART. 324, V

PRESENTE POR FUTURO

157. — Objetara eu a esta redação: «Mútuo consentimento dos cônjuges, se *forem* casados *há* mais de dois anos».

Mas o dr. CARNEIRO a aplaude, e com cinco escritores clássicos se propõe justificá-la. Tomando-os, porém, um a um, facilmente demonstrarei que nenhum dêles condiz com a hipótese vertente.

Cotejemo-los com os excertos do mestre.

Primeiro. «E a flor que ainda *há* pouco *era* comparada à virgem graciosa, no viço da mocidade *jaz* convertida em espectro.»

São do indicativo, presente, ou imperfeito, as três orações. Não há futuro, nem se emprega um por outro tempo; *há* e *jaz* exprimem efetivamente ação atual, e no imperfeito *era* se traduz a ação imperfeitamente ou, melhor, anteriormente passada. O caso é, pois, totalmente diverso do que nos apresenta a redação do artigo.

Segundo. «Este fenômeno tão geral *confirma* o que pouco *há* *aventávamos*».

Aquí também não ocorre substituição de tempos uns pelos outros.

A ação de *confirma* não se podia exprimir senão pelo indicativo presente; à de *aventávamos* não cabia senão o imperfeito; e a de *há* se acha adequadamente significada pelo presente, visto como o que se conta, é o tempo que *há*, o tempo que *tem* decorrido.

Terceiro: «Dá-lo não posso, porque mo proíbe a obediência; porém se vós o *tomardes*, eu *estou* obrigado a defendê-lo.»

É como se o autor dissesse : «*eu estou obrigado a defendê-lo, se vós o tomardes.*» Bem que o *tomardes* seja futuro, o *estou obrigado* havia de ser, com efeito, presente : a obrigação corre desde o momento em que se fala, suposto eventualmente condicionada a uma circunstância futura. Não há transposição de tempos. A espécie, logo, nada tem com a vertente.

Quarto. «Os mal-afeiçoados muito *há* já que *hão de* ter dado a sua curiosidade por satisfeita.»

O *hão de* aqui não exprime ação futura : está *hão de ter* por *devem ter*. Temos, pois, duas formas verbais, *há* e *hão*, denotando uma e outra o indicativo presente.

Quinto. «Se *êle não estiver* aqui às 8, *dou-te* a chave da torre, e *são* hoje teus todos os sinos.»

Temos, desta feita, por duas vêzes o presente do indicativo, *dou-te* e *são*, a fazer de futuro. Mas a construção diversifica da que no artigo se vê. No texto citado os dois verbos do presente indicam ação, que em verdade *presente* será, quando a do futuro se verificar; coisa diversa do que sucede no artigo 324, V.

A troca do futuro em presente é ocorrência de vulgaridade tal em nosso idioma, que, para a ignorar, necessário seria não ter falado jamais o português. A cada momento nos servimos de frases como estas :

Vou amanhã.

Volta para o ano.

Quando vieres, não me *encontras*.

Para a semana cá *venho*.

Havendo baile, não *falto*.

Acabada a missa, lá *estou*.

Como poderia eu ignorar um fenómeno gramatical de frequência tão reiterada na linguagem mais chã e correntia ?

Não, daí não podia nascer a minha estranheza. Onde ela resultou, foi do modo como no texto increpado se opera a aplicação dêsse uso. «*Se forem casados há mais de dois anos*», é como ali se diz. O *há* não significa uma ação *contemporânea* ao futuro *forem*, ou a ela *posterior*. Refere-se ao decurso de um prazo anterior a êsse futuro.

Depois, naquele trecho, se levássemos ao futuro o verbo *haver*, ainda não calharia. Ficara então: «*Se forem casados haverá mais de dois anos*». Este *haverá* não serviria aqui. Logo, não servindo o futuro, não se poderia dizer que no presente empregado se dê uma substituição daquele por êste.

Não cabe, portanto, bem a redação nem de um, nem de outro modo. Seria mister construí-la diversamente, como eu fiz: «*Mútuo consentimento dos cônjuges, havendo mais de dois anos de casados.*»

Dispensa-se o futuro e o presente, conseguindo por meio do particípio a expressão cabal do pensamento.

§ 31

ART. 391

PROGENITOR

158. — No extenso comento em que, a êste propósito, espraçou a sua erudição o ilustre dr. CARNEIRO, de todo em todo perdeu êle de vista a luz, a que eu encarara o assunto. Na minha nota a êste artigo, tomando para cotejo dois pontos extremos na lexicografia do nosso idioma, o *Vocabulário* de BLUTEAU e o *Dicionário* de FIGUEIREDO, entre os quais medeiam quase dois séculos, mostrei que não dissidiam na exposição da idéia correspondente ao vocábulo *progenitor*, definido, no primeiro, como «*avô, bisavô, ascendente, primeiro pai*» e, no segundo, como «*o que procria antes do pai, avô, ascendente*»,

isto é, que a lexicologia mais antiga e a mais recente a este respeito se coadunavam. Daí, pôsto em dicionaristas intermédios àqueles dois se encontre já insinuada naquela palavra a noção de *pai*, concluí eu que, sendo a expressão multívoca, designando a um tempo o *pai* e o *avô*, se devia excluir do código civil, onde a nitidez na enunciação do pensamento legislativo exige, para cada uma daquelas entidades, o seu devido nome.

«Quando a lei dispõe do termo específico e unívoco», disse eu, «não deve ir buscar o indeciso e multícor. Usemos, na fraseologia jurídica, da expressão que se não preste a dois sentidos. Para indicar o *genitor*, escrevamos *pai*, e, querendo indicar, ao mesmo tempo, o *pai* e a *mãe*, digamos *pais*, como aliás faz o código muitas vezes.»

Para me render, posta assim a questão, era mister ou que o professor CARNEIRO me destruísse a premissa, ali assente, de que a linguagem legislativa deve preferir à expressão vária no sentido a de um sentido só e inconfundível, ou que mostrasse não ter mais de um sentido, isto é, não indicar ora o *pai* ora o *avô*, o vocábulo *progenitor*.

Nem uma, nem outra coisa fêz.

159. — Dando por antiquado o substantivo *genitor*, para concluir que o substituíra o nome de *progenitor*, labora o mestre em engano manifesto.

Genitor conserva até à nossa época a primitiva atualidade.

Provo :

«Calpeto é *genitor* de Tiberino.»

[CASTILHO. *Fastos*, v. II, p. 109.]

«Penedo em faixas juvenis envolto,
Porque ao diante o oráculo se cumpra,
Engana ao *genitor*.»

[*Ib.*, p. 127.]

«O' tu que a gente
Crê ser meu *genitor*.»

[*Ib.*, p. 13.]

«O *genitor* Mavorte!»

[*Ib.*, p. 199.]

«Nem que assistisse
Do *genitor* aos últimos arrancos
Curtira mais angústia.»

[*Ib.*, v. III, p. 49.]

«Onde está Marte,
Marte o meu *genitor*?»

[*Ib.*, p. 55.]

«O *genitor* depõe da fronte
Radiosa c'roa.»

[CASTIL. *Metamorf.*, p. 67.]

«Se dá jus a um laço eterno,
O' Demétrio, o amor paterno,
Vai, desposa o *genitor*.»

[CASTIL., *Sonho de uma noite de São João*, p. 18.]

Ou já não representará CASTILHO a modernidade no classicismo português? Indubitavelmente representa; e nisso não poderá deixar de vir o meu douto mestre, que cem vezes para aquêlê autor recorre como tribunal de instância suprema.

160. — Não contesta o dr. CARNEIRO que «fôsse a idéia de avô a primeira, com que entrou no vocabulário português a palavra *progenitor*; mas esta significação» [continua êle] «apagou-se no singular, conservando-se ainda no plural». Assim [conclui] «no singular o vocábulo quer dizer pai ou mãe».

Demonstra, porém, êste asserto? Nem com uma só autoridade, ou com uma razão que fôsse.

Ora o contrário demonstro eu.

Excetos,¹ com efeito, os dicionários de AULETE e ADOLFO COELHO, todos os demais juntam no vocábulo *progenitor* a acepção de avós à de pais.

MORAIS : «*Progenitor. Ascendente; o tronco de que alguém procede; o pai.*»

ED. DE FARIA [4.^a ed.]: «*Progenitor. Ascendente, pai.*»

FONSECA [*Dic. Portug. Francês*]: «*Progenitor. Ascendant, aïeul.*»

VALDEZ [*Dic. Port. Franc.*]: «*Progenitor. Ascendant, aïeul.*»

FR. DOMINGOS VIEIRA : «*Progenitor. Ascendente, o pai, tronco, avós.*»

JOÃO DE DEUS : «*Progenitor. Ascendente, gerador.*»

C. DE FIGUEIREDO : «*Progenitor. O que procria antes do pai; avô, ascendente.*»

DOMINGOS DE AZEVEDO : «*Progenitor. Aïeul, ancêtre.*»

1. «Tudo chegou a salvamento, *excetas* as partes líquidas.» [VIEIRA. *Cartas*, v. I, p. 167.]

«Todos os portugueses fazem o mesmo, *excetos* os mais ricos.» [*Ib.*, p. 245.]

«Vossa senhoria se sirva de me restituir êstes papéis, porque tenho prometido a comunicação dêles a algum amigo, *excetas* as cartas do Marquês de Marialva.» [*Ib.*, v. II, p. 36.]

«*Exceta* a carta de sua alteza, esta é a única que escrevo a Portugal.» [*Ib.*, v. III, p. 1.]

«Com senhorio absoluto de tôdas as coisas criadas, *exceta* sòmente uma árvore.» [VIEIRA. *Sermões*, v. I, p. 73.]

«Tudo o que o seu ódio, sua astúcia e maldade julgasse conveniente para o vencer, *exceta* sòmente a vida do mesmo Job.» [*Ib.*, p. 198.]

«Na grande província de Holanda, *exceta* Dorth, por isso chamada virgem, nenhuma cidade houve, que não fôsse conquistada.» [*Ib.*, p. 154.]

«*Excetas* algumas autoridades.» [BERNARDES. *N. Flor.*, II, p. 3.]

«*Exceta* uma, que estava à porta de um cidadão.» [*Ib.*, p. 91.]

Não me parece, pois, que tenha razão o ilustre Sr. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO em recusar foros de português ao adjetivo *exceto*. [*Lições*, v. I, p. 97-8]. Os latinos tinham o adjetivo *exceptus*, e a autoridade de escritores como VIEIRA e BERNARDES lhe legitima de sobra a adoção portuguesa.

Quase todos os nossos vocabulistas, portanto, reconhecem ao termo *progenitor*, no singular, a significação de *avô*, sendo que alguns dêles, e com êstes *justamente* o mais moderno, CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, só êste sentido lhe atribuem. Onde, pois, foi buscar o dr. CARNEIRO que do vocábulo *progenitor*, no singular, se delisse a acepção de *avô*, restando-lhe unicamente a de *pai*?

Quem aprofundar a glossografia do vocábulo *progenitor*, acabará por se convencer de que tão-sòmente quanto ao singular, na antiguidade vernácula, a tal respeito definida por BLUTEAU, subsiste essa redução a um só sentido. No singular aquela palavra antigamente só designava o *antepassado*. Quando no plural, já a expressão abrangia ora o *avô*, ora o *pai*. E' o que nos dá a ver, com dois exemplos numa só página, o velho AMADOR ARRAIS. Eis o primeiro dêles: «Por isso disse o sábio que os bons *pais* são glória de seus filhos. Que o nascido de bons *progenitores* recebe dêles pela maior parte natural inclinação para o bem.» [*Diálogos*, c. 15, p. 42.] Algumas linhas abaixo se encontrará o outro lance.

Quanto ao singular, a inclusão de *pai* no significado outrora circunscrito ao *avô*, é obra dos modernos.¹ Mas que êstes obliterassem ao vocábulo a segunda acepção, a mais primitiva, não é verdade. No asserto oposto a êsse contestam em sua generalidade [já o mostrei] os nossos dicionaristas.

1. Daí o dizer CASTILHO [depois de FILINTO] *progênito*, por filho.

«Um raro monstro
Viria então, *progênito* da terra.»
[*Fastos*, II, 91.]

Mas a palavra tanto se podia aplicar ao *filho*, como ao *descendente*. [C. FIGUEIREDO. *Dic.*, v. II, v.º *progênito*.] De modo que no tópico de CASTILHO não saberíamos a qual dos significados se refere o poeta, se a contextura da narrativa nos não mostrasse que se trata de um Titão, *filho* da Terra.

No exemplo de FILINTO ELÍSIO, a que alude, sem o transcrever, o dr. CARNEIRO, mal se sabe de certo se a acepção é de *filho*, ou *descendente*: «Outro [sacrifício] aos rios, *progênitos* de Jove.»

Nem seria de supor o contrário; porquanto ainda na segunda fase da história deste vocábulo, quando êle absorvera em si, com a outra, a noção adicional de *pai*, a idéia originária, a de *avô*, continuou a ser a predominante. Fôrça era que assim acontecesse pela natureza mesma da palavra, a que o novo significado era estranho e advenidão.

161. — Tanto isto é verdade, que, dos dois outros idiomas vivos onde entrou a expressão *progenitor*, em um reúne ela *ambos* os significados, e no outro só encerra o de *avô*. Essas duas línguas vêm a ser o italiano e o inglês.

Pelo que toca ao italiano, eis como se pronunciam os vocabularistas: «*Progenitore, Progenitrice: antenato, antenata, della famiglia.*» [PETROCCHI. *Nuovo Dizion. Univ. della Ling. Ital.*, v. II, p. 609.] «*Progenitore: antenato, ancêtre.*» [FERRARI ET CACCIA. *Gran Dizion. Ital. Francese*, p. 637.]

Respeito ao inglês, dirá WHITNEY, tão de casa ao mestre: «*Progenitor. An ancestor in the direct line; a forefather; a parent.*» [The Century Dictionary, v. IV, p. 4.758.] O que, em vulgar, significa: «*Progenitor: antepassado na linha reta; avô, pai.*»

162. — Já se vê que a canseira, a que se dá o mestre, por demonstrar que os vocábulos variam de expressão com o tempo, ora se atrofiando, ora crescendo, aqui perdendo, ali adquirindo, umas vêzes permutando entre si, outras invadindo-se, confundindo-se, espoliando-se, essa canseira era

Mas, ainda que o intuito aqui seja [e me parece que é] dizer *filhos*, não se conclui que o termo se não estenda também a *descendentes*. O contrário é que é verdade, uma vez que *progenitor* inclui *pai* e *avô*; tanto mais quanto *progenitura* abrange, além da *prole*, a *descendência*, a *posteridade*. [MORAIS, FR. DOMINGOS VIEIRA, AULETE, FIGUEIREDO.]

Além de *progênito* [v. XII, p. 137], encontraria o mestre, em FILINTO, o próprio vocábulo *progenitor*, na significação de *pai*. [Obr., v. I, p. 267.] Mas nem êste, nem os demais exemplos semelhantes provam que com esta o vocábulo não cumulasse a acepção de *avô* e *antepassado*, — motivo por que eu o recusei, como capaz de ambigüidade, no texto do código civil.

escusada. O que se tratava, era de provar com documentos que o singular de *progenitor* se divorciara da idéia de *antepassado*. Não o tendo feito, promulgou uma opinião infundada, arbitrária, caprichosa, — opinião tão aérea, quanto a de se ter sumido entre as velharias da língua o vocábulo *genitor*.

Não atentemos contra as riquezas do nosso idioma. Nêle existem os substantivos *genitor*, *primigenitor* e *progenitor*. *Genitor* é exclusivamente o pai. *Primigenitor* é o ascendente, em quem se acha a primeira estirpe do tronco ancestral, o mais remoto dos maiores, a origem da família, o seu genearca. Da palavra usou VIEIRA. [*Sermões*, v. III, p. 130.] *Progenitor*, enfim, era nativamente, e por largo tempo foi o *avô*, qualquer dos ascendentes, com exclusão do *pai*, exclusão, que, com o curso dos anos, por influxo da analogia, da liberdade literária e da inadvertência vulgar, acabou por desaparecer.

Destarte é inegável a coexistência atual de ambas as significações no vocábulo *progenitor*, resultando inevitavelmente daí, não raro, ficar-se por saber ao certo o sentido, em que se êle emprega. Quando CASTILHO, por exemplo, fala em

«Trós, *progenitor*
De Assáraco,»¹

nada na frase nos descobre se Assáraco era filho, ou neto, de Trós.

Ao lermos nos *Anais de D. João III*²: «Noventa e seis reis lhe contaram seus *progenitores*», claro está que o texto se refere a antepassados. Mas já não tem a mesma clareza esta passagem de FR. BERNARDO DE BRITO³: «Sucedeu-lhe Sameu seu filho, mui dessemelhante em tudo (como diz Beroso) de seus *progenitores*, porque todo o tempo de sua vida

1. *Geórgicas*, p. 145.

2. De FR. LUÍS DE SOUSA. P. 389.

3. *Monarquia Lusitana*, l. I, t. 3, p. 60-61.

gastou, metido nos famosos paços e casas de prazer, que sua mãe fizera.» A quem se refere o historiador? aos *pais*, aos *avós*, ou a uns e outros? Dir-se-ia referir-se aos *avós*, atento o ser essa, as mais das vezes, a idéia outrora associada àquele vocábulo, no plural. Mas as antecedências do trecho nos induzem a pensar que a alusão entende com os pais, mormente com a *mãe*, Semíramis, cuja energia e esforço pouco antes celebrara o escritor. Quando o orador grego, falando aos atenienses, lhes diz, na versão de LATINO COELHO: «Eu vos juro pelos manes de vossos *progenitores*»,¹ saber-se-á porventura se alude aos *pais*, ou aos *avós* de seus ouvintes?

Logo, por evitar a ambigüidade, um dos mais graves defeitos na redação das leis, chamemos *pai* ao *pai*, aos dois genitores *pais*, *avô* ao *avô*, servindo-nos de *ascendente*, quando na mesma expressão quisermos envolver o *avô* e o *pai*. São três vocábulos, cada um com a sua função especial: não as balburdiemos. Aliás sucederá que, muitas vezes, ao falar o código nos direitos do *progenitor*, nos encargos dos *progenitores*, não terá dito precisamente se cogita dos *avós*, dos *pais*, ou ao mesmo tempo de uns e outros.

E' o que forcejo por evitar, e o mestre diligencia manter

§ 32

ART. 391, IV

«O OUTRO DOS PAIS»

163. — Onde o projeto dissera «o outro *progenitor*», emendei eu «o outro dos *pais*», ficando assim redigido o texto:

«Nomear-lhes tutor, por testamento ou documento autêntico, se o outro dos *pais* lhe não sobreviver, ou se o sobrevivente não puder exercitar o pátrio poder.»

1. *Oraç. da Coroa*, p. 44.

A êste propósito decreta o professor CARNEIRO peremptòriamente :

«A frase *o outro dos pais* é desconhecida em português, como o foram as seguintes : *o outro dos jardins, o outro dos Plínios, o outro dos senadores, o outro dos homens.*»

Pois está errada a bula.

O *outro dos pais* tem voga portuguesa, com uma das mais altas consagrações que no mundo clássico avultam : a do CASTILHO ANTÔNIO.

Foi êle quem, depois de comemorar a grandeza e a morte de Arquimedes, escreveu :

«Lavoisier, *outro dos martirizados* pelo materialismo descrente e brutal.» [*Amor e Melancolia*, p. 335.]

Do mesmo feitio de frase torna êle a usar, no *Fausto* [p. 383]:

«*Outra das tuas. Maldições sem têrmo*
Sôbre ti, monstro!»

164. — E como, por que recusar esta locução? E' o cúmulo do arbítrio gramatical.

Trata-se dos *pais*, que, na acepção vulgar, inconcussa e várias vêzes adotada pelo mestre no seu projeto, de *pai* e *mãe*, são necessàriamente *dois*. Um *dêles*, morrendo, poderá, determina o texto, regular a tutela da prole; e a lei o autoriza a prover nessas funções o consorte sobrevivente. Êste quem será, no testamento feito por *um dos pais*? Naturalmente *o outro dos pais*.

A syntaxe não sofre lesão, e a clareza é perfeita. Dois são os *pais*. Um *dêles* testa, nomeando tutor o outro. Logo, o nomeado é o *outro dos pais*, a saber, *o outro de entre os pais*, ou : *dos pais, o outro*.

Suponha-se que eu dissesse : «Farás guardar os dois extremos da estrada. Para um destacarás o regimento. *O outro dos extremos* será defendido pela brigada.» Poderia inverter a

expressão: *dos extremos, o outro* será defendido. Haveria que objectar a esta redacção? Figure-se estoutro dizer: «Ele prefere, *dos dois, o outro*.» Estaria errado? Não. Agora transponhamos, dizendo: «Ele prefere *o outro dos dois*». Não está certo? Evidentemente está. Se não há que censurar em *o outro dos dois*, qual o fundamento da censura a *o outro dos pais*?

§ 33

ART. 417

INFLUIR SÔBRE

165. — Aqui a rixa é outra vez com a linguagem das minhas notas, não com a do substitutivo. Não farto de redigir o código, propõe-se o dr. CARNEIRO à revisão gramatical do meu comentário.

Combate o mestre diligentemente a expressão *influir sôbre*, tirando à praça oito excertos de CAMÕES, SOUSA, BERNARDES, HERCULANO, REBÊLO DA SILVA e LATINO COELHO. Três dêsses exemplos tocam ao último dêstes escritores. Os outros contribuem cada qual com um só. Ora, para a indução de uma lei, ainda gramatical, é mui pouco. De haverem alguns clássicos usado, uma vez cada um, a locução *influir em* absolutamente não se colige que rejeitassem a expressão *influir sôbre*. Eu mesmo tenho de ordinário empregado, nos meus escritos, a primeira dessas duas formas, a que o dr. CARNEIRO preconiza, e, sem embargo, da outra me servi agora.

Como não costumo regatear jamais a verdade, não ocultarei que não será fácil encontrar, nos clássicos, exemplos da locução *influir sôbre*, ao passo que, abonando o *influir em*, temos espécimens desta energia: «Como o pintor influíra *no* poeta, o poeta *no* músico, o músico *no* estatuário, o estatuário *no* historiador, o historiador *no* filósofo, o filósofo *no* moralista.» [CASTILHO. *Am. e Melanc.*, p. 314.]

Nasce essa preponderância do *em*, com êste verbo, da sua expressão nativa e primordial. De *fluere*, *fluir*, *correr*, e *in*, *em*, *para*, derivou *influere*, *influir*, significando o correr [fluir], ou «fazer correr *para alguma parte*.» [FR. DOM. VIEIRA] «*Palus influit in Sequanam flumen*», escrevia CÉSAR. [De Bel. Gall., VII, 57.] Daí veio mais tarde a proceder a acepção metafórica *penetrar*, *insinuar-se em*, que já os latinos possuíam: «*Ut in universorum animos tanquam influere possimus*. Porque logremos influir *em* todos os espíritos.»

Mas desta resultou ainda outro significado: o da ação, que *sôbre* alguma coisa se exerce. E neste sentido nos depara FR. DOMINGOS VIEIRA, com essa preposição, vários exemplos:

«A educação *influi sôbre* tôda a vida.»

«Há homens que *influem* muito *sôbre* a resolução de seus amigos.»

No que escreveu a propósito do art. 204, § 4.º, raciocinou o mestre: *Retrair* é sinônimo de *retrotrair*. Ora LAT. COELHO usou de *retrair* como verbo intransitivo. Logo, a significação intransitiva cabe igualmente ao verbo *retrotrair*. Assim o dr. CARNEIRO.

Mas *influir*, no intento *em* que dêle me servi, sinonimiza com *atuar*. Ora *atuar* se rege ou com a preposição *em*, ou com a preposição *sôbre*.

Provo.

«No mar que fôrça *atua*,
Quando se ergue tremendo e nada lhe resiste?»

[CASTILHO. *Geórg.*, p. 127.]

«...que tudo quanto melhora a mulher, vem depois a *atuar na* educação dos filhos.» [CASTILHO. *Colóquios*, p. 88.]

«Fazendo com que a linfa e com que a flama
Dos homens *sôbre* o físico *atuassem*.»

[*Ib.*, *Fastos*, v. II, p. 193.]

«De sua natureza é o *atuar sôbre* multidões de enfermidades e misérias.» [*Ib.*, Colóq., p. 143.]

«Os métodos industriais poderão *atuar sôbre* a agricultura.» [*Ibid.*, p. 181.]

«Os costumes de Lisboa iam *atuando sôbre* o ânimo do seu bom amigo.» [C. CASTELO BRANCO. *Queda dum Anjo*, p. 158.]

Logo, se com *atuar*, se pode escrever indiferentemente *em*, ou *sôbre*, com *influir*, quando seu sinônimo, do mesmo modo acertará o *sôbre*, ou o *em*.

§ 34

«EM», POR «A»

«A», POR «EM»

166. — A propósito da preposição *em* com o verbo *influir*, abre esta digressão o professor CARNEIRO :

«Cai a lançar notar que em todos os lugares do Projeto, onde se emprega o verbo — *incorporar*, seguido da preposição *em*, acompanhando-lhe o complemento indireto, é esta preposição substituída na emenda do dr. Rui pela preposição *a*. Entretanto, é a preposição *em* de uso muito mais freqüente entre os nossos clássicos, cada vez que recorrem ao emprêgo dêsse verbo.»

Pena é não apontasse o mestre os lugares, onde substituí o *em* por *a* depois do verbo *incorporar*. Se o fiz, que nisso não houve de minha parte intenção de emendar, assaz o demonstra a circunstância de não existir palavra minha de anotação a tal respeito. Tivesse eu por êrro o emprêgo do *em*

com aquêlê verbo, e não deixaria de o apostilar. A ser exata, logo, a mudança, naturalmente a pratiquei sem ânimo de corrigir. Alterando a redação de textos, que por outros motivos se me houvessem afigurado modificáveis, pode ter acontecido que, de envolta com a alteração geral, lhes trocasse também essa preposição. Sendo indiferente a escolha entre uma e outra, teria preferido o *a* ao *em*, como, inversamente, poderia ter anteposto o *em* ao *a*.

Errei acaso na preferência dada ao primeiro? Se não errei, a que vem a censura? Ora, o douto filólogo reconhece que êrro não houve. Apenas adverte que, entre os clássicos, é de mais uso a outra preposição. Logo, também usada é a de que usei. Foi acertado, pois, o meu uso. Por que mo embarga?

FR. DOMINGOS VIEIRA [*Dic.*, v. III, p. 1.073] abona o emprêgo da locução *incorporar a* com diferentes exemplos: «Incorporar à igreja de Jesus Cristo todos os povos convertidos. Incorporar uma província *a* um reino.»

MORAIS, do mesmo modo: «Incorporou uma porção de terra à outra herdade. Incorporou *ao* distrito, *ao* território, às raias do reino, *ao* Estado. Incorporar à coroa as conquistas».

CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, semelhantemente: «Incorporar. Dar forma de corpo *a*; dar forma ou volume *a*.»

No latim, onde o verbo *incorporare* se classifica de equivalente a *adjungere*, *aggregare* [FREUND e THEIL, v. II, p. 201], usava-se construir ambos êsses dois últimos verbos com a preposição *ad*. «*Ad probos propinquitatem te adjunxeris. Hujus etiam filium eodem judicio et crimine ad patris interitum aggregare voluisti.*» [FREUND e THEIL, v. I, p. 46 e 92.]

Mas por que argumentar com ilações, se temos fato positivo? No latim o *incorporare* também se construía com o dativo que em vulgar se traduz pela preposição *a*. São de S. AGOSTINHO as provas: «*Ecclesia . . . sibimet quodammodo*

incorporat» [homines]. [2 *Doctrin. Christ.* 6:] «*Incorporari Ecclesiae.*» [De *Catech. rudib.* 6, n.º 10.]

Quando a ação do verbo *incorporar* se estende a duas coisas [porque se pode limitar em uma só, quando se designa o corpo ou a forma corpórea a ela dado], ora se quer exprimir o fato de *meter-se, encaixar-se, embeber-se* [AULETE], *incluir-se* uma na outra, ora o de *reunir, adicionar, cumular* esta àquela. Na primeira hipótese predomina a idéia de *inserção*, a que é mais consentânea a preposição *em*; na segunda, a de *agregado, soma*, reclamando mais adequadamente a preposição *a*.¹

167. — Aliás nada tem de absoluto, na tradição vernácula, a teoria dessa distinção; porque o uso clássico, na escolha entre o *em* e o *a*, está freqüentemente ao revés do uso comum em nossos dias: ora prefere o *em*, onde nós de ordinário damos preferência ao *a*, ora o *a*, onde mais vêzes empregamos o *em*.

Exemplificarei.

EM por A:

«Os cabelos da barba, e os que descem
Da cabeça nos ombros.»

[*Lusíad.*, VI, 17.]

«Mas voando
Dum noutro, tudo irá desbaratando.»

[*Ib.*, X, 16.]

«O qual livro foi de língua arábica trasladado *em* português.» [ANDRÉ DE RESENDE. *História de Évora*, c. 11.]

«Primeiramente mando meu corpo *em* Santo Pedro de Ceti.» [*Dissert. Cronol.* de J. P. RIBEIRO, v. 1.º, doc. n.º 20, p. 279.]

1. «Incorporatio, onis, f. Verbale ab *incorporo*, actus incorporandi, corporis constitutio... 3. — Item simpliciter *conjunctio, additio unius rei alteri.*» FORCELLINI. *Totius Latinitatis Lexic.*, v. III, p. 446.

BARROS : «Pondo a proa *em* atravessar aquêlê gólfão.» [Déc. II, l. 7, c. 7.] «Os que acudiram ao mar, porque os mais dêles andavam ofendidos de Lacsamana, puseram o rosto *nêlê*.» [Ib., Déc. III, l. X, c. 2.] «Tangiam com uma maneira de frautas pastoris, que *em* seu modo pareciam bem.» [Ib., Déc. I, l. IV, c. 3.]

BRITO : «Noé. . . se tornou *em*» [isto é, *voltou à*] «Armênia.» [Monarq. Lusit., v. I, p. 13.]

MORAIS. *Palmeirim d'Ingl.*: «Sendo já alongado da cidade de Londres, foi ter *em* um vale despovoado.» [P. II, c. 54.]

SOUSA. *Vid. do Arc.*: «Continuar os fidalgos da côrte *em* o visitar.» [L. I, c. 9.] «Acudiu êle, e apontando *nos* dentes, disse.» [Ib., c. 13.] «Puseram-se as lampreias *em* venda.» [Ib., c. 14.] «Tornavam muitos *em* si.» [Ibid.] «Pelo tempo *em* diante.» [L. I, c. 17.] «Obrigado a continuar *em* pregar.» [Ib., c. 18.] «Quase *nos* olhos dos prelados.» [Ibid.] «Assistia *em* tudo.» [L. I, c. 24.] «Preside *no* govêrno.» [Ib., c. 26.] «Logo se resolveu *em* tomar o caminho.» [Ib., l. II, c. 1.] «Quem dará solução *nestes* contrários?» [Ibid.] «*Em* cabo de muitos dias.» [Ib., c. 10.] «Resolveu-se *em* romper.» [Ib., c. 13.] «Determinando *em* não sair.» [Ib., c. 23.] «Resoluto o arcebispo *em* dizer.» [Ibid.] «Fazendo-lhe sinal com uma mão e com a outra apontando *em* uma mulher.» [L. VI, c. 7.] «Passando *em* África todo o poder e nobreza dêste reino.» [L. IV, c. 12.]

FERNÃO MENDES. *Peregrinação*: «Costeamos a terra com ventos ponteiros de um bordo *no* outro.» [T. I, c. 47.]

VIEIRA: «*Na* face do sol e *na* luz do meio-dia.» [Serm., v. I, p. 76.] «*Na* testa de um exército.» [Ib., v. I, p. 96.] «Tirando *em* limpo.» [Cartas, v. I, p. 206.] «Continuo *em* o pedir.» [Ib., v. III, p. 42.] «Postos *em* limpo.» [Ib., p. 95.] «Lançou *em* caça dêle.» [Ib., p. 97.] «*Na* testa dos esqua-

drões.» [*Serm.*, v. I, p. 290.] «Sair *em* campo.» [*Ib.*, v. II, p. 16.] «Saíram *em* público as suas defesas.» [*Ib.*, v. III, p. 55.] «As quais se uniam uma *na* outra.» [*Ib.*, v. VI, p. 176.] «Peregrinando de um lugar *em* outro lugar.» [*Ib.*, v. IV, pág. 200.] «Saltava de um enfêrmo *em* outro enfêrmo, de uma casa *em* outra casa, de uma rua *em* outra rua, de uma cidade *em* outra cidade.» [*Ib.*, p. 203.]

M. BERNARDES. *Nova Floresta*: «Vieram *no* Egito dous monges.» [V. II, p. 33.]

CASTILHO: «De tempo *em* tempo.» [*Amôres*, v. I, p. 15.] «Descemos *em* terra.» [*Primav.*, p. 92.] «Saíram *em* campo.» [*Ib.*, p. 147.] «De um *em* um.» [*Escav. Poét.*, p. 38.] «En-costado *no* cotovêlo.» [*Metamorf.*, p. 303.] «Não se limitaram *em* elucidar o poema.» [*Fastos*, v. I, p. XLVIII.] «Põe-te *em* salvo.» [*Ib.*, v. II, p. 67.] «*Em* riba, e logo ao fundo!» [*Tartufo*, p. 148.] «Ah! torna *em* ti!» [*Fausto*, p. 398.]

A. HERCULANO: «Faze ressoar *nos* ouvidos das turbas palavras de terror.» [*A Voz do Prof.*, I.]

C. CASTELO BRANCO: «O rapaz já *nos* dezesseis anos disse à mãe.» [*Narcótic.*, v. I, p. 144.] «Qualidades, que, *em* meu juízo, dizem muito na beleza.» [*Mem. do Cárc.*, v. I, p. 94.] «Estampar a torpeza, e recitá-la *em* piano.» [*Cancion.*, p. 487.] «Não lhe levo *em* mal.» [*Queirós*¹, p. 1.] «O capitão não lhe levara *em* mal o arrôjo.» [*Doze Casamentos*², p. 187.] «Sem embargo de filiar-se *em* um grande talento.» [Pról. aos *Combates e Críticas*,³ p. XXIX.] «Antoninha abraçava-se *no* tio. Catarina abraçou-se *na* filha.» [*A Cav. da Mártir*, p. 106, 181.]

1. *Memórias de Fr. João de S. José Queirós*. Pôrto, 1868.

2. *Doze Casamentos Felizes*. Ed. de Lisboa, 1902.

3. DE SILVA PINTO. Pôrto, 1882.

A *por* EM:

«O grão sábio Daliarte, pondo os olhos *a* tôdas as partes, virou-se contra Flerida.» [MORAIS. *Palmeir.*, I, 3, 10.]

«Muitas vêzes lhe acontecia estar *a* elas em pé no meio do côro.» [SOUSA. *V. do Arc.*, l. I, c. 27.]

«Quem se contenta *a* se salvar.» [VIEIRA. *Serm.*, v. V, p. 111.]

«Teimaram os israelitas *a* ter rei.» [*Ib.*, v. II, pág. 246.]

«Tudo resumiu S. Paulo *a* uma só palavra.» [*Ib.*, v. III, p. 353.]

«A matéria tão imensa como breve se resume *a* uma só palavra.» [*Ib.*, v. XI, p. 5.]

«O ver-se entrado *a* nova e prodigiosa vida.» [CASTILHO. *Fausto*, p. 145.]

«Por entrardes sem vênia e *a* furto aos lares nossos.» [*Ib.*, p. 192.]

«Manda Alá que eu te colha *a* meus braços.» [CASTIL., *Quadros Históricos, Giraldo sem Pavor.*]

«E teimas *a* insultá-lo!» [CASTIL. *Tartufo*, p. 103.]

«Veio para o Pôrto, animado por um gamenhozito, que o industriou *a* furtar.» [CAMILO. *Memór. do Cárc.*, v. I, 137.]

Muitas vêzes com a mesma construção, o mesmo verbo o mesmo pensamento empregam os bons autores *alternativamente a*, ou *em*, dando a ver a olho a perfeita equivalência vernácula, nesses casos, entre as duas preposições.¹

1. Por outras preposições também se costuma entre os clássicos a preposição *em*.

Pela preposição *para*:

«Tão gloriosas foram para o infante as causas que concorreram *em* sua morte.» [VIEIRA. *Serm.*, v. VI, p. 107.]

Pela preposição *por*, ou *de*:

«Por ordem sua *nesta* forma.» [SOUSA. *Vid. do Arc.*, l. I, c. 10]
«Na mesma forma.» [*Ib.*, l. II, c. 1.] «*Em* alguma maneira.» [*Ib.*, l. I,

Agora diz VIEIRA, por exemplo: «Saiu à campanha.» [Serm., v. I, p. 323.] Agora, na página seguinte: «Saiu *em* campanha.» Agora, outra vez, na linha imediata: «Sair o rei à campanha.»

Aqui escreve: «Correr *em* nosso remédio.» [Serm., v. II, p. 210, 211.] Ali, na mesma página: «Acudir *a* nosso remédio.»

Na *Menina e Moça*, de BERNARDIM RIBEIRO, ora se nos depara: «E se pôs *em* se mover para êle.» [c. 14]; ora: «E às vêzes se punha *a* falar com os oficiais.» [p. 157.]

«Pôr peito *em* acudir», é de CASTILHO. [Colóquios, p. 96.] E do mesmo CASTILHO [*ibid.*, p. 248] é: «pôr peito *a* extirpá-la.»

Todos êsses exemplos me parecem ainda hoje imitáveis. Mas creio que nem sempre, neste particular, nos seria lícito seguir as pegadas ao uso clássico. Duvido, por exemplo, que, a não ser em desafio caprichoso ao gosto contemporâneo, ousasse escritor da nossa época o emprêgo da preposição *em* por *entre*, como nestes excertos, aliás de um dos maiores e menos antiquados mestres da língua: «Os trezentos mil réis que restam para o dito conto se repartam *em* pobres e órfãos.» [SOUSA. V. *do Arc.*, l. II, c. 9.] «Diz o decreto que nas catedrais onde faltarem distribuições, ou forem curas, se reparta *nelas* a terceira parte das prebendas.» [*Ib.*, c. 16.] De onde se apura que não basta alegar o exemplo antigo e autorizado, para concluir pela admissibilidade atual da imitação.

c. 10.] «*Em* nenhum modo se deve dissimular.» [*Ib.*, l. II, c. 13.] «Forcejou *em* erguer-se.» [CAMILO. *Mist. de Fafe*, v. II, p. 170.] «Lúcia esforçou-se *em* dissimular-se.» [CAMILO. *A Doida do Cand.*, p. 69.] «Vestido *em* seu pobre hábito.» [SOUSA. *Vid. do Arc.*, l. I, c. 17.] «Vestidos *em* dalmáticas carmesins.» [*Ib.*, l. II, c. 34.]

Pela preposição *contra*:

«Como poderei eu fazer esta maldade, e pecar *em* meu Deus?» [*Inédito d'Alcobaça*, t. II, p. 62.] «Com direito padecemos êsto, porque pecamos *em* nosso irmão.» [*Ib.*, p. 67.]

Claro está, pois, que os do mestre nada nos adiantaram. Ao mesmo tempo se vê que do nosso direito à opção livre entre a preposição *em* e a preposição *a*, nessas frases, não me falecia notícia. Tampouco era eu alheio ao uso dêsse arbítrio, cuja facilidade muitas vêzes utilizei em trechos como êste: «Propagou-se rapidamente, de campo *em* campo, de vila *em* vila, de capital *a* capital.»¹

Ora dêle tanto me resultava o jus de antepor o *incorporar a* a *incorporar em*, como o de preferir o *incorporar em* a *incorporar a*.

Se as predileções antigas pusessem lei absoluta, não poderia o dr. CARNEIRO escrever, como o fêz, nos seus *Serões*: «Presidiu à cetimônia»; visto como, no estilo clássico, prepondera o *presidir em*: «Preside *no* govêrno da câmara.» SOUSA, *V. do Arc.*, l. I, c. 26.] «Presidiram *nêle* em seu nome dois cardeais.» [*Ib.*, l. II, c. 5.]

§ 35

ART. 406, II

«CARECER À»

168. — Redigia-se êste artigo, no projeto :

«Quando o devedor pode fornecê-los sem ser privado dos meios de que carece à sua sustentação.»

Objetei :

«Errada aqui a crase. O *a* não é dativo, mas nominativo. Não são complemento indireto, mas agente do verbo *carecer*, as palavras *à sua sustentação*.»

A defesa do mestre vale a pena que se transcreva.

1. RUI BARBOSA. *Cartas de Inglaterra* [Rio de Jan., 1896], p. 276.

«E' *justamente o contrário*», diz êle. «Na frase do Projeto do Código o sujeito de *carecer* não é a sua *sustentação*, mas o substantivo *devedor*, sendo êste o sentido : *sem ser o devedor privado dos meios de que carecer à sua sustentação, isto é, dos meios de que precisar, dos meios de que houver necessidade para sua sustentação*. Parece-nos isso claro; o que não entendemos é *êsse a dativo e êsse a nominativo*.»

Esta explicação afronta a evidência.

Fere na vista aos mais míopes que, naquele texto, a derradeira sentença está invertida. Disse-se : «de que carece a sua sustentação», por «de que a sua sustentação carece». O sujeito está nas palavras *a sua sustentação*. Alude-se aos meios de que *a sustentação do devedor carece*. E, sendo a *sustentação* o agente, não era lícito impor ao artigo *a* o sinal de crase.

Tanto êsse foi o pensamento da comissão parlamentar, que no seu projeto aquêle «*a*» *não tem acento*. Assim está nos *Trabalh. da Comiss. Espec.*, v. VII, p. 59.

No *Diário do Congresso* de 26 de janeiro de 1902, onde primeiro saíra a lume aquela redação, vinha acentuado o *a*. [P. 197.] Deram, porém, pelo êrro os seus autores, e, ao paginar-se para o sétimo volume, onde ficou a edição definitiva do trabalho parlamentar, elidiram o acento, deixando assim redigido o texto :

«Quando o devedor pode fornecê-los sem ficar privado dos meios de que carecer *A* sua sustentação».

A minha emenda, portanto, outra coisa não fêz que restabelecer a syntaxe adotada pela comissão parlamentar.

Ou fortuita, ou obra do professor CARNEIRO é, portanto, a crase superveniente, agora por êle advogada com todo êsse calor.

Mas esse calor é o de um erro, que, com o insistir e arrazoar, mais ainda se agrava. Quer o mestre que «à sua sustentação» ali esteja em vez de «para a sua sustentação». O que se pretendia, segundo ele, era falar nos «meios, de que o devedor carecia para a sua sustentação», e, substituída uma preposição por outra, escreveu-se: «os meios de que carece à sua sustentação». Uma redação tal, porém, extravagante, arrevesada, obscura, não tolera exame. Ninguém diz: «Preciso de meios a viver», mas: «preciso de meios para viver». Ninguém: «Necessito de recursos à minha subsistência», mas: «Necessito de recursos para a minha subsistência». Ninguém: «Careço de alimentos à minha sustentação», mas: «Careço de alimentos para a minha sustentação.»

Logo, se à sua sustentação ali estava em complemento indireto, havia de construir-se a frase com a preposição para. O a não pode encerrar naquele trecho preposição. Fôrça é que seja unicamente o artigo; e, como tal, não sofre crase.

§ 36

CASOS

169. — Mais que o de ninguém é ocasionado o espírito dos mestres a crises de mau humor. Vem-lhes esse achaque do contínuo emendar e castigar, do contínuo encontrar-se¹ com o erro, e com ele contender.

1. Não parece correta ao eminente sr. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO a regência *encontrar-se com* [*Lições*, v. II, p. 8]. Não sei, porém, se o douto filólogo tem razão.

MANUEL BERNARDES [*N. Floresta*, v. II, p. 38] escreveu: «Sucedendo *encontrar-se* em outra terra com uma mulher, que fôra ocasião de seus vícios.»

E C. CASTELO BRANCO [*Serões de S. Miguel de Seide*, VI, p. 46] «O Senhor sabia que ele havia de *encontrar-se com* muita gente.»

Devia estar num dêsses acessos o ilustre dr. CARNEIRO, quando, ao rematar o panegírico daquela singularidade, me desfecha do alto do seu saber esta palmatoada: «Parece-nos isso claro: o que não entendemos é êsse a dativo e êsse a nominativo.»

Que terá em mente insinuar o mestre? Não me porá, creio eu, abaixo dos seus mais lanzudos alunos, supondo-me alheio à noção gramatical de *casos* nas duas línguas, 'mãe e filha, que tão distintamente professa.

Perderam-se, ninguém o ignora, entre nós as variações terminativas, que naquela os distinguiam, salvo quanto aos pronomes, cuja flexão, semelhante à latina, conserva no idioma pátrio, como nesse, o nome de *caso*, ou declinação. [JOÃO RIBEIRO. *Gram.*, p. 75.] «Entre os pronomes, os pessoais têm *casos*, e declinam-se como no latim.» [*Ib.*, p. 77.] «Perdido o genitivo, ficou-lhes o nominativo, o dativo, o acusativo, o ablativo.» [*Ibid.*] «Ao pronome indefinido *se*, nas vozes apassivadas, também, ora o qualificam de *partícula*, ora de *caso*.» [SOTERO. *Postilas de Gram. Geral*, p. 53.] Aí, tal qual no idioma de onde o nosso descende, se apelidam *casos* as flexões terminais das palavras.

170. — Será essa, porém, a acepção única, em que êsse vocábulo se use? Não se terá empregado igualmente, para designar os sucedâneos dos *casos* latinos, que com as preposições formamos em português?

E' inegável. «Se por declinações houvermos de entender as diferentes relações e circunstâncias, que exprimem os nomes por meio das preposições de que nos servimos, e com as quais fazemos variar essas relações e circunstâncias, *por certo temos declinações, e é a esta luz que nós as consideramos, e distinguimos os casos.*»

Assim se exprimia, no *Gênio da Língua Portuguesa*,¹ EVARISTO LEONI, que reforça esta lição com a de ROQUETE²:

1. Lisboa, 1858. Vol. I, p. 189.

2. *Gramát. da LÍng. Franc.* [Paris, 1850], p. 20.

«Os gramáticos vulgares têm cometido *atègora um grande erro*, dizendo que os *casos* são as diferentes terminações dos nomes; e, como nas línguas portuguesa, castelhana, francesa, italiana, etc., não há terminações de nomes, como na grega e latina, decidiram pedantesamente que naquelas línguas não havia *casos*. Êste erro vem de uma falsa interpretação. A palavra *caso* deriva-se de *casus*, que significa, na verdade, queda, desinência; mas significa também *acaso*, *acidente*, *circunstância*. A primeira acepção, tôda material, fêz com que se não curasse da segunda, que é lógica; daqui o engano, que a fôrça do hábito e a falta de reflexão têm perpetuado nescientemente. Se se houvesse tomado na segunda acepção, há muito que se teria deduzido dela a definição lógica, que acima lhe damos. Tenhamos, pois, por assentado que as línguas latina e grega tinham casos em ambas as acepções: *as modernas só os têm na segunda, os quais se formam por meio de partículas.*»

Desenvolvendo estas idéias, mostra LEONI [p. 190] como, «perdidas as desinências dos casos, *passaram êstes a ser designados por meio de preposições*, de um modo análogo ao por que o são no latim o acusativo e o ablativo.» Em «*Livro de Pedro*», acrescenta êle, aplicando, «está Pedro *em genitivo*». Continuando, observa, ao diante [p. 193], que o *dativo* se indica mediante a preposição *a*, e acaba por notar que, no tocante ao acusativo e ao ablativo, *os casos* «nada sofreram» com a eliminação das flexões terminativas, «continuando a ser indicados com as preposições com que dantes o eram». [P. 193-4.]

De acôrdo com êste sentir, ensinava BLUTEAU [v. I, p. 181] que o verbo «*agradar* também algumas vêzes se constrói com *acusativo*».

171. — Bem sei que com isso não conforma a teoria moderna, ante a qual, salvo a respeito dos pronomes, se considera cientificamente inaplicável a designação de casos aos

idiomas, cujos substantivos não indicam mediante o variar nas desinências as relações que destarte se discerniam entre os latinos. [AYER. *Grammaire compar. de la lang. franç.*, p. 162-3. *La Grande Encyclopédie*, v. IX, p. 639.]

Não obstante, a analogia lógica subsiste entre o jôgo das flexões no latim e o das preposições no português, tanto mais naturalmente quanto naquele umas e outras muita vez se associavam, por designar os *casos*. Nada obstaría, pois, em boa razão a que, no correr da linguagem usual, por condensar a frase, indicássemos, como fiz, sob a expressão de *nominativo* o sujeito do verbo, sob a de *acusativo* o seu complemento direto.

Os mais autorizados escritores nossos assim procederam:
Haja vista FILINTO ELÍSIO :

«Vão lendo; que pelo aranzel adiante acharão *uns embriões, que são o acusativo* dêste verbo *vi*.» [Obr., v. V, p. 205.]

«Ei-lo que chega o ronceiro *acusativo*.» [Ib., p. 206.]

«Êstes perluxos franceses, com as suas clarezas de estilo, co'o seu pautado *nominativo*, verbo e *caso*.» [Ib., p. 348.]

«Se eu escrevesse em francês, que é uma língua que vai como o Padre nosso enfiadinha por *nominativo*, verbo e *caso*.» [Ib., v. V, p. 96.]

«Tôda a nossa língua (menos as orações correntes e moentes de *nominativo*, verbo e *caso*, como — Pedro ama a Deus —) são hipérbatos.» [Ib., p. 181.]

«A *labareda* é o *nominativo* desta oração, *arremessa* é o verbo, e o *acusativo* é *alma ingente*.» [Ib., p. 214.]

«Tanto com os tais *fados*, que os pus eu aqui em *nominativo*.» [Ib., v. XIII, p. 231.]

FRANCISCO DIAS, o famoso crítico e consumado gramático lusitano, analisando uma obscura passagem de FERNÃO LOPES, assim discorre :

«Em que *caso* está o *Castelo de Lisboa*? Se está em *nominativo*, qual é o verbo que indica a sua ação? Se é *acusativo* do verbo *tomar*, ou *êle*, ou o artigo *o* antes dêsse verbo *redunda*; porque em tal caso ficam sendo *dois acusativos*, um dos quais é absolutamente desnecessário, e ainda que se tirasse o artigo que faz o *segundo nominativo*, ficava sim a oração gramatical, mas não pura.» [*Memórias de Literatura Portug.*, v. IV, p. 34.]

Noutro lugar, a propósito de outra construção portuguesa:

«Onde está o *acusativo* dêste verbo?» [*Ib.*, p. 36.]

Com definir *caso*, de acôrdo com os estilos hoje correntes, a «desinência variável das palavras que se declinam» [*Dictionn. de la Lang. Fr.*, v. I, p. 498], reconhece LITTRÉ que, «por ampliação, ao sujeito da frase, nas línguas que não têm caso, como o francês», cabe a designação de *nominativo*. [*Ib.*, v. III, p. 743.] E se, por extensão, nesses idiomas, a cujo número pertence o nosso, é lícito chamar *nominativo* ao sujeito, por que se não admitiria ao objeto do verbo a denominação de *acusativo*? Foi no uso dessa licença literária que FÉNÉLON escreveu: «*En Français, le régime appelle aussitôt un accusatif, qui ne peut se déplacer.*»¹

§ 37

ART. 419, V

«DEFEITUOSA PROBIDADE»

172. — «Não há probidade defeituosa», declara o mestre. «Se probidade é o apêgo severo aos deveres»; «se probidade é sinônimo de integridade, honestidade»; «se o adjetivo *defeituoso* o mesmo vale que *imperfeito*»; «pode a probidade ser *estrita, austera, severa, rigorosa, escrupulosa*, etc.»; «defeituosa é que não pode ser.»

1. Apud LAROUSSE, v. I, v.º *Accusatif*.

Com o mesmo arrazoado em que se ela estriba qualquer lógico de fracas posses provaria o êrro desta sentença, aliás tão categórica e têsá, que me começou por deixar perplexo e atalhado.

Só às qualidades suscetíveis de imperfeição podem caber os adjetivos, por onde a perfeição se discerne e exprime. Se não há probidade *imperfecta*, tôda a probidade é necessariamente *rigorosa*, *escrupulosa*, *estrita*, *severa*; porquanto, falseando à severidade, à estreiteza, ao escrúpulo, ao rigor, terá incorrido em defeitos, e de ser capaz de os ter é justamente que o mestre lhe sustenta a impossibilidade. Uma de duas: ou a idéia de *perfeição* é, como quer o dr. CARNEIRO, substancial à de *probidade*, e não haverá probidade, que não reúna todos aquêles caracteres; ou, se há probidade, a que êles possam faltar, probidade há capaz de faltas, arriscada a faltas, isto é, *defeituosa probidade*.

O padrão metafísico, a que o mestre submeteu o conceito de *probidade*, quadraria com a mesma justeza a cada uma das virtudes. Tôdas elas são absolutas no arquétipo divino; tôdas lacunosas em cada uma das suas imagens terrenas. E' o que o dr. CARNEIRO não vê, ou não quer ver.

Dada a fragilidade humana, pareceria natural que a *virtude*, nos melhores, tivesse as suas quebras. Mas a nova teoria só admite a virtude estreme e intemerata: a dos santos, ou a dos estóicos. E que diremos então da ciência? Poderá ter falhas? Não pode; visto que *falhar*, em matéria de saber, é *ignorar*. Em não abrangendo, pois, quando menos, o cognoscível todo na sua universalidade, usurpou a *ciência* o nome, de que usa. No rigor lógico, *ciência que não sabe*, é proposição que se implica nos seus têrmos. Não haverá, pois, meio têrmo entre o apedeuta e Aristóteles. Ou tudo, ou nada: ou ciência, ou ignorância. Em assuntos de *honra*, por igual, ou Lucrécia, ou Messalina; ou Catão, ou Cartouche. Coragem, bravura, intrepidez, também, só a dos heróis. Ou Bayardo, ou cobarde. Não concebe o dr. CARNEIRO as qua-

lidades morais, a não ser no superlativo da sua idealização cabal. A *honestidade*, que não fôr sem jaça, como os diamantes raros, perdeu o jus aos foros de honestidade. Em *improbidade* para logo degenerou a *honra*, se lhe aconteceu passar pela mais leve tara. Moral com eclipses, religião com pecados, caráter com desvios não se concebem. Eis onde vai parar a filosofia do mestre.

VIEIRA, com tôdas as austerezas do pregador, com tôdas as severidades do púlpito, era menos absoluto, reservando tão sòmente à virgindade essa condição extrema de não tolerar deslize, de não admitir diminuição, nem aumento. «*Se falara*», dizia êle, «*de qualquer outra virtude, não tinha dificuldade esta doutrina*. Mas da virgindade, parece que não pode ser, porque a virgindade *consiste em indivisível*. É uma inteireza perfeita, incorrupta, intemerata, que não pode crescer, nem minguar, nem admite mais ou menos.» [Sermões, v. I, p. 103.]

«À combien de désirs il faut que l'on s'arrache,
Si l'on veut conserver une vertu sans tâche»,

versejava CREBILLON; e *vertu sans tâche*, escreve CHARPENTIER¹, trasladando a francês o *probitatis spectatae*² de TÁCITO³. De onde se vê que, na expressão dos merecimentos humanos, não é incompatível com a nota de virtude a reserva de máculas, taras, lacunas, defeitos.

«Qui n'aurait que la probité que les lois exigent, serait encore un assez malhonnête homme», escrevia DUCLOS: «bem improbo seria aquêle, cuja probidade não passasse da exigida nas leis»; o que nos mostra do padrão legal ao padrão moral da probidade quanto vai a dizer. «*La probité d'un avare n'est pas moins suspecte que l'honneur d'une coquette*», dizia

1. Edig. Garnier. Vol. I, p. 398.

2. E não *spectatae probitatis*, como está em FREUND, Dic., v. II, p. 900.

3. Annal., XIII, 12.

COUEILHÉ: «a probidade de um avarento não é menos suspeita que a honra de uma loureira»; e ainda aqui se descobre quantas diferenças medeiam, socialmente falando, entre probidade e probidade. Era MASSIAS quem advertia «qu'on répare difficilement les fautes contre la probité, jamais celles contre l'honneur»; onde se vê como os pecados contra a *probidade* nem sempre a destroem, antes dela mesma sai a força de os reparar.

Não seria acaso a idéia de *probidade* suscetível de comparação? não compadeceria a noção usual de intensidade e desenvolvimento maior, ou menor, isto é, de aumento e diminuição? Mas os latinos tinham *probissime* [TERÊNCIO. *Adelph.*, III, 3, 65], que nós verteríamos *probíssima* ou *honradíssimamente*. PLÍNIO disse *probissimus vir*. [II ep. 9, e X ep. 95.] CÍCERO «Modestior rex, et probior et integrior.» [X *Ad. Att.*, 7.] E PLAUTO: «Esse probiorem quam ipse fuerit, postulet.» [*Pseud.* I, 5, 23.] A própria concepção de *integridade*, no padrão relativo da nossa linguagem, não escapa à idéia comum de graus. «Quid hac quaestione dici potest *integrius*?» exclamava CÍCERO. [*Pro Mil.* 22.] E não tinham eles *integerrime*, *integerrimus*, como nós *integerrimamente*, *integérrimo*? «Asiam integerrime administravit.» [SUETÔNIO. *Vespas.*, 4.]

Se a *probidade*, logo, humanamente falando, pode ser maior, ou menor, mais ou menos perfeita, é que será também capaz de imperfeições. E de homens não seria ela, se o não fôra. Se a probidade não tolerasse máculas, como se poderia falar em *probidade imaculada*?

173. — O mais curioso é, porém, que contra o panegirista do projeto não tenho eu menor argumento que o seu próprio texto; contra o dr. CARNEIRO não me vale autoridade menor que a dêle mesmo. Se o meu substitutivo reza «pessoas de mau procedimento ou *defeituosa probidade*», o texto substituído rezava «pessoas de mau procedimento ou *falhas em probidade*». Mas que vem a ser *pessoas falhas em probidade*

senão pessoas cuja probidade tem falhas? E *probidade que tem falhas* não é probidade falha, ou *defeituosa probidade*?

Contestável será o epíteto adotado no projeto, não, porém, com o argumento alegado, mas, bem ao contrário, com o oposto; isto é, não porque não haja *defeituosa probidade*, senão, muito ao revés, porque, no fim de contas, humanamente falando, não haveria probidade sem defeitos.

§ 38

ART. 426

«INSOLVABILIDADE»

174. — Neste ponto está de acôrdo com a minha emenda o ilustre dr. CARNEIRO.

Pondera aliás, em sentido contrário, o uso comercial e a circunstância de já se achar registada a palavra em FERREIRA BORGES, MORAIS e FR. DOMINGOS VIEIRA. Mas FERREIRA BORGES não é dos autores mais escrupulosos em matéria de vernaculidade. O seu *Dicionário Jurídico*¹, a par de *insolvabilidade*, que com o seu voto se pretende sustentar, legitima francesias, como a de *budget*, por orçamento. MORAIS, nas suas últimas edições, e DOMINGOS VIEIRA nem sempre se podem haver como pedra de toque, desde que nêles se acham apontadas expressões como *conduta*, na acepção de *procedimento*, e o galicíssimo *detalhe*, ambas as quais o mestre, em sua *Gramática* [p. 433], averba de *barbarismos*.

Das leis portuguezas modernas é o código civil a que tem autoridade clássica; e nêle o que se acha, quanto a êste particular, é :

1. Ed. de 1856. P. 59 e 141.

Solvência: arts. 794 e 795.

Insolvência: arts. 753, 836, 1.033, 1.036, 1.043, 1.326, n.º 4, 2.123, § ún.

Insolvente: arts. 754, 1.257 e 2.161.¹

Entendo, portanto, que meramente à conta de negligência deveremos levar o *solvabilidade*, a que resvalou uma só vez, no art. 827. E isso tanto mais quanto de semelhante vocábulo, ou seus derivados nunca se utilizou A. HERCULANO em seus escritos. *Insolvente* e *insolúvel* são as expressões, de que se êle sempre serviu. «Cremos», dizia, por exemplo, «que a vossa dívida é *insolúvel* e *insolúvel* a dívida das gerações que vierem após nós.» [*Opúsc.*, v. VIII, p. 209.]

Êste último adjetivo, do qual mais se usa pelo comum em relação ao débito que ao devedor, nos bons modelos se emprega indiferentemente a respeito dêste ou daquele.

«Creio que os fidalgos, menoscabados de *insolúveis*, pagaram todos.» [CAMILO. *Noites de insônia*², n.º 2, p. 51.]

«O sr. Anselmo era *insolúvel*.» [*Ib.*, n.º 7, p. 94.]

Nem é a caturrice dos puristas que, em Portugal, se atém a *insolvência*, e rejeita *insolvabilidade*. Dêste último vocábulo não me lembro haver encontrado caso em EÇA DE QUEIRÓS ou RAMALHO ORTIGÃO. Antes êste o refuga, duas linhas abaixo de um *assassinato*, na sua *Holanda* [p. 140]: «Segundo a velha lei holandesa, nos casos de *insolvência* do morto, a condessa viúva teve que pôr um vestido de empréstimo, para acompanhar à sepultura o cadáver do seu espôso.»

1. Também é de *insolvência* que usa o cód. comercial português: «As alienações e pagamentos efetuados depois da *insolvência*.» [Art. 748, § ún.] «...que aumente a *insolvência*.» [Art. 725.] E sempre assim. «Onde não há *insolvência* não pode haver processo de falência», dizia em um discurso parlamentar o sr. HINTZE RIBEIRO. [Apênd. ao Cód. Comerc. Português. Coimbra, 1893. P. 417-18.] «Da quebra e da *insolvência* no direito crimin. portug.» é o título de uma recente monografia, firmada pelo sr. J. PEDRO MARTINS. [Coimbra, 1901.] Leiam-na e encontrarão, creio que sempre, *insolvência* e *insolvente*. [P. 1, 3, 5, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 38, 41, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 69, 70 e *passim*.]

2: Pôrto, 1874.

§ 39

ART. 429

«O», POR «ISSO»

175. — Rezava aqui o texto do projeto :

«Os bens do menor serão entregues ao tutor por inventário e avaliação, ainda que os pais tenham dispensado *essa formalidade*.»

Eu redigi :

«Os bens do menor serão entregues ao tutor mediante inventário e avaliação, ainda que os pais *o* tenham dispensado.»

E agora, tomando a mão, na controvérsia, entre os dois pareceres, contravém o mestre :

«A que se refere *êsse o* ? [Ao vocabulo menor, tutor ou inventário e avaliação ? Se a êstes dois, devia dizer-se *os* e não *o*.»

Pois será sèriamente possível a dúvida, que induz o mestre a esta opinião ? Desconheceria êle a função amplíssima do *o*, quando, como pronome complemento, substituindo a *isso*, ou *aquilo*, representa orações e séries inteiras de orações, anteriores, ou posteriores ?

«Do pecado tiveram sempre a pena
Muitos, que Deus *o* quis e permitiu»,

diz CAMÕES, nos *Lusíadas*. [III, 140.]

Vê-lo aí, *êsse o*, complemento direto de *quis*. Que é *o* que Deus quis e permitiu ? *Isso* [e por *isso* está *o*]; quis *isso*: que muitos sofressem o castigo do pecar.

Melhor exemplo ainda:

« Ûa delas maior.....
.....

Enchendo a terra e o mar de maravilha,
O capitão ilustre, que o merece,
Recebe ali com pompa honesta e régia,
Mostrando-se senhora grande e egrégia.»

[Lus., IX, 85.]

Merece tem por complemento direto *êsse o*, que o precede. «O capitão ilustre *o* merece»; a saber, *isso* merece o capitão ilustre. *Isso* quê? Que «uma delas», a maior entre tôdas as ninfas, o receba

«ali com pompa honesta e régia
Mostrando-se senhora grande e egrégia.»

As duas orações, a que se refere aquê *o*, vêm após êle, em vez de *o* antecederem; e nem assim pareceu jamais a ninguém obscuro, naqueles versos, o sentido; antes não há quem o não sinta claro e manifesto.

Exemplo ainda melhor:

«E vós, ó bem nascida segurança
Da Lusitana antiga liberdade,
E não menos certíssima esperança
De aumento da pequena Cristandade.
Vós, ó novo temor da Maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande,
Para do mundo a Deus dar parte grande;

Vós, tenro e novo ramo florescente
D'ũa árvore de Cristo mais amada,
Que nenhũa nascida no Ocidente,
Cesárea, ou Cristianíssima chamada
(Vêde-o no vosso escudo, que presente
Vos amostra a vitória já passada...)

[Lus., I, 6-7.]

Neste passo, diz SOTERO¹, «o adjetivo demonstrativo *o* representa, não só o que o poeta já disse em resumo, na proposição do seu poema, sobre as ações memoráveis dos portugueses, mas ainda o que vai dizer sobre o mesmo assunto na dedicatória que dêle faz a D. Sebastião.»

De sorte que o âmbito gramatical da ação indicativa exercida por êsse monossílabo em nossa língua, abrangendo antecedentes e conseqüentes, na frase, no período ou nos períodos a cuja extensão êle estende o seu raio, não tem outros limites que os traçados pela idéia exprimida e sua enunciação vernaculamente correta. É a forma neutra do latim *id*, representando indefinidamente, conforme às circunstâncias sintáticas do caso, ora membros de orações, ora orações inteiras, ora «*sentidos extensos e complicados*».²

É do autor do *Bôbo*, à p. 243 dêsse romance, esta frase: «Tructesindo fêz-lhe uma visagem, de modo que êle *o* não visse.» O gramático baiano, com o olho em *visagem*, teria substituído o relativo masculino *o* pelo feminino *a*. Mas A. HERCULANO mui propositadamente escreveu *o*, tendo em mira tôda a oração principal. «Não *o* visse», isto é, não visse que Tructesindo fizera uma visagem.

Vamos a outra autoridade suma. Olçamos a CASTILHO:

« — Nunca percas
Dessa idade, lhe disse, a alva inocência.»
Jurou êle cumpri-lo.»

[*Fastos*, II, p. 129.]

Neste *o* se contém representativamente a advertência inteira de Cibele a Átis, com a aquiescência dêste à exortação da divindade amiga. Jurou Átis cumprir *isso*, ou *aquilo*, que lhe ela encomendara: «não perder jamais a alva inocência da juventude.»

1. *Postilas de Gram. Ger.*, p. 70.

2. *Ib.*, p. 69.

Noutro lugar, anotando o *Midsummer Night's Dream*, no que respeita ao título ducal de Teseu, escreve o tradutor português: «Shakespeare só o pôde empregar aqui como sinónimo de tirano (recebido o nome à boa parte), de rei, ou soberano de um estado; isso foi-o sem dúvida Teseu para os atenienses.»¹

Doutra feita, comentando as *Metamorfoses*², tem êste dizer: «Vêde-me a ânsia, com que o imortal Ariosto, no canto décimo, tomou ao nosso poeta, com a liberdade com que o costuma...»

O professor CARNEIRO aqui sobreviria, atalhando: «Costuma, quê? O canto décimo? ou o nosso poeta?» São, *mutatis mutandis*, as perguntas, que na espécie me faz. E tôda a gente riria ao despropósito, enxergando sem candeia o que o ARIOSTO costuma: a liberdade em tomar de empréstimo idéias e formas aos antigos poetas.

Traduzindo, noutra ocasião, CORMENIN, saiu-lhe da pena esta frase: «Tinha embirrado em a levar adiante, desse por onde desse, e sabia que o nosso mestre Pedro havia de querer por fôrça tirar-mo da cabeça.» [Colóquios, p. 371.]

Que era o que mestre Pedro queria por fôrça tirar da cabeça ao Francisco? O pensamento, em que êste embirrara, de levar adiante a sua demanda, desse por onde desse. Sem um só nome, a que se refira, o demonstrativo o abarca e designa duas orações inteiras, pôsto entre êle e a última delas medeia ainda tôda uma sentença.

Finalmente, por derradeiro exemplo, tomo do *Fausto* [p. 247]:

«Oíço instrumentos,
Ou coisa que o parece.»

1. *Sonho duma noite de S. João*, notas, p. VII.

2. P. 304.

«Parece, como?» dir-me-ia a ciência do mestre. Pois o que Mefistófeles ouve não são instrumentos, ou coisa que os parece? Como «o parece», se os instrumentos são muitos, e a êles é que se parecem os sons escutados? Entanto, CASTILHO não errou. Ouve o demo instrumentos, ou coisa que isso lhe parece. Êste isso traduz-se portugûêsmente em o

Assim, no meu trecho, em que mete a mira a censura magistral. Depois de estatuir que «os bens do menor serão entregues ao tutor mediante inventário e avaliação», acrescentei «ainda que os pais o tenham dispensado.» Aqui fecha o mestre comigo, e salta com o meu substitutivo: «Dispensado, quê? A avaliação? o inventário?» Nem uma nem outra coisa; ou antes, uma e outra coisa juntas. *Dispensado que os bens sejam entregues ao menor por inventário e avaliação.* É isso o que os pais em vão dispensariam; e, por isso, em lugar disso, o demonstrativo o a mesma coisa exprime, referindo-se, não aos substantivos, mas à oração, que o precede.

Objetar um mestre, nesse tom e com êsse aprumo, a construção vernácula tão ilibada e de uso tão vulgar, desconhecê-la de portugûês corrente e moente, difficilmente o conceberá quem não refletir no que são críticos, em lhes toldando o juízo a estima de suas próprias obras.

Escreveu MANUEL BERNARDES, na sua *Nova Floresta*¹: «Que o que baila, e dança, tem parte de louco e furioso, basta vê-lo de fora, para confessá-lo.» Não está claro, diria o professor CARNEIRO. A que alude êste *vê-lo*, êste *confessá-lo*? A *furioso*? A *louco*? Ao *que baila*? Mas todos os que não possuem o dom, conferido a certos gramáticos, de não enxergar o que tôda a gente enxerga, claro estão vendo que o demonstrativo o, nas duas últimas orações, alude ao conjunto das três anteriores: «*que o que baila, e dança, tem parte de louco e furioso.*» Basta *vê-lo* de fora, isto é, basta *de fora ver* isso, ver *que tem parte de louco e furioso aquêle, que baila e dança*, para

1. Ed. de Lisboa, 1759. Vol. II, p. 4.

o confessar; quer dizer: para confessar que *assim é*, que *êsse tem parte de louco e furioso*. Tamanha expressão tem, com uma só letra, *êsse* simples *o*.

Tanto mais digna de nota é a redação neste lance, quanto se podia ter dito, sem o demonstrativo: «Que o que baila, e dança, tem parte de louco, basta ver de fora, para confessar»; forma de construção invertida, que se reduziria à natural, dêste jeito: «Basta ver de fora, para confessar, que o que baila e dança, tem parte de louco e furioso.» O escritor, porém, transpôs. Não contente de transpor, valeu-se duas vêzes do adjetivo demonstrativo. Dir-se-á que sofresse com isso a elegância habitual de BERNARDES? que se eclipsasse a sua costumada clareza? Muito ao contrário, sem quebrar da lucidez, a que tão usado é, deu à frase outro vigor, outra precisão à idéia.

Gramática semelhante vem a ser, ainda, a de AL. HERCULANO aqui: «Os corpos vieram; mas as almas... Eu sei?... Ficaram-lhes lá. Ao menos *parece-o*.» [*O Monge de Cister*, v. II, p. 41.]

176. — Depois, não temos, para o caso, menos autoridade que a do próprio filólogo baiano, cuja crítica, anotando o meu substitutivo ao art. 1.084 do projeto, houve por bem adoptá-lo. Digo eu ali: «Se a aceitação, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, êste comunicá-lo-á imediatamente ao aceitante.» A que se refere êste *o*? A *proponente*? Não, ao conteúdo inteiro da oração anterior. E, todavia, o dr. CARNEIRO *o* subscrive.

§ 40

Art. 432, IV

«DESTINADOS À VENDA»

177. — Tem por necessário e impreterível o dr. CARNEIRO ao sinal da crase na sentença: «Alienar os objetos destinados à venda.»

Neguei-o eu, e nego.

Que vem a ser *crase*? Uma figura de gramática, responde MORAIS, pela qual se contraem duas vogais em uma só. Assinalado com o acento agudo, indício da crase, o *a*, dizia BLUTEAU, «*equípole a dois aa, para evitar o hiato*». [*Vocab.*, v. I, p. 4.] Logo, não sofre dúvida que só se admite acentuação tal, quando no *a* se fundir com a preposição o artigo feminino. Não haverá contração, desde que se não amalgame no mesmo *a* o prepositivo com o articular. Não havendo contração, não haverá crase. Não havendo crase, não caberá o acento.

«*À maneira de nuvens se começam
A descobrir os montes que enxergamos*»,

canta o poeta dos *Lusíadas* [V, 25], estampando no rosto a dois versos sucessivos o duplo exemplo do *a* com e sem a contração. No segundo é manifesta a ausência dela; no primeiro a sua presença. E por quê? Porque o primeiro *a* se decompõe na preposição mais o artigo, podendo-se escrever, se não fôra o hiato: «*A a maneira de nuvens*». Indica-se *a maneira* dos montes, que se começam a enxergar, mediante o complemento, «*de nuvens*». *De nuvens* era *a maneira*, com que aquêles montes se amostravam.

Em

«*Vilas, castelos toma à escala vista*»

[*Lus.* VIII, 25]

ocorre o mesmo. *Escala* é a escada [lat. *scala*], arrimada aos muros para escalar a fortaleza. «*Levar à escala vista*» quer dizer acometer *a descoberto* a praça por êsse meio de guerra. Diríamos «*toma a a escala vista*», como os antigos diziam, se o não vedassem hoje as leis da euforia.

Mas, em não havendo a determinação, isto é, o artigo, por onde se ela expressa, já não tem lugar o uso do acento. Por isso escreveu CAMÕES: «*Vem a fazenda a terra*». [VIII, 94.]

Não era possível dizer *a a terra*; porque o substantivo ali está indeterminadamente. O mesmo na subsequente estrofe:

«Ele, vendo que já lhe não convinha
Tornar *a terra*

Teria escrito «à terra», se dissesse *terra da Índia*, ou *terra de Calecut*, ou *terra do Catual*, como no canto anterior, estrofe 16:

«Tanto que à nova terra se chegaram.»

Aqui o adjetivo *nova* estabelece a determinação, e a determinação impõe o acento.

Vêde como se êle distribui nesta passagem de GARRETT: «D. Manuel, ajudou-o muito a fortuna; mas sua felicidade não a deveu ao acaso, sim à natureza de seus conselhos, à constância e firmeza de sua resolução, à sua instrução, à sua generosidade, à boa-fé de seus tratados, à agudeza com que sempre discerniu os homens de talento, à sua justa e temperada severidade, a seu amor das ciências, sua religião verdadeira e sã.»

Dêsses exemplos, que não custaria reunir a montões emanam três regras:

1.º) que não se há de acentuar o *a* senão antes de palavra feminina, clara, ou subentendida;

2.º) que a palavra, ainda feminina, exclui o acento, se não admitir a anteposição do articular *a*;

3.º) que, embora suscetível dessa anteposição, não se acentuará o *a* antes do vocábulo feminino, quando êste se tomar em sentido genérico, indeterminado.¹

E' o que um professor paulista, o sr. TOMÁS GALHARDO², expendeu cabalmente:

«Escreve-se», diz êle, «*gôta a gôta*, e não *gôta à gôta*.

«Por quê?

1. Assim, em A. HERCUL. [*O Bôbo*, p. 161]: «Dirigiu-se para Garcia Bermudes, que entregue a distração melancólica, se encostara à balaustrada.»

2. *Monografia da letra A*. 2.ª ed., S. Paulo, 1884. P. 7, 15, 16, 17, 18-20, 35, 39-43.

«A palavra *gôta* pertence ao gênero feminino, e admite artigo.

«Qual a razão, pois, de se não realizar a contração naquele caso ?

«*E' por não estar aquela palavra tomada em sentido determinado.*

«Como conhecê-lo facilmente ? Qual a regra prática ao alcance de todos ?

«Júlio Ribeiro escreve «bater-se a espada», «matar a pistola», não acentuando a preposição *a*.

«A razão é porque, em tais frases, as palavras *espada* e *pistola* estão tomadas em sentido indeterminado, indicando genericamente o instrumento.

«Além disso, comparando-se essas frases com outras equivalentes, em que, em vez de ser o instrumento indicado por termo feminino, o seja por palavra masculina, vê-se que este não exige artigo.

«Dizemos *bater-se a florete*, e não *bater-se ao florete*.

«Ora, se neste caso, considerando-se o sentido genérico em que está empregada a palavra *florete*, não há artigo, naqueles, pela mesma razão, não o há; não devendo, consequentemente, ser acentuada a preposição.

«Além disso, aquelas duas proposições *bater-se a espada* e *matar a pistola* não podem oferecer outro sentido, senão o que lhes é próprio, tornando-se assim desnecessária a determinação.

«Nessas condições não se acham as duas proposições *bater à porta* e *bater a porta*, que significam coisas diversas.

«Comparando-se esta locução *bater à porta* com outra, em que, em vez do termo feminino, se emprega vocábulo masculino, se vê aparecer o articular: *bater ao portão*, e não *bater a portão*. Ora, se neste caso a frase admite artigo, naquele também o admite, e, portanto, há contração da preposição com esse artigo, motivo pelo qual é imprescindível o acento.

«Se empregarmos o mesmo processo comparativo, substituindo pelo substantivo masculino *lápiz* o termo feminino *tinta*, empregado por Júlio Ribeiro no seguinte trecho: «Todos os exemplares... serão numerados a tinta vermelha», vemos que a palavra *lápiz* não é precedida do artigo, pois não se escreveria «*serão numerados ao lápis vermelho*». Ora, não havendo artigo com o emprêgo da palavra *lápiz*, também não o pode haver com o substantivo *tinta*; e conseqüentemente falta o segundo elemento da contração.

«Nesta frase o caçador carregou a espingarda a bala não há contração antes da palavra *bala*, o que se verifica substituindo esta pelo vocábulo masculino *chumbo*: O caçador carregou a espingarda a *chumbo*, e não *ao chumbo*. Se neste caso não concorrem os dois elementos da contração, também não concorrem naquele. Logo, a preposição *a* não deve, na frase acima, ser acentuada antes da palavra *bala*.»¹

Estas verdades gramaticais me parecem inelutáveis, sendo o critério delas resultante o único, adequado juntamente à razão e ao uso, de aferir as crases e distribuir o acerto.

Ora foi valendo-me dêsse critério que eu concluí contra o acento na locução «*objetos destinados a venda*». Substituí *venda*, expressão de um contrato, por *aluguer*, significação de outro. Que me ficou? Não *objetos destinados AO aluguer*, mas *objetos destinados A aluguel*. Logo, inferi, não havendo artigo antes de *aluguer*, não o pode haver antes de *venda*. Mas, não ocorrendo o artigo, não se realiza a contração. Logo, em *a venda*, nessa locução, era descabida a crase.

178. — Contradizendo-me, sustenta o mestre a ortografia *duelo à pistola*, *duelo à espada*, em vez de *a espada*, *a pistola*; e, para êste efeito, embrulha com essas expressões outras mui diversas, tais como *colhêr à mão armada*, *à capucha*, *à gineteta*, *à marialva*.

E' misturar alhos a bugalhos.

1. *Ib.*, p. 39-41.

Colhêr à mão armada está realmente certo; mas isso justamente porque o epíteto de *armada*, acrescentado a *mão*, a determina. Não é à *mão livre*, nem à *mão solta*, nem à *mão tente*, sim à *mão provida de armas*. Determinou-se, pois, a natureza, o estado ou a maneira de obrar da *mão*, com que se colhe; e, determinando-se, para logo se justificou o uso do artigo, origem da contração, ensejo da crase e motivo do acento.

Semelhantemente acertará quem disser à *capucha*, à *gineta*, à *marialva*. Mas por quê? Porque a determinação aí está, bem que elípticamente. São *maneiras*, ou *modas*, que êsses adjetivos qualificam. Assim dizemos: à *francesa*, à *inglês*, à *portuguesa*, à *estrangeira*, à *formiga* [BLUTEAU, v. I, p. 4-5]; à *espanhola*, à *grega* [LEONI, v. II, p. 23]; à *doida*, à *própria*, à *chucha caladinha* [CASTILHO. *Fausto*, p. 148, 151, 346]; à *Filinta* [CASTILHO. *Metamorf.* pról., p. XX.]; à *cortesã* [VIEIRA. *Serm.*, v. III, p. 201]; à *farisaica* [BERNARDES, *Nov. Floresta*, IV, p. 80].

Ou assim não será? Ou não estará subentendida ali a palavra, cuja elipse afirmo? Tanto está, que JÚLIO RIBEIRO ensina a escrever «vestido à Luís XV», «estilo à Camões». ¹ Em tais locuções, diz êle, «há a elipse da palavra *moda*». [Gramát., p. 29, n.º 53.]

Quando SOUSA escreve: «la fugindo à rédea solta» [Vid. do Arc., l. II, c. 20], precisou a maneira de estar a rédea, frouxa, e não apertada. Quando CAMÕES diz:

«Vão correndo e gritando à bôca aberta»

[Lus., IV, 21.]

o epíteto *aberta* opera a determinação, a que o artigo responde. Quando CASTILHO redige «às mãos cheias» [Metamorf., p. 303], e CAMILO «à competência de beleza» [Narcót., p. 136], num caso o restritivo *de beleza* determina a espécie da com-

1. «Escrevo à Latino Coelho.» [GALHARDO, *op. cit.*, p. 15-16.]

petência, a que se alude, no outro o adjetivo *cheias* o estado das mãos, em que se fala. Análoga a essas, é a hipótese da locução «à falsa fé», em BLUTEAU. [*Loc. cit.*]

Se usamos «à meia-noite» [CAMILO. *O Esqueleto*¹, p. 108], é que temos em mente *determinada* hora da noite, a noite já meada, a noite em seu meio. Na frase «comiam às horas», de CAMILO [*ibid.*, p. 102], se terá de subentender, por elipse, *às horas certas, às horas precisas, às horas do costume, às horas de preceito*; e por isso é que, em lugar de *as horas*, ali se escreve *às horas*.

Razão igual justifica o «à custa alheia», de CASTILHO [*Fastos*, v. III, p. 35], e o «à custa dos ignorantes», empregado pelo mesmo autor nos *Colóquios Aldeões* [p. 294], bem como o «às mãos de um criado», frase de CAMILO. [*As Três Irmãs*², p. 23.]

179. — Mas onde não se operar determinação, onde, portanto, não couber o artigo, não se poderá legitimar a crase. Só à conta de inadvertência e casualidade se hão de levar exemplos como estes: «anterior à tôdas as línguas» e «à êles, como à nós», em escritor da competência de SOTERO [*Postil.*, p. VII, XI], que, no mesmo livro, assim escreve: «Se, neste caso, sempre se refere a pessoa indeterminada», e: «Porque se refere a pessoa determinada.» [P. 55 e 59].

Nestes últimos dois lances temos, corretamente, a indeterminação repelindo o articular, e opondo-se, em consequência, ao acento. É o que se dá nas frases *crescer a baleia, subir a andorinha, subir a águia, inchar a rã a elefante*, deparadas em MORAIS [*Dic. in vº A.*]

Como se dirá? Vou a casa? ou vou à casa? Vou a casa. «Voltar a casa», diz CASTILHO [*Colóq.*, p. XX]; «de escola até casa», o mesmo autor [*ib.*, p. 48]; «quando cheguei a casa», êle ainda [*ib.*, p. 287]; «foram dar a casa», CAMILO

1. Ed. de Lisboa, 1902.

2. Ed. de Lisboa, 1902.

[*As Três Irmãs*, p. 22]; «vou *a casa*», MORAIS [*loc. cit.*]; «E nos vem buscar com êle *a nossa casa*.» [VIEIRA. *Serm.*, v. V, p. 290.]

Porque, nesses casos, o nome, vernaculamente, não demanda artigo. É o que se tira a prova nas locuções em que o substantivo *casa* entra com a preposição equivalente *para*. «Resolveu-se o pródigo a tornar *para casa* do pai.» [VIEIRA. *Serm.*, v. II, p. 293] «*Para casa* dos vossos parentes.» [HERCULANO. *Opúsc.*, v. I, p. 151.] «Depois tornarem *para casa*.» [CASTILHO. *Colóq.*, p. 109.] «Tinham tomado *para casa*.» [*Ib.*, p. 194.] «Desandei *para casa*.» [*Ib.*, p. 283.] «Quando voltou *para casa*.» [BERNARDES. *N. Floresta*, IV, p. 144.] «Eu me irei *para casa* de minha mãe.» [*Eufros.*, IV, 2.]

180. — Logo, embora muitos o hajam escrito, não se pode autorizar, portuguêsmente, o acento nas expressões *duelo a espada*, *conflito a pistola*. Diz-se *duelo ao florete*? Diz-se *conflito ao punhal*? Não se diz. E por quê? Porque, em ambas as locuções, a qualidade das armas se indica genêricamente. De onde resulta ser ali inadmissível o artigo e, portanto, o acento. Quem tem razão, pois, é JÚLIO RIBEIRO contra o professor CARNEIRO. «Ganhadas *a montante*», diz CAMILO. [*O Esqueleto*, p. 108.] E que vem a ser *montante*? Um gênero de espada, que se meneava, pela sua grandeza, a duas mãos. Ganhar *a montante*, vencer *a montante*, pelejar *a montante*, é como se dizia, logo, em português: nunca «*ao montante*.» Troque-se um em outro nome do mesmo instrumento, uma em outra casta da mesma arma de guerra: troque-se *montante* em espada. Não se diria «*a o montante*». Logo não se poderá dizer «*a a espada*». É *a montante*. Há de ser *a espada*.¹

«Ainda assim», escrevia o padre VIEIRA, «eu antes quisera as suas ordens por papel que *a bôca*.» [*Cartas*, v. IV, p. 55] Por que não disse *à bôca*? Pela mesma regra, invocada no meu

1. No mesmo sentido, com JÚLIO RIBEIRO e TOMÁS GALHARDO, se pronuncia RAGGIO NÓBREGA: *Estudos de português* [Campinas, 1900], pp.22

primeiro trabalho e arbitrariamente contestada agora, de que «se omite o artigo, quando as coisas são designadas indeterminadamente». [JOÃO RIBEIRO, *Gramát.*, p. 157.] E, se aqui não se diz à *bôca*, porque se *diria* ali à *espada*?

O mesmo quanto às demais locuções, a que o professor atribui como de necessidade o acento: à *roda de*, à *fôrça de*, à *custa de*.

«À *custa de*» encerra crase, e não prescinde, portanto, do acento, em razão de trazer necessariamente após si um complemento, cujos termos indicam a pessoa, ou coisa, a expensas da qual se opera o fato enunciado:

«Só folga extraviar-se em labirintos
De selvático horror, trajar à *custa*
Das feras, que prostrou.»

[CASTILHO. *Metamorf.* p. 38.]

Ferido pelas setas do amor, Apolo embrenhou-se pelas selvas, onde já não veste senão à *custa das feras, que mata*.

Com à *fôrça de*, o mesmo caso. A segunda preposição, o *de*, está exigindo uma palavra, ou sentença, que perfaça o complemento determinativo:

«À *fôrça de asas*
A palreira da gralha o segue, o alcança.»

Diz-se tão-sòmente que a gralha o encalça a *fôrça*? A ser assim, não haveria que acentuar o *a*. Mas o que se narra, é que ela o persegue «à *fôrça de asas*»; e com êste *de asas* temos especificada a *fôrça*, de que se vale o acossador.

Assim igualmente com «à *roda de*». *Correr a roda*, ou *dançar a roda* não obrigariam a acentuação. Mas, em sendo à *roda de* alguém, ou *de* alguma coisa, a individuação desta, ou da pessoa, de roda de quem se opera o movimento, pressupõe o artigo, e força ao acento: «Assim têm à *roda de si* muito bem patentes as leis que lhes é preciso ver.» [CASTILHO. *Colóq.*, p. 298.] «Astro de brilhante inteligência, à *roda do qual* giravam.» [A. HERC. *O Monástico*, v. III, p. 12.]

Não tendo refletido no assunto, cometeu o mestre êsses desacertos, que remata, fazendo-me outras correções visivelmente erradas.

181. — Dissera eu: «O devedor que paga, tem direito a quitação.» Emendou o mestre: «à quitação». Mas emendou mal. Substituamos quitação pelo seu congênere masculino, o vocábulo *recibo*. Não se diria corretamente: «tem direito a recibo? Por certo: em *ao recibo* seria por demais o artigo. Mas *direito a recibo* = *direito a quitação*. Logo, sendo o articular demasia na primeira frase, demasia fôra o acento na segunda.

182. — Escrevi eu: «exigir que se afastem do limite distância igual a metade» Emenda o mestre: *à metade*. E por que não *a metade*? As metades, em qualquer todo, são *duas*, como os terços três, e quatro os quartos. Ora, assim, como se poderia dizer indeterminadamente *um* têrço, nada obstava a dizermos *uma* metade. Nada, senão a eufonia, aliás não ofendida, se pronunciarmos, como se deve, *ũa* em vez de *uma*. Eliminou-se o *uma*, o *artigo indefinido*, como dantes lhe chamavam. A que viria, pois, sôbre a partícula prepositiva o acento, expressão do artigo definido?

No próprio texto do meu substitutivo me depara o acaso, como *ad rem*, destrinchado o equívoco dêsse cochilo magistral. «Havendo filho legítimo, ou legitimado», reza o meu texto, no art. 1.609, § 1.º, «só a metade do que a êste couber em herança terá direito o filho natural.» O mestre emendaria: «*à metade*.» Por quê? Por figurar no *a*, amalgamado à preposição, o artigo feminino. Mas ali mesmo, junto com êsse, no § 2.º, se diz: «Ao filho adotivo tocará sòmente metade da herança.» Que é do artigo? Não o há. É *metade*, em vez de *a metade*. No art. 1.618, igualmente: «Herdará *metade*.» Onde o articular *a*? Não existe. Em lugar de *a metade*, é simplesmente *metade*. Como é, pois, que, intervindo a preposição *a*, onde não ocorre o artigo *a*, se poderia estabelecer a contração *à*? O vocábulo *metade* não há mister deixar a forma indefinida, que lhe é na-

tural. Dizemos: «Quero metade. Peço metade. Deu-me metade. Ficou metade. Não vejo nem metade. Basta metade. Cedeu metade.»¹ Sempre sem o artigo. Raramente, portanto, com êsse termo se verificaria a emergência gramatical da crase.

183. — Onde eu redigira «destinado a cultura», me so brevém o mestre com o quinau: «à cultura.» Terceiro des_ cêrto. Se eu me tivesse referido à cultura *de árvores*, à *de le- gumes*, à *de flores*; se a expressão, em suma, particularizasse uma dentre as culturas possíveis, calharia a censura. Mas ocupando-me, como me ocupei, com a cultura em sua genera- lidade, não podia escrever, senão como escrevi: «destinado a cultura». Para tirarmos a prova, em lugar de *cultura*, imagine-se *amanho*, *poisio*, ou *descanso*. Como diríamos? [Terreno des- tinado *ao* amanho? terreno destinado *ao* poisio? terreno des- tinado *ao* descanso? Não: destinado *a* amanho, *a* descanso, *a* folga, *a* poisio, é que era. «Herdades dos menores não se cultivam, e jazem *em* poisio», rezam as *Ordenações Afonsin.*, IV, 299. «*Em* poisio», e não «*no* poisio». Logo se é «terreno destinado *a* poisio», tem de ser «terreno destinado *a* cultura», sem artigo no segundo, tal qual no primeiro caso.

184. — Tendo eu escrito: «se êsse acréscimo fôr devido a mudança na maneira de exercer a servidão», carrega-me o censor outra nota má, acentuando a preposição anteposta a *mudança*. Mas ali não se determina mudança nenhuma, *das* figuráveis na maneira de exercitar a servidão. [Fala-se indeter- minadamente em tôdas, em qualquer, ou em alguma *delas*. É o genérico, o indefinido, entre as hipóteses de mudança na forma do exercício daquele direito. Êsse genérico, êsse inde- finido exclui o artigo definido. Tinha eu, pois, acertado, e mais uma vez claudicou o mestre.

1. «Penetrava indecisa até meia área.» [A. HERC. *O Monástico.*, v. II, p. 46.] E não até à meia.

185. — De outras incorreções ainda me argúi êle: «encostar a parede do vizinho»; «será imputada a meação do cônjuge devedor»; «roubo a mão armada».

Delas me argúi, mas guardando segredo quanto aos lugares, onde as encontrou. Ora êsse direito não lhe assistia. Quem acusa, documenta. Topando em erros meus, devia pôr-lhes o dedo a cada um no seu lugar, para que o réu, convencido, ou inocente, confessasse, ou se defendesse. Dessa garantia tanto mais fundamentos me tocam para fazer questão, quanto, no caso do art. 199, que a seu tempo ventilarei, mostra o censor um texto meu deturpado, truncado e falseado, para oferecer base à censura.

Quero, porém, aceitar os três últimos reparos enumerados, como aceitei os quatro anteriores: aceitá-los *sem verificação*.¹ Aí, de feito, era de rigor o acento no *a*. Devia estar impresso: «à parede»; «à meação»; «à mão armada». Mas quem não sabe quão fácil é à composição tipográfica o engolir um acento, e à revisão mais cuidadosa não no perceber?

Abra-se, de qualquer autor, de CASTILHO, por exemplo, um livro qualquer, a versão dos *Amôres*, suponhamos. No vol. III, p. 28, lá está uma falta grosseira do acento:

«Por certo os deuses toleram
As belas a falsidade.»

No mesmo tomo, à p. 88, outra, e bem sensível:

«A míngua de acusadores,
Tu própria, dos teus erros,
Dás a denúncia e os sinais?»

Terceiro exemplo nos fornece nos seus *Colóquios Aldeões*, p. 183: «Bastavam-me os meus jornais de sessenta dias a razão de 240 réis por dia.» Seria, gramaticalmente, «à razão», «à míngua», «às belas»; mas, por obra dos prelos, ficou: «as belas», «a míngua», «a razão.» Eu não podia ter o privilégio de forrar-me, num trabalho composto e estampado a correr

entre duas sessões parlamentares, a essas inadvertências da oficina, que os mais severos mestres não evitaram, em livros com tanto esmêro e lazer impressos quanto escritos.

Também o texto do projeto CARNEIRO, no art. 574 [quando acuso, aponto], comeu a crase à sentença «proceder à demarcação», que lá se acha «proceder a demarcação», como se houvera na língua portugueza um só exemplo legítimo de tal verbo, em tal sentido, com ação transitiva. Entretanto, não o apostilei eu, nem sequer sublinhei o êrro, limitando-me, como é fácil de ver, a corrigi-lo no meu substitutivo, por se me antolhar evidente a inocência dos redatores.

§ 41

Art. 1.652

ESCRITOR DO TESTAMENTO

186. — Dá-me razão aqui o mestre, reconhecendo que o indivíduo chamado pelo testador a escrever a seu rôgo e sob o seu ditado o testamento não assume, por isso, foros de *escritor*.

Entretanto, por êsse desconcerto quebra lanças, na sua defesa, o sr. CLÓVIS BEVILÁQUA. Ali tornarei ao caso.¹

§ 42

Art. 1.644, IX

DISJUNTIVA PELA COPULATIVA

187. — Também neste ponto anui à minha crítica • dr. CARNEIRO. Era *e*, não *ou*, a conjunção cabida.

1. Ver adiante, seq. III, § 4.º, ns. 438-445.

§ 43

Art. 553

FÉ DE

188. — «Havendo má fé, de ambas as partes», rezava o projeto, no tópico objeto da minha censura.

A resposta do professor CARNEIRO a ela seria cabal, se se defendesse com a vírgula, que da preposição *de* separa o vocábulo *fé*. Não pode haver cacófatón, entre dois têrmos, aos quais se interpõe uma separação ortográfica, indicativa de pausa na leitura. Por mínima que seja a pausa, a suspensão da voz, notada pela virgulação, é quanto basta a obstar que as duas palavras se articulem uma na outra, gerando cacofonia. Desde que dei por aquela vírgula, em que não advertira, abri mão do meu reparo, ante ela evidentemente insustentável.

Não fôra esta circunstância decisiva, que eu nêle insistiria. Longe estou de querer dar carta de viciosas a tôdas as expressões, onde a preposição *de* estiver em contigüidade com o vocábulo *fé*. Quando esta palavra constituir com aquela formas correntes, locuções usuais e necessárias, não há para que lhes objetar. *Fé de ofício, em fé de, à fé de* [lembrados pelo mestre] são grupos verbais consagrados, formando cada qual um todo vernáculo, de incessante aplicação no uso do nosso idioma. Já o ouvido português os adotou, e pela sua familiaridade com êles nenhuma aspereza lhes sente. As outras expressões aduzidas pelo meu censor, *federal, federar, federação, federativo, fedífrago* vêm a ser cada qual de per si uma palavra; e dentro em uma palavra não pode haver cacofonia. Desde que êste nome existe, sempre se lhe associou a noção de vizinhança e contato casual entre dois ou mais vocábulos sucessivos. Mas, quando seja facilmente evitável o contato avêso à boa audição, cumpre que, em sendo possível, se evite. Nisto se funda a minha censura.

Nem os primeiros exemplos, logo, nem [e muito menos] os segundos caem a propósito contra a minha emenda. Se ela não cessasse em presença da vírgula, subsistira imune a tais argumentos; porquanto, dada a junção malsoante entre dois termos, em cessando a sua necessidade, principia o cacófaton. Ora, no caso onde o projeto rezava: «Havendo má fé, de ambas as partes», o meu substitutivo propõe: «Se de ambas as partes houve má fé», desaparecendo na substituinte a dissonância da frase substituída.

§ 44

Art. 145

INFINITO PESSOAL:

INFINITIVO ANTES DO FINITO

189. — Censurando, na minha exposição preliminar ao substitutivo a redação do art. 673 no projeto, defini eu, em nota, com as próprias palavras do professor CARNEIRO nos seus *Serões*, as regras, a meu ver, dignas de observância no uso do infinito pessoal e impessoal. Uma dessas regras estabelece que, não obstante ser idêntico o sujeito de ambas as orações, mais convirá fazer pessoal o infinito, quando a oração dêste preceder à do modo finito.

Ora no art. 145 estava o projeto redigido exatamente dêsse modo:

«Todos os escritos de obrigações que forem redigidos em língua estrangeira, para produzirem efeitos legais, deverão ser traduzidos no idioma nacional.»

A oração do infinitivo *produzirem* antecede à do futuro *deverão ser*.¹ Embora, pois, caiba a uma e outra o mesmo sujeito, *todos os escritos de obrigações*, era o caso, em conformidade com aquela norma, expressamente adotada por mim, de preferir a forma pessoal *produzirem* à forma impessoal *produzir*.

Logo, vem aos olhos que emendei contra a minha própria regra; o que não se me poderia levar senão a inadvertência, em se me não querendo supor desmemoriado, pecha de que me considero em seguro. Graças a Deus, sempre me tiveram até os meus desafetos por sujeito de retentiva alguma coisa acima do vulgar; e só os que me quisessem tachar de amnésia, ou dismnésia, assaz adiantada, conceberiam que, no correr do mesmo trabalho, argüisse eu de êrro o que páginas antes recomendara como acêrto. Quaisquer restos do espírito de fustiça [já não digo de equidade] nos meus contraditores bastariam, para que me carregassem a meu *haver* essa justificativa, independentemente de alegação minha.

190. — Aliás [devo acrescentar], subscrevendo aos preceitos formulados na obra gramatical do mestre, não me houvera eu com a devida ponderação. A celeridade extrema do meu trabalho sobejamente explica um ou outro senão dêste gênero, que acaso lhe descobrirem. Onde o mestre diz, com efeito, «*será preferível o emprêgo do infinitivo pessoal*», melhor estaria dizermos: «*empregar-se-á indiferentemente o infinitivo pessoal ou impessoal.*» De uma e outra forma, realmente, se valem, a seu livre alvedrio, os melhores escritores.

Em documento da minha tese, aos três exemplos do mestre, um de JACINTO FREIRE, um de BERNARDES, um de A. HERCULANO, contraponho todos os seguintes, de SOUSA, DUARTE NUNES, ANTÔNIO VIEIRA e outros:

«Os da escala por *subir*, e *entrar*; os de dentro por se *defender*, *tiveram* uma dura peleja». [D. NUNES. *Crôn. Del-Rei D. João I*, c. 79, p. 379].

«Todos para se *salvar*, ao menos na hora da morte, *querem restituir*.» [VIEIRA. *Serm.*, v. III, p. 209.]

«Digam-no aquêles que tantas vêzes por *contentar* aos príncipes, *atropelam* a graça de Deus.» [*Ib.* v. IV, p. 250.]

«Por se salvar, puseram logo a proa em terra.»
[GóIS. *Crôn. del-Rei D. Eman.*, p. II, c. 4].

«E per vos mostrar isenta,
Guardai-vos de suspirar».
[GIL VICENTE, v. II, p. 522.]

«Só para se defender dêles... usavam armas.»
[SOUSA. *Anais*, c. 9, p. 38.]

«Sem o querer confessar, mostravam claramente
não ser filhos legítimos.» [VIEIRA, *Serm.*, v. IV,
p. 37.]

«Sem morrer, estão as suas almas separadas
de seus corpos.» [CAV. D'OLIVEIRA. *Cart.*, v. I,
p. 359.]

«Para subir ao derradeiro abrigo,
Iam cortando lentamente os ares.»
[M. DE ASSIS. *Poes.*, p. 278.]

§ 45

Art. 673

INFINITO PESSOAL OU IMPESSOAL

191. — Antes de me submeter à prova da controvérsia, em que me obriga a entrar a consideração devida à eminência do mestre, convirá que se veja em que moderados termos articulara eu a censura por êle rebatida, e quais as autoridades que a ela me animaram.

Tinha eu dito, na minha *exposição preliminar*:

«Tomem os dignos membros da comissão o art. 673: «Não constituem direito autoral, para gozarem de garantia, os escritos proibidos.» A forma legítima seria: «Não constituem, para gozar.»

Nada mais. E em nota, justificando-me, reflexionara:

«Quando numa frase houver dois verbos, um do modo definido, outro do indefinito, precedidos ou não de preposição, *sendo idênticos os sujeitos de ambos*, usaremos, em geral, *do infinito impessoal*.» Dr. E. CARNEIRO RIBEIRO. *Serões gramaticais*, p. 278. É a velha regra, formulada, havia muito, por JERÔNIMO SOARES [Gram., p. 208]: «A língua portugêsa usa do infinito pessoal, quando o sujeito do verbo infinito é diferente do do verbo finito, que determina a linguagem infinita.»

«Dizendo *em geral*, o eminente filólogo baiano deixa ver que há exceções à regra; mas logo após as enumera. Apesar da identidade dos sujeitos, *ensina o douto mestre*, será preferível o emprêgo do infinito pessoal:

«1.º Quando a forma verbal regente estiver distante da forma regida»;

«2.º Quando o infinitivo vier antes da forma verbal definitiva, que o rege»;

«3.º Quando entre o verbo do modo definido e o infinitivo houver alguma palavra, que possa também ser sujeito dêste.» [Op. cit., p. 378-9.]

«Ora, em nenhum dos casos exetutados cabe o texto do art. 673: «Não *constituem* direito autoral, para *gozarem* de garantia os escritos proibidos por lei.» É idêntico o sujeito [*escritos*] dos dois verbos [*constituem* e *gozarem*] e a forma verbal regente não está longe da regida, o infinito não precede o finito, nem às duas orações se interpõe vocábulo, que possa dar ensejo a equívoco acêrca do sujeito. *Direito autoral* não poderia servir de sujeito a *gozarem*.»

Bem se vê que eu estribara a minha censura *exclusivamente numa regra firmada pelo* dr. CARNEIRO. Mui de intento me referira nominalmente a êste gramático respeitável. Fôra êle o revisor do projeto. Não se podia magoar, pois, de que eu, criticando à luz da sua gramática a linguagem da sua revisão, lhe dissesse: *Patere legem, quam ipse fecisti*.

O autor das *Ligeiras Observações* dêste ano, porém, já não estava com o autor dos *Serões Gramaticais* em 1890. Lera, nesse comenos, outros legisladores do vernáculo. Meditara entrementes JÚLIO RIBEIRO, a quem faz a justiça de elogiar, e por êle soubera que DIEZ não pactua com a opinião de JERÔNIMO SOARES. Atirara, pois, às urtigas a sua cartilha portuguesa de há doze anos, e militava agora na ala dos adiantados. Era direito seu, não lho nego. Mas então revidasse de outro modo à minha impugnação. Principiasse, confessando a sua mudança de signa, declarando francamente que variara de parecer. Não averbasse de êrro a minha teoria, advogada expressamente à sombra do seu nome, sem consignar primeiro que a erronia era dêle, antes de ser minha.

É só do que eu me queixo: não de ficar sòzinho; porque, afinal, ainda privado assim de tão lustrosa companhia, não me deslustrara a que me resta.

192. — Ninguém terá em mais que eu a valia literária de JÚLIO RIBEIRO. Dado que o não alce, como o sr. JOSÉ VERÍSSIMO, acima de todos os nossos gramáticos, acredito que nenhum lhe faz vantagem. Tive, em sua vida, ocasião de lhe mostrar o muito, que lhe queria, chamando-o espontaneamente, sob a minha administração das finanças, a uma situação oficial, que minorava ao homem de letras os embaraços da vida, e desassombrava para os trabalhos do espírito o eminente escritor. Anos, muitos anos antes disso, já da minha competência nestes assuntos algum aprêço fazia êle, por sua vez, mais, muito mais que o merecido, consignando, em 1884, como preciosidade, na segunda edição da sua gramática, as breves palavras, com que eu, em 1882, a gabara, e registrando os meus aplausos com êste encarecido reconhecimento: «Aceitei grato os elogios da imprensa brasileira: com os louvores dos competentes, de Rui Barbosa, de Teófilo Braga, do conselheiro Viale, exultei.»¹ Dava-me, até, a honra de considerar

1. *Gramát. Portug.* Prefác. da 2.^a edição, 1884.

a minha opinião, tão sucintamente enunciada, como capaz de] ser égide a um trabalho daquela altura e solidez: «Apresento ao público», dizia, «esta segunda edição de meu livro, escudando-o com os louvores de três homens venerandos, Rui Barbosa, o conselheiro Viale, André Lefevre.»¹

Para com essa memória, tão grata às nossas letras, claro está, já se vê, que não posso ter senão afeto e respeito. Estava quase dizendo gratidão. Dezoito anos antes dos enxovalhos em que a gramática se compraz hoje de me tisonar, lavrara o insigne gramático, naquelas palavras, o meu desagravo. Mas a ciência moderna habituou-nos a conciliar com o respeito a independência. Não cede hoje em dia a convicção à autoridade, quando a autoridade lhe parece contrariar a razão.

No sentir do ilustre gramático, «para que se ponha o verbo no infinito pessoal, ou no impessoal, é indiferente que ele tenha, ou não, sujeito próprio». Esta, observa JÚLIO RIBEIRO, «é a doutrina de F. DIEZ, deduzida dos fatos, positiva, simples, satisfatória. As regras cerebrinas, que na diferença dos sujeitos baseiam SOARES BARBOSA, SOTERO e *cem outros*, só servem para gerar incerteza no espírito de quem estuda. Segundo tais regras, os escritos de CAMÕES, de FR. LUÍS DE SOUSA, de VIEIRA, de HERCULANO estão inçados de erros!!!»²

1. *Ibidem*.

2. *Gramát.*, p. 278.

E quando é que os nossos gramáticos, inclusive JÚLIO RIBEIRO, tiveram mão em si diante do uso clássico, se ele encontrava de frente uma das suas preocupações gramaticais?

Os mais ilustres dêles, quase todos, por exemplo, estigmatizam de viciosa a construção das sentenças, em que se deixa no singular o verbo após o adjetivo ou pronome conjuntivo *que*, precedido de *um dos*, ou *uma das*.

Ora os mais venerandos e venerados clássicos subscreveram essa forma sintática:

«Ele foi *um dos que* muito contradisse a el-rei.» [FERN. LOPES. *D. Fernando*, c. 81.]

«*Um dos* capitães que nesta peleja se achou em mor perigo, foi João Serrão.» [Góis. *Crôn. del-Rei D. Eman.*, fol. 12.]

«Esta ilha a que os antigos chamam Madagáscar, e nós de S. Lourenço, é *ũa das maiores que se sabe* em todo o descoberto.» [*Ib.*, fl. 112 v.]

Se a questão se houvesse de estabelecer de autoridade a autoridade, ninguém poderia hesitar entre o velho gramático português e o grande filólogo alemão, cujos estudos renovaram a ciência da linguagem. Mas não é o próprio JÚLIO RIBEIRO quem, discutindo a etimologia dos artigos, argúi de êrro a sustentada por DIEZ? «É singular», escreve êle, «que quase todos os etimologistas tenham *desacertado* a respeito da origem do artigo português. DIEZ entende que êle tem certa aparência particular, quase anti-românica, e quer à *fin*a fôrça identificá-lo

«Uma das maiores ditas que se viu.» [JORGE FERREIRA. *Eufros.*, a 11, c. 5.]

«Esta cidade foi uma das que mais se corrompeu.» [SOUSA. *D. Fr. Bartol.*, l. 11, c. 4, v. I, ed. de 1890, p. 205.]

«Uma das cousas que dava o principal ser àqueles capitães do reino Decão, eram os cavalos que vinham de Arábia.» [BARROS. *Déc.* IV, vi, 8.]

«A entrada daquela cidade foi um dos illustres feitos, que té aquêl tempo se fêz naquelas partes.» [*Ib.*, 11, i, 3.]

«Prometia ser dos primeiros que ferisse nos contrários.» [DUARTE NUNES. *Crôn. de D. João I*, v. I, p. 91.]

«Uma das cousas, que derrubou a Galba do império, foi tardar algum tanto em aplacar com donativos os cabos do exército.» [M. BERNARDES. *N. Flor.*, v. II, p. 181.]

«Uma das cousas que me levanta o espírito a admirar a altura dos juízos de Deus... é ver quão largas licenças concede...» [*Ib.*, p. 328.]

«Uma das felicidades que se contava entre as do tempo presente.» [VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 275.]

«É uma das mais importantes matérias que se deve ensinar ao mundo.» [*Ib.*, v. IV, p. 266.]

«Uma das coisas que muito se admira em José.» [*Ib.*, v. VI, pág. 88.]

«Um dos autores mais modernos que se conhece.» [CAV. D'OLIVEIRA. *Cart.*, v. I, p. 101.]

«O vosso estilo é justamente um dos mais estranhos que jamais se viu» [*Ib.*, v. II, p. 468.]

Até aqui os antigos. Agora, dos modernos [entre os quais aliás já se poderia inscrever o último dos nomeados], citarei:

GARRETT. *Côr.*, v. XXIII, p. 221: «Eu sou um dos que fiz.»

SOTERO. *Postilas*, pág. VIII: «Uma das que mais se ocupou.»

C. CASTELO BRANCO. *Am. e Sentim.*, p. 101: «Na Ásia foi um dos governadores que mais impulsionou a queda do império índico.»

Nem se trata, nesses casos, de uma anomalia portuguesa. Os franceses têm a mesma construção: «C'est une des pièces de Plaute qui a eu plus de succès.» [VOLTAIRE.] «Vous êtes un des hommes qui me convient plus.» [Mme. DE SÉVIGNÉ.] E, segundo a Academia Francesa, tanto se poderá dizer: «L'astronomie est une des sciences qui font le plus d'honneur à l'esprit humain», como: «L'astronomie est une des sciences qui fait le plus d'honneur à l'esprit humain.» [AYER. *Gramm. Comparée de la Langue-Franç.*, ed. de 1885, p. 484.]

«com o *el, lo, la* espanhol.»¹ Por que nos não será lícito, logo, a nós também, pesar, neste assunto, as opiniões do sábio DIEZ?

193. — Não é para levar tão a desdém, como faz JÚLIO RIBEIRO, a circunstância de lhe ser avêso o consenso geral dos gramáticos portugueses. Custa a crer² que uma centena de homens, dados todos à especialidade, não tivessem olhos, para enxergar as tradições da língua, se estas fôsem inconciliáveis com a doutrina, que êles abraçavam. Se o de que se trata, é de observar com acêrto os fatos da linguagem, se êste é o lema das idéias do nosso tempo na matéria, nenhum in-

Na espécie do último excerto muitos são os indivíduos que exercem a ação do verbo *fait*. *Fazem honra ao espírito humano muitas ciências*, das quais a astronomia é uma; e, sem embargo, podemos construir a oração com o singular *faz*, como se *uma só* fôra a ciência, por que se quer dizer honrado o espírito humano.

Semelhantemente, dos trechos de clássicos portugueses acima transcritos, em quase todos a ação é exercida por muitas entidades, e, não obstante, o verbo está no singular. Considerando, por exemplo, no primeiro e no derradeiro, *ver-se-á* que neste vários governadores *impulsionaram* a ruína do império indiano, que naquele muitos indivíduos *contradisseram* a *el-rei*, entretanto que num se diz *impulsionou*, e *contradisse* no outro. Não é, portanto, exata a regra, formulada pelo DR. CARNEIRO [*Gram.*, p. 403], de que o verbo, em tais circunstâncias, se põe «no singular ou no plural, segundo a ação exprimida pelo verbo é feita por um só indivíduo, ou por muitos».

Essas construções, a meu sentir, o que exprimem é, sob outro aspecto, mas com iguais característicos, o fenómeno da *atração* do verbo de uma sentença pelo sujeito de outra. Repare-se, *verbi gratia*, nestes dois tópicos de AL. HERCULANO: «Fui eu o primeiro *que falei*.» [*O Monást.*, v. II, p. 29]. «Ah, sois vós, nobre herdeira dos Bravais, vós *a que não tendes* nenhum préstamo de minhas mãos! Sois vós *a que recusais* obedecer-me!» [*O Bôbo*, p. 174.] No primeiro o verbo falar, devendo concordar regularmente com um sujeito da terceira pessoa do singular, assume a primeira, obedecendo ao agente da oração principal. No segundo, fato análogo se dá, no plural, com os verbos *ter* e *recusar*.

Pois a irregularidade que aí se manifesta com o verbo da subordinada, quando se liga à principal mediante a expressão *o que*, naqueloutros casos igualmente se opera com o verbo da cláusula regida, quando se liga à regente pelas expressões *um dos que*, ou *uma das que*. E se numa hipótese não se contesta a legitimidade a essa forma, como se há de contestar na outra?

1. *Op. cit.*, p. 185.

2. *Custar a*. No douto sentir de FIGUEIREDO essa construção «está fora das leis da gramática» [*Liç.*, v. I, p. 213]; pelo que lhe chama, até, de *algaravia*. [*Id.*, v. II, p. 14.] Por quê? Porque o verbo *custar* não admite preposição após si, e pede complemento direto. Mas onde nos

vestigador, entre nós, mais familiarizado com o uso clássico, nenhum observador mais perspicaz e miúdo, nenhum analista mais inteligente e escrupuloso das coisas do nosso idioma conheço eu que SOTERO DOS REIS. Cingiu-se êle a repetir JERÔNIMO SOARES? Não. As páginas, que a êste assunto dedicou, estão cheias de observações originais e judiciosas.

Na influência dos exemplos latinos foi êle buscar a causa da «pouca regularidade, que, quanto ao emprêgo da proposição do infinito pessoal, se nota algumas vêzes nos melhores autores, que de ordinário atendiam mais à harmonia da frase e à imitação do latim que às regras gramaticais e ao fundamento lógico do dizer; pois o que pede em rigor a clareza, é o emprêgo exclusivo da proposição do infinito pessoal, quando a pro-

estribarmos, para afirmar que êste verbo não tolera complementos regidos de preposição? Claro está que no uso, base da gramática, a qual, na justa definição de WHITNEY, outra coisa não é que «a exposição dos fatos da linguagem». «Grammar does not at all make rules and laws for language; it only reports the facts of good language.» [*Essentials of English Grammar*, ed. de 1877, p. 4.] O uso ou é popular, ou literário. Do popular, quanto à locução de que se trata, nos dá testemunho aquêlê mesmo illustre filólogo, dizendo: «Chega a parecer-me que tôda a gente diz — *custa a crer*.» [*Loc. cit.*] Do uso literário firmado pelos mestres da língua temos, entre outras, estas provas:

«A estátua de mármore *custa* muito a fazer.» [VIEIRA. *Serm.*, v. V, p. 332.]

«Nada me *custa* a levá-lo.» [M. BERNARD. *N. Fl.*, v. II, p. 179]

«Versos de frandulage *custam* pouco a fazer.» [FILINTO. *Obr.*, v. II, p. 144.]

«Em português sei eu quanto me *custaram* a arremedar assim, assim.» [*Ib.*, v. VI, p. 172.]

«E em tal estado *custa*

A crer que a se vingar aspire Tróia.»

[*Ib.*, v. XI, p. 24.]

«Se versos me *custassem* a compor.» [*Ib.*, p. 215.]

«*Custa* a ouvir os homens novos nesta causa.» [GARRETT. *Obras*, v. XXIII, p. 147.]

«Já me *custa* a ouvir galrar os recrutas novos.» [*Ib.*, p. 160.]

«As lágrimas que *custavam* a reter.» [*Ib.*, p. 303.]

«*Custará* a chegar a uma decisão.» [*Ib.*, p. 332.]

«*Custa* a crer como um ente, que é da nossa espécie... *custa*, digo, a crer como tal ente...» [CASTILHO. *A Primav.*, p. 299-300.]

«*Custa* realmente a explicar esta omissão.» [CASTILHO. *Fausto*, p. xv.]

«*Custa* a ver-se-lhe o limite.» [*Ib.*, p. 317.]

«Não *custavas* a matá-la.» [*Ib.*, p. 320.]

«O remédio há-de *custar* a dar-lhe.» [CASTILHO. *Colóq.*, p. 31.]

posição infinitiva tem sujeito próprio, ou distinto do sujeito da proposição por êle modificada.» A liberdade praticada em contrário pelos bons autores os expõe a obscuridades, a anfibologias, a durezas, que o filólogo maranhense de espaço estuda e demonstra, evidenciando, com espécimens concludentes da antiga escritura vernácula, como, a êste respeito, «em geral os clássicos punham mais o fito em arredondar o período que em guardar os preceitos da boa lógica gramatical». ¹

No emprêgo da exceção concernente ao caso particular em que se legitima a proposição do infinito pessoal, «naufrogaram», continua SOTERO, «os melhores mestres da língua, prosadores e poetas, tôdas as vêzes que a proposição infinitiva, com sujeito idêntico ao da proposição por ela modificada, se acha próxima ao sujeito e ainda ao verbo dessa proposição; porque então patenteia-se em tôda a sua clareza a desnecessidade de tal emprêgo, que fica como rebuçada, quando a proposição infinitiva está um pouco distante daquele sujeito e verbo. Dêste defeito não se eximiu o próprio CAMÕES, que deve a todos os respeitos ser, entre os mais abalizados, reputado o primeiro mestre do falar português; pois disse com notável aspereza para os ouvidos da inteligência: «E folgarás de veres a polícia», em vez de «E folgarás de ver.»

«Custa-lhes a mexer-se.» [*Ib.*, p. 109.]

«Custa, ou não custa a subir?» [*Ib.*, p. 112.]

«Assim custavam mais a fazer.» [*Ib.*, p. 359.]

«Custou-me a conhecer-lhe as feições.» [A. HERCULANO. *O Monge de Cist.*, v. I, p. 21.]

«Mas tanto, custava-me a crê-lo.» [*Ib.*, p. 31.]

«A oferta não lhes custaria a realizar.» [*Ib.*, v. II, p. 105.]

«Custa muito a morrer.» [*Id.*, *O Bôbo*, p. 178.]

«Não custava muito a obter a retratação do autor.» [A. HERCULANO. *Histór. da Inquis.*, v. I, p. 51.]

«Custa-me a crer.» [C. CASTELO BRANCO. *Soropita*, p. 174.]

«Custou menos a fazer de um guarani um épico do que a introduzir idéias de ortografia nos escaninhos encefálicos dos argentários.» [*Ib.*, *Serões de S. Miguel*, I, p. 20.]

«Custava-lhe a compreender que a não castigassem.» [*Ib.*, IV, p. 93.]

«Custa-me a reconhecê-la.» [*Ib.*, *O Esqueleto*, p. 266.]

1. *Apostilas de Gram. Geral* [ed. de 1863], p. 37-42.

FRANCISCO BARATA, num livrinho precioso, já raro hoje, os *Estudos da Língua Portuguesa*¹, ia pela mesma esteira: «Famoso lusitanismo é êste de conjugar qualquer verbo por pessoas; o que outras nações não podem fazer... Se é, pois, uma beleza privativa da nossa língua, ponhamos cuidado em fazer bom uso dela: reparemos escrupulosamente nos casos, em que a devemos empregar.» «É fácilimo», observa êle, «quando a pena obedece à mão subordinada ao pensamento, não atender à parte material, à escrita, e trocar-se um por outro caso, um por outro infinito. Com esta falta de cautela explicamos nós os exemplos defeituosos dos clássicos. Cremos que, supondo os clássicos sem defeitos, tomam a nuvem por Juno os que não admitem nêles um êrro qualquer. Escreveram bem; mas também erraram. Sabido é que modernamente se têm prestado valiosos serviços à gramática e vernaculidade da nossa língua, e que êsses trabalhos têm expurgado dela muitos defeitos cometidos pelos clássicos. Julgar que êles se não podiam enganar é desconhecer a significação do vocábulo, e conceder a êsses ditos antigos mais perfeição do que a nós outros, que depois chegamos. *Clássico* é o que *melhor* e mais primorosamente escreve numa certa época; mas, como aquêle *melhor* é relativo a *pior*, forçosamente o será também a *muito melhor*: comparando-se a inferior, necessariamente se deve comparar a superior.»

Verdade é que os livros de SOTERO, de BARATA e dos gramáticos por êste apontados no seu útil opúsculo² [têm após si já três e quatro dezenas de anos, em tempos nos quais tudo envelhece rapidamente, com o progredir contínuo das luzes modernas. Mas são de ontem as duas gramáticas de LAMEIRA DE ANDRADE e PACHECO JÚNIOR, estampadas uma em 1887, outra em 1894, e nelas ambas³ se ensina que se conserva *impessoal* o infinito, quando são *idênticos os sujeitos* da oração

1. Lisboa, 1872. P. 23-4.

2. *Ib.*, p. 28.

3. P. 462 da primeira e 623 da segunda.

regente e da oração integrante. É de ontem [1894] a *Gramática Portuguesa* de AUGUSTO FREIRE, onde se assenta a mesma teoria: «A proposição circunstancial infinitiva vai para o infinito pessoal, *quando tem sujeito diverso* do da proposição por ela modificada. Exemplo: «Por serem os ventos contrários, não pôde o navio adiantar muito aquêles dias.» Conserva-se, porém, no infinito impessoal, *quando o sujeito de ambas as proposições modificada e modificante, é o mesmo*. Exemplo: «Sem estudar, não aprendes.»¹

A *Gramática Portuguesa*, enfim, de JOÃO RIBEIRO é de hoje. Catorze anos há que, na sua segunda edição, se lia esta regra: «Emprega-se o infinito pessoal, *quando tem um sujeito diferente do do outro verbo*: Admiro-me de gritares com tamanha força.»² Pois bem: os três lustros de então a esta parte decorridos não o demoveram dêste pensar. A décima edição, impressa o ano passado, reproduz literalmente³ a lição de 1888.

Também são de agora [1900 e 1901] as *Lições Práticas* de CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, que, entretanto, ali esposa declaradamente o ensino de JERÔNIMO SOARES, qualifica de «tolice» a construção «Eles não tinham força para responderem», e firma o preceito de se usar o infinito impessoal, «quando o sujeito da oração regente é o mesmo que o da oração regida.»⁴

FIGUEIREDO, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO FREIRE, LAMEIRA DE ANDRADE e PACHECO JÚNIOR, escrevendo, com erudição notória e notável, entre 1887 e 1901, não podiam ignorar os trabalhos de FRIEDRICH DIEZ cuja *Grammatik der Romanischen Sprachen* apareceu, em três volumes sucessivos, de 1836 a 1844, estampando-se-lhe a versão francesa, por onde se conhece entre nós, também em três tomos, de 1874 a 1876.

1. P. 357.

2. Rio de Janeiro, 1888, p. 249.

3. P. 166.

4. *Liç. Prát. da Líng. Port.*, v. I, p. 91, 170-73, 204; v. II, p. 304; v. III p. 109, 140.

Contando, pois, cêrca de sessenta anos o livro original e bons vinte e sete a tradução, devia ser familiar aos filólogos brasileiros, que muito mais tarde escreveram, e alguns dos quais cultivam a literatura alemã. Depois JÚLIO RIBEIRO dera o rebate da teoria germânica desde 1881, na primeira edição da sua *Gramática Portuguesa*.

194. — Se a pedra de escândalo, nesta syntaxe, consiste em ir de encontro a exemplos clássicos, dessa increpação não se livra o regimento gramatical promulgado por DIEZ e JÚLIO RIBEIRO. Uma de suas regras prescreve o *impessoal*, «quando o verbo do infinito não pode eximir-se da dependência em que está para com o verbo principal»; o que, prossegue o nosso gramático¹, «acontece especialmente com os verbos que exprimem virtualidades, volições de espírito, tais como *poder, saber, desejar, intentar, pretender, querer*.» Ora os clássicos não raro usaram, nesses casos, o infinitivo *pessoal*.

Provas:

«Contentaram-se com acharem algumas jarras de mantimento.» [SOUSA. *Anais*, p. 79.]

«Assentaram correrem ambos a Argila.»
[*Ib.*, p. 185.]

«Aceitaram conformemente começarem.»
[SOUSA. *Vida do Arceb.*, l. III, c. 2.]

«Os quais assentaram de matarem Abdear Ramão.»
[GÓIS. *D. Emanuel*, p. II, c. 17, f. 106 v.]

«Que não sòmente ousados se contentam.
De sofrerem da terra firme os danos.»
[CAMÕES. *Lus.*, X, 91.]

«Os que têm algũa índole, e se prezam de serem verdadeiros filhos de seus pais.» [AMADOR ARRAIS. *Diálog.*, c. 15, p. 42.]

«O pouco gôsto que tinham de se acharem nesta santa junta.» [SOUSA. *Vida do Arc.*, l. II, c. 5.]

«Julgam obra pia fazerem de mentiras religião.»
[A. HERCULANO. *Solemnia Verba*, carta 1.^a, p. 18].

1. JÚLIO RIBEIRO, *op. cit.*, p. 277.

Contentar-se [querer], *assentar* [resolver], *aceitar* [querer], *ter gôsto* [desejar], *julgar* [saber, pretender] são verbos correspondentes aos indicados exemplificativamente na enumeração de JÚLIO RIBEIRO, e exprimem, todos êles, «*volições e virtualidades morais*». Não obstante, contra a regra dêsse autor, aquêles clássicos empregaram, nas orações regidas por êsses verbos, o infinitivo pessoal.

Se todos os *atos da linguagem* são indiscutíveis, se todos os usos clássicos são absolutos e soberanos, como, contra êsses e inúmeros outros exemplos de alto classicismo, nos formula DIEZ, para aquêles casos, a regra do infinito *impessoal*?

195. — Não é tudo. Ainda a outros respeitos não trepida o filólogo alemão, na teoria do infinito pessoal e impessoal, em contrariar com as suas fórmulas a prática dos antigos modelos portugueses.

O tópico, onde o autor alemão autoriza, com o cânon depois adotado por JÚLIO RIBEIRO, o uso do infinito pessoal, tenha êle sujeito próprio, ou não, reza assim, na trasladação francesa:

«Il est indifférent que cet infinitif ait son sujet propre ou non. Exemples où le sujet n'appartient qu'à l'infinitif: *tempo é de partires* [c. à d. *tempo é que tu partas, tempus est hinc te abire*]; *Deus te desembarace o juízo para te remediares* [para que te remedies]; *basta sermos dominantes* [que somos d.]; *não me espanto falardes tão ousadamente* [de que falais]; *viu nascerem duas fontes* [que nasciam]. Exemples où le sujet est commun aux deux verbes: *não hás vergonha de ganhares tua vida tão torpemente* [de que ganhas]; *todos são alegres por terem paz* [porque têm]; *êste não podeis achar sem me matardes* [sem que me matais].»¹

1. FRED. DIEZ. *Gramm. des lang. romaines*, 3.^a ed. Vol. III, Trad. FATIO et GASTON PARIS. P. 202. Convém transcrevê-lo porque JÚLIO RIBEIRO o não fêz.

Quatro linhas, porém, adiante observa DIEZ:

«Si l'infinitif dépend d'auxiliaires de mode, il ne se conjugue pas: *pudeste ouvir, sabes dar, queres crer.*»¹

O preceito é, a meu parecer, verdadeiro; porque o bom senso e o ouvido não tolerariam hoje um *pudeste ouvires*, um *sabes dares*, um *queres creres*. Mas a tradição antiga lhe opõe embargos; porque não faltam, entre os velhos mestres, solenes exemplos do infinito conjugado nesses casos.

BARROS redigiu:

«Em tôdas aquelas partes orientais *costumavam* os pais e mães *venderem* os filhos.» [*Déc.* III, VI, 2, pág. 17.]

E noutro lugar:

«*Tentaram difamarem* de mim, para indignarem V. Alteza.» [Ap. dr. CARNEIRO. *Gramát.*, p. 286.]

BERNARDIM RIBEIRO:

«Não *soem* elas *fazerem-se* de balde.» [*Menina e Moça*, p. 35.]

AZURARA:

«Não *podem serem* em um acôrdo.» [*D. João I*, c. 5.]

Ainda no século XIX, escrevia FILINTO ELÍSIO:

«*Vinham vivos sentarem-se.*» [*Obr.*, v. I. p. 90.]

1. *Ib.*, p. 203.

Em nenhum desses exemplos a cláusula do infinito pode eximir-se à subordinação para com o verbo principal mediante o processo indicado por DIEZ, convertendo-se numa cláusula do indicativo, ou do subjuntivo, como se poderia nestoutros: «*pensam haverem*» [*Leal Cons.*, p. 89]; «*mostram serem*» [*Ib.*, 193]; «*pensam serem*» [*Ib.*, 216]; «*pensemos sermos*» [*Ib.*, 299]; «*determinam non quererem*» [*Liv. da Ensinança*, p. 609]; «*não sofrem serem*». [FERREIRA. *Obr.*, v. II, p. 52]. Em *costumavam venderem*, *tentaram difamarem*, e *soem fazerem-se*, os indicativos *soem*, *tentaram*, *costumavam* são, portanto, *auxiliares de modo*, na fraseologia consagrada por DIEZ; e sem embargo, os infinitos que eles regem assumiram, contra o cânon do filólogo alemão, a forma *pessoal*.

Logo, de duas uma:

Ou é verdadeiro o critério, em que DIEZ assenta a sua primeira lei, o seu princípio geral sobre a conjugação do infinito português; e, nesse caso, falsa é a segunda regra, concernente a *êle*, quando regido por *auxiliares de modo*.

Ou, se esta regra se sustenta, bem que contrariada por aquêlê critério, isto é, bem que note de êrro a padrões clássicos da mais eminente origem, então vacila pelos seus fundamentos o princípio geral do filólogo alemão, abraçado por JÚLIO RIBEIRO.

O direito de que usa DIEZ, rejeitando, para firmar a última regra, exemplos dos melhores mestres, por que o não teria a crítica, alumiada pela razão, para contestar os outros, a que ela arrima a segunda?

Já se vê que a escola do grande sábio alemão não está, neste particular, de acôrdo consigo mesma: porquanto ora dogmatiza o uso antigo, para admitir o infinito pessoal, ora, para o condenar, não hesita em ferir o uso antigo.

196. — E seria só dessa vez que o insigne filólogo de Bonn ousasse expor à arguição de *êrro gramatical* o escrever dos antigos mestres? Caso houve, até, em que expressamente lha irrogou. Costumavam, por exemplo, os escritores do século dezesseis empregar muitas vêzes, em lugar do futuro, o imperfeito do condicional:

«Se as armas queres ver, como *tens dito*,
Cumprido êste desejo *te seria*.»

[CAMÕES. *Lus.* I, 66].

Pois a êsses desvios das boas normas sintáxicas não hesita DIEZ em chamar «*solecismo*», ainda que está subscrito por CAMÕES.

Nem foram sòmente JERÔNIMO SOARES e DIEZ quem ousou averbar de senões ao vate dos *Lusíadas*. Não menos que dois modernos clássicos se abalançaram, sem receio, a êsse atrevimento.

«Não são os *Lusíadas*», aventura LATINO COELHO, «um poema perfeito na traça e no debuxo, no agrupamento das figuras e na propriedade e vigor do colorido, na correção da métrica e na *exação* e primor da linguagem.»¹

CASTILHO, ainda mais positivamente: «A gramática mesma, êste senso comum da linguagem, a gramática mesma (sem custo se demonstraria, se necessário fôsse) é *freqüentes vêzes ofendida* nos *Lusíadas*, por mais que lhe queiramos acudir com o valhacouto das figuras e das nímio elásticas licenças poéticas.»²

197. — Mas ninguém notou ainda aos nossos antigos autores maior número de faltas que o dr. CARNEIRO na sua *Gramática Filosófica* e nos seus *Serões Gramaticais*.

1. *Elogios Acadêm.*, v. I, p. 97-8.

2. *Conversação Preambular* ao D. Jaime. Ed. de 1868, pág. cxi.

É êle quem argúi de êrro a Fr. LUÍS DE SOUSA, o maior dos nossos clássicos, na estimativa de A. HERCULANO, por usar com terminação feminina a expressão *muita* na segunda parte dêste exemplo: «Deram-lhe muita [honra] os que sem paixão falaram e *muita* mais os que sabiam de perto qual era sua vida.» [*Gramática Filos.*, p. 349.]

É êle quem, contra outro exemplo, registado por êle mesmo, dêsse grande escritor, «Não eram bem despedidos de *um e outro arcebispos*», estatui a regra de que, com a expressão *um e outro* ficará sempre no singular o substantivo correlato. [*Ib.*, p. 390.]

É êle, ainda, quem, rejeitando expressamente espécimens vernáculos de FERNÃO LOPES e JOÃO DE BARROS, adota o cânon de que, nas orações em que o pronome *nós* fizer as vêzes de *eu*, não se pode manter no singular o adjetivo correspondente ao sujeito: «Antes sejamos *breve* que *prolixo*.» [*Ib.*, p. 392.]

Ainda é êle quem tacha de *êrro muito vulgar* a troca do advérbio *onde* em *donde*, confessando aliás que *dessa incorreção alguns dos nossos clássicos* [*alguns, não; quase todos*] nomeadamente LUCENA se não isentaram. [*Ib.*, p. 352.]

É êle, sempre êle, quem reprova como indignos de imitação os exemplos dados por alguns escritores de primeira nota, como D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, quanto ao uso do verbo *haver* sob esta forma: *Houveram filósofos*. [*Serões*, p. 273.]¹

Dêle é, enfim, o reparo, explicitamente em desabono de clássicos antigos e modernos, como BARROS, CAMÕES e HER-

1. Entre os incursos nesta syntaxe vitanda está LUÍS DE CAMÕES:

«Hajam festas de prazer,

.....
Hajam cantos para ouvir.»

[*Auto de El-rei Seleuco. Obras Compl.*,
ed. crít. do Pôrto, v. VI, p. 204.]

A essa forma gramatical averba SOTERO, com a opinião hoje corrente, de *êrro grosseiro*. [*Apostilas*, p. 52.] Do voto geral presentemente só discrepa RIBEIRO DE VASCONCELOS, que, na sua *Gramática*, p. 254, adota como legitimo português êsse falar.

CULANO, contra a acumulação sucessiva de conjunções como estas: *mas e contudo, mas e porém, e e todavia*. [Gram. Fil., p. 339.]

O mais aqui de notar, porém, nesse catálogo, nem sempre justo, de erros clássicos, esboçado nas obras gramaticais do professor CARNEIRO, é ser êle quem nos declara [Gram., p. 286] «*não para imitar*» os exemplos do infinito pessoal cuja vernaculidade presentemente reivindica. Ei-los, tais quais nesse livro se exaram:

«*Deleites que servem de escurecerem a razão.*» [LUCENA.]

«*Foram forçados a lançar ferro e estarem sobre êle vinte dias.*» [LUCENA.]

«*Tentaram difamarem de mim para indignarem a V. Alteza.*» [JOÃO DE BARROS.]

«*Resistiram a submeterem-se.*» [L. SORIANO.]

«*Viram-se constrangidos a buscarem refúgio nas montanhas.*» [A. HERCULANO.]

«*Pareciam, com as visagens truanescas que nas faces mortas lhes imprimira o escultor, escarnecerem da cólera popular.*» [A. HERCULANO.]

«*Bastam os frios de Coimbra, para satisfazerem a vontade de meus amigos.*» [VIEIRA.]

«*Ó Netuno, lhe disse, não te espantes De Baco nos teus reinos receberes.*» [CAMÕES.]

«*E folgarás de veres a polícia.*» [CAMÕES.]

Ora pois: é justamente essa espécie de syntaxe que eu refugo no art. 673 do projeto: «*Não constituem para gozarem*». Não será isto o mesmo que *bastam para satisfazerem, não te espantes de receberes e folgarás de veres*? Tôdas essas orações, aferidas segundo a norma estabelecida por DIEZ, são irrepreensíveis; visto que tôdas são conversíveis em sentenças do indicativo, ou do subjuntivo, destarte: *bastam, para que satisfaçam; não te espantes de que recebas; folgarás de que vejas*. Mas agora o dr. CARNEIRO, que, na sua Gramática [p. 286], nos ensinava: «*Êstes exemplos*» [formais palavras suas] «*não são para imitar*», me redargúi: «*Tão legítima é a syntaxe que a emenda propõe, quanto a que está no projeto.*» Com exemplos

iguais, figurando, até, no seu alardo atual um dos que avultaram naquele [o exemplo de VIEIRA], ensina hoje o que então repreendia, repreendendo o que então ensinava.

Por que não queimou, ou abjurou o mestre as suas gramáticas, antes de se lançar a êste debate?

Mas, paciência; e vamos até ao fim.

198. — Outros elementos me proporcionariam, ainda, êsses dois livros do professor CARNEIRO, com que mostrar como êle, para estabelecer as suas leis gramaticais, nunca se embaraçou com exemplos adversos dos melhores escritores, e bem assim que, a despeito dêsses exemplos, se têm constituído regras, hoje em pleno vigor no idioma.

Com a expressão *cada* usaram clássicos, entre os quais VIEIRA, do verbo no plural: «Aonde *cada* reino, *cada* cidade e *cada* casa continuamente mudam a cena.» Citando, contudo, êle próprio, êsse exemplo, firma o dr. CARNEIRO o ditame de que, em tais casos, o verbo é obrigado ao singular. [Serões, p. 261.]

O emprêgo promíscuo das duas formas pronominais *eu* e *nós* no mesmo período, ou na mesma frase, indicando uma só pessoa, declara o dr. Carneiro que «*se não deve imitar*». Mas imitar de quem? Justamente de clássicos, e clássicos do tope de SOUSA e HERCULANO, que êle mesmo nomeia, e refuga. [Serões, p. 291.]

Sabe de ciência certa o dr. CARNEIRO que «com as locuções *ainda que*, *pôsto que* se acha também pelos clássicos empregado o *indicativo* na oração subordinada». [Serões, p. 273.] Não obstante formula peremptoriamente a regra, arbitrária e injustificável ante o uso vernáculo antigo e moderno, de que as conjunções *pôsto que* e *ainda que* levam o verbo, na oração subordinada, ao *subjuntivo*.¹ [Ib., p. 272].

1. «*Inda que a faz maior, a faz sofrível.*»

[CAMÕES. *Obr. Compl.*, v. III, p. 84. Eleg. XXI.]

«Mas *inda que* isto é assi.»

[Ib., v. VI, p. 47.]

Professa que «o adjetivo *meio*, quando modifica outro adjetivo, se considera advérbio, e como tal é invariável [Serões,

«*Ainda que me parece que este o não fez.*»

[*Ib.*, p. 176.]

«*Ainda que tenho medo*
Que lhe seja por demais.»

[*Ib.*, p. 198.]

«*Que pôsto que Deus aceita*
Um coração humilhado.»

[*Ib.*, v. V, p. 188.]

«*Pôsto que em si é mortal.*»

[*Ib.*, p. 204.]

«*Bem qu'eu verei mudar a opinião.*»

[*Ib.*, v. IV, p. 41.]

«*Pôsto que dá princípio ao claro dia,*
Pôsto que as roxas flores imitava.»

[*Ib.*, v. I, p. 66.]

«*Mas conquanto não pode haver desgosto.*»

[*Ib.*, p. 13.]

«*Assim que, conquanto canso,*
Já não posso achar atalho.»

[*Ib.*, v. VI, p. 197.]

Em todos êsses exemplos, a vigorar a regra do professor CARNEIRO, errou CAMÕES, errando, com êle, todos os clássicos, porquanto não há um só que não usasse das expressões *pôsto que*, *ainda que*, *bem que*, *conquanto*, *por mais que*, *dado que*, e outras semelhantes, com o verbo no indicativo.

Assim :

Em D. DUARTE : *pôsto que senti* [*Leal Cons.*, p. 227]; *ainda que devemos* [p. 132]; *ainda que nasce* [p. 370]; *ainda que mostra* [p. 407.]

Em DUARTE NUNES [*Crônicas de D. João I, D. Duarte e D. Af.*]: *pôsto que lhe requereu* [v. I, p. 15]; *pôsto que não tinha* [p. 53]; *pôsto que viam* [p. 471]; *pôsto que lhe parecia* [v. II, p. 33]; *pôsto que era* [p. 91]; *pôsto que assinou* [p. 93]; *pôsto que não desistiu* [p. 135]; *pôsto que nela viu* [p. 189]; *pôsto que êle tinha* [p. 192]; *pôsto que tinha* [p. 390, 420, 432, 283]; *pôsto que fez* [p. 422].

Em FERREIRA : *inda que tens* [*Obr.* v. II, p. 75]; *inda que o grande amor nunca se força* [p. 266]; *por mais que calam.* [p. 149].

«*Inda que injustamente assi me busca,*

Inda que êstes meus dias assi corta.» [P. 266.]

Em Fr. TOMÉ DE JESUS : *ainda que é* [*Trab. de Jes.*, p. 9, 26, 49]; *ainda que são* [p. 16]; *ainda que o obrigavam* [p. 25]; *ainda que compara* [*ib.*]; *ainda que o mostrou* [p. 28]; *ainda que se comunica* [*ib.*]; *ainda que tomava* [p. 29]; *pôsto que chegou* [p. 33]; *ainda que está* [p. 37]; *ainda que não sabia* [p. 39]; *ainda que era* [p. 43, 48.]

Em JACINTO FREIRE : *ainda que o ameaçava* [*D. João de Castro*, l. I, n.º 24]; *ainda que o amava* [n.º 26]; *ainda que havia* [n.º 32]; *se bem foram* [n.º 47]; *se bem devemos* [n.º 71]; *ainda que os estimulava* [l. II, n.º 2]; *dado que recebem* [n.º 7]; *ainda que estava* [n.º 30]; *se bem se reparavam* [n.º 37]; *ainda que repetia* [n.º 66]; *ainda que chegou* [n.º 87]; *ainda que tinha* [n.º 92]; *ainda que achou* [n.º 101].

p. 256]¹, inteirado, entretanto [*Ib.*, p. 257], de que os melhores escritores redigiram muitas vêzes assim: «Meios mortos de medo.» [LUCENA] «Meios alagados.» [*Id.*] «Meios enterrados.» [*Id.*] «Meios comidos.» [*Id.*] «Edifícios meios cobertos de areia.» [BARROS.] «Carnes meias devoradas.» [A. HERCULANO.] «Habitações meias enterradas.» [R. DA SILVA.] «Espada meia desembainhada.» [CAMÕES.] É êle próprio quem os cita.²

199. — Locuções, maneiras de escrever que hoje se têm a mal, e passariam, até, por erros chapados, tiveram sua época entre os melhores exemplares do nosso idioma.

Na *Menina e Moça* abundam expressões como estas: «Não passou muito, *que* por aquêlê lugar *não veio*.» [P. 123.] «E não tardou nada, *que* uns pastôres... *vieram* ali ter.» [P. 128.] «Teve aquela noite maneira *como*... *arribou* à

Em VIEIRA: *ainda que* foi [Serm., v. V, p. 63]; *pôsto que* a vemos [p. 64]; *ainda que* não foi [p. 170]; *pôsto que* ensina [p. 173]; *ainda que* tinha [p. 177]; *ainda que* é [p. 178, 325]; *ainda que* era [p. 199]; *ainda que* pronuncia [p. 216]; *ainda que* excede [p. 225]; *pôsto que* basta [v. VI, 235]; *ainda que* enchemos [p. 254]; *pôsto que* é [p. 259]; *suposto que* tens [p. 278]; *suposto que* são [ibid.]; *ainda que* são [p. 291]; *ainda que* não pode [p. 293]; *ainda que* soube [p. 326]; *ainda que* teve [p. 327]; *ainda que* foi [p. 332, 333]; *ainda que* é [p. 359]; *ainda que* não faz [p. 361]; *pôsto que* vês [p. 362]; *ainda que* contraía [p. 376].

No Padre MANUEL BERNARDES: *ainda que* se reduz [Nova Fl., v. II, p. 37]; *ainda que* estava [p. 51]; *ainda que* não induzem [p. 88]; *se bem* não foi [p. 195]; *se bem* outros dizem [p. 211]; *se bem* diz [p. 216]; *suposto* parecem [p. 292]; *suposto* não podia [p. 304]; *ainda que* deixa [v. IV, p. 74]; *suposto que* usavam [p. 91]; *se bem* não é [p. 114]; *ainda que* não sei [p. 150]; *ainda que* me ofendestes [p. 159]; «*se bem* Lutero não reprova» [p. 216]; *ainda que* são [p. 304]; *suposto que* logram [p. 306]; *suposto que* os calou [p. 343]; *suposto que* alterou [p. 374]; *ainda que* chegam [p. 378]; «*não obstante que* os hóspedes vinham». [V. II, p. 34.]

Poderia multiplicar a milhares êstes exemplos. Assim escreveram sempre os clássicos, preferindo, nesses casos, as formas do indicativo às do subjuntivo. Pois bem: tudo isso, ante a regra categórica do professor CARNEIRO, adorada também por JÚLIO RIBEIRO [Gramát., p. 274], são erronias gramaticais, redondos solecismos.

Entretanto, é por se escandalizarem com a hipótese de que a linguagem dêsses mestres fôsse capaz de êrro, que JÚLIO RIBEIRO e, agora, com êle, o Dr. CARNEIRO abraçam a opinião de DIEZ quanto à syntaxe do infinito pessoal.

1. No mesmo sentido, C. DE FIGUEIREDO, *op. cit.*, v. I, p. 38.

2. Também ALEX. HERCULANO escreveu:

«Coberto de uma pouca de palha *meia* podre.» [O Bôbo, p. 256.]

«Uma usança *meia* pagã *meia* religiosa.» [*Ib.*, p. 313.]

fresta.» [P. 177.] É o perfeito do indicativo representando o imperfeito do conjuntivo. Quem se afoitaria hoje a imitar BERNARDIM RIBEIRO nesta substituição?

Entre os antigos o gerúndio era precedido às vezes de *em*, às vezes de *sem*: «O sentir demanda cousas ligeiras de passar com prazer, com tôda deleitação da vontade, *sem reguardando* ser bem feito.» [D. DUARTE. *Leal Conselheiro*, p. 142-3.] Dêste uso a cada passo encontramos vestígios em FERNÃO LOPES, em BERNARDIM, em DAMIÃO DE GÓIS e muitos outros. Não incorreria, contudo, em êrro quem, de presente, escrevera *sem querendo, sem amando, sem sentindo*, em vez de *sem sentir, sem amar, sem querer*?

Não há clássico, dos anteriores ao século passado, onde não se depare amiúde esta forma: «Quebrar as tréguas que tinha *feitas*. Contra os pactos que tinham *feitos*.» [D. NUNES. *Crôn.*, v. I, p. 362.] «Tirando os cabelos, que já tinha *dados*.» [*Ib.*, p. 365.] «A jurisdição que naquelas partes tinha *perdida*.» [BARROS. *Déc.* I, l. 1, c. I, v. I, p. 11.] «D. Jorge leva a capitania de Maluco, por lha ter *dada* o governador.» [COUTO. *Déc.* IV, l. 1, c. 6, p. 41.] «Outras muitas que *tinha ouvidas*.» [BERNARDIM, *Men.*, c. 14, p. 120.] «Tanto que os padres...

E R. DA SILVA :

«A influência *meia* eclipsada.» [*Fastos da Igreja*, v. I, ed. de 1870, p. 84.]

Outros exemplos ainda :

«Caem *meios mortos*.» [CAMÕES. *Lus.*, III, 60.]

«Outros *meios mortos*.» [*Ib.*, 113.]

«*Meios* fiéis e *meios* gentios.» [VIEIRA. *Serm.*, v. II, p. 126.]

«*Meias calvas*.» [A. HERCULANO. *Opúsc.*, v. I, p. 139.]

«A carne dos cavalos *meia crua*.» [D. NUNES. *Crôn.*, v. II, p. 55.]

«Os outros corpos estão *meios podres*.» [BERNARDES. *N. Flor.*, v. II, p. 95.]

«*Meia quebrada*, oh cruz.» [A. HERCULANO. *Poes.*, p. 126.]

«Deixando a porta *meia aberta*.» [CASTILHO. *Camões*, p. 155.]

Esta sintaxe praticaram os primeiros clássicos portugueses. E dêsse *fato da linguagem* não faz conta o professor CARNEIRO, cuja regra *adverbializa* necessariamente o adjetivo *meio*, quando anteposto a outros adjetivos.

os tivessem acabados.» [SOUSA. *V. do Arceb.*, l. II, c. 13.] «E do Jordão a areia *tinha vista.*» [CAM. *Lus.*, III, 27.] «Votos que em adversidades e doenças TINHA FEITOS para remissão de quantas culpas *tinham cometidas.*» [FERNÃO MENDES PINTO. *Peregrinação*, v. II, p. 347. Ed. de 1829.] Hoje erraria quem, reproduzindo êsses modelos, fizesse concordar com o objeto do verbo o particípio passado ou aoristo, empregado como elemento de formação do tempo composto.

Usou-se, entre autores antigos, empregar depois do *que*, ou do *como*, na formação dos comparativos, o pronome pessoal com a flexão dos casos oblíquos: «As cousas mais *fortes que ti* non buscaras.» [D. DUARTE. *Leal Cons.*, p. 63.] «Por que sois *maior que mim?*» [CAMÕES. *Obr.*, v. V., p. 129.] «Mais temida e prezada *que ti.*» [AZURARA. *Crôn.*, dEl-rei D. João I, c. 1.] «Para o que elas prestariam, se fôsem *como ti?*» [FERREIRA. *Com. de Bristo*, a. II, c. 4.] «Quem tinha mais experiência do mundo *que ti?*» [*Id.*, a. III, c. 1.] Não poderá êle mais *que ti.*» [*Id.*, a. IV, c. 1.] De presente, bem que dêsse remoto falar ainda se rastreiem vestígios na linguagem do povo português, sob a forma: «Tem mais dinheiro *ca mim*», «Sou mais velho *ca ti*»¹, não evitaria a nota de solecismo o escritor, que usasse destas frases: «*Tão bom como ti*», «*Melhor que mim.*»²

Aos verbos *proibir*, *defender* [no mesmo sentido] e *impedir* juntaram os clássicos muitas vêzes a negativa, nesta forma: «*Proibiu-lhes que não tivessem oiro.*» [VIEIRA. *Serm.*, v. V, p. 248]. «Pois se a fazenda comprada vos *impede* que não vades ao céu.» [*Id.*, v. III, p. 190.] «Deixando-se estar nos batéis para *defender* que não apagassem os imigos o fogo das naus.» [GÓIS. *Crôn. dEl-Rei D. Emanuel*, p. II, c. IV, f. 91 v.] Atualmente essa redação imprimiria à linguagem sentido precisamente contrário ao que então exprimia.

1. VASCONCELOS. *Gram. Histór. da Líng. Portug.* [VI e VII classes], p. 210.

2. *Presente mim*, disse AZURARA, *Crôn. de El-rei D. João I*, c. 37: «Que vós façais vossos filhos cavaleiros, *presente mi.*»

No escrever clássico nem sempre se discernem, consoante aos significados especiais de cada um, os advérbios *onde*, *aonde* e *donde*. Escreve-se muita vez *donde*, por *onde*: «Como nosso natural é entre as mais nações conhecido por amoroso, e nossas dilatadas viagens ocasionam as maiores ausências, daí vem que *donde* se acha muito amor, e ausência larga, as saudades sejam mais certas.» [D. FRANCISCO MANUEL. *Epanáforas de Vária História Portug.*, p. 286.] «E os anexiristas *donde* dirão que está o ponto?» [*Id.*, *Feira de Anexins*, p. 183] «A perguntar-lhe *de donde* o sabia.» [BERNARDIM RIBEIRO. *Men.*, c. 15, p. 126.] «Em uma casa palhoça, detrás de outras, *donde* êle estava.» [*Id.*, c. 27, p. 199.] «Sôbre a cabeceira *donde* pobremente estava encostado.» [*Id.*, p. 200.] «Lembrou-se logo do lugar *donde* ela estivera assentada.» [*Id.*, c. 28, p. 209.] «A bolsa *donde* as levava metidas estava fechada.» [VIEIRA. *Inédit.*, v. II, p. 158.] *De donde* forçosamente se seguiria a total ruína de seus estados.» [*Ib.*, v. I, p. 206.]

Algumas vezes *donde* faz de *aonde*, ou *para onde*: «Não tenho *donde* fugir.» [*Id.*, c. 18, p. 150.] «Já inclinada para aquela parte *donde* o espôso ia.» [*Id.*, c. 30, p. 219.] Mais freqüentemente, porém, a troca é de *aonde* por *onde*, ou de *onde* por *aonde*: «Dali se foi logo *onde* estava o arcebispo.» [SOUSA. *Vida do Arc.*, l. II, c. 20.] «A saída das Lombas, *aonde* se deteve grande espaço.» [SOUSA. *An.*, p. 187.] «E vós *aonde* a vistes?» [JORGE FERREIRA. *Eufrós.*, a. I, c. 1.] «Deus meu, *onde* me mandais?» [VIEIRA. *Serm.*, v. II, p. 253.] «A poucos passos haviam de achar o Messias. E *aonde*?» [*Id.*, v. V, p. 119.] «Que te vi já, não me lembra *aonde*.» [FERREIRA. *Obr.*, v. II, p. 386.] «Que *aonde* a gente põe sua esperança.» [CAM. *Lus.* I, 105.]¹ Mas atualmente, apesar de

1. SOUSA. *Anais de D. João III*, p. 38, 281, 333. BRITO. *Monarquia Lusitana*, v. I, p. 7. D. FRANCISCO MANUEL. *Feira de Anex.*, p. 109, 116. VIEIRA. *Serm.*, v. IX, p. 82; *Obr. Inéditas*, v. II, p. 106, 107, 130, 154, 157, 168, 180. FERREIRA. *Obras*, v. II, p. 466, 481. BARROS. *Déc.* I, v. I, p. 31. CAMÕES. *Lus.*, II, 59, VIII, 94, IX, 3.

alguns exemplos, bem raros, em clássicos do século dezenove, como GARRETT, CASTILHO e LATINO COELHO¹, não escreveria correto quem não discriminasse nitidamente, no uso dêsse advérbio, o lugar *donde*, o lugar *onde*, o lugar *aonde* ou *para onde*² como AL. HERCULANO os discriminou neste passo: «Lá no céu, *aonde* ela subiu, e *onde* nosso pai acolheu no seio a sua infeliz filha.» [*Monásticon*, v. III, p. 206.]

Na tradição clássica o pronome *quem* aludia assim a coisas como a pessoas: «Um tiro de fogo, contra *quem* não valem fôrças, nem esforço.» [SOUSA. *Anais*, p. 90.] «Não posso cuidar *quem* seja essa cousa.» [JORGE FERR. *Eufros.*, a. II, c. 19]. «Este galeão deu à vela meado março, e foi seguindo sua viagem, a *quem* tornaremos.» [COUTO. *Déc.* IV, c. 6, v. I, p. 37.] «Esta Braga, por *quem* este servo de Deus fêz extremos.» [SOUSA. *V. do Arc.*, l. II, c. 1.] «Reino e coroa, por *quem* tantos anos tão valorosamente batalhou.» [*Ib.*, l. V, c. 1]. «Aquêles poderosíssimos *vasos* de primeira navegação do Oriente, a *quem* os estrangeiros... chamaram carracas.» [VIEIRA. *Serm.*, v. II, p. 254.]. «A soberba Europa, a *quem* rodeia... o Oceano.» [CAM. *Lus.*, III, 6.] FILINTO ELÍSIO ainda escreveu de modo semelhante, servindo-se do relativo *quem* alusivamente a *empórios* e *navios*. Mas hoje, a não ser que as coisas, por certa liberdade retórica, recebam do escritor uma personificação³, erraria quem, referindo-se a elas, usasse dêsse pronome.

1. GARRETT. *Obr.*, v. XXII, p. 86, 212, 389. CASTILHO. *Colôq.*, p. 61, 113. *Amor e Melancol.*, p. 307. LATINO COELHO. *Humboldt*, p. 265.

2. C. DE FIGUEIREDO. *Lições Prát.*, v. I, p. 113; v. III, p. 111, 116, 129.

3. Como nestas passagens de CASTILHO:

«E, em nau mudado, o pinheiro
Foi *quem* ensinou primeiro
Por sôbre atônitas ondas
Funesto caminho abrir.»

[*Amôres*, v. II, p. 59.]

«O dinheiro é *quem* vivifica a agricultura.» [*Colóquios*, p. 196.]

Semelhantemente na *Arte de Amar*, v. I, p. 104, e nas *Geórgicas*, p. 81.

De maneira análoga A. HERCULANO. *Eurico*, p. 214; *O Bôbo*, p. 46, 137; *O Monge de Cister*, p. 357.

No escrever de outrora o conjuntivo *quem* podia levar ao plural o verbo, que regia, se representava um nome no plural, claro, ou oculto: «O aposentador da rainha, com outros del-rei de Castela, repartiam bairro a cada um, segundo *quem eram*.» [FERNÃO LOPES. *D. João I*, p. I, c. 67.] Em nossos dias porém, certo que não escaparia à censura dos gramáticos êsse frasear.¹

Como vários outros bons autores de outra era escrevia aquê, a quem A. HERCULANO chamou «o pai da história portuguesa», e classificou entre os maiores poetas a par de HOMERO: «Viu... como todos andavam alevantados, que se poderia seguir *mais pior*.» [FERNÃO LOPES. *D. João I*, p. I, c. 26.] Hoje seria êrro ignóbil cumular, a êsse jeito, as duas expressões comparativas.²

Os nossos clássicos usavam indiscriminadamente *lhe* ou *lhes* em relação aos nomes no plural: «É bem que, vindo tais *embaixadores* a vós, que *lhe* façais muita honra.» [FERN. LOPES. *D. João I*, p. I, c. 57.] «Muito mais o *serão* depois, vendo que *lhe* houvestes mêdo.» [*Id.*, p. II, c. 36.] «Se o rei houvesse mister das suas *gentes*, que el-rei *lhe* desse licença e bom jeito de ficarem.» [*Id.*, c. 93].

1. C. DE FIGUEIREDO. *Lic. Prát.*, v. I, p. 263-64.

2. Entre as formas clássicas há muito envelhecidas e extintas, uma houve, que, não sei porquê, passou despercebida até hoje aos estudiosos e aos cientes. Costumam todos os filólogos designar por brasileirismo [e eu em tal conta sempre o tive, até não há muito] o uso do pronome pessoal *êle, ela,êles,elas*, como objeto do verbo: «*Eu vi êle, Eu deixei êle*.» Dessa prática, entretanto, bastantes casos se me deparam nos clássicos mais antigos. Ex.:

«E el-rei, sabendo isto, houve mui grande pesar, e deitou-o logo fora de sua mercê, e *degradou ÊLE* e os filhos a dez léguas de onde quer que *êle* fôsse.» [FERN. LOPES. *D. Pedro I*, c. 4.]

«Deu os bens dalguns àqueles que *lhos* pediam, os quais se houveram por mui agravados, dizendo que *culpava ÊLES*, porque se davam tão asinha, não se podendo mais defender, aos inimigos.» [FERN. LOPES. *D. Fernando*, c. 36.]

«El-rei mandou-o logo prender, e *levaram ÊLE* e Mateus Fernandes a Sevilha.» [*Ib.*, c. 46.]

«Rogando-lhe» [el-rei], «por suas cartas ao cardeal, que *absolvesse ÊLE* e seu reino dalgum caso d'excomunhão ou interdito.» [*Ib.*, c. 84.]

Extrema é a freqüência nos exemplos dessa confusão. Por isso me limitarei a indicar, de amostra, alguns dos lugares, onde se deparará êsse uso a quem se der ao trabalho de o verificar:

D. DUARTE. *Leal Conselheiro*, p. 69, 106, 136, 268, 280, 293, 418, 428, 452, 451, 247, 50, 403, 409, 226, 202, 212, 321, 372.

DUARTE NUNES. *Crônic. de D. João I, D. Duarte e D. Af.*, v. I, p. 44, 49, 52, 70, 73, 86, 92, 95, 101, 126, 149, 163, 245, 249, 253, 256, 258, 279, 307, 317, 318, 401, 425, 445, 453, 457; v. II, pág. 49, 52, 53, [duas vêzes], 122, 125, 183, 257, 315, 355, 356, 362, 386, 401.

CAMÕES. *Lus.*, II, 9, 25, 36, 76; I, 21, 51, 81, 89, 94 [duas vêzes]; IV, 63, 71, 76, 97 [três vêzes]; V, 22, 33, 89, 98; VI, 49 [duas vêzes], 50 [duas vêzes], 77, 88; VII, 47; VIII, 39 [duas vêzes], 40, 41, 42; IX, 4, 6, 8, 38, 39, 84, 92; X, 20, 38. *Obras Compl.*, v. IV, p. 24; V, p. 115; VI, p. 26.

GIL VICENTE. *Obr.*, v. I, 311, 312, 348; v. II, 511, 514; v. III, 7, 15 [duas vêzes], 385.

GÓIS. *Crôn. d'El-Rei D. Emanuel*, f. 99 v., 100, 105 v., 107.

JORGE FERREIRA. *Eufrosina* [ed. de 1786], p. 40, 43. Assim quase sempre.

«E às horas que o infante veio foi recebido por uma mulher de sua casa, e levado escusamente onde D. Maria estava, e êle, quando entrou, viu ELA e seus corregimentos assim dispostos para o receber por hóspede.» [*Ib.*, c. 100.]

«Os cardeais, outrossim, privaram ÊLE dalgum direito, se o no papado tinha.» [*Ib.*, c. 108.]

«Traziam quatro honrados senhores um pano d'ouro tendido em hastes, que cobria ÊLE e o cavalo.» [*Ib.*, c. 167.]

«Que em tal caso houvessem ELA por sua rainha e senhora.» [*Ib.* c. 158.]

«El-rei de Castela não vinha senão por passar seu caminho, e não por cercar ÊLES nem outros.» [FERN. LOPES. *D. João I*, parte I, c. 60.]

«Martim Anes veio ali olhar como ia a hoste, trazendo já consigo muitos mais do que dantes trouxera, e nomeamos ÊLE mais que nenhum dos outros, porque êle principalmente era o que fazia fazer estas esporadas.» [*Ib.*, p. II, c. 65.]

«Parecendo-me vai que esta nossa vinda aqui pera desastres foi, e não mais. Mas, assi de longe os ordena ÊLES a ventura, que, logo ao comêço, se não podem conhecer.» [BERNARDIM. *Men. e Moça*, c. 23, p. 179.]

BERNARDIM RIBEIRO. *Men. e Moça*, p. 37 [duas vezes], 57, 129.

JOÃO DE BARROS. *Gram. e Dial.* [ed. de 1785], p. 104, 105 [duas vezes], 150, 213, [duas vezes], 214, 215, 217, 224, 226, 257, 269, 273, 274, 275 [duas vezes], 291, 293, 295, 296, 297, 302, 303 [duas vezes], 304 [duas vezes], 320, 324. E sempre assim.

VIEIRA. *Sermões*, v. I, p. 90 [duas vezes]; v. II, 254; v. III, 40, 350; v. IV, 34. *Obr. Inédit.*, v. II, 114, 121, 131 [duas vezes], 140. E assim amiúde.

BARROS. *Déc.* I, v. I, p. 26, 44, 52, 54. E *passim*.

COUTO. *Déc.* IV, v. I, p. 28, 47. E a cada passo.

BRITO. *Monarqu. Lusit.*, v. I, p. 6, 7, 8 [duas vezes], 9, 40, 44, 45, 52. Com a mesma freqüência, no resto.

SOUSA. *Anais*, p. 7, 176, 212, 227, 252, 267, 272. E inúmeras outras vezes. *Vida do Arcebispo*, v. I, p. 257, 265, 273; v. II, 14, 30; v. III, 43. E um sem-conto de outros lugares, aí, como na *História de S. Domingos*.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. *Feira de Anexins*, p. 18, 33, 48, 192, 194, 196, 197.

M. BERNARDES. *Nova Floresta*, v. II, p. 5, 255, 323; e por êsse teor reiteradas vezes.

JACINTO FREIRE. *Vida de D. João*, l. II, n.º 40, e em muitos outros passos.

AMADOR ARRAIS. *Diálog.*, p. 55, 325. E a cada passo.

CAV. D'OLIVEIRA. *Cartas*, v. I, p. 236, 267, 268, 364 [duas vezes]; v. II, 275, 276, 278, 404, 405, 472. E amiúde em tôda a obra.

Ainda em FILINTO ELÍSIO se encontram dêsses exemplos em sobeja cópia. Entre outros, no v. I [*Obras*], p. 185, 272; v. III, p. 210; v. IV, p. 129; v. V, p. 65, 130; v. VI, p. 73, 224, 333; v. XI, p. 33, 130; v. XII, p. 92, 159, 199, 296; v. XIII, p. 101, 211, 252, 269; v. XIV, p. 38.

Não era, portanto, êrro, anomalia, caso fortuito, que escapasse aos bons. Não. O uso, árbitro do falar, dera a

essa flexão pronominal, um a par do outro, os caracteres de variável e invariável. Variável, assinalava ela o plural, terminando em *s*. Invariável, representava, sem se alterar, nomes no singular ou no plural. Com o tempo, a reflexão entrou a alumiar a prática, infiel à razão e à clareza. Começaram-se de sentir na imutabilidade da forma invariável os seus inconvenientes, a obscuridade nas referências, as suas anfibologias, as suas confusões; e, pouco e pouco, inútil, ininteligente, desvantajosa, essa forma descaiu para o esquecimento e o abandono. Ainda uma ou outra vez se encontrará hoje em autores contemporâneos de peso, como A. HERCULANO, CASTILHO, CASTELO BRANCO, MACHADO DE ASSIS¹, mas tão escassamente, que se hão de levar à conta, penso eu, de negligências da atenção no escrever, incorreções do desleixo no imprimir, ou exigências da métrica no versificar.

200. — É um desses processos de seleção, discriminação e eliminação, meio inconscientes, meio reflexivos, como aquêle que acabou por imprimir definitivamente ao pronome *lhe* a flexão de número, o que, entre mais dificuldades e resistências, se vai lentamente desenvolvendo no tocante ao uso do infinitivo pessoal. Gerado na língua êsse maravilhoso lusitanismo, um dos privilégios mais invejáveis do nosso idioma, não houve a princípio discernimento no seu emprêgo. Onde quer que o pudessem explicar a pessoa e o número do verbo, era com freqüência preferido à forma impessoal, embora as circunstâncias da frase não exigissem aquela syntaxe, embora não fôsse necessária à clareza, à elegância, ou à harmonia do discurso.

1. A. HERCULANO. *Eurico*, p. 45, 285. *O Monástico*, v. II, p. 158; v. III, p. 151.

CASTILHO. *Fastos*, v. I, p. 137; v. III, p. 181. *Fausto*, p. 59, 245, 280, 372. *Colóq. Ald.*, p. 79, 86, 204, 233, 234, 298.

C. CASTELO BRANCO. *Memór. do Cárcere*, v. I, p. 112: *Doze Casamentos*, p. 194.

M. DE ASSIS. *Poesias*, p. 121:

«Damas, tem-las aqui; inspira-lhe essas chamadas.»

De envolta, no entanto, com a que predominava, a outra forma não abandonou jamais os seus direitos, irrompendo, aqui e ali, de quando em quando, e de onde em onde afirmando a sua existência, a sua vantagem, a sua especialidade gramatical. Desde os mais longínquos monumentos do nosso idioma se poderia acompanhar o curso paralelo de ambas as formas do infinitivo: uma quase exclusiva no comêço, reduzindo-se progressivamente às funções, que a sistematização gramatical veio por fim a lhe assinar; a outra assumindo pouco e pouco a que naturalmente devia exercer. Nos escritores que mais dissipadamente usaram e abusaram do infinito pessoal, vamos achar sempre, ao mesmo passo e nos mesmos casos, o infinito impessoal mais ou menos amplamente utilizado.

Para o demonstrar, num trabalho desta ordem, escassamente poderei indicar pelos cimos alguns exemplos, mais ou menos significativos:

«E assi digo que é bem de *lavr*ar e criarem bēstas e gaados.» [D. DUARTE. *Leal Consel.*, p. 37].]

«Poserom tōdas as suas teençoões com grã desejo em se trabalharem de bem *trazer*, *calçar*, *jugar* a peela.» [D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar*, c. 15.]

«Não mudavam os do conselho a *cair* em simples paz, ... tiveram jeito *de falar* à rainha.» [FERN. LOPES. *D. João I*, parte II, c. 196.]

«Com estas palavras começaram as lágrimas a *correr*.» [BERNARDIM. *Op. cit.*, c. 4, p. 45.]

«Temos grande razão de nos *alegrar*.» [AZURARA. *D. João I*, c. 5.]

«Teremos vagar pera *fazer* nossas mandas e *testamentos*.» [*Ib.*]

«Pera haverem razão de se *aconselhar*.» [*Ib.*, c. 31.]

«Provaram de *atentar* ao infante D. Duarte.» [*Ib.*, c. 33.]

«Certo nós não sabemos outro, senão virem êles *encarentar* o mantimento da terra.» [BARROS. *Déc.* I, c. 4, v. I, p. 39.]

«Como se foram *passar* a um campo mui sabido, e *se-
guro*.» [*Ib.*, c. 5, p. 45.]

«E como deram de súbito sobre eles, sem *ter* lugar para
não serem vistos, e *se tornar* ao navio.» [*Ibidem.*]

«Começaram a *caminhar* contra o navio.» [*Ib.*, c. 6,
p. 51.]

«E assi se apinhoaram todos a *olhar* tamanha novidade.»
[*Ibid.*]

«Tornaram-se aos navios, sem *lhe fazer* dano.» [*Ib.*, c. 6,
p. 56.]

«Muitos contradizem a natureza, fazendo-se caçadores
sem o *ser*.» [JOÃO DE BARROS. *Diál. da Viciosa Vergonha*.
[Ed. de 1785. P. 281.]

«Começaram a *borderar*.» [COUTO. *Déc.* IV, c. 4, v. I, p. 34.]

«Saíram a êle para o *defender*.» [D. NUNES. *Crôn. del-Rei
D. João I, etc.*, c. 72, p. 331.]

«E os encaminhou para *se ir* a Inglaterra.» [*Ib.*, c. 72,
p. 336.]

«Foram contra Badajoz para *escaramuçar* com os contrá-
rios.» [*Ib.*, c. 74, p. 342.]

«Estivessem apercebidos para *se defender*.» [*Ib.*, pág. 42.]

«Com êste bom sucesso se vieram para Nunálvares muitos
a *se lhe oferecer* para o *servir*.» [*Ib.*, p. 94.]

«Fizeram preito e homenagem ao Mestre de o haverem
por senhor, e o *servir*.» [*Ib.*, p. 155.]

«Tomaram fôlego, para outra vez *fazer* a guerra.» [*Ib.*,
c. 75, p. 349.]

«Andassem por Castela buscando os prisioneiros, para
os *fazer* soltar.» [*Ib.*, p. 352.]

«Êles eram bastantes para *se porem* em defesa, e *dar*
boa conta da cidade.» [*Ib.*, c. 78, p. 369.]

«Muitas nações estiveram muito tempo, sem *cunhar*
moeda.» [D. NUNES. *Orig. da LÍng. Port.*, c. 3.]

«Os mesmos romanos... estiveram tanto tempo, sem *cunhar* moeda.» [*Ibid.*]

«Crescem, para *dar* de si maravilhosas esperanças.» [AMADOR ARRAIS. *Diál.*, c. 20, p. 51.]

«Os nossos entraram quase sem *ser* sentidos.» [*Ib.*, c. 16, p. 65.]

«Mostraram valor e ânimo em *defender* desesperadamente e sem *fazer* pé atrás seu povo.» [*Ibid.*]

«Começaram a *entender* em sua obrigação.» [SOUSA. *Vida do Arc.*, l. I, c. 19.]

«... visto entenderem sòmente em se *aproveitar* do leite e *lã* das ovelhas.» [*Ib.*, l. II, c. 11.]

«Quis que seus filhos não possuíssem nada, para saberem *dar* tudo, e *ser* senhores de tudo.» [*Ib.*, c. 29.]

«Ora vê, rei, quamanha terra andamos,
Sem *sair* nunca dêste povo rudo.»

[CAM. *Lus.*, V, 69]

«Que os muitos, por *ser* poucos, não temamos.»

[*Ib.*, VIII, 36.]

«Os pais, que tais filhos têm, e os não afogam, mereciam *padecer* a pena de seus erros.» [FERREIRA. *Bristo*, a. I, c. 3.]

«Quereis vós crédito, para *fazer* leis de erros, 'a vosso salvo, mais acreditadas que as de Minos e Licurgo, sem as *atribuir* aos deuses?» [JORGE FERREIRA. *Eufros.*, a. I, c. 4.]

«Não tendes outro modo de vos *sustentar*.» [VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 49.]

«Aprendam a não as *perder*, e se *perder*, mas a *negociar* com elas.» [*Ib.*, p. 116.]

«Tão fora estiveram de *ficar* isentos do pecado.» [*Ib.*, p. 165.]

«Não cuidaste de *curar* nem de *preservar* seus pecados.» [*Ib.*, p. 170.]

«Tão pouca razão têm uns de *se desvanecer*, como outros de *se desconsolar*.» [*Ib.*, p. 241.]

«Afrontavam-se do parentesco de Deus, só por não *ser* parentes de um crucificado.» [*Id.*, v. III, p. 271.]

«Tiveram muita razão, não só para *se alegrar*, mas para *se rir*.» [*Id.*, p. 374.]

«As mulheres perdidas, e as que estavam a risco de *se perder*.» [*Id.*, v. IV, p. 12.]

«Sem o querer *confessar*, mostravam claramente não *ser* filhos legítimos.» [*Id.*, p. 37.]

«Só com Deus em um monte se guardam suas leis sem *se quebrar*.» [*Id.*, v. VI, p. 24.]

«Se tens propósitos, como é certo que tens, de 'algum' hora *te converter* a Cristo, de algum' hora *te chegar* a Cristo, de algum' hora *te apartar* de tudo o que te aparta de Cristo; quando há de ser esta hora?» [*Ib.*, p. 340.]

«Ou seria também que, oprimidos os pés com carga de tanto oiro e prata, a largaram de si, por não *podê-la sustentar*.» [*Obr. Inédit.*, v. II, p. 167.]

Mostram êstes exemplos, colhidos à ventura, sem o menor esforço de investigação, nos volumes onde pululam, a frequência, com que, já entre os clássicos antigos, se praticava o infinito impessoal, quando o seu sujeito era idêntico ao da oração do modo finito, com a qual se ligava. Com o apurar do ouvido, com o crescer das exigências da eufonia, com o intervir cada vez mais largo da reflexão e da análise no falar e escrever, mais e mais se foi amiudando esta forma, mais e mais ganhando preferência à outra. Começou-se a sentir que a utilidade e beleza do infinitivo pessoal estavam nos serviços, que contribui¹ para a clareza e a graça da construção vernácula, dando à expressão da idéia maior transparência

1. «Suponho que dificultosamente virá o parlamento de Inglaterra em *contribuir dinheiro* para a armada dêste ano.» [VIEIRA, *Cartas*, v. III, p. 186, c. 121.]

e relêvo. Multiplicado indistintamente, onde não oferecesse êsse proveito, sobrecarregava o estilo, embaraçava a enunciação do pensamento, desbotava e enfraquecia a linguagem. Personaliza-se o infinitivo, para lhe indicar o sujeito, quando êste lhe é peculiar, quando não fôr o mesmo da oração regente. Tal de ordinário o préstimo dêste invejado lusitanismo. Mas, se o sujeito é comum às duas orações, e o verbo do modo finito já o determinou, cessa, para o infinito pessoal, o motivo dominante, o verdadeiro motivo da sua excelência, o grande motivo lógico e literário da clareza. Esta intuição, que não poderia deixar de ocorrer, por fim, aos bons escritores da nossa língua, aos seus mestres, aos seus melhoradores, aos seus beneméritos, foi gradualmente estabelecendo no emprego dessas duas formas a discriminação natural.

Praticamente ainda não está de todo consumada. Ainda nos melhores modelos se discrepa às vêzes dêsse critério, recorrendo-se à flexão pessoal do infinitivo, em casos nos quais não serve senão para desnervar, carregar e emperrar inútilmente o discurso. Mas tão sensível é a evidência e a energia da necessidade, a cujo influxo se vai operando a redução do infinitivo pessoal às suas funções normais, que até os adeptos da teoria de DIEZ nem sempre confirmam, na prática do idioma, a indiferença, que doutrinam, entre as duas formas. O mais ilustre dêsses entre nós, JÚLIO RIBEIRO, com professar didaticamente a teoria do gramático alemão, não usa, no último e no mais bem escrito dos seus livros, nem uma só vez¹ do infinito pessoal, nos casos de sujeito comum às duas orações. É sempre da outra construção que se vale:

«Negros ágeis saltaram para cima dêles, *a descarregar.*» [A Carne, p. 28.²]

«Temperaram língua, *para matar o tempo.*» [Ib., p. 32.]

1. A menos que me escapasse, o que não creio, apesar da rapidez, com que reli êsse escrito.

2. Ed. de São Paulo, 1902.

«Com dous simulacros de tôrres a *picar* de branco o azul do céu e o escuro da mata.» [*Ib.*, p. 112.]

«Fizera uma confissão, que as mulheres nunca querem ser as primeiras a *fazer*.» [*Ib.*, p. 167.]

«As canas do milho que tinham nascido e morrido estioladas pela sombra, *sem produzir*.» [*Ib.*, p. 222.]

201. — A querermos, de mais a mais, pôr de parte essas considerações tôdas, legitimando, neste particular, o fraseado clássico unicamente pela sua autoridade tradicional, pelo seu classicismo, teremos de chegar aonde não quereriam, ou, pelo menos, até onde o não imitariam de boa mente os adeptos do arbítrio absoluto nesta questão gramatical.

Quando, na redação da frase, grande número de palavras medeiam entre o verbo do modo finito e o do infinitivo pessoal, nem sempre fere o ouvido o supérfluo e inconveniente da flexão a êste desnecessariamente impressa. Às vêzes, porém, convivem a tal ponto as duas formas verbais, que mal se chega a sentir a interposição, cuja breve distância as separa.

«Foram fartos de *me mostrarem*.» [BERNARDIM. *Op. cit.*, p. 21.]

«Se elas por isso têm razão de *serem* mais tristes.» [*Ib.*, p. 38.]

«Ordenaram outros homens de os *matarem*.» [*Ib.*, p. 41.]

«Saíram também condenados a *irem*.» [GÓIS. *D. Emanuel*, f. 103 v.]

«Viram-se outras mulheres *fazerem*.» [CAV D'OLIVEIRA. *Cart.*, I, p. 229.]

«Davam fé de não *serem* compreendidos em devassas.» [SOUSA. *V. do Arc.*, I, I, c. 17.]

«Fôste ditoso em *vires*.» [FERREIRA. *Cioso*, a. V, c. 2.]

Outras ocasiões quase não há intermédio, quase que se sucedem um ao outro os dois modos, apenas divididos por uma preposição, ou um pronome:

«Não soem elas fazerem-se debalde.» [BERNARDIM. *Men. e Moça*, p. 35.]

«Inda não eram pera andarem com as mães.» [Ib., p. 131.]

«Trabalharam de trazerem todos os feitos a êste fim.» [AZURARA. *D. João I*, c. 5.]

«Com mais diligência se guardam de quererem.» [Ib., c. 33.]

«Acudiam com gôsto, pelo que o tinham de o verem.» [SOUSA. *V. do Arc.*, l. I, c. 11.]

«Estavam para servirem.» [Ib., l. II, c. 11.]

«Cujos olhos banhados de fel pareciam não lhe caberem nas órbitas.» [A. HERCUL. *O Bôbo*, p. 235.]

Lugares há, porém, onde os dois verbos se sucedem um ao outro em absoluta contigüidade:

«Não podem serem em um acôrdo.» [AZURARA. *D. João I*, c. 5.]

«Êles confessam levarem tanto trabalho.» [JOÃO DE BARROS. *Diál. da Vic. Verg.*, p. 294.]

«Nem dissessem serem de sua família.» [SOUSA. *V. do Arc.*, l. II, c. 3.]

«Só a fim de alcançarem serem admitidas nela.» [Ib., c. 6.]

«Os seculares duvidaram estarem.» [Ib., c. 13.]

«Conheciam terem bom partido com a posse.» [Ib., l. V, c. 8.]

«Mostravam estarem mais para fazer algum auto de guerra.» [DUARTE NUNES. *Crônicas de D. João, etc.*, v. II, p. 410.]

«*Mostravam estarem cheios de medo.*» [*Ib.*, p. 183.]

«*Mereciam verem-se.*» [CAV. D'OLIVEIRA. *Cart.*, v. I, p. 101.]

«Alguns orifícios profundos, que *mostravam terem* servido para embeber as traves.» [A. HERC. *Eurico*, p. 228.]

Haveria de presente escritor, que ousasse perpetrar frases destas ? C. CASTELO BRANCO moteja algures da frase: *Parecem terem*. A prevalecer o tipo clássico, não tem razão a zombaria. A expressão que êle mete a riso, não difere dos exemplares aqui transcritos. Diz-se *parece terem*, ou *parecem ter*. No segundo caso o verbo concorda com o sujeito plural. Para o plural, portanto, irá legitimamente o segundo verbo, desde que se admita, na espécie, o infinitivo pessoal. A cláusula *parecem terem* converte-se em *parecem que têm*. Logo, está dentro na fórmula gramatical de DIEZ: satisfaz o seu critério de vernaculidade, e, segundo êsse critério, será certa.

Não admitem a conclusão ? Então é rejeitarem a premissa. O critério é que não presta.

A subsistir, portanto, a doutrina do filólogo alemão e do gramático paulista, ninguém se poderá escandalizar, quando se escrevam [proposições dêste jaez: *Vão correrem. Podem saírem. Busquem fugirem. Hão de morrerem. Queiram entrarem. Deixem-se estarem. Tentaram correrem. Procurai beberdes. Foram estudarem. Ousaram escreverem. Sentem ficarem. [Ide repousardes. Pensam lucrarem. Dizem serem. Cuidam vencerem. Imaginam ganharem. Lograram fazerem. Resolveram acabarem. Foram jantarem. Vieram dormirem. Irão trabalharem. Grandes antecedentes clássicos as autorizam.*

Estou vendo que, a despeito de JÚLIO RIBEIRO e DIEZ, acham intolerável a liberdade. Mas a êsse paradeiro fatalmente nos leva o processo, de onde se elaborou a regra por êles firmada.

Se a limitam, se, para autorizar êsses exemplos, não valem textos, como os que aponte, dos melhores escritores antigos, é que a regra será falsa, é que o seu critério não será de boa lei. Se a restringem, estão reconhecendo que o uso clássico raiava pelo abuso. E, admitida a restrição, o único limite não arbitrário é o da linha discriminativa entre os casos de *sujeito comum* e os de *sujeitos diversos* nas duas orações.

Neste sentido guia o gênio da língua, tende a sua natureza progressiva, encaminha o curso do seu uso, conspira o sentir dos gramáticos na sua generalidade. De tôdas as autoridades, porém, há uma, que por cima de tôdas sobreleva: a daquele, que SILVA TÚLIO aclamava o nosso pontífice contemporâneo em pontos de fé gramatical, a de CASTILHO ANTÔNIO. Filólogo, poeta e prosador insigne entre os mais insignes, êsse clássico, o maior dos da nossa língua no século dezenove, consultado especialmente nesta controvérsia, respondeu a FRANCISCO BARATA:

«Vindo ao ponto sôbre que me consulta, digo que a opinião de JERÔNIMO SOARES BARBOSA, que é ao mesmo tempo a de V. *acêrca dos infinitos impessoais e pessoais, me parece a mais sã*; por isso em todos os meus escritos me tenho com ela conformado.»¹

§ 46

Art. 337

«CONCORDÂNCIA VERBAL»

202. — Rezava o original dêste artigo:

«São parentes em linha colateral, até o décimo grau, as pessoas que procedem de um tronco comum, sem que *descenda* uma da outra.»

1. F. BARATA. *Op. cit.*, págs. 31-2.

Eu propus que se emendasse:

«São parentes em linha colateral ou transversal, até ao décimo grau, as pessoas que provêm de um só tronco, sem descenderem uma da outra.»

Às observações em que estribei a minha censura acudiu bravamente a crítica de faca e calhau:

«Quanto pode o despeito! Qualquer menino de colégio verificará, entretanto, que o sujeito de *descenda* é *uma* e não *pessoas*. A ordem direta seria: «sem que *uma* *descenda* da outra.» Achou o que estava perfeitamente certo, e *emendou para errado*.»

Mas ao sanhoso diletante responde civilmente o profissional:

«Aqui pode o verbo *descender* (*descenda*) ir ao plural, dando-se-lhe por sujeito o vocábulo — *pessoas*, ou ficar no singular, tomando-se-lhe por sujeito a palavra — *uma*, que então concorda com o substantivo — *pessoa* — subentendido.»¹

Lá se avenham entre si os dois apologistas do projeto. Possa o espírito de transação enlaçar um ao outro os dois órgãos da defesa.

A mim bastar-me-á mostrar, com a prática dos melhores mestres, que não corriji errado.

«Ora, filhos, logo essora,
Cada um com sua espôsa,
Vamos ver a poderosa
Rainha nossa Senhora.»

[GIL VIC., v. II, p. 441.]

«Onde se assentaram cada um em sua cadeira de espaldar.»
[Góis. Crôn. de D. Manuel, p. II, c. 7.]

1. Dr. CARNEIRO. *Ligeiras Observações*, p. 9, col. 2.^a.

«Levou el-rei seu caminho até que chegou ao extremo *onde cada um tiveram* cuidado de levar a enterrar seus senhores.» [FERN. LOPES. *Crôn. del-Rei D. João I*, p. I, c. 156.]

«A frota que jazia sôbre Lisboa ordenou de se partir pera os lugares *donde cada um eram*.» [*Ib.*, p. II, c. 61.]

«E ambos *se hão* de converter um em outro.» [JOÃO DE BARROS. *Diál. da Vic. Vergonha*, p. 246.]

«Arrastados *cada um* por dois homens.» [SOUSA. *V. do Arceb.*, l. II, c. IV.]

«Empenaram no leão *cada um* sua lança.» [SOUSA. *Anais*, p. 295.]

«Maiores são as estrêlas *cada uma* só por si que tôda a terra junta.» [VIEIRA. *Inéditas*, v. II, p. 146.]

«Sou eu, *sois cada um de vós*, e somos todos os homens.» [VIEIRA. *Serm.*, v. III, p. 361.]

«*Cada um* trazia tamanha ledice, como se determinada-mente *soubessem* que sem nenhum perigo haviam de haver vitória.» [AZURARA. *Ap. CARNEIRO, Gramát.*, p. 396.]

«E à vista de um teatro imenso, tão trágico, tão funesto, tão lamentável, aonde *cada reino, cada cidade, e cada casa* continuamente *mudam* a cena.» [VIEIRA, *Ap. CARNEIRO, Gramát.*, p. 397.]

«Não podia ser duvidoso o resultado: *eram um* contra cem.» [A. HERCULANO. *Ap. CARNEIRO, Ligeiras Observaç.*]

«Por *irem* esconder no fundo de mosteiros distantes o horror carnal *um* do outro.» [EÇA. *Os Maias*, II, p. 441.]

Para justificar, na frase «as pessoas que procedem de um tronco comum, sem que *descenda* uma da outra», o verbo no singular *descenda*, atribuem-lhe por sujeito o numeral *uma*. Tão singela era, se colhesse, esta explicação, que à primeira face lhe reconheceria a verdade quem quer que não fôra cego. Mas êsse redigir, com o verbo no singular, não exclui o fato do parentesco por descendência entre os dois indivíduos *senão*.

destacada e sucessivamente, considerando-se de cada vez um a respeito do outro; quando o pensamento legislativo seria excluir para logo, por síntese, em relação a ambos, essa idéia, o que só mediante o verbo no plural se operava de modo sensível ao primeiro aspecto. Por isto alvitrei eu *descenderem*, concordando com pessoas, em vez de *descenda*, concordando com *uma*.

§ 47

Art. 663

«TEM OS MESMOS DIREITOS,
E COM AS MESMAS GARANTIAS.»

203. — Topou o dr. CARNEIRO nesta locução, mas sem o menor fundamento.

Senão, vejamos.

O art. 663 do substitutivo, onde se ela contém, enuncia-se assim:

«Aquêlê, que, com a autorização do compositor de uma obra musical, sôbre os seus motivos escrever combinações ou variações, tem, a respeito destas, os mesmos direitos, e com as mesmas garantias, que sôbre aquela o seu autor.»

Todo o escândalo do professor CARNEIRO, aqui, está na conjunção *e*, que êle não sabe meio de acomodar sem quebra de não sei quantos cânones gramaticais, infelizmente não expressos na crítica do mestre.

Quisesse êle, com um tudo-nada, sequer, de eqüidade, supor que também contra mim aconteça distrair-se a revisão, e tanto bastara, para se forrar a essas despesas gramaticais,

reduzindo, pela simples elisão do *e*, aquela redação a esta: «tem os mesmos direitos, com as mesmas garantias.» Destarte é que eu havia escrito.

Sem embargo, não repudio a redação, que ali se encontra! Está mal feita? Não: está certíssima. Para lhe dar com a regência, basta lhe figuremos a mais simples das elipses. A *que* será que as *garantias* correspondem? Aos *direitos*. Os direitos referem-se às *garantias*, e a elas pertencem. É o que transparentemente se enxerga na proposição «tem os mesmos direitos, e com as mesmas garantias». Entre a conjuntiva e a preposição *com* está, portanto, subentendido o mesmo vocábulo *direitos*, complemento direto de *tem*, ou um adjetivo demonstrativo, que os represente, destarte: «tem os mesmos *direitos*, e *êstes* *direitos* com as mesmas garantias», ou melhor: «tem os mesmos direitos, e *êstes* com as mesmas garantias.»

Se duvidar ainda o douto professor, edifique-se nestes excertos, do mais autorizado classicismo:

«Um tão poderoso príncipe, E COM *que* o imperador mostrara tanto contentamento.» [MORAIS. *Palmeirim d'Inglaterra*, p. II, c. 131.]

«O clero espanhol, incomparavelmente o mais alumiado da Europa naquelas eras tenebrosas e cuja influência nos negócios públicos era maior.» [AL. HERCULANO. *Eurico*, p. 5.]

«Êste acontecimento ignorado, e cujo motivo e circunstâncias inteiramente se ignoravam.» [*Ib.*, p. 199.]

«Granada, mãe de valentes soldados e donde podia partir o raio.» [A. HERCUL. *O Monge de Cister*, v. I, p. 65.]

«Maciça e quadrangular, com os seus esguios miradouros bojando nos dois ângulos exteriores, e erguida sôbre o escuro portal.» [A. HERCUL. *O Bôbo*, p. 18.]

«Uma grande camada de futuros homens, a lerem, a escreverem, a contarem, e iniciados na religião.» [CASTILHO. *Felic. pela Instr.*, p. 34.]

«São também uma espécie de mestres das povoações E COM as *vantagens* de atuarem inda mais sôbre os adultos.» [*Ib.*, p. 43]

«A terra, enorme pêro e no ar *envôlta*.» [CASTIL. *Fastos*, v. III, p. 121.]

«Mudassem a cova da estrumeira para mais longe, e *donde* o vento não trouxesse as exalações.» [CASTIL. *Cológ.*, p. 228.]

«Dá-lhe a ama o cândido véu das musas, radiante como o sol, e *que* saíra dum cofre odorífero.» [C. CASTELO BRANCO. *Os Mártires*, I, p. 24.]

§ 48

Art. 419, II

FAZER VALER

204. — Não quero fazer grande fôrça no meu reparo a esta expressão, bem que, se os italianos a praticam, entre nós os mais altos exemplares do falar vernáculo quase nunca a admitiram.

Verdade seja que uma vez se me depara em SOARES BARBOSA, na frase: «*Fazem-se valer* os casos julgados de dois modos» [*Instituições Oratórias*, v. I, p. 223], oferecendo-se-me outro exemplo do mesmo uso em CASTELO BRANCO, não acerto agora em que lugar da sua tradução dos *Mártires*. Noto, porém, que MORAIS, enumerando em copioso elenco as combinações vernáculas do verbo *valer*, dessa não fala. Reflexiono que SOARES BARBOSA, mestre em gramática, não é como prosador tão apontado modelo. «Os gramáticos raramente são escritores», disse, com o abono da observação geral, um dos nossos filólogos mais eminentes.¹

1. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO. *Lições Práticas*, v. III, p. 232,

C. CASTELO BRANCO, por último, a quem chamaram, com algum exagêro, «o derradeiro e mais ilustre mestre da língua portuguesa»¹, certo é que, insigne padrão no opulento do vocabulário, e guia quase sempre seguro no vernáculo do fraseado, não saiu imune, quanto às influências do contágio francês, a deslizes e inadvertências, uma ou outra vez assaz graves,

*quas aut incuria fudit
Aut humana parum cavit natura.*

205. — De algumas já lhe fizeram cargo no Brasil, há mais de trinta anos, CARLOS DE LAET, BELLEGARDE² e outros. Para justificar o *afetado*³ [*Esqueleto*, p. 102], teve o increpado que se valer do CONSTÂNCIO [*Ecos do Minho*, n.º 3, p. 14], a quem, daí a dois anos, no *Perfil do Marquês de Pombal*⁴ [p. 163], havia de chamar «aquêlê *desgraçado dicionarista*». Do *adresse*, ainda hoje reputado puro francês⁵, se defendeu, alegando êrro de imprensa, mas sustentando-lhe, ao mesmo tempo, a necessidade, quando empregado como indicação de moradia⁶; o que aliás êle mesmo praticamente refuta, dizendo, nos *Mistérios de Fafe*, com êste significado, *adereçar*⁷, vantajosamente substituível por *endereçar*, cujo substantivo é *enderêço*, nome específico àquela idéia.⁸

Escrevia, ainda recentemente, C. DE FIGUEIREDO⁹ que «*haverão três bazares* é disparate imperdoável ao mais incipiente aluno da escola primária»; o dr. CARNEIRO¹⁰ acoima de

1. SILVA PINTO. *Combates e Críticas*, p. 56.

2. *Vocábulo e locuções da líng. portug.*, p. 149-173.

3. Na acepção de *acometido*, *salteado* de enfermidade.

4. Pôrto, 1882. *Os Ecos Humorísticos do Minho* são de 1880.

5. C. DE FIGUEIREDO. *Lições*, v. I, p. 203.

6. *Ecos*, n.º 3, p. 13-14.

7. «Cintou a gazeta epigramática, e *adereçou-a* pela posta interna a D. Gabriela.» P. 109.

8. V. BELLEGARDE. *Op. cit.*, p. 152, 167-8, 171-2.

9. *Lições Práticas*, v. II, p. 280.

10. *Gramát.*, p. 434.

solecismo essa frase, e o próprio CASTELO BRANCO, desabrido em relação ao nosso VARELA, com «a corcova dêsse solecismo», se saboreou, a chufear da sintaxe do brasileiro¹. Nesse delito, porém, incorreu ele mesmo², e, colhido em flagrante, buscou [creio que sinceramente] a exculpação no vêzo tipográfico da infidelidade. Não vira as provas, e os revisores, talvez com o propósito de o beneficiarem, o haviam caluniado.³ Mas nas *Memórias do Cárcere*, edição de 1881, «revista pelo autor», se nos oferece e repete a mesma cinca: «Haviam anêmolas. Houveram os costumados gritos.» [V. I, pág. 55 e 101.⁴]

Além dessas, por outros já denunciadas, várias outras francesias e invernaculidades manifestas [porque só das manifestas seria lícito fazer rol contra a sua preexcelsa autoridade] nos deparam os livros de CAMILO.

De resto [que FIGUEIREDO qualifica de «francês puro»⁵] lhe é bem comum. [*Sentimentalismo*, pág. 138, 161; *Narcóticos*, v. I, págs. 184, 204; *A Brasil. de Prazins*, págs. 67, 92, 118, 153; *Marquês de Pombal*, p. 107, 159; *Maria da Fonte*, p. 98; *Os Ratos da Inquisição*⁶, p. 16].⁷

O emprêgo do *se*, partícula apassivadora, com o verbo no singular é das mais lastimáveis nódoas, que podem macular o português. De «censurável deformidade» a censura FIGUEIREDO⁸, e o dr. CARNEIRO⁹ a enumera entre os mais rudimentares solecismos. Pois a ele descambou não poucas vezes CAMILO: «se lhe dê mais alguns cruzados»; «não se cal-

1. *Cancioneiro Alegre*, ed. de 1879, págs. 517-18.

2. *Romance de um moço pobre*, págs. 94, 213.

3. *Ecos*, *ib.*, págs. 14-15.

4. Esta circunstância escapou a BELLEGARDE. Vê-lo *op. cit.*, págs. 152, 153, 160-163, 172-3.

5. *Lições*, v. I, pág. 763.

6. *Pôrto*, 1883.

7. Dessa locução também se acham exemplos em HERCULANO. CASTILHO é que nunca a perpetrou.

8. *Lições Práticas*, v. I, pág. 72, v. II, pág. 257.

9. *Gramát.*, pág. 434.

culou os milhares de vítimas»; «lia-se menos arolas»; «imagine-se os conluios». [*Narcóticos*, v. I. p. 95. *Pombal*, p. 115. *Mist. de Fafe*, p. 128. *Cav. da Márt.*, p. 60.]

Do *a*, em vez de *que*, em dizeres como êstes — *obrigações a cumprir, deveres a satisfazer, ter a recear*, que o dr. CARNEIRO averba de solecismo¹, e com razão, apesar de alguns exemplos que também conta êsse frasear em AL. HERCULANO², usa CAMILO em muitos passos. [*Doze Casamentos*, p. 212. *Mem. do Cárc.*, v. II, p. 140. *Cav. da Márt.*, p. 60.]

Além dêsses, muitos outros. *Prevalecer-se de* [*Mem. do Cárcere*, v. I. p. 126], que o dr. CARNEIRO tem por êrro de syntaxe. [*Gram.*, p. 435.] *Feérico* [*Otelo*, p. 22], a que FIGUEIREDO põe a tacha evidente, a meu parecer, de não eufônico e não português.³ *De modo a* [*O Vinho do Pôrto*, p. 77; *Pombal*, p. 110], solecismo estigmatizado por CARNEIRO.⁴ *Aclimatado*, aliteração portuguesa do francês *acclimaté*⁵, que em linguagem se diria *aclimado* [*Otelo*, p. 33.] *Desolado*, por *consternado* [*O Vin. do Pôrto*, p. 60], adaptação gálica de uma locução, portuguesa noutro sentido. [CARNEIRO. *Gram.*, p. 433.] *Intrigado*, em vez de *embaraçado, enleado, suspenso, atalhado, perplexo* [*Narcót.*, v. I, p. 82; *Maria da Fonte*, p. 333], uso em que não diz com o significado vernáculo da palavra. *Extração*, em lugar de *linhagem, descendência* [*Pombal*, p. 55; *O Carrasco*, p. 23], aplicação entre nós rejeitada como francesia. [CARNEIRO. *Gram.*, pág. 433.] *Confecções*, exprimindo roupas e objetos de moda ou luxo [*O Gener. Carl. Rib.*, p. 64], francesismo claro e notório.⁶ *Engre-*

1. *Ibidem*.

2. *Eurico*, p. 94. *O Eêbo*, p. 275, 277. *O Monge de Cister*, v. I, p. 253; v. II, págs. 135, 182.

3. *Lições Práticas*, v. I, pág. 195.

4. *Gramát.*, pág. 435.

5. Ver FIGUEIREDO. *Liç.*, v. II, p. 173. *Aclimar* diz RAMALHO. *Hollanda*, pág. 241, e CAMILO mesmo, *Narcóticos*, v. I, p. 187.

6. C. DE FIGUEIREDO. *Lições*, v. I, pág. 263. CASTRO LOPES. *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis* [Rio, 1889], p. 163.

nagem [*Narcóticos*, v. I, p. 295; *Pombal*, p. VIII], que no idioma pátrio se escreveria: *entrosagem*, *entrosado*, *engranzado*, *engranze*, *endentação*, *endentado*. *Bobèche* [*Maria da Fonte*, p. 18], francês xacoco, a que FIGUEIREDO opõe o vernáculo *arandela*¹, fora o qual ainda temos *dirandela*, que o seu dicionário inadvertidamente omitiu. *Tige* [*Noit. de Insôn.*, n.º 6, p. 79], deslavado francês, «mais que galicismo»² na expressão de uma autoridade, ao qual corresponde o nosso *haste*, ou *caule*.³ *Bigotismo* [*Pombal*, p. 95], mero francês, que, tirado, em vulgar, se diria *beatice*, *carolice*, *santimônia*. *Argot* [*Sentimental.*, p. 63], em vez de *gíria*, ou *calão*.

Não meterei nesta conta o «falar a verdade», locução muitas vêzes encontrada nos seus escritos [*Queda de um Anjo*, p. 175; *Teat. Cômico*, p. 33; *Coisas Espantosas*, p. 210; *Doze Casam.*, p. 194; *Mem. do Cárc.*, XLVI]; porque, não obstante a sentença peremptória de SILVA TÚLIO⁴, FIGUEIREDO⁵ e CARNEIRO⁶, muito varia, a êsse respeito, o uso dos bons autores.⁷

Também lhe não farei cargo do *a miúdo* [*Cav. da Mártir*, p. 197, 206], nem que de *impróprio* e *bastardo* o tache, com

1. *Lições*, v. I, p. 142.

2. FIGUEIREDO. *Lições*, I, p. 142.

3. BELLEGARDE. *Op. cit.*, p. 137-9.

4. *Estudinhos da Língua Materna. Dicionário Universal da Educação de CAMPAGNE*. Trad. por CASTELO BRANCO, v. I, p. 948.

5. *Lições Prát.*, I, p. 248.

6. *Gramát.*, p. 345.

7. E, se não, averigüe quem se quiser esclarecer as indicações desta minha suma:

Falar verdade. FERREIRA. *Obras*, v. I, p. 308, 418. *Lusíadas*, IX, 45. GIL VICENTE. *Obr.*, III, p. 319. SOUSA. *Vida do Arceb.*, I, III, c. 5, p. 34 [na ed. de 1890]. CASTILHO. *Fausto*, p. 95. A. HERCULANO. *Monge de Cister*, v. II, p. 304.

Falar a verdade. GIL VICENTE. *Obr.*, I, p. 374; III, p. 127. FERREIRA. *Obras*, v. I, p. 412. CASTILHO. *Fausto*, p. 131. D. FRANC. MANUEL DE MELO. *Apolog.*, I. A. HERCULANO. *Monge de Cister*, v. II, p. 237. FILINTO. *Obr.*, v. XII, p. 151.

Dizer verdade. GIL VICENTE. *Obr.*, III, p. 11, 358. JORGE FERREIRA, *Eufrosina*, a. I, c. 6. Ed. de 1786, p. 212, 236, 269. VIEIRA. *Cart.*, v. IV,

o grande pêso da sua autoridade, CÂNDIDO DE FIGUEIREDO¹ porque, ainda neste ponto, não harmonizam entre si os mestres.²

Casos há, porém, de incorreções léxicas e sintáxicas, a que o grande escritor, estou certo, não faltaria com a emenda, se repassasse com vagar as suas obras. Assim: o *cólera*, por *a cólera* [*Noit. de Insôn.*, n.º 3, p. 35; *Coisas Espantos.*, p. 6 e 11]; o *filoxera*, em vez de *a filoxera* [*Maria da Fonte*, p. 300]; um *abordar*, por *aportar* [*Coisas Espant.*, p. 216]; um *tal qual como* [*Narcót.*, v. II, p. 159; *Vin. do Pôrto*, p. 24; *Cancioneiro*, p. 141, 334], a que FIGUEIREDO chama de to-

p. 176. ANT. FERREIRA. *Obr.*, I, p. 376, 394, 447. CAV. D'OLIVEIRA. V. II, p. 274. CASTILHO. *Camões*, p. 59.

Dizer a verdade. GIL VICENTE. *Obr.*, II, p. 445 [três vêzes]. ANT. FERREIRA, I, p. 339, 340. D. NUNES. *Crôn.*, v. II, p. 191. *Eufrósina*, p. 200, 209, 230. CAV. D'OLIVEIRA, I, p. 83. VIEIRA. *Cart.*, v. IV, p. 38. CASTILHO. *Fausto*, p. 193. CASTILHO. *Cológ.*, p. 55, 253, 291, 357, 372. CAMILO. *Gênio do Cristianismo*, v. II, p. 332. A. HERCULANO. *O Monge de Cister*, I, p. 234. FILINTO. *Obr.*, v. XII, p. 48, v. XIII, p. 127. CASTILHO. *Camões*, p. 222.

Amar verdade. GIL VICENTE, II, p. 415.

Amar a verdade. GIL VICENTE, III, p. 330.

Tratar verdade. GÓIS. *D. Emanuel*, f. 107.

Usar verdade. JORGE FERREIRA. *Eufrósina*, a. I, c. 4. A. HERCULANO: *Monge de Cister*, I, p. 234.

Guardar verdade. FERREIRA, I, p. 467.

Transluzir verdade. CAMILO. *Mosaico*, p. 173.

Achar verdade. FILINTO. *Obr.*, v. XIV, p. 6.

Escrever verdade. D. DUARTE. *Leal Conselh.*, p. 471.

1. *Lições Práticas*, I, p. 31-2.

2. Por tôdas as formas tem passado êste advérbio no escrever dos mestres: *amehude*, *ameúde*, *ameúdo*, *amyúde*, *amiúde*, *amiúdo*, *a miúde*, *a meúde*, *a miúdo*, *a meúdo*.

Amehude. D. DUARTE. *Leal Conselh.*, p. 178, 272, 432, 434.

Amyúde. *Ib.*, p. 274.

Ameúdo. *Ib.*, p. 146.

A meúde. D. DUARTE. *Livro da Ensinança*, p. 575.

Amiúde. CASTILHO. *Fast.*, II, p. 487. BLUTEAU. *Vocab.*, v. I, p. 340. MORAIS. *Dicion.* CASTILHO. *Primavera*, p. 10, 160. A. HERCULANO, se me não falha a memória, escreve sempre assim.

Amiúdo. BLUTEAU. *Ibid.*, MORAIS. *Ib.* CASTILHO. *Camões*, p. 201.

Ameúde. FERNÃO LOPES. *D. Pedro*, c. 8 [duas vêzes], c. 11. FERN. LOPES. *D. João I*, parte II, c. 170. D. DUARTE. *Leal Cons.*, p. 266, 295, 413, 416, 276, 299, 320. Assim JOÃO DE BARROS.

*lice*¹, bem que ao mesmo descuido resvalasse igualmente CASTILHO²; um *tal e qual*³ [*Sentimentalismo*, p. 25, 262; *Teatro Côm.*, pág. 15], provavelmente errôneo; um *o quer que seja* [*Queda de um An.*, p. 53], «corrupção antigramatical da locução portuguesa *o que quer que seja*»⁴; um *quem venciam* [*Narcóticos*, I, p. 11], que já encontrou em Portugal imitadores⁵; um *faz*, por *faze* [*Teat. Côm.*, p. 26, 36] e um *diz*, por *dize* [*Doze Casam.*, p. 203; *Cois. Espant.*, p. 13]; um *prófugo*, sinônimo, em português, de *fugitivo*, empregado na acepção contrária de *afugentador*.⁶

Não quero com isto desfazer na autoridade vernácula de CASTELO BRANCO. CASTILHO ANTÔNIO lhe chamou, talvez com razão, *o mais opulento dos nossos clássicos*. Mostram as minhas observações apenas que, como Homero, também dormitou uma ou outra vez, escorregando em algumas expressões menos corretas e em certos empréstimos franceses, que nem a necessidade nem o bom gosto justificam.

A miúdo. FERN. LOPES. *D. Fernando*, c. 34, 57 [duas vezes], 76, 82 [duas vezes], 100, 105; *D. João I*, parte I, c. 10; parte II, c. 40 [duas vezes] e 65. SOUSA. *Anais de D. João III*, p. 47, 158 [duas vezes]. GIL VICENTE. *Obr.*, II, 134; III, 22, 332. CASTILHO. *Fastos*, v. II, 33; v. III, 73, 77; *Metamorfs.*, p. 184; *Amôres*, II, p. 53 [duas vezes]. FERREIRA. *Obr.*, v. II, p. 26. FILINTO. *Obr.*, v. IV, p. 45. CASTILHO. *Camões*, p. 45, 290.

A miúdo. SOUSA. *V. do Arc.*, ed. de 1890, v. I, p. 38, 62; v. II, p. 29; v. III, p. 35, 38. SOUSA. *Hist. de S. Domingos*, ed. de 1866, v. II, p. 319. FERNÃO LOPES. *D. João I*, parte I, 169, 182. *Lusíadas*, VI, 39. CASTILHO. *Geórgicas*, p. 57, 111, 163, 171, 179, 209. *Fastos*, v. I, p. xxviii, li. *Colóquios*, p. 155. BERNARDES. *N. Floresta*, v. II, p. 72. FILINTO. *Obr.*, v. XII, p. 61, 131, 152, 236, v. XIII, p. 5, 165; v. XXII, p. 87.

A meúdo. FERNÃO LOPES. *D. João I*, parte I, c. 54, 107, 177. FR. TOMÉ DE JESUS, v. I, p. 12.

1. *Lições Práticas*, v. II, p. 315; v. III, p. 55-6.

2. *O Avarento*, p. 150. *Colóquios Aldeões*, pág. 81.

3. Ver FIGUEIREDO, *op. cit.*, v. I, p. 255. Aliás também dêste se encontra exemplo em CASTILHO. *Escav. Poët.*, p. 39, bem como em FILINTO ELÍSIO. *Obr.*, v. IV, p. 122 [«são êstes tais e quais»] e v. XIII, p. 225 [«Vizinhos tais e quais são Lôbo e Zorra.»]

4. FIGUEIREDO. *Op. cit.*, v. II, págs. 37-8.

Aliás A. HERCULANO também escreveu: «A minha manopla tornou a encontrar o quer que foi.» [*O Monge de Cister*, v. I, p. 16.]

5. FIGUEIREDO. *Op. cit.*, v. I, p. 264.

6. *O Esqueleto*, p. 274: «Davam-lhe amuletos e orações *prófugas* do espírito imundo.»

Sendo, pois, desta natureza a dúvida quanto ao *fazer valer* e essa quase a única autoridade em abono da locução por mim posta em dúvida, não terei motivos, para deixar o assunto em quarentena, e preferir à expressão contestada uma das *dez*, ou mais, que vantajosamente a substituem?¹

§ 49

Art. 420, IV

UMA SANCADILHA

206. — Não sei se no ultramar já enferrujou o vocábulo. O nome que a coisa tem hoje em dia nos costumes brasileiros, soa mais plebèiamente. Não lho darei. No entanto, aqui é dêsse artifício que se valeu o douto censor, por salvar uma dificuldade, e ocultar um contratempo de amor-próprio.

A essa acuidade visual do mestre, que em cada poro, na epiderme alheia, descortina um abismo de mazelas e monstros, escapou no próprio labor a ingenuidade palmar de um texto como êste:

«Podem escusar-se da tutela os impossibilitados
por enfermidade enquanto ela durar.»

Ora, discorri eu, haveria aí coisa alguma que o seja, quando já não é? que dure, quando já não dura? Se a enfermidade não durar, deixou de ser enfermidade. Se enfermidade continua a ser, é que está perdurando. Temos aqui, logo, uma dessas redundâncias, que nenhuma utilidade têm, senão a de meter nas leis o riso e a galhofa.

1, Aliás agora, ao rever das provas, dou com êstes dois exemplos dessa locução nas obras de A. HERCULANO: «O mais crível é que o govêrno português respeitasse o direito de um homem colocado em situação de o *fazer valer*.» [*História da Inquis.*, v. III, p. 337.] «Dantes a raça cristã tinha a consciência de uma grande superioridade religiosa e *fazia-a valer* na legislaçã.» [*O Monge de Cister*, v. I, p. 72.]

Não encontrou fresta o dr. CARNEIRO, por onde o conseguisse negar. Era de preceito, pois, em boa guerra, que o confessasse. Mas não fez. Preferiu dissimular, recorrendo à tática de submeter ao seu formidável escalpêlo a gramática e o estilo da minha nota a êsse trecho do projeto. Sempre a obsessão de supor que, com indigitar nódoas minhas, se ablui-ria das suas.

Os obsessos não são felizes. Têm a visão introrsa: vêem para dentro de si mesmos, da sua idéia fixa, perdendo, a cada momento, de vista a realidade exterior. Distraído, abstrato, suspenso num dêsses enleios devia de estar o dr. CARNEIRO, quando empeceu nestes períodos meus:

«Pois a enfermidade que já não dura, isto é, a enfermidade que foi, que existiu, que acabou, ainda será enfermidade? E, se já o não é, desde que se alude a *enfermidade*, não está claro ser a enfermidade *enquanto dura*, pois, em não durando, cessou de havê-la?»

A estas interrogações redargúi, no mesmo tom interrogativo, o douto censor, com uma seriedade aruspicina, de que só os mestres são capazes, em assuntos que a não têm:

«Nesta construção labiríntica do Dr. Rui Barbosa, a quem se refere aquêl — *a* — por que termina a frase?

«Não será ao vocábulo *enfermidade*, que é a um tempo sujeito do verbo *dura*, do particípio *durando* e pelo contexto da frase, do verbo *cessou*, por ser da enfermidade que se afirma o cessar?

«Se assim é, qual a função daquele pronome — *a* — que se refere a enfermidade?

«A que vem êle?

«Não estaria completo o conceito, dizendo-se simplesmente *cessou* ou *cessou de existir*, sem se recorrer àquêl — *havê-la* — que torna a frase de todo irregível?»

Tivesse eu quarenta anos menos, e bem poderia ser que esta sofistaria de má morte me não escapasse a um dêsses froixos de riso em casquinada, frescos, amplos, chirriantes, com que a troça menineira se despica das esturricas da palmatória, salvando em assuada franca aos escorregos e cochilos do saber magistral.

Pois inquirirá de verdade o mestre a quem se refere êsse *a*, por onde, naquela frase minha, o período remata? E deveras sustentará que êle a torne *irregível*? É de mais.

Mais de uma vez discute o padre VIEIRA, a grande esforço de erudição teológica, nos seus sermões, quem era a mãe dos filhos de Zebedeu.¹ Mas se pelo pai dos filhos de Zebedeu lhe perguntassem, que responderia a esta questão de largo tiro o grande pregador?

A prova a que me quer submeter o mestre, desta vez, é da mesma fôrça. Naqueles dois períodos interrogativos, que se sucedem, o derradeiro dos quais finda com as palavras «cessou de *havê-la*», o único substantivo, aliás ali muito de propósito repetido quatro vêzes, o único substantivo existente é *enfermidade*, substantivo, advirta-se, do gênero feminino. Logo, se ali outro nome não se vê, e êsse nome é feminino, a que, se não a êle, se há de referir o pronome feminino *a*, que põe têrmo à frase? E, querendo a prova real, é substituírem o pronome pelo nome, que se presume representar. Teremos: «Desde que se alude a *enfermidade*, não estará claro ser a *enfermidade enquanto dura*, pois, em não durando, cessou de *haver enfermidade*?»

O *havê-la* passou a dizer-se *haver enfermidade*. E ficou mal? Não.

A reiteração da palavra tôda a gente de boa-fé está a sentir e palpar que mui de estudo se usou, para trilhar e re-

1. *Sermões*, v. I, p. 238, v. XI, p. 247.

trilhar o risível da expressão criticada no projeto.¹ Por evitar, porém, a última repetição de *enfermidade*, substituí-a eu pelo pronome, a que em boa gramática sempre se cometeu essa função.

207. — É a esta prática elementar, singelíssima, cediça do pronome, representando, em seguida ao verbo *haver*, um substantivo a êle anterior, que um mestre de gramática vem opor gravemente aquela farragem tôda. Comprazer-lhe-ia que, em vez de «cessou de *havê-la*», dissesse eu «cessou de existir». Mas por quê? Seria mais translúcida esta expressão que a outra? Não. Antes a primeira tem mais de especialmente vernácula que a segunda. No *cessou de existir* temos uma forma comum a vários idiomas. No *cessou de havê-la* é mais nosso o dizer.

CASTILHO ANTÔNIO [oiça o mestre] não se pejou de escrever [Colóq., p. 172]:

«Igualdade verdadeira, meu amigo, não a há.»

1. Faz o Dr. CARNEIRO que não percebe êsse intuito, para me imputar ao estilo o hábito dos trocados de palavras, a cujo propósito me desfecha de tirada êste sermão:

«Em alguns pontos recorre o eminente censor a trocadilhos e joguetes de palavras, que lhe empecam o contexto do discurso, e lhe ensombram o estilo, levando não raro o espírito do leitor a um emaranhado enleio e inextricável labirinto, onde muitas vêzes se quebra o fio das idéias, e se enturva e obscurece a claridade do pensamento.

«Tal defeito, muito para notar em VIEIRA e nos escritores seus contemporâneos, que se não podiam subtrair à influência do século em que viviam, transparece a *trechos* no estilo do exímio escritor, mareando-lhe a virilidade, energia, elegância e gravidade.

«Atestam esta minha consideração as duas passagens seguintes, com que impugna, sem fundamento sério, o uso do adjetivo — *privado* — na terminação feminina e a frase, onde diz o Código: *enquanto durar a enfermidade*. Ei-las:

«Passemos sem êste *privada*, de que nos podemos *privar*, sem *privação* que se sinta.» [Art. 1036.]

«Pois a *enfermidade* que já não dura, isto é, a enfermidade que foi, que existiu, que acabou, ainda será *enfermidade*? E se já o não é, desde que se alude a *enfermidade*, não está claro ser a *enfermidade*, enquanto dura, pois, em não durando, cessou de *havê-la*?»

Afirma êle, pois, que o defeito dos joguetes e trocadilhos de vocábulos «transparece a *trechos*» no meu estilo. A *trechos* quer dizer: de tempo em tempo, de quando em quando, de distância em distância. Mo

Para que êsse *a*? perguntaria eu, metendo-me nas idéias e na linguagem do mestre. Pois o *conceito não estava completo* sem o pronome? De certo. Muito bem se poderia escrever: «Igualdade verdadeira, meu amigo, *não existe*»; ou mais simplesmente: «Igualdade verdadeira, meu amigo, *não há*»; ou ainda: «Igualdade verdadeira *não há*, meu amigo.»

Preferiu, porém, o grande prosador o *não a há*, sem embargo do hiato, que no meu caso não ocorre. Por quê? Talvez por lhe sentir assim mais natural o sabor vernáculo, nas outras versões menos distinto.

Doutra feita disse ainda CASTILHO, na mesma forma [Colóq., p. 218]:

«Sociedade sem família, *não a há*.»

Ainda o *a*, de que, gramaticalmente, se não sentiria a mínima falta, se o escritor houvesse dito:

«Sociedade sem família *não há*.»

RAIS]. Ora em cêrca de quatrocentas largas colunas, que tantas conta o in-fólio do meu parecer, apenas *dois* exemplos encontrou do que lhe apraz classificar nesse gênero de achaque literário. Parece-lhe, entretanto, que essas *duas* passagens bastam, para *atestar a sua consideração* de que os trocados, no meu escrever, se repetem «a trechos». Que escrúpulo no falar e acusar!

Facílmo seria mostrar que nada há comum entre a feição dêsses tópicos e o vêzo retórico sem razão imputado pelo dr. CARNEIRO especialmente a «VIEIRA e aos escritores seus contemporâneos», quando é igualmente comum, nos antigos escritores vernáculos, ainda entre os de melhor gôsto mui anteriores ao grande pregador, como CAMÕES. [V. *Obr. Compl.*, v. V, p. 15, 88, 90, 95, 129, 130, 136, 146, 148, 159, v. VI, p. 29, 40, 56, 60, 61, 72, 76, 84, 85, 91, 100, 108, 145, 211.]

Nesses escritores êste artifício tinha a pretensão de beleza e atavio, demonstrando o mau gôsto de quem o empregava. Tal não acontece comigo. Nas minhas nctas, dos dois sós exemplos catados pelo dr. CARNEIRO, apenas um encerra trocadilho: «Passemos sem êste *privada*, de que nos podemos *privar* sem *privação* que se sinta.» Mas aí a frase leva o propósito especial de amostrar, lado a lado com o derivado malsoante do verbo, as suas formas não suscetíveis de reparo: em face do *privada* o *privação* e o *privar*. Não é um capricho retórico, *mas um meio demonstrativo*.

No outro tópico *não há trocadilho nenhum*. O trocadilho supõe jôgo e equívoco entre várias acepções do mesmo vocábulo, ou entre as parencas de vocábulos consemelhantes. E' o que se dá, quando CAMÕES escreve:

Quer o mestre refôrço? Ei-lo:

«Convém esfregá-lo primeiro com gelo, se o houver.» [Colóq., p. 234.]

Para que era êsse o? Diga-se:

«Convém esfregá-lo primeiro com gelo, se houver.»

Não estaria, na frase do dr. CARNEIRO, completo o conceito?

Posso continuar.

«Que administração é a desta comuna, Francisco? Mais desleixada há de custar a haver.»

Assim redigiria o dr. CARNEIRO. CASTILHO, porém, não lhe dispensa o pronome, aliás gramaticalmente supérfluo:

«Que administração é a desta comuna, Francisco? Mais desleixada há de custar a havê-la.» [Colóq., p. 311.]

«Mas sinto que de *mofino*
Me *fino* sem o sentir.» [Obr., v. VI, p. 40.]

«Perguntais-me por meu *amo*,
E não por um que vos *ama*.» [Ib., p. 72.]

ou

«Que pouco *valera* eu,
Se contra vós me *valera*.» [Ib., p. 84.]

e

«Que vos não *pêse* da pena
De quem vos foi tão *pesado*.» [Ib., p. 145.]

Mas no segundo trecho meu, apontado como incurso em vício igual, não se equivoça sobre significações diversas de uma palavra, nem sobre semelhanças de palavras parecidas: insiste-se no substantivo *enfermidade* e no verbo *durar*, repetindo-os várias vezes, com o fim de tornar claro o pleonismo inútil do projeto na frase «impossibilitados por *enfermidade*, *enquanto durar*».

Aliás nem sempre são viciosos os jogos de vocábulos. Às vezes servem útilmente à ironia, ao espírito, à chança, à clareza, ao raciocínio e, até, à expressão de idéias elevadas. «O *sábio sabe* que não *sabe*», disse VÍTOR HUGO, sem deslustre do seu alto estilo. «*Maliciosamente* lhe atribuí *malícias*», escreveu, sem desdoiro, CASTILHO. [Camões, ed. de 1849, pág. 279.]

Adstrito ao critério que o dr. CARNEIRO me impõe, teria eu de escrever:

«Envenenamentos há de muitas castas.»

Mas CASTILHO escreveu:

«Envenenamentos, há-os de muitas castas.»
[*Colóq.*, p. 238.]

E, por igual teor:

«Boa sorte sem boa cabeça, não a pode *haver*.»
[CASTILHO. *Camões*. Ed. de 1849. P. 34.]
«Desígnios, há-os sempre.» [*Ib.*, p. 37.]
«Mais solene jura, não a sei, nem a quero.»
[*Ib.*, p. 60.]
«Noite de São João mais alegre e estrondosa,
nunca a hei passado.» [*Ib.*, p. 70.]

Não divergia dêste português AL. HERCULANO:

«O refulgir do sol, *haviam-no* visto só nas faixas
de luz.» [*O monge de Cist.*, v. II, p. 223.]

Com a sintaxe CARNEIRO devia emendar-se:

«Só nas faixas de luz *haviam* visto o refulgir
do sol.»

Aqui temos outro:

«A meu pai, não o tornei a ver.» [*Ib.*, p. 269.]

Suprima-se o pronome, inútil e, segundo CARNEIRO, condenável. Não perdeu nada o sentido:

«A meu pai não tornei a ver.»

Mais:

«Pôsto que afetasse extrema placidez, a sua
inquietação era visível. A causa dela não saberia
explicá-la, mas sentia-a.» [*Ib.*, p. 281.]

Podiam-se eliminar os *aa*, sem que padecesse dano a clareza da expressão:

«...A causa dela não sabia explicar, mas sentia».

Ainda:

«As que Fr. Vasco lhe prometera, havia-as a desesperação para sempre estancado.» [*Ib.*, p. 292.]

Agora ao jeito do professor CARNEIRO:

«As que Fr. Vasco lhe prometera havia a desesperação para sempre estancado.»

C. CASTELO BRANCO, pelo mesmo feitio:

«As primeiras horas gastou-as em pesquisas inúteis.» [*Coisas Espantosas*, p. 218.]

Segundo CARNEIRO há-se de corrigir:

«As primeiras horas gastou em pesquisas inúteis.»

Do mesmo autor, folheando ao acaso os *Doze Casamentos Felizes*, topo, à p. 201:

«Os apelidos manda a minha proverbial discrição *calá-los*.»

Êrro, consoante ao preceito CARNEIRO. Devia de ter dito, sem aquela pronominal superfluidade:

«Os apelidos manda a minha proverbial inscrição *calar*.»

Mas, a ir por diante, encheria um livro, se quisesse reunir documentos vernáculos do escrever contestado pelo mestre.

Baste-me findar engrazando êstes excertos *ad rem*:

«Os exemplos destas vocntades, cada um em
si bem os pode veer.»

[*Leal Conselheiro*, p. 47.]

«Fraqueza nunca a houve no querer.»

[CAMÕES, son. 132.]

«As cousas êle as ata e as conforma
Com o mundo.»

[*Id.*, Égl. VII. *Obr.* v. IV, p. 87.]

«Absoluto poder, não o há na terra.»

[FERREIRA. *Obr.*, v. II, p. 104.]

«E a sombra, que não fazem com a vastidão das
fôlhas, a fazem com a vastidão do tronco.»

[BERNARDES. *N. Floresta*, IV, p. 192.]

«O grande reparo que tem esta resposta, todos
o estão vendo.»

[VIEIRA. *Serm.*, v. V, p. 163.]

«Coisa de maior preço e de maior valor que
todo o mundo, não a há.»

[*Ib.*, p. 200.]

«Aos que edificaram a tôrre de Babel, con-
denou-os a justiça de Deus a falar diversas línguas...;
aos que pregam a fé entre as gentilidades, condenou-os
o amor de Deus...»

[*Ib.*, p. 339.]

«Estas nações queria Deus que S. Pedro as en-
sinasse.»

[*Ib.*, p. 347.]

«O corpo natural puderam-no atormentar e
matar.»

[*Ib.*, v. VI, p. 241.]

«E pôsto que esta verdade a não alcancem os sentidos.»

[*Ib.*, p. 245.]

«Aos filhos amados sôbre todos, vestiu-os de pardo.»

[*Ib.*, p. 302.]

«Quem do fogo o Senhor fôsse
Não o reza a escritura.»

[FILINTO ELÍ. *Obr.*, v. IV, p. 146.]

«O nome mandei-lho eu aqui.»

[*Ib.*, p. 272.]

«Era obra que só um homem tão rico e tão poderoso como um rei pudera concebê-la, e concluí-la.»

[*Ib.*, v. VI, p. 280.]

«Todos três os terás.»

[*Ib.*, v. XII, p. 170.]

«A Jove não o logram.»

[*Ib.*, p. 171.]

«E as suas dez moedas arrecade-as.»

[*Ib.*, v. XIII, p. 28.]

«A Hipócrates,
«Abdera o convidou por deputados.»

[*Ib.*, p. 103.]

«Pela aparência a gente nunca a julgues.»

[*Ib.*, p. 240.]

«O seu vergel destronca-o.»

[*Ib.*, p. 311.]

«O asilo de Cipião ousais violá-lo?»

[*Ib.*, v. XIV, p. 185.]

«Mas livros não os tenho.»

[*Ib.*, v. VII, p. 24.]

«Todo o meu passado esqueci-o.»

[A. HERCUL. *Eur.*, p. 276.]

«O que continha nunca êle o disse a ninguém.»

[A. HERCUL. *Monge de Cist.*, II, p. 365.]

«Razões de ódio contra os conversos não as tinha.»

[A. HERCUL. *Inquisiç.*, v. II, p. 298.]

«Os efeitos das comunicações do núncio experimentou-os desde logo Faria.»

[*Ib.*, III, p. 307.]

«Tôdas essas podeis e deveis omiti-las em vossa cópia.»

[CASTILHO. *Mnemônica*, p. 121.]¹

Com êsses frisantes exemplos e êsses sumos escritores é que errou o meu «*havê-la*». Quando todos êles estiverem à obediência do professor CARNEIRO, e lhe estenderem as mãos, irei de conserva aos bolos.

§ 50

Art. 877

REGER, COMO INTRANSITIVO

208. — Há realmente nos bons autores alguns exemplos do verbo *reger* em significação intransitiva. Infelizmente um só não apontou o dr. CARNEIRO.

1. *Tratado de Mnemônica*, Lisboa, 1851.

Aqui lhos ofereço:

«Metido em um ataúde
O que inda há pouco *regia*.»

[GIL VICENTE, III, p. 350.]

«E aqesto presta muito ao *reger* sem restre.»

[D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar*, c. V, pág. 592¹.]

«Ficou senhor pacífico de tudo, e *regeu*, e regnou
per um bom espaço de tempo.» [Góis. *Dom Emanuel*²,
fol. 106 v.]

«E porque a nau não era alastrada e a gente
entrou mais do que devera, não podia *reger* como
cumpria.» [FERNÃO LOPES. *D. João I*, c. 133.]

«Enquanto o infante *regeu*.» [DUARTE NUNES.
Crôn. d'el-Rei D. Af. V, c. 13.] «Despois pediu ao in-
fante D. Pedro quisesse por êle *reger*.» [*Ib.*, c. 15.]
«El-Rei não tinha idade para *reger* só.» [*Ibid.*] «Disse
que o escolhia para êle tornar a *reger*.» [*Ibid.*] «Só
êle queria *reger*.» [*Ib.*, c. 16.] «Cumpria a sua honra
reger algum tempo antes de casar.» [*Ibid.*] «Êle era
o que governava e *regia*.» [*Ibid.*]

«A mulher fie e coma;
O homem granjeie e *reja*.»

[CASTILHO. *As Sabichonas*, p. 194.]

«*Rege*

O atrevido Duclerc, a flor dos nobres.»

[M. DE ASSIS. *Poesias*, p. 226.]

Mas nem BLUTEAU, nem MORAIS, nem CONSTÂNCIO,
nem VIEIRA, nem AULETE, nem AD. COELHO, nem JOÃO DE
DEUS, nem FIGUEIREDO, nenhum dicionário português, em
suma, o regista senão como *transitivo*, ou como *pronominal*.

1. Ed. Roquete.

2. Ed. de 1619.

E o próprio dr. CARNEIRO, tecendo, na sua *Gramática* [p. 257-62], uma lista dos verbos empregados ora como transitivos, ora como intransitivos, não o menciona.

Seja isto, se não justificativa, ao menos atenuante à minha censura, em que não insisto.

§ 51

Art. 605

PESCAR PEIXE

COLHÊR PEIXE

209. — «*Pescar peixe* é expressão pleonástica», diz, em tom de quem houvesse descoberto um novo planêta, o dr. CARNEIRO.

Mas será minha, porventura, a frase *pescar peixe*? Será minha? Ou é do sr. professor?

O meu texto, sôbre que recai a sua severidade, está redigido assim:

«Pertence ao pescador *o peixe*, *que pescar*, e o que, arpoado, ou farpado, perseguir, embora outrem o colha.»

Em *pescar peixe*, o *pescar* e o *peixe* estão na mesma sentença, compondo a enunciação de uma só idéia. Dá-se, logo, o pleonasma, visto se repetir no régimen, *peixe*, a idéia já enunciada no verbo *pescar*.

Na frase, porém, «Pertence ao pescador *o peixe*, *que pescar*», duas orações há, traduzindo cada uma o seu pensamento. Na primeira tão-sòmente se diz que «*pertence* ao pescador *o peixe*». Designa-se então no pescador o proprietário do peixe. Na segunda limita-se essa propriedade ao «*que pescar*». São idéias distintas, significadas em duas orações diferentes, bem que uma a outra subordinada.

Que faz, porém, o dr. CARNEIRO? Extrai de uma oração o verbo *pescar*; saca da outra o vocábulo *peixe*; com as duas palavras, a seu bel-prazer conjugadas, tece uma proposição nova, de lavra exclusivamente sua; e do pleonasma, que à força dêsse estratagema obteve, carrega à minha conta a responsabilidade.

Será legítimo, será leal, será veraz êste sistema de *acusar*?

Cru é o pleonasma na sentença gizada pelo mestre: *pescar peixe*. Se eu aldravadamente escrevesse *comer comida, sonhar sonhos, dormir sono, viver vida, morrer morte, sorrir sorrisos, gemer gemidos*, sem um complemento, ou, sequer, um adjetivo, que modificasse a idéia expressa no objeto do verbo, poderia, talvez, incorrer em censura.

Mas nem de leve teria faltado à correção, ou à elegância, se escrevesse:

- «Arruinou-lhe o estômago *a comida, que comia.*»
- «Não imaginas *o sono, que dormi.*»
- «Acordei estremunhado com *os sonhos, que sonhava.*»
- «Era intolerável *a vida, que vivíamos.*»
- «Foi atroz *a morte, de que morreu.*»
- «Cortavam o coração *os gemidos, que gemia.*»
- «Revia o paraíso nos *sorrisos, que sorria.*»

Semelhantemente poderíamos escrever:

- «Furtaram ao pescador *o peixe, que pescara.*»
- «Deixaste-me *os peixes, que pesquei.*»
- «Apodreceu-nos *o peixe, que pescamos.*»
- «Vendíeis *o peixe, que pescáveis.*»
- «Iam comendo *o peixe, que pescavam.*»

O peixe que pescara, os peixes que pesquei, o peixe que pescamos, o peixe que pescáveis, o peixe que pescavam são formas vernáculas da maior trivialidade, absolutamente iguais às anteriores: «*os sorrisos que sorria, os gemidos que gemia, a morte de que morreu, a vida que vivíamos, os sonhos que sonhava, o sono que dormi.*»

Assim mesmíssimamente escrevia CASTILHO:

«Inspirava-lhe com beijos os sonhos, que havia de sonhar.»

[Am. e Melanc., p. 237.]

«Riqueza de que é rico o mundo todo.»

[Escav. Poét., p. 180.]

«Com a vida que hás vivido.»

[CAMÕES, p. 117.]

CAMÕES séculos antes dissera:

«Com qualquer vento, que vente.»

[Auto dos Anfitriões, a. I, c. 2.]

E, ainda antes, BARROS:

«Com o vento que ventava.»

[Déc. III, vi, 9.]

«Foi um dos ilustres feitos, que té aquê tempo se fêz.» [Déc. II, i, 3.]

«Um dos mais ilustres feitos que se na Índia fizeram.» [Ib., II, iii, 1.]

«Por êste ser um dos honrados feitos bem comedido e pelejado, que té li se fêz na Índia.» [Ib., II, iii, 4.]

«Dos feitos que os portuguezes fizeram» é a cláusula com que abre até a epígrafe de cada um dos livros na grande obra do velho historiador.

Depois, VIEIRA:

«Se a vida que vivem é sua ou é de Cristo.» [Serm., VI, p. 351.]

210. — Aliás, ainda quando eu tivesse usado simplesmente da locução *pescar peixe*, não me faleceriam abonos de primeira ordem entre os mestres. Não tenho neste sentido menos autor que VIEIRA, menos autor que JOÃO DE BARROS, menos autor¹ que FILINTO ELÍSIO, que ANTÔNIO DE CASTILHO, que ALEXANDRE HERCULANO.

Ei-los:

«Diga-lhe ditos o papagaio, mas na sua cadeia.»

[VIEIRA. *Serm.* v. I, p. 35.]

«Nós em estado estamos que havemos mister milagres.» [*Id.*, *Cartas*, v. IV, p. 106.]

«Dos feitos que os portugueses fizeram.» [BARROS. *Déc.* I, l. VI, c. 1.]

«Adiado o dia.» [FILINTO ELÍSIO. *Obr.*, v. XIII, p. 313.]

«Reedificar edifícios.» [CASTILHO. *Amor e Melanc.* p. 184.]

«Viram faiscar fagulhas.» [CASTILHO. *Fastos*, v. II, p. 193.]

«Vozear de muitas vozes.» [A. HERCUL. *O Monge de Cist.*, v. I, p. 53.]

Nos livros santos não são raros êsses pleonasmos. S. PAULO, por exemplo, disse: «*Ascendens in altum...* DEDIT DONA hominibus. Subindo Cristo ao céu, deu dons aos homens.» [Ad *Ephes.* IV, 8.] E, semelhantemente, LUCAS [XIV, 35]: «*Qui habet AURES AUDIENDI, audiat.* Quem tiver ouvidos de ouvir, oiça-me.»

Em *dizer* se encerra necessariamente a idéia de ditos, em *estar* a de estado, em *fazer* a de feitos, em *adiar* a de dia, em *edificar* a de edifício, em *vozear* a de vozes, em *dar* a de dons, em

1. «Não tenho menos autor para prova que o príncipe dos apóstolos, S. Pedro.» [VIEIRA, *Serm.*, v. II, p. 269.]

ouvido a de *ouvir*; e, contudo, êsses grandes escritores não se correram de escrever: *vozear vozes, edificar edifícios, adiar dias, fazer feitos, dizer ditos, estar em estado, dar dons, ouvido de ouvir*.

211. — Apertemos ainda o ponto. Não é só com frases equivalentes que se poderia justificar de todo a locução *pescar peixe*. Mais que *analogias* a seu favor tenho entre os arestos da língua. Alguns consignam idêntica e textualmente a mesma expressão: «*Pescar peixe.*»

Aqui estão:

«Com rêdes alheias ou feitas por mão alheia podem-se PESCAR PEIXES, homens não se podem pescar.»

[VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 268.]

«Os PESCADORES DE PEIXES PESCAM OS PEIXES para que se comam.»

[*Ib.*, v. II, p. 124.]

Aí temos não só *pescar peixes*, mas ainda *pescadores de peixes*, e ambas essas locuções cumulativamente, sucessivamente, contiguamente na mesma frase.

BLUTEAU imitou-a, escrevendo:

«Quem PESCA UM PEIXE, pescador é.»

[*Vocab.*, v. VI, p. 462.]

E por que não? Acaso em *pescar* se contém necessariamente a idéia de *peixe*?

Não. Com a idéia primitiva, original, inata à sua derivação latina [*piscari*, de *piscis*], com essa idéia, de *tomar o peixe n'água*, lhe é comum a de tomar d'água tudo o que nela viva, ou nela esteja.

Pois não se *pescam pérolas*? não se *pesca aljôfar*?

«Falando nos lugares, onde se *pescam pérolas*.»
[BARROS. *Déc.* III, l. VI, c. IV.]

«Ambas aldeias de *pescadores de algum aljôfre* pouco que ali *pescam*, e a vila Júlfar, que é mais povoada, e de maior *pescaria*.» [Ib., *Déc.* III, l. VI, c. IV, V, VI, p. 35.]

«Quem disto tem mais experiência são os que ali *pescam o aljôfre*.» [Ib., *Déc.* II, c. I, v. V, p. 105.]

«A outra cousa que a mais nobreça é a *pescaria das pérolas*, e o *aljôfre*, que se ali *pescam*... Mas não é tamanha esta *pescaria* como a da ilha Ceilão da Índia... Das quais *pescarias* e assi das que há nas Antilhas de Castela, tratamos...» [Ibid., p. 40-41.]

«Diz João de Barros que na ilha de Baaré, a *pescaria das pérolas* não é tamanha como a da ilha Ceilão.»

[BLUTEAU. *Vocab.*, v. VI, p. 462.]

Não se *pesca* igualmente o coral? Não se *pesca a baleia* e, como ela, todos os *cetáceos*, mamíferos marinhos, que certo não são peixes? Não se *pescam mariscos*? Rãs não se *pescam*? *Pêcher des grenouilles*, dizem os franceses [LAROUSSE]; e a tradução, creio eu, não pode ser outra. Pescar, em suma, «se dit de tout ce qu'on tire de l'eau.» [LITTRÉ, v. III, p. 1.025.] De tudo o que se tira d'água se diz *pescar*. Por isso é comezinho o dizer-se: *pescar um cadáver*¹. E DAMIÃO DE GÓIS [Crôn. de D. Manuel, I, c. 60] disse: «Mandou *pescar a artilheria*.»

Até homens, por derradeiro, se *pescam*. *Faciam vos fieri piscatores hominum*, dizia CRISTO aos seus discípulos. [MAT., IV, 19.] «Eram rês de *pescadores*, que haviam de *pescar homens*... Quem não sabe enfiar, nem sabe atar, como há de *pescar homens*?» [VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 268.] «Êsses homens não os *havemos nós de pescar*, para que eles os comam... Os

1. «*Pêcher un cadavre*.» LAROUSSE.

pescadores de homens hão de *pescar homens*, para que se conservem.» [*Id.*, v. II, p. 124.] Disse VOLTAIRE: «Où a-t-il pu *pêcher cet homme*?» e LESAGE: «Où as-tu *pêché cette femme*?»

No falar dos nossos bons autores, os mesmos canhões *pescam*. Frequentes vêzes, em BARROS, JACINTO FREIRE e outros, vemos *pescar* a artilharia:

«Andavam mudando o pouso das naus, e em tôda a parte eram *pescados com artilharia*.» [BARROS. *Déc.* II, v, 6.]

«Estava um basilisco de ferro assi ordenado, que em maré cheia e vazia *pescava* um batel, por pequeno que fôsse.» [*Ib.*, II, vii, 4.]

«Recolhido o samorim em um palmar à borda do navio, lá o foi *pescar uma bombarda*, matando-lhe nove homens.» [*Ib.*, I, vii, 6.]

«... que os não podia *pescar a nossa artilharia*.» [J. FREIRE. *D. João de C.*, II, 48.]

«Não podiam assomar-se, que os não *pescassem* as balas do inimigo.» [*Ib.*, 93.]

«A nossa artilharia os *pescava*.» [*Ib.*, 100.]

Logo, se se *pescam* homens, cadáveres, cetáceos, mariscos, batrácios, pérolas, corais, é que ao vocábulo *pescar* não se associa necessariamente o suposto de *peixe*; e, portanto, não seria lícito rejeitar como pleonismo a locução *pescar peixe*, firmada aliás, de mais a mais, nos mais clássicos exemplos.

212. — Quando, porém, fôsse *pleonismo*, e condenável [porque pleonismos há naturais, correntios, elegantes e, ainda, indispensáveis, existindo, até, palavras de seu natural pleonásticas¹], seria por estarem nesse dizer justapostos os vocábulos *pescar* e *peixe*, servindo à mesma oração um dêles de verbo, o outro de complemento direto.

1. Por exemplo: o verbo *suicidar-se*, em que o pronome *se* reitera a idéia da ação reflexa, já exarada no prefixo *sui*.

Coisa de todo o ponto diversa é, porém, o que se observa na frase: «Pertence ao pescador o *peixe*, *que pescar*.» Aí o verbo *pescar*, formando oração distinta, restringe a idéia traduzida no substantivo *peixe*. E nesses casos, em que bastaria a adjunção de um *simples adjetivo* ao nome, para excluir a tacha de pleonismo, a oração do complemento restritivo, por maioria de razão, legítima, banindo a nota de pleonismo, a associação do nome e verbo germanos no mesmo predicado.

Provas :

«As doces *cantilenas*, *que cantavam*
Os semicapros deuses.....
Cantando, escreverei.»

[CAMÕES. Égl. VII. *Obr.*, v. IV, p. 80.]

«Como hei de *cantar o canto*
Que só se deve ao Senhor?»

[*Ib.*, v. V, p. 17.]

«Feitos farão tão dignos de memória.»

[CAM., *Lus.*, X, 71.]

«A fazer feitos grandes de alta prova.»

[*Ib.*, VI, 42.]

«Dêstes *tiros* assim desordenados
Que êstes moços mal destros vão tirando.»

[*Ib.*, IX, 34.]

«E se o estóico *morre uma morte certa*, o cristão
morre duas também certas.»

[VIEIRA. *Serm.*, v. I, p. 291.]

«Que quem *furta um furto tal.*»

[*Ib.*, v. III, p. 241.]

«Haviam de *morrer uma morte ordinária.*»

[*Ib.*, v. VI, p. 281.]

«Por quão bom feito fizera.» [D. NUNES. *Crôn. del-Rei D. João I*, c. 6.] «Cavalgou no cavalo de um dos comendadores.» [Ib., c. 27.] «Sem fazerem algum feito honroso.» [Ib., c. 40.] «Se fizeram feitos muito para se notarem.» [Ib., c. 49.] «Morrer de tão cruel morte.» [Ib., c. 51.] «O feriu da ferida de que morreu.» [Ib., c. 69.] «Feitos notáveis, que na tomada se fizeram.» [Ib., c. 93.] «Cantavam cantares tão sentidos.» [Ib., c. 94.] «Naqueles cercos se fizeram tantos feitos assinalados.» [Ib., c. 97.] «Morrer morte violenta.» [Crôn. del-Rei D. Afonso V, c. 8.] «Ferido de feridas mortais.» [Ib., c. 14.] «Onde fêz muitos feitos grandes em armas.» [Ib., c. 22.] «Vestiu-se de vestiduras reais.» [Ib., c. 61.]

«Quem me desta riqueza enriquecesse?» [A. FERREIRA. *Obr.*, I, p. 132.]

«Fazer grandes feitos de guerra.» [Leal Conselh., p. 58.]

«Ofereçamos nossas ofertas.» [Ib., p. 98.]

«Vos amam de tal amor.» [Ib., p. 474.]

«Cantam curtos cantos.» [Ib., p. 449.]

«Perderia por sua descrença a maior perda, que poderia perder.» [Ib., p. 198.]

«Caem grandes queedas.» [Ib., p. 27.]

«De poucas feridas será ferido.» [Ib., p. 332.]

«Corra per carreira chãa.» [D. DUARTE. *Liv. da Ensin.*, p. 623.]

«Trabalho em que os nossos fizeram honrados feitos.» [BARROS. *Déc.* III, I, 8.]

«Remava seu remo igual.» [Ib., III, VII, 3.]

«Corre com ledô esprito tais carreiras.» [FERREIRA. *Obr.*, v. II, p. 150.]

«Doutra nova coroa coroadá.» [Ib., p. 277.]

«Não se tirava da fortaleza tiro algum perdido.» [JACINTO FREIRE. *V. de D. João de Castro*, II, p. 56.]

«Onde fizeram tão heróicos feitos.» [Ib., II, p. 129.]

«Morreu uma morte ordinária.» [VIEIRA. *Serm.*, v. VI, p. 281.]

«Enquanto ventar êste vento.» [Eufrosina, V, p. 4.]

«Nunca fêz bom feito.» [Ib., III, p. 2.]

«Cantar cantigas muito sentidas» [Ib., IV, p. 1.]

«Põe côbro no ouro, ou diz o menor dito.» [FILINTO ELÍSIO. *Obr.*, v. XIII, p. 44.]

«Vivera vida de contínuo pensar.» [A. HERC. *Lendas*, v. I, p. 224.]

«Não vivia êle a mais justificada vida.» [Ib., p. 257.]

«Sobraçada debaixo do braço esquerdo.» [Ib., v. II, p. 13.]

«Viveu vida pura.» [HERCUL. *Eur.*, p. 79.]

«Adormeceram do seu último sono.» [Ib., p. 120.]

«Sono curto dormido sôbre a dura enxêrga.» [Ib., p. 127.]

«Teremos dormido o nosso último sono.» [Ib., p. 179.]

«Ilumina de terrível luz.» [Ib., M. de Cister, v. I, p. 231.]

«O sol ilumina-se da luz daquele tempo.» [Ib., v. II, p. 59.]

«Viver de vida própria.» [Ib., p. 78.]

«Viver a vida folgada do paço.» [Id., O Bôbo, p. 22.]

«Morrerá morte infame.» [Ib., p. 248.]

«Jura solene vos juro aqui.» [CASTILHO. Camões p. 60.]

«Lhe cantam cantigas
De muito folgar.»

[Ib., p. 86.]

«Rir tentadores risos.» [CASTILHO. Am. e Melanc., p. 249.]

«Vivia vida tão romântica.» [Ib., p. 288.]

«Dormia em brando feno os sonos fáceis.» [Id., Fastos, v. II, p. 23.]

«Lutaram luta horrenda as labaredas.» [Ib., v. III, p. 141.]

«Dance a dança macabra.» [Id., Fausto, p. 151.]

«Morreu morte cristã.» [Ib., p. 239.]

«Vivendo a vida natural.» [Id., Colóq. Ald., p. 97.]

«Empregar mais bem empregado.» [Ib., p. 76.]

«*Dessedentar a rancorosa sêde.*» [CAMILO. *Carta de Guia de Cas.*, pref., p. 50.]

«*Prende-o bem prêso.*» [CASTILHO. *Geórgicas*, p. 275.]

«*A lira, que suspira
Magoado suspirar.*»

[*Id.*, *Amôres*, v. II, p. 9.]

«*Nomeado o nome de Maria.*» [VIEIRA. *Serm.*, v. II, p. 209.]

«*Jogam jôgo de probabilidade e azar.*» [CASTILHO. *Colóquios*, p. 204.]

213. — Melhor, porém, ainda que todos êsses exemplos é que, a êsse uso contínuo do nosso idioma havia pôsto o dr. CARNEIRO a sua respeitável chancela, *gramaticando* com o *gramático* saber da sua *gramática*:

«A certos verbos ajuntam-se às vêzes complementos cognatos diretos ou indiretos: *Sonhar sonhos* dourados; *vestir um vestido* elegante; *olhar com olhos* de lince. *Sonhei* o mesmo *sonho*. Rogamos a Deus que não *morramos de morte* supitânea. *Vida viver* escura e abatida.» [DR. CARNEIRO. *Serões Gramaticais*, p. 320.]

Eis aí a lição categórica do mestre, lição que traz raízes das mais antigas letras, desde os nossos livros sagrados. É de S. PAULO o «*expectantes beatam spem*», e de CRISTO o «*vidit ibi hominem non vestitum veste nuptiali.*» [MAT., XXII, 11.]

Tem alicerces bem caldeados, já se vê, o ensino do mestre. Mal que eu, porém, tomando à sua gramaticologia o cânon gramatical tão gramaticalmente formulado, lanço mão *precisamente de um dêsses complementos cognatos indiretos*, escrevendo: «*Pertence ao pescador o peixe, que pescar*», já não tem gramaticalidade aquilo, já os complementos cognatos dessa espécie recebem o estigma de ordinários pleonasmos.

Se ao menos o egrégio professor tivesse a franqueza de abrenunciar como gramatiquice ingramaticável aquêlê seu ditame. Tal, porém, não fêz. Seus discípulos continuarão a ler, nos *Serões*, que o privilégio dos complementos cognatos autoriza locuções como *viver vida escura*, *sonhar sonhos doirados*, *morrer de morte repentina*, *olhar com olhos de lince*, e eu a penar as penas de gramaticida, por haver escrito: «Ao pescador *pertence o peixe, que pescar.*»

Seja embora mais amplo na minha frase que nos seus exemplos o complemento; porquanto nêles a modificação ou integração da idéia significada pelo verbo se realiza apenas mediante um epíteto, como em *sonhos doirados*, ou um nome com a preposição *de* anteposta, como em *olhos de lince*, ao passo que, no meu caso, é uma oração inteira, *que pescar*, a que faz o ofício de complemento. Acresça embora, ainda, em meu favor, que, naqueles exemplos, o verbo e o substantivo cognado, *sonhar* e *sonho*, *vestir* e *vestido*, *olhar* e *olhos*, *morrer* e *morte*, *viver* e *vida*, se juntam na mesma oração, enquanto na minha hipótese o substantivo *peixe* está numa sentença [*«pertence ao pescador o peixe»*], e noutra sentença [*«que pescar»*] é que se encontra o verbo. Nada me vale. Invertem-se as razões de julgar, para que, reforçando o gôsto clássico em frases como *vestir vestido elegante* e *sonhar o mesmo sonho*, a progênie gramatical do mestre não escandalize o idioma pátrio com a ingramaticalidade grosseira de atentados, como o meu no dizer: «Pertence ao pescador o *peixe, que pescar.*»

214. — Ao gramaticalismo do insigne revisor, porém, tudo o mais ainda se relevaria, talvez, se êle, sequer, observasse a verdade material do caso. Mas a frase, que eu escrevi, é uma; a de que êle me argúi, totalmente outra. Se eu dissesse meramente «*pescar peixe*», reproduziria no complemento do verbo a mesma idéia já por êle definida. Mas, dizendo que *pertence ao pescador o peixe, que pescar*, modifico e limito, com a cláusula adjetiva «*que pescar*», a idéia geral encerrada

no substantivo *peixe*. Logo, se cabe o qualificativo de pleonástica à locução *pescar peixe*, confundir com essa e qualificar de pleonasma a frase «*o peixe que pescar*», não seria lícito nem a um estudante atento, quanto mais a um emérito professor, nem a um sofista desabusado, quanto mais a um espírito reto.

Antes que eu escrevesse: «Pertence ao pescador o *peixe, que pescar*», escrevera AL. HERCULANO: «para se regalar de ver a excelente *preia, que havia preado*», e páginas adiante: «fêz conduzir ao castelo a *preia que havia preado*.»¹

215. — Queria o mestre ali trocar o verbo *pescar* em *apanhar*. Mas ainda aqui não é de bom conselho o seu voto.

Atribuindo ao pescador o *peixe, que pescar*, asseguro-lhe o domínio da pescaria por êle feita, do peixe que êle houve mediante o anzol, a rêde e os demais artifícios da pesca.

Consignando-lhe o peixe, que êle *apanhar*, dar-se-lhe-ia todo o que êle colhesse às mãos, onde quer que o encontrasse, dentro n'água, ou fora, pescando, subtraindo, arrebatando; o que era superlativamente absurdo.

Com o verbo *pescar* fariamos da apreensão *mediante a pesca* o título de aquisição industrial quanto ao peixe. Com o verbo *apanhar*, *tomar* e seus equivalentes, imprimiríamos na apreensão do peixe pelo pescador, *fôsse qual fôsse ela*, o caráter aquisitivo da propriedade.

Mas essa propriedade não na alcança o pescador, apanhando o peixe, como quer que o apanhe; adquire-a, se o *apanhar pescando*. Do *pescar*, e não do *apanhar*, é que lhe resulta o direito.

Eis o que aquêle texto quis significar; e de outra maneira o não podia fazer.

216. — Mas ainda não findei com o pescado. Mal se poderia comparar o mestre aos pescadores do alto, empenhados nos grandes lanços da fisga, ou da rêde, nem ao pescador de cana, a quem satisfaz a pescaria, que lhe trouxe o anzol. Vai

1. *Lendas e Narrativas* [ed. de 1900], v. I, p. 11 e 23.

às trutas, venha, ou não, de bragas enxutas. É o mariscador a quem não escapa nem a amêijoa, nem a sapateira. Êsses pescadores do raso, porém, nem sempre acertam com o que esperam. Muita vez, quando já imaginam saborear a lagosta, ensangüentam os dedos no oiríço.

É o caso.

Além do peixe, que pescar, atribuíra eu ao pescador aquê, em cujo encalço prosseguir, depois de por êle arpoado, ou farpado, «embora outrem o colha.»

Pois é a esta expressão que o mestre, no seu escabichar, acoima de «impropriedade».

Numerosa lista de coisas suscetíveis de se *colherem* nos tece complacentemente, para concluir: «Mas não se diz com propriedade *colhêr peixes*.»

Colhem-se [êle o confessa] colhem-se ramas de árvores; colhe-se o *fio*, o *cabo*, a *fateixa*; colhem-se loiros e triunfos; colhem-se homens; colhem-se de sobressalto [poderia acrescentar] navios, esquadras, legiões, exércitos, praças, governos e povos. Colhem-se também as *rêdes*. [BLUTEAU. *Vocab.*, v. VII, p. 171.] Também se colhem *velas*. [DOMINGOS VIEIRA, MORAIS, AULETE e FIGUEIREDO.] «Tempo é já de *colhermos as rêdes*», pregou VIEIRA. [*Serm.*, v. VI, p. 207.] Em FILINTO ELÍSIO temos «*colhendo o manto*» [*Obr.*, v. II, p. 61], temos «*colheu abrigo*» [v. III, p. 305], temos o leão «*numas rêdes colhido*»¹ [v. XII, p. 59], temos, na fábula da águia e o corvo, «o pastor, que lindamente o *colhe*» [*ib.*, p. 67-8], temos um cão de fila que «*colhe*» um lobo [*ib.*, p. 149], temos a Morte a dizer ao velho: «Não te *colho* de salto» [v. XIII, p. 22], temos o rato «*colhido*» pela ostra na alçaprema da sua concha [*ib.*, p. 50, 51], temos o peregrino «a *colhêr preia*» [*ib.*, p. 137], temos as queixas da perdiz, que o caçador «*colhe na enfunilada rêde*». [*Ib.*, p. 188.]

1. Já o padre BERNARDES escrevera: «E pelo que vejo, devia o leão ser também *colhido*.» [*Nova Floresta*, v. II, p. 160.]

Se colhemos, pois, tudo o que anda ou corre na terra, desde o leão até a toupeira, desde o bruto até o homem, desde o indivíduo até a multidão, tudo o que paira no ar, ou atravessa a atmosfera, desde o passarinho e a águia até a chuva e o raio, tudo o que mergulha, ou flutua no mar, desde a tarrafa até os panos, desde a âncora até as naves, desde os barcos pescarejos até as frotas de guerra, se a mesma *caça*, miúda, ou grossa, *colhem* as rêdes do caçador¹, só o *peixe* se não *colheria*, só entre êste verbo e êsse nome se havia de estabelecer inconciliabilidade vernácula?

Não: êste gramatiquismo é injusto com aquela classe de viventes. Tudo quanto se arrecada, se abrange, se recebe, se apanha, se surpreende, se toma, se adquire, se encalça, se amaina, tudo isso própria, ou figuradamente, dadas certas circunstâncias, se poderá *colhêr*.

E por que só o *peixe* não?

Está errado o mestre. Temos até para o caso lição positiva. Abra o velho BLUTEAU, v. VII, p. 170, e lerá:

«É aquela rêde, que nós chamamos tarrafa, e, alguns chumbeira, porque diz que sendo lançada dos pescadores, se estende em circuito, e todos os PEIXES que debaixo COLHE, prende.»

Nem é senão ao *colhêr do peixe* nas rêdes que alude também, com a elegância habitual, o autor da *Carta de Guia de Casados* quando fala em:

«... armar tão largas *rêdes*, para COLHÊR dentro delas todos os casos.»

1. «Assim na espiritual montaria de humanas feras os pregadores tocam a trombeta para levantarem a *caça*, os missionários, e bons amigos, e conselheiros a vão seguindo, e os confessores a colhem nas *rêdes*.» [M. BERNARDES, *Nova Fl.*, v. IV, p. 82.]

Um gramático familiarizado, em seara alheia, com o *Corpus Juris*, deve estar bem apercebido na sua. O mestre há de ter, pois, em casa o BLUTEAU. Mas, se o não tem à mão, bastará o CONSTÂNCIO, onde se acha expressamente registada a locução:

«Colhêr caça, peixe.»¹

Agora, se tal estranheza lhe faz a expressão *colhêr peixe*, que não seria, se ouvisse falar em *caçá-lo*? *Caçar peixe*!

Pois volva ao BLUTEAU, *colha* às mãos desta vez o vol. VI, à p. 46, e veja como o reverendo vocabulista escreve impavidamente: «Dá Plínio o nome de pescadora a uma espécie de rã, que anda *à caça do peixe*.» Ora se até *se caça*, por que se não havia de *colhêr* o peixe?

217. — Mais uma fispada no meu desfecha o mestre, afervorado em vender o da sua rasca.

Acha o exímio professor que a expressão «*embora outrem o colha*» é uma *dissonância notável*.

Dissonância? e *notável?* Mas por que não teve a condescendência de nos dizer em quê?

Ali não há duas vogais idênticas em contigüidade. Hiato, pois, não se dá. Também não vejo em encontro consoantes ásperas da mesma natureza. Varre-se, pois, a suspeita de colisão. Homofonia, ou eco, é impossível descobrir-lhe. Dos termos que nessa cláusula se sucedem ninguém extrairia uma palavra, uma associação de idéias, torpe, indecente, risível, ou menos delicada. Onde, portanto, a dissonância, leve que seja?

1. Ed. de 1877. P. 273.

Ô illustre professor, assaz duro da orelha vernácula, para não distinguir em *intrínseca validade* o estrupido de uma cacofonia desbocada e trupitante, faz-se agora de uma sutileza auricular, a que nada satisfaz. Lembra-me certo crítico musical, mouco de ambos os ouvidos, que não escutava dois compassos, sem topar em quatro desafinações.

218. — Até a pontuação do trecho lhe não escapou ao arpéu. Acha-me vírgulas de mais. Assim lhe apraz desforrar-se das vírgulas de menos, que lhe eu demonstrei.

Dêste assunto me ocuparei em separado, a seu tempo. Por enquanto, apenas o remeto a ANTÔNIO DE CASTILHO. Leia-lhe as *Metamorfoses*, prólogo, texto, notas, e veja se eu só é que virgulo antes das orações determinativas e de conjunções como *e e ou*.

§ 52

Art. 1.027

UMA DE CUJAS

219. — Rezava o projeto:

«Sendo nula qualquer das cláusulas de uma transação, nula será esta.»

Substituí, adensando e avigorando a frase:

«Nula é a transação, uma de cujas cláusulas fôr nula.»

Que diz o mestre? Categòricamente:

«É uma construção forçada.»

E disse. Nada mais.

Mas eu não lhe vejo em quê. Será pela expressão *uma de cujas*? Nada mais freqüente e natural em nosso falar. Será pela oração invertida «Nula é a transação», que abre o período? Mas não se concebe que um filólogo português estranhe, em nosso idioma, a inversão de uma sentença de três palavras. Diga-se: «É nula a transação». Tem a mesma energia? Varie-se: «A transação é nula». Não descai ainda mais?

Doutra vez seja o mestre mais explícito. Dê-nos a experimentar a chave científica ou artística das suas predileções gramaticais.

ÍNDICE SINTÉTICO DO TOMO II

	PÁGINAS	PARÁGRAFOS
Prefácio.....	IX-XIV	
Introdução.....	9-17	

PARTE I

GENERALIDADES

I. O gramático.....	19-59	1-14
II. O parlamentar.....	61-80	15-24
III. O jurista.....	81-90	25-30
IV. O crítico.....	91-94	31
V. O agressor.....	95-100	32-34

PARTE II

ANÁLISE DAS CRÍTICAS

Seção I

<i>As Ligeiras Observações do Professor Carneiro...</i>	101-440	35-219
---	---------	--------

[*Continua no Tomo III*]

AOS 25 DIAS DO MÊS DE AGÔSTO DO ANO DE
1953, ACABOU-SE DE IMPRIMIR NAS OFICINAS
GRÁFICAS DO DEP. DE IMPRENSA NACIONAL,
NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ÊSTE TOMO,
O 2.º DO VOLUME XXIX

DAS

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA,
MANDADAS PUBLICAR PELO GOVÊRNO DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

VOLUMES APARECIDOS

- Vol. XX — 1893 —
Tomos II a IV.
Jornal do Brasil.
- Vol. XXII — 1895 —
Tomo I.
Disc. Parlam. Trabalhos Jurídicos.
- Vol. XXIII — 1896 —
Tomo I.
Cartas de Inglaterra.
- Vol. XXIV — 1897 —
Tomo I.
O Partido Republ. Conserv.
- Vol. XXIV — 1897 —
Tomo II.
Trabalhos Jurídicos.
- Vol. XXV — 1898 —
Tomos I a III.
A Imprensa.
- Vol. XXV — 1898 —
Tomos IV e V.
Trabalhos Jurídicos.
- Vol. XXVI — 1899 —
Tomo I.
Trabalhos Jurídicos.
- Vol. XXVII — 1900 —
Tomo I.
Rescisão de Contr. Preservação de uma Obra Pia.
- Vol. XXVII — 1900 —
Tomo II.
Trabalhos Jurídicos.
- Vol. XXVII — 1900 —
Tomo III.
Discursos Parlamentares.
- Vol. XXIX — 1902 —
Tomo I.
Parecer sobre a Redação do Cód. Civil.
- Vol. XXXI — 1904 —
Tomo I.
Discursos Parlamentares.
- Vol. XXXI — 1904 —
Tomos II e III.
Trabalhos Jurídicos.
- Vol. XXXIX — 1912 —
Tomo I.
O Caso da Bahia.
- Vol. XL — 1913 —
Tomo I.
Cessões de Clientela.
-

150
7

DEPART. DE IMP. NACIONAL — 1953